

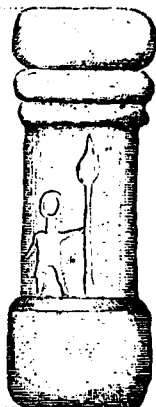
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

«CERTAMENTE ÍDOLOS, OU COISA SEMELHANTE...»:

Estudo historiográfico e comparativo dos exemplos e sensibilidades do elemento 'pré-romano' na arte das antigas sociedades do território português.

MANUEL FRANCISCO SOARES DO PATROCÍNIO

**Dissertação de Doutoramento em História,
no tema de História da Arte em Portugal**



Orientador científico:

Professor Doutor Manuel Justino Pinheiro Maciel
(Universidade Nova de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Co-orientador:

Professor Doutor José Alberto Simões Gomes Machado
(Universidade de Évora)

Esta tese não contém críticas e sugestões feitas pelo júri.

Agosto de 2002

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

«CERTAMENTE ÍDOLOS, OU COISA SEMELHANTE...»:

Estudo historiográfico e comparativo dos exemplos e sensibilidades do elemento 'pré-romano' na arte das antigas sociedades do território português.

MANUEL FRANCISCO SOARES DO PATROCÍNIO



**Dissertação de Doutoramento em História,
no tema de História da Arte em Portugal**

Orientador científico:

Professor Doutor Manuel Justino Pinheiro Maciel
(Universidade Nova de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Co-orientador:

Professor Doutor José Alberto Simões Gomes Machado
(Universidade de Évora)

Esta tese não contém críticas e sugestões feitas pelo júri.

Agosto de 2002

Trabalho realizado no âmbito dos projectos de investigação do
Centro de História da Arte da Universidade de Évora,
com o apoio do Programa de financiamento plurianual
da **Fundação para a Ciência e Tecnologia**
(1996/2002)

«CERTAMENTE ÍDOLOS, OU COISA SEMELHANTE...»

Estudo historiográfico e comparativo dos exemplos e sensibilidades do elemento 'pré-romano' na arte das antigas sociedades do território português

Vol. I

NOTA DE APRESENTAÇÃO DE OBJECTIVOS: i-xx

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA: xx-xxx

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS:

Sobre a Arte no contexto das sociedades peninsulares. pág. 1.

1. A perspectivação geral dos estudos arqueológicos e historiográficos:	
1.1. A Romanização e a autoctonia.	4
a) A resenha dos principais momentos do avanço romano.	9
b) A integração dos povos do Ocidente peninsular e a prefiguração da província da Lusitânia.	12
1.2. Notas sobre a Lusitânia e o esboço da sua caracterização.	28
a) As manifestações materiais.	30
b) O caso das realizações de ourivesaria nas sequências da tradição cultural.	32
c) O elemento de Vilas-Boas e a sua comparação com outros exemplos.	36
1.3. As aculturações e os seus reflexos ao longo do I Milénio a.C..	40
a) A estruturação social dos povos peninsulares e os seus sinais materiais.	43
b) Modos de inter-ligação e contacto territorial e a Combinação das influências culturais.	46
c) A definição de uma evolução civilizacional: Do Bronze para o Ferro.	50
d) A questão das aproximações célticas.	53
e) O papel dos armamentos no contexto das categorias de produção metalúrgica e os seus aspectos essenciais.	58
2. A história das investigações do tempo antigo e os seus pressupostos de abordagem:	
2.1. A procura dos elementos da Nacionalidade.	63
a) Leite de Vasconcelos e a criação do Museu Etnológico.	65
b) O destaque da I Série do <i>Arqueólogo Português</i> .	73
c) O Museu Etnológico no Séc. XX e as posições de Manuel Heleno.	78
2.2. A cultura museográfica em Portugal e o esboço das definições disciplinares do conhecimento do passado.	82
a) Os estudos pré-históricos e os seus temas.	86

**I PARTE. MEMÓRIAS, TRADIÇÃO E CONHECIMENTO:
A apreciação estético-literária da Antiguidade
como primeira introdução à sua História.**

pág. 93.

1. A consideração dos espaços simbólicos e a sua recorrente interpretação:	
1.1. O sagrado e o profano no decurso dos tempos.	97
a) Sinais de antiga reverência perante a monumentalidade.	99
b) O Megalitismo irlandês na literatura medieval: A elaboração mitológica e a <i>interpretatio christiana</i> .	100
c) O exemplo do antigo Noroeste do território português: A persistência do paganismo, a idolatria dos galaico-minhotos, e as condenações martinianas.	105
1.2. As «presenças na paisagem» no apontamento das obras Humanísticas portuguesas.	114
a) Em torno dos vestígios da Foz de Colares (Sintra).	115
b) Os achados monumentais de cronologia pré-histórica e a associação a primitivos cultos solares no Extremo Ocidente.	122
c) As marcas de uma geografia poética: A lenda das Hespérides na antiga voz dos Autores.	125
1.3. A herança clássica.	131
a) A Ibéria e as suas regiões na obra de Estrabão.	131
b) «Του Ιερου Ακροτιριου»: A descrição do Promontório Sacro.	134
c) Um país de prolíferas «riquezas»: Da Lenda do Rei Argantónio ao Mito de Héracles e Gerião.	136
2. Entre Mares e Civilizações:	
2.1. As inter-relações territoriais, os contactos e as navegações.	145
a) A perspectivização da οικουμενη no Séc. V a.C..	146
b) Em torno à questão das navegações gregas para Ocidente.	149
2.2. O relance sobre as populações locais e os seus aspectos.	153
a) Gerião e os simbolismos taurídeos.	154
b) Os litorais e o domínio dos recursos naturais.	157
c) A circunscrição gaditana.	163
d) O circuito dos lugares consagrados em torno a Gadir.	167
3. A influência erudita nas descobertas críticas e na atenção ao dado material:	
3.1. Um mundo em ruínas.	177
a) A desagregação da monumentalidade antiga.	178
b) A crescente importância da actividade numismática e o sentido consolidado dos coleccionismos.	181

3.2. Reis antigos e arquitecturas <i>pro memoria</i>:	
A visualidade do passado.	186
a) As exortações em favor das « <i>dignidades</i> ».	187
b) Sobre a velha monarquia e as antigas linhagens.	189
c) A lendária fundação de <i>Olisipo</i> .	192
d) O circuito dos lugares consagrados em torno a Gadir.	167
3.3. Primeiros registos e anotações dos elementos materiais antigos e o ideal classicizante.	198
a) A exaltação do legado clássico-romano.	199
b) Um enigmático achado figurativo na « <i>zona do Castelo</i> », segundo Luís Marinho de Azevedo.	202
3.2. Hipóteses para primitivos tempos.	206
a) Em torno da definição do território lusitânico em épocas recuadas.	206
b) A <i>Argonáutica phenicia</i> segundo Martins Sarmento e o presumível cenário das antigas navegações e afinidades culturais.	209

II PARTE. DAS ÁREAS CULTURAIS AOS UNIVERSOS ESTÉTICOS:

O primado das descobertas e a restituição e reconhecimento das antigas sociedades peninsulares no quadro das suas manifestações.

pág. 215.

1. «Brilhantíssimo no meio das trevas»:

O pioneirismo científico de D. Manuel do Cenáculo e do seu círculo no contexto do Séc. XVIII.

1.1. A actividade do Prelado de Beja.	218
a) Em torno dos propósitos de um necessário <i>decoro das coisas</i> .	220
b) As colecções cenaculanas.	222
c) Os registos dos achados setecentistas pacenses.	226
1.2. A Colecção arqueológica de Cenáculo nas origens do Museu de Évora e os investigadores de Oitocentos.	231
a) A constituição do núcleo lapidar eborense.	232
b) Revisitação à Colecção de Cenáculo: Os comentários de José Leite de Vasconcelos.	236
1.3. Um decurso diletante:	
O encontro entre Cenáculo e o orientalista Pérez Bayer.	246
a) Os apontamentos arqueológicos de D. Pérez Bayer no Alentejo.	248
b) O registo das colecções olisiponenses.	251

2. Os sinais de «<i>tempos de Fenícios</i>»:	
2.1. As primeiras notícias sobre a epigrafia meridional da Idade do Ferro em espaço português.	255
a) As propostas de interpretação de Frei José Lourenço do Vale.	257
b) Uma reinvenção do mundo antigo: As tentativas de leitura das lajes inscritas.	259
c) As lápides e o seu contexto material como achado.	262
d) O confronto com os achados epigráficos no Sul peninsular.	265
2.2. O espólio epigráfico meridional e o impulso das investigações de Leite de Vasconcelos.	267
a) O alargamento das áreas de achado das inscrições.	267
b) As colecções epigráficas no Museu Etnológico.	268
c) O confronto com os achados numismáticos de Alcácer do Sal.	271
3. O Castrejo como paradigma para a definição e esforço comparativo do tema das áreas culturais e estilísticas:	
3.1. Modos de procura de uma continuidade:	
Do espaço antropológico ao espaço do estético.	279
a) A teoria das «duas civilizações» do território segundo Orlando Ribeiro e a sua expressão material.	281
b) Em torno do âmbito de persistências de carácter etnológico.	285
c) O sentido perdurável dos misticismos.	289
3.2. A herança das primeiras explorações modernas no espaço castrejo.	293
a) O protagonismo inicial de Martins Sarmento.	293
b) As campanhas em Briteiros.	295
c) O exemplo dos balneários castrejos e a sua decoração.	297
d) As explorações em Sabroso:	
De Sarmento à intervenção de Christopher Hawkes.	301
e) Em torno dos contactos de Martins Sarmento e Emile Hübner: Um reflexo dinâmico da perspectiva de pesquisas.	306
3.2. O «Castrejo» e as pesquisas de Leite de Vasconcelos: Um segundo momento constitutivo da identificação da antiga região cultural do Noroeste.	310
a) Notas sobre o decurso de um viajante: Leite de Vasconcelos no Minho e a exploração do Castro de Paderne (Melgaço).	310
b) A Cidade de Paderne, a sua cantaria, e um primeiro esboço interpretativo da estética castreja.	312
3.3. A plástica castreja e o recente posicionamento dos seus contextos explicativos: De Carlos Alberto Ferreira de Almeida às corroborações de Calo Lourido.	316

4. Um tempo descoberto pelas suas imagens:

A emergência da arqueologia ibérica.

4.1. «Damas», «Santos», «Cavaleiros» e investigadores. 324

- a) A arte ibérica e o envolvimento dos investigadores franceses. 324
- b) Constituição e arranjo da «Colecção Ibérica» no Museu do Louvre. 333
- c) Um exemplo da arte escultórica dos Íberos:
As esculturas de Osuna (Sevilha) no seu contexto e associações. 338

4.2. O sentido dos elementos civilizacionais partilhados:

A importância dos materiais 'menores'. 344

- a) As campanhas na área de Almedinilla e o resgate da falcata de Los Collados. 345
- b) Aspectos distintivos das armas da Idade do Ferro. 347
- c) O confronto interpretativo do espólio do Olival do Senhor dos Mártires, segundo Vergílio Correia. 352

III PARTE. OS MATERIAIS E OS MODOS PLÁSTICOS E FIGURATIVOS:

Os aspectos e exemplos das manifestações autóctones no contexto das suas sensibilidades e fases de afirmação.

pág. 359.

1. As importações e o seu enquadramento civilizacional:

A intervenção mercante durante o I Milénio a.C. e os âmbitos locais.

1.1. Os achados cerâmicos no Norte do território português:

O contexto do Castrejo, a realidade das importações e a afirmação das produções locais. 368

- a) As importações cerâmicas e a questão da sua cronologia tardia. 369
- b) As heranças do formulário decorativo castrejo. 373

1.2. Os achados cerâmicos nas regiões meridionais:

O caso de Castro Marim (Faro) e das zonas do Baixo Alentejo. 378

- a) Os vestígios de cerâmicas gregas entre o Algarve e a Andalúzia. 381
- b) O confronto dos achados de ânforas romanas no Sul do território. 386
- c) Os achados áticos do Alentejo. 388

1.3. Um horizonte de achados característicos:

O espólio de Santa Olaia (Figueira da Foz), o reflexo dos trabalhos De Santos Rocha e a definição de contextos cronológico-culturais. 392

2. «Καλκοματα»:

A questão da metalurgia figurativa e do seu trabalho na Antiguidade peninsular.

2.1. Os «ídolos» importados e a intervenção das influências orientalizantes nos materiais figurativos. 405

- a) As peças orientais do Museu Arqueológico Nacional de Madrid. 405
- b) As colecções do Museu Arqueológico de Sevilha. 408

2.2. Os achados votivos da Idade do Ferro meridional em espaço lusitânico.	412
a) A cabeça de carneiro da antiga Colecção Júdice e a sua interpretação comparativa.	414
b) De um fragmento de Monte Beirão (Almodôvar) aos vestígios figurativos da I Idade do Ferro no Baixo Alentejo, segundo Caetano Beirão.	421
2.3. Os aspectos da actividade metalúrgica peninsular local.	425
a) Tradição e mudança: a questão das persistências da Idade do Bronze.	428
b) Os achados metalúrgicos em território português nos esforços interpretativos de Filipe Simões.	434
2.4. A torêutica antiga do território português e os seus principais registos:	
Os ídolos antropomórficos e as representações zoomórficas.	440
a) O núcleo de bronzes figurados do Museu de Évora.	441
b) O confronto com os bronzes votivos do âmbito dos achados hispânicos e sua classificação.	444
c) As tipologias torêuticas do território português e a sua análise: As estatuetas de «cabrinhas» e o Culto a Atégina.	453
d) A relação dos temas zoomórficos e as notas de adição de José Leite de Vasconcelos.	460
e) « <i>Não apenas metais...</i> »: A tipologia glíptica das figurações escarabiformes no Ocidente lusitânico.	469
2.5. Os materiais técnico-votivos na obra <i>Religiões da Lusitânia</i>.	479
a) O ex-voto de Castelo de Moreira.	480
b) Os artefactos idolíformes de bronze.	482

IV PARTE. REPRESENTAÇÕES DO HERÓICO E DO DIVINO:**Os gestos perpetuados em pedra.**

pág. 485.

1. As tradições da arte esculpida de temática zoomórfica:**As figuras de berrões.**

1.1. Contextos descritivos dos achados.	489
a) O achado de Paderne (Melgaço) e a comparação com a peça do «berrão» de Sabroso.	491
b) Âmbitos funcionais.	493
c) Um segundo exemplo de Paderne.	496
1.2. Contextos simbólicos.	500
a) Uma romagem curiosa aos monumentos transmontanos.	500
b) Sentidos para as envolventes presenças locais.	502

1.3. Dos modos originais às ressurgências figurativas.	507
a) Entre delimitações territoriais.	508
b) A presença de figurações do «javali» no espólio votivo de S. Miguel da Mota (Alandroal) e no Alentejo.	510
c) As tradições figurativas e as recorrências simbólicas.	513
2. Sombras de um olhar antigo:	
As esculturas dos «Guerreiros galaico-lusitanos».	
2.1. Os «Guerreiros de Campos» e a recapitulação da história dos primeiros achados e interpretações.	518
a) Os temas e referentes decorativos associados à escultura dos «Guerreiros».	521
b) As estátuas de «Guerreiros» e o seu sentido estético.	523
c) Os «Guerreiros» e a História.	526
2.2. Situações de achado das esculturas dos «Guerreiros» e a recorrência de atributos.	530
2.3. As persistências da ornamentação castreja, a teoria da unidade estética do antigo território galaico-lusitano e o confronto com o Classicismo.	534
3. Em torno das presumíveis repercussões de uma transformação civilizacional:	
3.1. As ocorrências materiais e estilísticas da Pré-história para a transição da Idade do Ferro.	540
a) A invasão dos «Saefes» no poema de Avieno e as suas possíveis conotações histórico-simbólicas.	541
b) Das referências aviénicas ao legado do figurativismo ofiolátrico nas antigas tradições decorativas do território português.	544
c) A tradição das estelas da Idade do Bronze e o seu significado figurativo.	549
d) Os vestígios da Idade do Bronze e os primeiros esforços de caracterização da sua época.	553
e) Um decisivo momento cultural antigo: As lápides como sinal de um auge de afirmação simbólica.	558
3.2. As origens expressivas da ideologia heróica e o antropomorfismo.	563
a) A categoria das estelas insculpidas ao longo das suas principais fases culturais.	480
b) Uma progressiva evolução dos modos escultórico-insculpidos: A génese da arte das lápides do Sul.	566
c) O aparecimento da figuração antropomórfica nas emblemáticas lápides de Abóbada e de Benaciate.	568
d) A presença antropomórfica na laje de Monte Barroso (Museu de Faro).	573
e) Interpretações para o figurativismo meridional.	575

4. Do tema da ausência das realizações figurativas à formulação dos temas heróico-divinos:	
4.1. O âmbito da percepção do transcendente.	582
a) As fontes e as fragas.	583
b) O confronto das sensibilidades e os paradoxos da interpretação.	585
c) Uma perspectivação para os sentidos de passagem.	588
4.2. Um rosto para os deuses.	591
a) Em torno da questão do « <i>deus sem nome</i> » dos «Galaicos».	594
b) As manifestações cultais como motivo para a emergência de uma «tradição luso-romana».	598
c) Os achados dedicados a «Aernus» (Castro de Avelãs) e os aspectos da sua representação formal.	600
d) Intersecções figurativas: O monumento consagrado a «Arus» (Castro Daire).	601
e) A progressiva composição do modelo de representação do Deus Marte no território lusitânico.	605
5. O Culto a Endovélico:	
Da <i>interpretatio romana</i> às tipologias votivas e seus paralelismos.	
5.1. A Coleção das esculturas de S. Miguel da Mota.	619
5.2. Os cultos circum-vizinhos à área de influência do Culto de Endovélico na Andalúzia Ocidental.	624
5.3. Os princípios divinos na antiga religiosidade.	630
a) Endovélico e o gaulês <i>Sucellus</i> : Paralelismos formais de uma tipologia de representação de entidades indígenas maiores.	634
CONCLUSÃO: «No decurso dos tempos...».	641.
BIBLIOGRAFIA: i-xxxii.	

VOL. II.

ANEXOS:

- Índice das ilustrações e figuras
- Principais figuras referidas em texto
- Esboços ilustrativos
- Para uma catalogação dos exemplos e formas comparativas da Arte entre as antigas sociedades do Ocidente peninsular

Nota de apresentação de objectivos

O propósito inicial, subjacente a este presente trabalho, terá sido, sempre, o de abordar, com especial consideração, o **tema dos «ídolos» antigos**. O ponto de partida, obviamente, era o universo correlativo com os diversos achados do território português.

Por «ídolo», haverá assim a definir todo o artefacto figurativo que, comportando determinados aspectos formais, vem a indicar e exprimir sentidos que são, antes do mais, de carácter simbólico, referentes ao âmbito da percepção da Natureza e da vida, pelos quais tornar-se-ia, então, possível a nossa perspetivação da sua qualidade como manifestação estética e criativa.

Por outra parte, enquanto elemento que é, igualmente, um resultado técnico e uma manifestação material, o respectivo papel de tais artefactos também teria de se considerar dentro da própria hierarquia dos gestos e sinais rituais, que, numa funcionalidade não menos simbólica, assinalariam um domínio limiar, entre tudo o que era visível e o invisível, num pressuposto, que, de resto, já há algum tempo que veio a ser formalizado por **Mircea Eliade**, dentro dos termos de exposição da sua teoria do «arquétipo» e da «repetição» para os sistemas do pensamento arcaico.

Cabe, na verdade, indicar que, como uma outra perspetivação que, desde logo, também sempre se nos afigurou como essencial, é a presumível evidência de que, para épocas antigas, e, mesmo que se tratem já de contextos integráveis momentos avançados, até no contexto da própria Antiguidade, a força dos sentidos primevos (e, como tal, «arcaicos»), na sua persistência e afirmação, terá sido tão marcante, que nunca se poderia desligar, em nosso entender, a experiência religiosa da experiência estética.

Tendo já havido, entretanto, ocasião de, numa comunicação nossa, ter sido possível apresentar publicamente essa mesma ideia, que se assumiu, a nosso ver, como premissa fundamental, de base, para todos os estudos que tivemos também oportunidade de fazer, à mesma não deixaria de haver uma inevitável contraposição, segundo a qual, de acordo com o nosso interpelante, reafirmava que não conseguia de modo nenhum perceber em que medida os mesmos domínios se poderiam alguma vez congregar-se e fundir-se num único âmbito, tendo-se então realçado que a experiência estética não se tornaria nunca numa outra coisa, nem, desde o princípio da História, deixara de ser a Arte, em exclusivo, a expressão da capacidade criativa do Homem, diferenciando-se então de todo o restante conjunto de práticas que, em si mesmas, seriam já de índole precisa: entre elas, claro, as práticas rituais inseridas no domínio de um primitivo regulamento de crenças...

Somos muito devedores desta observação, se bem que, por um lado, não consigamos deixar de julgar como certo (e tal como, enfim, adiante se há-de voltar repetir), de que consideramos, como definição essencial, que a experiência artística tem a sua fundamentação na experiência da revelação metafísica, do contacto com o transcendente e com o divino; e, por outro lado, somos igualmente os primeiros a reconhecer que esta nossa própria conceptualização ainda não teve a sua devida formulação, ainda que, regressando de novo ao âmbito em que nos propusemos desenvolver este mesmo trabalho, fosse também esse um dos nossos primeiros objectivos.

De qualquer maneira, essa mesma ideia estava já contida no ensaio de **George Steiner**, traduzido segundo o título original, *Presenças Reais*, de 1989, de que houve ocasião de termos já lido em bom tempo, e onde viemos a reconhecer, da exaustiva referenciação que o referido autor elabora quanto à fenomenologia dos factos criativos, a nossa própria concordância quanto ao fundamento de toda a significação das expressões humanas, no cerne do qual se situará, precisamente, a percepção do divino.

Não quer isto dizer que haja, da nossa parte, qualquer adesão retrospectiva, seja ao Hegelianismo, seja ao Idealismo em geral.

O que sucede, tal como veio a afirmar, algures, um outro autor, desta vez, **André Leroi-Gourhan**, é que, se bem que faça parte da natureza humana considerar, ora a certeza, ora a dúvida, perante a inevitável questão de se saber se, de facto, existe o divino, do que interessa reter, em particular, no estudo histórico, isto ainda segundo o mesmo arqueólogo francês, não são as provas da existência de Deus ou 'dos deuses', mas as provas dessas mesmas crenças, de que houve sempre alguém que quis, intencionalmente, ou por casualidade, manifestar essa sua ideia.

Foi nesse mesmo sentido, do leque de perspectivas de discussão que se abriam a partir daqui, que muito se reforçou o nosso próprio interesse no tema dos «ídolos» antigos.

A atrás citada observação crítica à ideia que expusemos, numa breve apresentação pública inserida no decurso de uma série de encontros e debates que o Centro de História da Arte da Universidade de Évora encetou em inícios de 1996, uma data que coincidiria afinal com o início da nosso presente trabalho, pertenceu, com o devido crédito, ao Doutor Artur Goulart, então Director em funções do Museu de Évora. O nosso Departamento de História tem, de resto, o privilégio de ocupar espaços que são vizinhos ao próprio Museu de Évora, onde se encontram ainda reunidas (conforme também o haveremos de recapitular em dissertação) algumas das mais importantes colecções museológicas modernas, que foram das primeiras a serem estabelecidas em Portugal.

Sucedem que, precisamente, entre os **depósitos do Museu de Évora**, encontram-se dos mais significativos exemplos de «ídolos» arcaicos da Antiguidade do território português, integrados na Colecção arqueológica fundada por D. Manuel do Cenáculo, mas quanto aos quais há mais incógnitas que possíveis respostas.

Tratam-se dos célebres **«ex-votos» de bronze, antropomórficos e**

zoomórficos, nos quais estão as não menos afamadas «cabrinhas» que se interpretaram sempre como sinal cultural à velha deusa Atégina, que os Romanos, após a sua conquista do território lusitânico, assimilaram à devoção clássica de Prosérpina. Foi aí mesmo, então, que iniciámos, de forma concreta, o nosso percurso, observando directamente as referidas peças, apreciando-as e registando tudo o que haveria a reter delas.

Numa primeira apreciação, são objectos toscos e rudes; não porque a isso se deva a tradicional noção de que tais peças seriam o produto de incipiência artesanal (isto, porque, em última instância, em Arte, sabemos-lo hoje, não haverá algo que possa verdadeiramente merecer os epítetos de 'incipiente' ou de 'inábil', mesmo considerando-se o respectivo grau de elaboração das obras), mas, enfim, porque essa é a sua actual condição natural, em que a passagem dos séculos veio a largar os seus efeitos.

Assim, os «ídolos», sobretudo os antropomorfos, estão disformes, de superfícies torcidas, sofrendo o dano da oxidação, que fez já largar pequenas partes do corpo das peças, transformando-as em irregulares texturas. Incipiente, talvez, terá sido, nunca a sua forma e molde, mas a sua técnica, que se revelou com resistência efémera. Ao contrário, as «cabrinhas», ainda que escurecidas pela característica patine do metal, exibiam sinais da sua evocação primaveril, de regeneração e vitalidade, tal como se se tratassem, não de uma representação imóvel, mas do próprio animal em que se inspirou a temática, tal como, quase, tivessem sido acabadas de sair da oficina.

Melhor conservadas, não coíbem a própria emoção que se suscita igualmente a partir da observação dos outros «ídolos», que, desta vez, representam orantes, em súbitas atitudes de pasmo e inquietação.

Aqui está, portanto, o que será essencial: a emoção que se desenvolve, da parte do espectador, perante o objecto que se observa.

A emoção, que terá de oferecer-se a teorias e explicações; as peças são importantes, não porque sejam tão só pedaços de matéria-prima, extraída, antes

do mais, de jazidas naturais, e levadas depois ao afeiçoamento do trabalho humano, mas porque reflectem qualquer coisa da universalidade dos sobressaltos humanos.

As peças adquirem o seu paradoxal interesse, e tornam-se mais do que simples 'velharias', porque suscitam ao observador os ilusórios efeitos de um deslumbramento, ou, misteriosamente, revelam, como num espelho, os aspectos mais salientes das nossas próprias experiências íntimas.

O que as peças nos revelam, é, afinal, o nosso próprio mundo, as nossas formas e cores favoritas; as expectativas quanto à alteração, que, eventualmente, se desejaria incutir sobre o mundo em volta. Uma experiência, então, de novo voltando a salientar a nossa perspectiva, que não deixa de se assemelhar ao deslumbramento trazido pela percepção interiorizada do divino, a qual é, do mesmo modo, transformadora.

Daqui decorreriam, pelo menos, duas circunstâncias que determinariam o decurso posterior que levou à execução do presente trabalho.

Em primeiro lugar, a súbita constatação de que (tal como se, apesar de todas as evidências, nunca antes houvéssimos pensado nisso em termos rigorosos), a valorização dos objectos depende, antes do mais, das ideias que se elaboram acerca da sua interpretação.

Em segundo lugar, ao encetarmos as nossas pesquisas, sucedeu o que também acontece tantas vezes nos meandros do estudo e da investigação, e que resultou, tanto na frustração de não encontrarmos, especificamente, documentação que nos adiantasse mais conhecimento do que aquele que possuíamos sobre o tema dos «ídeos» (e em particular os conjuntos do Museu de Évora), como, nessa incessante busca de informações, nos surgiu então por diante toda uma outra série de fontes e monografias que, inevitavelmente, nos levaram por outras vias, quase ao ponto de nos arriscarmos a exceder o próprio âmbito do plano a que nos havíamos proposto.

Pelo menos, no equilíbrio conseguido, um aspecto correlativo veio a emergir

e a ganhar progressivamente importância: a questão da história das investigações que, desde longa data, se haviam elaborado já sobre a diversidade temática das «antiguidades»; e isso pareceu-nos, não apenas interessante, como, na verdade, essencial, até, ao nosso plano.

Os «ídolos» do Museu de Évora, em termos concretos, sendo achados enfim excepcionais, tanto se integravam na sua própria tipologia, enquanto representações técnico-figurativas, como pertenciam, muito latamente, ao conjunto dos mais diversos achados antigos referentes ao território lusitânico.

À falta de referências desenvolvidas, mesmo entre o espólio documental cenaculano, quanto à proveniência, na sua qualidade particular, dos ídolos eborenses, veio contrapor-se, na verdade, toda uma outra abundante literatura sobre a própria questão dos «ídolos», numa abrangência que se alargava, outrora, não apenas às figurações, mas, também, por exemplo, às simples aras votivas consagradas a antigas divindades (e eram então tomadas como um exemplo das 'manifestações de paganismo', portanto indo de encontro ao que, nomeadamente, D. Fernando de Almeida, na introdução ao trabalho, de 1975, de José D' Encarnação, veio a chamar de campo dos «estudos da fenomenologia religiosa»).

Ou, a registar ainda, toda a série de publicações monográficas que tratavam da sucessiva descoberta de novos artefactos e objectos, com especial destaque para a súbita irrupção da cultura científica nacional entre os Sécs. XIX-XX.

Tudo isso ajudava a compor uma perspectivação do modo como se vieram a elaborar ideias acerca da própria Antiguidade lusitânica, bem como do papel que a progressiva valorização dos materiais veio a ocupar nessa mesma evolução.

A estes aspectos se referiu, pois, algum do nosso estudo de base que, conforme se verá a seguir, se traduziu na prefiguração de capítulos amplamente dedicados a explorar, seja o protagonismo de determinadas personalidades (inevitavelmente, D. Manuel do Cenáculo, mas também Francisco de Holanda e, já mais próximos de nós, Augusto Filipe Simões, Martins Sarmiento ou Leite de Vasconcelos, e até já Caetano de Mello Beirão; todos estes, curiosamente,

exceptuando Sarmiento, ligados de um modo ou outro a Évora), seja a sua respectiva obra e, claro está, ideias e informações com que contribuíram para o progresso do estudo do «Antigo».

Atrás destes protagonismos, estava também a herança clássica; e assim surgiria, então, outro dos mais desenvolvidos capítulos deste presente trabalho.

De facto, mesmo considerando a grande margem que, enfim, está implícita na distância entre a mera abordagem dos vestígios da Antiguidade e a ambição maior de tocar a própria essência do «Antigo», a fazer resultar nos volumosos textos que se constituíram como primeiros esforços da tradição historiográfica, não deixaram de se fazer sentir o especial interesse, mesmo que curioso e chegando-se até ao risco do simples diletantismo, de um mundo que, subitamente, se tomava como objecto de imaginação e especulação. Mas eram os vestígios, até então eram os somente conhecidos, que fomentavam uma tal projecção fantasiosa dos tempos antigos.

De qualquer modo, como elemento de uma indispensável metodologia científica, houve também outra questão que ganhou pertinência.

A partir do momento em que houve necessidade de estabelecer, enquanto base de pesquisa, um universo selectivo de peças, aferíveis para uma determinada época e passíveis de revelarem uma dada estética, foi igualmente evidente que se mantinha a seguinte interrogação: das peças que surgiam entre determinadas colecções, como foram parar aí? Quando e quem as resgatou? Que ideias se publicaram acerca das mesmas? Tanto mais se continuava a reforçar a própria importância a dar à história das investigações, seus precedentes, e suas respectivas consequências.

Também aqui, afinal, se cumpria um dos objectivos principais do estudo da Arte, que é, pois, a elaboração de toda uma *história* com apoio indispensável na abordagem dos próprios objectos.

Gradualmente, pois, sobressaía, em consonância, de resto, com o plano que nos havíamos proposto cumprir, a progressiva importância do seguinte: em

primeiro lugar, da atenção a reservar às próprias peças, enquanto base essencial de estudo; em segundo lugar, a correlação entre as diversas tipologias em que as mesmas realizações se vinham inserir, e oferecer-se a classificações (obviamente, um «ídolo» só se poderia fazer valorizar, se colocado, por confronto, ao lado de outras peças que viessem a evidenciar outras funcionalidades).

Seguidamente, o seu respectivo contexto, quanto à sua qualidade de achados e também quanto a manifestações a integrar em espaços e fases civilizacionais definidas, cada qual evidenciando tanto os aspectos próprios, distintivos, como não deixando de patentear influências, desde as primeiras de interacção com as sociedades do Mediterrâneo, até ao ponto culminante que constituiu, a nosso ver, a Romanização, processo histórico terminal de um ciclo de afirmações locais, mas não menos decisivo, afinal, quanto ao sincretismo em que, talvez não muito surpreendentemente, fez ressaltar então o que se tornaria na formulação característica de determinados aspectos culturais, na verdade de origem tão genuinamente autóctone, quanto terá sido «fabricado» ou «inventado», na mesma sequência da Romanização, o **facies** típico do que se designará como a «cultura lusitânica».

Assim se poderia estabelecer a respectiva perspectivização histórica e estilística a fazer denotar das peças antigas.

Em termos gerais, emergiria, portanto, a nossa própria visão sobre o que haveria a desenvolver por escrito: desde logo, a consideração do «Antigo» e a definição do que veio a significar, histórica como filosoficamente, a «Antiguidade»; num segundo plano, o papel de determinados objectos no âmbito dessa mesma consideração, tal como resultava, quer da lição dos Autores clássicos, quer da dos de tradição humanística moderna. Por fim, a viragem que ficou subjacente ao decurso de valorização dos materiais, como documentos e como fontes visuais e imagéticas de grau sumamente eminente; e, em seguida, a nossa própria apresentação dos mesmos artefactos, quanto ao seu próprio tempo e na sua estética.

Ao fim e ao cabo, não deixava de se elaborar, precisamente, um progressivo delineamento, em que, intencionalmente, certas tipologias se vieram a fazer destacar, regressando, pois, o nosso raciocínio ao pressuposto em que todo este trabalho teve a sua origem: a questão das figurações idoliformes, como manifestação da percepção do transcendente e do sobrenatural.

Das partes em que o presente trabalho se subdividiu, a última é, com efeito, consagrada, em pleno, às «representações heróico-divinas». Na sua possível perspectivação, desde uma época de afirmação e auge das sociedades locais, entre a Idade do Bronze e a do Ferro, até ao processo determinante da Romanização, a almejada história do sentido de certos objectos poderia, enfim, formular-se no seu teor.

Da génese de formas e sentidos, ao resultado final que consistiu no estabelecimento das classes de obras já próprias de época avançada, pautadas já dentro da categorização do que se chamou o «luso-romano», emergiriam claramente os «ídolos», não apenas limitando-se o seu universo às colecções de velhos bronzes ou temáticas elaboradas sobre outros suportes, mas abarcando já a escultura em pedra, na persistência das memórias que, muito sinuosamente, aí mesmo convergiam em exuberante formalização.

Do resultado final das apreciações, então, era como se fosse a História que se viesse a revelar, em sentido apoteótico (isto segundo as concepções que os próprios Antigos possuíam acerca da 'apoteose' e do 'triumfo'), na categoria de peças finais que adiante se hão-de apresentar, correspondentes ao espólio dedicado ao Deus que vinha do fundo dos tempos, e que emergia, na sua nova solenidade, sendo já tão velho, quanto, simultaneamente, rejuvenescido pela assimilação e **interpretatio** a que se prestaria em tempos romanos, e que foi **Endovélico**; de facto, a última das maiores manifestações de autoctonia, ao mesmo tempo em que ressurgia como um dos maiores exemplos do Classicismo no próprio território.

Deste modo se justifica o nosso próprio percurso e procura, tendo constatado

que, à ausência pontual de certos achados para momentos que, apesar de tudo, se assumiam como decisivos para a compreensão da Antiguidade do território nacional, se contrapôs a frutuosa abundância de testemunhos aferíveis para outras fases.

Uma das primeiras coisas a distinguir, pois, era o 'pré-romano' do 'romano', tendo-se constatado que, durante muito tempo, perante a perplexidade trazida pela multiplicidade e coexistência de elementos de diferenciada acentuação para uma mesma época, se tomava por 'arcaico' o que pertencia, porém, já, ao Romano. Seria, de qualquer modo, evidente que estávamos diante de um **fenómeno de subsistências formais**, que eram **recorrentes e ressurgentes**, em indicação de uma sensibilidade local que se manteve, mesmo após as vicissitudes históricas.

Na dificuldade, que se revelaria evidente, de se poder restituir, em rigor, alguma possível sistematização da estética das sociedades locais, dado o estado parcelar, fragmentário e disperso em que haviam subsistido os seus respectivos vestígios, veio a ser, porém, mais pertinente a conclusão de que se sucedia uma notória permanência de formulações, mesmo após os modos de assimilação e interpretação posterior; cada obra «luso-romana», assim mesmo, traria em si as chaves da sua eventual descodificação, em referência a significados retrospectivos, que apenas adquiriam explicitação se se pudesse conceber, para momentos de aparente esvaziamento de provas, um fundo inicial de génese, em que as ideias e as técnicas não teriam deixado de fornecer o seu contributo, num assegurado trânsito.

Estaria, desta maneira, aberta a via para o fio condutor do nosso próprio raciocínio.

Claro está que, uma vez alcançando-se o fim de um percurso de pesquisas e de um trabalho de conclusões, em que, conforme se atestará pelo teor das nossas dissertações, se tentou sobretudo alcançar e expor situações de base, emerge a constatação de todas as imperfeições, mesmo que, em salvaguarda de todo o esforço e empenho, se possam estabelecer, desde já, a partir daqui, as evidências

quanto ao que poderia ter sido um outro princípio de aplicação.

A saber, do que não se completou: a inventariação de todos os aspectos formais e técnicos que se apresentavam em cada peça, desde o mínimo detalhe, da mera incisão de traços que se revelariam já em toda a sua carga de intenção figurativa, ao afeiçoamento geral do artefacto, como conjunto orgânico, e a sua subsequente comparação, de obra para obra; ou o estudo que, em particular, se poderia ter desenvolvido, antes, sobre uma determinada colecção.

Apesar, pois, das nossas tentativas em condensar a apresentação das particularidades de cada exemplo, a tendência foi sempre a de uma grande generalização; como tal, incorremos em riscos de uma excessiva abrangência.

No entanto, tal como se poderá aferir mais adiante, muito firmemente resolvemos conservar algumas dessas mesmas referências, porque nos pareceram decisivas para o que desejávamos demonstrar, nem que fosse por extrapolação.

Nomeadamente, pareceu-nos essencial recorrer à revisitação dos dados literários. Seleccionámos a descrição da Ibéria, no tratado geográfico de Estrabão, que, num certo avanço, tentámos consultar, como evidente recurso às edições críticas, no próprio texto original em Grego (quanto mais não seja, porque as nossas próprias noções de Arte, como de Civilização, vieram a ser, como é sabido, expostas inicialmente em tratados como esse), e aventurámo-nos a explorar algo da literatura irlandesa, onde ressurgia toda uma notável percepção do passado e da sua monumentalidade, de acordo com as tradições sempre vigentes entre o folclore hibérnico, e sendo amplamente tratado como motivo predilecto de toda uma cultura.

Mas houve, ainda, o distanciamento crítico em relação ao foco de observações, correntes, segundo as quais a mesma literatura, longe de qualquer constrangimento que as condicionasse a uma esfera local, do seu próprio país, se poderia tomar como uma exemplificação do que teria sido, enfim, o passado antigo da Europa, o passado céltico.

É certo que, também aqui, encontramos o mesmo fundo de origens, mas a nossa reavaliação veio a decorrer tão só num esforço comparativo; ao lado, expusemos algo da antiga literatura do território, que também tratava dos resquícios de atitudes do passado, como era o caso do **De Correctione Rusticorum**, da autoria de **S. Martinho de Dume**.

Uma outra investigação haveria, efectivamente, a elaborar (tal como, não deixaremos enfim de confessar, gostaríamos ainda de tentar fazer), entre as ligações existentes entre a Irlanda e a Lusitânia, sobretudo na contextualização da Antiguidade Tardia, num âmbito temático que, embora tendo sido afluído, nunca foi desenvolvido, tanto quanto saibamos, e que vem a radicar, enfim, em circunstâncias compartilhadas de uma época vivida em comum.

Mas, de qualquer forma, o mesmo esforço de comparação de ligações, igualmente inéditas, embora igualmente sugeridas, seria igualmente o que se poderia estabelecer quanto ao quadro de relações entre a Península e Bizâncio, nunca tratadas cientificamente, apesar das sucessivas reinterpretações que, em concreto, se abeiraram dos vestígios suevos e visigóticos, ao nível da sua manifestação formal e estética.

Por este mesmo quadro de possíveis interligações que acabámos de descrever, repete-se, na verdade, o que há-de ser predominante, conforme, de resto, o que, aqui sim, já foi devidamente aprofundado, quanto à constante situação do território, ora virando-se para o Atlântico, ora para o Mediterrâneo; de um lado, respectivamente, teremos as influências e marcas de épocas pré-históricas, do outro, sobretudo, a integração de áreas peninsulares no mundo das mais eminentes civilizações, o que se revela essencialmente no que se convencionou designar como a «Proto-história», ainda que, recorrentemente, um, como outro dos citados aspectos, sejam notórios ao longo de toda uma série de coexistências patentes ao longo do tempo, do II para I Milénio a.C., contribuindo para a explicar a própria especificidade e formação da identidade cultural do território.

Salientamos aqui, pois, essa mesma dualidade, que, por tanto nos parecer ter sido sempre tão óbvia, acaba por passar despercebida para a própria Antiguidade, sendo, pois, necessário, reafirmar o seu papel. E aqui se antecipa, pois, o que consideramos ser uma das contribuições deste nosso presente trabalho, que é a comprovação de tais ligações, mesmo para o que poderemos designar como a «Alta Antiguidade» do país.

De qualquer modo, não poderíamos reduzir a expressividade das manifestações locais, somente ao sinal dessas inter-relações.

Partimos igualmente do pressuposto, de alguma forma também comprovável pela própria história das investigações, que os principais focos de dinamismo cultural autóctone, mau-grado a presença preponderante do litoral e das vias de fácil comunicação com o resto do mundo, são, enfim, de localização geográfica interior, seja em sítos montanhosos, seja no limiar das planícies, em que, de facto, o principal protagonismo dos circuitos ao longo da costa, ou seguindo o litoral, asseguram, antes do mais, a ligação entre as diversas regiões que, no futuro, se reuniriam no espaço nacional.

O que parece ser, também aqui, já evidente, é, então a própria génese do papel detido pelos contactos entre as diversas regiões do Ocidente peninsular, as que haveriam, pois, futuramente, de se congregar no próprio sentido de convergências do «espaço nacional», mesmo que, para tempos tão recuados, o termo, evidentemente, não se aplique, porque é, precisamente, a questão da Nacionalidade, um resultado somente aferível para as problemáticas e resoluções do Romantismo, em que se formularam, também, as primeiras propostas de justificação historiográfica para o entendimento do território.

Mesmo assim, não deixará de ser curioso que os Autores clássico-portugueses não tivessem deixado de olhar para esses tempos como a prefiguração já do «Reino» português, então genericamente designado, segundo a matriz antiga, de «Lusitânia».

É claro que, para isso mesmo, continuava a ser importante e decisivo o

recurso aos artefactos, porque eram eles mesmos os sinais visíveis do que se tentava resgatar quanto à construção imagética do próprio Antigo.

Neste nosso esforço, quanto à apreciação destes mesmos temas, convém referir a profunda inspiração que nos suscitaram alguns dos mais recentes estudos, entretanto publicados, e que nos absorveram, em dado momento, todo o nosso interesse.

São eles, o extenso trabalho de **Francis Haskell**, *History and its Images: Art and the interpretation of the past*, de 1993, e que prontamente havíamos adquirido, e o não menos desenvolvido livro de **Simon Schama**, *Landscape and Memory*, de 1995 (de que não resistimos a dizer que possuímos um exemplar autografado), um eminente investigador americano cuja importância, ao nível do recente estado da historiografia, se tem vindo a assinalar crescentemente, salientando-se os seus últimos trabalhos, seja sobre Rembrandt, seja sobre a própria História da Grã-Bretanha.

Mais recentemente, chegou às nossas mãos o livro de **Neal Ascherson**, intitulado *Black Sea*, na sua segunda edição de 1997, de que não podemos deixar de realçar o outro exemplo metodológico, se bem que de pendor ensaístico, do modo de tentar explicar a consistência de um espaço civilizacional, o Mar Negro, da Antiguidade ao presente, através da diversificação da chegada de povos e influências, dos Citas aos Eslavos, dos antigos Helenos aos Gregos da moderna diáspora, e na situação do seu respectivo confronto.

Talvez, a um médio prazo, esteja já a investigação científica em Portugal à altura de produzir obras como estas, que não dispensam o rigor da recorrente citação às fontes, alcançando a satisfatória descrição dos exemplos monumentais e artísticos e resultando, no que é essencial, na exposição de ideias coerentes sobre um determinado processo. Afinal, a lição sempre subjacente do emmorável Heródoto, a surtir os seus efeitos, ainda, como antes, na inspiração concedida ao lugar das palavras.

Mas, claro, somos igualmente devedores das explicações de um não menos

notável investigador, português, **Orlando Ribeiro**, cuja obra, apesar dos anos decorridos sobre as suas primeiras edições, é ainda, quer para a Historiografia, quer para os estudos da arte portuguesa, inultrapassável, não querendo nós deixar também de adiantar uma especial menção ao que consideramos, ainda, ser, para o estudo das antigas realizações artísticas do território português, o modelar exemplo metodológico do estudo de **Maria Helena da Rocha Pereira**, intitulado *The Greek Vases in Portugal*, editado em 1962, que, também em nosso entender, não teve ainda um seguimento à sua altura.

Toda a possível amálgama retirada dessas leituras moldou e constituiu a nossa atitude de estudo, de que resultou a selecção de temas e perspectivas atrás descritos.

Quanto ao nosso próprio percurso, será, porém, mais semelhante às deambulações dos investigadores de finais de Oitocentos, que outra coisa, no que afirmamos com todo o gosto e admiração por essas figuras, afinal ilustres, a quem coube a formulação de ideias e intuições, muitas delas ainda hoje pertinentes, não destituídas de senso e, o que é mais extraordinário, ainda, em certa medida, actuais e, apesar do esforço e progresso de toda uma nova prática de tratar as fontes e os objectos, não apenas têm sido confirmadas, como não se terão conseguido ainda destronar.

Quase, pois, à imagem desses viajantes, para nós um exemplo velho, mas, de certa forma, ainda tão próximos de nós, vagueámos pelo país, pelos museus, revisitando sítios que, tendo então sido explorados, detinham pois uma qualidade especial, pois é a sua própria implantação no seu respectivo lugar e espaço que contribui para a compreensão de determinados aspectos da Antiguidade lusitânica e suas manifestações.

Assim, tivemos a possibilidade, de Norte a Sul do país, de observar directamente, sítios como a **Fonte Velha de Bensafrim (Lagos)**, ou o **Monte de Santa Olaia (Figueira da Foz)**, bem como o **Cerro de S. Miguel da Mota (Alandroal)**, erguido, quase como uma visão repentina, no termo de uma

paisagem de planície alentejana; desde já, quanto a Santa Olaia, Bensafrim ou a própria Ria Formosa, subjacente a Castro Marim e abrindo-se até Tavira (onde, por sua vez, visitámos o lugar de **Torre de Ares**), notámos mais similitudes físicas que diferenças.

Tivemos ainda ocasião de confirmar certas outras suposições, que desmentem ideias correntes: o Alentejo, se bem que dominado por zonas planas, não de modo nenhum livre de acidentes orográficos e enrugamentos, ainda que, claro está, se diferencie o distrito de Beja dos seus congéneres do Alto Alentejo, embora não sendo, uns como outros, em nada semelhantes ao encrespado lançamento de alteamentos e vales do Minho, Trás-os-Montes, ou Galiza.

De resto, determinadas zonas do Baixo Alentejo são, inclusivamente, apesar das cotas, claramente montanhosas, e não menos encrespadas, senão até agrestes; sobretudo nas áreas onde decorreram explorações e resgate de vestígios que nos vieram a interessar. Referimo-nos, quer ao Vale do baixo Guadiana, quer à projecção Sudoeste do território, que, de Ourique, por um lado, até Almodôvar e ao Algarve interior, ressurgem em áreas de serra, quer até Odemira e daí aos territórios envolventes a Lagos e ao antigo Cabo Sacro, sendo hoje uma vasta extensão de quilómetros atravessados pela linha ferroviária, não deixa de oferecer idênticas disposições em vale, e de montes cuja vertente se mantém, essencialmente, rochosa.

De qualquer forma, salientam-se desde já as nossas ligações pessoais e familiares ao Sul, que conhecemos o melhor possível, já desde há longa data, sendo também nossas algumas das atitudes dessas gentes que aí habitam, e com quem, enfim, hoje não deixamos ainda de nos reconhecer, no respeito devido à ancestralidade comum que une as diversas manifestações de uma dada cultura, essencial a um determinado temperamento; e também, pois, revelador de uma dada percepção do mundo, que ajuda a compreender igualmente o carácter estético de certas manifestações. Este nosso estudo correspondeu também a uma redescoberta de carácter íntimo.

Apesar disso, é evidente que nunca deixámos de lado a atenção a ter a outras áreas; nomeadamente, desde sempre se revelou o **Noroeste Castrejo**, bem como o seu estudo, um tema particular que não veio encontrar paralelos para a exploração de outras regiões nacionais. Deveu-se isso, conforme também o haveremos de explicar, à situação de coesão dos elementos de coesão cultural, que, não apenas, sobreviveram ao longo do tempo, como mantiveram, em íntimo estado de união e consolidação de laços sociais e familiares, os próprios habitantes dessa região.

Se há alguma ideia corrente que não havemos de rebater, é essa própria noção de que o Castrejo é a perfeita materialização da ideia que temos para a antiga Lusitânia (mesmo que, entre o Minho e a Galiza, não habitassem propriamente as tribos que vieram a ser chamadas de «Lusitanas»...).

Entendemos que o antigo país, e a velha aura que ainda hoje emana da sua evocação, continua bem presente, a Norte, por força da persistência das afirmações locais, isto entre os lugares de ocupação rústica, ou nas práticas perduradoras que contribuem para a definição de uma atitude poética, que será sempre apanágio do Ocidente.

Revelam-no ainda, quer as artes, quer as letras contemporâneas.

Por isso mesmo, houve que conceder a necessária atenção ao tema, em capítulos próprios.

Enfim, tivemos pois ocasião, ainda, de visitar outros lugares: quase toda a Galiza, e parte, também, quer da Andalúzia ocidental, quer da Estremadura espanhola que, outrora, fazia parte da «Lusitânia» aí se estabelecendo, na verdade, a sua capital romana, em **Emerita Augusta (Mérida)**.

Comprovámos, do que havia já, assim mesmo, referência, nas fontes antigas (particularmente em Estrabão), de que as unidades civilizacionais e os laços culturais não se confinavam às actuais fronteiras entre os países ibéricos. Antes pelo contrário, onde hoje está uma linha divisória, outrora situar-se-ia uma linha de união. Por isso mesmo, ao contrário de **Leite de Vasconcelos**, em as *Religiões da*

Lusitânia, conforme os seus próprios reparos introdutórios, não nos detivemos nesse constrangimento, e não abordámos somente, como o eminente etnólogo o fez, e *unicamente*, os *achados em território português*, porque tal não faz qualquer sentido para a Antiguidade, ainda que, para a transição dos Sécs. XIX-XX, isso pudesse ser importante.

Portanto, isso mesmo nos diferencia dessa mesma atitude.

A nosso ver, então, tanto o Noroeste galaico-minhoto fazia parte indistinta de uma mesma unidade geo-cultural, como o mesmo sucedia a Sul do Tejo e pela bacia do Guadiana, apesar, evidentemente, das especificidades locais que merece cada região. Por isso as tratamos como se, de facto, as actuais fronteiras entre Estados nunca tivessem cortado antigas afinidades, que, enfim, só artificialmente, poderiam permanecer arredadas.

O nosso **conceito de «Ocidente»** não se circunscreve, pois, somente à faixa da antiga Lusitânia, nem, segundo o entendemos, o deverá ser, a partir daqui. Revela-nos esse facto os próprios objectos, as próprias manifestações estéticas, ou, até, idênticos sentidos de religiosidade e apego à terra. Portanto, subscrevemos a ideia de que o conceito de ocidente peninsular se estende de Sevilha a Braga, e daqui até, por sua vez, Lugo, alargando-se, a interior, até à Alta Andalúzia oriental e Cáceres.

De resto, tendo estado oportunamente em **Sevilha**, não pudemos deixar de constatar o longo processo histórico, afinal comum, que veio a ser assinalado, na sua respectiva convergência, pela edificação, separada em cerca de quinhentos anos, quer da Sé de Braga (por sua vez inspirada pelos próprios reflexos da instauração dos Caminhos de Santiago, que recuperavam antigas itinerâncias), e por onde se iniciava a prefiguração da própria Monarquia portuguesa, que não tardaria, quer da Catedral de Sevilha (que, por sua vez, no dealbar de um outro ciclo histórico, prenunciava os Impérios peninsulares), por sua vez inspiradora da obra do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

Quase nos atrevíamos a afirmar que a «Antiguidade» acabava, precisamente

aí, na história por detrás daquela mesma Catedral, onde se anunciava, também, o que seria a decisiva separação de destinos entre os modernos Estados peninsulares. De súbito, já não eram aquelas cidades interiores, Santiago, Braga ou Sevilha, de fundação antiga, que assumiam protagonismos, mas sim as novas capitais, que cresceriam fulgurantemente (e para as quais, de resto, teve de se inventar, por sua vez, uma outra História).

Preocupou-nos sempre, portanto, a questão dos enraizamentos e das tradições.

Saltámos, porém, um tratamento que teria sido essencial, e que corroboraria as nossas próprias ideias: a **questão das figurações, da Idade do Bronze, da Estremadura**, ou seja, no espaço em que se veio a inscrever a Lusitânia oriental, até ao **espaço do Centro de Portugal**, e que, desde logo, nos pareceu sempre como um elemento decisivo para a ligação às especificidades estéticas que nos propunhamos explorar, como próprias do Ocidente. Aí estava um perfeito exemplo, tanto de um precedente para a formulação heróica subjacente ao próprio conceito de «íolos», como de uma lição técnica e formal que se desdobraria, posteriormente, noutras tipologias.

Desse universo de peças, correspondentes quer a exemplos de estelas onde começa por se assinalar a fulgurante entrada do antropomorfismo, na sua configuração inicial, ainda para a Idade do Bronze, quer a exemplo do molde que as mesmas realizações hão-de conhecer, do afeiçoamento antropomórfico do seu próprio recorte, enquanto **«estelas-esculturadas»**, há abundantes estudos e levantamentos, no território português, como espanhol; para além do que se citou em Bibliografia, destacar-se-á aqui, especialmente, o trabalho de **Primitiva Bueno Ramirez**, que tratou tais peças, e o qual ainda houve oportunidade de consultar cuidadosamente.

Porém, a atenção que não se veio a conceder a essa mesma tradição, prendeu-se, essencialmente, a duas razões: em primeiro lugar, tratavam-se de estudos já feitos e publicados, em data muito recente; por contraposição,

preferimos adiantar-nos antes à questão da história das investigações, de que, por sua vez, pouco ou nada estava tratado e condensado no que dizia respeito ao nosso tema de trabalho. Em segundo lugar, há, evidentemente, razões cronológicas, pois, muito embora venham a ser constantes as nossas alusões à Pré-história final e, sobretudo, à Idade do Bronze, tornava-se necessário particularizar e fazer essencialmente salientar os aspectos que caracterizaram a evolução das manifestações no território, entre a Idade do Ferro e a Romanização; determo-nos sobre essas outras referências seria, pois, na verdade, elaborar uma outra dissertação escrita, diferente (ainda que, talvez, melhor), da que, já a seguir, haveremos de apresentar.

Agradecimentos

Se há, aqui, algum conflito patente entre razão e emoção, ou entre poética e conhecimento, isso dever-se-á, acima de tudo, à nossa própria dificuldade ou falha em atingir, em alguns momentos, o que seria desejável num trabalho da presente índole. Claro está que, esperamos, o mesmo não comprometa o sinal, quer do nosso esforço e empenhamento, mas, também, que não destitua qualquer da nossa responsabilidade pessoal quanto ao que deveria ter sido feito, e há-de notar-se o que não o foi, sem que isso envolva, de algum modo, a valiosa contribuição da orientação científica que recebemos e que começaremos, para já, a evocar no âmbito do nosso sentido de reconhecimento por toda a ajuda e, evidentemente, crítica que nos foi prestada por outros, que, esperamos ainda, não ter desapontado ao cabo deste percurso que veio a ocupar anos do trabalho de todos.

Cabe-nos, antes do mais, evocar a memória do **Senhor Professor João Manuel Bairrão Oleiro**, uma personalidade verdadeiramente inspiradora para quem teve a sorte de privar com ele, e, sobretudo, no que nos diz respeito, para a geração de mestrandos, em que nos viémos a incluir, junto de todos aqueles

nossos colegas que, na Universidade Nova de Lisboa, resolveram fazer a sua pós-graduação científica na área de História da Arte e incluir a Antiguidade no seu próprio currículo.

Sempre presente no nosso pensamento está a memória do que, em cada aula e reunião, se transformava em tarefas não desprovidas do sentido de prazer.

Porque, na verdade, o presente trabalho é, com efeito, o ponto de chegada de um empenhamento pessoal que conta já doze anos, remontando ao ano lectivo de 1989-1990 a nossa decisão, tanto de enveredar pela vida do estudo da Arte da Antiguidade, como de principiar por estudar as manifestações estéticas das sociedades pré-romanas do território, de que resultaria a nossa dissertação de Mestrado defendida em 1994 e toda a série de pequenas publicações que, desde então, houve ocasião de vermos impressas, foi ao Professor Bairrão Oleiro que nos dirigimos, em primeiro lugar, nos finais, ainda, de 1995, com o nosso plano de prossecução de trabalhos de investigação dentro da mesma abordagem, com a intenção de fazer melhorar e completar algo do que não havia ficado, antes disso, devidamente esclarecido.

Devemos, pois, um profundo agradecimento, não apenas ao Professor Oleiro, bem como à sua família, por nos ter recebido em sua casa, antes do mais na qualidade de mais um candidato a Doutoramento, que procurava conselhos e lições de outras experiências, mas, seguidamente, já como amigo.

Na mesa de sala onde nos sentávamos, no seu apartamento de Lisboa, com uma ampla biblioteca por detrás, enchendo todas as paredes, podíamos ver, enfim, a paisagem do Tejo e do Castelo de Palmela a coroar aquele fundo de horizonte. Passar-se-iam sempre as horas, entre conversas e reparos quanto às nossas próprias ideias, que, obviamente, necessitavam sempre do devido acometimento e propostas de concentração coerente quanto à atenção a conceder aos objectivos.

Do que fica, apesar de tudo o que, dessas sucessivas ocasiões, levou ao teor do presente trabalho, é a recordação da amizade, do café que nos era

oferecido, ou dos outros gestos de gentileza que nos era prestado, e que haveremos sempre de guardar como dos momentos mais valiosos que justificam qualquer escolha de vida.

Manifestaremos, também de seguida, o nosso merecido reconhecimento pela atenção a que, do mesmo modo, nunca nos sonegou o **Professor Doutor Manuel Justino Pinheiro Maciel**, que se tornou no principal orientador do presente trabalho, mesmo já quando o processo estava já em pleno desenvolvimento, mas a necessitar não menos de decisivos acertos, aceitando-o sem hesitação.

De facto, tivemos ocasião já de o afirmar noutro sítio, se ao Professor Oleiro devemos a nossa inspiração para ter abraçado, não sem muitas hesitações, o estudo da Antiguidade, muito embora essa tivesse sido sempre a nossa profunda vocação, ao Professor Maciel devemos o 'empurrão' final, o desafio de ir entrar em pleno neste campo disciplinar, ainda que, por circunstâncias diversas, o nosso próprio percurso nunca tivesse deixado de ser um pouco irregular. Apesar, pois, de termos tido a sorte de assumir a responsabilidade, na Universidade de Évora, de leccionação de uma das únicas cadeiras de História da Arte Antiga que existem nos institutos de ensino superior em Portugal, as mais diversas obrigações em que nos envolvemos, ao nível da gestão, quer de assuntos administrativos internos, quer de projectos de investigação, quer ainda de outros trabalhos a que nos obrigavam compromissos previamente tomados, eram, obviamente, de pendor disperso.

De qualquer modo, houve sempre um propósito de empenhamento, uma vontade firme de prosseguir a crescente valorização do âmbito da História da Arte Antiga, de que, em tempos mais recentes, foi o Professor Maciel o primeiro doutorado, tal como se veio a traduzir na nossa própria acção didáctica. Isto, ao ponto de podermos afirmar, quase, que os nossos alunos, de História e de Património Cultural, possuem já mais conhecimentos do que nós, quando tínhamos a sua idade.

A partir de certa altura, constatámos que, ao nível da nossa própria prática de investigação, estávamos na verdade a seguir o que tinham sido as noções metodológicas que o Professor Maciel nos havia ensinado, na parte de aulas de seminário e preparação de trabalhos que, para além das aulas teóricas que cabiam ao Professor Oleiro, nos eram leccionadas pelo, então, seu Assistente.

Entre outros aspectos, nomeadamente, ficou-nos inculcido o modo de tratar as fontes literárias, dado que uma das componentes das práticas de seminário era o **Tratado de Vitruvius**, objecto de uma respectiva análise estrutural e sintáctica, que se dirigia, claro está, ao estudo da Arte antiga (para a qual é uma fonte fundamental). Esse foi, pois, o essencial resquício da lição dos métodos que o Professor Maciel oportunamente expôs, e que, enfim, agora, tem o mesmo ocasião de aferir se o autor destas linhas assimilou ou não, de forma satisfatória, toda essa sua lição, dada a grande parte do nosso trabalho consagrada à resenha das fontes literárias que se aplicam à perspectivação da antiga Lusitânia e da Ibéria; tão só aflorando aqui, porém, o Tratado de Vitruvius, revisitámos os grandes Autores helénicos, de **Hesíodo** a **Estesícoro de Himera**, **Heródoto** e, por fim, **Estrabão** ou **Avieno**, deixando, muito embora de lado, toda uma outra série de fontes, estas, por sua vez, reunidas nos referenciais volumes das *Fontes Hispaniae Antiquae* (cuja edição teve em Adolph Schulten um papel proeminente), e de que só há, também aqui, pontuais alusões.

Do que, esperamos igualmente, fazer salientar com o presente trabalho, é o nosso próprio contributo para devolver à História da Arte Antiga parte da sua envolvência associável aos Estudos Clássicos, passando pela filologia, não considerando de modo nenhum que, mesmo face à recente proliferação das explorações arqueológicas, acentuadas no final do Séc. XX, que trouxeram importantes descobertas materiais (e às quais concederemos o devido crédito), ao contrário do que tem sido recorrentemente afirmado, as fontes literárias estão longe de se terem esgotado no seu âmbito de estudo; antes pelo contrário. O presente trabalho será, tão só, um meio-termo.

Além do mais, à medida que prosseguia o nosso próprio avanço na preparação e realização de pesquisas, tanto mais particularmente se assumiu, pelo menos aqui, como necessário, o regresso ao estudo do próprio **Grego**, língua que não está de alguma forma 'morta', pois ressurgiu na nossa própria sintaxe e ortografia, ressurgiu na inspiração para a Literatura contemporânea, e mantém-se, afinal, como uma das línguas oficiais da Europa.

Só quem não tem a percepção do que foi o fenómeno da διγλωσσια, pelo qual uma língua surge subdividida em dois níveis, o escrito e erudito, ou o 'depurado' (a καθαρευουσσα), e o do discurso falado corrente, fenómeno que, de resto se manifesta também em Português (já desde o Renascimento), em que certas formulações gramaticais só são, enfim, pertinentes, nos modos literários, sendo a linguagem corrente quase uma outra coisa, é que oferece resistência ao entendimento de que o Antigo e o Moderno são, tão só, momentos de um mesmo mundo linguístico e que não podem ser dissociáveis. De resto, é bem sabido que o designado Grego Moderno, ou «**Neo-Helénico**» deriva directamente do legado bizantino, que já então, assumia formas correntes que se opunham ao Clássico.

De qualquer forma, nunca deixámos de ter em conta que o presente trabalho é uma dissertação que se insere no âmbito epistemológico da História da Arte, e, dos dados literários, interessando-nos igualmente o seu papel de fontes documentais, esforçámo-nos, no essencial, por retirar daí a sua respectiva lição estética, considerando que, mesmo na ausência de uma citação directa a eventuais obras ou realizações, acabava do mesmo modo por interessar a perspectivação imaginativa que derivava das próprias descrições dos antigos mundos e suas partes habitadas; neste sentido, pareceu-nos, pois, tão importante, referir a notícia da alegada existência do templo erguido por Odisseus em Olisipo, ou a descrição do *Herakleion* de Gadir, mesmo que os mesmos monumentos se mantenham tão só como parte das lendas, como a própria referência necessária às estruturas efectivamente resgatadas ao solo.

Enfim, ao **Professor Doutor José Alberto Machado**, nosso co-orientador, bem como nosso superior na Universidade de Évora, mas não menos nosso amigo, a quem exprimimos desde já a nossa sincera admiração pela força e afirmação objectiva de que se reveste a sua postura, cabe-nos ainda um outro voto de reconhecimento pelo apoio, tanto como pela 'crítica construtiva', uma e outra coisas prestadas em momentos em que, por algum motivo, não deixava de ser evidente o assalto das fraquezas e do desalento.

A ninguém, de resto, podemos lamentar alguma atitude, que pudesse ter sido, ou condescendente, ou condicionante dos nossos próprios movimentos e ideias; muito menos ao Professor José Alberto, que, antes pelo contrário, e muito ao espírito do que é, afinal, esta nossa disciplina, nos deixou campo plenamente livre para não apenas trabalharmos no que era necessário, como, antes, nos exortou a tentar fazer sempre o que nos dava maior gozo. E assim foi. Obviamente, que todo este campo de liberdades tinha o seu limite, mas tão só diante do que era exigível como rigor de investigação e de afã científico.

Além disso, enquanto Director do Centro de História da Arte, ao longo de todo este período, nunca deixou o **Professor José Alberto Machado** de nos garantir todos os apoios necessários, autorizando para já o subsídio de todas as nossas deslocações, no país como no estrangeiro, como, num esforço, na verdade, comum, de criar uma biblioteca especializada, pedindo-nos para tratar da aquisição de livros, monografia e catálogos que, no que nos dizia respeito, serviriam utilmente para a linha de pesquisas em Arte e Estéticas da Antiguidade (sendo assim que, o Centro de História da Arte, veio a possuir um núcleo, na ordem da centena de títulos, dedicado às antiguidades lusitânicas, hispânicas e europeias, reunido sob nossa iniciativa); isto entre outras tarefas que, enfim, nos deixaram a grande satisfação de sentir que se cumpria um excepcional trabalho em equipa, que não apenas dignificava o Centro de História da Arte, como as próprias potencialidades dinâmicas a que não deixa de se oferecer o nosso campo disciplinar.

Agradeceremos igualmente a todos os colegas, familiares e amigos que não deixaram de se manifestar interessados ou preocupados pelo andamento do processo; isto, desde o seu início.

Do Departamento de História da Universidade de Évora, reconheceremos igualmente, e aqui, também, em especial, o papel dos conselhos e 'conversas de sotão' ocorridas com o **Professor Doutor Jorge de Oliveira**, cuja casa tem sempre uma porta aberta para as nossas visitas, e que não deixou, ainda, de nos emprestar livros seus, que, apesar de fundamentais e de recorrente citação, quase desapareceram do acesso geral, como algumas obras de Abel Viana, a tese de Caetano de Mello Beirão, ou a preciosa indicação quanto aos estudos da Professora Primitiva Bueno, que, como se verá adiante, vieram a ser essenciais à nossa presente dissertação.

Há ainda a destacar o empenho e confiança (e ainda alguns nervos) manifestados quanto ao nosso trabalho pelos sucessivos Directores do Departamento de História, do **Professor Doutor Joaquim Chorão Lavajo**, aos **Professores Helder Adegar Fonseca, Filipe Themudo Barata**, de quem fomos Adjuntos, e, desde o transacto ano de 2001, a **Professora Doutora Hermínia de Vasconcelos Vilar**. Dos restantes colegas, alguns tendo já concluído o seu processo de Doutoramento, outros com o mesmo ainda em curso, agradecemos aos **Professores Doutores João Carlos Brigola e Francisco Vaz**, não apenas as manifestações de amizade, como as preciosas indicações sobre os diversos aspectos da História das Ideias e da Ciência; à **Antónia Fialho Conde**, a não menos valiosa ajuda na descodificação da caligrafia de D. Manuel do Cenáculo, em momentos passados na Biblioteca Pública que nos levavam de retorno aos tempos em que era um prazer, mais do que um aborrecimento, as horas passadas a estudar junto de colegas; à **Doutora Carmen Ballesteros** e ao **Doutor Fernando Branco Correia**; à **Doutora Maria Ana Bernardo**, uma vez mais, também, o nosso reconhecimento pelas suas palavras e constante atenção; ao **Doutor Panayiotis Sarantopoulos**, com quem nunca cessámos de tentar

reinventar novas Hólades, em pleno Alentejo, sobre as calçadas diante da Sé ou do Templo romano de Évora, bem como à nossa boa amiga (e também filelénista) **Gabriela Borracha**.

E, enfim, ainda do nosso Departamento, o especial apreço que não podemos deixar de dirigir ao **Doutor Fernando Martins**, com quem tivémos, logo em 1997, a oportunidade de realizar a nossa primeira visita de estudo à Galiza, e que nos recebeu, com toda a sincera amizade que nos une, na sua casa; ao **Doutor Paulo Alexandre Simões Rodrigues**, outro dos membros da equipa da História da Arte, com o qual, graças à recente difusão das tecnologias GSM, nunca deixamos de estar em permanente contacto, e à **Doutora Marta Ramirez**, com quem, ainda, trocámos ideias e desabafos sobre as dificuldades da investigação, não apenas em História da Arte, mas em geral; ao **Doutor Fernando Gameiro**, sempre disponível para ajudar os colegas e amigos.

De outras pessoas que também nos estão mais próximas, agradecemos o apoio, empenho e boa vontade, desde sempre evidenciados pelo **Doutor Nuno Jaques**, um amigo de infância de que temos o privilégio de continuar a ter ao nosso lado, e **Doutora Regina Branco**, sua mulher, a quem coube a tarefa de digitalização das imagens que nos faziam falta ao presente trabalho; à **Sara Marques Pereira**, bem como à **Elsa Henriques dos Santos**, o sincero voto de bom resultado para os seus próprios trabalhos; ao nosso compadre, e amigo de longa data, **Carlos Alberto Marques**, tantas vezes, no recolhimento a que éramos obrigados, quase a nossa única ligação ao mundo exterior, e, não raras vezes, também, por via das tecnologias GSM, mais um voto de sincero reconhecimento; aos nossos outros amigos em comum: **Maria João Barão**, **Cristina e João Paulo Maia**, **Catarina e Paul Crocker**; **Vera Azevedo**; **Samy**; e também um anota de apreço pelo nosso companheiro de outras «brincadeiras», **Carlos Domingues Pato e família**.

Espero que todos eles continuem a orgulhar-se do trabalho que este seu já velho companheiro de outros sucessos possa vir a apresentar. E que me perdoem,

todos eles, os momentos em que fui mais inconveniente, quando necessitei de todo o apoio possível para me manter firme nesta via.

Agradecemos ainda às educadoras e auxiliares do Centro de Actividade Infantil de Évora: a **Fátima**, a **Lucinda**; a **São** e **Noémia**, ou à **Liliana**, todas as ocasiões em que supriram eficazmente a momentânea falta que os nossos filhos tiveram de nós, isto quando o pai estava ausente em estudos ou em necessário afastamento do mundo, ou quando, muito simplesmente, não podia passar as tardes a jogar à bola ou a fazer desenhos de naves espaciais e heróis supergalácticos.

É-nos grato, de qualquer modo, verificar que, nessas nossas crianças, apesar da sua pouca idade, o apoio que prestavam ao pai era, por vezes, consideravelmente maior que o dos adultos, e que, ao contrário do que se possa supor, quando nos dispunhamos a abrir o computador e prosseguir escritas, ficavam a ver-nos, silenciosamente, respeitando o que era o necessário «trabalho de casa»; nada nos dava, também, maior gáudio, do que exhibir e mostrar-lhes os nossos desenhos e figuras, não deixando, nós mesmos, de ficar admirados pela maneira como eram eles atraídos pelas obras: das espadas ao fascínio exercido pelas figuras de animais.

Também aqui, o seu interesse e atenção veio a ser maior do que a de alguns outros adultos, supostamente mais preparados para compreender a seriedade exigida pelo nosso próprio empenhamento em cumprir tarefas, prazos e critérios de rigor.

A um nível não menos pessoal, não podemos deixar, ainda de manifestar o nosso mais profundo reconhecimento a outras pessoas, que nos receberam nos Museus em que trabalhavam. Ao **Doutor Artur Goulart** a autorização para vermos as peças cenaculanas do **Museu de Évora**; e, na mesma instituição, reconhecendo igualmente o apreço e simpatia que sempre merecemos dos restantes funcionários, cabe destacar a **Doutora Maria do Céu Grilo**, então ainda nossa aluna, que, de chave na mão, nos abriu o armário onde se expunham os

referidos bronzes. De restantes sítios, ainda, do **Museu de Faro**, agradecemos à **Doutora Dália Paulo**, que é agora a sua Directora, o acesso e acompanhamento à secção dos depósitos; que lhe possa, na verdade, ser útil, tal como o foi essa visita ao nosso trabalho, o esboço ilustrativo dos materiais aí guardados que, em anexo ao presente texto, viemos a incluir, não deixando igualmente de realçar a nossa amizade com **Teresa D' Anaya**, também do mesmo Museu.

Agradecemos também a boa atenção de outras pessoas que, trabalhando nos mais diversos museus que visitámos, nunca cessavam de se espantar que, apesar de tudo, ali mesmo estivesse um «investigador», a quem tratavam com a maior das simpatias; a saber, as funcionárias do **Museu do Doutor Santos Rocha (Figueira da Foz)**; do **Museu da Assembleia Distrital de Setúbal**; **Museu Rainha D. Leonor**, em Beja; do **Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim**; do **Museu Municipal de Arqueologia de Silves**; do **Museu Doutor José Formosinho de Lagos**. De referir, igualmente, a amabilidade prestada, em **Ourense**, no Museu local, pelos respectivos vigilantes, quando, mesmo em cima da hora de fecho do mesmo, toleraram a presença mais demorada do grupo de curiosos que ali entraram de rompante, para admirar o que era, de facto, uma das mais expressivas colecções de arte castreja de todo o Noroeste.

Segue mais uma especial dedicação de apreço, a dirigir, quer aos colegas da **Universidade Aberta**, em Lisboa, em especial a **Professora Doutora Alexandra Trindade Gago da Câmara**, quer aos da **Associação e Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra**, que, aliás, vieram a dedicar particular atenção ao nosso trabalho de 1999; ou aos nossos colegas da **Universidade de Faro**, nas Gambelas, onde tivemos recentemente ocasião de prestar colaboração lectiva, e que nos viram a trabalhar afanosamente para o trabalho que adiante se há-de concluir, destacando aqui, ainda do Algarve, o grande apoio sempre manifestado, *last but not least*, pelo **Professor Doutor José Eduardo Horta Correia**; ou pelo **Professor Doutor Nuno Ferreira Bicho**, até aqui Director do Departamento de História, Arqueologia e Património.

Por fim, não queremos deixar de adiantar, em remate, o nosso mais profundo reconhecimento, a dirigir às pessoas que nos receberam, quando fomos para fora do país: em 1997, na nossa ida à Galiza, uma vez mais, um grande agradecimento ao **Fernando Martins e sua família**; em finais do mesmo ano, para visitar a **Exposição do Grand Palais**, em Paris, outro agradecimento a **Ilda Barra** e à sua filha **Alexandra da Paz**, que nos conhecem, de resto desde longa data; em 2000, nas nossas visitas à Andalúzia, mais uma especial nota de agradecimento dirigida ao nosso amigo **Juan José Pérez Gago e sua família**, e, também ainda na mesma ocasião, a nossa grande dívida, se é que alguma vez, as manifestações de amizade podem ser devidamente retribuídas, de **Doña Pilar Mestre Ortega**, que, em Sevilha, nos abriu tanto as portas da sua casa, tanto na sua residência de Pilas, como em El Rocío (Almonte).

A ela e à sua família, o seu marido **D. Manuel Francisco** e seus filhos, dedicaremos, em especial, o nosso capítulo dedicado às artes ibéricas andaluzas, esperando que não tenha tomado este nosso longo silêncio por algum acto de esquecimento.

Antes pelo contrário.

Évora- Vila Real de Santo António,

22 de Agosto de 2002.

PARA O DAVID,

**Pequeno rebelde com alma de cavaleiro,
predilecto das suas irmãs
pequeno Leão com garras,
mas nem sempre tratado como o mereceria,
e que nesta data completa os seus seis anos.**

**Ao futuro e ao que o pai o possa compensar
das suas falhas
ao longo destes recentes anos,
em que a criança passou de bebé,
de olhos porém já abertos na noite, a nosso lado na cama,
a garboso menino de boca espantada
perante o mundo.**



Atrás:

Uma «figura de convite».

**O «Guerreiro» de Santo Ovídio (Fafe),
Segundo as *.Religiões da Lusitânia.***

PERSPECTIVA LATERAL

Considerações introdutórias sobre a Arte no contexto das sociedades da Antiguidade peninsular.

*Não é verdade esta história./
Não embarcaste nas naus de sólidos bancos./
Não foste à fortaleza de Tróia... ¹*
(ESTESÍCORO DE HÍMERA, **Palinódia a Helena**,
Séc. VI a.C.).

Iniciaremos o nosso percurso pela abordagem e consideração de diversos aspectos que se congregam no sentido preliminar que antecede todo o necessário âmbito de um universo particular de estudo. Destaca-se, obviamente, toda a importância e interesse que detêm as peças de uma antiga realidade histórica e cultural; mas, para as compreendermos, tanto no seu respectivo valor documental, como, até, no seu papel actual, houve que prosseguir o esforço de tentar perceber o modo como foi resgatada cada uma dessas antigas realizações, ou como vieram a merecer a valorização que, entretanto, lhes conferimos.

Se, é certo, as civilizações tentam restituir-se pela globalidade das suas realizações, não será menos evidente que cada cultura possui a sua própria capacidade de expressão de valores e habilidade técnica que transforma o que, por carácter intrínseco, pertence ao domínio espiritual.

Daí a dupla importância concedida aos objectos e artefactos que se repartem por diferentes áreas e possuem, cada qual, a sua própria cronologia,

¹ Tradução de **Maria Helena da Rocha Pereira**, in ROCHA PEREIRA 1959 (1988): 117. (Sobre «**palinódia**»: *poema ou poesia em que o autor se retracta do que dissera noutro poema ou poesia anterior; mudança de crença política; discurso ou escrito maçador e sensabor.*)

repartem por diferentes áreas e possuem, cada qual, a sua própria cronologia, sendo, então, *sinais do tempo* que passou, tanto quanto possuem, afinal, o carácter 'anti-histórico', de representarem, enfim, algo que permanece, e simbolizando, enquanto matéria, tudo o que não tem formulação possível, senão somente como aproximação a ideias e emoções.

Na explicação possível dos versos de **Estesícoro de Himera**, poeta grego arcaico, o qual, desde logo, pela época em que se insere, muito se enquadra no que se pretende aqui evocar do domínio de séculos, ao mesmo tempo nebulosos e maravilhosos, e cuja palinódia nos vem servir aqui de epigrama, ao indicar-se que *não é verdade* uma determinada *história*, pressupõe-se como necessário a apresentação de uma explicação alternativa quanto ao que se julgava ter sido a «verdade», mas que o reposicionamento de perspectivas vem a conceder novo entendimento.

É afinal, esse, o propósito de todo o estudo e investigação, não que sempre se consiga desmentir o que foi dito antes ou concretizar eficazmente qualquer proposta de correcção, mas, pelo menos, é, cada dissertação que se completa, uma tentativa nessa via.

Estesícoro pegava num tema tradicional, a gesta de Helena, e transformou-o, aqui, pela invenção, ou, porventura, pela atenção que lhe prendera alguma coisa lógica que outros, antes de si, talvez não tivessem reparado. E assim, apresentou a princesa de Tróia como tendo sido raptada e lavada para o Egipto, numa versão alternativa dos elementos que eram correntes.

Não importa salientar qualquer juízo acerca do resultado conseguido com esta alteração; trata-se somente de um poema. O que importa, antes, é reparar no modo como o poeta se propôs compor uma mudança no que seria comum aceitar-se como certo. Deslocou a perspectiva de abordagem do tema tradicional e apresentou outra, contando, seguidamente, a mesma história, mas à sua maneira.

De certo modo, é precisamente isso o que se assume, também, como

nossa intenção: contar e descrever algo que, desde há muito, é, de facto, um tema tradicional, com as suas respectivas ideias associadas, em conclusões que, facilmente, se vieram a tornar correntes, ao ponto de se reduzirem ao âmbito de ideias comuns que dificilmente esclarecem o que se procura da verdade histórica.

E, do que houve a cumprir, foi, desde logo, a revisitação da própria tradição, ou seja, a releitura do que já havia sido dito e publicado quanto à Antiguidade do território, de modo a aferir a possível crítica.

Sucedem que, do aprofundamento que veio a decorrer desse mesmo trabalho, tanto houve aspectos que, de facto, se vieram a esclarecer na sua devida profundidade, como outros que, muito enraizadamente, não deixaram de ficar apegados à intuição fundamental com que, pela primeira vez, viriam a ser formulados, mas ficando entretanto esquecidos. Por isso mesmo, houve que reescrevê-los; mas uma coisa ao lado da outra.

O trabalho historiográfico nunca foi um acto imparcial.

1. A perspectivização geral dos estudos arqueológicos e historiográficos.

Ao longo do I Milénio a.C., as sociedades que ocuparam o Ocidente da Península Ibérica, o «**Extremo-Ocidente**» do mundo conhecido na própria Antiguidade, legaram um vasto conjunto de vestígios, de natureza funerária ou religiosa, que definiam a sua respectiva estética, e que constituíam várias tipologias, como as que resultavam da actividade metalúrgica, pela qual se produziam, nomeadamente, exemplos de armamento, ou as que davam origem à arte da joalharia, ourivesaria e dos adornos pessoais, além das outras realizações que surgiam das indispensáveis produções cerâmicas.

Repartindo-se todo esse universo material entre os artefactos que detinham uma funcionalidade utilitária e os que, por seu lado, se vinham adequar a propósitos de teor essencialmente simbólico, das mais diversas actividades técnicas, da metalúrgica à cerâmica, talvez os objectos mais apelativos viessem a ser os que correspondiam, respectivamente, às **artes da torêutica e da coroplastia**.

Indicando, desde logo, uma capacidade de exprimir determinadas concepções do mundo, assim sobressaíam, de tais artes, peças e realizações cujo propósito era o de representar ou visualizar figuras e motivos que, inspirando-se ou não em modelos da Natureza, se referiam, na verdade, ao Além. Ou referiam-se, melhor dizendo, às **concepções e percepção** que, em dadas épocas, se elaboravam quanto a um «**Outro Mundo**», situado além do limite físico que os olhos eram capazes de ver ou que as mãos eram capazes de tocar.

Em consequência, uma vez terminado o seu tempo de utilidade original, ou desaparecida a sociedade para a qual tais objectos haviam sido *executados*, perdendo-se também as suas conotações, esses antigos objectos transformavam-se em coisas de estranho aspecto: as espadas enferrujadas que haviam atestado

uma arte do ferro, e que, por pouco, escapavam a um processo final de corrosão; os vasos quebrados cujas texturas pareciam antes obra de alguma oficina pouco apta; ídolos que tinham passado antes a representar tudo quanto combatia uma nova fé.

Entre as sociedades autóctones do antigo território lusitano, resgataram-se, pois, os vestígios de uma ampla difusão de práticas ou sistemas. Encontraram-se rústicas arquitecturas, exemplos de uma escrita de difusão local, e uma arte que evocava sentidos primitivos ou arcaicos. Durante muito tempo, umas e outras coisas prestaram-se a dissertações de índole especulativa, ainda que, pouco a pouco, viesse a denotar-se a intencionalidade de uma comprovação material, até chegar o momento de procurar e registar cada mínimo elemento que pudesse documentar o passado.

Assim mesmo, do Renascimento ao Iluminismo de Setecentos, e daqui até à transição entre os Sécs. XIX e XX, em que se afirma a Contemporaneidade, desenvolver-se-ia uma actividade intelectual, cujos resultados, conducentes a um melhor conhecimento das épocas antigas, vieram estabelecer as bases de um campo científico, com as suas metodologias.

Destacar-se-iam, então, diversas individualidades, em que pontuaram figuras que lançaram os pressupostos da tradição humanística, e inserindo-se num processo que, inevitavelmente, haveria de desembocar num primeiro protagonismo científico: aquele que rodearia a figura de **D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas** (Bispo de Beja, primeiro, e, a seguir, Arcebispo de Évora), em finais do Séc. XVIII, a que corresponderá os inícios de uma actividade arqueológica, apoiada em critérios de registo, interpretação e, até mesmo, conservação de estruturas ou peças recolhidas em contextos de achado, inéditos até então. Os relatórios, saídos da sua mão, ou elaborados por iniciativa dos seus próximos colaboradores, formariam o conjunto de notas que, merecendo desde sempre atenções e reparos, constituíram uma primeira base documental, sem a qual não se teria organizado

todo um âmbito disciplinar, ligado quer ao domínio da **Arqueologia**, quer ao domínio do **Coleccionismo**, da **Museologia** e dos **Estudos Patrimoniais**, quer, enfim, ao que veio a estar associado ao conhecimento e abordagem das peças da arte da Antiguidade em território português.

Posteriormente, o progresso das campanhas arqueológicas, orientadas de acordo com o propósito de explorar e aferir a que correspondiam os estratos dos lugares de velha ocupação humana e de desenvolvimento de antigos focos culturais, acabou por trazer ao esclarecimento público o conhecimento de uma realidade histórica de outrora, que, de alguma forma, vinha situar-se nas próprias origens do que se consideraria posteriormente como a Nacionalidade. Por isso mesmo não se deixavam de valorizar os vestígios, as próprias peças; houve evidentemente uma longa evolução, a considerar na sua devida história, quanto a esse processo, em que as meras sobrevivências residuais dos vestígios materiais ou arruinados do Antigo se tornaram, primeiro, em tema de dissertações literárias e, a seguir, transformando-se em documentos fundamentais da actividade do conhecimento, até alcançarem, por fim, o estatuto de objectos de um estudo especial e particular.

Figuras como **Francisco Martins Sarmento** ou **José Leite de Vasconcelos**, além de **Joaquim Santos Rocha** ou **Sebastião Filipe Estácio da Veiga**, a quem coube a responsabilidade de exploração e estudo arqueológico de determinadas áreas e regiões ao longo de todo o território português, além do seu respectivo papel no estabelecimento de museus ainda hoje activos, foram essencialmente estudiosos no campo da Etnologia Histórica.

Depois das tentativas frustradas, da geração que os havia antecedido, em apontar e fundamentar racionalmente as bases para a evidência de um «homem português», tomando-se como base os vestígios antropológicos para sugerir toda a pertinência de uma teoria da existência de uma «raça», em hipóteses que se revelaram, afinal, sem nenhum sentido ou sequer como realidade provável, o escol

científico de finais do Séc. XIX e inícios de Séc. XX transformará, porém, em sucesso a «descoberta», esta, de facto, mais coerente, de uma especificidade cultural do Ocidente português, a partir do que eram os vestígios enraizados no território desde a Antiguidade. E o resultado culminante desta pesquisa foi o tratado de Leite de Vasconcelos, *As Religiões da Lusitânia*, a que se seguiria *Etnologia Portuguesa*, obras-matriz que exaltavam, é certo, a originalidade e dimensões da cultura popular nacional, mas, mais do que isso, conseguiam fundamentá-la cientificamente.

Quanto às peças, a sua originalidade, ou o seu exotismo, bem como os seus notórios aspectos arcaizantes eram, de súbito, motivo de grande curiosidade. E, também quase de um momento para o outro, constatava-se que eram algo de próprio de uma especificidade cultural, que, de tempos recuados até épocas posteriores, pareciam ter assegurado uma continuidade das sensibilidades subjacentes às vivências locais. Deste modo, os modernos investigadores não poderiam deixar de basear a sua busca nesse mesmo sentido de reconhecimento e identificação com o que, tendo subsistido de um passado antigo, parecia prolongar-se, ainda, quanto aos sentimentos perante o mundo e quanto às tradições populares que repetiam técnicas e formas onde se evocava, continuamente, o imemorial.

1.1. A Romanização e a autoctonia.

A referência ao importante papel dos armamentos entre as sociedades autóctones, e a própria cronologia dos materiais resgatados, conduzem-nos a uma necessária atenção ao fenómeno da guerra. De uma forma geral, antes do mais, os armamentos cumpriam uma função simbólica, de exaltação convergente com os ideais vigentes de heroização. Mas, a esta mesma função, são essencialmente patentes os achados em contexto funerário, que assinalam alguma distinção individual, de bravura e destreza. Havia, também, certamente, uma função utilitária subjacente a tão proliferante indústria, que, além do mais, caracterizava acentuadamente a expressão cultural das velhas sociedades.

Sabemos que os *habitantes das montanhas*, como o eram o agregado de **populi** que receberia o nome de «**Lusitanos**», eram particularmente dados às incursões em bando, pelos quais se realizariam saques e alguma devastação, quando desciam dos seus lugares de **habitat** para as planícies.

De qualquer forma, o principal confronto que ficaria registado para a posteridade foi, como é sabido, o das **Guerras da Celtibéria e da Lusitânia**, em que os mesmos «**Lusitanos**» e os seus correlegionários desenvolveram um sistema de defesa bastante devastador, apoiado em técnicas de guerrilha, mas que não seria suficiente para ter impedido a inevitável conquista da Ibéria por parte dos Romanos, caindo, uma a uma, as cidades resistentes a esse mesmo avanço, na sua sequência dramática que, enfim, tão só reforçaria a visão de que os povos locais se haviam comportado heroicamente, até ao fim.

A **conquista romana** foi um facto a que se assistiu, fundamentalmente, na fase inicial dos avanços ocorridos para os **Sécs. II-I a.C.**, para as áreas a Sul da Península, entre o Alentejo, o Guadiana, a Extremadura, a Betúria e a Andalúzia; aqui mesmo, substituir-se-iam ao recente domínio cartaginês, e é, de resto, no

contexto das sucessivas Guerras Púnicas que, em termos abrangentes, se deverá enquadrar a conquista da Península, que apenas se completaria, porém, já em épocas augústeas, e, aqui, já sob novas estratégias, que vieram a incluir uma inteligente atitude diplomática, que não deixaria, enfim, de ser firme e decisiva.

O que sucedeu com a conquista romana, de qualquer maneira, foi o **terminus** da vivência livre dos povos locais, que, doravante, teriam de obedecer a novas leis, a comportarem-se de acordo com a sequência de uma nova série de atitudes assimiladas, e alcançava-se o fim do processo de desenvolvimento cultural que se havia iniciado no Bronze final. Por isso mesmo, com a Romanização e com a **interpretatio romana**, não desaparecendo, afinal, de todo, as marcas da velha cultura dos povos autóctones, veio a mesma reformular-se e apresentar-se sob novas formulações.

A Romanização teve, pois, um duplo papel: tanto destruiu o que havia, com referência a estruturas e modos que teriam caracterizado os períodos antecedentes, como, paradoxalmente, veio a assegurar a própria sobrevivência de alguns desses elementos de afirmação de identidade; de outro maneira, de resto, não conseguiriam concluir a sua tarefa. Se, das fases anteriores à conquista romana, acabamos por conhecer, em rigor, pouco do que havia sido a evolução cultural, devido a alguns evidentes sinais de desagregação civilizacional, abrupta, não será menos certo que, assim mesmo, foi graças à intervenção romana que acabámos por assistir à subsistência de determinados aspectos que nos permitem alcançar o que, entretanto, desaparecera já, com as vicissitudes do tempo.

a) A resenha dos principais momentos do avanço romano.

A integração da Península nos impérios do Mediterrâneo não deixaria de se constituir como um processo violento. Em **finais do Séc. III a.C.**, ainda num momento de auge do poder de Cartago no Mediterrâneo, e decorrendo então a

alegada «fundação» de **Portus Hannibalis** (Portimão), se teria instalado, no Sul, o **General Aníbal Barca**, por volta de **220 a.C.**. Suceder-se-ia, entretanto, até à viragem de 200 a.C., a **Segunda Guerra Púnica**, cujo término (assinalado pelo **Tratado de 202 a.C.**, estabelecido com Roma) coincidirá, porém, com o da presença de contingentes romanos. De facto, em **194 a.C.**, ocorrem os primeiros confrontos. **Cornélio Cipião** derrotará os **Lusitanii** num combate que se terá registado em **Alcalá del Rio** (Sevilha), diante do antigo oppidum de Illipa; começavam as «**Guerras da Lusitânia**», iniciando-se também as retaliações e a resistência organizada. Em **151 a.C.**, **Sérvio Sulpício Galba** torna-se pretor da **Hispania Ulterior**, e é nesta altura que **Viriato** surge também como o protagonista das mesmas Guerras. Entre **147-146 a.C.**, Viriato comanda **incursões na Turdetânia e Carpetânia**, enfrentando os Romanos, e alargando-se até à Betúria, na bacia do Guadalquivir, a área onde se há-de assinalar a mancha de instalação dos resistentes armados. Será em **143 a.C.** que se sucede a derradeira derrota púnica contra Roma, e Cartago é arrasada [cf. resumo e fontes, in ALARCÃO 1988: 13-20].

Em **139 a.C.**, o governo da **Hispania** é assumido por **Servílio Cepião**, que estabelece a sua base de operações em **Castra Caecilia**, identificado como próximo de Cáceres, ou seja, na Baixa Extremadura. Cepião atacará, pela margem esquerda do Tejo (e passando pelo Alto Alentejo) os Lusitanos, os Vetões e os Galaicos; **Viriato** é, então, assassinado por três traidores que Cepião teria aliciado (os malogradamente célebres **Áudax**, **Ditalco** e **Minuro**), no momento em que se prepararia, segundo a posteridade, para negociar os termos da sua rendição. Foi sucedido, na chefia dos resistentes, por Táutalo, cuja posição era, porém já, muito enfraquecida.

E é em **138 a.C.**, que **Décimo Júnio Bruto**, sucedendo por sua vez a Servílio Cepião prossegue as ofensivas, subindo o litoral atlântico até ao Noroeste, a partir de Olisipo e da zona ribatejana (a que aludiria a referência ao seu

aquartelamento em **Moron**, e também, na zona de Viseu, no sítio conhecido como **Cava de Viriato**). Destaca-se, aqui, tanto o episódio da derrota que infligiu aos **Talabrigenses**, como a primeira tentativa de subjugação dos **Galaicos**. Ao regressar a Roma, após a sua missão, receberia, de facto o cognome de **Callaicus** [cf. ALARCÃO 1988: 21-23].

Do **Séc. II ao Séc. I a.C.**, a «**Conquista**» ter-se-á, porém, resumido, essencialmente a movimentações militares; de qualquer forma, seria evidente que em áreas autóctones, mesmo salientando-se o esforço armado da resistência oriunda do Centro e Norte da Ibéria, começava um período de «coabitação» com os Romanos, à medida do próprio avanço destes últimos. Mas, enfim, os confrontos prosseguiriam, fosse qual a sua razão de fundo: nomeadamente, a época em que **Sertório** foi pretor da **Hispania Citerior** (a partir de **83 a.C.**), insere-se no momento das próprias Guerras Civis romanas, tendo sido marcada pela aliança que se conseguiu estabelecer com os resistentes locais. A facção sertoriana haveria de perder a luta pelo próprio poder da República, sendo o pretor morto em 72 a.C., e tornando-se os Lusitanos, uma vez mais, em trágicos personagens de um destino histórico muito pouco propício [cf. ALARCÃO 1988: 23-25].

Em **61 a.C.**, **Júlio César** é nomeado para o governo da **Hispania Ulterior**, e dirigirá ofensivas contra a **Lusitânia** e **Callaecia**, em que repete o itinerário já anteriormente seguido por Décimo Júnio Bruto, partindo do acampamento que fundou, perto do já referido sítio de **Moron**, e que posteriormente se tornaria na colónia de **Scallabis Praesidium Iulium** (Santarém), sendo, estrategicamente, um *ponto sobranceiro ao Tejo (...) [e no] cruzamento do rio (...), parece ter existido um castro relevante da Idade do Ferro (...). As cronologias do praesidium e da colónia são, por enquanto, desconhecidas; talvez a data de 49-44 a.C. convenha mais do que a de 61 a uma ou outra das fundações de César* [ALARCÃO 1988: 26]. A partir daqui, e até ao **Principado de Augusto**, acentuar-se-á, pois, a dinâmica do

assinalável processo de uma conquista, que passou pela ocupação militar e pela definição de bases para a própria delimitação administrativa da província, no que veio a ser uma verdadeira «**refundação**» do território.

b) A integração dos povos do Ocidente peninsular e a prefiguração da província da Lusitânia.

Do que foi dado observar da **estrutura social dos povos pré-romanos**, aparece-nos uma organização baseada em laços supra-familiares, e associada a valores de sentido tribal ou de clã. Cada grupo teria assim a sua figura principal, que surgia no estatuto de **princeps**, ou o 'chefe', tal como se veio a reconhecer como figura jurídica, após o estabelecimento das instituições romanas, no reconhecimento do próprio sentido histórico subjacente às estruturas anteriores.

No centro da organização social, o **princeps** geria um território e os seus recursos, e era também o guardião das riquezas da comunidade; por fim, ter-se-ia tornado na figura intermediária entre os Romanos e as populações autóctones. Ao que se supõe, as esculturas dos **guerreiros galaico-lusitanos**, assimilada às virtudes valorosas, poderiam muito bem ser a representação de uma tal figura do **princeps castrejo** [cf. FERREIRA DE ALMEIDA 1981; FERREIRA DA SILVA 1986a: 293-294; ALARCÃO 1986b: 64-65; ou ALMAGRO-GORBEA 1993].

Por outra parte, porque as riquezas eram também ofertas aos deuses, a quem, por sua vez, se pedia ainda mais protecção e abundância, definir-se-ia uma vontade de afirmação de poder ou de expressão da soberania, reflectindo-se na ostentação das preciosidades, dado que a obtenção dos «tesouros» poderia ser coincidente com a representação de uma identidade cultural, sendo, ao mesmo tempo, garantia de independência: sob ameaça de saques iminentes ou sob algum tipo de pressão de vizinhos ou estrangeiros, a acumulação de tais riquezas podia

assegurar o estatuto livre de cada território ².

Assim se assegurava a prossecução de uma actividade permanente, que dependia de encomendas especiais, destinadas a um determinado propósito, que tanto poderia ser de intenção estética, como votiva, e para as quais era necessário um corpo de artífices especializados numa ou outra tecnologia, destacando-se, naturalmente, o papel fundamental detido pela metalurgia; a generalização dos domínios tecnológicos, torna difícil distinguir o que, de períodos tardios, é de importação ou de origem local. Se, num primeiro momento, as peças reveladoras de poder aquisitivo chegavam como importações, em épocas posteriores a produção local ter-se-á desenvolvido consideravelmente, ainda que pudessem ser agora os artesãos a chegar de fora, para satisfação do gosto das chefias [cf. FERREIRA DE ALMEIDA 1981: 7; FERREIRA DA SILVA 1986a: 292; ALMAGRO-GORBEA 1990: 106].

Após um violento conflito armado e um processo dramático de subjugação, , muito de acordo, aliás, com a mentalidade helenística, os Romanos terão concedido um reconhecimento respeitoso pelos valores virtuosos das populações locais; um modo de contrariar o espírito de derrota infligido durante as Guerras da Lusitânia e Celtibéria.

Foi assim que se mantiveram os cultos locais e alguns hábitos autóctones, e teria surgido a estatuária ou a progressiva elaboração dos trabalhos de ourivesaria, onde se combinava, pois, a representação do passado com as eficazes técnicas entretanto introduzidas nas oficinas.

Os sentidos culturais e políticos, constituindo uma vertente privilegiada de expressividade nas realizações próprias das antigas sociedades peninsulares, e reflectindo estatutos e funções igualmente próprias quanto aos valores de exibição

² Uma noção que vem de encontro aos próprios conceitos gregos, segundo os quais de tudo o que se conservava como 'riqueza' ou 'posse' (κειμηλιον) era o que pode ser dado, oferecido ou transaccionado, em troca de algo [cf. MEGAW 1990: 263-264].

social, não deixam de evidenciar uma determinada intenção programática.

Nesta acepção, que é em si uma proposta de âmbito metodológico, a análise dos temas iconográficos presentes num leque alargado de obras possibilita não apenas perceber as sensibilidades antigas, os seus simbolismos e significados, mas também permite a sua respectiva consideração enquanto documento histórico, visual. E, mesmo quando se torna patente uma emergência de modos de vida que já nada têm a ver com a Pré-história, e apesar das influências posteriores, a afirmação das sociedades peninsulares nunca deixou de se enraizar no que vinha de tempos primevos, ainda que, ao cabo de um milénio, viessem a ser finalmente integradas no Império Romano. A sua imagética assim o parecia revelar, compondo-se como uma base essencial e fundamento para o que veio a ser toda uma evolução no domínio do conhecimento, não apenas do passado em geral, mas, em especial, do antigo território português.



Na descrição da **Hispânia** feita por **Plínio-o-Antigo**, a parte correspondente à **Hispania Citerior**, onde se reuniam as áreas ocupadas a Norte do Douro (indicando-se que, precisamente, em contraposição, que *a Durio Lusitania incipit* [«a província da Lusitânia começa pelo Douro»; PLÍNIO-O-ANTIGO, IV, 113]) e onde se identificavam os territórios ocupados, quer pelos povos Galaicos, que pelos Cantábricos, é a última a ser referida, numa evidente demarcação de algum distanciamento geográfico. Já **Estrabão**, na *Geografia*, estabelecera uma idêntica distinção entre o Sul e o Norte, descrito como agreste e habitado por gentes «rudes» [cf. atrás, e também: ALARCÃO 1988; GUERRA 1995].

Esta referenciação, posta em relação aos sítios em que mais cedo se estabelecido já o domínio romano, salientava também algo da memória da **resistência dos Galaicos** ao avanço dos contingentes, que só tardiamente, conseguiriam que o remoto canto do Noroeste peninsular viesse a aceitar a Paz do

Império. E isso somente decorrendo com a manutenção das formas tradicionais da cultura local, que justificaria o sentido de todas as persistências antigas.

Entretanto, com a Romanização, a **Callaecia** e a **Lusitania** ficariam divididas em circunscrições provinciais distintas. Porém, a diversidade populacional, que se reflectia, enfim, no conjunto de manifestações próprias de cada território, não escondia a realidade de um mesmo fundo civilizacional. Talvez, deliberadamente, tivesse sido assim delineada a separação entre áreas administrativas; separavam-se **populi** entre os quais, à partida, seria possível reconhecer afinidades, mas também se estabelecia, do mesmo modo, o resultado da consolidação do domínio romano na Península, em que cada província era criada à medida da própria cronologia do avanço imperial.

Ao mesmo tempo em que se procedia à separação entre regiões tribais que poderiam ter partilhado elementos culturais comuns, porventura, ainda, por razões que se deviam à necessidade de quebrar eventuais laços de solidariedade, juntavam-se outras que mais diferenciação poderiam possuir, umas em relação às outras. Assim vieram alguns dos Lusitanos a ser deslocados, segundo o que se conhece de antigas fontes, para sul do Tejo, mesmo quando se sabia, igualmente, que seria um hábito frequente, em determinada altura, descerem esses **Lusitanii** das suas montanhas para procederem a razias ou saques em zonas de planície; separavam-se, pois, os congéneres, e juntavam-se os inimigos³.

Adianta-se desde já que é interessante o conjunto de questões que se pode colocar quanto ao facto de se ter estabelecido a Lusitânia romana, precisamente desde a linha do Douro, e englobando a Baixa Extremadura espanhola, até ao

³ De resto, quanto às **dificuldades que o estabelecimento do domínio romano no território português poderá ter enfrentado**, estava, segundo comentou Jorge de Alarcão, esta mesma **multiplicidade dos pequenos populi (...)** [que] **punha particulares problemas de organização [administrativa], dificultados ainda pela barbárie desses povos, a sua particular organização social, a diversidade dos seus cultos e a inexistência de qualquer oppidum com verdadeira vida urbana** [ALARCÃO 1988: 53-54; n/ destaque].

litoral sul, o que faz pressupor que os mais «bárbaros» dos habitantes do Ocidente peninsular, que seriam os **Lusitanii**, vieram a ser colocados, surpreendentemente, contiguamente à área dos antigos **Conii**, os quais, pela sua herança turdetânica, por oposição, eram enaltecidos pelo seu próprio nível de desenvolvimento cultural.

De qualquer maneira, os **Lusitanii** resistiram e lutaram contra os Romanos da forma que lhes era peculiar: pela **actividade guerreira**, e por iniciativa própria. Ao mesmo tempo acompanhando, na verdade, as idênticas acções dos seus vizinhos da área celtibérica, que motivaram um século de confrontos em duas frentes simultâneas (as Guerras **da Lusitânia** e **da Celtibéria**), distinguia-se, porém, o modo de resistência dos **Lusitanii** em relação aos próprios modos de resistência exercida pelas restantes populações do Extremo-Ocidente.

c) A conquista romana e as suas ambivalências.

Nas **passagens de Estrabão** em que se aludiam as consequências da Romanização, e nas quais se referia que os povos meridionais tinham adoptado de tal forma os costumes romanos que se haviam esquecido da sua própria língua natural, o apontamento teria seria retirado das próprias descrições de Artemidoro (por sua vez recolhidas por **Possidónio**, antes de integrarem a *Geografia* estrabónica), sendo, deste modo, um facto já testemunhado entre os Sécs. II-I a.C., quando Artemidoro visitara a Turdetânia [ESTRABÃO, III, 2, 15; ver, também, LASSERRE 1966: 193; notas].

O «**fenómeno da assimilação dos costumes**» foi, evidentemente, mais precoce a Sul, tanto quanto difícil e tardio a Norte. Desde logo, porém, na tentativa de se compreender o que foi o leque de transformações do período de um ou dois séculos que antecederam a execução da obra de Estrabão, talvez não seja de excluir que o processo de contactos entre Romanos e Ibéricos tivesse conhecido duas vias.

Ou seja, apesar dos claros reflexos da Romanização a vários níveis, atendendo-se, porém, em particular ao que viria a ser, de futuro, a própria importância da Hispânia no contexto do Império, é de ponderar a ideia de que o **contributo peninsular terá sido mais do que fundamental para a própria consolidação da Civilização Romana**, talvez mesmo equiparável ao papel que, dos Sécs. IV ao III a.C., teve a Hélade na adequação aos novos ideais culturais latinos.

Mas, da primeva Hispania, algo se perdera já irremediavelmente; algo também não deixaria de subsistir a coberto de todos os apontamentos que vieram a surgir, **a posteriori**, em data subsequente ao decurso dos processos de integração no Império. Destes últimos, pelo menos quanto aos que habitavam as áreas meridionais, havia a dizer que estavam longe de ser meros «bárbaros», e, na sua própria diferenciação relativamente às sociedades circum-vizinhas de toda a Península (estas, descritas por vezes, como tão rudes quanto às paisagens rochosas e inóspitas que caracterizavam outras das regiões peninsulares), Estrabão não deixaria de realçar o grau de desenvolvimento civilizacional dos **Turdetanos**, os mais educados e os *mais sábios de todos os povos ibéricos* (σοφωτατοι δ εξεταζονται των Ιβηρων), porque estes tinham uma «escrita» e até, ao que parece, uma «tradição historiográfica própria, como o exemplificariam as narrativas a propósito da fundação de Gadir [ESTRABÃO, III, 1, 6].

Ter-se-iam, os Hispanos, tornado agora num «retrato de Roma», porque, precisamente, também já os Romanos teriam herdado dos próprios modos de ser dos autóctones? Porém, há um evidente lapso e ruptura, entre os momentos de uma quase gloriosa afirmação da identidade cultural de cada uma dessas mesmas sociedades indígenas, e o tempo posterior ao estabelecimento do domínio romano.

As **Guerras da Celtibéria e Lusitânia**, ocorridas a partir de finais do **Séc. III a.C.** e prolongando-se até ao principado de Júlio César, correspondem a essa interrupção. As suas implacáveis consequências, a respeito da submissão dos

povos locais, vieram a ser por demais evidentes, ainda que, para benefício do próprio avanço romano, para isso tivesse contribuído muito, tal como se sabe, o estado de diversidade e, até, de oposições locais que envolviam disputas de índole tribal.

Em **áreas interiores**, onde a **Romanização** foi mais demorada, e conhecendo ainda o efeito das resistências autóctones, especialmente nos territórios lusitanos e galaicos, subsistiram, apesar de tudo, elementos culturais de características arcaizantes, e este aspecto demarcará, afinal, no seu respectivo sentido de coexistência com um poder militar e administrativo superior, o *facies* civilizacional conhecido para o Centro e Noroeste.

Dos testemunhos conservados no âmbito das fontes escritas, remontam estes, pois, ao período que se seguiu ao estabelecimento do domínio romano, resultando daí que, das referências anteriores ao **terminus ante quem** dos desenvolvimentos de conquista, tão só se tornava possível entrever a episódios, cuja continuidade dependeu das circunstâncias de intervenção posterior; aqui, portanto, surge um dos limites ao rigor da aferição das notícias.

Terá sido a «assimilação» do Sul tão rápida e pacífica, quanto se tentou sempre fazer crer? Porque foi, de facto, nas áreas meridionais, sobretudo a Sul do Tejo, no território português, como no espanhol, que o cenário das Guerras contra Roma foi mais evidente, que papel tiveram das populações do Sul nesse mesmo confronto, ou de que modo reagiram?

Porque se interrompem, enfim, a partir desses mesmos **finais do Séc. III a.C.**, quase subitamente, as tradições culturais próprias do Sul, a partir do momento em que, à hegemonia cartaginesa, se sucede o domínio romano?

Teriam as populações meridionais vindo a procurar, no apoio romano, uma ajuda para a sua própria defesa contra as tribos que, vindo periodicamente do Norte, se tornavam mais ameaçadoras do que uma perspectiva de integração numa outra civilização?

E porque decidiram os Romanos baptizar todo um vasto espaço, que englobaria diversos territórios culturais, com o nome dos seus aguerridos oponentes (não sucedendo, porém, o mesmo, com a **Celtibéria**, incluída na **Hispania Ulterior**), ao invés de o designar a partir do nome das populações do Sul?

Talvez, ainda, as sociedades pré-romanas meridionais não tivessem, de facto, capacidade de defesa armada contra qualquer tipo de avanço ou incursão, fossem quais fossem os invasores, e, muito simplesmente, foram assimiladas, sem grande resistência do seu lado ou esforço do lado conquistador. Logo, muito ao modo clássico, poderia não ter revelado o «heroísmo» necessário às virtudes que fariam enaltecer um povo e conferir-lhes distinção de sentido memorial.

Estaria, porém, o Sul demasiado repartido por outras tantas divisões locais, que não possibilitavam qualquer designação colectiva?

Ou, no momento correspondente ao ponto mais significativo dos conflitos, ter-se-ia provisoriamente desertificado? Ou, também ainda, a confirmar-se uma ocupação «céltica» do Baixo Alentejo em plena II Idade do Ferro meridional, ter-se-iam estas «novas» populações do Sul juntado aos Lusitanos na sua respectiva ofensiva, durante os Sécs. III-II a.C.?

Certo é que desapareceria o **facies** cultural que tanto havia distinguido o Sul, até ao Séc. III a.C.; mas, logo após a Romanização, tendo sido já *assimiladas as gentes ao novo modo de vida*, segundo as fontes antigas, as regiões a Sul do Tejo serão as mais densamente ocupadas por novas cidades ou **villae**, que vão assegurar, dos finais da República ao advento de Augusto, a continuidade dos modos de exploração agrária, minérica e comercial que constituíam a base económica fundamental dessa parte do território desde épocas anteriores [cf., de novo, as referências de ESTRABÃO, in III, 2, 15].

O Alentejo e o Algarve, bem como a Bética ocidental, tornar-se-iam parte da própria Roma, perdendo a sua antiga especificidade civilizacional. Na verdade,

esta transformação parece ser bem repentina, e consequência, obviamente, da rápida resolução da situação de guerra em torno aos sítios das bacias baixas do Anas ou do Bétis, e em que os Romanos terão sentido maiores dificuldades em ultrapassar as barreiras de alguma altitude que, genericamente, se interpunham a meio dos acessos para o interior da Península, e onde se refugiavam os 'aguerridos' resistentes vindos do Centro. O Sul romaniza-se, em contraste, sem grandes sinais aparentes de oposição. E sucede isso a tal ponto que mais sugere ter-se tratado de um processo bem acelerado.

Tendo ou não havido, por parte das populações autóctones, aceitação passiva (ou alguma eventual resistência) deste avanço, a conclusão mais lógica é estarmos, efectivamente, perante o resultado reafirmado de uma bem conseguida **conquista** e subsequente **colonização** de toda a orla sul do Ocidente peninsular, de Cádiz ao litoral alentejano.

Certo é, igualmente, que as «**Hispânias**» conheceriam uma sub-divisão provincial, fazendo-se, desde logo, distinguir das mesmas, a «**Lusitânia**», ainda que a sua circunscrição se tivesse dissociado da **Callaecia**, no que se prefigurava já, efectivamente, como uma individualização do espaço onde se inseriria, posteriormente, o território português. Mas a «**Lusitânia**» não poderá deixar de ser vista como uma **criação territorial romana**, decorrente do que terá sido, na realidade, o processo histórico de conquista e colonização a que se aludiu, sobretudo acentuada abaixo da linha do Tejo, e posteriormente alargada até à linha do Douro (a partir do qual houve a enfrentar os Galaico-minhotos), integrando os **populi** de que veio a subsistir o seu respectivo recenseamento.

Enfim, da **descrição pliniana dos povos lusitânicos**, às mais **diversas referências nas restantes fontes**, quanto ao *mosaico étnico* do Extremo Ocidente peninsular, que vieram a possibilitar algo da recente atribuição e definição dos limites territoriais de cada sociedade dos antigos habitantes território, sabe-se que se haveriam de manter as antigas designações tribais. O conceito de **Lusitanos**,

tal como o conceito de **Galaicos**, sendo, um como o outro, abrangentes, eram, pois, designativos colectivos, congregando uma grande diversidade de grupos.

Aos **Lusitanii**, como é sabido, veio a corresponder uma listagem de gentes, cujos nomes vieram a ficar registados na lápide inscrita que resumia o conjunto de povos que tinha contribuído para a edificação da ponte romana de Alcântara, resultando daí um documento epigráfico conhecido desde há muito; e Francisco de Holanda referir-se-á, de resto, particularmente, a esse mesmo documento no seu tratado *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, onde apresentaria a respectiva ilustração. Mas tão só recentemente se veio a proceder à respectiva apreciação de tal listagem, em estudos que se traduziriam, entretanto, por alguma minúcia [cf. ALARCÃO 1988: 15-20, para os *Lusitanos*; 35-ss., para a inscrição da ponte de Alcântara; 54-ss., para o *territorium bracaraugustano*. Cf. também ALARCÃO 2001; PLÍNIO-O-ANTIGO, III, 28 e GUERRA 1995: 91, comentários críticos].

O **estabelecimento do domínio romano a Norte** tendo sido, enfim, muito mais demorado, culminando somente na época de Augusto, quando terá o próprio Imperador, no Noroeste, por volta de 27 a.C., chefiado as últimas campanhas militares, e, não menos significativamente, assegurando pactos com as chefias locais, que, apenas então, embora muito definitivamente, consagraram algo do domínio romano em tão distante região. Só então, portanto, *concluídas as operações militares (...), Augusto entendeu estarem criadas as condições para uma reforma político-administrativa da zona mais ocidental da Península* [ALARCÃO 1988: 28].

Mas, em certo sentido, o Noroeste nunca veio a ser conquistado, ao contrário do que sucederia com a Lusitânia; aqui, então, **a antiga Cultura Castreja terá conseguido assegurar a sua autonomia**, tendo aceitado, apesar de tudo, a Paz proposta por Augusto. Além da Galiza, estavam as Astúrias e a Cantábria, mais um conjunto de regiões montanhosas, em que habitavam populações hostis (e, na verdade, não viriam a ser, de todo, romanizadas), com as quais, de qualquer

forma, a **Callaecia** poderia ser tanto de território intermediário, como de interposição a qualquer acto de natureza mais violenta. Ter-se-á, pois, adoptado um governo local de características especiais no Noroeste. Há os dados, aferidos de testemunhos, essencialmente epigráficos que se referem, precisamente, à existência de indivíduos designados como **princeps**, o que permite assim fundamentar a pertinente hipótese de que se teria instituído um sistema de delegação de poder [cf. ALARCÃO 1988: 56].

É neste sentido que é, afinal, explicado o surgimento tão expressivo da própria escultura dos «**Guerreiros galaico-lusitanos**», cuja cronologia é bem coincidente com situação histórica do Séc. I.

Tal foi, de resto, o realçado por **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**, desde logo na sua análise da **escultura do Guerreiro de Refojos do Basto** [FERREIRA DE ALMEIDA 1981], e igualmente apoiado, depois, seja, por Armando Coelho Ferreira da Silva, seja por Calo Lourido. As figurações dos guerreiros, estando, com efeito acompanhadas por inscrições latinas (que se concluíram ser parte da lavra original das peças que as comportavam), surgem assim, essencialmente, ligadas aos propósitos de exaltação heróica, ou, também, de evocação e perpetuação da memória dos indivíduos em merecimento do seu respectivo valor [cf. FERREIRA DA SILVA 1986: 291-ss.; em especial, 293, para o «culto dos chefes»].

Em síntese, *adaptando a sua política às condições de desenvolvimento social em que os diversos povos se encontrariam, Augusto terá promovido a instalação, nuns casos, de **principes**, noutros, de **magistri** designados pela administração regional ou eleitos por conselhos de anciãos (...).* [Sendo **Bracara Augusta** uma fundação **ex nihilo**, mas que se tornava num foco de congregação entre os povos locais, onde não existia vida urbana, e a implementação do regime imperial] *a administração regional [aí] instalada (...), vigiaria pois uma vasta área governada por [esses] principes ou magistri; para designar o conjunto destes*

populi (...), **ter-se-á adoptado o termo de Bracaraugustani** [ALARCÃO 1988: 56; n/ destaque].

As condições geográficas, que faziam contrastar o Norte e o Sul, dificultaram igualmente o próprio avanço romano. **Décimo Júnio Bruto**, nas suas campanhas de finais do Séc. II a.C., teve de seguir ao longo do litoral atlântico, o que implicou o facto de ter sido obrigado a atravessar toda a Península até alcançar o caminho, ao longo da linha do Tejo, que melhor o levaria ao Noroeste, e num registo que ficaria celebrizado na própria obra de Estrabão. Por sua vez, era esse mesmo **condicionalismo geográfico** o que fazia indissociavelmente parte da caracterização que as sociedades locais revelavam quanto à sua ligação ao espaço que ocupavam, num **profundo enraizamento com a paisagem natural**. Daí, de facto, o tão evidente **sincretismo proporcionado entre esta mesma geografia e a civilização**, conforme as observações de Orlando Ribeiro.

Tanto maior se manifestava a ligação ao espaço envolvente, assim mais marcada se revelava, por sua vez, a própria **personalidade cultural dos povos autóctones**, como se o espaço e as civilizações fossem parte de uma única configuração. A segunda grande dificuldade colocada diante do avanço romano foi, precisamente, a força da afirmação das gentes, tanto mais acentuada quanto mais recônditas eram as regiões do território que habitavam; seria ao nível da própria Cultura Castreja que a afirmação de uma identidade distintiva veio, com efeito, a prevalecer, mesmo após a extensão da hegemonia romana até esse extremo da Península. Conquistados ou assimilados os povos meridionais, derrotados os **Lusitanii**, dominada a Beira Litoral, os Romanos, uma vez alcançado o Minho e a **Callaecia**, terão sido forçados a alterar a sua estratégia, preferindo, pois, já depois de dominado o espaço que viria a ser o da província lusitana, não esgotar desnecessariamente os recursos disponíveis em novas prossecuções de guerra mas desenvolvendo esforços diplomáticos, que tanto assegurariam a sua posição como senhores da Hispânia, como não deixavam de reconhecer, no caso

específico do Noroeste, o sentido da soberania das chefias locais.

Entretanto, estava-se, também já, numa outra época: das Guerras Púnicas às Guerras Civis, a estratégia romana alterar-se-ia com o **dealbar do Principado de Augusto**; a **Pax Romana**, preconizada como política essencial dos inícios do Império, ter-se-á traduzido, assim, nos acordos que garantiram ao Noroeste Castrejo a manutenção de um certo grau de autoctonia ⁴.



Enfim, se os achados a Norte indicaram a longa continuidade de aspectos que se enraizavam em desenvolvimentos civilizacionais de certa forma pré-históricos e que desembocavam em tempos posteriores, a Sul, os vestígios encontrados pelos modernos investigadores vieram revelar, antes, espaços civilizacionais autóctones que desapareceram quase subitamente, sem outro legado para o futuro.

Sucedem-se as transformações no decurso de um contexto de **reorganização territorial**, que passou pelo estabelecimento de novas «cidades», entre as quais (αι τε νυν συνωκισμεναι πολεις...): **Pax Augusta**, entre o território dos «Κελτικοι», **Augusta Emerita**, entre os «Túrdulos», ou **Cesaraugusta**, entre os «Celtíberos», além de outras. Da própria elevação de categoria de antigos

⁴ O **contraste quanto ao Sul**, onde o «Romano» terá surgido, desde logo, ainda em pleno Séc. I a.C., participando nas próprias Guerras Civis, e tomando-se partidos, como os apoios que se vieram a granjear, na Ibéria, do lado de Pompeu, como se se estivesse já numa região do Império como outra qualquer, como se os habitantes locais fossem já de facto «Romanos», ou assistindo-se já à reformulação administrativa que Júlio César viria a iniciar então quanto à reorganização da nova província. Voltando a visitar as descrições incluídas na *Geografia* de Estrabão, não deixam de ser ambíguos os termos pelos quais se dá conta dos modos de integração dos autóctones. Corresponde a passagem à indicação do modo como teria ocorrido a assimilação dos «costumes latinos», a adopção da língua e a adopção, ainda, das novas indumentárias e do simbolismo que se revestia para o indivíduo o tornar-se mais um entre os **togati** (τογατοι), e vindo a ser quase mais «romanos» que os naturais da própria Roma (ωστε μικρον απεχουσιτου

oppida ou **castella**, concedida durante o longo do **período dos Júlio-Cláudios** (principalmente, sob os governos de Júlio César, Octávio Augusto e, talvez também, de Tibério), é notória a fundação paralela do que viriam a ser duas das mais importantes urbes do espaço galaico-lusitano: **Bracara Augusta**, em pleno Noroeste Castrejo, e **Pax Iulia**, no pleno Sul.

Cada qual assinalava, à sua vez, a criação de focos importantes, a partir dos quais se teria assistido ao crescente desenvolvimento dos modos de sincretismo social e cultural. Para cada uma dessas cidades, chamar-se-iam tanto os contingentes romanos, como grupos de nativos, que passavam a coabitar juntos. Mas, claro está, entre os principais povoadores, apesar das proveniências diferenciadas, destacar-se-iam, essencialmente, os habitantes locais [cf. comentários, in GUERRA 1995: 75-ss., para a fundação de **Bracara Augusta**; Id., 100-101, para **Pax Iulia**] ⁵.

Torna-se sugestiva a hipótese de que fermentaria nessa coabitação algum conjunto de relatos, sobre os quais se teria formulado uma mitologia própria,

παντες ειναι Ῥωμαιοι...) [ESTRABÃO, III, 2, 15].

⁵ *Das novas cidades fundadas* [Αι τε νυν συνωκισμεναι πολεις], há entre os Célticos a de Pax Augusta [η τε εν τοις Κελτικοις Παξαυγουστα] e, entre os Túrdulos, a de Augusta Emérita [η εν Τουρδουλοις Αυγουστα Ημεριτα], e, sobre o território dos Celtíberos, César Augusta [η περι τους Κελτιβηρας Καισαραυγουστα] (...) [ESTRABÃO, III, 2, 15; n/ destaque]. É notório, por outro lado, o uso que Estrabão fez do verbo συνοικεω—συνοικιζω, para designar o acto de «fundação» ou de «colonização» (‘αι τε νυν συνωκισμεναι πολεις’, «*das novas cidades fundadas...*»), quando o mesmo tem, sobretudo, o significado de «associar» ou «tornar comum», e tendo em conta que, ao descrever a **fundação e edificação** da cidade de Gadir havia utilizado, ao invés outros termos de semântica diferenciada (respectivamente: αποικιαν e κτιζεω). Daí, de qualquer modo, os conceitos correlativos de **συνοικισμος**, «**colonização**», e **συνοικια**, «**comunidade**», ou também lugar onde viveriam várias gentes ou famílias, cada qual partilhando e desfrutando de bens comuns, numa designação que pode abranger, na verdade, o modo como se refere um determinado território. É evidente que, a breve prazo, toda a província da Lusitânia se tornaria numa **συνοικια**, agremiando-se populações locais e novos residentes [cf. ARRUDA 1996].



elaborada em torno do recente passado da **Callaecia** ou da **Lusitânia**, exaltando-se, em consequência alguns dos episódios de heroísmo ou resistência, quanto aos quais, também, os ouvidos romanos teriam sido, não apenas receptivos, como corroborantes, no sentido em que poderiam adicionar, por sua vez, o próprio contributo das narrativas clássicas. Ainda que esse quotidiano nos esteja vedado, restaram, precisamente, os textos posteriores, que reuniram o que se conhecia dos povos locais e da sua cultura. Muito significativamente, há ainda a registar que a referência ao etnónimo de «**Lusitano**» nunca é anterior ao período em que os Autores gregos ou latinos vieram a elaborar as suas respectivas descrições da Península.

É de supor que essa mesma designação tenha também correspondido a uma elaboração subsequente à própria conquista romana, e que, de um modo geral, viesse a referir-se, muito simplesmente, aos habitantes da província que também se acabava de estabelecer. Trata-se, portanto, de um termo que, do mesmo modo, não se poderá entender, na sua contextualização histórica, senão **a posteriori**.

Em suma, a implantação romana pautou-se pela **criação de urbes**, presumivelmente edificadas em antigos sítios, alguns, inclusivamente, que, até então, poderiam nunca ter sido ocupados (no que parece ter sido, pelo menos, o caso de **Ebora Liberalitas Iulia**, apesar da presença de um topónimo de presumível origem céltica que perdurou, até hoje, no próprio topónimo de «**Évora**»), e introduzido-se assim sentidos de centralização administrativa, política ou comercial, que reestruturaram todo o espaço habitado pelos autóctones, onde não havia, de facto, anteriormente, uma *vida cívica*.

Enfim, apesar da *existência de outras cidades de longa tradição, e certamente com dimensões consideráveis, tornava[-se] útil a criação de novos centros; os existentes foram renovados, por César ou por Augusto, (...)* [sendo que, dos novos nomes oficiais atribuídos às cidades] *o nome de Iulia tanto pode ter sido atribuído por Júlio César como por Augusto, nos inícios do seu*

principado [ALARCÃO 1988: 65, 67; n/ destaque] ⁶.

Uma *συνοικία*, portanto, que se caracterizaria pela «coabitação» de diversas gentes, e culturas, tal como teria sucedido para **Bracara Augusta**, em que uma similar coexistência entre os elementos autóctone e os Romanos, também vinha recentralizar o território do Noroeste, em que uma cidade nova veio a emergir no contexto de proliferação dos povoados castrejos, tal como estes haveriam de subsistir por alguns séculos mais ⁷. E, acompanhando este processo, uma nova cultura e uma nova formulação nas artes, mas que, conforme diria **Francisco Calo Lourido**, falando da plástica castreja, mais não seria do que um **sermo colonialis**, dos inícios do Império [CALO LOURIDO 1994].

⁶ Tinha afirmado Jorge de Alarcão, em *O Domínio Romano em Portugal*, que, quanto ao caso de **Pax Iulia**, pelo seu nome, que era *inteiramente latino*, faz [efectivamente] *suspeitar de uma fundação romana completamente nova, reunindo colonos e indígenas, cada grupo com suas leis e sua assembleia, numa curiosa forma de sinecismo*. (...) [Portanto], *pelo que respeita ao Sul de Portugal, Pax Iulia parece ter sido a única fundação urbana de fins da República ou dos inícios do Império* [e indicando-se, além do mais, a inexistência até agora [finais da década de 1980], (de) *quaisquer vestígios arqueológicos pré-romanos* (...)] (ALARCÃO, id., *ibid.*). No entanto, parece ter sido, entretanto, detectado um indício de **uma eventual presença pré-romana** no sítio em que se veio a fundar **Pax Iulia**: *escavações arqueológicas de emergência na área urbana de Beja permitiram recolher um fragmento de cerâmica ática* (informação [que veio precisamente] *de Jorge de Alarcão, a quem agradeço*) (...), [e cujo] *aparecimento* (...) *permite recolocar a questão da fundação ex-nihilo de Pax Iulia, tese até há pouco tempo comumente aceite* (...), sendo que *este fragmento pertence, seguramente, aos ambientes do século IV [a.C.] que as escavações levadas a efeito em 1994* [por iniciativa de Maria da Conceição Lopes], *tanto no Castelo como na rua do Sembrano, [também] vieram pôr em evidência* (...), pois aí mesmo se terão identificado **estratigrafias dos Sécs. IV-III**, onde proliferava uma abundância de **exemplos de cerâmica estampilhada**, em sinal de *presença bastante significativa* [ARRUDA 1997: 92-93; n/ destaque].

⁷ Comentou **Amílcar Guerra**, ainda quanto à antiga **Pax Iulia**, que, pelo menos *a sua condição de colónia está atestada igualmente numa inscrição proveniente dos arredores de Beja e em mais duas da própria cidade. Discute-se sobre quem lhe terá concedido este estatuto, se César ou Augusto* (...). Quanto ao **governo local**, é certo que a *epigrafia documenta um número significativo de magistrados em que sobressaem os sacerdotes do culto imperial e os duúnviros*. (...) Mas, no que se refere à *existência na cidade de dois senados, um de indígenas e outro de cidadãos romanos, com base na interpretação da epígrafe CIL II, 52*, esse facto não é aferível senão num esforço interpretativo [GUERRA 1995: 100-101; n/ destaque].

1.2. Notas sobre a Lusitânia e o esboço da sua caracterização.

Havia, com efeito, populações autóctones do antigo território lusitânico. A sua respectiva organização social e estruturação civilizacional não eram, de modo nenhum, estáticas ou imutáveis. Registaram-se, além de influências exógenas, migrações e deslocações ao longo do território. Perder-se-ia a língua, abandonar-se-iam povoados e fundar-se-iam outros lugarejos; alterar-se-iam, também, as actividades, esgotando-se recursos ou descobrindo-se outros. O que teria restado, enfim, fora um *modo de ser*, o modo tradicional de considerar a Natureza e mostrar respeito pelo transcendente, ainda que a coberto das práticas cristãs. Um modo de viver e de sentir que resultara da própria História de ocupação de um território, em que fora, na verdade, a geografia a moldar os seus habitantes.

Como intuição plausível, ter-se-ia entendido que, entre os vestígios materiais referentes à Proto-História do território português, havia evidentemente elementos que possibilitavam um reconhecimento de aspectos culturais que se revelariam duradouros. Tratava-se da própria evidência de um enraizamento ancestral da cultura. Importaria então conhecê-la e inventariá-la o melhor possível. E tanto mais quanto, sobretudo quanto à II Idade do Ferro, apesar da diversidade regional e tecnológica, constatou-se, a determinada altura, a vigência de uma estética comum, traduzida na aplicação de uma mesma linguagem decorativa que, sobre artefactos completamente diferentes entre si, consoante a área a que pertenciam, revelava afinal um circuito de rotas e de vias de contacto, de Norte a Sul, que sugeririam quase um processo em curso de integração territorial.

Essa integração suceder-se-ia, por fim, mas somente após a Romanização e a criação da **Lusitânia**, nome com que, afinal de contas, se veio a designar toda uma província a partir de um simples etnónimo, que tão só designava antes um **populus** do interior. Mas que esse **território lusitânico** era já, de alguma forma,

importante na Antiguidade, coincidindo, portanto, com o «**Extremo Ocidente**», isso ficava comprovado, não apenas pela literatura descritiva dos Autores clássicos, como por toda a série de vestígios materiais que, já no seu devido estatuto de testemunhos documentais do passado, evidenciavam factos e compunham situações definidas.

Dos exemplos de uma arte em pedra do Noroeste castrejo, aos achados meridionais da torêutica e coroplastia, repetiam-se os temas de representação de modelos sobrenaturais e heróicos, tratasse-se dos motivos zoomórficos ou do tema da figura humana, à qual se associavam atributos específicos, conducentes à definição de tipos individuais. Não se dissocia este universo de imagens de um mundo estético que é, afinal, comum às sociedades que, do outro lado das bacias do Minho, Douro, Tejo ou Guadiana, confinavam a circum-vizinhança tribal de outros focos civilizacionais da Península, dos Celtíberos aos Íberos. De qualquer maneira, criavam-se formas que vinham corporizar ideais próprios, e através das quais surgiam obras de arte de carácter único.

Profundamente enraizadas nas tradições pré-históricas, as realizações que aparecem ao longo do I Milénio a.C., do Bronze Final à Idade do Ferro, sugerem-se quase como obras de um traço primitivo. Na verdade, quanto ao que se conhece, chegam a ser de época já posterior à Romanização algumas das peças mais «arcaicas» de que há registo, caso de esculturas do Noroeste castrejo; mais do que um aspecto de retrocesso, contudo, dever-se-á antes entender esta persistência de «arcaísmo» formal como um reflexo da própria tradição duradoura, quanto a uma estética que persistiu desde momentos ainda mais antigos, e que não deixaria de se revelar ou manifestar, mesmo depois da conquista romana.

Uma vez mais, quanto às peças locais, a fundamentação primordial em que assentará a sua capacidade expressiva não deixará de se apoiar numa percepção de índole religiosa. A salientar, de qualquer forma, o facto de muitos desses exemplos artísticos se relacionarem com o poder de aquisição de sociedades que

alcançaram um considerável grau de riqueza e, assim, ao lado da perspectivação que as obras oferecem como elementos indissociáveis de uma identidade cultural, encontrar-se-ão, obviamente, os sentidos de ostentação e reflexo de prestígio.

a) Manifestações materiais.

A incidência histórica de tudo quanto contribuiu, ao longo do I Milénio a.C., para a afirmação vincada das culturas e sociedades da Proto-História do território, viria a ser razoavelmente esboçada por **Abel Viana (1896-1964)**, no seu trabalho sobre *Arqueologia Prática*, o compêndio onde expunha com intenção pedagógica o essencial da sua própria actividade, e no qual, em certa passagem, caracterizava o que havia a ter em conta de um dado contexto histórico e civilizacional.

Explicava o arqueólogo que, então, cerca do ano 1.100 antes da Era Cristã, começam a aparecer ao longo das nossas costas os navios fenícios. Gregos e Cartagineses seguiram-lhes a rota. Vinham, principalmente, em busca dos metais, sobretudo do estanho. Além do estanho, adquiriam o cobre, o oiro, a prata, o chumbo, dando em troca produtos tais como louças, vidros, adornos corporais e outros géneros de pacotilha. (...) Esses contactos com povos estranhos e mais civilizados pouco modificaram o viver das gentes no centro e norte do País, entrincheirados em seus altaneiros castros, mas as populações do Sul, pelo actual Baixo Alentejo, no Algarve, ao longo do litoral e das margens do Guadiana, foram profundamente influenciadas. Na costa algarvia existem cidades indígenas muito importantes, cuja riqueza principal parece ter sido a salga e conserva de peixe, indústria que naquela zona costeira se manteve próspera durante o domínio romano. A posterior romanização dos lugares habitados, que nas regiões meridionais tardou muito menos que no resto do País, apagou a imensa maioria dos testemunhos arqueológicos da Idade do Ferro, os quais, todavia, proporcionaram ainda, embora pouco avultada, recolha [VIANA 1962: 27-28].

Assim se apresentava, pois, a sugestão do que, em termos sintéticos, se poderá entender como o essencial de um «**complexo histórico-geográfico**», segundo o conceito que veio a ser fundamental no âmbito da própria historiografia portuguesa, e nos aspectos mais marcantes para o que relacionaria com a Proto-História do território nacional.

Da enumeração de todos estes aspectos, estava condensado o conhecimento das velhas sociedades lusitânicas, como a melhor síntese que se poderia alcançar pelo legado de todo um século de investigação historiográfica e arqueológica que lhe estava por detrás. Indiciavam-se, assim, perspectivas cujo desenvolvimento, aliás, veio afinal a caracterizar a actividade de estudos das últimas décadas do Séc. XX, com especial ênfase nos trabalhos efectuados entre os finais da década de 1960 e os finais da década de 1990.

Mas do passado do território, havia já, com efeito, a afamada riqueza de recursos naturais do antigo país, em especial as **jazidas minéricas**, e, em seguida, quanto à própria **abundância de recursos indústrias associadas**, como uma outra fonte de estímulo das bases económicas do território; sobretudo patentes no período romano, estas últimas tiveram particular importância em séculos mais adiantados, mas sempre ficou em aberto a possibilidade de se saber de que modo (e quando) se teria desenvolvido a mesma indústria em tempos precedentes. Por fim, nas mesmas fontes antigas, referiam-se povos, costumes, e áreas que então habitavam.

A principal obra é, então, o **Tratado da Geografia** (Τα Γεωγραφικα), de **Estrabão**, escrita, em Grego, durante o Séc. I. Na referência à diferença entre realidades geográficas, as distinções materiais mais marcantes aludiam ao modo como a recepção às «novidades» se repartia, também, em diferentes graus, segundo a escala das distâncias, mais retardada a Norte, onde, de novo em confronto com as populações meridionais, se terá resguardado, mais o «primitivismo» ou a «autenticidade» de um conjunto de expressões, ou segundo o

próprio sentido das **atitudes culturais**, mais ou menos apegadas às tradições locais.

De qualquer forma, é bem sabido que a **emergência dos fenómenos de avanço civilizacional se associou ao aperfeiçoamento da metalurgia**. Como uma primeira percepção, classificavam-se as sociedades de acordo com a sua respectiva progressão no domínio tecnológico ao longo das épocas que se convencionou designar de «**Idades dos Metais**». E já desde remota data, fazia a actividade metalúrgica surgir produtos de prestígio, que acompanhavam os processos de afirmação, em correlação com os níveis de evolução tecnológica de cada sociedade. É o resumo dos seus principais sinais, o que se apresentará a seguir.

b) O caso das realizações de ourivesaria nas sequências da tradição cultural.

A ideia de passado conota-se com o apelo dos entesouramentos, que se tentam a todo o custo resgatar do seu mistério, e das realizações elaboradas em requintado trabalho em ouro puro. Escusada, quase, será a recapitulação de toda a série de marcas conceptuais, que, já mesmo desde remota data, faziam associar os antigos tempos à noção de se tratarem de épocas em que vingavam as sociedades perfeitas, e em que, levando o progressivo distanciamento temporal à ilusão de que os velhos séculos, primitivos, se compunham numa «**Idade do Ouro**»; essa síntese, de resto, já a apresentámos noutro lado [cf. PATROCÍNIO 1999: Caps. I e II].

Mas será, com efeito, durante o I Milénio a.C., que, no **Mediterrâneo ocidental**, hão-de emergir regiões distintas, onde seria patente um **gosto sofisticado**, que, precisamente, se veio a manifestar ao nível das **realizações de**

ourivesaria, no que seria, afinal, o contraponto geográfico quanto a outras áreas dominadas pela hegemonia cultural das civilizações da Mesopotâmia, Ásia Menor e Egipto; no **Mediterrâneo central**, assinala-se, por exemplo, uma outra «escola» de ourivesaria, que foi a da Etrúria, e cujo auge se situa entre os **Sécs. VII-VI a.C.** Quanto à **Europa Antiga**, na mesma data, os grupos de «Bárbaros», fossem os Célticos ou os proto-germanos e Escandinavos, atestavam a sua habilidade pela execução predilecta de outras tantas requintadas peças, traduzidas, desde logo, pelos **adornos, armamento, ou arreios para as montadas**, entre outros exemplos.

O efeito do **comércio pré-histórico tardio** teria sido decisivo na expansão das diversas técnicas metalúrgicas, decorrendo uma assimilação de técnicas cada vez mais aperfeiçoadas pela circulação de objectos manufacturados preciosos, trazidos do Oriente, e que contribuiriam decisivamente para a formulação de outros contextos culturais característicos [Cf. ELUÈRE 1990; COLLIS 1984: 31-ss., 62-ss.].

Na **Península Ibérica**, multiplicando-se, ainda desde as fases finais da Pré-história, o número de **centros metalúrgicos**, não apenas se observará a crescente produção de adornos pessoais, como também de armamento, a exemplo do que se passava em territórios continentais, indicando um processo subjacente de hierarquização em curso nas funções sociais, relacionada com uma crescente hegemonia de determinadas élites, tal como era, aliás, também conhecido para a Europa, ou, inclusivamente, para o mundo helénico [cf., em especial, os comentário in FERREIRA DA SILVA 1986a 108 -ss.; e, ainda, para a Europa da Idade do Ferro, COLLIS 1984: 29 -ss.].

O território português será, enfim, fundamentalmente caracterizado pelo sucessivo aparecimento de «**tesouros**», que, pelo menos quanto ao âmbito da realização de elaboradas peças em ourivesaria ou em bronze, revelavam uma profícua indústria desde os momentos iniciais do I Milénio a.C..

A definir-se o âmbito de uma arte e de uma estética própria das sociedades locais, tal como se teria formulado desde a Pré-história final e avançando por tempos adiantados, persistindo em tradições decorativas ou figurativas de longa duração (até ao período romano), a sua origem terá, com efeito, de se apurar em torno do desenvolvimento tecnológico que caracterizou as culturas do território. Ou seja, apesar de todas as evidências que apontam para a persistência de formas enraizáveis numa tradição pré-histórica, continuam a ser da II Idade do Ferro, quanto a momentos que precedem ou coincidem já com a Romanização, que se encontram as realizações melhor identificáveis em termos estilísticos e cronológicos.

É o caso das **produções da ourivesaria do Noroeste**, que, coincidindo com uma das suas manifestações criativas mais expressivas do **Castrejo**, e sendo, portanto, das artes de acento mais autóctone, caem dúvidas sobre a sua respectiva cronologia: seguindo, muito embora, formas e sentidos de uma tradição antiga, nota-se claramente a intervenção das influências exógenas, além de se evidenciar, pelo menos quanto às realizações mais significativas, um contexto de fabrico, mais ou menos depurado, que denota a aplicação de tecnologias próprias de momentos muito adiantados.

Valorizadas pelo seu efeito marcante, e constituindo genuínos tesouros da Antiguidade, não se minimiza, de qualquer forma, a sua qualidade enquanto trabalho artístico e, também, como documento, porque, efectivamente, foi pela sua qualidade de «**artefactos de civilização**», onde convergiram, portanto, toda uma série de sinais, subjacentes, que indicavam decursos anteriores de uma actividade multi-secular, que também se vieram a tornar em granjeados temas de estudo, sendo ainda, a seu modo, espécie de '**fóssil-director**' que conduzia à restituição de todo um processo de formulação civilizacional, essencialmente porque, sendo enfim materiais cuja datação se revelaria tardia (e quase sempre descontextualizada), eram igualmente pontos de chegada de toda uma velha

História.

Das **tipologias de ourivesaria**, inventariadas já em inícios do Séc. XX pelo célebre trabalho de **José Fortes**, detectaram-se principalmente **duas grandes áreas estilísticas**, sendo que a primeira, localizada, em termos gerais, em redor da Póvoa do Varzim, segundo as peças registadas, denotará a clara inspiração das **heranças orientalizantes**, e tendo-se destacado, deste conjunto, o designado «**Tesouro de Estela**». A segunda destas regiões, entretanto estudada mais particularmente por **Mário Cardoso**, sendo situável em torno à circunscrição de achados transmontanos da área de Chaves, e tipificada pelo «**Torques de Vilas Boas**», deixariam antes transparecer, por seu lado, as influências continentais, «**européizantes**» ou «**célticas**».

É o próprio trabalho que está subjacente a tais peças que assim faz definir o conjunto de elementos formais referentes a influências recebidas.

No «**Tesouro de Estela**», talvez parte de um adorno feminino, utilizou-se a **técnica do granulado e a soldadura**. As arrecadas do mesmo tesouro possuem uma forma triangular, característica dos trabalhos de ourivesaria púnica; não será uma realização anterior ao Séc. III a.C., salientando-se que, ao longo do Séc. II a.C., se inicia o avanço conquistador dos Romanos.

Num outro conjunto, o «**Tesouro de Baião**», também são visíveis as mesmas heranças do Orientalizante. É composto pelos seguintes elementos: um **colar articulado com pendentes, contas bicónicas, e dois pares de arrecadas**, além de uma **pulseira**, uma **gargantilha**, ou uma série de **vários botões de ouro**. De novo, um arranjo que, surgindo localmente, evoca, afinal, o mundo mediterrâneo, ainda que Baião se encontre em plena vertente atlântica do território português [cf. para estes conjuntos FERREIRA DA SILVA 1986a: 237-239].

c) O elemento de Vilas-Boas e a sua comparação com outros exemplos.

Quanto ao «**Torques de Vilas Boas**», também a técnica da ourivesaria mediterrânea é aí patente, numa combinação de modelos e em compromisso formal, que aplica a **filigrana**, o **granulado** e o **polvilhado**. A sua decoração, porém, é claramente diferenciada, comportando, em cada um dos remates, cuja forma é a de **campânula de dupla escócia**, a figuração de **ornitomorfos esculpido**s, de pequeno tamanho, e inseridos no recurvamento côncavo de cada remate, a cujo fundo terão sido solados. A rodear o referido recurvamento, está uma borda larga, em cuja superfície se aplicou a gravação contínua de **espiralados**, em toda a circunferência do remate, num decorativismo de sentido abstracizante.

Desde logo, é o **torques** um artefacto de tipologia adequada aos usos de exaltação das virtudes reservadas ao género masculino; é um objecto característico de uma distinção enquadrada em ideologias heróicas.

Sendo **Trás-os-Montes** uma região de alguma penetração de formas célticas, acharam-se igualmente vários braceletes, que repetem o exemplo dos remates duplos, e incluem no repertório decorativo os temas de idêntico sentido abstracizante, muito embora se alarguem, como no «**bracelete de Lebução**», a padrões florais estilizados.

O **espiralado**, aqui sob a forma de **ss encadeados e entrelaçados**, surge, por sua vez, no «**Torques de Lanhoso**». Os diversos **paralelismos formais** encontrar-se-ão, mais particularmente, entre as **realizações artísticas do Laténiense**, cuja expansão de motivos (herdados, por sua vez, do decorativismo helénico que chegava à Europa através dos materiais importados desde os inícios do Séc. VI a.C.), só poderia ter alcançado a Península Ibérica após o Séc. IV a.C.. De um modo geral, as peças do território português comportam, em suma,

ornamentações geométricas constituídas por motivos rectilíneos com um abundante repertório de arcos, círculos e associados a motivos rectilíneos de gregas, triângulos, ziguezagues e outros em menor escala [FERREIRA DA SILVA 1986c: 72; n/ destaque; cf., também, para a consideração das heranças ornamentais da arte hallstática, FERREIRA DA SILVA 1986a: 124-ss.] ⁸.

Fig. 1

O que indica, entretanto, a proximidade cronológica em relação a épocas romanas é o **decréscimo generalizado da qualidade das ligas metálicas**, pelo menos tendo em referência os anteriores exemplos da Idade do Bronze, que, nomeadamente, poderiam ser fabricados, como peças inteiras, em ouro maciço. E o facto é que, com o correr dos séculos, à medida que aumenta a produção de peças, como os torques, indicando assim o próprio aumento de encomendas, diminui a respectiva percentagem de fundições puras utilizadas em cada artefacto, preferindo-se, cada vez mais, a combinação com diversos outros metais a que corresponderia um valor menor.

É o que sucederia com o **Torques de Lanhoso**, que tem o aro fabricado em cobre, mas banhado a ouro. Por sua vez, os estudos efectuados sobre cadinhos de fundição de épocas tardia vieram a revelar um uso crescente da prata, em conjunto com o ouro. De qualquer forma, as reservas minéricas estavam longe ainda de atingir um estado de esgotamento, continuando a ser abundantes pela

⁸ Também na **cerâmica**, durante o **Bronze Final**, mantendo-se a *morfologia* dentro de modelos que revelavam a *pervivência do substrato indígena*, a decoração começa, igualmente, a comportar elementos de uma tal linguagem de foro continentalizante: a *técnica da estampagem* (já utilizada, de resto, na própria ourivesaria), traz consigo as *séries de SS*, bem como os círculos concêntricos, triangulações ou aplicação de besantes, tudo em *composições simples ou combinadas*, de que são testemunho os conjuntos de motivos em **materiais do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul)**, ou, no pleno Noroeste castrejo, em **materiais de Romariz e Coto da Pena** [FERREIRA DA SILVA 1986a: 124]. Segundo o que se pode então acrescentar, *esta nova técnica e motivos decorativos, cuja tradição terá derivado, segundo H.N. Savory, do final de Hallstatt do Sul da Baviera através de centros cerâmicos regionais até zonas periféricas (...), constituem uma nova componente da decoração castreja que na cerâmica se afirma com reconhecida originalidade em especial na área meridional dessa cultura* [cf. id., ibid.].

época Imperial.

Na verdade, as ditas **reservas auríferas** constituíam um dos factores que contribuiriam para o avanço romano, dado o amplo conhecimento da sua existência. Entre as primeiras incursões vitoriosas, decorridas por volta de **140-135 a.C.**, estavam as **Campanhas de Décimo Júnio Bruto**, que conquistou o Ocidente peninsular e obteve o título de **Callaicus**, o que introduz um elemento de referenciação cronológica que será útil para o enquadramento das mais diversas manifestações culturais autóctones; a salientar, de qualquer modo, a profunda *individualidade cultural*, com especial referência para o que se conhece para o Noroeste castrejo, que tais produções possuíam na Antiguidade local [cf. as apreciações de LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 273-274; MOREIRA 1982: 70-71; FERREIRA DA SILVA 1986a: 316].

Assim mesmo as realizações metalúrgicas, como o eram as peças de ourivesaria autóctone, tratando-se de obras de carácter único (apesar de todas as influências) e comportando, enfim, aspectos muito originais, tornam-se exemplos de uma manifestação cultural que é, ao mesmo tempo, resultado de um determinado processo histórico. Se os ritmos da produção de artefactos se vieram a intensificar e a configurar-se em determinados temas, é, enfim, de salientar o pressuposto fundamental que havia um **contexto social** com **capacidade de aquisição** e satisfação da procura de certos objectos.



Entretanto, mesmo já na iminência de saída do seu estudo monográfico sobre a História do Museu Etnológica, em 1964-1965, podia congratular-se João Saavedra Machado, com a possibilidade de poder já incluir, na sua resenha de notícias, a salvaguarda do citado «**torques de Vilas Boas de Trás-os-Montes**», peça não só

valiosa, como também emblemática do *património artístico-arqueológico nacional e peninsular*, segundo as suas próprias palavras, e que, graças ainda à sua diligência, conforme também nos informa, conseguiu que a mesma peça não se tivesse perdido ou sido vendida para fora do país, granjeando o apoio oficial que lhe havia possibilitado a sua respectiva transição para as colecções do Museu de Belém [cf. MACHADO 1965: 310-ss.].

E assim afirmava: *nesta oportunidade, cumpre-nos revelar que o Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos (...), conseguiu salvar (...) [a] jóia riquíssima, de excepcional valor: o 'Torques' de ouro de Vilas Boas (...), que vai ser adquirido, por compra, a fim de ser integrado definitivamente nas colecções do nosso principal museu de arqueologia [id., ibid.: 310] ⁹.*

⁹ E concluía: *regojizemo-nos todos (...), com tal aquisição, que veio enriquecer extraordinariamente o [nosso] património [MACHADO, id., ibid.]*.

1.3. As aculturações e os seus reflexos ao longo do I Milénio a.C..

Muito embora a execução dos artefactos viesse a conhecer épocas de produção oscilante, ou de maior ou menor elaboração, é evidente que houve sempre, no território português, populações que detinham um tal nível. Nos inícios do I milénio a.C., com o incremento dos circuitos de **trocas comerciais e culturais** que partiam do Sudeste peninsular, para envolver todo o litoral atlântico, havia-se estabelecido uma primeira correlação com fases de **desenvolvimento cultural inovador**, pelo menos quanto às tradições do Bronze Final, e ainda que se viesse a tratar mais de uma evolução e consolidação de tendências anteriores que, propriamente, de uma ruptura. A alteração das práticas culturais, então, vem a decorrer, essencialmente como *reforço de um processo de diversificação*, que remontará a um tempo *bastante anterior* [FERREIRA DA SILVA 1986b: 110].

O efeito da interacção entre os mercadores estrangeiros e as chefias dominantes decorre na época em que surgem os primeiros indícios de **importações dos artefactos mediterrânicos**, e no próprio momento de introdução da **metalurgia do ferro**, que permite a circulação de um novo tipo de utensilagem.

De qualquer maneira, mesmo na época que se convencionou designar como a «**Idade do Ferro**», são afinal feitos em bronze (καλκος) os diversos objectos (ou καλκοματα), dotados de aspectos mais distintivos, que vão das estatuetas votivas, resgatadas em contextos de santuário, aos **thymiateria** (θυμιατεριον, no plural: θυμιατερια), os «**queima-perfumes**» rituais destinados às libações em que se usavam determinados tipos de incensos (ou θυμιατος, enquanto «tudo» o que «se pode queimar»), embora salientando-se alguns protótipos executados também em terracota, que circulavam igualmente pelo Mediterrâneo, como o **thymiaterion de Taraentum (Sicília)**, o qual veio a comportar uma

figuração feminina alada, estando exposto no **Museu Getty (Los Angeles)**.

A **recepção às influências e aos novos costumes** foi, porém, um fenómeno acentuado mais numas regiões que outras, cruzando-se, de qualquer forma, com as tradições locais, e contribuindo assim para a formulação de exemplos originais.

Figs.
2, 3.

Neste caso, o **Sul peninsular** revelar-se-ia como a área que mais cedo se abria aos **contactos com o Mediterrâneo**, ainda que o mesmo tipo de artefactos importados, que seriam trazidos pelos comerciantes vindos do Oriente, se pudessem encontrar em zonas distantes do litoral e, conforme veio a ser já registado, inclusivamente a Norte, onde as características culturais locais tiveram uma expressão mais duradoura. Num momento inicial, correspondente a períodos subsequentes ao Séc. X a.C., teriam sido os **Tartéssios** os primeiros beneficiários deste tráfego ao longo do Mediterrâneo, e que, na verdade, se prolongaria até zonas mais setentrionais das margens atlânticas da Europa.

Ainda que os Tartéssios se tivessem constituído, de certa forma, uma sociedade fechada ao exterior, a memória do que vieram a ser os estabelecimentos de Fenícios, confinados muito embora ao litoral, granjeou fama na literatura clássica.

A seu modo, foi certo que os «novos», valores culturais trazidos pelos Fenícios haveriam de vingar no próprio **facies** civilizacional que caracterizaria o quase lendário Reino de Tartesso. O **relacionamento entre estrangeiros e autóctones**, ainda que limitado, numa primeira fase, aos tratos que se celebravam nos εμπορια, não deixaria de se reportar a um momento muito decisivo na afirmação daquela que se considerou já ser a primeira Civilização do ocidente europeu. Destacou-se o **estabelecimento de «colónias» e «feitorias» em redor da antiga Cádiz (Γαδειρα)**, a qual, segundo as próprias tradições conservadas nas memórias locais que Estrabão transcreveria [cf. adiante], teria sido até *fundada por Fenícios*.

E, do que se sabe, as **relações entre autóctones e estrangeiros** passavam por um determinado âmbito de ligações religiosas, pelas quais se estabeleciam **santuários e cultos** que se tornavam comuns, e em cuja égide se ratificavam os tratos. Em Cádiz, destacava-se, então, a presença do antigo «**Templo de Melqart**»; associado, depois, à figura de **Hércules**, este **templum**, ganhou outra posteridade, não mais como um santuário consagrado àquela divindade oriental, mas como o «**Herakleion**» dos **Gaditanos**. Para além de concederem novo sentido à própria necessidade de representação figurativa das divindades, que teria, concretamente, inspirado uma produção escultórica no Sul, os mesmo cultos exigiam uma edificação de tipo programático, cujo exemplo se repetiria pelas regiões envolvidas nesta interação [cf. AUBET SEMMLER 1990: 38; RUIZ MATA 1993: 31-36].

Não apenas se promoveu um aumento quantitativo das importações, mas também a emergência das artes indígenas, beneficiando do próprio estabelecimento de oficinas de artesanato, onde trabalhariam artífices de proveniência oriental, que, acentuadamente, teriam originado uma produção local cerâmica e ou metalúrgica, em território tartéssio, ao serviços das chefias, ou de cada βασιλευς local; e isso era um costume tradicional, pelo qual o serviço prestado aos soberanos servia de exemplo para o resto da sociedade [Cf. ALMAGRO-GORBEA 1990; e também AUBET SEMMLER 1990; ou RUIZ MATA 1993: 23-ss., e, para a referência à presença fenícia nas fontes antigas, TAVARES 1993: 13 -ss.].

Configurava-se, assim, o que considerará como um **impacto orientalizante**, no contexto da **definição de centros e élites locais**.

a) A estruturação social dos povos peninsulares e os seus sinais materiais.

Talvez, como hipótese, num primeiro decurso de contactos menos intensos, os **Tartéssios** tivessem obviamente recebido os estrangeiros, mas sem lhes permitir o acesso ao próprio país. Talvez tivessem coincidido os estabelecimentos fenícios com um período posterior de crise que o mundo tartéssio conheceu, e em que se tornou indispensável o reforço dos contactos com o Mediterrâneo, como resolução para problemas de índole económica ou social. E em consequência, foram as áreas periféricas ao antigo Reino que mais se afirmaram, como domínios locais, como potentados.

De qualquer modo, era necessário que, a nível local, houvesse já centros estabelecidos desde épocas mais recuadas, enquanto sedes de poder emergente, como o que teria estado na origem do célebre **Palácio de Cancho Roano (Zalamea la Serena, Badajoz)**, na Baixa Extremadura, onde a estrutura estudada fez pressupor que se estava perante um cenário aristocrático; entre o espólio estavam, pois, peças luxuosas e artefactos importados [cf. a síntese de AUBET SEMMLER 1990: 35].

As relações entre os locais e os vindouros, longe de terem meramente introduzido «novas» práticas ou não se tendo de algum modo exercido qualquer esforço de domínio político que se sobrepusesse às estruturas locais, tiveram, no entanto, como resultado, reflexos evidentes quanto ao modo como as culturas locais puderam exprimir a sua respectiva sensibilidade. O mundo meridional peninsular teria estado hierarquizado em grupos sociais demarcados, constituindo, pois, o esteio do próprio aparelho de um «**Estado**», em que haveria a tradicional repartição de funções entre elites aristocráticas, possivelmente ligadas às chefias locais, soldados, sacerdotes, funcionários e, até «**escribas**».

Salienta-se, de qualquer forma, que se trata aqui de sítios de **contextualização pós-tartéssia**, em que, aos lugares que outrora teriam estado sob a dependência de alguma vassalagem devida a um lugar central, terá agora correspondido a emergência de potentados locais, conforme certamente sucedeu na **Baixa Extremadura** depois da desagregação do Reino de Tartesso, ocorrida por volta do Séc. VIII a.C.. No entanto, a sua herança cultural ter-se-ia prolongado por estas áreas periféricas, e assim mesmo se teriam mantido os sentidos de distinção social e exibição do respectivo prestígio dos círculos envolvidos [cf. ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ 1990: 78].

É o caso de importantes sítios de necrópole, como em **Medellín** (também na Baixa Extremadura), datada da I Idade do Ferro, ou, muito embora já de época mais posterior, da II Idade do Ferro, o **Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**, que, contendo importações mediterrânicas, evidenciavam tipos particulares de túmulos. E a edificação monumentalizante de **grandes sepulcros**, em forma de câmara, surgirá, igualmente, em **Aliseda** ou em **Don Benito**, como lugar de enterramento de figuras de elevado estatuto social, para não deixar de referir, claro está, já na Andalúzia, o **monumento funerário turriforme de Pozo Moro (Chinchilla, Albacete)**.

O surgimento de uma ampla rede de trocas deu origem a itinerários, como a **rota de cabotagem** ao longo do Atlântico, e que entrava em relação com cursos terrestres ou fluviais. O mais célebre desses itinerários, corresponderia à **Via da Prata**, que, do Levante peninsular, fazia chegar, mesmo aos territórios mais periféricos e interiores, os produtos requintados das oficinas dos povos do sudeste, traduzindo-se, concretamente, nos espólios preciosos dos **«Tesouros» de Aliseda e de El Carambolo**.

O **Orientalizante**, como **facies** cultural, reconhece-se, em primeiro lugar, como um fenómeno dos territórios meridionais, por causa da intensidade com que se estabeleciam os contactos com o Mediterrâneo.

O ambiente em que estes povoados do Sul vieram a florescer, de facto, permitiu-lhes uma óptima situação nas rotas de circulação comercial, que, no auge dos **Sécs. VIII-VII a.C.**, vieram à procura dos recursos naturais (ouro, estanho), cujas jazidas estavam localizadas em áreas do interior, e cujo transporte tanto tornava necessárias vias terrestres de escoamento desde o interior, como a existência de portos de saída para o mar.

Quanto ao território português, ao longo de uma evolução a que se assistia já desde a Idade do Bronze, vieram a desenvolver-se **povoados** como o de **Atalaia (Ourique)**, **Provença**, **Quitéria**, e **Pessegueiro (Sines)**, além de outros pontos das áreas de confluência entre Ourique-Odemira e Ourique-Almodôvar, e a surgir também **Necrópoles**, como a do **Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**, **Herdade do Gaio (Sines)**, ou da **Fonte Velha de Bensafrim (Lagos)**, que formariam a **antiga Cultura do Sudoeste do território português**, como uma das áreas que se veio a afirmar dentro dos contextos orientalizantes pós-tartéssios, configurando *uma Idade do Ferro muito antiga* desde os finais do Séc. VII a.C. [FERREIRA DA SILVA 1986b: 127] ¹⁰.

De entre a gama de vestígios claramente reconhecíveis como exemplo da circulação de artefactos e influências, determinadas peças comprovam a ampla evidência de artefactos com eminente valor artístico; no território meridional português, distinguir-se-á o «**Tesouro do Gaio**» (Sines) como bem representativo da época e como exemplo bem comparável à ourivesaria do Noroeste (do qual

Figs.
4a; 4b.; 33

¹⁰ Cf., em especial, quanto à **Cultura do Sudoeste**, BEIRÃO 1986 ou BEIRÃO et al 1979. Para núcleos de recente descoberta, como a «**feitoria**» **fenícia de Abul (Alcácer do Sal)**, bem como demais sítios da bacia do Sado, ver MAYET e SILVA 1993: 133-ss.. Para o **povoado de Santa Olaia (Figueira da Foz)**, com importantes níveis da presença fenícia [cf. PEREIRA 1993: 28-ss. e SOCIEDADE DA FIGUEIRA 1999]. Persistirá a **tendência para os entesouramentos**, cujo hábito remontaria já, como manifestação cultural, à Idade do Bronze, renovando-se, enfim, no **Orientalizante**, a prática de continuar a dar valor às *magníficas jóias de ouro*, que, de acordo com **Luís Abad Casal e Manuel Bendala Galán**, são já a projecção do *gosto de uma sociedade*

bem poderia constituir um condigno precedente). Mas multiplicar-se-ia o leque de peças, algumas claramente importadas, entre as de ouro, cerâmica ou bronze, que se inventariaram para os focos alentejanos: **Ourique ou Garvão; Azougada e Moura**. Respectivamente, desembocavam aí as rotas acessíveis pela navegação do Sado e Guadiana.

Apesar da abundância material, e tendo-se identificado estruturas, fossem as de necrópoles, povoados ou de santuários dos **Sécs. IV-III a.C.**, as conclusões insistem que *a arte da Idade do Ferro no sul de Portugal não é uma arte monumental: não conheceu formas arquitectónicas ou escultóricas de vulto; por definição, a produção das sociedades meridionais, então, reduziu-se aos bronzes figurativos de pequena dimensão (...) e aos objectos utilitários (frequentemente rituais) tratados com alguma expressão artística*; os **thymiateria**, com função de incensários, como os **amphoriskoi**, ou unguentários, e as **contas de colar**, em conjuntos que, não raro, se associavam nos mesmos contextos de espólio, seriam, assim, exemplos adequados a uma caracterização que se pautaria, sobretudo, por objectos de uma arte móvel [ALARCÃO 1986b: 62, n/ destaque; cf. ainda FREITAS 1987; BERROCAL-RANGEL 1992: 121-129].

b) Modos de inter-ligação e contacto territorial e a combinação das influências culturais.

De qualquer maneira, assegurava-se o trânsito das formas e objectos pelas **vias de navegação** que ligavam o Sul ao Norte do actual território português, porque os pontos de cabotagem incluíam não apenas locais portuários, mas também **embocaduras fluviais** que envolviam regiões do interior: junto ao curso do Mondego, **Aeminium** (que, por sua vez, entrava em relação directa com o território de **Conímbriga**), ou, na região do Douro, **Paços de Ferreira**, e, já na

desenvolvida e hierarquizada, em que os seus membros procuravam possuir sinais

região do Minho, **Santo Estevão da Facha e Coto da Pena**. As influências meridionais não-de ser bem reconhecíveis nas próprias regiões setentrionais que beneficiaria de um aperfeiçoamento técnico e gosto das heranças recebidas, não apenas de outras regiões, como, também, de um outro tempo [cf., para a consideração das influências sobre a metalurgia, FERREIRA DA SILVA 1986a: 233-ss.; e também, para os **influxos meridionais no Castrejo**, FERREIRA DA SILVA 1990].

A **Norte**, os modos de **fabrico metalúrgico** continuariam a definir-se como tradicionais, salvaguardando-se assim a eficácia que detinham, à escala das sociedades do território. Mas a instalação de grandes fornos, capazes de temperaturas elevadas necessárias à fundição de um metal resistente como era o ferro, só seria, de facto, uma realidade após a conquista romana. Mesmo assim, terão sido os «**Fenícios**» os responsáveis pela instalação da primeira oficina de transformação sidérica, em **Toscanos (Málaga)** ainda no Séc. VIII a.C., inaugurando-se assim a «Idade do Ferro» na Península Ibérica. Tal como todas as restantes actividades metalúrgicas em geral, também a fundição do ferro tinha origens na Alta Antiguidade oriental, tendo aparecido no Império Hitita. Os Fenícios não se descuidariam da sua actuação como intermediários entre o Oriente e o Ocidente, muito embora a tecnologia do ferro também tivesse entrado na Europa barbarizada por via dos cavaleiros hallstáticos e a acção fenícia na Península se revelasse sobretudo dominante na área circunscrita ao antigo mundo tartésio [cf. FABIÃO 1992: 125 -ss.].

Em meados do I Milénio a.C., contudo, torna-se evidente que os territórios centrais e ocidentais da península são um cenário de contínuo cruzamento de povos e culturas, assistindo-se inclusivamente aos primeiros sinais de contacto com as realidades culturais da Europa central. As fontes escritas, efectivamente, deram conta das alterações migratórias, quanto a uma deslocação de grupos

claros de opulência [ABAD e BENDALA 1990: 33].

meridionais para o litoral norte, os designados **Turduli Veteres**, ou quanto a uma primeira presença de **Celtici**, em áreas circundantes ao vale superior do Tejo (e próximas, portanto, da Celtibéria) [cf. FERREIRA DA SILVA 1986a: Conclusões].

Tais incursões ter-se-iam registado por volta de **500 a.C.**, em que, na Península Ibérica, como no Mediterrâneo ocidental, decorreu o lapso de um vazio de poder, por sua vez consequência do recuo fenício após a derrota na Batalha de Alalia, uma pequena ilha ao largo da Córsega, em 535 a.C.. [Cf. MAIA 1980; SILVA 1986a: 71; BERROCAL-RANGEL 1992: 29 -ss.]. Será, pois, um tempo que assistirá ao **aparecimento de sinais de coexistência entre manifestações culturais de dupla origem**, conforme o que se detectou, para a II Idade do Ferro, em Alcácer do Sal, a antiga **Bevipo**, onde se vieram a revelar **vestígios de cerâmica com impressão de matizes** (caracteristicamente europeia), a par de sinais de ocupação ainda orientalizante [cf. FABIÃO 1992: 172].

Embora os contactos orientalizantes prosseguissem, desta vez por via da hegemonia púnico-cartaginesa, que se subsistiu ao lugar detido antes pelos Fenícios (tendo sido Cartago, aliás, uma das colónias tirenses no mundo mediterrâneo), as renovadas influências continentais terão sido não menos decisivas nos Extremo Ocidente. Estas vieram, na verdade, de encontro às velhas **tradições da Idade do Bronze**, e reforçavam os **padrões de simplicidade decorativa de base geométrica**, por oposição ao refinamento técnico e temático das contribuições orientalizantes. A coabitação entre diferentes grupos sociais poderá ter sido, afinal, uma realidade duradoura.

E é certo que, excluindo-se o papel do estabelecimento siderúrgico de **Toscanos**, o mais antigo objecto fabricado em ferro encontrado em território português, datado, enfim, também da mesma época, **ca. de 700 a.C.**, é o **punhal do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul)**, num lugar ao qual correspondia um centro fundidor de considerável importância local. Contudo, era tão só a lâmina do referido punhal fabricada em ferro, sendo o cabo feito ainda em

cobre. O achado incluía-se num espólio maior, em que se contava um **torques de ouro e carros votivos**, em bronze, além de vários **moldes** destinados ao trabalho de fundição. Por si só, porém, o **punhal do Castro da Senhora da Guia** será um artefacto isolado e excepcional, mesmo que não se dissocie de uma funcionalidade decorativa e simbólica que evoca o velho mundo europeu, em adequação às exigências de distinção individual, como artefacto de prestígio. Tratar-se-á, possivelmente, de uma peça de importação, pois a **fundição do Castro da Senhora da Guia** ainda operava preponderantemente com o bronze, isto atendendo-se aos vestígios locais.

Dado que os Fenícios não dedicavam atenção significativa ao armamento, este punhal reflectirá, porventura, os primeiros contactos da **Cultura Hallstática**, embora a força das novas influências continentais só se viesse a reconhecer mais nitidamente após a **viragem de 500 a.C.**

A **crecente produção de peças de armamento**, a que se assiste em meados do I Milénio a.C., segundo novas tipologias, poderá relacionar-se com os tais contactos hallstáticos, provenientes da Europa central. De qualquer forma, o seu simbolismo estava já bem vincado desde a própria Idade do Bronze, em que se assiste à **emergência da figura social do «guerreiro»**, e da sua cultura iconográfica bem detectável, além da **formulação de uma ideologia conducente à exaltação heróica**. E, no âmbito de um modo de vida guerreiro, os grupos hallstáticos, não raras vezes, haviam entrado, como mercenários, ao serviço de exércitos estrangeiros ou potentados orientais, como sucedeu durante as lutas entre o Império Assírio e o reino de Urartu ¹¹.

¹¹ As **influências hallstáticas na Península** reportar-se-ão à **Fase C** do desenvolvimento desta mesma Cultura, quanto ao que está estudado para a região do Médio Reno, e que, posteriormente, se terá reflectido na própria cultura material do Castrejo, ou, não apenas a Norte, como no Centro do território português, isto é, em áreas habitadas pelos **populi lusitanos** [cf. SILVA 1986a: 121; SAVORY 1974: 249].

**c) A definição de uma evolução civilizacional:
Do Bronze para o Ferro.**

Será essencialmente a partir dos **Sécs. VI-V a.C.**, aliás, que surge a indústria de **punhais de antenas** da **Galiza e Astúrias**. De resto, a primeira fundição siderúrgica do Norte peninsular, **na estação de El Berrueco**, também pertence a esta fase cronológica de viragem dos **Sécs. VI-V a.C.**, ainda que a tecnologia do bronze continuasse por muito tempo mais a ser a predominante. Foi também a partir desta altura que as populações hallstáticas do centro europeu, constituindo já de si grupos itinerantes, teriam começado a afluir à Península Ibérica, embora não tivesse isso sucedido nem subitamente, nem como um fenómeno maciço [cf. FERREIRA DA SILVA 1986a: 165 -ss.; Id.: 170 -ss., para a introdução do ferro].

Tradicionalmente, ter-se-á identificado que os **primeiros grupos hallstáticos** apareceram na Península, nos inícios do I Milénio a.C., na **Catalunha**, na designada **Cultura dos «Urnfelder»**, ou **«Cultura dos Campos de Urnas»**, referindo-se à prática funerária de guardar as cinzas dos defuntos em recipientes apropriados que se enterravam nos territórios por onde os diversos grupos iam passando. Certos vestígios do território português, do Séc. VIII a.C., como os do **Castro de Santa Lúzia (Viseu)**, sugerem uma possível ligação a esses primeiros grupos, caso do achado de fragmentos cerâmicos que reflectem uma **arte geométrica, semelhante aos modelos de cerâmica incisa, com grafitados e ziguezagueados**, segundo o que era característico para outras áreas do Norte da Península ou da própria Celtibérica, para onde se teriam expandido os grupos dos chamados **«Urnfelder»**, podendo a Beira Alta ter constituído uma via de penetração para o Extremo Ocidente. E a extensão destas influências teria um carácter progressivo, prolongando-se pelos séculos seguintes, e reforçando-se, inclusivamente, perante o sentido de realidades anteriores, com o reconhecimento de afinidades culturais já desde há muito enraizadas. As suas próprias origens

culturais remontavam, bem entendido, à Idade do Bronze europeia.

A **Cultura de Hallstatt** define-se como o resultado de uma alteração nas formas de vida de sociedades europeias que, na transição dos Sécs. IX-VIII a.C., estavam ainda nas regiões húngaras e transalpinas (na Europa Oriental, portanto), e cuja cultura material se caracterizava pela **produção de arreios de cavalos, onde se copiavam modelos orientais**; efeito de uma indiscutível vizinhança entre os povos europeus e as civilizações do Próximo-Oriente, ainda então num momento de grande proximidade geográfica.

Do Oriente, adoptar-se-ia igualmente a tecnologia do ferro. Quando chegam à **Europa Central**, por volta dos **Sécs. VII-VI a.C.**, terá ocorrido uma dispersão de vários grupos tribais, que trocavam o hábito funerário da incineração pelos **rituais da inumação**. Porque foi a **área catalã dos «Urnfelder»** precisamente caracterizada pela prática da incineração e depósito das cinzas em «urnas» ou recipientes cerâmicos, julgou-se assim que se teria tratado de uma entrada de grupos proto-hallstáticos directamente oriundos do outro lado do continente, que haviam avançado mais para o Ocidente do que alguns dos seus congéneres.

O certo é que, na **Europa Central**, com o **ritual da inumação**, passou-se a depor os corpos entre partes desmontadas de um carro funerário, num recinto sepulcral, sacrificando-se muitas vezes a montada que pertencera ao defunto. Para o efeito, construíam câmaras sepulcrais de madeira, onde se colocavam ainda espólios compostos por **equipamentos guerreiros**, entre espadas de ferro e bronze, além de lanças e arreios para cavalos. Aqui, o uso reservado aos recipientes cerâmicos era o de colocação de oferendas alimentares [cf. POWELL 1958 (1974): 46-47; cf. também COLLIS 1984].

Dá-se, então, entre os **Sécs. VI-V a.C.**, nas regiões do **Médio Reno**, do **Champagne** e da **Borgonha**, um fenómeno de consolidação destas sociedades que adquirem forma de «**estados principescos**», ocupando cidadelas acasteladas no alto de colinas, e onde a prática dos enterramentos acompanhados em carros

funerários assume uma expressão aristocrática. Estes pequenos principados asseguram a **circulação de artífices**, pois, dado que se está num breve momento de sedentarização, há encomendas não só para o tratamento ritual da morte, mas também para a satisfação dos prazeres da vida. Na verdade, importavam-se para estes mesmos principados artefactos de origem mediterrânea, aproveitando-se os circuitos que, saindo da **Etrúria** (e aí chegando desde a **Magna Grécia**), chegavam a **Marselha**, o empório fundado e dominado pelos Gregos. Daí, chegavam à **Borgonha**, não apenas produtos itálicos, como, em geral, os melhores objectos de produção mediterrânea; e, particularmente, helénica ¹².

Os espólios continuam a revelar-se à altura de valores de **exaltação guerreira**, e, uma vez mais, vinham proliferar os **arreios de cavalo** ou as **baínhas para espadas**, feitas em bronze cinzelado. Não deixará, pois, de se afirmar que foi sob directo influxo do impacto detido pelo decorativismo grego associado às peças importadas, e também devido às vivências que, durante um breve período, se registaram para as referidas zonas da Europa Central, que a chamada **Arte de La Tène**, bem como a cultura que lhe está subjacente, se terá preparado nos próprios povoados fortificados que aí haviam sido instalados.

Foi, de facto, pela via das rotas etruscas que a arte grega entrou no vocabulário artístico de tais populações, estando, de facto, o repertório de temas adoptados na origem do desenvolvimento da designada «**arte céltica**». Também na arquitectura se terão absorvido algumas técnicas gregas, como a edificação de amuralhamentos em tijolo [cf. POWELL 1958 (1974): 48].

De qualquer modo, será ao nível dos vestígios funerários que surgirá o

¹² Com a especialização no cultivo da **vinha**, no que viria a ser o território gaulês, essas sociedades principescas importavam luxuosos serviços de beber, tanto etruscos como gregos, que eram abundantemente **decorados com vigorosos temas visuais**, cenas narrativas enquadradas por alusões vegetalistas, conforme os diversos achados em vários locais, do Médio Reno (por exemplo em **Kastenwald, Appenwir**) à Borgonha e Provença (caso dos **achados de Poiseul-la-Ville, Côte D' Or**) [Cf. CHAUME e FEUGÈRE 1991].

conjunto de realizações mais expressivas quanto ao mundo principesco da Europa Antiga, trate-se de obras importadas, ou de peças da metalurgia local.

d) A questão das aproximações célticas.

No **Mont-Lassois (Vix)**, encontrou-se em 1952 o sepulcro mais significativo destas sociedades. Destinou-se a uma inumação, e compunha-se de uma câmara mais ou menos rectangular, revestida a madeira, e em que o corpo deposto se fez rodear pelos elementos de um carro de combate, alinhados lateralmente, tendo o corpo ficado deposto sob a caixa do veículo. No seu espólio funerário, estava o maior recipiente metálico que subsistiu da Antiguidade: a **cratera de Vix**, uma imponente obra em bronze, propositadamente levada para a ocasião das exéquias, e com cerca de um metro e sessenta e quatro centímetros de altura; uma obra de importação, portanto, e de fabrico lacedemónio (a atender pelo menos à própria descrição de Heródoto, que se referiu a este mesmo tipo de indústrias), contendo, entre outros temas, a **figuração de hoplitas e gárgulas** na zona do colo. Estava-se perante o túmulo de uma individualidade importante, salientando-se que se tratava de uma personagem feminina¹³.

A partir do **Séc. V a.C.**, este faustoso mundo desaparece. Cessam repentinamente as importações de todo o tipo, e, também, indústrias locais, como as do fabrico de fíbulas; entre **480-450 a.C.**, até o povoado fortificado de Mont-Lassois será abandonado, cedendo este sistema principesco o seu lugar a *uma cultura nova* [CHAUME e FEUGÈRE 1991: 66].

¹³ Em **contextos de importação**, embora a **Cratera de Vix** seja de facto o maior dos recipientes conhecidos, os tamanhos das peças, ultrapassavam sempre a funcionalidade utilitária, sendo propositadamente fabricados para o gosto dos encomendantes; daí a proliferação de toda uma **indústria de fabrico de peças em bronze** [cf. JOFFROY 1954: 6]. Quanto às linhagens dinásticas era ainda costume corrente assegurar a **distinção aristocrática feminina**, tal como se comprovou com outros sepulcros semelhantes, como o de **Mitterkirchen (Linz)** [CHAUME e FEUGÈRE 1991: 53]

Precisamente, nesta altura, Heródoto, identificando as populações que ocupavam a Europa central, introduz a referência ao país dos Κελται como sendo o lugar onde nascia o Danúbio; ou seja, estava formado o foco do que viria a ser, partir daí, a Cultura dos Celtas [HERÓDOTO, II, 33-34; cf. também MAIA 1980: 68].

Estas populações, que haviam tido uma antiga origem hallstática, hão-de prosseguir a sua deslocação na direcção do Atlântico, e entram na Gália, contribuindo para o processo de **Celtização do Ocidente**. E será nesta sequência que chegam igualmente a determinadas zonas da Península Ibérica, também por volta dos finais do Séc. V a.C., vindo a constituir, na zona da Meseta peninsular, o que ficará a ser conhecido como a **Celtibéria** [cf. POWELL 1958 (1974): 48]. A **Celtibéria** tornar-se-ia num dos mais aguerridos antagonistas do avanço romano. Em termos sintéticos, a **sociedade dos Celtíberos** correspondia a uma cultura de estruturação tribal e forte acento guerreiro, que venerava divindades a quem seriam prestadas provas de dedicação através dos combates [cf. ALMAGRO-GORBEA 1993: 136-141].

Por definição, seria igualmente a **Cultura Celtibérica** uma síntese entre as influências europeizantes e as heranças do Mediterrâneo, formando uma população com identidade própria. A partir do Séc. V a.C., a **redefinição da composição étnica dos territórios** sucede-se, tanto na Europa, como na Península Ibérica, traduzindo-se em **áreas culturais** de acento individualizado.

De acordo com **Martín Almagro-Gorbea**, portanto, quanto à especificidade destes «Celtas» peninsulares, *para compreender a [sua] personalidade cultural (...), bem documentada pela arqueologia, é essencial ter em conta o seu contacto com o mundo ibérico, que facilitou uma crescente assimilação de elementos mediterrânicos ao longo da segunda metade do I milénio a.C., aproximando-se deste modo progressivamente à cultura ibérica e diferenciando-se da cultura de La Tène generalizada pelo mundo céltico centro-europeu. Por isso, o mundo clássico*

greco-romano inventou o termo de 'céltibérico' (Diodoro 3, 55) para referir-se à personalidade cultural destes celtas hispânicos [ALMAGRO-GORBEA 1993: 150].

Nas proximidades do foco celtibérico, esta última área, onde também há-de surgir uma indústria de fabrico dos **torques** (que, por sua vez, se estenderá ainda pelas Astúrias), evidenciará **aspectos de influência celticizante**, atrás referidos a propósito da metalurgia. Os grupos circum-vizinhos, com ligação à Meseta e à igualmente distinta **Cultura de Las Cogotas**, um dos principais focos da **Celtibéria**, distinguir-se-ão, assim, pela presença de uma prolífera escultura zoomórfica, no seu ambiente próprio; este momento de afirmação das regiões interiores, *como defende a maioria dos arqueólogos (...), coincide [também] com a época da Cultura Castreja [do Noroeste] [MATOS SILVA 1988: 85; cf. também LÓPEZ MONTEAGUDO 1989].*

Mas o epíteto de «**celta**» ou «**céltico**» não é uniformemente extensível para *todas* as culturas da II Idade do Ferro peninsular. Para a **Cultura Castreja** do Noroeste peninsular, a hipótese das origens célticas chegou a vingar entre algumas correntes do Romantismo. Contudo, serão bem evidentes, acima de tudo, os sinais de uma continuidade cultural assinalada desde a Idade do Bronze. Assim mesmo, sendo *inegável que há vozes célticas no Noroeste*, pergunta-se, porém, *quando entraram e quem as trouxe?* [CALO LOURIDO 1993: 64].

Inclusivamente, no entendimento da própria **Cultura dos Berrões**, a **questão da «pré-celtização»** (...) [não deixa de ser] *um problema que permanece em aberto* [MATOS SILVA 1988: 85; n/ destaque], dado que há peças zoomórficas de realização anterior ao que poderá ter constituído a afirmação civilizacional celticizante peninsular, do Séc. V a.C. em diante. Certo é que não deixará de proliferar, a partir deste momento de viragem, uma iconografia de aparato simbólico, conducente, quer a sentidos de **representação guerreira**, quer a valores de **exaltação heróica**, uns e outros, com efeito, não se dissociando.

Destacam-se as peças que, do mero nível artefactual, formavam as diversas

tipologias do armamento: espadas, adagas, ou capacetes e escudos.

E, recorrentemente, surgiam os mesmos motivos na escultura coetânea. Estes artefactos formam um *conjunto já bem significativo de armas defensivas (...), que, globalmente, se distinguem dos outros espécimens congêneres de origem mediterrânica como produtos de uma indústria metalúrgica autóctone* [FERREIRA DA SILVA 1986a: 181; n/ destaque].

Da presença dos «**Célticos**» na Península, enfim, entre as demais indicações, destaca-se a de Plínio-o-Antigo («**Celticos a Celtiberis ex Lusitania advenisse manifestum est**») [in HISTÓRIA NATURAL, III, 13].

Adiciona-se ainda a evidência da presença, no Alentejo, de vestígios de cerâmica estampilhada idêntica aos conjuntos materiais celtibéricos da área da Meseta hispânica; *assim poderia estar explicada a origem dos Celtici no Sul de Portugal (...), [sendo que, tendo mencionado Heródoto] a presença de Celtas no extremo ocidental da Europa (...), [eram então estes] vizinhos dos Kynesioi (...)[os quais, assim,] devem identificar-se com os Conii, povo pré-indoeuropeu do Baixo Alentejo e Algarve, referido por outros autores (...)* [caso da sua explícita designação estrabónica como Κουνηον, e surgindo então os Celtici na sequência de], *uma segunda imigração de Celtas para o Sul de Portugal, ou (...)* [sendo, enfim, os referidos achados somente evidência de] *meras relações comerciais* [ALARCÃO 1988: 65].

Num comentário geral ao próprio tema das próprias **origens do Celtiberismo**, assinalou Manuel Maia que a referida *passagem de Heródoto (...)* *levanta um (...) problema que julgo importante referir: (...) a designação do povo que naquele autor aparece sob a forma Κελται, (...) em autores mais modernos nos surge como Κελτικοι ou Celtici. Julgo que poderá haver uma explicação histórica para estas duas designações. Em Heródoto é utilizado o substantivo Κελται porque este povo estaria ainda muito próximo da sua origem europeia e, muito possivelmente, não seriam ainda suficientemente patentes os*

*caracteres distintivos dos diversos grupos do povo celta. Em Estrabão como em Plínio [-o-Antigo] o adjectivo substantivado *Κελτικοι-Celtici*, seria o que melhor poderia classificar este povo que resulta da simbiose do elemento celta invasor com a população autóctone, os Cónios, mas em que serão patentes ainda algumas características celtas dominantes. Daí Célticos, ou seja, à maneira dos Celtas [MAIA 1980: 68-69; cf. também o comentário às referências plinianas (HISTÓRIA NATURAL, III, 13; IV, 116; IV, 118) in GUERRA 1995] ¹⁴.*

Enfim, suceder-se-á que uma região onde predominavam povos cuja filiação linguística e cultural se considera não-indoeuropeia, [se] torna, a partir de um determinado momento e em consequência de migrações internas, **território de povos que genericamente abrangemos com a designação de Célticos (...)**. Do ponto de vista dos **vestígios materiais**, J.M. Arnaud e T.J. Gamito procuraram identificar a produção de cerâmicas decoradas por impressão de uma matriz [a **cerâmica estampilhada**], que seriam típicas do mundo celtibérico, com a presença de povos com esta origem no sul de Portugal, facto que estaria na sequência das movimentações célticas ocorridas a partir de finais do Séc. IV [a.C.] (...). A referência à (...) origem celtibérica e proveniência da lusitana [de tais **populi** no Sul] não deixa de ser interessante, parecendo mesmo reflectir-se nas **perdurações onomásticas características das zonas lusitana e vetónica (...)** atestadas pela epigrafia latina nas áreas que correspondem sensivelmente às

¹⁴ Salientando que, ainda em 1980, a comprovação de uma «invasão céltica» de territórios lusitanos não estava estabelecida pelo necessário confronto com o resultado de escavações arqueológicas, não deixaria afinal Manuel Maia de assinalar também que o **Castro de Segóvia (Monforte, Portalegre)** parecia efectivamente indicar uma tal entrada continentalizante [MAIA, id., ibid.]. Entretanto, tal hipótese terá sido de facto já confirmada, pela prossecução das explorações no mesmo castro, que revelou materiais fortemente indicadores de uma presença celticizante, como o seja a abundância local de cerâmica estampilhada, ou até a profusão de antropónimos célticos no Alto Alentejo, em plena zona que Plínio-o-Antigo indicava como habitada por **Celtici**, e com reflexos materiais em outras tantas zonas confluentes [cf. ARRUDA 1996; GAMITO 1988; GAMITO 1996 a; GUERRA 1995: 59-ss.; et al.]

regiões que Ptolomeu atribui aos lusitanos e célticos do sul [GUERRA 1995: 60-61, n/ destaque; cf. igualmente ENCARNAÇÃO 1984: 777, 849].

e) O papel dos armamentos no contexto das categorias de produção metalúrgica e os seus aspectos essenciais.

Nas categorias do **armamento leve**, aparece um repertório variado de **punhais e espadas**, bem como **fragmentos de escudos e pontas de seta**, cuja proveniência cobre as **áreas do território castrejo a Norte e no Centro** (Senhora da Guia, Vila Cova de Perrinho, Figueiredo das Donas, Tibães, Porto de Mós, Lama Chã, Vouzela, Freixiande, Pragança, e assim por diante); apesar disso, o número de castros escavados é ainda relativamente reduzido, e salienta-se a nota de que nem todas as peças provêm exclusivamente de contextos sepulcrais, alargando-se também ao conjunto dos sinais de atitudes rituais, entre outras.

A questão da **percebibilidade dos materiais** terá afectado particularmente os **escudos**, ou **caetrae**, pois eram estes feitos em couro ou fibras vegetais, enquanto que os capacetes eram fabricados em metal resistente. *São raros, e por vezes de identificação problemática os vestígios metálicos de apliques, utilitários e decorativos, de escudos, cuja existência e características nos são dadas a conhecer pelo texto de Estrabão, por representações iconográficas (...), e espécies numismáticas com a cunhagem da caetra relacionadas com as guerras cântabras* [FERREIRA DA SILVA 1986a: 181].

A tipologia das **caetrae** comportaria dois modelos: um, correspondente aos **escudos redondos e curtos**, a que se adicionaria uma **braçadeira** (como na «**Cultura de Las Cogotas**»); o outro, de **modelo hexagonal**, como era corrente entre os escudos de «**tipo gaulês**», e que aparecerá representado na decoração cerâmica de um vaso de **San Miguel de Lliria** ou na **pátera de Banyoles**, evocando-se ainda os **paralelos etruscos de Cerveteri**. É o primeiro tipo mais corrente nos territórios ocidentais, onde se incluirá a **caetra lusitana**.

De pequenas dimensões e formato côncavo, o **escudo lusitano** surge na **estatuária dos guerreiros**, colocado sobre o peito e, em certos casos, ligado ao pescoço. Tinha umbos centrais, de forma semi-globular, e a peça inteira estaria envolvida por uma cintura metálica ao redor do seu rebordo. Ainda na escultura, servia também a superfície do escudo como suporte para traçados decorativos: entrançados, de efeito abstracizante, em possível referência à textura vegetal do artefacto (como no **Guerreiro de Cendufe**); ou entrecruzados radiantes, que partiam do umbo (caso do **Guerreiro de Vizela**) [cf. LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 251-252; FERREIRA DA SILVA 1986a: 291 -ss].

No **Carro de Mérida**, temos a inclusão de uma figuração de guerreiro, apostado diante das suas rédeas, que se apresenta de equipamento completo; no **fragmento cerâmico de Franqueira**, também cenográfico, aparecerá uma cena de caça ao veado, com a integração do mesmo equipamento próprio dos guerreiros [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 181, 227, 243-244, 255]. E, ainda como **motivo figurativo**, encontraremos precisamente a **representação da caetra** na própria cidade de **Roma**, onde, junto ao **Largo Argentária**, se resgatou uma **métopa figurada** com o dito escudo, colocado sobre uma base de armas, e que havia pertencido a um antigo monumento da Via Flamínia, o qual teria sido consagrado à memória dos triunfos do general Décimo Júnio Bruto, o **Callaicus** [BLANCO FREIXEIRO 1992: 95 -ss] ¹⁵.

A **iconografia dos guerreiros**, nas **estátuas galaico-lusitanas**, também

Fig.
16.

¹⁵ Como **artefacto**, e do mesmo modo que as espadas, também os escudos podiam servir funcionalidades religiosas e rituais, constituindo frequentes **oferendas às divindades**, tendo-se achado, nesta qualidade, alguns lotes deitados para o fundo dos rios, como um aspecto da vivência cultural antiga onde ressoam parte das afinidades culturais de âmbito céltico. No **Noroeste**, são achados recorrentes, em especial para o que se veio a conhecer de vários pontos da Galiza (Mondoñedo, Couboeira, San Cibrán das Lás, Santa Trega, etc.). Acabando estes achados por ser muito mais numerosos dos que se encontraram em depósitos demarcados, assim emerge parte do problema da descontextualização que caracteriza os mais diversos espólios [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 230 e 254].

comportava a figuração de espadas ou de adagas. Os detalhes figurativos, sendo reveladores, mostram o próprio acomodamento das armas na sua respectiva bainha, esta última, sendo naturalmente fabricada em material perecível. Das próprias armas da II Idade do Ferro no Castrejo, era o tipo dos **punhais de antenas** o grupo mais característico da metalurgia local. Um exemplar da Galiza, a **espada proveniente do povoado de Couboeira**, ajudaria a esclarecer os métodos de fabrico. Tratavam-se de **objectos feitos em fases diferenciadas**, em que a lâmina e a empunhadura, que se prolongava para baixo num espigão nervado, correspondiam a momentos diferentes do processo de fundição e molde. A peça rematava-se por um conjunto semi-circular de outros espigões de tamanho curto, mas bem salientes, que formavam o topo de antenas. As guardas laterais da escotadura recurvavam-se para baixo, acompanhando o nascimento da lâmina, e o espigão central estava decorado com estrias oblíquas. O resultado final era uma peça de efeitos muito decorativos [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 238].

Uma vez que também se encontraram punhais de antenas noutras regiões, fosse a Norte, em Leão e Astúrias, fosse no Sul do território português, não deixava de se confirmar a existência de circuitos interiores que asseguravam o transporte de materiais típicos; e a circulação de objectos alargava-se a outras categorias, como as contas ou os bronzes, também com grande disseminação territorial, e também às matérias-primas, como a prata, que também se exportava, no antigo território português, para Sul [cf. LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 224; FERREIRA DA SILVA 1986a: 176; ou LORRIO 1993].

Fig.
26 a).

2. A história das investigações do tempo antigo e os seus pressupostos de abordagem.

O passado veio a tomar-se como uma totalidade, do qual, progressivamente os seus diversos vestígios vieram a ser recuperados, de início não tanto pelo seu valor próprio, mas, essencialmente, porque eram um testemunho que, de algum modo, assegurava a perenidade do próprio tempo. A um nível historiográfico, como perspectivas de fundo de análise dos períodos culturais da História Antiga, veio, como é óbvio, destacar-se a atenção sempre consagrada ao papel integrador do Império Romano. Mas, no que tem sido igualmente notório nas recentes correntes de investigação, para a história dos largos desenvolvimentos que se sucederam ao longo do I Milénio a.C., e para o conjunto de épocas de sucessivas mudanças que afectaram o mundo da Europa e Mediterrâneo, acaba por ganhar importância, talvez mais do que o fundo sobre o qual se destacou o evoluir das civilizações clássicas, o sentido histórico do **despontar dos primeiros 'potentados' europeus**, correspondentes às sociedades autóctones da Europa antiga.

Tendo-se questionado, com efeito, a contribuição de cada uma dessas sociedades, veio então a revalorizar-se o papel dos designados «**territórios periféricos**» na construção do próprio legado civilizacional que subsistiu da Antiguidade, após um duradouro período em que as principais atenções se centravam antes no tema da hegemonia clássica.

Cada vez mais, porém, se constatava de que não se poderia abordar um tal período sem atender ao sentido das diversas interacções entre populações e culturas. Por isso mesmo há, então, a realçar o teor de tais aproximações, que, não deixando as mesmas de se apoiar numa leitura das evidências arqueológicas, analisavam os aspectos decisivos dessa interacção, entre as sociedades clássicas e os «Bárbaros», ou entre os «centros» e as «periferias», essencialmente quanto

ao que se referia ao âmbito dos contactos ou afirmações culturais enquadradas entre a Europa e o Mediterrâneo.

A uma tradicional visão que desde longa data privilegiava uma atenção quanto aos aspectos «clássico-cêntricos», contrapôs-se, como base para uma intervenção historiográfica, a própria **revalorização das dinâmicas locais**, tal como o revelarão os materiais. Veio a propor-se, insistentemente, que a «construção da Europa» deveria ser entendida, mais como o resultado da «força resistente» das diversas sociedades assimiladas, que nunca deixaram de pertencer a territórios demarcados, do que como o simples resultado do estabelecimento de um domínio superior, que valia pela sua capacidade militar ou administrativa, como o seria o domínio romano, e muito embora, após os processos de integração, se tivesse mantido algo do respeito por velhos valores autóctones, dotados de outra roupagem [cf. nomeadamente, COLLIS 1984; RANDSBORG 1992].

A verdade é que, ao reconhecer-se a evidência do acrescido protagonismo de sucessivos focos culturais das antigas sociedades, e ao constatar-se o facto de que nenhuma cultura estava verdadeiramente isolada, as recentes abordagens, na sua perspetivação essencial, não deixam de contribuir para o modo de entender que, recorrentemente, as realizações locais acabavam por se revestir, não raro, de uma extraordinária ambiguidade e combinação de aspectos temáticos ou técnicos, os quais, tendo inicialmente suscitado dúvidas e perplexidade, adquirem de súbito a sua explicação quando entendidos num cenário de interações e contactos [cf. TUAN 1984].

2.1. A procura dos elementos da Nacionalidade.

Enfim, já no Romantismo, se bem por outras premissas, começavam a valorizar-se os espaços nacionais, buscando-se, no Antigo, tudo o que pudesse constituir um sinal de enraizamentos que conduziam ao presente. Assim mesmo, se, em certo sentido, a «**Lusitânia**» possa ter sido uma invenção romana, o seu inerente simbolismo e a forte conotação nacionalista de que se revestiu veio a ser, também, de outro modo, objecto de uma reinvenção conceptual que, ainda assim, acabou por convergir na própria emergência de abordagens de âmbito científico.

No que se refere ao território português, e perante uma determinada resenha de testemunho, não havia dúvida que eram evidentes as diversas fases cronológicas e estilísticas, precisamente assinaláveis para o decurso do I Milénio a.C., que teriam contribuído para a progressiva distinção do território.

Em termos gerais, acabou por se estabelecer, que, ao nível dos elementos culturais, haveria a indicar o seguinte:

- a evidente **persistência de uma «tradição pré-histórica»**, enquadrada nos sentidos expressivos autóctones (de que as **manifestações do Bronze Final** são talvez a melhor exemplificação);
- os resultados da progressiva introdução de elementos de uma **«influência exógena»**, que se assinalava a partir da intensificação dos contactos e modos de troca com as próprias **sociedades mediterrâneas**, e de que as sociedades meridionais (**«tartéssio-turdetânicas»**) teriam sido as imediatas beneficiárias, agindo posteriormente

como intermediárias para a prossecução do mesmo sentido de influências cada vez mais para Norte do âmbito geográfico peninsular.

Ou seja, a considerar, teríamos, para o território, a especial configuração de uma **fases culturais** coincidentes com os desenvolvimentos implícitos ao que se define como a passagem para a «**Idade do Ferro**», repartida em dois momentos, antes e depois do **Séc. V a.C.**, aos quais, se fará corresponder, em termos gerais, à sucessão das «**influências mediterrâneas**» ou «**orientalizantes**», uma afirmação de «**influências continentais**» (e que, a seu modo, não deixarão de fazer também acentuar uma dicotomia, igualmente genérica, entre o «interior», que conhecerá áreas mais «celticizadas», e o «litoral»), em directa relação, aliás, com o que terá ocorrido com as transformações históricas da Europa Central, subsequentes à desagregação do sistema de potentados regionais.

Ao mesmo tempo, ainda que num contexto de transformações, continuaria a atestar-se a **persistência duradoura dos aspectos estéticos e culturais próprios de um sentido de autoctonia**, entre as sociedades peninsulares, que se prolonga além da Romanização.

De qualquer forma, as cronologias cruzam-se, tendo sido já salientado que, ao mesmo tempo em que as formas culturais ou tecnológicas da «Idade do Ferro» começam a penetrar no Sul, no Norte e Centro do território português, os testemunhos materiais atestam a própria contemporaneidade das tradições ainda vigentes de uma vincada «Idade do Bronze», que tem um característico acento lusitânico.

As peças, mesmo as mais tardias, não hão-de deixar de reflectir, então, um resultado de sincretismo entre todas essas componentes, como ponto de chegada de toda uma evolução histórica, secular, e salientando-se, ainda, como motivos próprios, senão até mesmo emblemáticos, da especificidade civilizacional inerente

às sociedades que, muito embora no seu âmbito periférico, habitando o Ocidente peninsular, não deixavam, pois, de se distinguir na sua identidade.

Ora, estas perspectivas, bem como as descobertas que lhes estão por detrás, correspondem, essencialmente, a factos que tiveram por cenário a própria Contemporaneidade, e são, assim, fruto de recentes esforços, compondo à base, a partir da qual estabelecemos o nosso próprio entendimento. Então, sobre os vestígios que indicavam um tal identidade antiga dos povos locais, iniciou-se a pesquisa historiográfica, arqueológica ou etnológica que veio a constituir a perspectivação moderna de um tal período do passado do território nacional. E, quanto a este domínio, no âmbito das atitudes e concepções, uma das principais heranças do Romantismo oitocentista havia sido, de facto, a eminente apologia que se veio a estabelecer em torno do carácter «natural» dos povos e da insistência regionalista que resultava como sendo o propósito mais importante de algumas monografias, em si caracterizadas por serem tentativas de trabalho historiográfico.

a) Leite de Vasconcelos e a criação do «Museu Etnológico».

Quanto à realidade portuguesa, considerando-se a viragem científica ocorrida em finais do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, quase somos levados a pensar, de certa forma, que toda perspectivação do passado foi obra de uma só figura, **José Leite de Vasconcelos**, tendo em conta, seja os temas a que dirigiu a sua atenção, seja a sua decisiva acção, traduzida em viagens, relatos, ou aquisição de obras, e concluída na fundação (em 1893) e estruturação subsequente do **Museu Etnológico**, seja, por fim, a sua própria habilidade em congregar capacidades e reunir investigadores dentro de um objectivo comum.

Na verdade, a acção de Leite de Vasconcelos foi tão só um catalisador para diversas outras circunstâncias que, efectivamente, viriam a caracterizar a **cultura**

científica em Portugal, no decurso de Oitocentos, já de si bastante interessada nas questões da «Nacionalidade», e, portanto, fazendo incidir a sua respectiva intercessão sobre os discursos historiográficos e sobre os modos de restituição dos vestígios do antigo passado do território. E veio, afinal, a constituir-se um genuíno momento de glória, quanto à emergência de uma 'escola' da Arqueologia portuguesa, como quanto ao esforço de recuperação das memórias associadas aos sítios e lugares, base para o estabelecimento de sucessivos museus municipais, e cujo desenvolvimento se apoiava na tentativa de resgatar o maior número possível de documentos materiais ou peças (fossem as «arqueológicas», fossem de domínio do «folclore», ou seja, as retiradas da Etnografia) que comprovassem indubitavelmente o que se desejava realçar de uma determinada realidade cultural.

Também se sucederia o início da publicação regular de boletins de carácter monográfico (ainda que muito desse esforço não se viesse a saldar senão em precários exemplos de algum diletantismo), num evidente precedente para o que viria a ser a futura institucionalização de um âmbito disciplinar do conhecimento do passado.

Uma evolução adequada, de resto, ao **sentido de 'curiosidade' subjacente ao propósito de conhecimento do passado**, herança, também, dos ambientes românticos, tal como sucederia no Séc. XIX, nos círculos em que se procuravam, no tempo como no espaço, as pistas que pudessem orientar a perspectivação de ligações de enraizamento e que pudessem, enfim, explicar o carácter inerente ao «espírito» das populações, ao nível da natureza das suas manifestações mais espontâneas, numa integração com as leituras de base histórica; alargou-se, com efeito, com esta **busca da «autenticidade dos povos»**, o designado «**campo das memórias**» [cf. SCHAMA 1995: 102-103].

Em Portugal, a **criação do Museu Etnológico**, beneficiário das tutelas oficiais e públicas, resultaria da convergência de uma determinada atitude

institucional, da qual sobressairia, obviamente, a figura de do seu primeiro Director, **Leite de Vasconcelos**, como uma das individualidades a quem couberam intervenções no sentido do esforço de renovação do entendimento da «Nacionalidade», mas tornando aqui a «cultura», indissociável do «território», no tema que privilegiaria o âmbito do próprio desenvolvimento epistemológico das Ciências Sociais, um campo disciplinar emergente à época ¹⁶.

Assim mesmo, **Orlando Ribeiro**, abordando a *formação inicial de Leite de*

¹⁶ O **Museu Etnológico** (futuro Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia) propunha-se ocupar, em Portugal, o papel correspondente ao que noutros países era detido, seja pelos *Institutos* especialmente consagrados ao estudo das sociedades, acompanhando a própria **oficialização das ciências sociais e humanas**, seja pelos principais *Museus de Arqueologia*, que também iam surgindo em finais do Séc. XIX, com um carácter público ou estatal. A Arqueologia e a Antropologia convergiam, então, na **procura de entendimento dos componentes essenciais da Cultura e do Homem**. Sobre a abordagem dos artefactos primitivos, emergiam, à partida, os horizontes relativos a uma época muito recuada do passado humano, no **decisivo arranque da Pré-história como ramo disciplinar do conhecimento do passado**, e num momento fundador em que tomam protagonismo as figuras de **Jacques Boucher de Perthes** (1763-1868), com a sua célebre conferência de 1838 (em Abbeville), ou já antes, **John Frere** (1740-1807), que, baseando-se nas suas explorações no Suffolk, apresenta, em 1797, à *Society of Antiquaries* de Londres, a sua hipótese de existência de uma raça «pré-adâmica» [cf. MAISELS 1993: 8-13]. O contributo de Frere só viria a ser recuperado posteriormente, por John Pestwich, por volta de 1859 (o ano em que Darwin editava *A Origem das Espécies*), quando as ideias de Boucher de Perthes já circulavam nos discursos científicos, embora os achados do Suffolk estivessem já integrados nas colecções do Museu Britânico. Em 1865, **John Lubbock** publica *Prehistoric times*, introduzindo a subdivisão da Pré-história segundo o esquema de grandes fases, ainda hoje correntes, do «Paleolítico» e «Neolítico», e já antes, em 1848, **Algernon Herbert** introduzia, por sua vez, o conceito de «Megalitismo». Em torno das evidências do elemento primitivo e arcaico que estava inerente ao ser humano, associando-se as origens da cultura às próprias origens biológicas da espécie, o **‘homem pré-histórico’** transformava-se, afinal, no **‘homem universal’**. Convergiam igualmente, como um campo de estudos específicos da realidade humana, as **novas problemáticas da Sociologia**, cujas bases remontavam, na verdade, ao legado dos grandes pensadores do Séc. XVIII. Surgiam novas definições quanto ao que se deveria subentender debaixo dos conceitos de *‘cultura’* ou *‘civilização’*, agora propostos como um conjunto complexo de atitudes ou costumes, sobre os quais se constituía o estudo das sociedades. **E. B. Tylor**, autor de dois estudos fundamentais, *Origin of civilisation and the primitive condition of Man* [1870] e *Primitive culture* [1871], nomeadamente, associar-se-ia a John Lubbock e ao arqueólogo **Pitt Rivers**, na fundação, em 1871, do *Instituto Antropológico*, para promover a reunião dos «cientistas sociais», oriundos de diversas áreas [MAISELS 1993: 28-32].

Vasconcellos, evocando os seus primeiros interesses e circunstâncias do então ainda jovem estudioso, oriundo de um meio aldeão nortenho, referiu o papel detido pela *solidão do quarto de estudante*, propícia a determinadas leituras e cenário essencial à emergência da vocação pessoal, que desembocaria na sua atitude de *observação* dos fenómenos, fundada na *experiência*, sem antigos constrangimentos, e na estruturação disciplinar das novas ideias, pelas quais se acedia à recepção de uma outra pedagogia, orientada em torno do sentido de um determinado ideal de «Progresso» [cf. RIBEIRO 1993: 26-29].

Uma **percepção idealista** que justificava a intercessão perante a História, em que *sobre as ruínas do passado edificava-se um mundo novo e melhor, onde os homens viveriam emancipados de todas as sujeições. Feridos pela crueza das desigualdades sociais, espíritos ávidos de justiça construíram novas utopias, abraçando as fórmulas simples de um ingénuo e generoso idealismo* [RIBEIRO 1993: 29].

Partiria **Leite de Vasconcelos** para um tal ***mundo novo***, a partir da própria História e dos seus factos aferíveis pelo dado material. Um *mundo novo* que se descobria, quer sobre os vestígios do passado, quer sobre as manifestações ainda vigentes que pertenciam ao folclore de um espaço ou territórios culturais. Um *mundo novo*, também, que correspondiam a um novo modo de ver as coisas e de interpretá-las, no lato âmbito que se abria em torno da reflexão e entendimento dos fenómenos culturais e sociais, com evidente repercussão em linhas subseqüentes de investigação. Daí a especialização, a reflectir-se na própria vocação do futuro **Museu de Belém**, que tanto era *etnológica* como *arqueológica*, a partir da recolha e inventariação do amplo repertório material disponível.

A «Cultura» não se dissociava da própria apreciação entre a combinação do «humano» com o «natural», e a História restituía-se a partir das sucessivas fases em que se compunha a relação da sociedade com o seu ambiente; disso restava o testemunho dos artefactos e dos objectos produzidos em cada lugar ou região.

. No que respeita à **fundação e enquadramento institucional do Museu Etnográfico**, o seu respectivo estabelecimento deveu-se ao envolvimento inicial de José Leite de Vasconcelos como **Conservador na Biblioteca Nacional**. Entretanto, na fase imediatamente anterior ao seu aparecimento (ainda de início como «Museu Etnográfico»), assistira-se, é certo, à proliferação das atitudes de «**museofília**» em Portugal. Criado, em Lisboa, no ano de **1893**, e tutelando, a partir de **1895**, a edição periódica do *Arqueólogo Português*, então na sua I Série, as suas notícias eram um reflexo dos âmbitos abrangentes quanto ao próprio registo da recolha, salvaguarda e conservação do património material, o **Museu** fundado por Leite de Vasconcelos teria, como primeira denominação, a designação de *Museu Etnográfico*, permanecendo Leite de Vasconcelos como seu Director do Museu, até 1929, quando, por limite de idade, lhe sucedeu por Manuel Heleno ¹⁷.

¹⁷ Em **1882**, havia-se estabelecido o **Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia**, futuro Museu de Arte Antiga, como resultado do entusiasmo suscitado pela «**Exposição de Artes Ornamentais de Portugal em Espanha**», realizada no ano precedente, em Londres, em South Kensington, e que tornou necessária a organização de uma Exposição nacional com o mesmo conjunto de peças entretanto devolvidas a Lisboa; e assim iniciava o Palácio das Janelas Verdes a sua actividade regular como «museu nacional». Mas extinguíam-se, entretanto, outros núcleos, o **Museu Agrícola e Florestal** e o **Museu Industrial e Comercial de Lisboa**, de criação setecentista, e que estavam instalados aos Jerónimos; aí teria o Museu Etnológico o seu espaço definitivo, herdando ainda parte do espólio destes referidos museus «científicos e tecnológicos» [cf. GOUVEIA 1994: 197-198, 201-ss.; RIBEIRO 1973: «Introdução»]. Em **1885**, dividindo-se igualmente em duas partes a colecção do Museu Nacional de Belas-Artes, surgia o núcleo designado como do «**Museu de História Natural, Arqueologia e Pré-história**», a instalar-se, então, numa das Salas da **Comissão Geológica do Reino**, que se situava no edifício da Academia das Ciências, ao lado de um outro espólio já aí guardado, o das colecções de «História Natural». O **Museu Etnográfico** surgiu, pois, da transformação desse mesmo núcleo arqueológico instalado na Comissão Geológica; ainda que a abertura pública do Museu Etnográfico só viesse a decorrer em 1906, foi a **20 de Dezembro de 1893**, que **Bernardino Machado**, então Ministro das Obras Públicas (e também Lente de Antropologia na Universidade de Coimbra), promulgou o decreto oficial que instituía a criação institucional do futuro Museu de Belém, além de consagrar a sua respectiva dependência sob a gestão pública da Repartição dos Serviços Técnicos e da Indústria, afectos ao referido Ministério, e indicando-se José Leite de Vasconcelos como seu Director [cf. GOUVEIA 1993]. Em **1898**, o Museu passaria para a tutela do recém-criado **Conselho Superior dos Monumentos Nacionais**, que se autonomizava do âmbito das decisões políticas que até aí cabiam à Direcção da

Conforme realçaria **Manuel Viegas Guerreiro**, Leite de Vasconcelos estava profundamente imerso, afinal, nas suas próprias **origens e proveniência de um meio rústico** (que caracterizava, de resto, a maior parte da sociedade portuguesa da época); era um **ambiente de aldeia, escola e leituras de cá e de fora**, e em que o exemplo de *Garrett e Herculano, Teófilo Braga e Adolfo Coelho lançam-no decididamente na recolha do folclore* [GUERREIRO 1971(1981): 254; n/ destaque]. E haveria sinal desse forte apego a esse mesmo ambiente, de facto, tão «cultural» quanto era «natural» no que significava da própria **ligação à terra e às paisagens**, e que se repetia pelos diversos lugares e regiões do território português ¹⁸.

Comissão dos Trabalhos Geológicos. Em 1897, tinha passado o Museu a chamar-se de **Etnológico**, segundo um programa preconizado e apresentado pelo próprio Leite de Vasconcelos. Em 1899, é estruturado o Museu em três secções internas e, logo a seguir, em 1901, sob uma outra tutela (a **Direcção Geral das Obras Públicas**), cria-se a sua **Biblioteca**, o Gabinete de fotografia e desenho, a oficina de preparação e reparação de peças, e estipula-se o aumento do quadro dos seus funcionários e técnicos [cf. GOUVEIA 1993: 197-198]. Em 1914, na sequência dos primeiros governos da República, estabelece-se o **vínculo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**, publicando-se o Regulamento definitivo do Museu, em resolução de uma crise interna que chegou a pôr em causa a existência da instituição (e tendo Leite de Vasconcelos ameaçado demitir-se caso não viessem a respeitar-se as suas próprias directrizes), numa conturbada fase que seria recapitulada na *História do Museu Etnológico Português* [1915], com autoria do Director. Em 1929, por novo decreto, em que se reafirma a ligação à Universidade de Lisboa e se atribui ao Director do Museu Etnológico a responsabilidade de funções docentes na área da Arqueologia, a instituição volta a ser rebaptizada como **Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos**, no momento em que Manuel Heleno, que havia sido um «dilecto discípulo» do etnólogo, substituiu o seu mestre. Há, enfim, a considerar que o *enquadramento (...) por serviços que se propunham actuar apenas nos domínios da arte e da arqueologia*, pautavam-se, afinal, por um evidente *desfasamento, dado o âmbito de intervenção sensivelmente mais vasto que o seu programa* [inicial, apresentado em 1894] *lhe havia estabelecido* [GOUVEIA 1994: 204-205]. De qualquer modo, o Museu Etnológico veio a tornar-se, de facto, numa instituição orientadora e dinamizadora da Arqueologia portuguesa, como *referência e factor de revivificação do sentimento patriota e da consciência nacional*, que ultrapassava a própria importância de outros museus etnográficos e/ou arqueológicos, muitas vezes tutelados municipalmente ou por associações particulares, cuja dimensão, obviamente, era a da salvaguarda das «memórias» das diferentes localidades [cf. GOUVEIA, *ibid.*: 209; e também RIBEIRO 1973: 3-ss.].

¹⁸ Toda a inspiração para uma missão, de alguém que acabaria por ir para o Porto, estudar Ciências Médicas e Naturais (licenciando-se em 1881), mas que se dedicava, na sua *solidão*, à leitura dos teóricos e positivistas sociais. Essa missão seria, depois,

Dos primeiros interesses de **Leite de Vasconcelos**, destacar-se-iam os estudos que fez sobre a aptidão humana para a **linguagem**, e que posteriormente o haveriam de levar para o domínio da **Filologia**, e, em especial, da **Epigrafia** (de que seria depois Professor na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1911) ¹⁹.

Assim mesmo se dispôs, nos finais da década de 1880, a estudar a famosa epigrafia autóctone da Idade do Ferro meridional, pesquisando e tentando compor um **corpus** documental em que, sobre o conjunto de lápides que, cem anos antes, haviam sido identificadas por D. Frei Manuel do Cenáculo, tentou reforçar com novos registos e achados, como os que, em inícios do Séc. XX, dariam entrada no Museu Etnológico [cf. adiante].

Frustrando-se, contudo, o propósito de reconstituição da antiga língua do território, era possível, no entanto, resgatar os outros sinais coevos de uma velha civilização ancestral do território, onde se evidenciariam já, de qualquer modo, os aspectos mais marcantes do «espírito» próprio às populações aqui enraizadas. Procedeu à leitura das fontes clássicas, tanto quanto procurou percorrer o país, à cata da antiga *Lusitania*. E entender-se-ia que essa germinação autóctone se

transposta para a apresentação pedagógica e didáctica das experiências quotidianas, ainda vivas, das tradições populares, que, na sequência do estabelecimento do Museu de Belém, se expunham não apenas ao olhar dos visitantes, mas também ao interesse dos estudiosos. De todos esse interesses, **era, assim, Portugal (...) [o seu] núcleo fundamental (...)**. [Para isso, Leite de Vasconcelos] *fez explorações arqueológicas, empreendeu pesquisas e recolheu elementos que abrangem todos os períodos desde o paleolítico, até ao romano, visigótico e árabe (...)*. *Com as suas pesquisas e investigações pôs ao nosso alcance uma soma verdadeiramente espantosa de notícias arqueológicas* [CASTELO-BRANCO 1971 (1981): 196; n/ destaque].

¹⁹ Em 1901, doutorava-se em Paris no domínio de Românicas. Entretanto, em 1888, publicava o seu trabalho sobre *Numismática Nacional*, na ocasião em que acabava de ser nomeado (1887) Conservador da Biblioteca Nacional. O **tema da «língua»**, entendia-o como o **principal elemento identificador de uma identidade cultural das Nações**. Na afirmação e continuidade da língua estava, pois, o *núcleo da nação*, ou a sua própria *continuidade do sentimento*. Conforme o que recapitularia por Sérgio Campos Matos, Leite de Vasconcelos atribuía, em suma, *sobretudo especial valor à diversidade linguística da região da Lusitânia e à persistência no léxico português de reminiscências das línguas anteriores à difusão do latim* [CAMPOS MATOS 1994: 26].

atestava pela permanência de costumes populares, remontáveis aos tempos «imemorais», que se tentava igualmente inventariar.

Por isso mesmo, na viragem para o Séc. XX, e tal como se veio a corporizar nos próprios objectivos do Museu Etnológico, Leite de Vasconcelos tinha a seu cargo um grupo de investigadores, viajantes esclarecidos e desejosos de resgatar os sinais de tais sobrevivências, que ajudariam a definir o que seria o sentido da «cultura nacional» na sua expressão mais «natural», visitando-se, portanto, as regiões interiores, onde os mais diversos levantamentos se poderiam efectuar sobre materiais ou testemunhos expressivos ainda latentes.

Convergia esse mesmo ritmo de deslocações com o incremento das descobertas e a difusão das notícias criteriosas, em consonância com a própria actividade inicial do Museu Etnológico.

Por isso mesmo, a esse momento tão decisivo, a que correspondeu o aparecimento e amadurecimento do que seria o futuro **Museu de Arqueologia e Etnologia**, na sua projecção institucional, deveu-se, em grande parte, tanto o achado e resgate de conjuntos materiais aferíveis para a Antiguidade do território, da Pré-história aos períodos pré-romanos e luso-romanos. A realçar, como um primeiro resultado, o programa de **aquisições de peças**, a par, igualmente, das **diversas ofertas que iam sendo feitas**, o período da primeira Direcção do Museu Etnológico foi bastante profícuo no que se referiu à consolidação de fundos materiais ²⁰.

Entre as «**listas de aquisições**», vem a destacar-se, por exemplo, o resumo de peças entradas em **1913**, onde se inventariava a entrava, fosse dos

²⁰ E, recorrentemente, eram os mesmos publicitados na I Série do *Arqueólogo Português*; por exemplo, os «**bustos de Mercúrio**», a que se fez alusão, um, em bronze, oriundo de um lugar da **Columbeira (Bombarral, Leiria)**, que viria a ser *obtido por intermédio* de um particular (tratando-se, neste caso, de um primo do próprio Leite de Vasconcelos, Joaquim de Carvalho), ou um segundo busto, proveniente do sítio do Pinheiro (Luz de Tavira, Faro, de onde havia, de resto, notícia de outros achados,

«**artefactos populares de Alcoutim**» comprados por Leite de Vasconcelos (e registados em Março), fosse a **inscrição ibérica do Monte dos Vermelhos (Ameixial, Loulé)**, como parte da aquisição do 'espólio do Prior de Salir' (registada para Junho), ou os **materiais cerâmicos («ornamentados»)** do **Castro do Monte de S. Domingos da Queimada (Lamego)**, trazidos pelo *Conservador do Museu, Pinto da Fonseca*, além da célebre **escultura do Álamo (Alcoutim)**, descrita como *uma estátua de Apolo, de pedra, proveniente do concelho de Alcoutim*, e que, até então, fazia parte da **Colecção de Estácio da Veiga**, sendo um achado do último quartel do século anterior, estando depositada na Academia das Belas Artes de Lisboa. Por fim, a referenciar **dois objectos de bronze antigos: fundo de bainha e chapinha com vestígios de dourado. Comprados em Évora** [cf. MACHADO 1920: 242-253].

b) O destaque da I Série do *Arqueólogo Português*.

Do período da primeira Direcção de José Leite de Vasconcelos, é inegável um impulso de decisivas convergências e interesse sob a égide de um propósito acentuadamente científico. Assim mesmo, de acordo com **Margarida Ribeiro**, que elaborou a indexação dos artigos da I Série do *Arqueólogo Português*, manter-se-ia a sequência de uma *rigorosa unidade*, enquanto *expressão prática de doutrina*; progressivamente, porém, acabando-se por contrariar as intenções iniciais de Leite de Vasconcelos, a **componente arqueológica** viria a subordinar os restantes campos, nomeadamente preterindo-se a Etnologia [cf. RIBEIRO 1973: 4-7; 143-151].

Como tal, o primeiro lote de números do que vir a ser a centenária revista periódica do Museu Etnológico, assim o atestava uma homogeneidade de vertentes de estudo e sentidos de publicação de notícias e relatórios.

sobretudo romanos), oferecido ao Museu por um professor do Liceu Gil Vicente

Conforme se adiantava, **José Leite de Vasconcelos**, [ele próprio] *director literário e autor de numerosos estudos, relatos e notas, coadjuvado por uma plêiade de ilustres humanistas e dedicados eruditos e estudiosos construiu, com esses admiráveis colaboradores, um 'monumento' expressivo da cultura de uma época*, caracterizado pelo acento de um **espírito clássico** que conferiria ao seu legado *um cunho de intemporalidade* [RIBEIRO 1973: 7-10; n/ destaque] ²¹.

Naquelas mesmas páginas, a **Lusitânia** deixaria gradualmente de ser um vago capítulo inserido no âmbito da mitologia nacionalista para se configurar como um lugar de emergência e coexistência de sociedades que, de facto, se redescobriam num determinado espaço, abrindo-se pois como tema historiográfico, ao qual se adicionariam critérios de rigor, sobretudo quanto ao que se veio a registar para o levantamento de novos temas de interesse.

Toda a importância dos estudos e relatórios publicados ao longo da **I Série do Arqueólogo Português** reflectem, portanto, a emergência desse rigor cientificizante, e, uma vez mais, acompanhavam o próprio reforço da constituição das colecções museológicas, o impulso da actividade de resgate dos vestígios do

(Lisboa) [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 283-286].

²¹ Como inevitável resultado de uma situação de prodigioso avanço e afirmação de um determinado trabalho, as notícias congregadas em torno da **I Série do Arqueólogo Português** denotavam inequivocamente o sentido particular da cultura científica em Portugal entre os finais de Oitocentos e inícios de Novecentos. A **I Série**, também dirigida por Leite de Vasconcelos, teria edições anuais até ao volume dos anos de 1919-1920, passando depois para uma periodicidade bienal. O Vol. XXVIII (de 1927-1929) seria, porém, trienal. Em tempo da Direcção de Manuel Heleno, ocorreu um longo lapso entre a saída dos N.ºs. XXIX (1930-1931) e XXX (1938), em que este último volume somente se publicou em 1956, antecedendo a sua «Nova Série». A saída irregular dos volumes mais avançados do *Arqueólogo Português* dever-se-ia essencialmente à situação dos **financiamentos das actividades do Museu** (e ainda que até 1918, a revista tivesse mantido o mesmo custo de capa). A partir do Vol. XXV (1922), seria a **Imprensa Nacional** a responsabilizar-se pela edição e venda. Após o afastamento oficial de Leite de Vasconcelos, em 1929, a saída da revista-se *alarga para três anos o período de publicação*, sugerindo-se que foi a *substituição* por Manuel Heleno, *mais do que a economia autónoma (...)* [o que] *deu origem a um afrouxamento do ritmo interno e tradicional do Museu. Remodelações, um delinear de perspectivas novas*,

passado a registar de **finais de Oitocentos** até ao **final do primeiro quartel do Séc. XX** , e atrás da qual se virá a reconhecer o fundo disciplinar preconizado por José Leite de Vasconcelos, definindo-se, pois, o papel fundamental detido pela visão pessoal deste mesmo investigador quanto às antigas realidades do território.

Neste retorno da «**perspectivação clássica**» subentendia-se um modo de entendimento de interpretação dos vestígios materiais, seja porque se tomava como ponto de partida a releitura das fontes antigas, seja porque se tentava adequar às formulações oficiais, que acompanharam a Romanização, era o próprio sentido das expressões autóctones, tal como se conheciam dos seus 'tardios' contextos de realização (essencialmente coincidentes com o estabelecimento do domínio romano), o que se constituía como base para a compreensão de épocas ainda mais recuadas [cf. RIBEIRO 1973: 5-ss.].

Dos **temas** suscitados pelo estudo das peças, reunidas de acordo com a metodologia que caracterizou a Primeira Direcção do Museu de Belém, segundo recapitula **Margarida Ribeiro**, entre os mais diversos assuntos, eram precisamente aspectos como o **culto de Ísis**, o **período tinita**, os **discos de vidro e de faiança do Egipto**, o **Cham da Núbia**, a **influência púnica na Lusitânia** ou a **inscrição grega de época romana** [proveniente da antiga **Balsa**, nos arredores de Tavira] que surgiam como **pontos de partida para nova investigação**, então incitando à *analogia crítica* por parte dos investigadores envolvidos no projecto chefiado por Leite de Vasconcelos [RIBEIRO 1973: 10; n/ destaque].

E atendendo-se, também, concretamente, ao **trânsito das lendas e registos mitográficos** da Antiguidade para o espaço da Lusitânia, e que tanto se haviam conciliado com os motivos favoritos da tradição humanística, atestava-se que, em época romana, isso se tinha traduzido no **aparecimento de tipologias comuns**, que, de alguma maneira, evidenciariam uma predilecção particular, possivelmente adequada às sensibilidades dos autóctones. Neste contexto, teriam assim surgido

são, talvez, as causas teóricas ou metodológicas daquele afrouxamento [RIBEIRO

as repetidas **figurações de Hércules** (em *esculturas lusitanas* que surgiam sem *aparente obliteração* quanto à morfologia característica do Clássico) e que, em termos subjacentes evocariam as ligações imemoriais entre este herói semi-divino (enquanto **Hércules-Héracles**) e os seus presumíveis precedentes orientais (os deuses fenícios, **Baal e Melcarte**).

Quanto a outras manifestações, salientar-se-iam igualmente as atenções dirigidas às manifestações do sincretismo dos cultos, que também haviam surgido de forma expoente durante o período romano, como o **culto a Endovélico** (*sagrado num templo* [S. Miguel da Mota, Alandroal] *que perdurou e gozou de grande fama*), ou o **culto a Prosérpina-Atégina** (*a deusa Perséfone dos Gregos*) [cf. RIBEIRO, id., *ibid.*].

Com a adopção e adequação local de um **culto clássico**, como o teria sido o **culto de Prosérpina**, em regiões contíguas ao Alto Alentejo, revelar-se-ia, desde logo, a forma como uma **deidade autóctone** (subjacente à designação de *Atégina*) veio a ser '**assimilada**' às **divindades clássicas**; por outra parte, esta mesma manifestação de âmbito religioso tanto indicava a **força da influência romana**, como atestava, ao mesmo tempo, a **persistência da própria devoção indígena**, que, tal como tudo o indica, teria sido, na verdade, fomentada pelos próprios Romanos.

Em aberto ficariam as hipóteses de tentar, por sua vez, explicar o aparecimento inicial de tais divindades autóctones, talvez em resultado de alguma herança das influências anteriores, num reflexo orientalizante, talvez uma entidade cujo culto remontasse à Pré-história; ou talvez tivesse sido um sincretismo de todas essas contribuições, em que a entidade acabava por adquirir tanto um carácter 'pré-histórico', como 'celtibérico'.

Por sua vez, o **Culto de Endovélico**, também apelando a fortes antecedentes de épocas anteriores, voltava a repetir o exemplo da divindade

autóctone que recebia a 'roupagem' clássica.

Mas, que coisas se poderiam aferir destes cultos, senão a análise que era somente possibilitada pelos vestígios subsistentes?

À partida, repartiam-se esses vestígios entre a Epigrafia e a Arte, através da sobrevivência, quer de lápides, quer de figurações escultóricas, associáveis a um culto, como ao outro. Facto é que, só por si, esses mesmos conjuntos assumiam um valor incontornável, possibilitando uma apreciação a vários níveis, entre o estudo da sua respectiva iconografia à sua inserção em sucessivos contextos, dos arqueológicos, aos simbólicos e estéticos.

As conclusões possíveis emergiriam dos esforços da interpretação erudita, com recurso à Literatura Clássica, onde se contava a história das divindades e da sua interferência no mundo corrente (caso da referência aos poderes terríveis de Prosérpina, que justificavam a ritualística dos *gritos e gemidos dos mortos*), e que, na verdade, aproximavam as realidades da antiga Lusitânia ao próprio mundo do Mediterrâneo.

O pressuposto metodológico fundamental residiria, pois, no seguinte: *descobrir se estamos, de facto, em presença de um mito; [de] interpretá-lo e conceituá-lo, segundo as teorias explicativas que se conhecem; qualificá-lo segundo as diferenças essenciais de tempo- tempo sagrado, reversível, tornado presente por meio da festa religiosa que o [co]memora e tempo mitológico (...) [e] de [re]criação de realidade contida no mito* [RIBEIRO 1973: 11; n/ destaque].

Tal seria, no essencial, a metodologia dos investigadores reunidos no projecto inicial do Museu Etnológico. Assim se assumia, ainda, o projecto do **Museu Etnológico**, como uma **obra de metodologia acabada**, inserida num propósito de identificação dos aspectos sociológicos e etnológicos inerentes à afirmação cultural de uma sociedade. Um legado que ficaria, enfim, por prosseguir em épocas subsequentes, não deixando Margarida Ribeiro de comentar, ainda em inícios da década de 1970, que se mantinha tal qual, um trabalho aberto, para

quem dele se queira ocupar, retomando a lição dos princípios do século [cf. RIBEIRO 1973: 9, 11].

c) O Museu Etnológico no Séc. XX e as posições de Manuel Heleno.

Compreende-se, em suma, o **sentido comum do espírito clássico**, que, conforme a designação de **Margarida Ribeiro**, terá caracterizado duas gerações sucessivas de arqueólogos e etnólogos, em profunda ligação à institucionalização disciplinar e estrutural colocada ao serviço do conhecimento do passado nacional, na sua aferição material. De qualquer modo, a cultura clássica e de base humanista fazia parte da própria formação pedagógica.

Haveria, então, muito naturalmente, propósitos de índole *classicista*, sempre apoiados numa certa necessidade de erudição, que se repercutiam na própria maneira como se considerava o passado e as suas formas de abordagem.

Não se deixavam de lado, porém, os **entusiasmos perante o sentido de «primitivismo», ou do «arcaísmo» das manifestações locais**, que eram, intrinsecamente, **sinais expressivos do «espírito natural» dos povos**. E, a esta atitude, adicionar-se-ia o papel fundamental que cabia à **consideração dos vestígios materiais**, que já se assumiam como «documento».

Subsequentemente, contudo, assinala-se que, ao inicial impulso mais essencialmente dirigido à Etnologia, o Museu de Belém, vem a adquirir essencialmente uma vocação arqueológica, que já estava latente, mas não e dissociava, como actividade, de objectivos mais abrangentes.

Ao longo do Séc. XX, foram, então, arqueológicos os principais investigadores que, sucedendo a Leite de Vasconcelos, teriam também a sua posteridade. Desde logo, **Vergílio Correia** (ainda que, na década de 1920, viesse a assumir posições divergentes dentro da equipa do Museu, que viria a

abandonar), ou **Manuel Heleno (1894-1970)**, cuja Direcção decorreria até 1967, num processo não isento de críticas (em particular, as que viriam tentar arredar a política de sigilo que se manteria durante tanto tempo quanto às actividades do Museu).

Mas o trabalho de **Manuel Heleno** não deixaria de se traduzir, por exemplo, em algumas descobertas de grande interesse: os **vestígios trazidos das suas explorações em Torre de Palma (Monforte)** e na **estação de Tróia**; ou a constituição da **Colecção dos Tesouros** no espaço do Museu ²².

Também Manuel Heleno, na verdade, se interessara pela questão da «Nacionalidade». Em plena década de 1930, apresentou a sua visão do **tema da 'unidade moral' como um dos aspectos duradouros da Nacionalidade** em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, no número publicado a 29 de Março de 1932. O título da entrevista era, precisamente, «*A Nacionalidade Portuguesa como agregado humano possuidor duma unidade moral está definida perfeitamente desde os tempos da pedra polida*», e, como se indicava a partir daqui, entendia-se

²² De **outros espólios**, contudo, segundo o registo de opiniões posteriores, como os que, em 1968, se encontraram em depósito na chamada «**Sala do Legado**» e na **Casa Forte** do Museu, embora guardados longe de qualquer âmbito de investigação, não eram menos significativos quanto à sua importância arqueológica, nem as suas condições de conservação. Além desta circunstância, os registos da respectiva proveniência não se mostravam adequados a quaisquer critérios, e as peças ficariam em situação de mero arrumo sobre prateleiras. Pior sorte caberia aos materiais somente guardados em caixas, sem qualquer referência lógica; entre esses materiais, contava-se o **espólio trazido da Necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes, Odemira)**, descoberta e explorada por volta de 1939 por iniciativa de Manuel Heleno, e que se manteria inédito, apesar de recorrentemente referido, fosse por Heleno, fosse por Saavedra Machado, autor de sucessivas monografias sobre a história do Museu Etnológico até 1960. Os mesmos achados seriam por fim encontrados e estudados por **Caetano de Mello Beirão**, na sequência da 'reabertura' do Museu após 1967, tendo este último investigador, por seu próprio empenho, identificado até o lugar exacto das descobertas do Galeado, dado que, conforme se veio a referir, nem sequer as respectivas coordenadas tinham ficado devidamente registadas, e constatando-se ainda que até a data da descoberta do Galeado havia sido falseada no decurso de uma comunicação pública do próprio Heleno. A Manuel Heleno, com efeito, atribuía-se inclusivamente a peculiaridade de proceder a anotações com recurso a sinais crípticos,

que teria sido a presença de uma já definida **componente étnica e cultural em coincidência com o futuro território português**, o que seria bem evidente, não apenas na Antiguidade, como já na própria Pré-história ²³.

A *especificidade nacional* reconhecer-se-ia, nesta acepção, já na «Idade da Pedra», distinguindo-se, porém, do processo da *formação da nacionalidade* ou do

de que só ele mesmo possuía as tabelas de descodificação, e que, depois do seu falecimento, nunca seriam recuperados [cf. BEIRÃO et al 1983: 209-213].

²³ As **perspectivas de Manuel Heleno** seriam sumarizadas e elogiadas por **Fernando Castelo-Branco**, quando, a 20 de Fevereiro de 1976, tomando o lugar que havia pertencido ao arqueólogo na Academia Portuguesa de História, desde 1959 até à data da sua morte, aí discursou, no encómio devido à figura [cf. CASTELO-BRANCO 1988]. Assim recapitulava as **virtudes eruditas e académicas de Manuel Heleno**, bem como os princípios a que se teria apegado com firmeza; e deste modo, diria Fernando Castelo-Branco, [Manuel Heleno] *manteve (...) no seu espírito, durante todos esses anos, na verdade tal como o seu antecessor, José Leite de Vasconcelos, o desejo de esclarecer a origem do povo português, de mostrar a originalidade do ocidente peninsular como base da nacionalidade, como prova da individualização de Portugal no quadro de povos da Ibéria* [CASTELO-BRANCO 1988: 36]. Tais ideias repetir-se-ão em publicações ou discursos de Heleno, fosse na ocasião da «Homenagem ao Prof. José Leite de Vasconcelos», em texto publicado na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* [1942], ou no artigo: «Em defesa do património arqueológico da Nação», ao Vol. 5 da revista *Ethnos* [1966], número em que também fez sair um texto consagrado ao «Elogio da Ciência», parte de um discurso que fora proferido, inicialmente, na Universidade de Lisboa, em Janeiro de 1964, com a intenção de apresentar uma auto-defesa contra as críticas que lhe estavam, então, a ser dirigidas; aí mesmo procederá à síntese dos seus temas de trabalho, não se furtando a salientar que as suas próprias ideias estavam então a ser *aplicadas no ensino* [cf. CASTELO-BRANCO 1988: 30-31]. Também na sua «**Lição Inaugural da Cadeira de Arqueologia**», que se publicou no Vol. XXVII do *Arqueólogo Português* [1929], Manuel Heleno não deixaria, aqui, de subscrever o **carácter de «ciência histórica» da Arqueologia**, indicando que os objectivos da disciplina eram o de tomar *as manifestações sociais dos povos*, e ligá-las aos *objectos, como se fossem frases, os espólios como se fossem passos de antigos autores* [in CASTELO-BRANCO, id., ibid.]. Ligado ao Museu Etnológico e à actividade arqueológica, Manuel Heleno esteve também envolvido na docência, passando pelo serviço prestado Liceu Passos Manuel, antes da sua entrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ao mesmo tempo que era nomeado Director do Museu de Belém [cf. CASTELO-BRANCO, id., ibid.; e também CASTELO-BRANCO 1971 (1981): 196-197; MACHADO 1965]. Todas estas notas, na verdade, justificariam que a **figura e trabalho de Manuel Heleno** viessem a ser objecto de um estudo crítico e referencial, dado que, seja pelo lado mais denunciador, seja pela visão mais benevolente do seu círculo de amigos, muito embora sopesando ainda os prejuízos e falhas registadas para o seu período de gestão do Museu Nacional de Arqueologia, o seu respectivo lugar na História da Ciência em Portugal continua a não estar

estado, que se referiria a outro momento histórico, mas não deixando de possuir as comunidades pré-históricas do território português possuidoras de inequívocas características que, numa formulação anterior, prenunciavam a «alma» ou o «espírito» próprio dos «descendentes» dos Lusitanos.

Continuava a referir-se que esta **emergência de uma cultura própria do Ocidente na Pré-história**, assegurara-se em continuidade até à Idade do Ferro e, de resto, além desta última época; o território português viera a adquirir, então, *foros de província na época romana (...) e (...) de estado com os Suevos*. No decurso da Idade Média, fomentara-se, ainda, um intenso *desejo de independência*. O *carácter nacional* devia-se portanto a *razões geográficas e étnicas*, apoiado, pois, num ideal de raça, pelo qual se constatava uma clara diferenciação quanto às *populações vizinhas*. E, contra o que era também proposto por outras teorias contemporâneas, o «Homem português» teria, reafirmadamente, uma filiação europeia, refutando-se o conjunto de ideias, entretanto sugeridas, de que haveria origens «africanas» [cf. CASTELO-BRANCO 1988: 27-28].

A paixão de Manuel Heleno pela **Pré-história** era, precisamente, um dos aspectos que caracterizava a sua personalidade, alimentando o próprio clima de intervenção dos principais entusiasmos em torno da Arqueologia, o que, durante os anos em que durou a sua Direcção, marcou não apenas a sua própria actividade, como a do Museu.

Da geração de investigadores que se lhe seguiram, também trabalhando, a partir das décadas de 1970 e 1980, sob a égide do Museu (como **Caetano de Mello Beirão**), tendo-se prosseguido sem interrupção a mesma vocação arqueológica que a instituição tinha passado a tutelar, houve, de qualquer forma, uma firme vontade de traçar outros caminhos para o conhecimento do passado, deixando para trás os anteriores protagonismos apenas como merecedores de alguma memória.

suficientemente esclarecido, dadas as contradições assinaladas.

2.2. A cultura museográfica em Portugal e o esboço de definições disciplinares do conhecimento do passado.

Apesar do consolidado protagonismo e institucionalização do Museu Etnológico, bem como do papel detido pela eminente personalidade de Leite de Vasconcelos, o facto é que o Museu de Belém foi, no contexto da cultura científica em Portugal nos **finais do Séc. XIX**, um dos últimos a surgir. Era enfim certo que o principal incremento que veio a acompanhar o progresso intelectual da segunda metade do Séc. XIX se referiria aos achados que, por circunstâncias de localização, acabavam por fazer essencialmente parte do património dos mais diversos lugarejos rústicos que se disseminavam pelo **interior do país**. Assim mesmo surgiriam, desde logo, os **museus locais ou municipais** fundados nessa mesma altura.

Caso do **Museu de Alcácer-do-Sal**, por exemplo (o qual José Leite de Vasconcelos há-de visitar repetidamente), estabelecido quase imediatamente a seguir às primeiras descobertas da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires**, por volta de 1875, e de cujo espólio foi a primeira instituição depositária. Ou caso da fundação do **Museu da Sociedade de Martins Sarmiento**, em Guimarães, em 1882, na sequência dos trabalhos que o referido arqueólogo havia começado a desenvolver no **Castro de Briteiros**, e cujo núcleo museológico ficaria ao cuidado da Associação que um grupo de amigos tornaria na *Sociedade de Martins Sarmiento*.

E, enfim, na **Figueira da Foz**, aqui devido ao decisivo impulso empenhado de **António Santos Rocha**, uma outra Sociedade Arqueológica fundar-se-ia, também com o seu nome, por volta de 1899, e estendendo-se, porém, somente, o seu campo de actividades até à data da morte deste outro eminente investigador, em 1910, mas cujo legado ficaria obviamente devedor das suas diversas

explorações, fosse em redor da Figueira (das estações pré-históricas à estação fenícia de Santa Olaia), fosse na sua célebre intervenção em Bensafrim (Lagos) [cf. CASTELO-BRANCO 1971 (1981); FABIÃO 1989: 11-12; GOUVEIA 1993; SOCIEDADE DA FIGUEIRA 1999] ²⁴.

Paralelamente, tanto se incrementava o fomento do simples conhecimento do passado, a partir do próprio resgate de achados, num plano em que se reforçava a sua respectiva consideração como documentos valiosos de tempos antigos, como se desenvolviam já **disciplinas científicas**, com a coerência metodológica possível, como a **Pré-história**, que, obscurecendo o que havia sido, até aí o domínio de estudos da **Proto-História**, essencialmente apoiada no estudo das literaturas clássicas, não deixou de fazer triunfar, decisivamente, a consideração dos achados materiais como documentos historiográficos de pleno direito.

²⁴ Antecedem assim, tais aspectos, o afã unificador que Leite de Vasconcelos iria a imprimir à Arqueologia portuguesa, associando-a ao âmbito da Etnografia e da Etnologia. E a seu modo, o projecto que estava por detrás do **futuro Museu Etnográfico** (onde, já no Séc. XX, muitas das colecções ‘locais’ viriam a dar entrada, caso das que haviam pertencido às explorações de Estácio da Veiga ou às dos seus próximos colaboradores, como António Júdice, isto após falhar-se o projecto de estabelecimento de um **Museu do Algarve** [cf. GAMITO 1983]), foi uma consequência natural de toda esta actividade de cunho local. A diferença que coube ao Museu estabelecido por via do trabalho de Leite de Vasconcelos residiu, de qualquer maneira, na sua própria ambição institucional em congregar o vasto leque de dados disponíveis num único encadeamento de perspectivas, pelo qual passavam a ter **uma importância mais nacional que local**, e que, por consequência, teve repercussões hegemónicas sobre a actividade arqueológica, transformando, enfim, os museus locais em meros centros ‘periféricos’ de agremiação diletante ou tão só curiosa, fazendo então desvalorizar o que fora, até aí, o seu papel científico. O facto, porém, é que esses mesmos núcleos locais ou municipais, na sua respectiva origem, pouco mais seriam inicialmente do que simples associações de gentes sobretudo movidas por uma natural curiosidade quanto a factos ou circunstâncias que haviam contribuído para a formação do património histórico ou folclórico do sítio que habitavam. E raras vieram a ser as associações que sobreviveram além do momento em que se assistira à sua dinâmica de fundação, geralmente dependente da iniciativa de algum investigador distinto. De resto, o próprio Museu Etnológico esteve igualmente por diversas vezes em risco, e ainda no próprio tempo de Direcção de Leite de Vasconcelos, para não deixar de referir, de novo, os problemas suscitados pela sua sucessão por Manuel Heleno; as decisões políticas, aqui, foram causa preponderante, tanto assegurando a continuidade do dito Museu, tanto o ameaçando, ao ritmo das repetidas mudanças políticas de regime.

Muitos destes resultados tinham surgido, na verdade, de interesses diletantes. Mas não deixava de haver um **cruzamento de âmbitos e objectivos**, entre a mera curiosidade e a actividade de investigação, ou entre a Pré-história, a Etnologia, e o restante âmbito das ciências humanas.

Quanto à **prática arqueológica**, num claro desenvolvimento que se definia então como uma fase bem característica que acabava por se diferenciar e distinguir completamente do que fora uma anterior vocação «classicizante», assistir-se-ia à crescente preponderância dos interesses pela **cultura material** dos tempos primitivos.

A emergência do estudo institucional da **Pré-história** veio a ser, nomeadamente, evidente nos propósitos com que se reorganizou a **Comissão Geológica do Reino**, em 1857.

Mas outras associações, de domínios convergentes, destacar-se-iam, por sua vez, pelo seu campo essencialmente mais abrangente: a **Sociedade Arqueológica Lusitana**, estabelecida em 1850, tendo como principal objectivo a prossecução das explorações de Tróia, ou, ainda, a «**Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugêzes**», instituída definitivamente em 1864, em Lisboa, e que tomou ao seu cuidado a guarda de uma das primeiras colecções arqueológicas a ganharem posteridade, sobretudo compostos por vestígios romanos ou visigóticos procedentes do **ager** olisiponense, e formaria o **Museu do Carmo**, sob directa dependência da mesma Real Associação, em 1865.

Entretanto, houve ainda o **Instituto de Coimbra**, fundado em 1871, e dedicado aos trabalhos em Conímbriga, ou, em Braga, em 1877, o «**Centro Archeológico Portuguez**», por sua vez responsável pela edição de uma revista própria, *A Borboleta*, aonde se viriam a publicar os Estatutos do citado Centro bracarense. Igualmente no Norte, **Joaquim de Vasconcelos** promovia em 1880 a criação do **Centro Artístico Portuense**. O resultado do avanço dos conhecimentos sobre o passado do território e da capacidade de interpretação das

peças refere-se, então, especialmente, ao próprio avanço da cultura científica, de que toda essa «plêiade» de criação de museus e emergência de figuras públicas veio a ser um claro sinal ²⁵.

Ao lado das instituições, surgia, por sua vez, o fenómeno da sucessiva publicação de trabalhos de pendor arqueológico, desdobrando-se, quer pela série de iniciativas que levavam à edição de revistas locais, quer pelo esforço de edição de estudos monográficos. Contam-se, assim, entre um primeiro leque de textos fundamentais para a confirmação do conhecimento do passado como «actividade científica», as seguintes obras: *Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguido da descripção de alguns dolmins ou antas em Portugal*, da autoria de **Pereira da Costa**, e editada pela Academia das Ciências de Lisboa, [1868]; a *Introdução à arqueologia da Península Ibérica*, de **Augusto Filipe Simões** [1878]; de **Sebastião Estácio da Veiga**, os quatro volumes das

²⁵ A referir, já na transição para o Séc. XX, o surgimento de outros institutos mais, que, para além de integrarem investigadores de nomeada e tutelarem projectos de importantes estudos arqueológicos, patrimoniais e artísticos, editavam pontualmente a sua própria revista, como o **Instituto de Antropologia do Porto**, em 1911, ao qual se ligariam Alfredo de Ataíde ou Santos Júnior, ou a **Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia** (1918), ao qual se ligou A. A. Mendes Corrêa, um dos mais eminentes estudiosos do «Homem de Muge» e o **Centro de Estudos de Etnologia Peninsular**, do Porto, ao qual esteve também associado Fernando Russell Cortez. Demarcando-se, de facto, um momento fundamental da cultura científica, destacava-se assim a **fundação dos modernos núcleos museológicos**, que, de certa forma, ocupavam o papel que, no século anterior coubera às academias científicas. Quanto às principais **publicações periódicas**, o *Arqueólogo Português*, editado pelo Museu Etnológico [1895], ou a *Revista de Guimarães*, ligada à Sociedade Martins Sarmento, vieram a alcançar o estatuto de publicações centenárias. De outras, mau-grado a sua importância, não se salientou idêntica sorte. O *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* [1865], sob o impulso da acção de Possidónio Silva; a *Revista de Arte Portuguesa* [1881-1893], fundada por Joaquim de Vasconcelos; a *Revista Lusitana* [1889], que seria outra das revistas fundadas e dirigidas por José Leite de Vasconcelos; o *Boletim da Sociedade Santos Rocha*, da Figueira da Foz, com uma série de dez volumes publicados ao longo do início do Séc. XX; a *Portugália* [1899-1906], estão entre este rol. O facto é que aí mesmo surgiam os registos e notícias de visitas de estudo, prospecções ou escavações promovidas pelas sociedades que as tinham fundado, alcançado, quase, um estatuto de *fontes directas* para

Antiguidades Monumentaes do Algarve [1886-1891].

Por fim, há a realçar as primeiras publicações de repercussão já internacional: *Les Âges pré-historiques de l'Espagne et du Portugal*, de **Emile Cartailhac** [1886], a que se seguiriam, nomeadamente, outros estudos, também de autores estrangeiros interessados nas realidades reveladas pela Arqueologia portuguesa (em correlação, de qualquer forma, com outras **descobertas que ocorriam do lado espanhol**, na década de 1870, das Grutas de Altamira, na Cantábria, ao Santuário de Cerro de Los Santos, Andalúzia, e ao célebre caso do resgate da «Dama de Elche» [1897]). Entravam aqui os **trabalhos de Emile Hübner (1834-1901)** ou de **Pierre Paris (1859-1931)** [cf. adiante].

Foi assim que, neste mesmo *território da investigação sobre comunidades sem registos escritos (...)* [que] *o dado material atinge aparentemente a dignidade de fontes única*, [consagrando-se, no estudo do passado, a evidente] *dependência da funcionalidade dos artefactos e compreensão das estruturas sociais desaparecidas* [FABIÃO 1989: 10-11].

a) Os estudos pré-históricos e os seus temas.

O **interesse pela Pré-história**, como modo de valorização absoluta do dado material e na descoberta decorrente do que parecia ser então a espantosa realidade dos tempos mais recuados que se poderiam reconstituir a partir dos achados, ia, então, triunfando pela actividade dos diversos investigadores.

Em **1871**, inaugurava-se, com a comunicação que, na Academia de Ciências de Lisboa, **Carlos Ribeiro** apresentou quanto aos resultados das suas prospecções no Vale do Tejo (realizadas sob os auspícios da Comissão Geológica), a duradoura discussão em torno do designando *Homem Terciário Português*.

o estudo dos materiais que vieram a ser descobertos e conhecidos somente durante esse

Em anos seguintes, prosseguir-se-ia a mesma linha de pesquisas, sendo então Carlos Ribeiro acompanhado por Cartailhac nas suas explorações arqueológicas subsequentes, e nunca deixando, portanto, de defender a sua tese em outras tantas apresentações públicas, que dirigiu ao **VI Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica**, em Bruxelas (em 1872), ou à «**Secção de Ciências Antropológicas**» da **Exposição Internacional de Paris (1878)**, e, de novo em Lisboa, no decisivo **IX Congresso de Antropologia e Arqueologia (em 1880)** (ocasião em que, de resto, também Frederico de Vasconcelos falaria já do *Homem Quaternário*, que seria também «português», apoiando-se nas suas pesquisas efectuadas em áreas adjacentes ao Douro) [cf. CORREIA 1912 (1972): 5-9; MALUQUER DE MOTES 1971 (1981): 534-536].

Comportava, na verdade, o estudo da Pré-história, o **objectivo de abordagem do «Homem primordial» ou «universal»**, a partir das manifestações directas da actividade produtiva, de que resultava a execução, desde épocas remotas, dos mais variados artefactos. Ia aumentando significativamente, assim, o volume das descobertas de materiais pré-históricos nas colecções dos núcleos arqueológicos entretanto instalados.

Conforme salientou **Carlos Fabião**, a **atenção conferida à Pré-história, confundia-se efectivamente com a actividade arqueológica em geral**, e vinha subitamente sobrepor-se ao próprio interesse por outras épocas, começando a tomar o lugar dos temas o que, até aí, haviam sido domínios privilegiados no âmbito do conhecimento do passado [cf. FABIÃO, id., ibid.].

No **Congresso de Lisboa**, consagrou-se, pois, a **Pré-história**, como exemplo do modo como progredia a Arqueologia portuguesa. E a *herança dos arqueólogos de 1880*, os que tinham participado no dito Congresso, muito justamente, residia no seguinte: *quasi pôde afirmar-se que se descobriu o paleolítico*; mas, entretanto, estavam também já *pesquisados ou explorados outros*

período [para este levantamento, cf. OLIVEIRA 1993; e também RIBEIRO 1973].

castros, e nova e metodicamente explorada a necropole de Alcacer do Sal, que já nos havia familiarizado com armas de ferro e com vasos gregos dataveis [LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933)b: 79-80] ²⁶.

Paradoxalmente, apesar de tantos espíritos de elite envolvidos em tão prolíferas actividades e debates, era bem flagrante, por exemplo, a ausência de um

²⁶ Discursando, em Coimbra, na abertura do **XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia**, a 21 de Setembro de 1930, e avaliando todo o processo de afirmação da arqueologia nacional até a essa mesma data, não deixava José Leite de Vasconcelos de fazer ver a importância detida de uma determinada sucessão de factos: o estabelecimento, em 1857, da Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino, que ‘oficializara’ a actividade arqueológica; ou, já anteriormente, a própria fundação da Academia Portuguesa de História, em 1720; e, na sequência que continuava a enumerar, reafirmaria que o evento mais significativo fora afinal a realização do **IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas**, em Lisboa, entre 20 e 29 de Setembro de 1880 (e cujo meio centenário se evocava e celebrava assim em 1930) [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933)b: 76-ss.]. E, entre 1909 e 1912, ainda ao serviço do Museu Etnológico, ainda antes de se consagrar como um estudioso do Romano, e antes mesmo de vir a protagonizar as campanhas em Alcácer-do-Sal, também **Vergílio Correia** começava a sua carreira pela exploração dos lugares de ocupação pré-histórica, o que lhe permitiu escrever sobre o **Paleolítico** e também sobre a **institucionalização do conhecimento da Pré-história** em Portugal. Veio a salientar-se, pois, entre a sua produção científica, o artigo: «O Paleolítico em Portugal», num volume da I Série do *Arqueólogo Português* [CORREIA 1912 (1972)]. Começava por evocar **o contributo que, a partir dos achados do Suffolk, dera John Frere ao progresso de descoberta dos tempos primitivos: a época da vida da humanidade em que utensílios e armas haviam sido de pedra, de sílex duro e compacto, dessa pedra que toda se desfazia em faíscas (...) e que fôra a mãe do fogo, a primeira divindade do lar apiedada dos homens**. Frere, pois, *do lado de lá da névoa*, tratando os *rudes coups-de-poing*, *ossos trabalhados com desenhos e gravuras* e *a pintura nas paredes das grutas adornando de figuras (...)* a *frieza dos grandes salões funerários*, inaugurara, com *proporções de velha sciencia, a que nada falta*, o estudo *organizado com método e com o desvelado cuidado com quem compete tratar-se quem é tam velho no mundo* [CORREIA 1912 (1972): 5-9]. Comentando igualmente o **Congresso de 1880** e a sua assinalável participação internacional, em que os mais ilustres arqueólogos portugueses estiveram ao lado dos representantes de *todas as nações cultas da Europa*, adiantou Vergílio Correia, no mesmo relato, que, a Lisboa, tinham vindo *Mortillet, o velho, o sábio Vorsae da fria Dinamarca*, [o paleontólogo] *Quatrefages (...)*, *Evans, o lord, o douto Virchow*, entre outras figuras ainda vivas de um tal meio de investigadores [CORREIA 1912 (1972): 1]. Cinquenta anos volvidos, na ocasião do **Congresso de 1930**, a memória do primeiro encontro de Lisboa ainda se mantinha presente; as jornadas, agora, repartir-se-iam entre Coimbra e o Porto. E, tal como sucedera na primeira ocasião, repetir-se-iam também as visitas aos Castros do Noroeste; agora, de

programa de *Ensino* ou de preparação técnica em Arqueologia.

Em 1890, **Emile Travers**, que acabava de visitar o país, escreveria alguma coisa sobre o assunto; dez anos depois do importante Congresso de Lisboa, concluía, a situação ainda era quase a mesma: *point d' enseignement archéologique, point de professeurs, point d' élèves* [TRAVERS 1891: 4].

Apesar de tudo, foi resolvida, provisoriamente, à época, a situação de uma ausência de formação especializada, pela diligência de outra das principais figuras esclarecidas da época: **Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896)**, que estivera já à frente da própria criação da **Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses**.

Na verdade, sob os auspícios da Real Associação, e como nova iniciativa de Possidónio Silva, ter-se-á realizado, por volta de 1885, um dos primeiros cursos nacionais de «formação de arqueólogos», que, usando de influência junto do ainda Príncipe D. Carlos, conseguiria a oferta dos fundos necessários para o funcionamento do curso ²⁷.

qualquer modo, já decorreriam no próprio Museu da Sociedade Martins Sarmento algumas das sessões de acolhimento do XV Congresso [OLIVEIRA 1993: 56].

²⁷ Entre os **temas leccionados**, tratava-se das origens da Terra e do Homem Primitivo, seus *habitats* e indústrias, abrangendo-se as grandes fases da Pré-história. Mas permanece por esclarecer a verdadeira dimensão prática deste curso, bem como os seus respectivos resultados. Mesmo assim, em 1890, contando-se trinta e dois alunos, D. Carlos oferecia cem mil réis para atribuição de três prémios para os melhores alunos, do qual primeiro foi concedido a **António José Melo**, que apresentou à Real Associação a sua «Dissertação», posteriormente publicada depois no Vol. 6, 2ª. Série, do *Boletim da Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos*, e na qual se abordava-se, como seria de esperar, o tema do «*Homem Terciário*» e as indústrias de sílex do Vale do Tejo. António José Melo chega a baptizar esse «*homem terciário*» de ***Antropopithecus Ribeiroii***, em honra de Carlos Ribeiro. Analisando a questão dos machados de bronze no território português, retomará, na verdade, um tema anteriormente tratado já por Possidónio Silva (este, autor do artigo «Machados de bronze descobertos em Portugal», também saído ao Vol. 3, 2ª. Série, do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, e datado 1880). Aludia-se ao escasso número de achados conhecidos então para o período, apesar de se reconhecer que havia «tipologias únicas»; mas salientava-se que **a maior parte desses artefactos coincidia** (segundo o que se conhecia) **com o espólio dos monumentos megalíticos**, de cronologia evidentemente anterior, resultando daí uma difícil comparação com outros achados similares na Europa

E é um facto que as apreciações de **Travers** serão, na verdade, apologéticas quanto ao que se ficava a dever a **Possidónio Silva**, a quem dirige especial menção, depois, de, enfim, descrever um panorama pouco recomedável quanto aos aspectos da formação. Seria **Possidónio Silva**, no seu entender, mais que apto para promoção de cursos como este, pois, realçava-se, era um profundo conhecedor dos *monumentos da Lusitânia* ²⁸.



No âmbito desta contextualização de afirmação institucional e oficial do conhecimento do passado, era o espaço da *Lusitânia*, entendido como cenário dos enraizamentos iniciais e origens da própria cultura nacional, o que, obviamente, se privilegiava no foco das atenções dos investigadores. Cenário, antes do mais, do que, a determinado momento, se assumia como parte dos grandes desenvolvimentos ocorridos na Pré-história, e, a seguir, como lugar de definição de um outro **facies** civilizacional, de que as subseqüentes descobertas de novos leques de achados traziam a respectiva comprovação.

E, de certa forma, ao conseguir-se identificar as fases de passagem para as primeiras sociedades históricas, em que era possível já reconhecer a «**Lusitânia**»

[TRAVERS 1891: 11-13]. Os **machados da Idade do Bronze**, de resto, mereceriam também um reparo por parte de Travers: *ces instruments [peut-être apportés (...) par quelque tribu qui vint y séjourner] sont d'un type essentiellement distinct de tous ceux rencontrés jusqu'ici dans les autres contrées de l'Europe, et cela donnerait a penser que ces celts sont le produit d'une industrie péninsulaire* [TRAVERS 1891: 12-13, nota de rodapé].

²⁸ Travers criticava a situação no país, mas, desta forma, elogiava Possidónio Silva, e para o qual veio a utilizar, como «moderno» compêndio de referência, o manual de Caumont, *L'Abécédaire ou rudiment d'archéologie*, que se traduziu (ou, melhor dizendo, se adaptou, também por mão de Possidónio Silva para Português) com o título de *Noções elementares de archeologia* [1878], acompanhado por introdução de Vilhena Barbosa, dedicada à memória de Caumont, o qual assinaria também o respectivo seguimento ilustrativo dos temas tratados [cf. TRAVERS 1891: 5-ss.]

na sua prefiguração enquanto território habitado pelos **Lusitanii**, um povo da Idade do Bronze, elaborar-se-ia a ideia de que se estava perante «**tempos heróicos**» que antecederiam a própria emergência da Nacionalidade.

Com efeito, «**heróico**» teria sido o modo de vida das antigas sociedades lusitânicas, tal como heróica tinha sido a sua atitude de resistência e guerrilha contra o avanço dos Romanos; de sentidos heróicos revestiam-se igualmente os diversos vestígios que se iam encontrando e que reforçavam os núcleos das colecções arqueológicas, dos armamentos, espadas, adagas e escudos, aos próprios adornos, entendidos, uns e outros conjuntos, como modos de fazer exaltar a posição do indivíduo, a sua qualidade como 'guerreiro'.

Enfim, «**heróico**» era igualmente o epíteto que qualificava todo um povo, como um dos **reflexos das próprias tendências do Romantismo**, empenhadas em reconhecer também a individualidade cultural em cada território, quanto ao seu respectivo valor para o presente; e de tal facto se estabelecia um sentimento de orgulho, elogioso, quanto a tais valentes antepassados ²⁹.

Mas, citando, mais uma vez, **Carlos Fabião**, muito embora realçando-se que

²⁹ A propósito da questão lusitânica, desencadeou-se o litígio célebre quanto às perspectivas de apologia dos «Lusitanos» na historiografia oitocentista, tal como o recapitulou Orlando Ribeiro nas suas *Introduções Geográficas à História de Portugal*. A **Oliveira Martins**, com os seus ideais em torno do «carácter heróico» dos Lusitanos e do conceito de «Lusitanidade» que estaria ainda presente na «alma portuguesa», opôs-se, nomeadamente, **Alexandre Herculano**, que refutava, por seu lado, qualquer hipótese de relação dos Lusitanos com os Portugueses modernos [cf. RIBEIRO 1977: 25]. Herculano, com efeito, afirmava que não se poderia considerar Portugal senão como uma Nação de origem *inteiramente moderna*, e, como tal, pouco relacionada com a antiga «Lusitânia». Mas, tal como o indicaria, por sua vez, **Mário Cardoso**, no seu artigo dedicado aos «Lusitanos» apresentado no *Dicionário de História de Portugal*, nunca deixou de haver sempre uma atitude de deferência e até uma espécie de «veneração» perante a posição dos Lusitanos como ancestrais dos Portugueses; realça, de qualquer modo, que, por vezes, essa mesma posição assumia-se como *extrema* (...), tendo sido, de resto, *perfilhada por outros historiadores* (...) [tal como] **Martins Sarmento** [que defendia o sentido de «Lusitanidade»] *com exagero idêntico, pretendendo sustentar que os Portugueses de hoje descendem em linha directa dos Lusitanos e que estes possuíam por sua vez uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos* [CARDOSO 1971 (1981): 82].

a atitude do investigador perante o vestígio material se assinala por ser essencialmente **contemplativa**, salienta-se igualmente que será fundamental compreender que, em termos gerais, e como pressuposto básico, tendo em conta tudo o que foi exposto, a **actividade dos estudiosos do século XIX** (...), não surgindo de nenhum vazio, enquadrava-se afinal na própria tradição científica nacional que entroncava não só no Iluminismo, como também no Renascimento. A actividade, com efeito, tinha assim **as suas raízes em práticas de observações e análise dos vestígios materiais do passado, realizadas por investigadores que os antecederam, desde o século XVI**. E chamava-se a atenção que acabava por ser este o período mais esquecido quanto ao progresso de um determinado percurso de afirmação da Arqueologia, que trouxe evidentemente consigo a descoberta e valorização de épocas decisivas na antiga história do território português [FABIÃO 1989: 12, 23; n/ destaque].

Deste modo, o espírito científico e as atitudes de abordagem dos investigadores de finais de Oitocentos não deixam de se inserir numa perspetivação mais abrangente, compondo, assim, a sua própria história, no âmbito dos estudos que, progressivamente, se vão estabelecendo em torno de determinados períodos do antigo passado do território. Alguns dos principais protagonismos remontavam, pois, ao próprio momento em que, já então, se assistira à apresentação de linhas fundamentais de pesquisa, que não deixariam de ter a sua posteridade, e, assim, assumindo-se como um importante capítulo a ter em consideração.

Dos temas correlativos, subsiste, obviamente, a erudição trazida pela herança humanística e que veio reforçar a crescente valorização dos elementos materiais e visuais, no seu propósito de comprovação da questão das «origens» nacionais, e em aproximação ao que seria à sua «visualidade».

I.

Memórias, tradição e conhecimento:

***A apreciação estético-literária da Antiguidade
como primeira aproximação à sua História.***

As fontes literárias têm, como é evidente, uma importância especial no que ficou apontada das atenções que se dedicaram ao passado e aos seus vestígios. Isto, já num momento em que, do Antigo, haviam restado somente vagos sinais do que outrora eram sentidos alargados de gestos e intenções.

E assim o realçou **John Collis**, quando afirmou o seguinte: *the archaeological record represents only a wreckage of former societies in which the archaeologist tries to recognise patterns. Even the aspects of society which we might expect to survive do not always do so* [COLLIS 1984: 10].

O modo como, em primeiro lugar, se vieram a resgatar, valorizar e interpretar, os artefactos, e, em seguida, os objectos artísticos, dependeu, pois, de toda uma série de circunstâncias que se deveram ao próprio ambiente cultural em que se afirmaram determinadas áreas do conhecimento científico, e cujas conclusões se repercutiram, assim, nas atitudes perante o passado. Destaca-se, de qualquer forma, das tentativas de interpretação em torno dos objectos, um enquadramento que é, essencialmente, **imagético**, e o qual, na sua base, vem definir uma busca que, sendo em si uma **apreciação imaginativa** da História, traduz-se, pois, pela intenção de recuperar a «visualidade» de determinados momentos do passado ou do Antigo. Subsistem, então, critérios que serão, com toda a pertinência, inerentes a uma **valorização de natureza estética**, que demarca toda a atenção que se dedica ao passado histórico.

Concedendo-se, deste modo, uma atenção privilegiada aos monumentos, sobretudo pelo que vinham representar como testemunhos de um «tempo ausente», sendo, simultaneamente, realizações criativas, exemplos da concretização da vontade dos poderes instituídos, ou, ainda, manifestações em que se reconheceria a projecção de alguma sensibilidade individual, ao mesmo tempo particular e universal, formular-se-ia igualmente uma **concepção «monumentalizante»** da própria História.

Os «**monumentos**» asseguravam, ainda, algo que se mantivera bem presente quanto a principais momentos de origem fundacional de uma cultura, ou uma Civilização, mesmo que, não raro, viessem a subsistir em estado de ruína. Mas, sendo mesmo somente *only a wreckage of former societies* (voltando-se a citar **John Collis**), não deixavam de constituir, ainda que na sua condição «fragmentária», um ponto de partida para o estudo e reconstituição do passado, e, também, motivo para a afirmação de ideais poéticos.

Como objecto de uma novidade epistemológica na área da procura do conhecimento sobre o passado, e essencialmente a partir do **Renascimento**, os vestígios materiais passam a oferecer-se, pois, às atenções da «**observação visual**» directa e do «**exame táctil**» (isto, segundo os termos com que **Carlos Fabião** veio a caracterizar o período), como modo essencial de um **processo conceptual de abertura ao exterior**, ou seja, tal como será, desde logo, evidente no teor dos tratados portugueses de tradição humanística, num processo de crescente afirmação da observação do que se mantinha, ainda bem à vista, no espaço em redor [cf. FABIÃO 1989: 13-ss.].

Na medida em que se salientava, então, uma abertura e sensibilização em relação ao próprio mundo físico, ao **primado do «textual»** e do escrito, crescia obviamente a importância do dado material, na medida da própria afirmação do **primado do «visual»**. Assim actuava o «passado» também como fonte de inspiração estética. Contemplavam-se ruínas antigas, que se apreciavam como um

sinal da passagem inexorável do tempo, mesmo que tais devaneios não fossem mais do que um resultado de curiosidade pontual. O «passado» e a sua «ruína» suscitavam, segundo que assinalou Francis Haskell, *meditações sobre a transitoriedade dos poderes terrenos e a fragilidade das realizações humanas* [HASKELL 1993: 6].

1. A consideração dos espaços simbólicos e a sua recorrente interpretação.

Eram as «**ruínas**», precisamente, o que subsistia, na sua perenidade, aguentando-se contra a passagem dos séculos (ou mostrando, antes, em alegoria, o que o Tempo poderia trazer à própria obra humanas, nunca imune à força do natural), oferecendo-se, pois, ao olhar e à crítica, e definindo assim uma outra continuidade, que seria a dos factos vividos segundo o espírito, como num decurso temporal paralelo ao do 'mundo corrente'.

A considerar, desta forma, o sentido inequívoco da atenção que, na verdade, já desde remota data, se fazia sentir na Literatura, quanto às persistências monumentais, e que, surgindo na própria Idade Média, fará com que também o campo de incidência do espírito humanístico e a sua tradição não tivesse, de modo nenhum, saído de um âmbito vazio.

Encontraremos diversas marcas e propostas no que diz respeito ao campo genérico em que, através dos apontamentos textuais, os «**monumentos**» vieram a ser tratados. Não raro, a procura de uma «outra temporalidade», que também os vestígios monumentais vinham evocar, associava-se à percepção do divino, nas suas mais diversas esferas de intervenção, e formulando-se sobre as especulações quanto ao que havia também a recolher de um «Outro Mundo», além do plano do visível, para satisfação de todo o desassombro.

Historicamente, sucederia esse cruzamento; com as próprias perspectivas cristãs, que, também num conjunto próprio de textos, acabaram por elaborar o seu esboço de paradigmas que, igualmente a seu modo, vinham legitimar a sua respectiva apropriação dos espaços simbólicos, e, ao mesmo tempo, indicando e enumerando sítios ou lugares, aos quais se atribuiu uma nova interpretação. E inventava-se o sentido do «**paganismo**».

Haviam monumentos, construídos em remota data, que, destacando, dos sítios, a sua respectiva particularidade, acabaram por manter, ao longo do tempo, algo da sua importância primitiva inicial.

1.1. O sagrado e profano no decurso dos tempos.

Constitui-se, pois, como um dado duradouro a **constante ocupação de tais monumentos e aproveitamento das funcionalidades simbólicas, propícias à prossecução de atitudes rituais, em alargada continuidade**, como de resto foi estudado para outros sítios, atendendo-se, muito embora, às assinaláveis diferenciações consoante as próprias regiões. Nomeadamente, **Kenneth R. Dark**, no artigo «Roman period activity at prehistoric ritual monuments», comparou dados quanto à presença de sinais de intervenção, em época romana, nos monumentos de fundação pré-histórica [DARK 1993].

Segundo **Dark**, a consideração desses mesmos **sinais de revisitação** dos primitivos monumentos, na aferição do maior ou menor grau em que viriam a ser reutilizados, prestava-se ao objecto de uma perspectiva de estudo que designou como da **análise arqueológica da superstição**, segundo os pressupostos de que as intervenções de tempos posteriores aos momentos da fundação original dos recintos podem, com efeito, revelar uma recorrência de idênticas intenções rituais. Logo, o sentido de uma *mesma* [atitude de] *superstição*, perante determinados lugares, manifestações ou edificações, poderia vir a ser compartilhado através dos tempos e da sucessão de afirmação dos sistemas religiosos instituídos [cf. DARK 1993: 132].

Estabelece o autor, de qualquer modo, uma diferenciação entre '**superstição**' e '**crença religiosa**', numa proposta teórica, segundo a qual se poderia explicar o que sucedera na **Grã-Bretanha**, onde teriam precisamente subsistido as «**atitudes de superstição**», em contraposição ao que teria ocorrido na vizinha península da **Armórica**, onde terão perdurado antes as continuidades

de manifestações de «crença», e em cujo cenário os monumentos pré-históricos mantinham uma mesma funcionalidade [cf. DARK 1993: 132-133] ³⁰.

Não era menos evidente que as **fontes literárias de períodos anglo-saxónicos** se preocupavam com a explicação da **origem e estabelecimento dos lugares primitivos**, mesmo que isso viesse pressupor o recuo até às próprias histórias que envolviam os tempos pagãos, ainda que, no essencial, *Anglo-Saxon perception of the historic landscape is a source for Anglo-Saxon England, not for prehistoric Roman Britain* [DARK 1993: 135] ³¹.

De qualquer forma, **Dark** faz reparo de que os lugares de primitiva ocupação pré-histórica ainda se ofereciam como uma paisagem de estruturas, que vieram permanecer intactas em tempos romanos, podendo ser então ainda bem observáveis [cf. DARK 1993: 136].

³⁰ Na **Península bretã**, *prehistoric ritual monuments may have been the foci of religious activity in Gallo-Roman Armorica, but (...) they were not in Roman Britain* [DARK 1993: 140]. **Kenneth Dark** chama desde logo a atenção para **uma notória escassez, ou, até mesmo, ausência de artefactos especificamente religiosos nos monumentos ingleses**, em contraste, pois, com os *ricos espólios* tardios dos recintos bretões, sendo um ou outro facto entendido como vestígio de uma atitude essencialmente cultural, em que, mais do que um qualquer abandono dos lugares, se teria assistido a formas diferenciadas de perspectivação dos velhos monumentos, mantendo-se, pois, consoante os lugares, ora algumas das formas tradicionais de culto, ora a persistência das atitudes supersticiosas que tais sítios continuariam a suscitar, ou, então, vindo a integrar-se em manifestações de sincretismo após a Romanização [cf. DARK 1993: 140]

³¹ É certo que as **fontes de época anglo-saxónica** dariam conta, na Inglaterra, seja **do modo como se instituiu a Cristianização em velhos sítios de antigo culto pagão** (com a subsequente fundação de igrejas e a renovação, sob novos imperativos religiosos, de aspectos dos cultos que se prestavam antes noutro âmbito), ou **como se interditaram os preceitos da «primitiva religião»**. Porém, o paganismo subsistiu até tempos adiantados, apesar destes mesmos actos de proibição, que, então, talvez, se pudessem considerar como **uma tentativa frustrada de aplicar à antiga Inglaterra as promulgações que, na Alta Idade Média, se sucediam por outras regiões do Ocidente europeu** [DARK 1993: 134]. De qualquer forma, *there is no archaeological or historical evidence that unambiguously informs us that any Anglo-Saxon church was*

a) Sinais de antiga reverência perante a monumentalidade.

Numa apreciação geral, denotava-se uma **perspectiva de hierarquização das próprias atitudes em relação aos primitivos monumentos**, e que ou coibia a proximidade aos mesmos sítios ou, ao invés, fomentava a sua respectiva reutilização em períodos mais adiantados, o que explicaria, então, a já referida escassez e ausência de vestígios votivos ou que implicassem a reestruturação institucional dos primitivos lugares de culto. Veio ainda a denotar-se a prática de enterramentos, em tempos tardios, romano-britânicos, fosse de inumação, fossem os de cremação, junto a determinados lugares [cf. DARK 1993: 136; 142-143]³².

Concretamente, o que continuaria a adquirir maior expressão, como atitude cultural específica inerente às crenças populares, era a noção do papel de certos lugares como «acesso» para o «Outro Mundo», detendo particular importância no contacto com o sobrenatural, e possibilitando-se, aí mesmo, a recorrente prática dos enterramentos em sinal de manifestação propiciatória. Neste sentido, *Roman Britons saw prehistoric ritual sites as dwelling places of minor supernatural beings and especially as entrances to the Otherworld (...). These were seen as the **side** [ou **sidh**], the home of the **áes síde*** [DARK 1993: 141-142; cf. também Id., 142-

sited at a place where non-German paganism survived into Anglo-Saxon period [DARK 1993: 134].

³² Mas também era certo que, ao lado de recintos onde não se sucedeu qualquer intervenção posterior, noutros sítios, como no famoso **monumento megalítico de Stonehenge** (numa «associação» que, enfim, não terá sido de modo nenhum «fortuita»), as intervenções romanas traduziram-se na própria reconfiguração dos esteios que formavam o célebre agrupamento, referindo-se igualmente, a este mesmo respeito, a completa transformação em anfiteatro do velho recinto megalítico de **Maumberry Rings (Dorset)** [cf. DARK 1993: 138-139]. Prosseguindo, quanto à abordagem dos vestígios arqueológicos, *Romano-british finds and burials (...)* occur in small quantities at prehistoric quantities at prehistoric ritual monuments, but encompass a narrow range of objects (...) and features. (...) We may note that **the British sites lack votive objects, reuse as temples, evidence of refurbishment, evidence**

143] ³³.

A «**percepção supersticiosa**» diluía-se, então, dentro da própria interpretação do que era o paganismo. Em literaturas que se abeiravam do mais remoto passado de algum lugar ou país, os tempos primevos eram, inevitavelmente, conotados com a época em que tinham vivido «povos pagãos», segundo a intervenção cristianizante que, de facto, caracterizará os textos medievais.

**b) O Megalitismo irlandês na literatura de época medieval:
A elaboração mitológica e a *interpretatio christiana*.**

Um exemplo explicativo, para o tema do tratamento das origens de uma dada civilização ou para o modo como se abordavam já os monumentos ou se referenciavam «imagens» como documento precioso para a comprovação de determinados eventos do passado, surge na **literatura irlandesa**, aqui, atendendo-se particularmente à época em que as antigas mitologias foram recopiadas, no contexto de uma extraordinária vivência monástica que a ilha conheceu, na sua mescla de elementos pagãos e elementos da apologia cristã conduziu a formulações notáveis quanto ao reconhecimento de algo das continuidades que vinham de um tempo remoto até ao «presente», ou seja, até ao momento em que se reescreviam as velhas histórias [cf. n/ recapitulação, in PATROCÍNIO 1999: 135-145].

O **passado da Irlanda** era, pois, o tema privilegiado de todos esses textos. Na verdade, esses mesmos textos eram recolhas de toda a **tradição oral** anterior, e, só tardiamente recebendo a influência clássica, é bem sabido como a cultura

of later Christianisation, and evidence of early Roman burial [DARK 1993: 139; n/ destaque].

³³ Em conclusão, *this may suggest a very widespread popular perception of the landscape, separated from localised Romano-Celtic pagan religion* [DARK 1993: 142; n/ destaque].

irlandesa manteve aspectos sempre muito genuínos, dos quais a **mitologia heróica** era predominante, compondo-se, pois, numa tradição particular. **Henri D'Arbois de Jubainville**, no decurso do Séc. XIX, foi um dos principais responsáveis pela moderna abordagem crítica dos textos mitológicos irlandeses. Não deixaria de assinalar a flagrante semelhança entre a **descrição do papel dos Fomoré**, que teriam sido os habitantes primitivos da Irlanda, e das suas inimizades, **com os próprios ciclos titânicos da Mitologia grega**, quanto à luta entre deuses e Gigantes, ou dos combates entre heróis e monstros (realçando, concretamente, o exemplo das **Lutas de Hércules contra a Quimera ou contra Tífon**, conforme as havia narrado Hesíodo, no poema da *Teogonia*, enquanto tema dos mais favoritos da própria Hélade) [cf. JUBAINVILLE 1884 (1996): 84].

Também os **Fomoré** eram, de facto, apresentados como seres de aparência titânica e monstruosa, contra os quais se defrontariam os heróicos e «iluminados» **Tuatha Dé Danann**, «Os Filhos da Deusa Dana», estes últimos descritos como entidades divinas conotadas com o domínio celeste e a sua soberania, bem como com a habilidade das artes e da sabedoria. Este ciclo irlandês surge no **Leabhar Ghabhala Eiréann**, ou *Livro das Invasões da Irlanda* [de ca. 1150]. Os **Fomoré** eram apresentados como seres maléficos e de costumes bárbaros. Num outro livro, o **Leabhar h' Uidhra** [ca. 1100], descreviam-se como indivíduos disformes, com cabeça de cabra, e possuindo ora uma só mão, ora um único pé [JUBAINVILLE 1884 (1996): 66-69].

No tempo em que governavam a ilha, praticariam **rituais obscuros e terríveis, em torno de «pedras»**, que eles próprios teriam erguido: sacrifícios humanos em honra das forças telúricas e maléficas. E eram essas «pedras» correspondentes aos monumentos designados de **síde**, pelos quais se acedia ao contacto com o «**Outro Mundo**», sendo, ao mesmo tempo, alguns a **morada das entidades divinas**, ou, outros, o **túmulo de demónios**, que se apaziguavam também pela realização de sacrifícios sangrentos.



Teriam sido assim os **Fomoré** os edificadores dos abundantes vestígios megalíticos que ainda se podiam ver por toda a ilha, mantendo-se no seu sítio mesmo após terem sido os seus construtores escorraçados pelos **Tuatha Dé Danann**. E no mesmo lugar os encontrariam os «invasores céltico-gaélicos», que se sucederiam na sequência das várias migrações que se narravam na literatura.

Tais monumentos configuravam-se, portanto, como marcos delimitadores de uma **geografia simbólica** que se manteria como estrutura essencial da concepção que os antigos irlandeses tinham do próprio território, e que exaltava os poderes da **sacralidade da «Terra Mãe»**, tornando-se importante, não tanto a sucessão de povos ou sociedades, mas a terra a que se passava a pertencer³⁴.

Na época da **Cristianização**, esses mesmos monumentos continuavam a servir de motivo a narrativas de teor simbólico, onde, desta vez, intervinham os próprios Evangelizadores da Irlanda.

Havendo, no **Ulster**, havia o «**Campo da Adoração**», ou o **Mag Slechta**, que se dispunha em torno de um **imponente monumento idólatra**, que seria o

³⁴ Quanto a esses primitivos monumentos, ao lado da sua qualidade mais temerosa, reafirmava-se também um outro aspecto da intervenção do sobrenatural: por exemplo, quanto à **Pedra de Fál**, que se ergueria no «centro» da Irlanda, **em Tara**, era esse o lugar onde os antigos reis do país eram entronizados. Os candidatos à soberania da Irlanda tinham sempre de subir ao topo dessa estrutura, e a dita Pedra movia-se ou estremecia, e emitia sons, caso aceitasse algum indivíduo para novo monarca; uma base, ainda, para a concepção de que **o princípio da soberania passava por esta espécie de hierogamia, entre o humano e o telúrico**. E assim mesmo iam abundando outros registos quanto a «pedras» que «gritavam», desta feita como aviso para algum acontecimento fatídico iminente [cf., em especial, REES e REES 1961 (1990): 146-ss.] Por outra parte, conhecem-se também outras asserções de teor simbólico, as quais envolviam o significado de alguns outros monumentos, não menos inseridos, porém, entre o mítico e o histórico. Durante os **episódios da luta entre os Fomoré e a sucessão de invasores**, contava-se igualmente o modo como o **Rei Nemed** (ou **Neimhidh**) procedeu à edificação de vários acastelamentos pelo país: as **raith**, ou poderosas fortalezas em forma de torreão, rodeadas de fossos, e que se tornariam nas futuras moradas dos monarcas. O fosso de uma dessas fortalezas, obra de imponente envergadura, segundo se dizia, fora precisamente cavado numa só noite por quatro artífices. Porém, mau-grado a sua habilidade, no dia seguinte, Nemed teria ordenado a sua execução, para que não viessem a revelar os segredos da sua arte, e evitando-se assim que o próprio segredo da eficácia de tais construções fosse posto a descoberto [cf.

maior de toda a Irlanda, designado de **Cromm Cruach**; «**Mag Slechta**» demarcava-se pelo alinhamento de doze outras pedras em redor do mesmo **Cromm Cruach**. Nas *Vidas de S. Patrício*, caracterizar-se-ia o mesmo ídolo como uma hedionda figuração divindades dos Fomoré. Descrevia-se ainda como estando coberto de «ouro» e «prata», e os restantes monólitos de «bronze». **S. Patrício**, dirigindo-se aí, invocou Deus e dizia-se que todas as pedras tinham tremido e que o **Cromm Cruach** se quebrou ao meio, mantendo desde então, do seu lado esquerdo, um sinal da Cruz; chegavam ao fim os tempos obscuros da História da Irlanda [cf. JUBAINVILLE 1884 (1996): 74-76] ³⁵.

A **intervenção cristianizante**, aqui patente, conseguiria, inclusivamente, estabelecer genealogias e linhagens ancestrais, pelas quais o antigo repertório céltico se viu, assim, unido à própria **contextualização bíblica** ³⁶.

JUBAINVILLE 1884 (1996): 66-67].

³⁵ E, com efeito, encontramos a concordância simbólica com o que afirmaria **S. Martinho de Dume**, no seu *De Correctione Rusticorum*, segundo o qual *onde está o sinal da cruz, nada é o sinal do diabo (quia, ubi signum crucis praecesserit, nihil est signum diaboli)* [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 16; cf. MACIEL 1989: 317].

³⁶ Quanto ao **legado histórico de S. Patrício na Irlanda**, associando-se a Cristianização à própria reorganização política do país, e na **evidente continuidade entre o passado céltico e a emergência da nova sociedade ibérmica medieval**, observar-se-á, com efeito, o seguinte: *in his last years, he could probably look out over an Ireland transformed by his teaching. According to tradition, at least, he established bishops throughout northern, central, and eastern Ireland: he is primatial bishop at Ard Macha (modern Armagh), a hill away from Emain Macha, seat of the Ulster kings descended from Derdriu's persecutor, Conchobor; and he has set up a bishop close by Tara, home of the high king (...), and beside the capitals of the kings of northern and southern Leinster. He has even created a bishopric as far west as Cruachan, Medb's ancient capital of Connacht, though Munster in the south will remain pagan for a generation more. The practice of associating bishoprics with local kingdoms Patrick took no doubt from the continental model of church organization (...). For ancient Ireland had no civitates, no population centers of any kind- just scattered and isolated farmsteads (...), by placing his bishops next door to the kings, Patrick hoped to keep an eye on the most powerful raiders and rustlers and limit their depredations* [CAHILL 1995: 109-110; n/ destaque]. Como outras **marcas de interpolação em tempos cristãos**, salienta-se, ainda ao nível da literatura irlandesa, a adaptação do perfil de determinadas figuras heróicas aos princípios de uma nova ética religiosa. Ou seja, antigas figuras de uma presumível época pagã, mesmo antes do advento do Cristianismo



A literatura tratava, assim, as evidentes marcas imagéticas que se retiravam do próprio entendimento dos primitivos monumentos como expressão de um tempo desconhecido e ignorado, em torno do qual apenas haveria a especular a respectiva veracidade.

Como se teria, pois, a um primeiro olhar, reflectido, por uma parte, a contemplação dessas primitivas presenças, em absoluto confronto com os valores e concepções de épocas posteriores?

Todos os aspectos inerentes à descrição do «gigantismo» e «deformidade» de tais realizações, muito naturalmente, seriam transpostos para os seus presumíveis artesãos, na associação do que se entendia terem sido primitivos e hediondos povos, caracterizados não só pela sua rudeza, como pela barbárie.

Adequar-se-ão estas referências aos propósitos, tanto da crítica, como da

na ilha, que foi, de resto, um fenómeno bem decisivo, passaram a ser apresentadas como exemplos, «*avant la lettre*», de um comportamento digno de um devoto; teria sido o caso das figuras de **Tuan MacCairill** ou **Fintan**, que, neste caso, se diferenciam claramente de outros modelos, como o do aguerrido herói **Cú Chullain**. Poderiam tratar-se de personagens inventados e inseridos nos antigos ciclos mitológicos pelos monges copistas dos séculos posteriores, a quem coube, pelo menos, a iniciativa de adicionarem uma figura bíblica às mesmas tradições, a malograda **Cessair**, uma «neta de Noé», que tentando fugir ao Dilúvio, e não abjurando, de resto, das suas devoções pagãs, teria desembarcado na Irlanda, mas apenas para vir a morrer ali mesmo de sede e fome. Esta interpolação do episódio da desgraça de Cessair, veio a ser inserida, com propósitos marcadamente moralistas, na parte das tradições que antecederiam a referência aos primeiros invasores da ilha, chefiados por **Partolón**, muito embora, no Séc. X, houvesse já registo de um poema sobre o mesmo tema, atribuído ao bardo **Eochaid ua Flainn** [JUBAINVILLE, op. cit.: 52-ss]. Os **Fomoré** chegariam a ser apresentados como descendentes da família do patriarca Noé, através do seu neto **Chanaan**, ele mesmo indicado já como um dos antepassados dos **povos Canaanitas** que haviam outrora habitado a Palestina. Esta aproximação devia-se ao facto de **Chanaan**, filho de **Cham**, estar entre uma prole de monstros e gigantes, tal como a própria descrição tradicional dos Fomoré, e até em confronto com as próprias passagens bíblicas que se referiam ao facto dos Judeus terem sido obrigado a lutar também, na ocasião da entrada na Terra Prometida, com uma «raça de Gigantes» [cf. JUBAINVILLE 1884 (1996): 66-69].

comparação, instaurando-se uma abordagem específica em relação a um mesmo tema de observações que se tornaria recorrente.

Deste modo, constituía-se um primeiro momento que haveria de conduzir ao legado cultural e erudito fundamental, em que se evidenciava já a importância que adquiria o «passado» e os seus respectivos vestígios na consideração do que haveria a restituir das memórias do Antigo. Os monumentos sobreviviam através dos tempos, à própria sucessão de povos ou sociedades que se instalavam num dado território. Sendo que a sua fundação se perdia entre incógnitos actos de uma época primitiva, estar-se-ia perante o limiar do «pré-histórico». Elaboravam-se, como tal, lendas em seu redor; ao desconhecido, adicionava-se o temor e, assim mesmo, a superstição.

Há, evidentemente, um aproveitamento do trabalho de **fabulatio** com inspiração mitológica, ainda que haja uma mas os objectivos são de intenção historicizante, que pudesse comprovar factos de um dado tempo humano. Se havia lendas a considerar, elas representavam a constante penetração do sobrenatural entre o mundo profano. E permanecia sempre algo da própria sacralização dos sítios, e isso mesmo merecia igualmente reconhecimento, porque o divino, pois, continuava a manifestar-se, ou, pelo menos, determinados vestígios atestavam a perenidade da própria atitude de devoção e invocação ao sobrenatural; de outro modo, os velhos tempos nunca teriam sido considerados como «tempos de paganismo».

**c) O exemplo do antigo Noroeste do território português:
A persistência do paganismo, a idolatria dos galaico-minhotos, e as condenações martinianas.**

Num dado espaço, enquanto elementos indissociáveis de uma cultura que se mantinha vincada na sua afirmação rural, quanto ao que, pelo menos, se realçava das mais variadas ligações à terra, vingavam as crenças do **pagus**, o

«campo», ou, em sentido lato, a Natureza selvagem.

Neste sentido, na íntima ligação ao que ficara das heranças da **Civilização Castreja do Noroeste**, coincidente com os territórios galaico-romanos, e, também, com o que viria a estabelecer-se como o **conuentus de Bracara Augusta**, constitui-se, pois, como um referente paradigmático, o qual oferece elementos que possibilitam a consideração de uma área cultural definida, associado a permanências materiais que se tornou necessário justificar historicamente.

Com efeito, atribuindo-se ao **Castrejo** as marcas de **uma distinta individualidade**, que se teria mantido, com toda a evidência, ao longo do tempo, seriam as mesmas reconhecidas em algumas das suas características mais proeminentes, que não deixam de ocasionar uma certa impressão geral de imponência e rudeza natural, no seu cruzamento com a paisagem, de ritmo diverso, muito embora rica e fértil, que se oferece ao olhar: ***alcandorados nas cristas agrestes e desnudadas de pequenas e médias latitudes sobranceiras ao oceano Atlântico e aos cursos de água das regiões interiores, desde o rio Vouga ao mar Cantábrico e da orla marítima às montanhas ásturo-leonesas, os castros, fáceis de defender e difíceis de atacar, são ainda hoje a imagem da solidão e da independência*** [MOREIRA 1982: 49; n/ destaque].

Entre os elementos que persistiram do que se veio a designar como a «**Cultura Castreja**», contam-se, pois, os registos de uma etnografia que, compartilhando, afinal, toda um conjunto de hábitos, crenças e manifestações que não deixam de fazer repercutir o efeito mais alargado do «fundo imemorial» a que pertence, na verdade, a génese pré-histórica das próprias culturas europeias, assinalam igualmente a força dessa mesma individualidade local.

Tratava-se, enfim, de um profundo enraizamento à terra e à paisagem, pelo qual, quase indistintamente, a pedra usada nos paramentos defensivos, moldada à altura das colinas ocupadas, quer da própria topografia dos espaços demarcados

pelos afloramentos de granito, mas nos quais nascia também uma abundante vegetação.

E essa mesma Natureza, o **pagus**, apelava aos rituais que vieram a constituir o que, em tempos cristãos, se tentaria afastar das vivências quotidianas, em que, até então, se havia convivido a par com hábitos onde não se distinguiria a «crendice» e a «superstição» da fé nas formas transcendentais com que se manifestaria a força soberana do invisível ³⁷.



A tradição literária irlandesa, e toda a sua tentativa mítico-histórica de explicação quanto às origens civilizacionais do país, é, bem entendido, um referente excepcional dentro do próprio legado que subsistiu das antigas sociedades europeias.

No entanto, muito embora sob outra formulação, e ainda dentro do contexto da Antiguidade Tardia, portanto recorrendo ao Latim e não a qualquer linguagem vernácula (como o estariam redigidos já os textos hibernicos medievais), também no território português encontraremos testemunhos que abordavam, numa perspectiva coeva, algo das persistências de velhas atitudes e crenças.

Era, aqui, uma perspectiva de exortação ao abandono de tais velhos rituais, próprios de uma antiga religiosidade, que, deste modo, se anunciava próximo de um fim.

Foi assim que dirigiu **S. Martinho de Dume**, no **Séc. VI**, o seu **sermo, De Correctione Rusticorum**, aos *habitantes dos campos*, os **pagani** ou **rustici**, do território galaico-romano, entretanto ocupado pelos Suevos, para a adequada «correção» dos seus hábitos religiosos. Não fará, então, senão *retratar uma*

³⁷ *The pagus, the uncultivated countryside, inevitably suggested discomfort and hardship. The inhabitants of the pagus- pagani, or pagans- were country bumpkins,*

situação concreta do seu tempo, reportando-se à condenação dos cultos antigos, e de carácter supersticioso, e denunciavam-se práticas, como o fabrico e uso de ídolos para uma velha fé [cf. MACIEL 1996: 76-ss.]³⁸.

Desde logo, um elemento indicador dessa permanência cultural coincide com a evidência do **longo tempo de ocupação de alguns castros**, até, precisamente, ao **Séc. VI**. Daí a permanência das «superstições» ou das «crendices», e a necessidade de, através do esforço discursivo, alterar hábitos onde se incluía a prática da **idolatria**, como manifestações ainda indissociáveis da velha «Cultura Castreja» do Noroeste galaico-minhoto.

Então, o *De Correctione Rusticorum dá-nos* [além de uma referenciação das **ecclesiae** que, à data, se haviam estabelecido já no Noroeste] (...), *conhecimento de que o culto pagão continuava, quer em templos, quer nos altos montes e nos bosques frondosos* [não se deixando, contudo, de se apresentarem esses mesmos comportamentos numa perspectiva diacrónica, ainda que se referisse ao presente concreto] (...).

Então, *para além de se praticar ainda um culto localizado em espaços construídos (templa), como imagens, statuae e arae, na época de S. Martinho Dumense acreditava-se que os deuses (daemones) presidiam aos rios (Lamiae), às fontes (Nymphae), e às florestas (Dianae), e lhes ofereciam sacrifícios* (...) [em

rustic, unreliable, threatening. Roman Christians assumed this prejudice without examining it [CAHILL 1995: 107].

³⁸ Tal como em **S. Patrício**, também se assinala aqui a **influência de Santo Agostinho** e do seu texto **De Catechizandis Rudibus**; mas, sendo este último um **sermo urbanus**, dirigia-se aos estratos sociais com educação mais erudita [cf. MACIEL 1980: em especial, 44-ss.]. Quanto ao escrito martiniano, era então o mesmo um «**protótipo da catequese**», dedicado aos Galaico-suevos e aos seus costumes mais vigentes num âmbito popular («rústico»), e não como uma *obra propriamente pastoral* (...); assim mesmo, terá sido **S. Martinho de Dume** *o primeiro a descobrir e a aplicar na prática a técnica pastoral de cristianização dos habitantes da periferia europeia, mais abandonados às crenças animistas das forças da natureza e que foram os últimos a ser evangelizados, mercê da distância a que se encontravam dos principais centros de cultura, comércio e administração que vinham já do Império Romano* [MACIEL 1980: 49; n/ destaque]

rituais e crenças em que] parece estar presente uma religião cósmica, onde se veneram não só as forças da natureza, como até, num sentido apotropaico, o deus **Mercurius** nas encruzilhadas, com montões de pedras (...). Acendiam-se velas nos cruzamentos das vias e caminhos, junto de penedos, de árvores e de fontes (...). [E] a todos estes objectos de culto, seja para obter a sua protecção, no caso dos deuses, seja para fugir deles, no caso das pragas, é dado genericamente o nome de **idola** [MACIEL 1996: 76-77] ³⁹.

O **De Correctione Rusticorum**, elaborado segundo uma fórmula epistolar (que se abre com uma dedicação dirigida a um outro Bispo, Polémio, *domino beatissimo ac mihi desiderantissimo in Christo fratri*), propõe-se a afastar os rústicos da sua ancestral ligação às tais superstições e cultos do **pagus**, que desviariam a Fé, mais para os «demónios» que para Deus [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 1; cf. MACIEL 1989: 309-ss.].

E há uma explicação historicizante por detrás desta mesma justificação para a condenação do paganismo, cuja inspiração estava, portanto, na própria inspiração do proselitismo.

Após as dedicações introdutórias, sobre o Génesis, conta-se precisamente

³⁹ Este tratado sobre a correcção dos rústicos parece ter sido um modelo seguido nas preleções feitas aos rurais, nas Igrejas que hoje correspondem às paróquias do interior. O próprio Martinho o teria utilizado como esquema geral discursivo nas suas visitas pastorais, seguindo-se, pois, as **determinações do II Concílio de Braga**, realizado em 572 [MACIEL 1980: 49; cf., também, id.: 14-ss., 24-ss.]. E, seguindo-se os **Cânones expressos no mesmo Concílio**, a proibição de que os bispos, presbíteros e diáconos deixem uma cidade secundária (*inferior ciuitas*) por outra mais importante, vem confirmar as **preocupações martinianas pela abertura ao campo e às regiões menos desenvolvidas e isoladas do interior**; por sua vez, no realce que há, ainda, a conferir ao **protagonismo do Bispo de Dume** na elaboração desses mesmos Cânones, os casos de superstições apontadas e condenadas são o melhor exemplo da presença da mão do Bispo de Dume e Braga, se tivermos em consideração as paralelas recomendações que faz no seu **De Correctione Rusticorum** [MACIEL 1996: 77; n/ destaque]. Cf., ainda, a referência ao achado dos «**bustos de Mercúrio**», atrás indicados [in LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 283-286], e à descrição dos **simulacra Mercurii**, presentes na *Farsália* de LUCANO, que haviam sido, de resto, apresentados já, por JÚLIO CÉSAR, como reveladores da espiritualidade dos Gauleses.

a história do Arcanjo que, tendo desejado ser semelhante ao Criador, incorreu na Queda e foi expulso do Céu; levaria consigo outros «anjos rebeldes», que se transformariam assim nos **demónios** aos quais alguns homens ainda prestavam devoção [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 3-5] ⁴⁰.

Mesmo após o Desígnio do Dilúvio, a geração que teria descendido de Noé não foi totalmente imune ao apelo dos Demónios e, ao invés de se recomeçar a adorar a Deus, louvavam antes o poder mágico das forças cósmicas, dos astros, ou da Natureza: as águas, as fontes [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 6].

Assim sucederia, porque o *diabo e os seus ministros, os demónios (...), vendo os homens ignorantes, esquecidos do seu criador (...), começaram a manifestar-se-lhes em diversas formas, a falar com eles e a influenciá-los, levando-os a oferecerem-lhes sacrifícios nos altos montes e nos bosques frondosos e a considerarem-nos como deuses, dando-se a si mesmos nomes de homens celerados, que passaram a sua vida em crimes e maldades* [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 7; MACIEL 1989: 311] ⁴¹.

E assim mesmo se explicava a **origem das divindades romanas, de Júpiter e Juno (sua própria esposa e irmã), a Marte e Mercúrio ou a outra que fingira ser Vénus** [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 7].

⁴⁰ *Epistolam tuae sanctae caritatis accepi, in qua scribis ad me ut pro castigatione rusticorum, qui adhuc pristina paganorum superstitione detenti cultum venerationis plus daemoniis quam deo prorsolvunt, aliqua de origine idolorum et sceleribus ipsorum vel pauca de multis ad te scripta dirigerem (...)* («recebi[, Polémio,] a carta da tua santa caridade, na qual me pedes que te escreva sobre a instrução dos rústicos, os quais, ligados ainda às antigas superstições dos pagãos, prestam culto de veneração mais aos demónios do que a Deus, e bem assim sobre outras coisas acerca da origem dos ídolos e dos seus crimes, ou seja, que te escreva sobre muitas coisas em poucas palavras [cf., id., ibid.; n/ destaque].

⁴¹ *Tunc diavolos vel ministri ipsius, daemones, qui de caelo deiecti sunt, videntes ignaros homines dimisso Deo creatore suo, per creaturas errare, coeperunt se illis in diversas formas ostendere et loqui cum eis et expetere ab eis, ut in excelsis montibus et in silvis frondosis sacrificia sibi offerrent et ipsos colerent pro deo, imponentes sibi vocabula sceleratorum hominum, qui in omnibus criminibus et sceleribus suam egerant vitam (...)* [cf., id., ibid.; n/ destaque].

Os *rústicos* tinham sido levados pelos demónios à **edificação dos templos**, dedicados a estes «*falsos deuses*» que os «*demónios*» fingiam ser, e onde, então, se *colocavam imagens* e se realizavam *sacrifícios sangrentos*, tanto de «animais», como de «homens». E, a cada dia da semana, ao invés de seguir o calendário da própria Criação divina, preferiram conceder o nome de cada um desses «deuses» [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 8-9] ⁴².

Interrogava-se, pois, **S. Martinho de Dume**, *por que razão alguns de vós (...) agora voltam de novo aos cultos diabólicos?* [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 16; MACIEL 1989: 317].

E passava a enumerar as tais **tradições pagãs**, que se exortava a não mais cumprir, como fosse:

- **acender as velas perto de penedos, árvores e fontes e nas encruzilhadas dos caminhos;**
- «**observar**», quer as **adivinhações**, quer «**os dias dos ídolos**», ou manifestar, igualmente, qualquer respeito pelas Festas das Vulcanais e das Calendas;
- «**invocar Minerva**», como era habitual ainda fazer-se no âmbito das tarefas femininas do preparo dos teares, **ou invocar também Vénus**, bem como o seu dia (Sexta-Feira), no decurso da celebração dos casamentos; **fazer encantamentos**; e assim por diante [cf. id., ibid.] ⁴³.

⁴² *Suaserunt etiam illis daemones ut templa illis facerent et imagines vel stautas sceleratorum hominum ibi ponerent et aras illis constituerent, in quibus non solum animalium sed etiam hominum sanguinem illis funderent* [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 8; MACIEL 1989: 312].

Estamos perante a exposição de uma profunda antropologia cultural, que evidenciava, afinal, uma íntima ligação com a terra, ou com o espaço natural envolvente, na simbiose que constituía, pois, a base para uma cultura que era, por definição, uma **cultura arcaica**, e, como tal, prolongava os sentidos primordiais que estariam na origem das coisas e dos gestos.

Comentaria **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**, que *S. Martinho* refere-se a cerimónias de certo aparato que só a Deus se deveriam (...), ritos aparentados aos das **Paganalia** (...). O texto [De Correctione Rusticorum] bem o deixa entender. Seriam, por isso, **cerimónias ligadas a ritos de interesse agrícola**, ligados às searas e aos linhares, de cujos vestígios está cheio o (...) antigo folclore (...).

Ou seja, estas **cerimónias de sentido vegetalista e carregadas de práticas mágicas** têm um palpável **espírito apotropaico**, pelo qual se tentavam afastar das sementeiras nascentes, searas ou linhos, a lagarta, a 'bicha', os gafanhotos e outros seres daninhos. [S. Martinho de Dume] ataca crenças autênticas da sociedade bracarense do seu tempo ⁴⁴.

⁴³ *Et quomodo aliqui ex vobis, qui abrenuntiaverunt diabolo et angelis eius et operibus eius malis, modo iterum ad culturas diaboli revertuntur? Nam ad petras et ad arbores et ad fontes et per trivium cereolos incendere, quid est aliud nisi cultura diaboli? Divinationes et auguria et dies idolorum observare, quid est aliud nisi cultura diaboli? Vulcanalia et Kalendas observare, mensas ornare, et lauros ponere, et pedem observare, et fundere in foco super truncum frugem et vinum, et panem in fontem mittere, quid est aliud nisi cultura diaboli? Mulieres in tella sua Minervam nominare, et Veneris diem in nuptias observare et quo die in via exeatur attendere, quid est aliud nisi cultura diaboli? Incantare herbas ad maleficia et invocare nomina daemonum incantando, quid est aliud nisi cultura diaboli? Et alia multa quae longum est dicere [DE CORRECTIONE RUSTICORUM, 16; MACIEL 1989: 317; n/ destaque].*

⁴⁴ Prosseguiria, concluindo-se que, apesar de tudo, *não há dúvida de que a autêntica cristianização das populações rurais, mormente nas camadas inferiores, só se realizou a partir do fim da Idade Média e, sobretudo, após a Contra-Reforma* [FERREIRA DE ALMEIDA 1974a: 19]. E, evidentemente que **o paganismo que se combate é o dos**

Mas reforça-se, essencialmente, o respectivo contributo destes mesmos elementos culturais para a perspetivação de uma grande área antiga, que se revestia, pois, de *grande personalidade*, e que, de um modo ou outro, nunca se apagou de todo [cf. id.: 19].

Houvera elementos de identidade que se tinham fixado fortemente, isto no *período das inscrições em que aparecem lado a lado termos indígenas ou indígenas latinizados e latinos, da religião em que o ritualismo é romano mas as concepções e divindades são nativas, das cidades romanas instaladas em território estranho, das vias romanas abertas perante o indiferentismo das populações* [MOREIRA 1982: 49]. Assim mesmo, a *cultura nativa* terá continuado a ser *dominante*, até ao advento da Cristianização [cf. id., ibid.]⁴⁵.

hispano-romanos e não o dos suevos que neste aspecto não terão tido qualquer importância cultural [FERREIRA DE ALMEIDA 1974a: 32-33; 30-31; n/ destaque]

⁴⁵ É, de qualquer maneira, muito difícil, restituir um tal folclore antigo, seja o dos Castrejos, seja o de outros povos da Antiguidade pré-romana, apesar de todos os testemunhos sobre o domínio dos hábitos supersticiosos. Quanto à sua **religião**, os dados oferecem uma contextualização mais objectiva, ainda que, conforme o veio a assinalar Francisco Calo Lourido, *o estudio da relixión, o mesmo que o da sociedade de calquera cultura, non se pode encarar seguindo modelos teóricos, que funcionan noutras, sen ter en conta as infraestructuras (...), certo é que hoxe se coñecen case un cento de deuses entre o Cantábrico e o río Texo. [Porém] a arqueoloxía pre-romana garda un mutismo absoluto sobre o tema, polo que todo canto del sabemos será a partir da chegada de Roma, cando na epigrafía van aparecer nomes e epítetos de divindades. Coetaneamente **habrá aras dedicadas, por romanos ou indíxenas, a deuses romanos e a divindades indíxenas así como se introducirá o culto oficial ao Emperador*** [CALO LOURIDO 1993: 193, 190; n/ destaque].

1.2. As «presenças na paisagem» no apontamento das obras humanísticas portuguesas.

Algo diferentes serão o sentido das apreciações do Séc. XVI, em que, numa transformação de visões, os vestígios do Antigo se vêm a oferecer, antes, à sistematização valorativa que enaltecia a sua respectiva «grandeza», como referente para os propósitos de **aemulatio**. Mas não era menos certo que, a determinados sítios, portanto, se vinham associar evocações particulares, não desligadas do sentido de apologia do imemorial que, de resto, tão só realçaria o conjunto de aspectos característicos que tanto contribuía para definir um âmbito de sacralidade, como para introduzir um cenário adequado a episódios do fabuloso e do imaginado, na maneira como se concebia então o passado histórico.

Esse mesmo sentido reconhecer-se-á, então, entre os **Autores clássico-portugueses**, já numa época de tradição humanística, na qual, na verdade, a apologia dos princípios da fé cristã não deixou de ser também fulcral.

Enfim, imbuídos igualmente de uma herança clássica, os Modernos mantêm a reafirmação de valores e matrizes do pensamento antigo. Entrecruzam-se esses mesmos valores com os paradigmas bíblicos, concebendo, então, de uma forma pré-concebida, as várias etapas que se reconhecerão quanto ao desenvolvimento de um velho passado do território subdividido em sucessivas épocas, até ao triunfo do Cristianismo.

E o seu propósito, ao recuperarem-se os elementos e vestígios que documentavam essa mesma evolução, entrevendo-se, em longa duração, **um tempo do «Antigo»**, era afinal o que se caracterizava como «historicizante» ou «historicista», num prévio exercício quanto à própria emergência da historiografia científica, e pelo qual, na devida argumentação ideológica proposta, se pretendia confirmar a identificação das bases de afirmação cultural dos antigos territórios.

Abordando-se, enfim, determinados monumentos como «espaços consagrados», domínios destinados ao contacto entre o humano e o divino, em que o dado da **experiência da percepção do transcendente** se assume como premissa fundamental para o entendimento da causa que motivava certas manifestações, não seria menos evidente que os mesmos monumentos eram também espaços de ligação «entre o passado e o presente».

Em termos subjacentes, formulava-se a ideia de que **na experiência religiosa de tempos arcaicos estava a própria origem da experiência estética**, confundindo-se ambas na mesma esfera, na mesma emoção, que precedia cada sinal de criação.

Quanto aos achados materiais, obviamente os objectos e artefactos desdobrar-se-ão num multiplicado conjunto de aferíveis classificações e tipologias, em que uma progressiva diferenciação de significados se irá igualmente afirmar, mesmo que todo o conhecimento do passado nunca deixe de estar, de certa forma, limitado aos contextos em que as variadas peças se vão resgatando, e ainda que venham a subsistir ideias precisas sobre os princípios subjacentes à origem de cada artefacto ou monumento, que, apesar mesmo de toda a sua crescente diversificação, nunca deixariam de reflectir arquétipos primordiais.

a) Em torno dos vestígios da Foz de Colares (Sintra).

No tratado *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa* [1571], **Francisco de Holanda (1517-1584)**, enumerando os diversos vestígios que dignificavam a antiguidade e monumentalidade da capital do Reino e seus arredores, descreveu com especial atenção os **vestígios do monumento de Colares**, que, ainda à data, se poderiam observar junto à foz do rio com o mesmo nome, em Sintra. Segundo, pois, o que se veio a registar e desenhar em estampa, incluída no referido tratado, destacava-se no sítio, um outeiro sobranceiro ao mar, um conjunto

Cf.
Anexos

de altares e lápides em alinhamento circular. Cada uma dessas «pedras» assinalava um gesto de antigas manifestações, pelas quais se reconheciam os sinais de devoções pagãs, descrevendo-se o modo como, num tempo remoto *cada um punha um cipo com seu letreiro ao Sol eterno e à Lua, a quem aquele promontório foi dos gentios dedicado* [HOLANDA 1571 (1984): fl. 24 v. °].

Muito significativamente, conforme se indicava, e quanto à própria importância do lugar, das inscrições recolhidas vinham salientar-se as que haviam sido presumivelmente deixadas pelos antigos imperadores romanos; Holanda também não deixaria de aproveitar a ocasião destas suas referências para sugerir que se viesse a proceder à reutilização dos diversos *cipos* aí identificados como *embasamentos para cruces* [cf. HOLANDA 1571 (1984): Cap. IX; fls. 24vº. e 25r., seguido de ilustração] ⁴⁶.

De qualquer modo, interpretando-se o culto prestado no **santuário de Colares** como sendo **dedicado ao Sol e Lua**, é um facto que se apontavam pistas

⁴⁶ Contava Francisco de Holanda que fora o Infante D. Luís a mostrar-lhe o sítio da Foz de Colares, e, aliás, toda a região de Sintra. Os vestígios do alegado santuário terão, entretanto, desaparecido, embora o lugar se viesse a identificar como sendo o lugar do **Alto da Vigia** (cf. «Notas e Comentários» de José da Felicidade Alves [in HOLANDA 1571 (1984): 90-92]). Sendo que as informações sobre este recinto remontavam já às observações de inícios do Séc. XVI, segundo o registado por **André de Resende** ou **Frei Bernardo de Brito**, é de realçar, a nível toponímico, que a possível permanência do nome de «**Colares**» se relacione com uma designação para a presumível aglomeração megalítica nesse local, enquanto «colar» ou «cerca». De qualquer forma, apenas como paralelismo, há a indicar que é atestado um antigo topónimo no território português, **Colarnum**, que se referirá a uma cidade outrora localizada no Alentejo, talvez sobre o actual lugar de Colos (Ourique, Beja); o topónimo **Colarnum** é somente apresentado por Ptolomeu, enquanto os **Colarni**, que surgem entre o rol de habitantes dos municípios assinalados nas placas da ponte de Alcântara [CIL, II, 760], são por sua vez referidos por Plínio-o-Antigo, sem outra relação com alguma cidade a que pertencessem [HISTÓRIA NATURAL, IV, 118]. Assinala Jorge de Alarcão que se relaciona o nome com uma série de velhos sítios de que não se conheceria ainda a localização segura. *O nome de Colarnum, registado por Plínio [-o-Antigo] e Ptolomeu, parece seguro. Plínio refere-se ao povo, Colarni, não ao oppidum, mas a correspondência entre o etnónimo pliniano e o topónimo ptolomaico não nos parece suscitar dúvidas. Ora, os topónimos Colos, Cola e outros relacionáveis existem hoje na área [de Ourique] [ALARCÃO 1988: 52; cf. Também GUERRA 1995: 105-ss.]*

essenciais à identificação das forças motrizes que orientavam as experiências religiosas mais ancestrais, tanto quanto era possível conhecê-las, ou tão só pressentir, ao longo de uma duradoura vigência de sentidos simbólicos que, à sua vez, justificavam constantes revisitações.

Na verdade, outros tantos testemunhos votivos descobertos no sítio, de épocas tanto anteriores como posteriores ao período romano, e segundo uma assinalável concentração de achados referentes às várias atitudes religiosas ao longo do tempo, do paganismo ao Cristianismo, não deixariam de confirmar a valorização do lugar como um espaço eminentemente simbólico ⁴⁷.

Entretanto, no Séc. XVII, **Luís Marinho de Azevedo**, que fizera carreira como engenheiro e estratega militar das Guerras da Restauração, também faria uma nova referência ao mesmo monumento das redondezas sintrenses da antiga *Olisipo*. Autor de um outro tratado sobre a *Fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa (...)* [AZEVEDO 1652 (1753)], na sequência em que se abeirava da recapitulação dos vestígios romanos, em especial os que testemunhavam o tempo dos principados de Augusto, Tibério e, por fim, de Sétimo Severo, integrava precisamente a alusão ao que designou de «**templo do Sol**» de **Colares**, como um dos «monumentos» mais destacados dos que datavam da época de domínio romano do território. E, como «**memória**» subsistente do referido santuário, podiam assim encontrar-se alguns testemunhos materiais

⁴⁷ Dos melhores conhecidos sinais da religiosidade ou cultos antigos da região sintrense, para além de referências a **divindades indígenas**, como **Mandiceus**, **Triborunnis** ou **Aracus**, são, afinal, as manifestações ligadas às **divindades orientais**. **Ísis**, **Serapis**, ou **Mithras**, aparecem em Colares no Séc. III, associadas, precisamente, a um culto do Sol e da Lua. (cf. Maria Manuela Alves DIAS, «Nota sobre os cultos orientais no território português», in *Estudos Orientais*, Vol. I [Lisboa, 1990]; e também, ENCARNAÇÃO 1975; MACIEL 1995: 105; Id.1996: 125-ss.). O exemplo de uma tão ampla **concentração de testemunhos culturais relacionados com as divindades orientais** não se limita, evidentemente, a este sítio, referindo-se particularmente outras áreas a que corresponderam outros tantos achados notáveis, já de período imperial, em **Panóias (Vila Real)** ou **Tróia (Setúbal)**, que possui um **mithraeum** (cf., para uma apreciação sintética, ALARCÃO 1988: 172-175).

oriundos daí; caso de uma antiga **lápide da ermida local de Colares**, reutilizada na edificação desse templo cristão (já de consagração mariana), além de outras tantas **diversas «pedras»** que haviam sido encontradas, não apenas nas proximidades do recinto, mas também junto à praia (assinalando igualmente estarem aí ainda «*algumas ruínas*») [AZEVEDO 1652 (1753): Livro I, Cap. XXI: 83-86].

Salientava um outro documento, **uma segunda lápide**, localizada na **igreja de Unhos**, como referente a este culto do Sol, e a subsistência também, em Lisboa, quanto ao que restara dos materiais dispersos presumivelmente oriundos do citado «templo», uma **lápide da igreja de S. Tiago**, ou a **lápide da área da Porta do Sol**, que, segundo se indicava, estava então *junto a huma janella das Casas do Prior de Santiago* [AZEVEDO 1652 (1753): Livro III, Cap. IX: 36-40]. Sobre tais inscrições, reconhecer-se-iam, pois, nomes de **sacerdotes augustais** que se dedicariam a ser os oficiantes do velho culto [AZEVEDO 1652 (1753), Livro III, Cap. XXVI: 100].

Explicava-se a fundação do santuário pelo celebrizado episódio do requerimento que, estando já em vigência a Paz Romana, os *Olisiponenses* teriam dirigido ao Imperador Augusto, no sentido de lhe estabelecerem um culto oficial (para lhe prestarem devoção como se este se tratasse de *hum de seus falsos Deoses*) [AZEVEDO 1652 (1753), Livro III, Cap. IX: 36], o que lhes teria sido, porém, negado. A alternativa para uma tal manifestação de teor devocional fora então o estabelecimento de um «**Culto ao Sol**», enquanto símbolo do próprio sentido da soberania imperial, e sem que se contrariasse a alegada recusa de Augusto, concretizar-se-ia portanto na edificação do santuário nos arredores sintrenses ⁴⁸.

⁴⁸ Cf. AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. IX: «De como Octaviano succedeo no Imperio do Mundo a seu tio Julio Cesar e do templo, que teve em Lisboa com particulares sacerdotes». E entre as diversas **notas explicativas sobre a religiosidade**

O ponto de cruzamento desta passagem histórico-tratadística é, afinal, a referência retirada da obra **Plínio-o-Antigo**, que contava a viagem a Roma de um grupo de dignatários olisiponenses [HISTÓRIA NATURAL, IX, 9]. De acordo com **Plínio**, contudo, a razão da embaixada era bem diferente: assustados com a **visão do Tritão** nas praias próximas à Cidade, os dignatários ter-se-iam dirigido pessoalmente ao Imperador, no que viria a ser a celebrizada **embaixada dos Olisiponenses a Tibério** para solicitar a instituição de um culto que aplacasse as forças sobrenaturais; e toda a complexidade imagética que está subjacente às referências de âmbito mitológico, envolvendo a apresentação e descrição das figuras fabulosas é bem reveladora da herança cultural em que se fundou o Classicismo.

O episódio seria, de resto, repetido por toda a literatura de inspiração humanística ⁴⁹.

dos Romanos, incluídas no mesmo tratado, diz-se que «*nome de Augustaes de Augusto Cesar*» (atribuído aos oficiantes *naõ porque fosse proprio deste Emperador: mas significativo da divindade, que nelle reconheciaõ*) aparecia repetidamente, de forma legível (*e que o Padre Martim de Roa interpretou*), nas três pedras olisiponenses [Id., *ibid.*, III Livro, Cap. IX: 36-40].

⁴⁹ *Tiberio principi nuntiauit Olisiponensium legatio ob id missa, uisum auditumque in quodam specu concha canentem Tritonem qua noscitur forma. Et Nereidum falsa non est, squamis modo hispido corpore etiam qua humanam effigiem habet* [HISTÓRIA NATURAL, IX, 9] (cf. GUERRA 1995: 122). Ou seja, *P[linio-o-Antigo] não põe em causa a existência desses animais fabulosos que eram metade homem e metade peixe ou golfinho. O Tritão aparece já em Hesíodo com essa característica e também dessa forma é representado na arte grega (...). Tritões com essa forma aparecem representados ao lado de Anfitrite. [Por sua vez] as filhas de Nereu são aqui apresentadas com a estranha particularidade de possuírem escamas por todo o corpo o que motivou algumas representações posteriores (...). Não há, no entanto, na iconografia grega nenhuma figuração das Nereidas com cauda de peixe (...), [que] apenas surgem representadas na arte romana, particularmente nos sarcófagos, porque se considerava que elas guiariam as almas dos mortos* [GUERRA, *id.*, *ibid.*]. Assinala **Amílcar Guerra**, comentando a referida passagem da **História Natural**, que, no essencial, *as referências aos Tritões e Nereidas ilustram bem o gosto que P[linio-o-Antigo] manifesta por curiosidades, mirabilia* [cf. GUERRA 1995: 122-123]. Um aspecto que será bem recuperado pela cultura erudita, e apresentado em toda a sua imagética; **Luís Marinho de Azevedo** recapitulará, mais desenvolvidamente, o mesmo assunto, num capítulo próprio, intitulado: «Os fenómenos estranhos vistos nas praias de

Luís Marinho de Azevedo, citando Plínio, contará assim que os Olisiponenses pediram a Tibério a sua especial benesse, a que o Imperador, para sua própria vaidade, acedeu ⁵⁰.

Na verdade, subsistem, com efeito, testemunhos epigráficos relacionados com o antigo culto prestado em Colares: uma **ara** com a consagração à **Soli et Lunae**, erigida por **Sexto Tigídio Perene**, então governador da Lusitânia, em **185 d.C.**, e uma lápide com o testemunho sacrificial, também dirigido a **Soli aeterno Lunae**, dedicado por um outro Governador, **Júnio Celiano**, por volta de **200 d.C.**, aferível ao mesmo recinto [ALARCÃO 1988: 175].

Diz Jorge de Alarcão que, em primeiro lugar, o epíteto de **Sol aeternus** podia aplicar-se a deuses sírios (e daí a respectiva inclusão dos seus testemunhos

Lisboa» [AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. XIII: 47-ss.]. **Damião de Góis** não duvidava da existência de tais **seres marinhos**: tritões, sereias ou nereidas. De resto, no seu tratado da **Descrição da Cidade de Lisboa [Urbis Olisiponis Descriptio]** (1554), discorrendo sobre o tema, introduz igualmente um capítulo dedicado ao mesmo assunto, onde também repetia a alusão pliniana quanto à entidade que fora alegadamente vista nas grutas das redondezas de Sintra e Colares, indicando ser, tão só, um tritão *a cantar com a sua concha* (**Damião de Góis** conta ainda o modo como, na Idade Média, num documento de Afonso III onde se transcrevia uma transacção de pescarias com o Mestre de Santiago, Paio Pires, se aludiria também à existência de «sereias», que perturbavam os barcos, tal como na *Odisseia*. Então, explicava-se que o nome de *Cetobriga* derivara, portanto, tal como de resto o havia também afirmado já **André de Resende**, *dos monstros marinhos* que se capturavam no estuário do Sado, restando pois, como testemunho desses antigos episódios, *as salgadeiras nas ruínas a que chamaõ Troya*. **Damião de Góis** dirá então que *não se deva passar em silêncio [...] [o facto de] nos nossos dias, em diversos lugares das proximidades deste litoral, tem-se encontrado uma espécie de homens a que os habitantes da área começaram a dar o nome de homens-marinhos, devido à sua natureza e origem, sobretudo pelo facto de apresentarem e conservarem na superfície da pele umas rugosidades ou escamas espalhadas quase por todo o corpo, como se fossem vestígios da sua antiga raça*. Afinal, *sempre se teve como certo que tais seres devem a sua origem e ascendência aos (...) tritões* (apesar de insistir que estava somente a transcrever o que estava nos *nossos Anais Portugueses*, pois não nos atrevemos a contar algo que se pareça com lendas).

⁵⁰ Luís Marinho de Azevedo contou, pois, seguidamente, como haviam os *Olisiponenses* conseguido por fim edificar um templo de culto imperial, desta vez na própria cidade, desta feita na época de Tibério que, ao contrário do «virtuoso» antecessor, promovera, em contraposição, *execráveis vícios (...) com que depravou a República*, pois teria sido do seu grande agrado a ideia de ser idolatrado [AZEVEDO 1652 (1753), Livro III, Cap. IX: 45].

cultuais entre a profusão de manifestações votivas de âmbito orientalizante); por outra parte, vem tornar-se bem evidente que os *poderes públicos promoveram os sincretismos sobretudo a partir dos Antoninos e Severos, e os seus agentes, legati ou procuratores, não desdenhariam de visitar os santuários rurais, onde sacrificavam* [ALARCÃO 1988: 175].

Comprovar-se-ia, efectivamente, que a instituição e edificação de templos consagrados ao culto imperial (o **Culto ao *divus Augustus***) remontou ao **Principado de Tibério**, confirmando-se pelo menos assim parte das próprias pressuposições dos modernos Autores portugueses [cf. ALARCÃO 1988: 178].

E assim se estabelecia, sobre a contemplação dos vestígios arruinados do passado antigo, uma fundamentação para o relance quanto a épocas históricas, as quais serviam como modelo de comparação com o presente.

Ao mesmo tempo, porém, assinalando-se tantas recorrências, como as que correspondiam a uma periódica revisitação de tais sítios, gerava-se uma maneira de assegurar a própria continuidade com o Antigo. A longa herança dos Clássicos e da sua Literatura, que se veio a registar como subjacente à tradição humanística, não deixava de oferecer inspiração para que se concebesse um «tempo inventado», ou uma *dissertação* sobre o passado, que justificava palavras de exaltação, traçadas sobre a emulação do que se estabelecia em relação a outras geografias, ou aos presumíveis factos de uma época antiga, que, por ora, somente se começava a vislumbrar no seu largo horizonte. É, porém, certo que foi a progressiva afirmação da prática científica moderna, que, em pleno Séc. XVI, aqui começava, sendo ainda herdeira da recorrente valorização e reconhecimento que vieram a merecer os artefactos e estruturas como documentos, o que mais decisivamente levou à consagração de outras aproximações. Num momento, como noutro, era, enfim, irrecusável a evidência de uma presença de elementos culturais enraizados desde remotos tempos, onde se reconheciam origens, mesmo que,

dessa velha civilização do território que se restituía pouco a pouco, se continuasse somente a resgatar-se sinais dispersos.

c) Os achados monumentais de cronologia pré-histórica e a associação a primitivos cultos solares no Extremo Ocidente.

As descrições, de Francisco de Holanda e Marinho de Azevedo, vinham talvez corresponder a algum dos **vestígios pré-históricos** que se disseminavam pelo território (e que, no caso de **Colares**, ocupavam um ponto especial da circunscrição olisiponense), salientando-se, das características que se vieram a apresentar, algo das conotações simbólicas que, já na sua origem, tais monumentos se revestiriam, como marca das concepções imemoriais, que, de alguma forma, teriam persistido genericamente na ligação aos lugares.

Da presença desses tais monumentos nas redondezas dos sítios indicados, conta-se, de facto, o **recinto megalítico no Monte das Barreiras (Odrinhas)**, não muito distante da área sintrense.

Mas, igualmente, numa localização sobre algumas partes no próprio extremo do território, vieram a registar-se, ainda, os diversos achados de **menires algarvios**, na zona do Barlavento, a sudoeste, e datáveis do Calcolítico, tal como os vieram a estudar Estácio da Veiga, ainda no Séc. XIX, ou, já mais recentemente, **Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro**, sendo, portanto, vestígios das redondezas do célebre «Promontório Sacro», que era o ponto mais remoto do mundo conhecido da Antiguidade Clássica, e que vieram a ser reunidos, entretanto, alguns, nos **Museus de Lagos** e no de **Silves**.

Saliente-se, ainda, que os citados investigadores não deixariam de correlacionar os mesmos achados com uma descrição estrabónica de «pedras» que, em gestos rituais, se «faziam voltar» ou «rodar», num outro alegado santuário que se situaria precisamente no extremo Sotavento [cf. GOMES e MONTEIRO 1979]. Destacam-se, pois, exemplos como o **alinhamento de menhires de**

Portela do Padrão (Bensafrim, Lagos), ou, das colecções do **Museu de Silves**, e referente à Idade do Bronze, as **estelas insculpidas** das Necrópoles de **Passadeiras** e de **Alfarrobeiras**, e, no **Museu Dr. José Formosinho (Lagos)**, os **menires da Figueira (Vale do Bispo, Budens)**, **Vale de Lama (Silves)**, sem deixar de lado o celebrizado **menir do Monte de Roma (Silves)**, todos caracterizados, de resto, pelas peculiares gravuras que comportam.

E dado que a orientação geral dos monumentos megalíticos, os de utilidade sepulcral ou os recintos de «santuário», se determina para Nascente, é este facto, desde logo, uma evidência *que revela a importância do culto solar em íntima ligação com a ideia de renascimento dos mortos, no âmbito de um corpo de crenças segundo o qual o inumado, depois de enterrado (...), voltaria a renascer (e daí o seu acompanhamento por mobiliário votivo, utilitário, da cerâmica aos utensílios de caça)* [PEREIRA 1995: 56].

Além disto, havendo obviamente a realçar, na sua respectiva implantação, o papel dos monumentos pré-históricos como elementos de delimitação territorial, e a notória disposição circular ou radial dos diversos alinhamentos (essencialmente, no caso dos santuários), que, em si, evocam o recorte solar, há também a indicar a sua respectiva qualidade de monumentos edificadas segundo uma orientação astronómica mais abrangente. O complexo mundo, subjacente aos **sinais insculpidos ou pintados** na superfície das pedras usadas em contextos construídos do **Megalitismo** aponta, igualmente, para uma certa complexidade ideológica, difícil, enfim, de restituir, mas, de qualquer maneira, constituindo um significativo conjunto de elementos visuais onde se reconhecem, na sua relativa aferição, ou símbolos de inspiração naturalista, ou representações de índole celeste, numa linguagem que é, pois, a de um tempo bem remoto [cf. a síntese de PEREIRA 1995: 57-60] ⁵¹.

⁵¹ Desde já, importa salientar que é, precisamente, a Sul de Portugal, e, em particular, no **Alto Alentejo**, que se descortina *a zona de maior concentração dolménica* [PEREIRA

A propósito dos **vestígios pré-históricos no contexto geográfico português**, há o próprio facto de, já na própria **emergência do Castrejo**, o **Megalitismo** ter estado igualmente presente. Uma «civilização», portanto, que desde sempre se haviam revelado, nas suas manifestações, como recorrentemente «presa à terra», com a *época dolménica, marcada e dominada pelas suas grandes e colectivas sepulturas (...), feitas com grandes lajes e cobertas de terra, deveria ter a sua 'mitologia' e um corpo de crenças que se devem ter firmado e enraizado muito bem mas que não será fácil jamais sabermos satisfatoriamente* [FERREIRA DE ALMEIDA 1974a: 20]. Reconhecer-se-ão vários símbolos:

- o **Sol**, gravado ou pintado nos **vestígios dolménicos de Aboboreira, Carapito, Abelhoa**, ou no de **Antelas**, e, por fim, no **penedo de Fratel** e no **abrigo de Pala Pinta**, conforme o que se enumera.
- Ou, a seu lado, também na mesma qualidade de **motivos astrais**, a **forma das lúnulas**, que surgem, por sua vez, como artefacto recorrente, da Pré-História final ao Castrejo (e, a adicionar igualmente ao conjunto citado, a **figuração da «deusa dos olhos» num vaso do tholos de Monte do Outeiro**) [FERREIRA DE ALMEIDA 1974a: 20-21]⁵².

1995: 55; n/ destaque]. Quanto à **evocação das forças telúricas**, que convergem na própria **representação da sexualidade enquanto motivo de exaltação no âmbito das percepções do sagrado**, se a *elevação de cada menir indicia um acto de qualificação espacial- como um 'eixo do Mundo'*-, o mais natural é que sintetize em si as duas vertentes da sexualidade, sendo por isso extremamente importante a *eleição do lugar de elevação do monumento, quer por motivos paisagísticos ou astrais, quer por motivos empiricamente geológicos*. O lugar assim qualificado (...), torna-se num 'santuário'. E é provável que a *desconcertante ausência de materiais arqueológicos em depósito na proximidade da maioria dos menires diga respeito a interditos espaciais, de que ficaram memórias até ao Séc. XIX, designadamente na área algarvia, como vestígios páleo-etnográficos* [PEREIRA 1995: 61].

Sucedem que, das passagens que, na literatura antiga, se vinha a associar ao Extremo-Occidente, ou à descrição do que, ainda em termos mítico-lendários se entendia como sendo esse horizonte limiar, a conotação com o simbolismo solar foi sempre notória.

Por coincidência, ou não, a verdade é que os monumentos megalíticos da Pré-história no território português aludem claramente a significados de representação cósmica e, no aqui nos interessa, obedecendo claramente ao «**simbolismo solar**», que se reflectirá, posteriormente, muito embora sob outras formulações, em mitos e alusões líricas que transformavam poeticamente esta mesma região, à beira do Oceano, e no fim do mundo conhecido ou «familiar», também caracterizada pelo território *onde se punha o Sol*, isto é, o **País das «Hespérides»**, ou sejam as «**Vésperas**», situado, então, ao longo do Ωκεανός.

Abre-se, pois, a sugestão de que não se poderá deixar de ver, afinal de contas, nas fontes clássicas, mesmo quando estejamos perante um discurso que se pretende científico e apoiado em dados lógicos, aferíveis pela combinação entre *aquilo que se vê e o que se raciocina*, uma inevitável referenciação ao próprio **simbolismo solar**, de conotação, tal como se reflectiria sobre os lugares e sobre os monumentos.

d) As marcas de uma geografia poética:

A Lenda das Hespérides na antiga voz dos Autores antigos.

Mesmo interpretando-se, na tradição clássica, o Extremo Occidente, como o **lugar mítico das Hespérides**, cabe, porém, assinalar, que a associação com este

⁵² A destacar o próprio **decorativismo dos desenhos do dólmen de Pedralta**, num contexto em que, de resto, «*muito frequentes são as representações de faixas ou linhas onduladas ou em dentes de serra, que às vezes se justapõem a idênticos motivos desenhados em tintas de cor diferente*» [FERREIRA DE ALMEIDA 1974a: 21; n/ destaque].

tema poético não é, porém, na passagem da *Geografia*, que se dedicou ao Promontório Sacro [ESTRABÃO: III, 1, 3]. Mas sê-lo-á, quando, mais adiante na sua obra, este mesmo Autor vier a abordar com mais detalhe o país turdetânico, e o seu rol de conotações [em ESTRABÃO, III, II, 1-ss.]; ou, ainda, no seu **IV Livro**, quando vier a tratar das Gálias [id.: IV, I, 7].

Mas já na poesia grega arcaica, era o «**Ocidente**» o lugar do «**Jardim**» onde habitavam as célebrizadas **Hespérides**. E eram estas as figuras femininas habitualmente consideradas como as Filhas da Noite e de Atlas. Habitavam, num primitivo cenário mitológico, essa vaga extensão que se designava como o «**Ocidente**», e guardavam, no seu Jardim, as «Maçãs de Ouro», cujo roubo viria a conceder à **gesta de Hércules** um dos seus mais afamados protagonismos.

A partir de determinados momentos da literatura arcaica grega, de **Hesíodo** (Séc. VII a.C.) a **Estesícoro de Himera** (Séc. VI a.C.), e em particular a partir dos poemas que subsistiram deste último, e os quais **Estrabão** (ca. 64 a.C- 21d.C), virá a citar expressamente entre as suas fontes, o **Jardim das Hespérides** se viria a indicar como especificamente localizado no sul da Hispânia (ou então com as regiões em torno do Monte Atlas, no Norte de África), associando-se, portanto, em termos de situação concreta, ao Extremo Ocidente, que, muito obviamente, coincidia com o lugar em que «**declina o Sol**».

São talvez, os inevitáveis sinais de uma simbólica imemorial com que se desejaria dotar as terras, os lugares e as manifestações que aí surgiam, convergindo assim numa evidente **perspectivação estética e poética**, não dissociada da descrição dos espaços. A **genealogia das Hespérides**, surgindo no poema de **Hesíodo**, a *Teogonia*, acompanhava a própria exposição da criação do Mundo, a partir do $\chi\alpha\omicron\varsigma$, ou o «abismo», o «vazio», que se veio a interpor entre o Céu e a Terra [TEOGONIA, vv. 116-ss].

Do «Vazio» haviam nascido **Érebus** (Ερεβος), o das «Trevas», e também **Nyx** (Νυξ), a «Noite», a qual, por sua vez, foi progenitora de **Éter**, o do «céu claro»

(Αιθερ) e de **Himéra**, a da «luz diurna»(Ημερη). De **Nyx**, segundo ainda Hesíodo, teriam nascido também **as Montanhas, as Ninfas, o próprio Oceano**, e igualmente **os Cíclopes** (Οι Κυκλωπας), bem como a Morte (Ο Θανατος), o Sono (Υπνος) ou a «raça dos Sonhos» (των Ονειρων). Estes últimos, segundo o poema, *procriando-os a sós, sem se deitar a Deusa com ninguém* ⁵³.

Procriaria, então, depois, as «**Hespérides**» (Αι Εσπεριδας), as quais *além do grandioso Oceano*, tratam e cuidam (no seu «Jardim») das *Maçãs de Ouro* e da *árvore que dá [esse mesmo] fruto* [TEOGONIA, vvs. 215-217].

Entretanto, será no **IV Livro** da sua *Geografia*, que **Estrabão** insere a sua referência ao «**Jardim das Hespérides**», aquando da descrição do golfo que ia de Massalia (Η Μασσαλια) até à bacia do Ródano (Ο Ροδανος), num litoral circundante que se distinguia pelo seu particular aspecto pedregoso (razão pela qual, tal como se indica, se lhe atribuía o nome de *Costa Rochosa* (καλειται δε Λιθωδες απο του συμβεβηκοτος [ESTRABÃO, IV, I, 7]).

Seguiria aqui **Ésquilo**, através de uma sua obra perdida, o *Prometeu Libertado* (e que o Geógrafo cita através da intermediação, possivelmente, de **Possidónio de Apameia** ou de **Éforo de Cime**), adiantando-se que o poeta trágico terá transformado em cena mítica o que, inicialmente, teria sido afinal um episódio real dos percursos de **Héracles**.

Sendo então aconselhado por **Prometeu**, o herói grego é instruído da rota a prosseguir para alcançar o Jardim das Hespérides. No seu caminho teria estado essa mesma costa rochosa; e o ponto de chegada dos itinerários do herói era, desta maneira, a Ibéria [cf. ESTRABÃO, id., ibid.; LASSERRE 1966: 133].

Quanto aos extractos do **III Livro**, onde a sequência descritiva é, por sua vez, a da abundante riqueza da Turdetânia, também sempre exaltada por antigos

⁵³ Νυξ δ ετεκεν στυγερον τε Μορον και Κηρα μελαιναν / και Θανατον, τεκε δ Υπνον, ετικτε δε φυλον Ονειρων / ου τινη κοιμηθεισα θεα τεκε Νυξ ερεβεννη (...) [TEOGONIA, vvs. 211-213].

Autores, falar-se-á não apenas da alegada **passagem de Hércules-Héracles**, mas também da própria **passagem de Odisseus-Ulisses** pela Península Ibérica (mas também dos «*outros*» que aqui haviam chegado após a Guerra de Tróia). Assinalando, então, que *até* o próprio **Homero** bem tinha já conhecimento das *riquezas ibéricas*, recapitula **Estrabão** que as suaves condições climáticas que tornavam a Turdetânia num verdadeiro lugar para o «repouso dos guerreiros», tornavam o país comparável aos Elísios [ESTRABÃO, III, II, 13]⁵⁴.

Desta maneira, segundo uma colação literária, ao **Mito do «Jardim das Hespérides»** associa-se igualmente o **Mito das «Ilhas Bem-Aventuradas»**, de acordo com a inspiração homérica, que se hão-de fazer situar também para o Extremo Ocidente.

Os testemunhos poéticos, saídos da voz de Homero, não deixavam de se incluir, pois, entre o grupo de registos mais «verdadeiros» para as descrições da Turdetânia, em que se expunham, em vigor épico, episódios tomados por históricos; ou, pelo menos, apresentados como tal pelo próprio Estrabão. Assim, por via destes mesmos fundamentos, em asserção da **auctoritas**, vinham justificar-se determinadas «sobrevivências» ao nível da denominação de alguns lugares da Ibéria, e as respectivas tradições que, por seu lado, aí, enraizadamente, vingavam [cf. ESTRABÃO, id., ibid.].

E afirmava parecer-lhe certo que, após estudá-lo atentamente, **Homero** se tinha servido de elementos reais para compor o seu esforço poético, adequando então as situações históricas à *invenção mitológica que se conhece dos Poetas* [ESTRABÃO: III, II, 13].

⁵⁴ Da citação da **Odisseia** [XII, 55-72], destacam-se aqui os versos do **discurso de Proteu, dirigindo-se a Menelau** [in ESTRABÃO, III, II, 13]). E a isto mesmo se teriam referido os próprios poemas homéricos; citam-se, pois, as partes da *Iliada* e da *Odisseia*, noutro grupo de alusões, que estavam dedicadas à exaltação dos *Campos Elísios*, apresentando-se então os mesmos como o lugar aonde os Imortais hão-de enviar os heróis troianos, um sítio descrito como ameno, sem invernos ou chuva, somente

Tratar-se-ia de uma crença genuína, ou, porventura, de alguma construção ideológica, que, decerto, se adequaria bem às intenções de época augústea, pela qual se asseguraria que as eventuais ligações anteriores ao protagonismo clássico-heróico dos Helenos justificavam plenamente a integração da *Hispania* no Império? Certo é que o mesmo discurso, e aparente crença no que se referia em tais contextos épico-poéticos, se voltarão a encontrar entre o repertório de referências posteriores, às quais se mantinham subjacentes as tradições clássicas

55.

Perspectiva-se a hipótese de que, à construção das descrições histórico-geográficas que se abeiravam da Hispânia, tal como as conhecemos de **Estrabão** ou de outros, correspondeu igualmente uma «construção ideológica», segundo a qual, o Extremo Ocidente veio a ser objecto de observações que eram determinadas pelo sentido dos valores clássicos, obviamente seguidos pelos Autores antigos: e daí, também, a extensão, a um espaço físico real, do leque de narrativas que, em especial, compunham a mitografia grega.



Ainda na sequência das descrições do Extremo Ocidente, já abordando as

varrido pelas *brisas suaves* do vento Zéfiro [cf. ESTRABÃO, id., *ibid.*; e também os comentários de LASSERRE 1966: 192, notas].

⁵⁵ A propósito das **conotações do Ocidente no repertório mitológico antigo** apresentou o **Professor Giovanni Garbini**, da Universidade de La Sapienza (Roma), a conferência «**Estremo Occidente nella mitologia greca, fenicia e cristiana**», em Évora, no dia 25 de Outubro de 2000, onde, na sequência dos seus próprios trabalhos, se recapitularam, precisamente, os elementos essenciais da formação de um quadro referencial para a definição e simbolismo detido pelas concepções do «Extremo Ocidente» na Antiguidade. Deve chamar-se igualmente a atenção para as próprias extrapolações que, na **Idade Média**, vieram também integrar o Ocidente hispânico nas tradições irlandesas, como sítio de origem de primitivas «invasões», ou ainda como a região onde estava o «país dos mortos», o que, a seu modo, continua a denotar fortemente a influência da literatura clássica [cf. JUBAINVILLE 1884 (1996)].

histórias correlativas com o Cabo Sacro (e apoiando-se em antigos registos de **Artemidoro de Éfeso**), Estrabão não se furtará a algumas apreciações a propósito da aferição de determinados fenómenos, que também ganhariam memória. Tratava-se da «**controvérsia sobre o crepúsculo**», tal como se poderia observar, como uma ocorrência natural, ali mesmo no ponto extremo do Ocidente [ESTRABÃO, III, I, 5; cf. MEANA e PIÑERO 1992: 38-39, notas].

Referia-se, por sua vez, que **Possidónio de Apameia**, que estivera em Gadir, no século anterior, também, na sua condição de geógrafo, com a intenção de estudar o ritmo das marés naquele outro local, teria afirmado que lhe haviam contado como o Sol, junto ao Oceano, aumentava de tamanho e emitia um som sibilante enquanto decaía no horizonte, até desaparecer, a que se seguia, de repente, a completa escuridão da noite.

A isto, explica **Estrabão**, **Possidónio** contrapusera, com a sua lógica, que o fenómeno possuía a sua explicação científica: em contraste com as regiões montanhosas, por um efeito de reflexo luminoso (ou παραφοτισμος), o Sol mantinha-se então no céu, por mais tempo, a sua respectiva aura, enquanto a noite surgia mais pausadamente [ESTRABÃO: III, I, 5] ⁵⁶.

⁵⁶ **Artemidoro de Éfeso** teria observado no próprio Cabo Sacro, o tal fenómeno extraordinário. Mas, adianta **Estrabão** a sua própria estranheza perante este registo, dado que o mesmo **Artemidoro** tinha antes afirmado que ninguém podia ali ficar, naquele sítio, depois do Sol posto. Portanto, interroga-se sobre a veracidade deste apontamento, pelo menos quanto à sua respectiva atribuição àquele Autor. De qualquer modo, não há-de deixar também de apresentar a sua própria explicação: **o ilusório aumento do Sol** (enquanto φαντασια ou fenómeno de φαντασματος), no instante do seu ocaso sobre o Oceano, dever-se-ia tão só ao efeito da *evaporação* (αναθυμιαω), *acrescida, do elemento líquido*, o qual transformava o efeito da visão do crepúsculo, e que tornava a aparência dos próprios astros, o Sol poente, ou a Lua ascendente, em algo de diferente, uma vez que estes surgiam, pois, como corpos acrescidos na sua cor, adensando-se o seu tom rosáceo [ESTRABÃO, III, I, 5]

1.3. A herança clássica.

Era a tradição presente nas fontes greco-latinas a principal base de erudição (e, claro, de influências) a que os modernos Autores recorriam para a sua interpretação do que se poderia observar ao nível dos mais diversos vestígios do passado. Em primeiro lugar, portanto, concedia-se atenção às descrições físicas; mas não menos importantes eram, como, de resto, ficou já atrás exposto, as histórias e lendas que se recolhiam sobre os lugares. Em segundo lugar, todas essas referências, devidamente citadas, compunham a «**auctoritas**» e constituir-se-iam, então, como irrefutáveis.

Na verdade, conforme se poderá constatar, entre o mítico e o rigoroso, também as fontes, como a *Geografia* de **Estrabão**, apoiavam-se muito no dado observado, pelo que, apesar de toda a envolvência dogmática ou reafirmativa de determinados parâmetros ideológicos, que recorrentemente se reconhecem pelo modo condicional ou hipotético, e também na fórmula de 'senso-comum', com que se apresentavam as coisas, o seu valor documental continuaria a ser fundamental, pois todo o ponto de partida não deixavam de ser os factos.

Será evidente, para os Autores dos Sécs. XVI e XVII, o papel inspirador detido pelas fontes antigas. Estas fomentavam, pois, o que se designará como a própria tradição humanística, onde, de resto, começou a germinar algo da prefiguração essencial ao domínio das abordagens do passado.

a) A Ibéria e as suas regiões na obra de Estrabão.

Ao «**Extremo Ocidente**» correspondia, em primeiro lugar, a Península Ibérica, e, em segundo lugar, o território, situado *além das Colunas de Hércules*, no papel de **limite do mundo conhecido** (οἰκουμένη) dos Antigos, do litoral

atlântico, e aonde se viriam a prefigurar as fronteiras do espaço português. Referindo a Península e o conjunto dos seus territórios, **Estrabão** assinalava que o flanco oriental correspondia ao lado contíguo à cadeia dos **Pirinéus** (indicando muito particularmente a forma como estes Montes, separando, como limite natural, a Ibéria e a Céltica, se dispunham, no ponto de vista da observação geográfica antiga, de *Sul para Norte*, e dando origem à formação, de cada uma das suas vertentes, dos designados 'golfos gauleses'), constituindo, pois, o seu lado nascente [III, 1, 3].

Dos **Pirinéus às Colunas de Hércules**, configurava-se então o seu **lado meridional**, que se estenderia da região *além das Colunas* até ao Promontório *dito de Sacro*, acompanhando o litoral que se abria ao chamado «**Mar Exterior**», ou o Oceano. Seguidamente, a «**terceira parte da Ibéria**» era a que ia do Promontório Sacro aos territórios dos Ártabros, terminando no Cabo Nério. Por fim, a «**quarta parte da Ibéria**» correspondia ao litoral que se estendia daí até à *extremidade setentrional* dos Pirinéus [cf. ESTRABÃO, id., ibid.].

Tendo começado, segundo um sentido esquemático, pela caracterização da Península Ibérica como a região mais a Ocidente do continente europeu e avançando pela delimitação geográfica, com base do seu litoral, Estrabão iniciava, então, no quarto capítulo do seu **III Livro**, a **descrição da Turdetânia**, ou seja, precisamente pelo conjunto dos territórios que envolviam as bacias fluviais situadas no sul peninsular, aquelas que, desde há muito, maior intensidade de contactos haviam mantido com o Mediterrâneo e os seus povos, num esquema de oposição com o próprio interior, o qual, enfim, não deixará de ser descrito, sobretudo na metade mais setentrional, como agreste e, de certo modo, rude.

Talvez «*antes*» ainda da «*época de Homero*», os «**Fenícios**», interessados nas riquezas da Ibéria, teriam sido os primeiros navegadores estrangeiros do mundo civilizado mediterrânico a estabelecer contactos regulares com as sociedades locais.

De qualquer forma, indica, já o próprio reino tartéssio, cujos monarcas não deixariam de merecer a granjeadora fama que se lhes viria a dedicar na posteridade da memória escrita, se havia tornado um proverbial exemplo de uma «terra de abundância».

Os seus campos seriam tocados pelo «*Zéfiro suave*», configurando uma paisagem idílica, a que a imagem do «Jardim», em si, de resto, inspirada, na verdade, nas próprias mitologias orientais que haviam inventado a concepção de «Paraíso», se adequava em lirismo e motivos emblemáticos que daí emergiam: as árvores, que ofereciam os seus «frutos de ouro», e que **Héracles** há-de assaltar.

E, enfim, a **Fenícios**, teriam sucedido os **Gregos**, e, por fim, os **Romanos**.

A memória das presenças anteriores, elevadas à condição da «História» local que era somente possível de restituir em parte, permanecia, contudo, de alguma forma, subjacente ao que era permitido supor, em retrospectiva, no Séc. I, em relação a épocas imediatamente precedentes, dado que era a escassez dos próprios registos locais, escritos, ou seguindo-se a transmissão oral, a sua respectiva dificuldade de aferição adequada, o que terá constituído a principal omissão de base.

Quanto aos vestígios monumentais, enquanto sobrevivências primevas, *perdidos* entre a sua evocação imemorial e o que deles restara na paisagem, coube assim a **Estrabão**, numa das suas primeiras passagens deste mesmo capítulo do III Livro da sua *Geografia*, aquela que é uma das menções mais particulares: **os vestígios líticos no Cabo Sacro (Sagres)**, no extremo sul do território português, e bem no que se considerava ser, ainda, como a *ponta mais ocidental* de toda a Europa.

b) «Του Ιερού Ακροτιριου»:
A descrição do Promontório Sacro.

Do que se pudera observar, salientava-se, ainda em épocas recentes quanto ao momento em que Estrabão redigia a sua obra, o modo como, entre os habitantes locais, se cumpriam, como talvez desde há muito tempo mais, os costumes votivos, com a qual se honrava a veneração de forças divinas [cf. ESTRABÃO, III, 1,4]. E, tendo, de resto, começado pela própria Península, na sua qualidade de «*primeira região*», a «Ocidente», da Europa, não será uma referência de menor significado ter-se, enfim, referido este «**santuário**» (ιερον) de entre as primeiras coisas dignas de nota quanto às *partes da Ibéria*, [ESTRABÃO, III, I, 1-3].

Procedendo, então, à continuidade da sua descrição dos territórios peninsulares, vem a indicar-se, seguidamente, o modo como coincidia o extremo mais ocidental do mundo conhecido com o «**Cabo Sacro**»: um espaço de «limite», não apenas o *ponto mais ocidental da Europa*, mas, *aliás*, o ponto mais remoto de todo o *mundo habitado*; o sítio teria sido correntemente designado como um «**Santuário consagrado a Hércules**», na íntima ligação ao modo como os mitos em torno das vicissitudes deste grande herói helénico, progressivamente associado, aliás, a todo o Sul da Hispânia, se acabaram por estender a toda a projecção do litoral atlântico, ou seja, já bem dentro dos caminhos do (então concebido como «misterioso» e «temido») Oceano [cf. ESTRABÃO, III, I, 4].

Seria o término do que se veio de resto a designar, em tempos adiantados, como a **Via de Hércules**, que, avançando das familiares (mas não menos seguras) águas do Mediterrâneo até ao limite do mundo visitado pelos Antigos, emerge, afinal, como uma expoente referência metafórica para determinados factos e sequências que a historiografia não viria senão confirmar, atendendo-se, pelo menos neste caso, aos episódios das velhas navegações registadas na direcção do Extremo Ocidente, e de que terão saído outros tantos relatos aferíveis, tanto às

realidades dos locais, como ao saldo do próprio confronto entre diferentes modos de vida.

Escrevendo ao **Séc. I**, **Estrabão** apoiara-se, com efeito, em descrições que lhe são anteriores, conforme ele mesmo cita.

A um nível mais circunscrito, o **Promontório Sacro** (que viera também a ser conhecido como o limite do **ager Cuneus** [in POMPÓNIO MELA, III, 7]), era igualmente o limite da Turdetânia, o sul hispânico, país a que dedica as suas primeiras notas de observação do seu **III Livro**. **Estrabão** havia começado por referir, pois o seu antecessor, **Artemidoro de Éfeso**, que teria visitado o lugar um século antes (e cuja memória lhe fora, por fim, transmitida por **Possidónio de Apameia** [Séc. II a.C.]), o qual descrevera o extremo do Cabo de S. Vicente como *tendo a forma de um barco*, rodeado além do mais por três pequenas ilhas em modo de esporão ⁵⁷.

Mas a verdade é que, segundo se adianta, seria, afinal, bem erróneo considerar que existia aí santuário algum, fosse consagrado a Hércules, fosse até qualquer simples altar dedicado a outras divindades [ESTRABÃO, id., ibid.].

O que aí existia, pois, em sucessivos lugares dessa parte do país, eram tão só **conjuntos de três ou quatro pedras**, que «*se faziam revirar*» ou «*deslocar*» mal se acedia ao sítio (usando-se o sentido do verbo μεταφέρω, «transportar», na sua forma reflexiva, μεταφερομαι). Em seguida, continuando a citar-se o resumo das próprias descrições do próprio **Artemidoro**, aí mesmo se realizariam libações,

⁵⁷ Não trataria da actual ponta de Sagres, mas do imediatamente próximo **Cabo de S. Vicente**. Entretanto, salienta-se que *Artemidoro* [...], *tuvo su floruit en el 100 a.C.. Su Geografoumene nos es conocida tan sólo por un epítome de Marciano de Heraclea, del siglo IV d.C., y por noticias de diversos geógrafos. Representó una reacción contra el método astronómico-matemático de Hiparco e Eratóstenes, pretendiendo un compromiso entre la geografía matemática y la descriptiva. Intentó renovar el método del periplo con distancias más exactas, y parece ser que iniciaba su descripción en el Promontorio Sagrado, punto en que es seguido por Estrabón, que lo utiliza como fuente indirecta a través de Posidonio para este capítulo* [MEANA e PIÑERO 1992: 37; nota].

não sendo permitido, segundo ainda os temos da referida passagem, executar quaisquer outros sacrifícios, ou passar a noite, que estaria, pois, somente reservada aos deuses, que aí desceriam para **ocupar** esse mesmo espaço. Os «**viajantes**» que aí se dirigiam, «**não havendo ali água**», tinham ainda de levar uma provisão consigo, sendo, portanto, obrigados à estadia num povoado vizinho, onde teriam igualmente de pernoitar [ESTRABÃO, id., ibid.] .

Reconhecer-se-á, aqui, evidentemente, algo das próprias descrições que se haveriam de fazer dos vestígios do «**Santuário da foz de Colares**», sobretudo quanto à explícita referência ao facto de «*cada um levantar uma pedra*», na ocasião da afluência de devotos ao lugar [cf. atrás]. Prosseguira Estrabão, reafirmando que este era, na verdade, um **costume local**, tal como **Artemidoro** o havia contado e registado, numa anotação que seria portanto útil em épocas seguintes [in ESTRABÃO, III, 1, 5].

c) **Um país de prolíferas «riquezas»:**
Da Lenda do Rei Argantónio ao Mito de Hércules e Gerião.

Apesar de se tentarem desmentir algumas lendas, as mesmas continuavam a ser indicadas, mesmo numa alegada distanciamento crítica, ao insistir-se no papel da observação dos lugares e dos hábitos locais. O que sucede é que, do que era possível restituir da velha História peninsular, tão só restavam figuras, quase míticas, que, sobrevivendo a sua respectiva posteridade até ao **Séc. I**, representação de modo marcante o que teria sido a Antiguidade do território.

Desde uma certa época remota, havia a imagem de um reino rico, projectado na forma com que se elaboraria a figura do monarca tartéssio **Argantónio**; cauteloso, e, de certa forma, fechado sobre si mesmo, mas generoso e disposto a receber os próprios Gregos. De outra parte, uma outra figura, a de **Gerião**, que, dos mitos arcaicos, emergia como a representação de um chefe com

atributos pouco favoráveis. Havia a referência explícita à **Gerontis arx**, a «Cidadela» ou «Fortaleza» do mítico rei, que se situaria diante à antiga **Gadir**, e de onde se estabelecia um domínio absoluto do território de **Tartesso**, tal como se descreveria na *Orla Marítima*, e, alegadamente, segundo **Estrabão**, de alguma forma conservada a sua memória entre os Gaditanos, a respeito do que se dizia da fundação da sua própria cidade [cf. AVIENO: vvs. 263-ss.; ver, também ESTRABÃO: III, 3, 5].

Por fim, havia igualmente **Hércules**, o herói grego, que terá defrontado o abominável **Gerião**, para colocar fim à sua tirania. Talvez se estivesse, neste episódio, a falar do fim de uma civilização, substituída por outra: **Hércules** derrotara um rei déspota, porventura num resquício de alguma saga anterior, com origens indefinidas. Quanto aos próprios Fenícios, não era de todo sem significativo que tivessem «**fundado**» a tão importante cidade de Gadir, ainda que na qualidade de simples *εμποριον*, diante do lugar onde talvez se tivesse posicionado a emblemática fortaleza, de onde exercera **Gerião** o seu domínio.

Nas fontes gregas, sejam as da antiga poesia, sejam as que deram origem às notas geográficas compiladas e condensadas na obra de Estrabão, **Tartesso** era um velho e soberano reino de épocas nebulosas, mas facilmente descrito ou associado a temas imagéticos particulares. Caso das ideias que aproximavam **Gerião** do **simbolismo taurídeo**, de resto igualmente associado à **monarquia minóica**, igualmente uma civilização palaciana.

Estrabão não estaria a escrever apenas para Gregos e Romanos, mas dirigia-se já a todo o mundo já romanizado. Tal como em Heródoto, a sua posição era a de uma perspetivação contemporânea da visão, das coisas e espaços habitados pelo que eram gentes que compartilhavam já uma cultura comum. Até que ponto recorria a imagens convencionalmente correntes, ou, antes, se ia socorrendo de elementos locais, a distinção será difícil. De um modo ou outro, o **Mito de Gerião** assumiu-se como o exemplo mais eminente da evocação do

tempo hispânico antigo. Adiantar-se-á que este mesmo Mito adquire a sua importância, ao nível das representações literárias da primeva Hispânia, pela associação estabelecida com o **Ciclo das lendas de Hércules**, que, por sua vez, assimilou a gesta de outra figura anterior, a do deus fenício **Melqart**.

É igualmente na *Teogonia*, de **Hesíodo**, que surge a exposição da linhagem geriónica, entre a génese da terceira geração dos deuses gregos. Vinha, então, indicar-se que «*para além do Oceano*», no «*limite da noite*», estando aí precisamente o **Reino das Hespérides**, habitavam também as **Górgonas** e a **Medusa** [TEOGONIA: vvs. 270-ss.].

De momento, não se estabelecia correlação alguma com algum território, ainda que estivesse subjacente a indicação de ser um espaço situado, algures, a «**Ocidente**», ou «*a poente*», enquanto «*Outro lado do Mundo*». Era, de qualquer modo, o cenário do episódio em que **Perseu**, defrontando, por sua vez, a **Medusa**, vem a cortar-lhe a cabeça, e da qual sairão **Pégaso**, o cavalo alado, e **Crisaor**, que, de acordo com Hesíodo, assim recebera o seu nome, porque era «*o que tinha em mãos uma espada de ouro*».

Pois, **unir-se-ia Crisaor a Calirroé**, filha do Oceano, e deste matrimónio nasceria assim o monstruoso **Gerião**, das «*três cabeças*». Assim se procriara aquele a quem **Hércules** viria a derrotar e a matar e a roubar os gados (para os levar até Tirinto, e atravessando de novo o *Oceano*); nasceria **Gerião** no seu próprio reino, que, aqui, recebe já o mesmo nome de **Erytheia**: a «*ilha*» totalmente rodeada de águas, com que se há-de também designar a faixa insular ainda hoje paralela ao litoral gaditano [TEOGONIA: vvs. 280-ss.]⁵⁸.

Gerião era, portanto, um rei abastado, e senhor de terras férteis. Muito depois, não se viria a duvidar que o seu respectivo domínio era, afinal, o próprio Jardim das Hespérides, que se faria situar no sul da Península Ibérica. E, por

⁵⁸ Segundo **Heródoto**, porém, teria **Hércules** levado os mesmos gados para o País dos Citas [HERÓDOTO, IV, 8].

extensão, os «**campos férteis**» seriam os da própria Lusitânia, sucedendo-se, pois, a *occasião a fabulizarem poetas, e mythologos*, pelo que, muito naturalmente *devemos presumir que nestes nossos campos trazia Geryaõ os gados (...), os [seus] fermosos gados (...) dourados* [AZEVEDO 1652 (1753): I Livro, Cap. XXXVIII, 155-ss.; id., *ibid.*, 165-168].

Um decalque notório sobre a referida passagem mítica, tal como chegou à tradição clássica-humanística portuguesa.

Estrabão, por sua vez, vinha reconhecer, também a propósito do mito geriónico, o papel inspirador detido pelo já citado **Estesícoro de Hímera (ca. 640-550 a.C.)**, autor do poema *Gerioneida* (ou Γαργοναίς), em que, sendo protagonista o lendário rei tricéfalo, se voltava a recapitular, em temática lírica, os aspectos mais dramáticos relacionados com a figura, e destacando-se, pois, a sua posição como opositor de **Hércules**, salientando-se que, da obra de **Estesícoro**, tivessem somente restado apenas extractos parcelares (os quais, mesmo assim, vieram a ser amplamente citados e comentados na própria Antiguidade).

Tendo recorrido, então, ao poema de **Estesícoro**, falando da **ilha Erytheia**, situada diante de Gadir, assumia, entretanto, o Geógrafo, a pressuposição de que se estava perante o território envolvente às **Colunas de Hércules**, no estreito entre o Mediterrâneo e o Atlântico, indicando, pois, aí mesmo, a localização da dita ilha, identificando-a no seu respectivo espaço físico [cf. CAMPBELL 1991; ESTRABÃO, III, 2, 11].

Da figuração tradicional de **Hércules**, teria sido de facto **Estesícoro** o primeiro poeta a conceber e descrever o herói com a **clava e a pele de leão**, que serão, a partir daí, os seus indissociáveis atributos, os quais seriam, portanto, até à data, inéditos ⁵⁹.

⁵⁹ **Estesícoro** teria sido, no **Séc. VI a.C.**, um dos primeiros poetas corais da Hélade. É-lhe reconhecida a forte inspiração que retirou do próprio Hesíodo, de quem terá sido um seguidor. Conforme a referência de M^a. Helena da Rocha Pereira, **Estesícoro**

Ainda que se tivesse vindo a discutir se era, já, de facto, uma «invenção» de foro próprio do poeta, ou, antes, um aproveitamento de ideias e concepções que teriam começado então a circular, é certo que, nesta mesma época, os vasos gregos decorados começam também a comportar, com a mesma cenografia temática, os referidos atributos, em que, pelo menos, se viria a sugerir uma correlação de uma tal representação plástica com a obra do poeta [cf. SPARKES 1991: 65, 75] ⁶⁰.

Mas conhece-se, igualmente, do espólio votivo do **Heraion de Samos**, uma placa em bronze com a **representação da luta de Hércules e Gerião** (datada de **ca. 625 a.C.**), a qual serviria como elemento do arreio decorativo de uma montada, e onde o mesmo herói surge já, enfim, com a pele de leão. Em luta, aparece **Gerião**, já na sua forma tricéfala. Tratando-se de um achado incluído entre materiais contextualizados, mas avulsos, entre realizações locais e importações, demarca-se como um exemplo do gosto orientalizante que caracterizava, no **Séc. VII a.C.**, a arte das ilhas do Egeu, segundo a sua composição e envolvência cénica, com a inclusão de figurações distintas (aves, árvores, ou touros desenhados em traço de evidente fruição naturalista), e que rodeavam os

(Στησιχορος) não seria um *nome*, mas o *cognome* do (...) poeta, indicativo da sua profissão: dirigia coros, provavelmente, em várias partes do mundo grego [ROCHA PEREIRA 1964 (1980): 184]. Ter-lhe-á cabido, igualmente, a responsabilidade de uma **outra inovação literária**, relativa ao tema das gestas de Tróia, em que Helena, teria sido raptada e levada para o Egipto, ao contrário da tradição apoiada em Homero, pela qual a mesma princesa ficara aprisionada na fortaleza de Ílion [cf. ROCHA PEREIRA, id., ibid.: 184-185, 370]. Cabe realçar, quanto à **posteridade desde mesmo Autor**, a edição de uma recente obra, da autoria da poetisa canadiana Anne Carson, intitulada *Autobiography of Red: A Novel in verse* (1999). Aqui, retoma-se, pois, o intemporal motivo da luta de Hércules contra Gerião [cf. Oliver REYNOLDS, «After Homer, before Stein», in *Times Literary Supplement*, Vol. 5044 (Londres, Dezembro de 1999)].

⁶⁰ Esta correlação, inserindo-se, aliás, dentro dos estudos que são possíveis de estabelecer a partir do **confronto entre a literatura e a arte dos Gregos**, e, em especial, desde o que se referia já ao próprio confronto entre os primeiros vasos pintados, em finais do Geométrico, e o surgimento dos poemas homéricos na sua forma escrita (Sécs. VIII-VII a.C.), foi, de resto, proposta por Martin Robertson, no seu artigo «Geryoneis: Stesichorus and the vase-painters», saído na revista *Classical Quarterly* (1969) [cf. SPARKES, id., ibid.].

protagonistas [cf. JOHNSTON 1993: 38-39; fig. 21].

Teria sido, então, quase inevitável esta aproximação à Península, e a posterior coincidência de referências, quanto à extensão dos próprios mitos gregos. O **Sul**, particularmente o reino tartéssio, tornar-se-ia no cenário «real» das narrativas que envolviam a **figura de Gerião**. Era esse sítio o *ponto do Oceano em que o mar profundo penetra tanto que o abismo do Nosso Mar se estende amplamente, abre-se o golfo atlântico. Aí fica a cidade de Gadir, chamada antes Tartesso*» [AVIENO: vvs. 885-86].

Cf.
Anexos



E eis que decorre o momento em que a geografia simbólica de um espaço mítico se veio a aproximar da descrição de um determinado território físico, real, transformando-se esses mitos na melhor referência ao que era, enfim, o tempo histórico.

No seu artigo «Über die Entwicklung der griechischen Historiographie (...)», propôs **Felix Jacoby**, escrevendo logo em inícios do Séc. XX [JACOBY 1909 (1956)] algumas das perspectivas que vieram a constituir-se como a principal base referencial para o entendimento e explicação da historiografia dos Gregos, no que se veio a afirmar como o conjunto de ideias que, em momentos recentes, mais apoios mereceram da parte dos investigadores [cf. MARINCOLA 2001] ⁶¹.

⁶¹ Tendo considerado vários «sub-gêneros» no enquadramento dos esforços historiográficos dos antigos Autores gregos, incluíam-se os seguintes temas: as **genealogias** e a **mitografia** (quanto a épocas lendárias do passado); a **etnografia**; e, por fim, o que se veio a designar como **Zeitgeschichte**, ou a historiografia dedicada a tempos coevos (de que **Heródoto** seria o principal pioneiro, embora, de acordo com estas mesmas ideias, tivesse sido **Tucídides** quem teria «aperfeiçoado», com a sua obra, a formulação de uma tal **Zeitgeschichte**), com propósitos de abrangência universalizante, já dentro do pleno Classicismo, e em relação à qual se teriam desenvolvido, a seguir, em modo de reacção, outros esforços dedicados, desta feita, aos relatos corográficos, ou sejam os relativos às histórias locais de territórios circunscritos, ou às histórias de cada

Do que interessa reter, é o modo como se destacaria, na obra historiográfica grega, a atenção relativamente a outros países e sociedades.

À partida, o que se pressupunha como motivação para uma atenção em relação aos «povos bárbaros», o crescente movimento de navegações e contactos para áreas exteriores ao próprio território da Hélade, logo desde a designada Época Arcaica [cf., também, para este tema, MOMIGLIANO 1976 (1979)].

Portanto, um prévio anúncio ao que, por sua vez, viriam a ser as próprias descrições geográficas, que teriam, de resto, antecedido o tratado de **Estrabão**, a redigir-se no **Séc. I**, tornava-se evidente o seguinte pressuposto: *the movement of the Greek peoples abroad led them to investigate other cultures, and the fruits of this knowledge were preserved in ethnographic works that described cultures and customs of non-Greek nations* [MARINCOLA 2001: 2].

O vector que, então, mais se salientava em torno das **concepções do Extremo Ocidente**, era, pois, a sua respectiva consideração como **limite do mundo conhecido**.

Em recapitulação, estava, de um lado, o **Mediterrâneo** (ou «*Ἡ μεγάλη θαλασσα*», «*o grande mar*»). Do outro, o **Oceano**, a «*massa de águas*» que rodeava as terras, e que era mais ignorado que explorado, abrindo-se como um horizonte desconhecido, ou como um cenário de perigos (afinal, como se veio a entrever, mais produto da invenção deliberada, que resultado o temor).

Se em tempos homéricos, eram indefinidas as próprias referências à metade ocidental do Mediterrâneo, além da Itália, e antes da expansão helénica subsequente ao Séc. VIII a.C., nos inícios do Séc. V a.C., manter-se-ia, ainda

uma das *πολεις* [cf. MARINCOLA 2001: 1-2]. Enfim, esta mesma proposta de contextualização, cujo teor se revelou, pois, como predominante em todo o Séc. XX refutaria todo um sentido tradicional de outras abordagens; em concreto, as que **Dionísio de Halicarnasso** havia proposto, ainda na própria Antiguidade, num seu tratado sobre Tucídides (e onde se explicava, em termos inversos ao que se proporia modernamente, dentro de uma perspetivação teleológica, que a historiografia helénica teria partido de primitivas histórias locais para se integrar num âmbito mais geral) [cf. MARINCOLA, id., *ibid.*]

assim, bem vaga a descrição do Extremo Ocidente. Porém, o facto é que nunca estivera, afinal, de modo nenhum isolado, nem arredado das diversas rotas.

2. Entre Mares e Civilizações:

«Ο δε ποιητις», o *Poeta*, **Homero**, afirmara **Estrabão**, *não era desconhecedor destes lugares* [ESTRABÃO, III, 2, 12]. Se bem que evocando alegados acontecimentos que, reportando-se a tempos imemoriais, e situando-se em contextos vagos ou lendários, mais se aproximando, portanto, de um **tempo mitológico**, haverá um fundo de evidências em que pode ser possível aferir determinadas referências de uma plausível historicidade.

Algo da memória dos contactos inter-mediterrânicos, ou entre o Mediterrâneo e o Atlântico, assinalando-se desde há muito, não deixava de permanecer em tempos subsequentes. Teria havido navegações antigas, rotas percorridas, de que, no entanto, apenas subsistiriam relatos vagos, ou, então, compostos de forma a cumprir as necessidades de satisfação de uma determinada audiência.

De qualquer forma, apesar da posteridade que viriam a merecer todas as **referências a prévios contactos com a Ibéria**, nas antigas descrições do mundo habitado, há, contudo, uma notória evolução, que se assinala a partir do contraste que adquire o conhecimento da Península Ibérica, antes e depois de um determinado momento. Com efeito, onde **Estrabão** é preciso, outros Autores são mais sumários; e todas as alusões poéticas ao Ocidente, de um tempo arcaico, enfim, não seriam senão mera invenção, enquanto resultado de uma época em que, mais do que conhecer ou adiantar explicações quanto ao carácter de outros povos e as suas terras, importaria antes do mais formular o sentido de uma cultura própria.

É a afirmação inerente à própria Literatura grega.

No entanto, tal como a obra de **Estrabão** disso foi um facto culminante, foi com os Gregos que se abriria o hábito de relatar as coisas, não apenas como se

viam, mas também como existiam, como num sentido de reportagem, ou, como resposta à curiosidade necessária, como «inquerito». Daí mesmo a origem das *Histórias* de **Hérodoto**, redigidas em pleno período clássico.

2.1. As inter-relações territoriais, os contactos e as navegações.

Heródoto (485-425 a.C.), reportando-se à **Europa**, somente podia resumir, descritivamente, metade de um continente. Por exemplo, ao falar do **Nilo** e do **Egipto**, é bastante pormenorizado. Aludindo à Europa, sugeria que o **Danúbio** (Ο Ιστρος) teria, aqui, um papel equiparável ao do Nilo, como rota de comunicação e contactos, neste caso acessível a vários povos, e numa comparação que se baseava na ideia de que o curso de ambos os rios era afinal bem semelhante, cada qual, bem entendido, no seu próprio território.

Mas o resto é vago. Sabia-se, claro está, que o **Istros**, atravessando assim a Europa, desaguava no **Ponto Euxino**, o Mar Negro, no sítio onde os «*colonos de Mileto*» tinham precisamente fundado a cidade de **Ístria**. Mesmo assim, considerava que era mais bem conhecido o curso do **Istros**, porque atravessava sítios habitados, que o do Nilo, cujas nascentes ninguém então conhecia (indicando que o mesmo rio nascia fora do país, algures na Líbia). Mas dirá a seguir que o antigo **Istros** nascia, tão só algures, no «**país dos Celtas**», dividindo a Europa em duas regiões (tal como o Nilo dividia o Egipto), e explicaria que, à sua época, os «**Celtas**» (Οι Κελται) habitavam *além das Colunas de Hércules*; depois deles, só os «**Cinésios**» (Οι Κυνησοι) que eram por sua vez os mais ocidentais de todos os povos do continente.

É uma referência àqueles que seriam, na verdade, dos mais antigos habitantes do Ocidente peninsular, e cujo território, de resto, ao que se supõe, talvez coincidissem com o que viria a ser a Lusitânia [cf. HERÓDOTO, II, 33-34].

Se a grande fronteira entre o mundo conhecido e o vasto Oceano se situava

na **zona das «Colunas de Hércules»**, sobre o estreito que separava a Europa da África, o interior da Europa e, sobretudo, o seu Extremo Ocidente eram, ainda, insuficientemente conhecidos, quase como se nenhum Grego tivesse ido além das áreas litorais.

As «**Colunas de Hércules**», bem entendido, vieram a designar a zona do **Estreito de Gibraltar**; muito embora, ainda antes de Heródoto, se viesse supor que ficavam na **Sicília**. O facto é que, à medida que os Gregos avançavam para Ocidente, assim a «fronteira» entre os limites do mundo conhecido se ia alargando. E assim decorria com a própria extensão dos territórios que teriam sido os cenários e espaço da gesta de **Héracles**, enquanto ciclo mitológico fundamental da afirmação cultural dos Gregos.

a) A perspectivação da οικουμένη no Séc. V a.C..

Enfim, na obra de Heródoto, no pleno decaimento do período clássico, tal como, aliás, na obra de Estrabão, escrita quinhentos anos depois, a identificação com a Ibéria parece estar já estabelecida. Com efeito, **Heródoto**, falando do mítico **Gerião**, referia já que entre as lendas dos Citas, contando-se que tinha sido para o seu país que o herói grego levava as manadas, se explicava que o território desse Rei, *estava*, efectivamente, em redor da antiga cidade de Gadir (Γαδειρα), *além das Colunas* já em pleno Oceano [HERÓDOTO, IV, 8]⁶².

Sendo assim uma referência geográfica fundamental, as Colunas de Hércules constituíam-se como o limite da ecúmena.

⁶² E prossegue, contando-se que os **Citas** consideravam que o **Oceano** tinha o seu início no ponto onde se levantava o Sol, e que rodeava todas as terras. Segundo as mesmas tradições, **Hércules** saíra da ilha de Erytheia com o gado de Gerião e, tomado pelo frio inverno, enrolara-se na sua pele de leão e adormecera. Durante o seu sono, desapareceriam os cavalos que o herói desatrelara para que pastassem, e a partir daqui desenvolver-se-á o **tema das aventuras de Hércules no país dos Citas** [HERÓDOTO, IV, 8-9, ss.].

É nesse sentido que Heródoto continua a indicá-las, desde logo como o ponto além do qual se havia enviado uma **missão de barcos fenícios para a circum-navegação do Oceano**, para regressarem depois ao Egipto (datando daí a viagem que «*primeiro se fez*», tendo como resultado *a noção da extensão da Líbia*) [HERÓDOTO, IV, 42-43]. Ou, mais adiante, descrevendo igualmente a **viagem de Colaios de Samos**, indica que este Heleno também terá viajado ininterruptamente até passar as Colunas e alcançar por fim o reino de Tartesso, completando-se, com a sua viagem, um outro périplo que levava a cabo a conclusão das descrições da extensão das «**dunas**» **ao longo do litoral africano** (Αιγυπτου το παρα θαλασσαν...), que iam da cidade egípcia de Tebas à zona das Colunas [cf. HERÓDOTO: IV, 152; e, IV, 181].

De qualquer forma, ainda que muito dos seus testemunhos assinalassem já o papel essencial da observação directa de sítios e gentes, **Heródoto** havia viajado sobretudo pelo **Mediterrâneo oriental**, pelo menos no que é possível aferir pelo que conta, então, do Egipto e Pérsia, do Mar Negro ou do País dos Citas, onde se acentua quase sempre um discurso na primeira pessoa. No **IV Livro**, adianta pontualmente as suas anotações geográficas sobre o «mundo», e é aqui que introduz, aliás, a sua referência à missão fenícia de reconhecimento dos mares, pois serve de fundamentação para que concluísse que as partes do mundo conhecido eram afinal bem diferentes entre si.

Há-de declarar-se, de qualquer modo, *surpreendido* com a divisão corrente do mundo nas três grandes regiões da Líbia, Ásia e Europa, e assinala que a **Europa** era afinal *tão comprida* como as restantes regiões no seu conjunto [IV, 42].

O contraste é grande quando se toma, nomeadamente, em atenção as suas próprias descrições de determinadas sociedades bárbaras, em perecimento de outras. Ocupar-se-á, de facto, bastante do que sabia sobre os **Citas**, que habitavam das estepes em redor do Mar Negro, o que lhe toma grande parte do **IV Livro** das *Histórias*. Em contraposição, os habitantes da Europa, os «**Celtas**», não

serão objecto de uma tão ampla exposição de episódios e factos marcantes como os que se usaram para apresentar as características dos Citas.

E, no entanto, **Heródoto** não se enganara: o **Danúbio** nascia efectivamente nos territórios célticos, ou seja na Europa central, muito embora o espaço habitado pelos Κελται se viesse depois a confinar cada vez mais ao Ocidente, e em concreto às **Gálias**, conforme o que é conhecido para as épocas subsequentes ao **Séc. V a.C.**, quando, de resto, esses mesmos povos vieram a constituir uma das grandes ameaças ao próprio mundo clássico.

Na obra de **Heródoto** sucede, de qualquer modo, que é a medida das distâncias que se tornava indistinta e demasiado generalizante no âmbito descritivo do que existia na **Europa**; de novo, um aspecto que se poderá contrapor aos detalhes com que **Estrabão** dotou a sua *Geografia*.

Aqui, na verdade, **Estrabão** apresenta já em termos distintos a «**Ibéria**» e a «**Céltica**», regiões às quais consagrará de resto partes igualmente diferentes da sua obra, o **III Livro** para a Hispânia e o **IV Livro** para as Gálias, assinalando o modo como os **Pirinéus** (Αι Πυρηναία), fronteira natural nas zonas orientais da Ibéria, acabam por separar um território de outro [ESTRABÃO: III, 3].

E não deixaria também, mais adiante, de se referir, já, à composição étnica da Península, tal como se assinalava já para o **Séc. I**: destaca-se a menção à presença de **Celtici**, no território situado entre o Tejo e o Guadiana, que seria reafirmada por Plínio, mas prosseguiria pela enumeração dos restantes povos que constituíam os «Των Ιβηρον»: **Lusitanos** (Λυσιτανοι); **Vetões** (Ουεττωνες); ainda os **Cinetes** ou **Cúneo-cinésios**, e, por fim, os **Turdetanos** (Τουρδητανος) e **Túrdulos** (Τουρδουλος); estes, só para referir os que habitavam as áreas contíguas da Lusitânia e Bética [cf. ESTRABÃO, III, 6].

Todos estes nomes, e todos os hábitos que fariam eventualmente parte da cultura de cada um desses povos ou tribos de uma época fundacional do território português, apareceram, em primeiro lugar, nas fontes clássicas. Desde logo, o que

se nota é que esses mesmos textos são afinal tardios, quanto à relação com os episódios mencionados de uma História local, à qual se recuava, tanto quanto possível, na medida de dois ou três séculos. As fontes mais fidedignas fossem as de autoria grega ou latina, eram, afinal, coincidentes com integração do antigo território português no Império Romano, e, uma vez ocorridas todas as guerras de conquista, e cumprida a assimilação, não deixavam de denotar as próprias marcas ideológicas do **Séc. I**.

De qualquer maneira, não deixava de ser, afinal, também evidente, que a própria evocação de episódios primevos, ora mais recentes, ora situáveis num tempo mais recuado, interessava àquele mesmo momento do presente, como uma herança civilizacional que, enfim, também contribuíra para a formação do Império, o qual ambicionava tornar-se numa concretização terrena dos ideais de equilíbrio universal, em plena combinação e **homonoia**.

b) Em torno à questão das navegações gregas para Ocidente.

A **evocação de Héracles**, como, em outros exemplos, a **evocação de Odisseus** (e, por extensão, a **evocação das viagens de Colaios de Samos**, ou das **expedições ao Reino de Argantónio**, referidas ambas por **Heródoto**), traçando, na verdade, a ideia de que há aí uma alusão a eventuais recordações de contactos helénicos iniciais de Gregos e povos ibéricos, não deixa também de ser, acima de tudo, um elemento essencialmente indicador da situação que, em **meados do Séc. VI a.C.**, e em mercê do súbito obscurecimento do potentado tireense na hegemonia sobre o Mediterrâneo, fez triunfar a emergência da própria **hegemonia da Hélade** sobre as antigas rotas de circulação marítima; a outro nível, sucede-se também a substituição da figura do deus fenício **Melqart** pela figura do mítico herói grego **Héracles**, não menos rodeado pela esfera do divino.

Sendo, obviamente, que era das ilhas gregas (das Ilhas da Jónia, **Rodes** e **Samos**, ou até de **Chipre**) que partiam, pois, as rotas comerciais que se dirigiam ao Mediterrâneo Ocidental, colocou-se desde logo a hipótese de se tentar comprovar que a **cerâmica decorada** com tal proveniência tenha chegado à Península Ibérica. E, com efeito, parece aferível, pelo menos, existência de **vestígios sâmios** entre as presenças locais de materiais importados, apesar da sua dispersão e estado fragmentário.

A este propósito, há a considerar a seguinte indicação de **Ana Margarida Arruda**: *se as taças ródias de pássaros encontradas na Andalúzia não são ainda, porque isoladas, dados suficientemente válidos para apoiar uma presença de navegadores ródios na costa da Península Ibérica nos séculos IX e VIII, como nos transmitiram Estrabão e o Pseudo-Scymnos, já as cerâmicas dos séculos VII e VI encontradas em Huelva fornecem outros contornos à viagem de Colaios de Samos (...) ou aos contactos dos navegadores focenses com o Rei Argantónio, descritos por Heródoto [ARRUDA 1997: 59]* ⁶³.

Segundo a tradição, que **Heródoto** abordou com especial interesse, a figura de **Argantónio** era então apresentado como sendo o «**Rei da Prata**» (tanto quando Gerião fora o «**Rei boiadeiro**») ⁶⁴.

Entretanto, na narração das **vicissitudes dos Focenses**, contar-se-á o modo como estes foram obrigados a fugir da sua cidade, sob a ameaça persa de

⁶³ Trata-se, pois, de um conjunto de taças 'jónias' de origem sâmia, de Huelva, no qual os exemplares em que o verniz, negro e brilhante, é aplicado directamente sobre a pasta, isto é, que não possuem qualquer engobe, podem ser considerados sâmios, mas também áticos e coríntios. A origem exacta das taças 'jónias' é pois muito difícil de precisar devidamente. Apesar disto, um grupo considerável destas taças pode considerar-se sâmio, tendo em conta as características da pasta e do verniz, a ausência de engobe e o esquema decorativo que apresentam [ARRUDA 1997: 44]

⁶⁴ Nome talvez composto a partir de «αργός», que tanto significa «brilhante», ou «branco» (tanto como, na contracção de «αεργος», negação de «εργασια», «trabalho, obra» virá antes a significar «preguiçoso», ou «o que não está trabalhado»), ou,

Harpágio, general do Rei Ciro (Kurash II, que terá reinado entre 560-530 a.C.).

Forçados, então, a recolherem-se aos seus barcos, cercada a cidade de **Foceia** e tendo somente livres as vias marítimas, os **Focenses**, de resto já afamados como exímios navegadores e comerciantes, além, ainda, da admiração granjeada pelos seus barcos de cinquenta remos, saíram para o Mediterrâneo, carregando os seus bens, e encetaram uma série de deambulações, que, afinal, acabariam por os levar para a parte meridional da Ibéria, onde seriam bem acolhidos por **Argantónio** [HERÓDOTO, I, 162-ss.].

A fuga desde a cidade de **Foceia** decorrera durante a noite, e em que o primeiro destino dos barcos, repletos de tesouros, entre as oferendas e as estátuas que se haviam tentado resgatar de todos os templos da cidade, teria sido a vizinha ilha de Chios. Mas, enquanto uns se dividiam, entre contingentes que preferiram voltar atrás e contra-atacar os Persas, outros seguiram em frente, acabando por desembarcar no litoral tartéssio.

Correlacionando esta narração com presumíveis factos históricos, teria isto sucedido, na verdade, entre 630 e 550 a.C.. Diante de **Argantónio**, solicitaram os **Focenses** auxílio; e, aí, em troca, com as suas próprias riquezas, terão ajudado a amuralhar a capital do seu reino, resultando, pois, uma obra «*perfeita*» e «*magnífica*» (ainda que **Argantónio** fosse sempre descrito como um rei de grandes posses) [HERÓDOTO: I, 163].

Argantónio teria, então, proposto aos **Focenses** que se instalassem no seu território, estabelecendo aí uma nova residência. Mas a oferta seria declinada. Alegando que um oráculo lhes viera a ordenar que voltassem para trás, regressariam, pois, a Chios, mas teriam sido forçados a voltar uma vez mais atrás, para finalmente se estabelecerem definitivamente diante da **Córsega, a ilha de Cynos**, instalando-se, portanto, na **ilha de Alalia**, onde, de resto, viria a ter lugar a famosa **Batalha de 535 a.C.** [HERÓDOTO: I, 164-165].

precisamente, de «*αργυρος*», «**prata**» [cf. A. BAILLY, *Dictionnaire Grec-Français*

Juntamente com a recém-fundada **Massalia (Marselha)**, o estabelecimento focense de Alalia constituir-se-ia, pois, como um dos portos mais avançados gregos no Mediterrâneo ocidental; e o seu interesse, tal como, aliás, fora o próprio interesse dos «**Fenícios**» eram as rotas comerciais, pelas quais se traziam artefactos fabricados na Hélade, para se trocarem com as matérias-primas da Península Ibérica ou da baixa Gália.

A **Lenda de Argantónio** e do seu acolhimento destes gregos representava, inequivocamente, algo da memória dos primeiros contactos regulares com a Península e do acordo que se teria estabelecido quanto a relações comerciais privilegiadas, quaisquer que tivessem sido os seus protagonistas.

2.2. O relance sobre as populações locais e os seus aspectos distintivos.

Os factos, pois, tal como vieram a revelar-se como subjacentes às descrições clássicas e, sendo desde já de assinalar, em certa medida corroborados pelos achados materiais onde há representações simbólicas precisas, surgiram, assim, como resultado de uma progressiva amálgama de referências que não poderiam deixar de compor-se num discurso correspondente à própria tentativa de elaboração de uma imagem genérica da velha Hispânia. Ocorrendo, ainda, a evidência de interpolações e acréscimos posteriores inseridos na composição dos textos que nos vieram a servir de fontes literárias para o conhecimento destas épocas, tendo sucedido tais intervenções por algum motivo de causalidade poética ou devido a conveniências pontuais, é notório que a eventual historicidade das coisas foi, ao invés, alterada para a adequação a algum propósito útil de fundamentação ideológica, que, claro está, fazia aproximar o âmbito dos registos dos mais se importaria afirmar em determinado tempo.

De qualquer maneira, o **mito geriónico**, no modo em que se formulou ao longo das obras poéticas, e assim ganhando a sua posteridade entre as tradições do Classicismo, não se desligou da aproximação às próprias formas expressivas das sociedades peninsulares, entroncando-se nas heranças de Tartesso ou da Celtibéria, não sendo, pois, por mera casualidade, que se tornaria num dos temas de maior impacto quanto às conotações com o repertório descritivo da primeva Hispânia.

a) Gerião e os simbolismos taurídeos.

Exemplo de um monarca intolerante, mas rico, **Gerião**, governando o país desde a sua ilha de **Erytheia**, era descrito como o **Rei «boiadeiro»**; isto numa época em que a posse de gados era precisamente um elemento de enorme riqueza [ESTRABÃO, III, 2, 11].

De resto, a associação entre a própria importância que o **touro** teria tido nos contextos sócio-económicos da Antiguidade peninsular e a lenda do roubo dos gados de Gerião, tal como se veio a conhecer das tradições clássicas, o que **Caetano de Mello Beirão** assinalava, no seu estudo sobre a Idade do Ferro meridional, enquanto elemento de destaque para a caracterização dessa mesma época cultural.

Conforme indicou este arqueólogo, *le taureau est archéologiquement représenté, non seulement dans les sculptures romaines existant au Musée de Beja, mais encore sur un masque céramique que j'ai recueilli dans la nécropole de Fonte Santa* [Ourique] (...) [BEIRÃO 1986 : 11 ; n/ destaque]⁶⁵.

A pertinência da observação de Caetano de Mello Beirão, atrás citada, reforça, portanto, a correlação entre a vigência da lenda das **lutas de Hércules contra Gerião** e a presença das frequentes **representações taurídeas**, a Sul, entre **artefactos de bronze** ou na **coroplastia**, e a que se adicionará o achado dos celebrizados **bucrânios esculpidos**, que vieram a ser recolhidos em diversos sítios da cidade de Beja, de época posterior, mas com carácter único e de incidência espantosamente local, que, então, se explicará, pelos sentidos de uma tradição ancestral, enraizada, que não se desligava do universo cultural das

⁶⁵ *Enfin, il faut faire une allusion spéciale au plus grand mammifère de l'Occident, le taureau sauvage (Bos taurus), qui n'existe aujourd'hui qu'en manades et qui est élevé dans les arrondissements septentrionaux du Bas-Alentejo, province où les courses de taureaux, remontant à une très vieille tradition, profondément enracinée, sont encore pratiquées aujourd'hui fréquemment* [BEIRÃO, id., ibid. ; n/ destaque].

sociedades que habitavam esta parte meridional do actual território português.

Por um lado, estamos, assim, perante o desenvolvimento de aspectos expressivos que assinalam a profunda abrangência que o **simbolismo do «touro»** veio a ter no próprio mundo mediterrânico, e que não deixa, também, de ser fundamental, quer ao cerne do **Mito de Gerião**, quer à sua respectiva inclusão entre o **Ciclo dos «Trabalhos de Hércules»**.

Figs.
9-11; 38.

A outro nível, o mesmo simbolismo, em remota data, começa, aliás, por se integrar no importante **mito fundador de Osíris**, que se reportava às próprias da civilização egípcia, e que, como é sabido, em tempos helenísticos, fornece a base para o surgimento do culto de **Osíris-Ápis**, ou **Serápis**, honrando o touro que guardou o corpo do deus (sob as indicações de Ísis), após o assassinio perpetrado por Seth [cf. FRAZER 1922(1995): 358-380, na análise efectuada sobre as antigas fontes] ⁶⁶.

Reportando-se a um mito imemorial, o **tema da representação do touro**

⁶⁶ **Osíris** tornou-se no **Rei dos Mortos**, voltando a viver com o regresso de cada Primavera, no florescimento do mundo vegetal, e regressando ao Outro Mundo em cada Outono, em representação simbólica dos próprios **ciclos de morte-renascimento das forças da Natureza**. Após a traição de **Seth-Typhon**, que assassinou o próprio irmão, Ísis veio a colocar o corpo do esposo no Delta do Nilo, onde foi, pois, guardado pelos dois touros, **Ápis** e **Mnévis**. Em **Mênfis**, conservar-se-ia um santuário dedicado ao culto de Osíris-Ápis, o «**Serapeum**», já referido na Antiguidade, também por Estrabão, mas viria somente a redescobrir-se em meados do Séc. XIX pelos **trabalhos de escavação de Auguste Mariette** que, **entre 1850 e 1851** resgatou o hipogeu funerário, antecedido por pátio, dedicado ao touro Ápis. Antes desta descoberta, de resto, já uma **inscrição** presente nos albuns elaborados pelos «sábios» que acompanharam a expedição de Napoleão Bonaparte, os albuns da colecção *Déscription de l’Égypte (1810-1820)*, em vinte volumes de desenhos e inventariação de sítios, e considerada por Mariette como sendo da XXX Dinastia (reinado de Nectanebo II, ca. 340 a.C.), viera a falar desse mesmo sítio [cf. FRAZER, id., *ibid.*; S. AUFRÈRE, et al., *L’Égypte restituée, Vol. I: «Sites et temples de Haute Égypte»* (Paris, 1991): 29-ss.]. E é certo que, muito surpreendentemente, a dado passo das mais diversas tradições literárias, também **Osíris** aparecia como **um dos adversários de Gerião**, que vinha para o destronar e restaurar o estado de justiça num outro país (isto, noutras passagens, de que fica ainda por aferir o modo da sua respectiva génese e aparecimento coincidente com as renovadas tentativas de elaboração de um discurso genérico sobre o que teria sido a presumível realidade histórica de uma época recuada) [cf. AZEVEDO 1652 (1753): I Livro, Cap. XXXVIII, 155-ss.].

reflecte-se, em suma, em amplas manifestações, e como tema que é inerentemente iconográfico, que se repetem, ao longo do tempo e através das regiões, pelo mundo antigo.

Representava o poder e a soberania celestes, a realeza e o sentido sobrenatural das forças que lhe estavam por detrás; o touro, divinizado, acompanhava, assim, igualmente, o Homem. Na Europa Antiga, segundo a caracterização de **Miranda Green**, era, então, o **touro**, motivo para um «culto benéfico», no qual *the bull itself was revered as a creature of great power, fertility and invincibility. (...) It was also a creature of good fortune* [GREEN 1992a: 53]⁶⁷.

Do que interessa ainda realçar quanto à menção dos habitantes da Ibéria, Heródoto apresentara, então, ainda que em vagos termos, a referência aos **Cinésios**, muito possivelmente um dos mais antigos grupos que habitavam o Extremo Ocidente meridional da Península Ibérica, e aos quais Estrabão viria, pois, a prosseguir uma outra descrição.

Ora, seria o seu território, precisamente, o sul hispânico. Uma das províncias, talvez, do velho reino de **Gerião**. Decerto, uma das regiões periféricas ao antigo reino tartéssio. E, certamente, a seu lado, em relação de vizinhança, os «Célticos». A ocorrência dos simbolismos taurídeos, na verdade, parece ter sido um dos temas favoritos, não só mundo mediterrâneo, como da Europa antiga, ressurgindo vigorosamente, com sentidos idênticos, entre as sociedades célticas da **Gália e Borgonha** e zonas circundantes⁶⁸.

⁶⁷ Estamos, pois, perante uma das formas mais expressivas das próprias sociedades hispânicas, da Turdetânia e Celtibéria [cf. GIL FERRÉS 1971 (1981): 568-569; na síntese introdutória à respectiva caracterização das mesmas sociedades].

⁶⁸ No âmbito das **representações taurídeas da Europa Antiga**, que o seu respectivo **exarcebamento**, numa **intencionalidade simbólica**, se traduzia muitas vezes pela **colocação de três cornos** na frente do animal, tal como se conhece de diversas figurinhas de bronze, correspondentes às fórmulas correntes da própria arte céltica (*«indigenous to the Gaulish provinces, being found most frequently among the Lingones, Sequani and the eastern tribes generally»*) [GREEN 1992a: 53]). E sucede, pois, que também **Gerião** viria a ser descrito como «*o das três cabeças*», o que fez

Contudo, era certo que as principais afinidades civilizacionais se atestariam, não com os vizinhos célticos, mas, antes, com outros povos, das zonas meridionais ibéricas.

Junto ao Estreito, do seu lado oriental, situar-se-ia o território dos «**Bástulos**» ou «**Bastetanos**»; erguia-se, também aí, o Monte Calpe, de grande altura, o qual, de longe, seria facilmente confundido pelos navegadores por uma ilha. No sopé do dito monte, estava a cidade com o mesmo nome (a **Calpis oppidum**, ou, segundo o *Itinerário de Antonino*, a **Calpe Carteia**), que «alguns», como **Timóstenes de Rodes**, julgavam que tinha sido de facto fundada por Hércules, tendo sido por isso igualmente denominada de «**Heracleia**» [ESTRABÃO, id., *ibid.*; cf. também LASSERRE 1966: 28; e id., notas, 186-187; a descrição da região de Calpe é retomada por Estrabão, in III, 4, 1].

E, enfim, a cerca de *setecentos e cinquenta estádios* distante de **Calpe** (de acordo com a distância transmitida por **Artemidoro**, e seguida por Possidónio), separada da **Turdetânia** por um «*braço de mar*», estava então a área de **Gadir** [ESTRABÃO, III, 1, 8].

b) Os litorais e o domínio dos recursos naturais.

Ainda que, também em **Estrabão**, se revelem, apesar de tudo, escassas informações que se poderiam referir ao interior da Península, e permanecendo num certo vazio descritivo algumas áreas do **litoral atlântico**, como entre o Cabo de São Vicente e o Cabo de Finisterra, na Galiza, lugares até então, pois, pouco visitados, e, como tal, sem quaisquer registos de âmbito mais pormenorizado, o

suscitar algumas hipóteses quanto à sua filiação entre as próprias manifestações culturais dos Celtíberos e em **aproximação ao grupo das «divindades cornudas» da religião céltica europeia (Trigaranus, Garanus-Recaranus, et. al.)**, embora se realçasse tratar-se de **um «culto local», antigo, de que o Mito de Gerião seria uma apropriação** e, do mesmo modo, **sucessivamente assimilado às lendas de Melqart-**

seu conhecimento é, contdo, suficiente para traçar apontamentos sobre as próprias clivagens entre as partes norte e sul da Península Ibérica ⁶⁹.

Com efeito, a sua gama de registos consegue tornar-se significativamente mais ampla, e, na sua qualidade de fonte, será um dos textos mais fundamentais para a antiga história da Hispânia.

Outro dos mais importantes Autores referenciais, será o romano **Rufo Festo Avieno (Séc. IV d.C.)**, que, no seu poema, *Ora Marítima*, há-de designar o **Guadalquivir** como sendo o «**Rio Tartesso**», e fala do seu caudal e do modo como desaguava no golfo pantanoso, indicando que era a sua correnteza o que trazia até às muralhas de Tartesso as aparas de estanho, esse «*rico metal*». Quanto ao interior, Avieno procederá, entretanto, à enumeração dos nomes dos seus habitantes: os «**Etmaneus**», e, «até às terras dos Cempsos», situadas além do Anas, os «**Ileates**», que dispunham de férteis campos; junto ao litoral, dispunham-se os «**Cilbicenos**» [AVIENO: vvs. 284-305].

E regressará, de novo, à descrição da bacia gaditana, descrevendo-a como *um mar intermédio separa (...) a fortaleza de Géron e o promontório do Templo [de Hércules]; e o golfo tartéssio fica entre cumes de escarpas. É junto ao cabo Géron que o largo rio desagua. Em seguida ergue-se o monte dos Tartéssios, de espessos bosques. Vem depois a ilha Eritia, de campos extensos, outrora sob o domínio cartaginês, já que de início fora ocupada pelos colonos da antiga Cartago. A ilha encontra-se separada do continente por um [outro] mar intermédio de cinco estádios. Do lado da fortaleza de Gades em que o dia se põe, fica a ilha consagrada a Vénus Marinha, na qual existe um templo da deusa, um santuário subterrâneo e um oráculo. Quando se vem desse monte, cujos bosques*

Hércules, voltando a reencontrar eco nas atribuições figurativas dos Celtas [cf. a apreciação de MEANA e PIÑERO 1992: 66; nota].

⁶⁹ Também das **Baleares**, *Strabon ne dit-il presque rien ni de ces côtes, ni de ces îles, du moins touchant leur géographie. (...) Il n' en demeure pas moins que notre connaissance de l'Ibérie antique atteint une étendue, une précision et une exactitude tout à fait remarquables* [LASSERRE 1966 : 14-15].

(...) *amedrontam, encontra-se espraiado e suave [um] litoral de areias* [AVIENO: vvs. 305-320; n/ destaque].

Estrabão será, por sua vez, explícito quando, no seguimento da mesma passagem de abertura do **III Livro** da sua *Geografia*, vem a afirmar que, em contraste com este mesmo cenário marítimo, a maior parte da Ibéria era «*inóspita*», oferecendo antes uma rude paisagem de montanhas, florestas ou então preenchida por planícies de solo exíguo, e onde a água não se repartia por onde seria mais necessária.

Prosseguindo, faz o Autor grego referência às dificuldades que havia quanto à circulação de gentes e mercadorias, do interior para o Norte, onde, de resto, a adicionar ao chão essencialmente rochoso, o clima tendia a ser frio devido à proximidade do Oceano [ESTRABÃO, III, 1, 2].

Em contraposição, eram, então, as partes meridionais, «*além das Colunas*» mais férteis e acolhedoras [ESTRABÃO, id., ibid.].

Este modo de atenção, tanto em relação ao clima, como em relação aos costumes dos povos que habitavam o espaço da Península Ibérica, terá constituído a herança que o Autor grego recebeu de outros que o precederam, seguindo portanto, em termos gerais, as indicações tal como esses mesmos antecessores as haviam subscrito na sua respectiva opinião («*ως τους ιστορικούς θυρειν...*», segundo comenta [ESTRABÃO, III, 2, 9]). A fundamentação proporcionada por estes outros Autores, ao que parece, manteve-se com acuidade entre as sucessivas referências presentes na *Geografia*, contribuindo não apenas para reforçar a sua respectiva validação documental, como igualmente para se estabelecer a sua cronologia de execução ⁷⁰.

⁷⁰ Entre esses estavam, nomeadamente, **Hecateu de Mileto**, **Possidónio**, **Asínio Pólio**, e, obviamente, **Políbio**, **Asclepiades Mirliano** (o qual será inclusivamente depois descrito como o «*sábio da Turdetânia*»), ou, enfim, o já citado **Artemidoro** [cf. também LASSERRE 1966: 190, nota]. Quanto a **ESTRABÃO, III : le plan de ce livre suit la répartition des ethnies telle qu'elle s'exprimait sur la carte politique**

Na verdade, o **Sul peninsular**, abrangendo as terras que rodeavam o «Reino de Gerião» e se estendiam, pois, pela bacia de dois rios, do **Bétis** ao **Anas** (respectivamente, o **Guadalquivir** e o **Guadiana**), ou seja o país que recebe, em Estrabão o nome de **Turdetânia** (Ἡ Τουρδητανία), para além de ter sido uma área civilizacional que mais cedo se oferecera aos contactos mediterrânicos, remontando-se, pelo menos, aos tempos tartéssicos (ou até antes, a confirmar-se aqui a hipótese do estabelecimento de contactos e rotas de troca já vigentes durante o II Milénio a.C.), veio a evidenciar sinais de desenvolvimento social e cultural muito semelhantes ao que sucedera entre as sociedades orientais ⁷¹.

antérieurement à la conquête romaine, non la division administrative de l'Ibérie à l'époque d'Auguste ou de Tibère. Une autre division, qui distingue entre climat méridional et climat septentrional, est esquissée en guise d'introduction dans le chapitre premier. (...) Strabon l'a simplement reprise de Posidonius, qui l'avait exposée en tête de ses chapitres sur les peuples ibères parce qu'elle expliquait selon lui, leurs caractères les plus frappants [LASSERRE 1966: 3-4]. Strabon n'ignore pas- et ne laisse pas ignorer- que ces informations de bonne origine font tout le prix de sa propre description. Aussi ne manque-t-il pas de rappeler qu'Artémidore a navigué jusqu'au Promontoire Sacré [Sagres], que Posidonius a séjourné à Gadeira [Cádiz], et visité là la vallée du Bétis jusqu'à Ilipa [Alcalá del Rio, Sevilha], qu'Asclépiade a vécu en Turdétanie [LASSERRE, ibid. : 12-13].

⁷¹ Καλουσι δ απο μεν του ποταμου Βαιτικην, απο δε των ενοικουντων Τουρδητανιαν («*assim toma a terra o nome de Bética, pelo rio que aí corre, sendo os também ainda chamada pelos seus habitantes de Turdetânia*»), e continuando, diria que os próprios habitantes da Bética se designavam como «**Turdetanos**» e também como de «**Túrdulos**», tendo havido Autores que os consideravam como distintos entre si, mas «*parecendo não haver agora diferenças*», ainda que Políbio tivesse apresentado os «**Túrdulos**» como vizinhos a norte dos Turdetanos) [ESTRABÃO: III, 1, 6; cf. também LASSERRE 1966: 27]. De referir, quanto ao Sul português, que é indicado que *ambos os povos, Celtici e Turduli* [que aí coabitavam e cuja «*fixação*», quanto aos últimos «*no Alentejo e no Algarve parece indiscutível*»] (...) *em data por enquanto tão incerta como a da sua fixação, ambos parcialmente emigraram para o Noroeste peninsular* [ALARCÃO 1988: 65; cf. também, atrás, nota sobre «*celtiberismo*»].

O país turdetânico, situado entre ambos estes rios, beneficiava, portanto, não só de riquezas minéricas, agrícolas e piscatórias, como podia muito bem fazer escoar as sua produção, e receber bem de luxo em troca. No Séc. I, conforme o Autor já o regista, o sentido do comércio ibérico far-se-ia já, quase totalmente, na direcção da Itália [ESTRABÃO: III, 2, 4-8].

E tal como de resto se atestara já nas descrições de **Heródoto**, também **Estrabão** veio a conceder particular importância a testemunhos de outra autoria que se revelavam afinal como informações directas, ou «oculares», apoiadas na observação das próprias coisas e registo de factos aferíveis para as regiões em causa.

Quanto ao Sul, a riqueza natural era, assim, o que melhor se poderia avaliar, e tanto mais, porque viera a constituir a base económica fundamental que permitira o estabelecimento de laços comerciais e civilizacionais já desde remota data. Desde logo, assinalava-se a extraordinária **riqueza minérica** do território, em prata, ouro ou estanho, e que parecia saltar à superfície dos terrenos, tendo merecido até a Possidónio o comentário poético de que a força divina que, aqui mesmo, governava o telúrico não era «*Hades*», mas sim «*Plutão*»: uma apreciação que, enfim, é relativizada por Estrabão, que a cita tão só para fazer realçar a admiração sempre suscitada por essa mesma abundância material, e de que o Autor faz uso como remate da sua própria enumeração dos recursos, dos agrários aos metalúrgicos, da **Turdetânia**. E era precisamente pela metalurgia, tanto pelas jazidas como as técnicas de extracção, que a mesma região acabava, pois, por se realçar no contexto da Península que, de resto, possuía afinal, no seu todo, similares recursos ⁷².

Em «*nenhum lugar*», afirma-se, havia quantidades tão notáveis de ouro, prata e cobre, como nas bacias minéricas do Sul, mesmo tendo em conta o

⁷² Ου τε γαρ χρυσος [ouro] ουκ αργυρος [prata], ουδε δη καλκος [ου χαλκος, cobre, bronze], ουδε σιδηρος [ferro] (...) [ESTRABÃO: III, 2, 8].

conjunto da Ibéria [ESTRABÃO, III, 2, 8]. Possidónio chegara a afirmar, pois, que, de cada colina, sendo o território tão pródigo assim em metais, quase se sacava a própria moeda [ESTRABÃO, III, 2, 9].

A **circulação dos metais**, sendo que as principais jazidas se encontravam em regiões interiores, era facilitada pela **navegabilidade dos principais rios**, sobretudo o Bétis e o Anas. E, também eram férteis, em seu redor, as terras. Havia igualmente abundância de peixe e o comércio desenvolvia-se. À data em que escreveu Estrabão, indicava-se que as rotas marítimas se estabeleciam, quase na sua totalidade, com a Itália, graças às boas condições de navegação até ao Estreito, dificultando-se aí, mas voltando a atravessar-se o Mediterrâneo com razoável ímpeto até aos portos de destino [cf. ESTRABÃO, III, 2, 3-5].

Assim se justificava que o litoral tivesse um tão **significativo número de cidades**: **Córdova** (Κορδουβα), **Hispalis** (Sevilha, ou Ισπαλις), **Itálica** (Ιταλικα), **Ilipla Iliá** (Alcalá del Rio, ou Ιλιπλα), **Astigis** (Αστιγισ, ou seja a actual **Écija**), **Carmona** (Καρμων), **Obulco** (Οβουλκων), ou, obviamente, **Gadir (Cádiz)**, entre outras (**Onoba, Munda, Atégua, Urso...**) [cf. ESTRABÃO, III, 2, 1-2].

A fama granjeada por estas cidades hispânicas devia-se ao seu posicionamento como entrepostos comerciais, ou εμπορια, estrategicamente colocadas ao longo dos rios.

Destacavam-se, já à época, de acordo com o que se enumerava, a cidade de **Córdova** (descrita «*dos Gaditanos*», mas «*fundada por Marcelo*») ou **Hispalis**, onde Romanos e gentes locais tinham passado a coabitar (Ρωμαίων τε και των επιχωριων ανδρες επι λεκτοι... [ESTRABÃO, III, 2, 1]).

A salientar, igualmente, o **oppidum de Conistorgis** (Κονιστοργις), de localização ainda não confirmada, mas que, apesar da flagrante aproximação toponímica com a própria etimologia dos **Conii**, se situaria «*entre os Célticos*» («εν δε τοις Κελτικοις η Κονιστοργις εστι γνωριμωτατ'...»), e que era o lugar onde os Gaditanos se reuniam frequentemente em assembleia, sendo pois

Conistorgis indicada como a urbe principal, ou pelo menos a «*mais conhecida*» dos mesmos Κελτικοί [ESTRABÃO, III, 2, 2].

De qualquer maneira, **Conistorgis** localizar-se-ia presumivelmente no interior, sendo, enfim, o litoral o que mais continuava a interessar às descrições geográficas de **Estrabão**, porque era o que motivava o maior rol de informações acessíveis, e, igualmente, era a litoral onde se acentuavam os sítios de contacto intenso com o Mediterrâneo, assinalado, pois, desde longa data. Neste sentido, a cidade que mais destaque parecia assumir era evidentemente **Gadir**, com a sua longa história, antiga e presente, e a sua respectiva monumentalidade. Descrevendo a baía, que actualmente chamamos de Cádiz, à qual correspondia o litoral da Turdetânia, Estrabão localiza-a entre as embocaduras do Anas e do Bétis, assinalando com detalhe o seu respectivo término na zona das «Colunas de Hércules» (*pelas quais vinha comunicar o Mar Interior com o Mar Exterior*), e por onde se prolongava o Atlântico («εις το μεταξύ εμπιπτον το Ατλαντικον πελαγος ποιει τον κατα Σηίλας πορθμεν...») [ESTRABÃO, III, 1, 7]).

c) A circunscrição gaditana.

Desde logo, **Gadir** distinguia-se pela «**antiguidade**» da sua respectiva fundação, a qual remontaria ao tempo das navegações fenícias pelo Mediterrâneo. Atendendo-se, pois, às próprias **tradições dos Gaditanos**, segundo o que se contava e transmitia acerca da história da sua cidade, e que Estrabão há-de recapitular mais adiante na sua descrição [in III, 5, 5], os habitantes de Tiro, obedecendo a um oráculo que lhes fora dirigido, empenharam-se no estabelecimento de uma «colónia» na região das Colunas de Hércules, tendo enviado então uma missão de reconhecimento, cujo primeiro lugar de desembarque fora precisamente o **sopé do Calpe**, *supondo que os contrafortes montanhosos que aí se desenhavam vinham demarcar os limites da terra*

conhecida e o sítio final da viagem de Hércules [ESTRABÃO: III, 5, 5].

Julgariam que seria ali o lugar predeterminado, reunindo-se além do território das Colunas (*permanecendo pois no lugar a interior do estreito, onde também fica a cidade dos Saxitanos*). Porém, um novo sacrifício, ali mesmo realizado, veio a indicar-lhes uma previsão pouco favorável. Houve então necessidade de preparar posteriormente uma segunda expedição, que se dirigiu ainda mais adiante da zona do Estreito, e a qual veio assim a alcançar uma ilha que estava consagrada a Hércules, «*situada antes da cidade de Onoba*», aí executando novo rito sacrificial que, mais uma vez, se revelou desfavorável [id., ibid.].

À terceira expedição, porém, teria sucesso um outro lugar de chegada. Com efeito, atingir-se-ia finalmente o sítio onde se viria a estabelecer Gadir, e os Tireses puderam assim lançar a fundação do seu εμποριον, edificando um santuário a oriente da ilha, e, a ocidente, a cidade propriamente dita. Então, *para uns*, as «Colunas» vinham designar os altos montanhosos sobre o Estreito, chegando a afirmar-se que eram estes os do próprio Calpe, e, diante deste, do outro lado do Mediterrâneo, o africano Monte Abilyx, na «Líbia», (ενιον δε Στηλας υπελαβον την Καλπην και τον Αβιλυκα, το αντικειμενον ορος εκ της Λιβυς... [ESTRABÃO, id., ibid.]), enquanto que *para outros* seria o próprio estabelecimento de Gadir, aludindo-se às suas portas, ou, então, às **colunas** que pertenciam ao templo que os Tireses edificaram em honra do mítico herói, e diante das quais passariam, depois, a prestar sacrifício, todos os navegadores que desejavam manifestar o seu reconhecimento pela travessia dos mares que lhes havia permitido chegar a tão bom porto [ESTRABÃO, III, 5, 5].

Segundo o que se recolhe do que teria afirmado **Possidónio de Apameia**, tanto a história do «oráculo», como das «expedições», poderia não ter passado de uma «fábula fenícia». Contudo, Estrabão refutará esta perspectiva, reafirmando a sua aceitação das razões dos Gaditanos. Desde logo, notaria a contradição entre uma primeira caracterização feita, antes do mais, pelo próprio Possidónio, que

havia então apresentado os Fenícios como um povo sagaz e «*sábio em todos os temas*», e a apreciação de que o que era contado da sua obra não passava de lenda [ESTRABÃO, III, 5, 8].

Por outra parte, o geógrafo não deixaria igualmente de mostrar alguma dúvida perante o facto de se fazer coincidir as «**Colunas de Hércules**» com pontos naturais.

Sendo certo que uma tal designação se poderia talvez aplicar, fosse aos promontórios, fosse às ilhas que bordejavam o litoral tartéssico (e as quais, situadas além do mais numa embocadura, poderiam de resto ser bem comparáveis a «colunas»), a sua opinião é que as citadas «**Colunas**», em confronto com exemplos por demais conhecidos de delimitação territorial (como as «Colunas» deixadas na Índia por Alexandre o Grande), segundo os hábitos correntes na Antiguidade clássica, coincidiam na verdade com os esteios do Templo de Hércules, o **Herakleion**, numa referência ao aspecto marcante do seu dispositivo monumental, e não haveria dúvidas em considerá-las como obra de fundação fenícia.

Para tal, recorre, de resto, a uma frutuosa argumentação, que lhe serve como comprovação de um facto plausível [(ως εμοι φαίνεται [*como se me afigura*]) ESTRABÃO, III, 5-7; cf. também LASSERRE 1966: 86-ss.; 201-ss., notas].

Detendo, portanto, especial importância, não só em termos históricos, como, talvez principalmente, a nível simbólico, sempre em relação a um primitivo estabelecimento no dealbar do I Milénio a.C., seria a Cidade de **Gadir** amplamente descrita.

Começava por ser referida como uma das «*ilhas*» que havia em torno da Península Ibérica, inserindo **Estrabão** a sua respectiva menção já na parte final do **III Livro da Geografia**, com efeito consagrado às *ilhas da Ibéria* («των δε προκειμενων νησων της Ιβηριας...» [*De entre as ilhas dispostas em redor da Ibéria...*] [ESTRABÃO, III, 5, 1]), adiantando-se que talvez tivesse então sido a

mesma ilha que antigos Autores haviam chamado de **Erytheia** (Ἡ Ερυθραία), associada, pois, ao **Mito de Gerião** (e salientando-se que estava a dita ilha dotada de tão excelentes pastagens que era necessário adicionar grande quantidade de água ao próprio leite dos gados que aí se alimentavam, tal a sua espessa gordura), muito embora outros dos mesmos Autores ainda tivessem afirmado que a mesma **Erytheia** era antes a ilha que estava diante de Gadir [cf. ESTRABÃO: III, 5, 1- 4; LASSERRE 1966: 200, nota] ⁷³.

Refere-se a sua importância como entreposto comercial marítimo; porém, muito curiosamente, indicando-se que acabava por estar pouco voltada para o interior, tal a sua dependência económica em relação aos recursos proporcionados pelo mar; e grande parte dos habitantes daí naturais, à época de Estrabão, residia em Roma, ainda que se mantivesse no seu estatuto como uma das maiores cidades do mundo mediterrânico. Falava-se, portanto, da mais recente fase na história da cidade, já então a **Gades** romana, muito embora não se deixasse de lado, quanto à primitiva **Gadir**, o «número de relatos» que, orgulhosamente, se mantinham como tradição própria dos autóctones [ESTRABÃO, III, 5, 3].

A fundação de Gadir coincide, pois, com o estabelecimento do seu principal templo, e pode considerar-se, na respectiva aferição da historicidade de um tal momento, como um primeiro acto conducente à integração do Extremo Ocidente hispânico na esfera de interacções que ligavam as velhas civilizações mediterrâneas ⁷⁴.

⁷³ *L'île appelée (...) Erytheia est celle de Léon, où est installée l'actuelle Cadix* [LASSERRE 1966: 200].

⁷⁴ ESTRABÃO usa os verbos κτιζω e αποικιαν, com o mesmo sentido de «fundar uma colónia» [cf. III, 5, 5: «Περί δε της κτισσεως των Γαδειρων (...)», n/ destaque]. Em sentido correlativo surgirá igualmente outro verbo, «συνοικιζω», também com o mesmo sentido de «fundação», por sua vez associado a «οικεω», que significa «tornar familiar», «tornar conhecido», ou, muito simplesmente «coabitar», e que está por sua vez na base do conceito de «οικουμενη», o «mundo conhecido» ou «familiar, coabitado». De qualquer forma, o verbo κτιζω, aludindo efectivamente a um acto de

Trata-se, portanto, de um relato de «fundação», essencial para as memórias locais, e que subsistiu sob a forma de uma tradição transmitida ao longo dos séculos, contribuindo para a distinção própria da identidade cultural da cidade.

d) O circuito dos lugares consagrados em torno a Gadir.

Quanto ao **Herakleion**, cujas origens se confundem, então, com a memória da fundação da primitiva Gadir, há a assinalar a importância que, nas origens do estabelecimento de um tal culto ao herói grego, teria merecido afinal a própria disseminação do culto fenício a *Melqart*, na sua própria qualidade de indicador das presenças orientalizantes no Mediterrâneo, ao longo da primeira metade do I Milénio a.C.. Em torno das travessias do Mediterrâneo dos enviados de Tiro, ter-se-iam elaborado gestas que se sugeriam como um próprio prelúdio ao que viriam a ser as lendas de Hércules-Héracles até ao limite da οἰκουμένη.

José Maria Blázquez Martínez, abordando o tema no seu artigo: «El *Herakleion* gaditano: un templo semita en Occidente», veio, com efeito, a recapitular o seguinte: *encontramo-lo [o culto a Melqart] na própria Grécia: Eritiras e Delfos; Thasos forneceu um baixo-relevo do deus semita e Chipre uma estátua com equipagem completa. Ao mesmo [culto] se refere uma inscrição de Malta, assim como os dois cipos bilingues achados na mesma ilha que serviram para decifrar o fenício e que se datam em começos do Séc. II da nossa Era. Em Heraklea Minoa havia um promontório chamado Promontório de Héracles. O velho deus fenício tinha um templo na Samaria, servido por pessoas que*

Fig.
27.

«estabelecimento» de um determinado lugar, possui, afinal, o sentido literal de «**edificação**»; ou seja, torna-se evidente que, muito embora as circunstâncias de instalação fenícia no local se mantenham num âmbito historicamente ainda muito vago, toda aquela área não era, de facto, um sítio deserto, nem nunca o poderia ter sido, pois o propósito teria sido o de lançar um ponto de contacto de intenção comercial (tutelada pela honra dos acordos celebrados quase diante do Herakleion), que proporcionasse um ritmo regular de trocas entre as sociedades locais e o mundo exterior à Ibéria, com as consequências naturais que daí advieram em termos civilizacionais.

*mantinha a corte. O seu nome esculpiu-se nas colunas dos templos egípcios; e, por fim, as **oferendas que constantemente enviava Cartago ao velho santuário de Tiro** simbolizavam a **dependência espiritual** que unia a capital do mundo púnico à sua metrópole [BLÁZQUEZ MARTÍNEZ 1977: 17].*

A «monumentalização» de sítios de culto, bem como a instituição de veneração a determinadas entidades divinas é, evidentemente, um aspecto intencional que se configura como indissociável aos próprios hábitos mediterrâneos, e que, na **Ibéria**, se terá começado, pois, a notar com os estabelecimentos fenícios, na íntima ligação dos santuários às práticas de troca comercial.

Na própria urbe gaditana, pois, haveria mais do que um santuário:

- o **de Hércules**, situado na zona oriental, oposta à área por onde se estendia a cidade, distante desta em alguns quilómetros, correspondendo afinal ao comprimento da ilha;
- e o **de Cronos**, a Ocidente, erguido também sobre a urbe, mas noutro extremo [ESTRABÃO, id., ibid.].
- E enfim, um **terceiro santuário**, consagrado, por sua vez, a **Hera**, situar-se-ia numa das ilhas vizinhas aos altos montanhosos do **Abilyx** (citando-se no contexto da discussão em torno do que deveria considerar como as «Colunas de Hércules»), numa localização que se revelava afinal difícil de certificar [ESTRABÃO, III, 5, 5].

Se, repetidamente, o **Culto a Hércules** distinguia-se em **Gadir**, ao lado do de «Cronos», também não são estas as únicas menções aos cultos prestados ao divino no espaço do território envolvente à mesma cidade.

Estrabão refere, pois, que Artemidoro, afirmando efectivamente que havia uma «ilha de Hera» na zona do Estreito (της Ἡρας νησον και ἱερον λεγει αυτης), com o respectivo templo, negava que houvesse algum monte com um tal nome («Abilyx») ou um tal território («Metagonion») [ESTRABÃO: III, 5, 5.].

Não é esta a única também a única referência à veneração dedicada a entidades femininas de carácter supremo. Voltar-se-á, pois, a falar de um **Culto à «Vénus Marinha»**, ou de outro consagrado à «**Deusa infernal**», igualmente aí situado. Na *Ora Maritima* de **Rufo Festo Avieno** (ca. 350), que terá recopiado um arcaico texto, o do *Périplo Massaliota* (do **Séc. VI a.C.**), mas remodelado segundo os gostos de uma época já bastante mais tardia, volta-se a evocar o sentido de antiguidade do que teria existido ao largo do golfo tartéssico ⁷⁵.

Diz-se aí que, a seguir ao «rio Tartesso» e ao «Cabo consagrado a vento Zéfiro» (no Estreito?), estava precisamente o **Promontório consagrado a uma «Deusa infernal»** com o seu respectivo santuário: um «rico templo», que albergava também uma «escura cripta» e uma «oculta gruta» (tendo-se proposto, entretanto, que esse tal sítio coincidia o lugar aonde se veio a estabelecer o

⁷⁵ *Rúfio Festo Avieno foi uma personagem importante do seu tempo (...). [Mas] não se conhecem datas precisas na sua vida e torna-se difícil distingui-lo de outros homónimos. (...) O poema [Ora Maritima] apresenta uma nítida feição de périplo (...) bem visível no modo como estão ligados os assuntos e as descrições dos vários lugares e incidentes da costa: sistematicamente pelas palavras inde, dehinc, post, rursum, tum, etc. ('depois', 'em seguida', 'então') (...), [sendo] frequentes [as] afirmações de Avieno de que compôs a Orla Marítima com base em informações e textos vetustos (...), uma fonte autorizada (...), e grega (...), [o que levou] os estudiosos a tentarem descobrir a autoria dessa sua fonte antiga. (...) [A] obra deve ter sido [então] composta com base em um périplo massaliota do último quartel do século VI, em que o autor introduziu acrescentos seus e informações de geógrafos dos séculos VI e V [a.C.]» [FERREIRA 1992: 9-12; n/ destaque].*

Mosteiro de La Rabida, Huelva) [AVIENO: vvs. 220-ss.; cf. também FERREIRA 1992: 50, nota; GONZÁLES PONCE 1995: 153-ss.].

Segundo **Avieno**, pois, *todo aquele que, de barco, ultrapassa a elevação de Zéfiris [o monte Calpe?] e penetra nas águas do nosso mar, de imediato é impelido pelo sopro do [vento] Favónio. Segue-se um cabo consagrado à deusa infernal (...) [e] perto há um grande pântano chamado Erébea [talvez a área onde vinha desaguar o Bétis].*

E conta-se que a cidade de Herbo, nos tempos primitivos, se erguia nestes lugares, mas, destruída pelas tempestades das guerras, apenas deixou a fama e o nome a esta região. **Corre depois o rio Hiberno** [sendo que o Guadalquivir era o 'rio tartéssio', talvez se aluda aqui ao rio Tinto] (...), *que dele retiram o nome os Hiberos e não do rio [Ebro] que banha os turbulentos Váscos. E toda a região que confina com o rio a ocidente é denominada Hibernia (...). Depois aparece a ilha de Cartar (...), em seguida eleva-se o monte Cássio (...) [e], em seguida aparece o promontório do templo [o Herakleion?] e mais longe um lugar que tem um antigo nome grego, a cidadela de Gerião [ou Gerontis Arx, possivelmente designando já a área envolvente a Gadir]. De facto, sabemos (...) que Gérión dela retirou outrora o nome* [AVIENO: vvs. 239-264; n/ destaque] ⁷⁶.

E prosseguirá **Avieno** na descrição da mesma área litoral, abeirando-se então já da referência a Gadir, situando-se, por barco, a «um dia de caminho» desde o referido rio Anas, estando portanto aí, *nesta zona a cidade de Gadir, pois*

⁷⁶ De AVIENO [vv. 239-ss]: (...) *Zephyridos arcem siquis excedat rate/ et inferatur gurgiti nostri maris./flabris vehetur protinus favoni(i)./ Iugum inde rursus et sacrum infernae deae/ divesque fanum, penetral abstrusi cavi/ adytumque caecum. Multa propter est palus/ E(t)rebea dicta. Quin et Herbi civitas/ stetisse fertur his locis prisca die./ quae pr(o)eliorum absumpta (tem)pestatibus/ famam atque nomen sola liquit caespiti./ At Hiberus inde manat amnis et locos/ fecundat unda. Plurimi ex ipso ferunt/ dictos Hiberno, non ab illo flumine/ quod inquietos (vo) Vasconas praelabitur./ Nam quicquid amnem gentis huius adiacet/ occiduum ad axem, Hiberiam cognominant./ Pars porro eoa continet Tartesios/ et Cilbicenos. Cartare post insula est/ eamque pridem, influx(a) e(t) est satis fides./ tenere Cempsii. Proximorum postea/ pulsi duello, varia quaesitum loca/ se protulere. Cassius inde mons tumet./ Et Graia ab ipso lingua cassiterum prius/ stannum vocavit. Inde fani est prominens/ et, quae vetustum Graeciae nomen tenet./ Gerontis arx est eminus. Namque ex ea/ Geryona quondam nuncupatum accepimus. (...) [cf. GONZÁLES PONCE 1995: 154-157; transcrição e comentário]*

em língua cartaginesa a um lugar fechado chamava-se **Gadir**. Antes, essa cidade foi denominada de **Tartesso**. Grande e opulenta em épocas antigas, é agora [na Antiguidade Tardia?] pobre, pequena, abandonada- um campo em ruínas. Nestes lugares, com excepção das **festas de Hércules**, não vimos nada de notável. Mas foi tal o seu poder e tanta a glória nos tempos primitivos (...), que um rei soberbo e o mais poderoso de todos os que governavam na ocasião a Mauritània, muito querido ao príncipe Octaviano e continuamente entregue ao estudo das letras, Juba (...), se considerava muito honrado com o duunvirato desta cidade [AVIENO: vvs. 266-283; n/ destaque].

Uma vez que, na *Ora Marítima*, a descrição é feita em sentido «retrógrado», ou seja, ao contrário do que sucedia com as descrições da *Geografia* de Estrabão, iniciando-se do Ocidente para leste, vem-se a confirmar os aspectos concretos do que sempre se registou da paisagem sobreposta ao actual Golfo de Cádiz, entre o Anas e o Bétis.

E é ainda de realçar que, sempre num sentido de descrição retrógrada, **Avieno**, um pouco mais adiante, descreverá igualmente as «**Colunas de Hércules**» como sendo os «*proeminentes*» altos do Calpe e do Abilyx, no remate da designada «**Via de Hércules**» (e que levou, por sua vez, a que toda a zona do litoral entre o Promontório Sacro, o «*mais ocidental*» da Europa, e o Estreito tivesse sido, aliás, chamado do país de «*Herma*») [AVIENO: vvs. 321-349].

Por uma parte, há uma aparente repetição de referências quanto à indicação dos santuários, respectivamente consagrados à «Deusa infernal» e à «Vénus marinha»; mas tratar-se-ão de dois lugares, com efeito, distintos, e que, porventura, demarcam talvez a extensão de determinados limites territoriais bem antigos. Por outra, a constante referência aos «**Cartagineses**» é evidentemente uma evocação do passado fenício e das sucessivas fases, tanto da sua presença propriamente dita na área, como quanto ao que decorreria ao longo de tempos subsequentes. Com efeito, tal como a primitiva Gadir, também Cartago viera a ser

um entreposto de grande importância quanto ao domínio do Mediterrâneo exercido pelos colonos originários de Tiro ⁷⁷.

E, tal como também é sabido, a um primeiro influxo orientalizante trazido do Levante, ainda em tempos tartéssios, suceder-se-ia, nestas zonas peninsulares, a continuidade de influências culturais, segundo o legado da própria presença púnico-cartaginesa, o que, de resto, se enquadra devidamente dentro do que se sabe para as balizas cronológicas que definem períodos bem distintos na História do Mediterrâneo. A própria atribuição cronológica do **Périplo Massaliota** (como uma das fontes para a *Ora Maritima* de **Avieno**), poderia inserir-se num desses tais momentos históricos decisivos ⁷⁸.

⁷⁷ Seguindo **M^a. Eugenia Aubet-Semmler**, e no contexto dos seus próprios estudos sobre a Idade do Ferro no litoral meridional, comentou **Ana Margarida Arruda** que, muito embora fosse um ponto de vista tradicional que Gadir havia sido «fundada» em 1100 a.C., o facto é que não se encontraram vestígios materiais, na cidade, anteriores ao Séc. VIII a.C., não sendo, pois, *de todo impossível que a prosperidade de Cádiz na época helenística e romana, e a fama do seu santuário de Hércules, tenha influenciado decisivamente os historiadores clássicos (sempre tendenciosos no enaltecimento da origem de algumas cidades do Ocidente) quando falam de uma muito remota fundação*» [ARRUDA 1997: 56-57].

⁷⁸ A **Orla Maritima** contém, pois, dados importantes retirados desse período de finais do Séc. VI a.C., ao mesmo tempo evocando um tempo arcaico. Mantém-se, pois, as marcas do próprio modo como os antigos Gregos conservaram a sua animosidade contra aqueles que foram os seus inimigos numa dada época; assim mesmo, conforme faz notar **José Ribeiro Ferreira**, omitem-se «*nomes fenícios*», como **Gadir, Málaga, Sexi, Abdera**, e até a própria atribuição a Hércules do templo gaditano, talvez pela evidência da sua dedicação inicial a uma das entidades supremas dos Fenícios que era o deus **Melqart** (e que pode inclusivamente fazer pensar que a dedicação a «*Héacles*» não estivesse então ainda instituída no Séc. VI a.C.), embora a referência ao magnífico herói das lendas gregas se dissemine pontualmente no texto. Mantém-se, igualmente, a designação do país, «Tartessos», bem como a alusão à ilha de Erytheia e ao «Rei Gerião», por demais familiares, de resto, ao mesmo passado dos Gregos, tal como se veio a conservar, entre a lenda e a História [cf. FERREIRA 1992: 54-55, notas]. De acordo com o que recapitulou **José Ribeiro Ferreira**, na sua edição de comentário ao poema aviénico, será então aceitável a proposta crítica anterior de **Adolph Schulten**, segundo o qual o citado **Périplo** teria sido escrito **ca. 520 a.C.**; ou seja: *o [seu] contexto (...) exige uma composição posterior à batalha de Alalia de 535 a.C.*, [que opôs Tireses e Helenos, e cujo desenlace trouxe uma redefinição das áreas de influência e de circulação no Mediterrâneo Ocidental, daí em diante interdito aos Gregos, sendo pois essa batalha] *que termina com a navegação dos Massaliotas para Tartesso; o Périplo*



Da importância quanto à localização dos diversos santuários ao longo do litoral peninsular, há a assinalar desde logo a sua respectiva correlação com os próprios sítios onde se procediam às trocas comerciais, as quais eram especialmente celebradas com a invocação às divindades, realizando-se, além do mais, recorrentemente, conforme os hábitos orientais, nos próprios templos, ou sob a sua área de influência simbólica.

O âmbito da sacralidade parecia, afinal, acompanhar o próprio ritmo das rotas de cabotagem, e, sobretudo, no Sul da Península, em que os ciclos de ventos e circulação de correntes marítimas, associando-se ainda ao rol de diferenças no recorte da costa, mesmo para os navegadores que melhor conhecimento tivessem de tais condições, comportavam riscos para a circulação.

Obviamente que, em relação aos périplos e relatos descritivos das regiões e terras, era, pois, o seu principal objectivo fornecer dados seguros sobre os caminhos marítimos, bem como bases para o próprio conhecimento dos povos e costumes de territórios interiores, e que vinham a deter, afinal, o domínio, fosse sobre as jazidas, fosse sobre os bens agrícolas, que asseguravam a sua riqueza e, em consequência, capacidade de aquisição e de efectuar eficazmente as almejadas trocas comerciais.

Findando o primeiro capítulo e abrindo o segundo do **III Livro da Geografia, Estrabão** indicava, precisamente, entre o **Bétis** e o **Anas**, ao longo do litoral, entre o vislumbre das principais cidades (de Gadir a Corduba, a *fundada por Marcelo* [ESTRABÃO, III, 2, 1; cf. atrás]), os **oráculos de Menesteo, a Torre de Cepião**

será do mesmo modo «*anterior ao tratado de 509 entre Cartagineses, por um lado, e Romanos e Massaliotas, por outro, que fecha a estes a navegação para ocidente do cabo Farina, junto a Cartago; anterior também à fundação em 500 a.C. de Empóron e Rodes [na Hispânia levantina], as actuais Ampúrias e Rosas, colónias de Massilia [esta,*

(*construída sobre um rochedo para salvaguarda dos navegantes*, comparando-se ao «**Farol de Alexandria**», Ο Φαρος). Por fim, estava o **santuário da Phosphoros** (consagrado, pois, a Φωσφορος, «*dita [a Deusa] da Lux Dubia*», talvez Artémis- Hécate, ou talvez a Deusa Lua), entre os esteiros formados pelas desembocaduras fluviais e além dos quais estava, então, o **Guadiana**, e, por fim, o **Promontório Sacro**. Em **Estrabão**, portanto, a descrição do litoral correspondente ao «**Golfo tartéssico**», que se abria para Ocidente, e no sentido do próprio Norte, acaba por ser particularmente detalhada. O **Anas**, tal como o **Guadalquivir**, possuíam ambos, à época, **duas embocaduras**, subdividindo-se, portanto, cada foz, em dois grandes braços navegáveis (και μετα ταυτα ο Ανας ποταμος, διστομος και ουτος, και ο εξ αυτων αναπλους; in **ESTRABÃO**: III, 1, 9).

Ao longo das margens, o **Bétis** estava, pois, densamente povoado; e a listagem de cidades era, enfim, considerável [cf. **ESTRABÃO**: III, 2, 2-ss.]. **Córdova**, bem como outras cidades a interior, era alcançável por barco. E, oferecendo *belas vistas*, o rio possuía, ainda, uma série de «*ilhas*» (...και τα εν τω ποταμου νησιδια; **ESTRABÃO**: III, 2, 3).

O **território a norte da bacia do Bétis** e disposto paralelamente ao curso do mesmo era, assim, ocupado pelas zonas de montanha onde surgiam as reservas minéricas, a **Serra Morena**, onde abundava prata e ouro [**ESTRABÃO**: id., ibid.].

Do mesmo modo, também o **Guadiana** era navegável ao longo do seu curso, ainda que essa mesma circulação se restringisse a barcos mais pequenos e estreitos, como os que atravessavam o **Guadalquivir**. E, assinalando-se mais outra semelhança com o Bétis, sucedia que havia igualmente montanhas, com regiões mineiras, a norte desta outra bacia, as quais chegavam, por sua vez, à linha do curso do Tejo [**ESTRABÃO**: III, 2, 3.].

Em comum, **do Bétis ao Anas**, um mesmo tipo de paisagem, envolvendo-

como é sabido, fundada por sua vez ca. 600 a.C.], *que não são mencionadas*

se, cada uma das respectivas bacias, por cenários montanhosos e reservas mineiras, rodeados por sítios povoados, facilmente ou relativamente fáceis de aceder por barcos, e, ao meio, atravessando, cada um dos rios, as suas planícies, até desembocarem em condições semelhantes, e surgindo, ainda, ao longo do litoral, esteiros e algumas rias, que, por sua vez, rodeavam ilhotas. Uma paisagem, pois, que ainda se compartilha entre o Algarve e a Andalúzia ocidental, no que será fundamental para se compreender, afinal, o sentido expressivo de determinadas manifestações culturais, correlativas a essas mesmas regiões. São estas evidências, o que, afinal, se recuperou a partir das descobertas de foro arqueológico.

[FERREIRA 1992: 12, nota; n/ destaque].

3. A influência erudita nas descobertas críticas e na atenção ao dado material.

Recapitulando-se o sentido subjacente às diversas abrodagens que, através das fontes escritas, e convergindo no período áureo da tratadística, entre os Sécs. XVI e XVII, sendo que do presente se partia para a consideração do passado, na tradição humanística o ideal do «Antigo» vinha representar um referente comparativo, pelo qual se justificava o recorrente regresso aos exemplos da História, e em que o conceito de «Civilização», enquanto ideal de expressão elevada das formulações culturais, não sobreviveria sem tentativas de confronto com um outro tempo, entendendo-se a Antiguidade, pois, como um tempo «completo» e «concluído». A este âmbito, foi decisivo, logo no dealbar do Renascimento, a **redescoberta das fontes literárias antigas**, que desencadeou a própria redescoberta dos ideais do legado clássico, enquanto conjunto essencial para o modo como os Modernos viriam a conceber o seu próprio projecto de expressão cultural.

A par disto, começava-se a recuperar e a inventariar igualmente os primeiros sinais materiais do havia subsistido do Antigo, na progressiva afirmação documental dos vestígios arqueológicos ou visuais. Numa percepção particular da História não poderia deixar que se *olhasse* a própria monumentalidade dos Antigos, e, inaugurando-se, portanto, os primeiros esforços críticos, tornando-a, então, em objecto de crescente valorização.

Assim se entende, em termos gerais, a importância de obras fundamentais dos Humanistas do Séc. XVI, como o fossem a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* [1576] e as *Antiguidades da Lusitânia* [1593], de **André de Resende** (1500-1573), ou o *Livro Primeiro da Monarquia Lusitana* [1597], de **Frei Bernardo de Brito** (1569-1617), nas quais a Antiguidade surgia com o seu pleno protagonismo no contexto das dissertações eruditas em Portugal, e estabelecendo,

consequentemente, as bases para uma tradição própria.

Em termos explícitos, compondo-se na sua génese as metodologias de um estudo próprio, os modernos Autores portugueses não deixavam, enfim, de seguir o próprio rumo que distinguia a cultura do seu próprio tempo. A salientar, o destaque, então, conferido nomeadamente aos **estudos numismáticos ou medalhísticos**, e, ainda, aos **estudos epigráficos**, como um primeiro resultado de modelo da sistematização de conhecimentos acompanhando o fenómeno do **coleccionismo** e do **antiquarismo** ⁷⁹.

3.1. Um mundo em ruínas.

No domínio da crescente atenção que se começava a conferir aos vestígios materiais, os artefactos e os monumentos testemunhavam inequivocamente uma contínua passagem do tempo. Porque da Antiguidade haviam subsistido somente ruínas, **templa, imagines, staturae e arae**, em tipologias de realizações que tão úteis tinham sido às vivências das cidades antigas, as mesmas haviam-se tornado, primeiro, em objecto de condenação e, depois, objecto de destruição. É bem sabido como as velhas cantarias vieram a servir como elemento de reconstruções posteriores.

Foi esse universo, de vestígios quase desaparecidos, que, em épocas modernas, voltaria a suscitar atenção e interesse.

⁷⁹ Reflectir-se-ia, enfim, o sentido da «**poesia do distanciamento**», tal como o definiria **Paul Veyne**, na sua explicação e fundamentação para o estudo da Antiguidade, na Lição Inaugural no Collège de France. As colecções privadas, constituídas a partir de motivações que eram inicialmente apenas de interesse pessoal, seriam, enfim, um antecedente significativo para a própria formação das colecções oficiais que se hão-de reunir, já numa outra época, em museus e instituições modernas, combinando, nomeadamente os vestígios da História Natural e os vestígios arqueológicos ou etnológicos, em âmbitos convergentes para o esboço e autonomização disciplinar do próprio conhecimento do passado [cf. CLARKE 1984 (1968): 1-ss., e também MAISELS 1993: 14-ss.].

a) A desagregação da monumentalidade antiga.

De qualquer maneira, antes dos esforços que, em momentos futuros, tanto se centrariam na recolha de tais sinais fragmentários, as estruturas vieram a ser propositadamente derrubadas, pois representavam atitudes, de antigo paganismo e devoção idólatra, que, a determinada altura, houve que erradicar. Seriam progressivamente abandonados, porque perdiam funcionalidades; era a época em que o paganismo romano (em si mesmo, porém, resultado de tantos processos de sincretismo cultural), entre os Sécs. IV e V, cedia perante a edificação de um número cada vez maior de igrejas cristãs. E encerravam-se, portanto, os velhos **templa paganorum**, ainda que, durante algum tempo, as práticas pagãs tivessem sido toleradas [cf. HARL 1990: 7] ⁸⁰.

Não deixava de se salientar, apesar de tudo, a evidente persistência da **prática dos sacrifícios**, até épocas tardias; essencial à vivência na **pólis** ou na **urbs**: *sacrifice always had been central to pagan worship, and belief in the efficacy of sacrifice gained new emphasis in the fourth century as the Roman monarchy embraced the new faith and moved steadily against the cults. Therefore (...), most pagans after 392 saw little reason to renounce the gods of their forefathers* [HARL

⁸⁰ Realçam-se, aqui, os **éditos de Teodósio I**, promulgados entre 391 e 392 (e compilados no **Codex Theodosianus**), a que se seguiriam, ao longo dos Sécs. V e VI, os **éditos e leis dos seus sucessores** (de **Arcádio a Teodósio II**, até **Justiniano**) que se destinavam a proibir os sacrifícios, fossem os públicos, ou os privados, e em hábitos rituais que incluíam a queima do incenso ou a edificação de altares de turfa, dedicados aos velhos deuses [HARL 1990: 7]. Mas haveria **tolerância**, porque, quanto mais não fosse porque, no **Séc. IV**, segundo o que se veio a estabelecer, entre os indivíduos que faziam parte da administração imperial, e de filiação nas famílias de **curiales**, muitos professavam ainda a antiga religiosidade romana. O que restaria, além disso, das **«atitudes velho-pagãs»**, não seria tanto uma verdadeira fé, mas, antes, um modo essencialmente filosófico e contemplativo de assumir as experiências sensíveis, como parte de um determinado sentido de percepção da própria natureza humana, no qual convergiam, de resto, certos aspectos da cultura erudita daquela mesma época [cf. HARL 1990: 15, 17].

1990: 8].

Dos gestos mais importantes da veneração pagã era, precisamente, o **culto das estátuas**, ou dos «**idola**», que representavam os deuses e se expunham publicamente. Por isso mesmo, durante o período de **Apostasia de Juliano** (360-363), ao tentar-se restaurar a religião romana, voltar-se-iam a abrir os templos e a expôr publicamente as imagens dos deuses [cf. HARL 1990: 11] ⁸¹.

A **adoração das estátuas** era precisamente entendida como um «sacrifício»: a representação figurativa das divindades seria um gesto ritual, que motivavam crenças num poder mágico que, eventualmente, essas mesmas realizações teriam. Na transição dos **Séc. V-VI**, o papel do próprio **receio supersticioso** poderá ter motivado a vaga de demolições a que se terá assistido (para além, claro está, dos efeitos devastadores das invasões bárbaras no Ocidente), embora, muito simplesmente, talvez se tivesse então perdido somente a velha funcionalidade de estruturas ou peças ⁸². O principado de **Justiniano (527-565)** seria muito repressivo quanto ao paganismo, com o qual se tentou acabar definitivamente, pelo menos no que se referiu aos ambientes urbanos. No século anterior, porém, já os confrontos entre monges e pagãos, no Egito, se haviam traduzido no derrube de estátuas e no encerramento forçados dos **templa**, em autênticas arruaças que vieram a merecer o beneplácito égide imperial ⁸³.

⁸¹ *Our difficulty in understanding the enduring belief in the efficacy of sacrifice and the spiritual power of pagan cults springs largely from our own conception that genuine religious belief emanates from personal, introspective experience of the divine. Yet personal introspective belief detached from sacrifice was virtually unknown among pagans* [HARL 1990: 10-11; n/ destaque].

⁸² *Christians had long recognized how pagan sacrificial rites activated contact between the human and the spiritual in a relationship often described as **do ut des** (I do that you may do), but they differed from pagans on the nature of the supernatural power approached. Christians universally condemned such sacrifices as a true demonstration of religious power (...). Christian emperors were just as fearful of the demonic powers animated by pagan sacrifice* [HARL 1990: 19; n/ destaque].

Findando a Antiguidade, a prosperidade e as abundantes riquezas transferir-se-iam, pouco a pouco, para as igrejas *cheias de tesouros em prata*, tal como, essencialmente, começou a ser evidente nas regiões próximas da Terra Santa; em geral, por toda a Ásia Menor ou Síria [cf. WHITTOW 1990: 13-ss.]. De qualquer maneira, ***sixth-century city dwellers seem to have taken for granted the presence of ruins in their midst. The existence of a delerict and useless temple or gymnasium was perfectly compatible with pride in a wealthy and well-maintained city*** [WHITTOW 1990: 19; n/destaque] ⁸⁴.

Não seria, porém sobre estas estruturas abandonadas da Antiguidade, mau-grado o seu apelo e apesar dos seus contributos, que se estabeleceriam ou os primeiros esforços críticos rigorosos, ou quaisquer práticas arqueológicas dignas de nota e que fossem suficientemente consistentes para encetar a criação de um novo domínio científico, mas foi, antes, sobre os **vestígios monetários e medalhísticos** que os principais registos possíveis de sistematização e classificação se vieram a desenvolver.

⁸³ Precisamente, no **Egipto**, foi com os **Decretos de Justiniano** que se arrasou a milenar religião faraónica; o **Santuário de Philae**, dedicado a **Ísis**, e o **Santuário do oráculo de Zeus Ammon**, na **Líbia** foram imediatamente demolidos. Em Constantinopla, ainda, também as estátuas culturais de Ísis vieram a ser removidas, durante o mesmo reinado, de modo a impedir a realização de mais actos de veneração à deusa [HARL 1990: 19-21]. Ou seja, *since sacrifice animated the god resident within the cult statue, its removal eliminated all meaning from future sacrifices because the symbolic and real presence of Isis was gone. Only after this symbolic and real presence of the goddess had been removed could Justinian have expected his missionaries to convert the Blemyes* [HARL 1990: 21].

⁸⁴ *Christian Romans of the sixth century wanted to display their wealth and status by building monasteries, hospitas, old peoples' homes, orphanages and, above all, churches. Therefore these are the buildings which reflect late Roman urban wealth* [WHITTOW, id., ibid.].

b) A crescente importância da actividade numismática e o sentido consolidado dos coleccionismos.

Nas **numismas**, com efeito, encontrava-se um repertório figurativo e ilustrativo que se referia a alguns dos principais momentos e épocas (entendidas como) de «apogeu» e «decadência» do Império Romano. Sendo muito alargado o leque de vestígios que se poderiam considerar como parte do universo das antiguidades coleccionáveis, viria a acentuar-se, por sua vez, a crescente diversificação de perspectivas de abordagem desses mesmos vestígios.

Esse mesmo processo veio a ser estudado por **Francis Haskell**, no seu amplo trabalho, *History and its Images* [HASKELL 1993].

A **valorização das numismas** decorria, obviamente, em primeiro lugar, da presença de legendas de época, em atenção à sua própria qualidade de suportes do exercício do escrito. E, porque comportavam, afinal, uma indicação escrita, eram, tal como os textos literários, **fontes históricas** segundo a acepção tradicional; daí, desde logo, a sua qualidade enquanto **documento**. Mas, porque traziam, também, uma decoração figurativa, associada a propósitos oficiais, decorreria igualmente uma extraordinária possibilidade de estabelecimento dos parâmetros de **comparação crítica entre texto e imagem**, num exercício que, posteriormente, se haveria de extrapolar para outros âmbitos metodológicos, abrindo-se, pois, o caminho para a própria valorização dos elementos visuais como documentos, também, de pleno direito ⁸⁵.

⁸⁵ A este nível, um exemplo significativo dos primeiros confrontos entre «**texto**» e «**imagem**», segundo o indicado por **Francis Haskell** é, do **Séc. XIV**, a célebre **anotação manuscrita de Petrarca** a propósito da apreciação de uma **efígie de Gordiano**, e que terá ficado à margem do seu próprio exemplar da *História Augusta*. Esta mesma *Historia Augusta*, correspondia ao conjunto de textos de diversa autoria, datados do Sécs. III-IV, que, inspirando-se no referente estabelecido por Suetónio, fazia entrar, em pleno Baixo Império, um reparo moralizante, de acento dramático, na apreciação de episódios contemporâneos [HASKELL 1993: 13; 26-ss.]. A referida anotação de Petrarca foi tão só um incipiente registo crítico, sabendo-se, além do mais,

Como um primeiro ponto de partida para a inventariação de tais documentos, haveria os conjuntos reunidos em colecções próprias, que, antes do mais, surgiam como resultado de achados casuais ou resultado de procura curiosa. Aí estariam à vista os vestígios que, pela sua intrínseca qualidade de objectos únicos, se ofereciam à crítica.

No que se refere, porém, à existência de **colecções particulares de antiguidades em Portugal**, no dealbar do Renascimento, e num processo ainda pouco conhecido, seja pelo progressivo desaparecimento das peças, seja pela ausência de testemunhos consistentes quanto à sua natureza, salientam-se, de qualquer forma, alguns vestígios indirectos.

Havia, era certo, registo de peças em achados casuais; mas, a isso nem sempre correspondia senão alguma vaga nota quanto à sua posse, e muito menos qualquer indicação quanto à eventual constituição de colecções de antigualhas.

Os exemplos identificáveis, como a **colecção de lápides de André de Resende** (parte da qual veio a guardar-se no Museu de Évora, ainda que se tivesse detectado, entretanto, flagrantes falsificações da própria lavra do tratadista português), acabam por se assumir como uma excepção. De qualquer modo, nada nos deixa de indicar que não tivesse havido tais colecções privadas; antes pelo contrário.

Teria pertencido, pois, a **D. Afonso, filho do primeiro Duque de Bragança**, a primeira colecção moderna de antiguidades que se poderá fazer situar para a segunda metade do Séc. XV. Num contexto de amplos contactos através das cortes europeias, a **colecção de D. Afonso de Bragança** seria composta tanto

que certas passagens da *Historia Augusta* se caracterizavam pelo seu exagero ou deficiente apresentação de determinados aspectos descritivos. O que se tentava assinalar, enfim, era que o *retrato de Gordiano*, segundo as suas moedas, parecia *não coincidir*, afinal, com as descrições literárias. E afirmava Petrarca que o Imperador tivera um *mau artista* ao seu serviço, porque este não tinha *reproduzido a realidade*, pelo menos, tal como se aferiria a partir dos detalhes coligáveis nos detalhes da descrição literária [HASKELL, *id.*, *ibid.*; cf., também, MELLOR 1998: 493-ss.].

por peças que o próprio havia trazido das suas viagens, como por *lápides*, e demais *antiguidades* romanas recolhidas no Alentejo e que teriam formado parte de um património familiar [FABIÃO 1989: 12; 25].

A informação é, no entanto, muito tardia, tendo surgido no prefácio de Vilhena Barbosa ao livro traduzido por Possidónio da Silva (as *Noções elementares de archeologia* [1878]); não se adiantava a fonte para esta informação [cf. FABIÃO 1989: id.; ibid.]⁸⁶.

Em termos gerais, enfim, progredia a composição de um âmbito disciplinar específico, dirigido, claro está, ao conhecimento histórico, e dentro do qual emergia uma metodologia própria de observação e consideração crítica de vestígios e

⁸⁶ Para os Sécs. XV-XVI, quanto a factos de interesse que possam contribuir para uma **perspectivação do tema dos coleccionismos**, e, em particular quanto a uma **aferição indirecta das influências clássicas** nos registos culturais e estéticos do Renascimento em Portugal, há a assinalar, nomeadamente, a **figuração mitológica da colecção de azulejos originais na Quinta da Bacalhoa** (Vila Fresca de Azeitão, Setúbal), decorando partes do seu jardim. Sendo um espaço de fundação tardo-medieval (e cuja história remonta a 1421 e ao seu primeiro proprietário, D. João I), mas posteriormente arranjado, a sua arquitectura veio, desde logo, reflectir o gosto italianizante do *Quattrocento*. Tanto a circulação de estampas, bem como a cultura literária da época, poderiam constituir as principais fontes de inspiração para a aplicação dos temas mitológicos dos azulejos que vieram, em finais do Séc. XV ou inícios de XVI, acompanhar a reconstrução do referido palácio. A influência mais segura prende-se com as transformações ocorridas após a compra do sítio por D. Afonso de Albuquerque (1528), que conferiram o aspecto renascentista ao edifício e seus jardins, na sequência das suas próprias viagens, a modo de *Grand Tour*, de D. Afonso a Itália [cf. Joaquim RASTEIRO, *Inícios da Renascença em Portugal: Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão- Monografia historico-artística* (Lisboa, 1895): pps. 17-ss]. Por outra parte, há também a salientar que, em cenários onde seria fácil uma emergência de sentidos particulares, ora de afirmação dinástica, ora da afirmação local de determinadas famílias ou figuras, os primeiros trabalhos que se escreveram sobre as «antiguidades» incluíam, de resto, notas de apologia, alguma reverência e até a fantasiosa reconstituição da genealogia de individualidades dominantes, que pretendiam fazer salientar a sua eventual linhagem ancestral. A este nível, buscar-se-ia, pois, uma **história local**, e todos os factos, mesmo de qualidade accidental, acabavam por adquirir um forte significado. Nesse espírito, **William Camden**, fundador da *Society of Antiquaries*, de Londres, fez editar a sua vasta obra, *Britannia* [1586], onde inventariava todos os factos curiosos de diversas localidades do país, incluindo os artísticos e os arqueológicos, e o qual, numa perspectiva comparativa, não deixava também de ter algum pioneirismo, ao mesmo tempo exaltando as «pequenas localidades» e não se furtando, ainda, às citadas apologias que dignificavam e distinguiam os grupos sociais proeminentes [cf. MAISELS 1993: 16].

documentos, conducente à sua própria valorização enquanto **fontes**. Assim o denota o progresso da **tratadística numismática**. **Enea Vico** elabora o seu trabalho intitulado: *Discorsi sopra le medaglie de gli antichi* [1555], numa súpula de conhecimentos centrados na numismática, e merecendo, na Europa, grande difusão.

Contendo diversas imagens retiradas tanto da antiga medalhística, mas recorrendo ainda a outras fontes antigas, como a escultura (do período romano), abordaria essencialmente a simbólica alegórica de determinados temas, como a *Fortuna*, ou a *Clemência*, tal como surgiam como motivos destacados no uso decorativo. Este tratado chegaria, até, a servir de compêndio aos artistas do tempo que aí buscavam os seus modelos [HASKELL 1993: 13-20].

Além de Vico, outros numismatas granjeariam notoriedade: **Guillaume de Rouillé**, autor de um *Prontuário das Medalhas* [1553]; **Jacopo Strada**, autor de *Epitome du thrésor des antiquitez* [1553] (ambos editados, no mesmo ano, em **Lyon**); **Hubert Goitz**, que, no seu tratado *Virae omnium fere imperatorum imagines* [1557], coligiu o repertório das efígies dos reis, que, dos imperadores romanos às modernas monarquias europeias [cf. HASKELL, id., ibid.]⁸⁷.

⁸⁷ Entre os assuntos debatidos, entre este meio de estudiosos, surgiam as hipóteses quanto à **interpretação** a conferir aos mesmos vestígios numismáticos, discutindo-se se a **função das moedas**, na altura da sua cunhagem, era meramente comercial, ou, ao invés, comemorativa; ou, de que modo de poderiam detectar falsificações. O estudo das moedas ganhava actualidade, tendo em conta o próprio **incremento do monetarismo** da época e o crescente protagonismo dos banqueiros. Quanto ao **tratado de Jacopo Strada**, condensava este, na verdade, num único livro, o que havia sido um trabalho mais abrangente, com trinta volumes, correspondendo à tarefa, precisamente, encomendada a Strada e financiada pelo célebre banqueiro Hans Jakob Fugger, talvez cioso de comprovar que a riqueza monetária poderia muito bem servir também como elemento de distinção aristocrática, a par da questão das linhagens. Através de um tal estudo, poder-se-ia, de resto, aferir a própria importância que possuía já o «dinheiro» entre as dinastias romanas- e isso, alegadamente, comprovava-se pela importância já então detida pelas numismas [cf. HASKELL, id., ibid.]. Assinalava-se, ainda, a via apologética, repetindo-se, de resto, o mesmo tema das efígies régias, num outro trabalho, *Discurso sobre as medalhas* [1559], de **Sebastiano Erizzo**, aristocrata veneziano, que se apoiara na sua própria colecção pessoal e também da sua biblioteca particular (e que, no realce dos laços e contactos estabelecidos entre todas estas figuras,

Entretanto, ainda em **Lyon, Rouillé** seria igualmente responsável pela primeira edição de um outro importante trabalho, este incidindo sobre os aspectos e carácter da antiga religiosidade: *La Religion des anciens romains* [1556], obra de **Guillaume du Choul**, que é «oferecida» a Francisco I.

Este outro tratado teria, quase logo a seguir, a sua edição italiana [1559] (a qual mereceria a admiração expressa de Strada).

O grande objectivo, nunca concluído, seria tratar exhaustivamente *todas* as antiguidades romanas; de qualquer maneira, apoiando-se nos vestígios numismáticos, nos seus temas e imagens de cerimónias religiosas antigas, e numa comparação com as descrições literárias, transcendia-se o nível de base da classificação e interpretação das numismas para se atingir já o âmbito da discussão ensaística de um dado aspecto da realidade histórica dos Antigos, o que se tornava bem significativo [HASKELL 1993: 16-17].

Guillaume du Choul será, de resto, um dos estudiosos citados por **Luís Marinho de Azevedo**, também ele motivado, no Séc. XVII, pela intenção de restituir os sentidos da religiosidade pagã na Lusitânia, apoiando-se, porém, principalmente na epigrafia olisiponense (sendo o seu tratado, claro está, consagrado à *insigne Cidade de Lisboa*), e como modo de apresentar o que teria sido a história do antigo território português [cf. AZEVEDO 1652 (1753) II Livro, Cap. XVII].

Continuava, pois, a denotar-se o aspecto basilar que estava inerente à formulação das **concepções em torno do Antigo**, em que o **ideal de Classicismo** se mantinha essencialmente preponderante.

o próprio Hubert Goltz havia, entretanto, consultado também, no decurso das suas visitas à casa de Erizzo) [cf. id., ibid.].

3.2. Reis antigos e arquitecturas *pro memoria*: A *visualidade* do passado.

Apesar de tudo, a monumentalidade não deixava de ocupar o seu papel nos modos de reflexão dos espíritos de época, como pretexto para dissertações e argumentação, como motivo de especulações ou hipóteses, que se adiantavam e reafirmavam como certas porque havia recurso aos textos antigos. Assim, num segundo momento, passaram as velhas estruturas a um novo estatuto, ainda que, durante algum tempo mais, também não acabassem por ser muito mais do que cenários, muito embora obviamente importantes, para um mundo que se oferecia mais à deambulação imaginativa do que outra coisa.

Assim mesmo, em finais do Séc. XVI, o próprio **Francisco de Holanda**, evocando as *lembranças* do passado, no seu tratado *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, e abordando a necessidade de dotar o Reino de programas monumentais que lhe conferissem uma grandeza condigna, exortava a que se *olhassem* os vestígios da própria Antiguidade, relembrando o que havia ainda a refazer. Havia que retomar o papel perene dos testemunhos da memória, tal como fora o exemplo dos Antigos [cf. a «Lembrança ao muito sereníssimo e cristianíssimo Rei D. Sebastião», in HOLANDA 1571 (1984): fl. 3r.]⁸⁸.

⁸⁸ Reflectindo sobre os «efeitos ambíguos do tempo», Francisco de Holanda indicava que cabia aos homens a tarefa da reconstrução do que se arruinava continuamente, para dotar a Cidade de «*fortaleza*», porque isso era também «*fortalecer*» o espírito. Tratava-se, enfim, antes do mais, de «*fortalecer*» a «*cidade da alma primeiro*», consoante as «*três potências do espírito*»: a **Memória**, o **Entendimento** e a **Vontade**, seguindo, então, a necessidade de atender ao primado do espiritual [HOLANDA 1571 (1984): Cap. II, «Da Cidade da Alma»; fls. 6r. e 6vº.]. Os exemplos dos Romanos, em que se contavam edifícios e aquedutos, estradas e pontes, entre «*outras nobilíssimas memórias*», compunham a inspiração adequada para o presente; daí o seu apelo ao Rei [HOLANDA 1571 (1984): fl. 5r.], e a pertinência de um outro capítulo, especialmente dedicado às «antiguidades», que virá, pois, a interessar particularmente [HOLANDA 1571 (1984): Cap. I]. Tratam-se, enfim, estas ideias e propostas, dos resultados da aprendizagem e formação de que Francisco de Holanda beneficiou na ocasião dos seus **percursos por Itália**, ainda que as suas exortações viessem a cair no esquecimento,

Reparos, na verdade, que se voltariam a repetir, noutras épocas subsequentes e por via de outros autores.

a) As exortações em favor das «dignidades»

Dos primeiros interesses, estava a tentativa de se fazer realçar a importância da capital do Reino e do Império. Afortunadamente, a antiga Olisipo fizera parte do rol de referências dos Autores clássicos. Assim havia, desde logo a considerar a sua velha fundação; e, em seguida, tratar-se-ia da própria história da sua 'monumentalização', que se abordaria, não apenas regressando-se às fontes escritas, como, desde logo, compilando já os vestígios «notáveis», de *pedras e inscrições*, que remontavam a períodos recuados; isto é, tudo o que contribuía, seja para o lote de «dignidades» a conservar, seja para a devida fundamentação da legitimidade de «grandeza» de um dado lugar.

O contexto, então, era o do enaltecimento da própria *urbs*, enquanto modo ideal de vida em sociedade e expressão elevada dos bons sentimentos, herança da própria apologia formulada já pelos Antigos.

Assim, da velha *grandeza de Olisipo*, segundo os próprios referentes de autoridade literária, teriam, com efeito, falado os antigos escritores, os *de Hespanha; e fora della*, ao descreverem as fundações romanas. Aos Modernos caberia recuperar os sentidos de importância da velha monumentalidade, pois *(como muitas vezes succede) se averiguaõ com semelhantes documentos, couzas que se não achaõ nos livros; nem as repete a tradiçaõ* [cf. AZEVEDO

numa contraditória situação para uma individualidade que merecera a protecção régia (a este propósito, com efeito, indicava Holanda, no discurso a D. Sebastião, o modo como «*El-Rei vosso avô [D. João III] (...) me mandou sendo eu moço (...) ver e desenhar as fortalezas e obras mais insignes e illustres dela (como fiz), trazendo-lhas todas em desenho*» [fl. 3r.]. Cf. também Vitor SERRÃO, «A Pintura maneirista em Portugal», in HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 1995 [Vol. II]: 446).

1652 (1753), III Livro, Cap. VII, p. 27, e ss.; n/destaque].

A engenharia antiga era o contraposto para se exigir que o presente estivesse tão *descomposto e desornado*, fazendo-se salientar as próprias origens antigas do território. **Olisipo**, afirmava-se, seria até tão mais velha do que Roma. Abrindo-se um relance, portanto, sobre tempos ainda mais remotos, não faltariam então exemplos que destacavam uma época heróica, e na qual já se possuía **Olisipo** um certo esplendor primitivo [cf. as apreciações de HOLANDA 1571 (1984): fl. 4vº.].

Assim se pretendia comprová-lo, com a recapitulação do que havia a conservar de vestígios antigos, e no confronto devido com a devida exegese das velhas descrições consagradas à Lusitânia, na noção de um passado grandioso que se tornava fundamental para os espíritos coevos.

Quanto mais recuado um tempo de origens, do estabelecimento de sociedades ou fundação de sítios, tanto maior o reforço da fundamentação histórica para realçar os já referidos valores de *dignidade* e de *grandeza*.

E, sob a designação de **ídolos**, apresentavam-se determinados vestígios dessa remota Antiguidade do território. Entendidos como manifestações de um certo primitivismo, e surgindo de entre as indistintas divisões que mal se conseguiam traçar para épocas passadas, a exaltação do período clássico-romano é acompanhada pelas alusões a momentos anteriores, ainda que, de tais épocas, muitas vezes subsistissem tão só repertórios mitográficos ou lendários, que se tentavam conciliar devidamente (no sentido da **auctoritas**) com a literatura greco-latina. De qualquer forma, a intenção era a de fazer reafirmar, continuamente, a antiguidade dos sítios.

A prática da «**idolatria**», explicava-se, remontava aos próprios «*tempos de Noé*», cujos descendentes, de acordo com a tradição erudita, haviam povoado o Ocidente; propagara-se o «**paganismo**», porque se tratavam de descendentes transviados, assim se conciliava a percepção dos primeiros tempos históricos com

a eventual personalidade cultural das primeiras figuras ⁸⁹.

Para a explicação da presença de determinados vestígios, dos artefactos aos próprios vestígios de velhos monumentos, haveria, pois, a salientar, no contexto da sua valorização enquanto «**documentos**» de um tempo antigo, na respectiva **interpretação funcional ou simbólica**.

b) Sobre a velha monarquia e as antigas linhagens.

Remontando à própria herança clássica, no **Séc. I**, já a **Lusitânia**, como, de resto, surgia referida no **Tratado de Vitruvius**, era apresentada distintamente no próprio contexto da Hispânia, merecendo ainda o acrescento, além do mais, de uma nota de individualização própria [VITRÚVIO: II, 1, 4] ⁹⁰.

⁸⁹ Entre os **descendentes de Jafet** (este um dos **filhos de Noé**), contar-se-iam precisamente as seguintes figuras: **Elisa**, Princesa de Tiro, **Kitim**, nome pelo qual se designavam os habitantes de Chipre, **Rodanim**, os habitantes de Rodes, e, por fim, a figura de **Társis**, que daria nome ao mítico reino do sul peninsular. Segundo indica António Augusto Tavares, o Livro do Génesis, portanto, vinha apresentar *no mesmo plano* [da descendência de Noé], *ligados por parentesco os quatro grandes centros do Mediterrâneo: Cartago, Tartessos, Chipre e Rodes*, sendo o domínio tartéssio, pois, o *principal ponto de contacto com os povos que vêm pelo Mediterrâneo e a porta aberta para o comércio com as regiões do Norte* [TAVARES 1990: 13-19]. Um dos principais esforços de contextualização erudita estabelecia-se, portanto, com o que se dizia na Bíblia, onde o **reino de Tartesso**, recorrentemente citado, aparecia com as sucessivas referências ao país de **Társis**, ou **Tarshish**, e cuja linhagem de governantes não deixava, também, de se inserir na genealogia dos povos que, bem no início das Escrituras, surgia no Livro do Génesis [Gén., 10, 4; cf. TAVARES 1990].

⁹⁰ *Haec autem ex is, quae supra scripta sunt, originibus instituta esse possumus sic animadvertere, quod ad hunc diem nationibus exteris ex his rebus aedificia constituentur, uti Gallia, Hispania, Lusitania, Aquitania scandalis robusteis aut stramentis* [cf. GRANGER 1931 (1995): 80-81]. É parte da passagem que se consagra à **subsistência de modos tradicionais**, ou **primitivos da edificação**, que se subordinariam ainda ao primado das «**ordens naturais**» da **Arquitectura** e ao uso dos materiais mais rústicos; é explicitamente referido que tais modos construtivos eram ainda vigentes, na sua época, nos territórios mais periféricos, do **Ponto ao Extremo Ocidente**; e aí, se faria notar que *essas coisas eram assim feitas segundo os princípios acima descritos*; ou seja: *até hoje*, eram *os edifícios (...) construídos*, ainda, na **Gália, Hispânia, Lusitânia**,

Na verdade, a época que se abordava estes termos, não se poderia entrever senão no seu *vago horizonte etnológico* (tal como **Mário Cardoso** designaria a **Lusitânia**) [CARDOSO 1971 (1981) c: 78]. Mas seria esse mesmo *vago horizonte*, que, na força possível dos argumentos, se faria povoar de reis e heróis.

Desde logo, quanto às origens do território, afirmar-se-ia que teria o país recebido o seu nome de um monarca chamado, precisamente, **Luso**, e cujos súbditos eram os **Brigos**. Em tal época, seguidamente, aludir-se-á, como outro dos principais momentos fundadores do velho país, à chegada dos **Galos**, que se estabeleceriam, pois, na cidade que, doravante, receberia igualmente o seu nome: **Portucale**. Assim o recapitularia, precisamente, **Francisco de Holanda**, no seu Tratado sobre Lisboa, para justificar, na devida argumentação das dignidades, o solene sentido da sua nobreza, apoiada na perpetuação da sua respectiva «*fundação*» e remota «*antiguidade*» [HOLANDA 1571 (1984): fl. 4r.].

De entre os **descendentes de Noé**, haveria a destacar obviamente a época de **Tubal**, este associado à alegada fundação de **Cetóbriga-Setúbal**. Depois, teria chegado **Tago**, cujo nome se perpetuaria na própria denominação atribuída ao rio que passava diante de **Olisipo** (o Tejo). E, entretanto, sucedia-se a chegada de **Odisseus-Ulisses**, fosse esta a figura a que ficara a ser conhecida pelas lendas do *Hércules grego*, ou, antes, a que se confundia com qualquer *outro capitão grego ou cartaginês*. Ocupando os montes da primitiva povoação de Olisipo, veio, então, a reconstruí-la e a rebaptizá-la: **Olisipo** ou **Odyssipo** tornar-se-ia na «**Cidade de Ulisses**», e célebres ficariam os monumentos que o mesmo capitão teria erguido no lugar [HOLANDA 1571 (1984): fl. 4r.].

Também **Frei Nicolau de Oliveira**, na segunda parte do seu *Livro das grandezas de Lisboa* [NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804)], repetiria a mesma sucessão dos lendários reis da Lusitânia, e o seu respectivo protagonismo

ou *Aquitânia*, com «*ramos*» ou «*varas*» de carvalho, e cobertura de colmo [cf. VITRÚVIO, id., *ibid.*].

fundação da grande antiguidade do país e suas cidades. Explica, assim, que fora Tubal, e adianta que os seus sucessores teriam sido Ibero e Iubalda; a este último dever-se-ia a introdução das primeiras leis de governo do território.

Brigo, apresentado como o quarto soberano, distinguira-se pelas suas obras edificatórias, não só na Lusitânia como, na verdade, em toda a *Hespanha*. E essa seria a razão pela qual havia tantos lugares cujo nome terminava em *briga*. Sucederia que **Brigo**, na verdade, era um *cognomen*, atribuído pelos próprios súbditos, que *vendo (...) as muytas cidades que edificara, não desejando que se não possesse em esquecimento este beneficio, que a toda a Hespanha fazia, lhe poserão nome Brigo; isto he fabricador, e fundador de cidades* [NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804): 28-ss.].

E, da restante enumeração, falar-se-ia então, de novo, em **Tago**; em **Beto**, que, sendo o sexto governante, teria dado nome à **Bética**; em **Gerião**, o déspota, que sucedera ao anterior. Terá sido então que (na surpreendente alteração que merece aqui o Mito de Hércules), veio do Egipto o próprio **Osíris**, que *por outro nome se chamou Dionysio*, para repôr a justiça. E os domínios de Gerião viriam a ser depois repartidos pelos seus três filhos: **Hispalo** (alegado fundador de **Hispalis**), **Hispano**, e, só então, **Luso**, que receberia a parte de território em que haviam habitado os **Brigos**. E assim se explicava o alegado motivo qual os Romanos haviam criado, precisamente, três províncias na **Hispania**, a *Ulterior*, a *Citerior* e a *Lusitânia*; cada qual possuía, afinal, a sua antiga história, compartilhada, muito embora, até ao reinado de Gerião. Por fim, fora durante o reinado de **Gárgoris** que chegara Odisseus e seus marinheiros [NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804), Caps. V-VII: 39 e ss] ⁹¹.

⁹¹ Chegavam-se a indicar **cronologias e datas precisas para a «fundação» dos sítios**. Para Olisipo, calculou Frei Nicolau de Oliveira que o seu respectivo estabelecimento decorreria cerca de nove anos depois da destruição da «*Tróia dos Gregos*», momento ao qual correspondera a chegada de Odisseus-Ulisses e seus companheiros, usando então

Tal como era abordado a um determinado nível, compunha-se sempre este tempo de um carácter eminentemente poético e literário, exposto, muito embora, com uma presumível intencionalidade historiográfica, e nunca se deixando, afinal, de lado os modelos heróicos da Antiguidade, transpostos, quase como factos comprovados, para a Antiguidade do território.

c) A lendária *fundação de Olisipo*.

Neste contexto de tão remota antiguidade, à chegada de **Odisseus**, o sítio de Olisipo não seria mais do que um mero povoado primitivo. O facto ter sido a mesma cidade, desde então, associada ao herói homérico, explicava-se por toda a elaboração lendária que veio, de facto, a ser engendrada pela tradição humanística. Ao adiantar-se o pressuposto de que **Odisseus refundara e monumentalizara Olisipo** não era senão um modo tão caracteristicamente simbólico de identificar esse tal momento tão importante de passagem entre épocas decisivas [cf. MENDES DE ALMEIDA 1985].

Mas acabamos por não saber ao certo se toda essa formulação se veio tratar de uma invenção, pura e simples, isto considerando-se as próprias circunstâncias da época em que a mesma narrativa mais alcançou notoriedade, ou se, ao invés, resultava, na verdade, de uma genuína crença e fidelidade ao que haviam reportado os Antigos, apesar dos forçados exageros. Teria restado, de entre a própria tradição literária dos Clássicos, a nota sobre uma obra de valor distintivo: *hum insigne templo dedicado a Diana, de quem elle [Odisseus] por extremo era deuoto, em o qual pôz pellas paredes os remos, cordas, e proas dos seus nauios em sinal de agradecimento* [NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804): 62-64; n/ destaque].

contagens que tentavam integrar o velho mundo lusitânico nos próprios contextos homéricos [cf. NICOLAU DE OLIVEIRA, id., ibid.; et al.].

Porém, ainda segundo outras descrições, antes de Odisseus, outro Grego viera a buscar refúgio nas cercanias de Olisipo, nada menos que o próprio **Aquiles**.

Fugindo de Tróia, escondera-se este outro herói homérico num **«templo de vestais» consagrado a Tétis**, deusa que o protegia, e o qual se teria situado *junto da praya do mar*.

Era o que referiria Luís Marinho de Azevedo, que aproveitava este mesmo motivo para falar, então, das **fundações do Convento de Chelas**, que se teria, precisamente, edificado sobre o tal santuário.

Odisseus, desembarcando, aí se dirigira de imediato, impelido pela sua devoção à mesma divindade, na ocasião da sua chegada, e ter-se-ia deparado com o fugido Aquiles, então «disfarçado» de vestal, e envergando as roupas das mulheres que serviam a deusa [AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. I: 1-ss.]⁹².

Na verdade, considerava Marinho de Azevedo, se era uma *difficultosa cousa* comprovar a passagem de Aquiles, era, pelo contrário, bem evidente que os **vestígios do «templo de vestais»** se viriam a conservar em Chelas. Entre esses restos contar-se-ia, pois, a **«urna do fogo» do culto**, e, o achado, na parede do claustro do mesmo convento, de uma **placa de mármore figurada**, com decoração de emolduramentos e folhagens, e a qual, apesar de esfacelada, se interpretava como *obra grega*, conservando-se ainda ao tempo.

Esta última é, então, também descrita por Luís Marinho de Azevedo, como tendo *no vão della seis figuras de joelhos, com as mãos levantadas* (sendo, pois,

⁹² Na recapitulação da história da chegada de Odisseus, também **Luís Marinho de Azevedo** vem a apresentar cronologias precisas: a **fundação da urbe olisiponense** dera-se 2872 anos depois da Criação, e 46 depois da primeira Olimpíada. Resumia que a anterior ocupação do lugar remontava ao tempo dos **descendentes de Noé**, por via de **Elisa**, noutra inserção, mil anos antes da chegada de Ulisses. Evocando-se, então, o Tratado de Vitruvius, diz-se que o herói grego, contemplando o lugar, vira somente *adobes, e barro*, dos tempos bíblicos [cf. AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. VIII: 32 e 37-38].

segundo as próprias freiras, a representação de vestais) [AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. V: 17-18]⁹³.



Quanto às **obras de Odisseus**, haveria a salientar os exemplos de **fortes muros**, e **soberbas torres**, como se mostra bem pela que com nome de *Vlisses*, se conserva até ao presente, e que os *Architectos mais praticos dizem não ser de Romanos, nem Godos, mas efectivamente de Gregos*» [AZEVEDO 1652 (1753); II

⁹³ Ainda segundo **Marinho de Azevedo**, a tradição de se tratar esta placa de uma *representação das antigas vestais* estava nos próprios registos do Convento, de acordo com os documentos que tinham chamado a atenção de Fernão Sardinha do Couto, na ocasião em que exercera, no Convento, aí o cargo de médico. Quanto à «prova» mais aferível da passagem de Aquiles, era esta de natureza etimológica, pois estaria na própria denominação do sítio de *Chelas*, entendido como *corrupção* de *Achilles* [AZEVEDO, 1652 (1753), II Livro, Caps. I e II]. Acrescentando-se, entretanto, mais indicações quanto à sequência de antigos vestígios resgatados de Chelas, e que haviam sido achados no decurso de obras locais, descrever-se-á um bloco, com *seis palmos de comprimento por dois de largura*, e que era uma **outra peça decorada, com três círculos nas faces, cada qual com a figura inscrita do que parecia ser «um Cavallo Pegaso»**, este mesmo um motivo bem clássico, retirado, na verdade, da mitologia grega e do ciclo das Lendas de Hércules [AZEVEDO, *op. cit.*, III Livro, Cap. VIII: 34]. Mas, esta mesma peça não era, afinal, senão uma das **pilastras visigóticas** de que se viria a recheiar, em 1865, a colecção arqueológica do Museu do Carmo, gerida pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses. Obras, decerto, de *inspiração grega*, mas, de qualquer forma, referindo-se a influências muito mais tardias, de directa aplicação dos *cânones bizantinos* e já não helenísticos. De realçar, enfim, quanto à **arte visigótica do território olisiponense** (e datável, portanto, dos Sécs. VI – VIII), que seria esta possuidora de «*uma personalidade estilística e temática sem paralelo no quadro peninsular do seu tempo*», e destacando-se, desde logo, pela aplicação da técnica do goivado, como contributo, com efeito, de «*artistas de proveniência mediterrânica*», mas numa outra recorrência completamente diferenciada [cf. Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *História da Arte em Portugal, Vol. 2: «Arte da Alta Idade Média»* (Lisboa, 1986): 58-60]. Quanto à **alegada atribuição às Vestais** deste lendário santuário olisiponense, havia-se baseado numa epígrafe que, na verdade, fora sempre incorrectamente lida, transcrita e mal interpretada desde a sua localização no Renascimento, tendo sido só recentemente que se procedeu à sua devida aferição [in José Cardim RIBEIRO, «Três novos monumentos epigráficos de época romana», *O Archeólogo Português*, III Série, Vols. 7-9 (Lisboa, 1974-1977), pps. 277-329].

Livro, Cap. VIII: 36; n/ destaque].

Na referência ao Santuário que o herói helénico teria feito erguer no alto de Olisipo, segundo **Luís Marinho de Azevedo**, não se trataria, afinal, de um templo consagrado à deusa Diana, mas sim a **Minerva-Atena**, ainda que se voltasse a reafirmar que a mesma edificação fora resultado de um voto de reconhecimento pela protecção divina recebida durante as errâncias marítimas [cf. AZEVEDO, id., *ibid.*].

Esta conclusão, com efeito, retirava-se da releitura das fontes que esclareceriam os hábitos da religiosidade antiga: em particular os que haviam sido expostos, precisamente, no já citado Tratado de **Guillaume du Choul**, o qual, de qualquer forma, se apoiava, por sua vez, na lição retirada de **Vitrúvio**, isto quanto ao modo como se explicavam as regras para a edificação de templos, em especial no espaço das cidades, ou, ainda, para a sua respectiva dedicação ⁹⁴.

Era, contudo, difícil saber onde se situara exactamente, em que parte de Olisipo, o **templo de Ulisses**. *Cousa verisimil*, pelo menos, seria a pressuposição que se tivesse situado perto do Castelo, precisamente junto à torre que viera a ser chamada *de Ulisses*, o que comprovaria a persistência de memórias associadas a determinadas tradições.

A **consagração a Minerva-Atena** justificar-se-ia, para além do facto de ser esta a deusa que tutelava as Artes da Arquitectura e da Música, pela invocação que geralmente era feita em cidades de nova fundação; tal como o havia notado

⁹⁴ E assim se anunciava, de resto, logo na apresentação do III Livro do *De Architectura* (...): *nunc in tertio de deorum immortalium aedibus sacris dicam et, uti oporteat, perscriptas exponam* [VITRÚVIO, III, Prefácio, 4]. A relembrar que o **I Livro** do mesmo Tratado do engenheiro romano se dedicava à escolha dos melhores lugares para o estabelecimento das cidades, e que o **II Livro**, da mesma obra, se consagrava, efectivamente, aos modos de monumentalização da **urbs**, por contraposição a capítulos seguintes que abordavam, antes, o espaço rústico, das **villae**. Nos **III e IV Livros**, surgia, por sua vez, a teoria das ordens clássicas e, nomeadamente; no **V Livro**, também no âmbito do espaço citadino e das suas funcionalidades, tratava-se em particular do caso dos teatros.

Guillaume de Choul, e que se poderia aplicar ao contexto da *refunção* do lugar levada a cabo por **Odisseus-Ulisses** [AZEVEDO 1652 (1753), II Livro, Cap. XVII: 63] ⁹⁵.

Portanto, mais *cousa particular do templo*, não podemos afirmar mais das que apontou Estrabão, seguindo a Asclepiades, que era estarem as paredes adornadas com reliquias dos naufragios (...). E outrosim estarem nas paredes pintados os sucessos da guerra troyana [AZEVEDO, id., ibid.]

Apesar de tudo, não se indicava que tivesse sido, em rigor, a cidade, chamada de «*Olisipo*», que estava sobre a embocadura do antigo Tejo ⁹⁶.

Mas haveria necessariamente que comprová-lo no discurso erudito.

Na evidência dos sucessivos contributos de um velho legado civilizacional, portanto, tornava-se evidente que se compusera uma *antiga*, e *única nação* no território: observava-se, então, que os **descendentes de Ulisses**, com o tempo,

⁹⁵ Não menos em concordância com os princípios vitruvianos, porém, estaria a **consagração a Diana**, referida por **Frei Nicolau de Oliveira** desse mesmo santuário olisiponense [cf. atrás], porque se enquadraria, afinal, muito particularmente, essa mesma dedicação aos propósitos a que teriam de obedecer quaisquer novas fundações de templos, quando fossem estes de **ordem jónica**, de acordo com o sentido programático da Arquitectura que viera promulgar o engenheiro romano [cf. VITRÚVIO: IV, I, 7].

⁹⁶ De qualquer forma, fosse em qual sítio, segundo o pressuposto de veracidade que determinava desde logo a atenção a antigos textos, já na própria *Odisseia* estaria contada toda essa mesma sequência, por via das tradições instauradas por **Homero**, que (afirmava-o **Estrabão**), falara, portanto, com toda a legitimidade, das vicissitudes dos Gregos e suas deambulações pelo Mediterrâneo, até ao **Ocidente**... Certo é que este outro afamado templo de Olisipo mereceria posteridade entre os registos da própria Literatura: **Asclepiades Mirliano**, o *Mestre de Gramatica na Turdetania*, falara como aí se colocara, então, *por memoria os escudos, enxarcias, e esporoes* das naus que haviam trazido os Gregos [cf. AZEVEDO 1652 (1753), II Livro, Cap. VIII: 32-33]. A **notícia de Asclepiades**, então, fora entretanto registada por **Estrabão**, e aí ficaria referenciada para o futuro, até chegar aos tratadistas do Humanismo. **Estrabão**, indicando, por sua vez, a **passagem de Ulisses** pela Ibéria, aludira que a mesma se perpetuara, pois, na *cidade* (ou nas *idades*) que, na própria Península, haviam conservado, *por memória*, o nome do Herói; e então se teria assim edificado, em **Olisipo**, o *templo* que se consagrara à *deusa ateneia* («*αλλα και εν τη Ιβηρια Οδυσσεια πολις δεικνυται και Αθηνας ιερων*») [ESTRABÃO, III, 2, 13].

vieram assim a misturar-se com os **descendentes de Noé**, que antes já haviam aqui chegado [cf. AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. XV: 52-ss;].

A **identificação de um antigo horizonte autóctone, cultural e civilizacional**, quanto a um tempo, ainda mais anterior que o momento em que pretendeu fazer chegar ao território os próprios heróis homéricos, e no qual se «*teriam fixado*» os «**descendentes de Noé**», definindo-se entre mitos e lendas, numa caracterização geral, era, e não, também, dos outros temas de interesse dos eruditos.

Portanto, junto com el pasado clásico y los orígenes del cristianismo también se tuvo conciencia de unos pobladores previos a la presencia de griegos y romanos, que de clásicos solo tenían el hecho de aparecer en sus fuentes. Se dijo en la mayor parte de las historias locales que los primeros pobladores descendían de alguno de los linajes derivados de Noé, pero estos se trocaban por obra y gracia de unas complejas genealogías regias en turdetanos e iberos que vivían en Tarteso [GASCÓ 1993: 21] ⁹⁷.

⁹⁷ E prossegue **Fernando Gascó**, que *además se tenía plena conciencia, los textos eran ineludibles, de que el sur de la Península fue visitado también por los fenicios que fundaron Cadiz y por los punicos, que tuvieron una importante influencia en el territorio ocupado por Andalucía. Al mismo tiempo aparecían objetos diferenciados de los que tenían antecedentes griegos o romanos, a los que se vino a agregar los hallazgos de alfabetos específicos de la zona, que escribían una lengua no descifrada [GASCÓ 1993: 21-22].*

3.3. Primeiros registos e anotações dos elementos materiais Antigos e o ideal classicizante.

Apesar da perspectivação que se tentava estabelecer em torno a períodos mais recuados e primitivos da História do território, facto era que, da Antiguidade, eram afinal os **vestígios romanos** os que mais abundantes. E assim mesmo se distinguiam, e eram, obviamente, o primeiro dos conjuntos de vestígios materiais tratados, ainda que, alguns deles, não deixassem de se usar como base para determinadas fundamentações que tentavam considerar um âmbito mais alargado do que era somente o seu específico contexto de achado. Precisamente, **Francisco de Holanda** começava por se apoiar no que ele mesmo havia *visto*, em primeira mão ou segundo o que tinha sido já registado anteriormente, mantendo-se objecto de curiosidade e revisitação, do que eram os vestígios de época romana ainda assinaláveis para certos sítios: do próprio **santuário de Colares**, que abordou com toda a atenção, apesar de fazer evocar tempos muito mais antigos, haviam subsistido, essencialmente, materiais clássico-romanos, e somente o confronto com as leituras das fontes referenciais lhe permitiam entrever o que ali haveria de «pré-histórico».

Também romanos eram outros sinais correlativos com outros cultos da Antiguidade olisiponense; e assim os há-de enumerar **Francisco de Holanda**:

- o «*cipo*», dedicado a Esculápio, que estava então na Igreja de Nossa Senhora da Porta do Ferro, em Lisboa;
- ou o um «*ídolo de Vénus*» na Igreja de Santo Estevão, também em Lisboa.

Mas todos estes exemplos serviam para caracterizar o tempo em que **Olisipo** teria, pois, conforme se atestava por tais sobrevivências, um lugar habitado por povos *gentios e pagãos* [HOLANDA 1571 (1984): fl. 4v^o.] ⁹⁸.

a) A exaltação do elemento clássico-romano.

Procurava-se, então, a partir dos vestígios monumentais, a comprovação de uma dignidade trazida por outro dos mais eminentes ideais do Classicismo: o **amor pela Cidade**, que também se assumia, segundo o teor da própria filosofia antiga, e como conceito indissociável do **amor pela Pátria**, como uma das mais sublimes intenções de domínio espiritual. Assim se tornava subjacente, portanto, a ambição de um sentido de «*grandeza*» de que se desejava dotar o presente.

Porque se caracterizava a *Cidade* como imagem do colectivo, o que afirmará,

⁹⁸ Contudo, até os testemunhos dos pagãos eram, como todas as obras de arte, **manifestações da intervenção do divino**. Sendo que Deus seria, «*mais que os homens*», o «*Rei e Senhor a quem todas as coisas são presentes, muito antes que sejam feitas*» [HOLANDA 1571 (1984): fl. 4v^o], em certa medida, os próprios ídolos pagãos comprovavam a mesma esfera de intervenções, pois, nem que fosse a coberto da «*idolatria*», confirmar-se-ia que até os «*povos primevos*» reverenciavam a suprema força de Deus, ainda que erradamente atribuíssem a «*falsos deuses*» o respectivo simbolismo de cada formulação simbólica. Segundo a **teoria da prisca theologia**, de que Francisco de Holanda era devedor, pressupunha-se, então, uma **universalidade da própria ideia criadora**, estabelecida antes de haver, com efeito, qualquer história do humano, ou qualquer distinção entre «*verdadeiros*» e «*falsos*» crentes. São os reflexos de inspiração neo-platónica, que Francisco de Holanda há-de aplicar igualmente noutras suas obras: o tratado *Da Pintura Antiga* [1548], como um outro resultado da sua passagem por Itália, onde tomou também contacto com as **propostas de Marsílio Ficino** da Academia de Florença, fundada no Séc. XV. Ficino visava a fundamentação das qualidades divinas da criação artística, e na consideração do *furor* criativo como um dom também divino que surgia da alma do artista, tendo, como base, a Criação original de todas as coisas, o **gênesis**. Numa tentativa de conciliar os princípios cristãos com o essencial de outras tradições, elabora Marsílio Ficino a **teoria da prisca theologia**, pela qual se tentava reafirmar que uma tal *sabedoria* fora transmitida aos homens por Toth, a divindade egípcia dos mistérios (e depois, conhecido depois na Grécia com o nome de *Hermes*). Fora assim que o Homem aprendera a fazer «*estátuas*» que se manifestavam como presenças vivas. Criar era, pois, o exercício de um *poder* [DESWARTE-ROSA 1995: 511-ss].

precisamente, **Luís Marinho de Azevedo**, bem na abertura da sua obra, é o seguinte: *segundo a deffinição dos Jurisconsultos (...) [é a cidade] hum ajuntamento universal de homens juntos em hum corpo* [AZEVEDO 1652 (1753), «Prólogo ao leitor», p. I]. O destaque conferido aos vestígios romanos, na sua ampla série de exemplos, devia-se, pois, ao facto de tais *pedras* documentarem um outro momento, não menos recuado, do que se constituíra como um exemplo da antiga nobreza e fundação das cidades. As *pedras e cipos* mostravam o quanto da velha Olisipo permanecia, então ainda, bem à superfície; bastava que se derrubasse, casualmente, uma qualquer parede.

A monumentalidade mostrava, assim, o que havia de perene nas marcas físicas que eram, por sua vez, sinal de um elevado ideal de civilização.

Luís Marinho de Azevedo prosseguia, então, no Séc. XVII, a listagem de *insignes* testemunhos, registando o quanto se recolhia de lápides e inscrições, junto a outras tantas igrejas modernas, que saltavam à vista no decurso de obras:

- caso da **dedicação à Concordia**, na **igreja de S. Mamede**;
- e uma outra inscrição, **consagrada a Tétis**, resgatada da **igreja de S. Nicolau** quando se procedia a reparos no local [AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 32].

Do **achado de S. Nicolau**, parecia atestar-se que, ali mesmo, houvera um outro santuário pagão: *com esta pedra, adiantava Luís Marinho de Azevedo, ficamos claramente averiguando que no tempo da gentilidade havia em Lisboa um templo dedicado ao Falso Idolo de Tétis, que he certo estaria junto à praya do mar; porque fingiaõ os poetas ser Deosa delle, e mulher do Occeano*» [AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VII: 30; n/ destaque].

Muito facilmente atribuía a cada inscrição votiva a eventual existência de uma antiga estrutura, que necessariamente se concebia como provável, dado que a Antiguidade era, enfim, sinónimo de uma paisagem cheia de edificações nobres e solenes. O leque de achados contaria, a cada passo, um momento diferente das velhas histórias locais ⁹⁹.

E das descobertas ocorridas dentro do espaço urbano olisiponense, contam-se ainda, na obra de **Luís Marinho de Azevedo**, outras referências de destaque:

⁹⁹ E é, de facto, vasta a enumeração dos **achado da antiga Olisipo**, referentes ao tempo dos Imperadores, com «*outros muitos rastos (...) [que] se achaõ nesta cidade, dignos de ser notados*»; da **época júlio-cláudia**, um «*pedaço de coluna bem grossa*», da antiga Rua do Barão, bem como «*outra nas casas do Correio Mor*», além do que poderia encontrar pelos «*muros da cidade pela banda do mar, paredes da Sé pelo lado exterior, porta de Alfofa, cantos da casa dos Provedores do Hospital Real, Chelas*». Ao lado das epígrafes, uma necessária **referência às «estátuas públicas»** dos Imperadores, em sinal de que, perante o governo de Roma, «*naõ andaraõ nossos Lusitanos descuidados em grangear a graça do Emperador por este meyo*» [AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. VIII: 33-34]. Haveria, mesmo assim, certas lacunas. Por exemplo, de **Nero a Vespasiano**, não haveria «*cousa que poder escrever de Lisboa, porque foraõ taõ violentas as mortes de Galba, Otton, e Vitelio*» [AZEVEDO, id., ibid.: 84]. E, a propósito dos vestígios romanos, havia também comentado Damião de Góis que «*todas essas coisas, como é razoável supor, desapareceram mais pelo desgaste do tempo do que por incúria dos escritores*» [in FELICIDADE ALVES 1988: 39]. Mas, a «*benevolencia*» e «*obsequio*» imperial teriam feito distinguir, logo desde a conquista de César, os nomes romanos com que se fizeram rebaptizaram as urbes do território da Lusitânia, que corresponderiam afinal a sítios de fundação ainda mais antiga (*Iulii Praesidium, Pax Iulia, Liberalitas Iulia, Iulia Myrtilis*), e entre as quais **Faelicitas Iulia (Olisipo)**. Assim o atestaria, em memória, uma outra *pedra*, onde se perpetuara o juramento dos olisiponenses a César, numa célebre epígrafe, também referida por Azevedo, onde, como «*homens juntos*», os locais se reconheceriam doravante no «*municipium civium romanorum ulysipo, faelicitas iulia cognominatum*» [AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. I: 2]. **Olisipo** tornara-se, pois, num **município** sendo «*de melhor condiçaõ os Municipios, que as colonias: com que se ficará entendendo as grandes honras, privilegios, e exemplos que de tempos taõ antigos começaram a gozar os cidadãos desta nobilissima Cidade*» [AZEVEDO, id., ibid., Cap. II: 12]. E o **âmbito cronológico dos achados locais** estender-se-ia até à Idade Média. Houvera as perseguições dirigidas contra os primeiros cristãos, de que resultaram os martírios, e os quais, afinal, também fundavam a própria história de Olisipo [cf. id., ibid., III Livro, Caps. XI (sobre o **nascimento de Cristo e a ascensão de Tibério**: 45-ss.), XIII (onde se refere a **passagem de S. Tiago por Lisboa**: 53-ss.), XVI (sobre a **vida e martírio dos santos olisiponenses Anastácio, Plácio e Génésio**), XVII (**martírio de S. Gens**, no lugar que viria a ter o seu nome e um mosteiro: 68-ss.); e assim por diante].



- uma **escultura de um ídolo de bronze**, que representava a figura de duas crianças abraçadas (possivelmente no tema dos Dióscuros, Castor e Pólux), com a forma, segundo comenta Luís Marinho de Azevedo, com que os *Astrólogos figuraõ (...) [os] filhos de Jupiter, e Leda* [AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 34-35; n/ destaque].
- Ou o **conjunto dos vestígios, nas Casas de um tal Pero de Mendonça**, situadas em Santa Clara, e correspondentes a materiais encontrados durante o decurso de trabalhos nos alicerces de tais casas, que revelaram *muitas abobedas piquenas feitas de argamassa*, que se interpretaram como talvez adequadas a uma utilização funerária.

O fabrico seria antigo, e adiantava-se que, lá dentro, se tinham resgatado **algumas urnas de vidro grosso escuro, outras em chumbo**, que guardavam vestígios de *carvoens, e cinzas*. Indicava-se também que os vasos mais elaborados faziam lembrar *porcelana das Índias*, tendo sido, entretanto, guardados ao cuidado de Francisco de Mello, à data Monteiro-Mor.

b) Um enigmático achado figurativo na «zona do Castelo», segundo Luís Marinho de Azevedo.

De mais **monumentos**, mereceria, então, um especial apontamento o achado, da **zona do Castelo**, e numa descoberta a que o próprio Azevedo

assistira, nos **espaços subterrâneos do Paço**, correspondendo a uma área de armazenamento de armas ou outros diversos utensílios, uma **representação zoomórfica**, que possuía **forma (...) de Usso com dous grandes colmilhos virados para baixo**» [AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 35; n/ destaque].

Anotava-se a rudeza do talhe e o desgaste de detalhes da figura, que decerto conferiam à peça uma estranha aparência, e sugerindo igualmente uma certa antiguidade. Não era possível registar já, nem olhos, nem outros traços expressivos da referida figura, que se limitava tão só à **representação da parte da cabeça**, para além do mais metida *em huma parede*, no que se assume como bem sugestivo [cf. AZEVEDO 1652 (1753): id., ibid.].

Esta descrição coincide, com efeito, com o que é **característico dos achados das esculturas zoomórficas de berrões ou verracos**, as quais tinham, em referências anteriores ao Séc. XIX, correntemente, a designação, aqui presente, de *usso*, ou «urso»; um paralelo aponta-se, precisamente, para o modo como, na descrição seiscentista da «**Porca de Murça**» presente na *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa, a citada peça fora igualmente identificada como a de um «urso» (e como tal associada à proliferação local de tais animais) [cf. FERNANDES 1985: 112; e também LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 13; MATOS SILVA 1988: 77-ss.].

Prossegue **Luís Marinho de Azevedo** com a consideração de que, segundo o que se sabia da **religiosidade dos Antigos**, dos Gregos como Romanos, estes *não prestavam devoção* a entidades divinas com forma animal. Mas, pelo contrário, os **Egípcios** ou **os Sírios**, distinguiam-se, como era sabido, pelos cultos que prestavam às divindades assim representadas como seres zoomórficos ou híbridos. Atribuir-se-ia, então, à figura, uma alegada influência ou proveniência oriental. Mas, tendo sido, à época, esta mesma peça do Castelo como uma descoberta de carácter único, a conclusão só poderia ser a seguinte: *quando queiramos dizer, que estes [os Egípcios], ou os Tyrios, Phenices ou Carthagineses*

trouxessem a Hespanha sua adoração: como trouxeraõ a de outros Idolos, temos pouco fundamento para o conjecturar (além do que o permitiria a consideração da referida figura) [AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 35].

Desses *outros ídolos* aos quais seria plausível atribuir uma **influência de Egípcios e Sírio-Fenícios**, Luís Marinho de Azevedo é omissos quanto a tais provas, ainda que a referência aos povos orientais fosse suficientemente veemente para adquirir foros de uma certeza (e muito embora fique igualmente por esclarecer se não corresponderia esta mesma representação zoomórfica dos Paços do Castelo a alguma peça de lavra medieval).



A principal dificuldade, aqui, reside em saber como é que, a dado passo dos primeiros esforços de uma literatura crítica, eram essas mesmas influências eram pressentidas para além de um mero plano intuitivo.

Por um lado, dentro das tentativas de confronto de que resultava o estabelecimento de conclusões sobre o carácter estético e formal dos artefactos, os **cânones classicizantes** eram úteis à aferição dos critérios de valorização dos aspectos de naturalismo e do protagonismo da figura humana, tal como estariam presentes em determinados conjuntos de peças; em contraposição, a figuração zoomórfica ou a aparente incipiência artística viriam a ser entendidas como sinal, não só de arcaísmo, como de primitivismo, indicando-se, assim, que tais outros objectos só poderiam reportar-se a épocas distintamente anteriores ao Classicismo greco-romano.

Por outro lado, era, enfim, inevitável que esses mesmos povos orientais viessem a ser indicados, desde logo, como uma presença determinante para o próprio passado do território: eram mais antigos que os próprios Gregos ou Romanos, a sugestão de que teriam chegado ao território lusitânico não fazia

senão realçar a sua grande antiguidade, na eventual fundação de sítios ou, mais certamente, quanto ao contacto com os povos locais; constituíam, além do mais, um exemplo paradigmático de uma certa atitude, quanto à afirmação do paganismo e, particularmente, da idolatria.

3.4. Hipóteses para primitivos tempos.

Eram as fontes escritas, fossem as de época clássica, fossem as que se reportassem ao enquadramento paradigmático instituído pelas referências bíblicas (num cruzamento essencial para a própria cultura moderna), que haviam trazido elementos que permitiam conceber um antigo cenário, ainda que incerto, de povos e navegadores que, na Antiguidade, teriam habitado ou visitado o território, e que teriam contribuído para a sua respectiva especificidade histórica no decurso de «primeiros tempos», procurando-se, num plano imediato, as correspondências directas entre o registo literário e o dado material, ainda que, na verdade, as correlações nunca se pudessem estabelecer de modo tão recíproco quanto seria desejável.

E regressava-se ao sentido simbólico indissociável do facto de se situar Olisipo nos confins do mundo conhecido da Antiguidade, e no seu papel de fonte de inspirações líricas. Também Olisipo, tal como sucedia com as antigas cidades, de Gregos e Romanos, tinha o seu próprio **Promontório** (e em cujo espaço se erguera, precisamente, outrora, o *templo de Colares*).

a) Em torno da definição do território lusitânico em épocas recuadas.

Localizando-se o **Promontório de Olisipo** à beira do Oceano, este último celebrado pelos *Antigos Poetas*, coincidia o *lugar* com o sítio *onde descansava o Sol*, como se relatara no Mito das Hespérides. E cessavam aí as rotas familiares de navegação. Além do **Promontório de Olisipo**, realçava-se, *não se teve no tempo de Homero notícia de navegação*; e até o próprio Hanão, *Capitão de Carthago (...)* nunca se apartou da vista da terra, que hia sondando [AZEVEDO 1652 (1753), Livro I, Cap. XXIII: 141].

Do que interessa voltar a salientar, quanto ao modo como as passagens dos Autores clássicos descreviam esse mesmo limite, volta-se a destacar, pois, o teor do poema de **Rufo Festo Avieno**, *Ora Maritima*, do **Séc. IV**. Dada a **profusão de arcaísmos e designações diferenciadas** presentes na *Ora Maritima*, que não têm, na verdade, usos correspondentes em restantes exemplos da literatura clássica, o facto é que não se deixa de ver no poema algo do que se concebia como a *primitiva Lusitânia*. O **Promontório de Olisipo** é aí chamado de **Cabo Ofiússa**, numa presumível alusão a um povo «céltico», os **Saefes**, que habitariam no território que lhe estava subjacente [AVIENO: 174-ss.].

A designação de **Ofiússa** é, contudo, pouco rigorosa, embora se use para identificar o litoral, ao lado de um outro termo, com idêntica abrangência, com que se vem a chamar, também em Avieno, o mesmo território, o Ocidente lusitânico na sua projecção atlântica, como a «**Oestrímnia**» [AVIENO: vvs. 90-156], em ligação a um outro povo, os **Estrímnios** (ou *Estrímnio-Lígures*), pertencentes a um sub-tracto indígena antigo, que teria sido expulso pelos *Saefes* [AVIENO: v. 135].

Atendendo a estas descrições, estaríamos, aparentemente, perante um interessante vislumbre do que poderia ter sido uma sequência de fases de ocupação do território, que evocaria, por sua vez, o que se compararia com outras outras regiões em que, num dado momento da Antiguidade, os primitivos povos locais teriam sido substituídos por novas gentes (os *Estrímnio-Lígures* teriam, assim, na Lusitânia, o mesmo papel que os *Pelasgos* na Hélade, ou os *Fomoré* na Irlanda).

Mas, para uma época tão arcaica, as descrições, tal como surgem na *Ora Maritima*, mantêm-se num âmbito demasiado vago e genérico que, a realçar de novo, não encontram correspondências noutras fontes, por mais sugestivas que sejam; permanecem, então, numa contextualidade meramente poética ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Das fontes antigas, a *Ora Maritima* é, com efeito, a única onde se referem os mesmos **Saefes** [cf. SERRÃO 1971 [1981]: 524; e, para os **Estrímnios**, SOARES 1985;

Como conciliar, por uma parte, a afirmação de que as navegações eram difíceis para lá dos últimos litorais da Europa, e, por outra parte, a afirmação de que teria afinal havido expedições em épocas recuadas?

As concepções geográficas herdadas da Antiguidade, e os seus relatos quanto aos «fins do mundo conhecido», que têm expressão nas formulações mais recuadas da mitologia grega, mesmo sob uma forma poético-épica, só poderão ser compreendidas tendo em aberto a evidência dos próprios antecedentes de viagens protagonizadas por povos orientais.

De qualquer modo, à **época de hegemonia púnico-cartaginesa no domínio do Estreito**, diversas lendas foram postas a circular de forma a intimidar, pelo medo, os eventuais navegantes que se sentissem tentados a desobedecer à interdição de ultrapassar as Colunas de Hércules, e avançar Oceano adiante, sem a autorização dos Capitães cartagineses; e a navegação no Estreito era, com efeito, difícil, obrigando a que se conhecesse, quer o regime dos ventos, quer o das correntes marítimas: um segredo, que veio a ser ciosamente guardado pelos Púnicos, de modo a afastar os seus concorrentes do outro lado do Mediterrâneo, e evitando-se que as rotas comerciais saíssem do seu controlo.

O resto ficava confinado ao esquecimento: a progressiva evolução das próprias concepções sobre os limites da οικουμενη, que, dos Fenícios para os

e, ainda, para uma mesma alusão aos **Saefes**, AZEVEDO 1652 (1753): I Livro, Cap.XXIII: 135]. De um modo geral, o que poderá estar implícito nesta «**expulsão**» dos **Estrímnios** pelos **Saefes** é a alusão à própria **passagem da Pré-História para a Proto-História no território**, que, de um ponto de vista literário, se explica com recurso a uma perspectivação poética; a cultura dos Estrímnios acabará por relacionar-se com a própria **civilização pré-céltica do Ocidente atlântico europeu**. Daí todas as hesitações tradicionalmente apresentadas quanto à localização do território desse mesmo povo, que estaria ora na Península Ibérica, ora nas Ilhas Britânicas, e fundamentando-se todas as especulações, também em torno das ligações efectivamente notadas, para um período da Pré-História final, entre essas margens atlânticas, associando-se a «**Cultura Estrímnica**» ao **Megalitismo**. Os Estrímnios, por outro lado, enquanto povos pertencentes a uma «época primitiva», não deixariam igualmente de se associar ao povo dos **Lígures**, que habitariam as áreas do Mediterrâneo ocidental também num mesmo período coetâneo, confundindo-se, portanto, uns e outros quando se tratava de fazer evocação dessas mesmas fases recuadas do passado.

Gregos, acabou por se confundir com o Extremo Ocidente; ou a distinção entre o que teriam sido as navegações além do Ocidente e as gestas que, ao invés, tinham o seu cenário em torno ao Mar Pôntico.

No **Mar Negro** e na **Cólquida**, haviam entrado **Jasão e os Argonautas**, e também Hércules; na **Sicília**, situar-se-iam igualmente parte das lendas do Ciclo de Hércules, ou da narrativa da Medusa. A **Península Ibérica** surgira, quase numa mesma sequência, como cenário para o Mito de Hércules e de Gerião, ou para os relatos (apesar de tudo plausíveis) do encontro de Gregos com os Reis tartéssicos.

Mas também as margens da Gália, bem como as Ilhas Britânicas, eram outros dos hipotéticos lugares onde se fariam situar, quer as Hespérides, quer as Oestrímnias.

Não deixava de ser, enfim, evidente que o próprio papel das mesmas navegações, pudessem ou não confirmar-se nos seus factos, era um aspecto fundamental que teria permitido o aparecimento, no território, de determinadas realizações com um **facies** tão característico de um momento histórico definido.

b) A *Argonautica phenicia* segundo Martins Sarmento e o presumível cenário das antigas navegações e afinidades culturais.

Francisco Martins Sarmento (1833-1899), nos finais do Séc. XIX, faria publicar o seu próprio estudo sobre os antigos navegadores, e seus percursos entre o Mediterrâneo e o Atlântico, no trabalho intitulado de *Os Argonautas* [SARMENTO 1887], onde se voltava a especular, muito embora baseando-se no apoio crítico que mereciam os dados recolhidos na literatura tradicional em confronto com as recentes descobertas arqueológicas (e de que o referido investigador foi um dos principais protagonistas), sobre o possível sentido a aferir quanto a factos situáveis para um remoto tempo da Lusitânia pré-romana.

Há a realçar, ainda, o contributo essencial de um outro estudo da sua autoria,

este abordando precisamente a *Ora Maritima* de Rufo Festo Avieno, de que preparou a respectiva edição, também nos finais de Oitocentos [SARMENTO 1879]. Tais estudos acompanhavam a sua própria pesquisa no âmbito do Castrejo e do que se identificaria como os principais lugares de ocupação castreja, no Noroeste minhoto.

Certas hipóteses que apontava não deixavam de ser apelativas, como as que viriam a incluir-se na compilação póstuma da *Correspondência Epistolar Entre Emilio Hübner e Martins Sarmento: Arqueologia e Epigrafia (1879-1899)* [SARMENTO 1947], e que se relacionava com a **tentativa de comparação entre os aspectos técnico-formais do Castrejo com o próprio Micénico** (apesar da evidente distância cronológica e também geográfica entre ambos os focos civilizacionais) [cf. notas, in MATOS SILVA 1986: 56-58].

Martins Sarmento procurava esclarecimentos a partir da releitura e reapreciação das fontes clássicas, aliando a sua vocação erudita à sua própria intervenção como arqueólogo. Em *Os Argonautas*, não se furtando muito embora a um fôlego épico e inspirado (próprio na verdade no prolífero escritor que também era), aplicava-se na explicação de um período ao qual pertenceriam, pois, os principais momentos de formação e afirmação da Cultura Castreja.

Adiantava, haveria *razões* para se pressupôr a **evidência de uma colonização do Ocidente pela parte de tribos relacionadas com os Gregos**. Daí o realce conferido aos paralelismos micénicos, que este mesmo arqueólogo parecia ter encontrado, ao avaliar os vestígios castrejos [SARMENTO 1887: 261; n/ destaque]. Portanto, se bem que os Romanos, a quando da sua própria chegada, tivessem encontrado **uma civilização, que bem podemos chamar fossilizada**, a qual seria *a mesma todavia, em que elles e os Gregos haviam sido emballados mas que se lhes figurava* [agora como] *pouco menos de barbárie* [SARMENTO 1887: 257; n/ destaque].

A «Cultura Castreja», defendia, não se entenderia, então, senão em

sequência de um tal processo cumulativo que fazia apelo a recorrentes momentos de afirmação de uma identidade ancestral. O investigador concluía que as origens da Cultura Castreja remontavam a uma fundação que se teria devido aos **Lígures**; no confronto com os dados etnográficos registados na *Ora Maritima* de Avieno, **Sarmiento** vem a identificar com esse primitivo sub-extracto o povo que surgia, no poema latino, com o nome de **Dráganos**, que faz então enquadrar dentro da estirpe lígure. Os **Dráganos**, segundo a descrição do poema aviénico, constituíam-se como a *prole* que, ao lado dos *agéis Lusos*, habitavam o Norte [cf. AVIENO: 197-199].

Martins Sarmiento tentaria ainda relacionar uma tal população drágano-lígure com os primeiros Gregos, pois, de acordo com o que entenderia, havia em comum uma filiação de **origem ariana** (ou, melhor dizendo, **indo-europeia**). Pelo menos, era um modo de ajudar a perceber como haviam sobrevivido os tais aspectos arcaicos que contribuíam para o aparente *immobilismo* da Cultura Castreja: não seriam senão elementos da afirmação cultural própria de uma civilização antiga [SARMENTO 1887: 245-ss.; e, para a referência aos povos Lígures, SARMENTO 1887: 223-224.].

E do conjunto de **elementos de sobrevivência arcaizante**, estavam assim incluídos os vestígios que se atestavam em continuidade de uso, desde a Pré-História final, como seria o caso de «**armas**» e «**utensílios**» de «**pedra polida**», presentes até períodos tardios, segundo a sua respectiva evidência material; ou, inclusivamente, a própria **decoração castreja**, com os seus motivos formais, onde predominavam os **padrões circulares** ou os **motivos espiralados** e as diversas representações de **suástica**, que, assemelhando-se ao que decoraria igualmente, dentro de uma tradição pré-histórica, os monumentos megalíticos circum-vizinhos, também se filiariam num remoto passado. Não se deveria duvidar, então, que os construtores dos Castros haviam sido os tais drágano-lígures, a quem se deviam igualmente *memórias funerárias*, entendidas como a *última morada* dos primeiros

habitantes dos Castros no contexto do legado monumental pré-histórico do Noroeste e seus respectivos vestígios [SARMENTO, id., ibid.].

Teria ocorrido, com os **Drágano-lígures**, a introdução das primeiras formas de «civilização», não apenas no Noroeste, como no próprio Ocidente lusitânico. Na verdade, sobressaía especialmente a noção de que era todo o **Ocidente europeu**, cenário de emergência do Megalitismo atlântico, que havia sido povoado pela estirpe lígure.

Demarcando e fazendo distinguir toda essa *vasta área*, os navegadores fenícios teriam acabado então por estabelecer contactos com os referidos Lígures, a quem reconheciam afinidades e familiaridades (pela citada filiação «ariana») com alguns dos povos que também habitavam o Mediterrâneo oriental; e teria sido essa a lição do resumo dos seus próprios conhecimentos geográficos, que por sua vez transmitindo-se aos navegadores gregos, ainda correntes *no tempo de Hesíodo* [SARMENTO 1887: 223-224].

Por isso mesmo, também uma **mesma identidade de base lígure** acabara-se por estender inclusivamente, pois, aos **povos Irlandeses e Galeses** (estes últimos também chamados de **Câmbrios**), os quais, portanto, nas suas respectivas tradições, mantinham acesas as *recordações históricas e mythicas* que se evocavam pelos monumentos pré-históricos, e perpetuavam também a memória de antigas afinidades que se haviam estabelecido na Pré-História [SARMENTO 1887: 249].

Em suma, Francisco Martins Sarmiento não deixava de entrever um **fundo civilizacional comum**, que remontava à Pré-História final, e que lhe permitira identificar paralelismos culturais vigentes até períodos muito mais tardios. A «**Argonáutica**» tornava-se, então, na alusão às viagens pelo Atlântico, em que a descrição das rotas de uma determinada busca se tornavam na evocação dos contactos estabelecidos previamente entre as diversas áreas do Ocidente. E, se essa «**Argonáutica**» viera a ser conhecida sob uma formulação das lendas

gregas, e em que os protagonistas eram apresentados igualmente como Gregos errantes, o cenário ter-se-ia alterado ou confundido com as próprias vicissitudes vividas na Cólquida e no Mar Negro. Mas a versão original de uma tal «**Argonáutica**» só poderia ter sido efectivamente de autoria dos Fenícios, sendo as suas próprias viagens que aí estavam implícitas; sob outra versão, portanto, a verdadeira «**Argonáutica**» teria ressurgido na *Ora Maritima* [cf. SARMENTO 1887; Introdução: xxx] ¹⁰¹.



Consideraremos, enfim, como um «**momento pré-científico**» a situação que, na Modernidade, e tendo determinadas personalidades como especialmente eminentes no processo de crescente atenção dedicada à abordagem dos vestígios materiais e sua respectiva interpretação, veio a resultar nos tratados de tradição humanística cujo propósito era a de uma restituição do passado antigo do território apoiada na utensilagem intelectual de cariz erudito e crítico, a qual, claro está, se assumia como indissociavelmente ligada à observação do sentido de **auctoritas** trazido pela literatura clássica.

Certos valores emergiam: o **gosto pelo Antigo e pelas primeiras recolhas de objectos**, aos quais se conferia um interesse digno de nota dentro da sua

¹⁰¹ Seguindo, então, as próprias palavras de Martins Sarmiento: «*crêmos deveras na existencia d' uma Argonautica phenicia, que se foi desfigurando pouco a pouco na mão dos Gregos, até que a penna d' Apollonio [de Rodes] a fixou na fôrma, que lhe vemos hoje*»; assim, a **Argonáutica** original corresponde à «*legenda das primeiras explorações marítimas dos Phenicios para o Atlântico*», e em que só haveria que «*acreditar que na colonisação árica do Ocidente estavam representadas varias tribus, intimamente aparentadas com os Gregos*» [SARMENTO 1887: 261]. Recorria-se ainda ao confronto com as passagens de Estrabão que se referiam a Gadir, para se mencionar as navegações fenícias [in ESTRABÃO, III, 2, 14], e, obviamente, ao teor do texto de Avieno, onde ressurgiriam os ecos de tais antigas descrições. Para Adolph Schulten, a inspiração do *Périplo Massaliota* estaria implícita na elaboração da *Ora Maritima*; mas, por sua vez, o referido *Périplo* ter-se-ia apoiado, por sua vez, num outro roteiro ainda

qualidade de testemunhos de um tempo desaparecido, mas cujo legado não se desejaria abandonar; a par, **os primeiros sinais da actividade de coleccionismo**; ou, enfim, o que era já uma notável **formulação do ideal de protecção do património monumental e histórico** ¹⁰².

Todas essas vias de perspectivação hão-de adquirir particular expressão, como uma fase posterior de um mesmo processo de consolidação pedagógica, no decurso do **Séc. XVIII**, ao lado, nomeadamente, do estabelecimento das Academias ou dos primeiros museus, bem como do surgimento de outros círculos institucionais que se ligavam a uma atitude de pendor já cientificizante quanto ao conhecimento do passado e cuidado prestado aos vestígios materiais que revelavam a essência do Antigo.

mais antigo; a **teoria da «Argonáutica» fenícia**, previamente proposta por Martins Sarmiento, ganharia, assim, toda uma certa pertinência.

¹⁰² Resumindo, *la acumulación de estas variopintas percepciones del pasado, con su estudio y el uso para mayor honra y prez de las ciudades y pueblos que de él se hizo fue creando poco a poco una conciencia de patrimonio. Se generalizó la idea de que la ciudad en parte dependía de su pasado y que, a su vez, éste pertenecía a la ciudad* [GASCÓ 1993 22-23; n/ destaque].

II.

Das áreas culturais aos universos estéticos:

***O primado das descobertas e a restituição e reconhecimento
das antigas sociedades peninsulares
no quadro das suas manifestações.***

**The past, like the present, is made up
of seasons and of faces, feelings,
disappointments and things seen**

(ROBIN LANE FOX, **Alexander the Great**
[Londres, 1973 (1986)]: p. 11)

Há aspectos essenciais que definiram, numa dada época, uma determinada atitude perante o passado: o **culto da Antiguidade**, o gosto **pelo Clássico**, a **apologia do sentido de nacionalidade**; seriam estes os *pólos* que hão-de definir a especificidade de uma *curiosidade antiquária e arqueológica*, e segundo o que se há-de igualmente desencadear, conforme o caracterizou recentemente **João Carlos Brigola**, no dinamismo da actividade museológica em Portugal, a que se assistirá em **Setecentos** [cf. BRIGOLA 2000: 250].

A tudo isso, veio a ser, então, essencial o processo que veio a valorizar, em modo progressivo, os documentos materiais e, sobretudo, os monumentais.

Perante a proliferação de tantos e tão significativos vestígios que contribuía para se perceber o que havia constituído a antiga «*grandeza*» lisiponense, já tinha assinalado **Damião de Góis** que, assim, *numa cidade onde se encontram hoje em dia tantos elogios e tantos epitáfios gravados em lápides com caracteres latinos, tenha também havido em épocas antigas muitos e grandiosos feitos com que poderíamos ornar e ilustrar este nosso comentário*» [DAMIÃO DE

GÓIS 1554 (1988): 38-39; n/ destaque]. As *pedras já alegadas*, bem como tantas *outras muitas inscrições*, assumiam-se, portanto, como um conjunto de valiosos *penhores de antiguidade* [DAMIÃO DE GÓIS, id., ibid.].

Ao ideal de reparo dos vestígios patrimoniais, acrescentava-se, evidentemente, o definitivo reconhecimento do valor documental dos testemunhos materiais. Seguir-se-iam exigências, conducentes a um modo de assegurar que o resgate e conservação dos citados vestígios se tornassem objecto de uma política própria, que revelasse, assim, o empenho do Reino em guardar (e gerir) a sua herança histórica e monumental.

Posteriormente, então, adiantar-se-iam propostas para que se criasse uma tutela oficial, de modo a não se voltar a reutilizar ou destruir impunemente, como era corrente então, as «*pedras*» e demais «*antiguidades*» que se iam descobrindo, pontualmente. A continuar-se assim, perder-se-iam importantes testemunhos antigos, que muitas vezes se achavam entre rebocos e alicerces.

Na sua obra seiscentista, reclamava já **Luís Marinho de Azevedo** ao Senado da Câmara que se criasse uma postura oficial que *mandasse aos pedreiros, que achando alguma nos edificios, que se derribaõ, com algumas letras, a não quebrassem, nem usassem della sem vistoria do Vereador do pilouro das obras, para lhe assinar lugar no mesmo edificio, onde se collocasse, para se não perderem semelhantes memorias: pois com ellas se ennobrecem tanto os lugares* [AZEVEDO 1652 (1753), «Prólogo ao leitor»] ¹⁰³.

Com alguma precocidade na própria Europa, pelo **Real Decreto de 14 de**

¹⁰³ É, já, a formulação de um **ideal de conservação do património monumental e histórico**, presente no tratado de 1652, pelo qual se defendia o urgente reparo e cuidado dos achados *de Antigos*, pois, segundo o que se salientava, os vários vestígios, mesmo que *não sejam cousas nossas proprias*, pelo facto de as terem feito os *nossos antepassados; nos pertencem por razão de sucessão, avendo de tratar-se publicamente de sua dignidade*, correspondendo, então, a aditamentos fundamentais ao conjunto dos documentos referentes ao passado, porque se referiam, enfim, os vestígios materiais a testemunhos que *se não achaõ nos livros*, e ali estavam, portanto, diante do próprio olhar [AZEVEDO 1652 (1753), «Prólogo ao leitor»: I].

Agosto de 1721, e na sequência da **criação da Real Academia de História**, surgiria a primeira lei que estabelecia procedimentos de tutela e salvaguarda, fosse de monumentos, fosse de *estátuas, mármores, cipos, lâminas, chapas, medalhas e moedas*, que constituíam o universo das valiosas «antiguidades» a conservar como testemunhos do passado. No que é especialmente de assinalar, ordenava-se que se cuidasse de todos esses vestígios, **desde os que tivessem pertencido ao tempo de Fenícios e de Gregos**, até aos que fossem da época de *Romanos, Árabes, Godos*, ou, em suma, tudo o que viesse datar até ao reinado de D. Sebastião [cf. FABIÃO 1989: 17] ¹⁰⁴.

A evidência do pólo **nacional**, prossegue João Carlos Brigola, surge na própria *tradição historiográfica* (...), tal como estava presente no **Alvará sobre a conservação de monumentos antigos** [Lei de] (1721) e na *actividade da joanina Academia Real da História Portuguesa- que buscava a memória antiga do 'Reyno de Portugal' documentada por vestígios epigráficos, arquitectónicos, escultóricos, medalhísticos e numismáticos dos povos 'antepassados' e dos tempos medievo e renascentista* [BRIGOLA 2000: 250].

¹⁰⁴ É dentro deste propósito que se hão-de concretizar os **Inquéritos Paroquiais de 1721 e 1758**, muito embora estes últimos se viessem a relacionar particularmente com as necessidades de avaliação dos efeitos do Terramoto de 1755 [FABIÃO 1989: 16-18]. Esta **Lei de 1721**, que se viria a acrescentar à *Colecção de Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*, foi enviada à Academia a 13 de Agosto e baixou à Mesa do Desembargo do Paço a 14 de Agosto [cf., em especial: Luís Ferrand de ALMEIDA, «Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal. Decreto de D. João V de protecção dos vestígios arqueológicos», *Conímbriga*, Vol. IV (Coimbra, 1965): 103-105]. Em termos gerais, quanto à **noção de património histórico e monumental**, tal como se veio a formular no **Séc. XVIII**, segundo Fernando Gascó, *sin embargo, no sólo se confeccionaba con los edificios y objetos, que procedían del pasado más venerable y lo recordaban, también eran fundamentales las percepciones cada vez mejor fundadas sobre el propio pasado y con tal intención se fomentó el análisis de los textos, su edición, la consideración y revisión de ciertos problemas para los cuales las academias podían ser un importante foro para su estudio, presentación y debate* [GASCÓ 1993: 25-26].

1. **«Brilhantíssimo no meio das trevas»:**
O pioneirismo científico de D. Manuel do Cenáculo e do seu círculo no contexto do Séc. XVIII.

A consideração dos achados materiais, dotados agora de um papel fundamental e legítimo na justificação e comprovação do conhecimento histórico da Antiguidade, abria-se às perspectivas de uma nova ciência e uma outra erudição. Surgia, claro está, a Arqueologia moderna, com as suas novas exigências de registo de achados e de confronto contextual, como procedimento essencial para o conhecimento das antigas realidades.

Anunciando-se a criação dos Museus, desenvolviam-se as actividades que lhes eram correlativas; reunindo-se as diversas colecções de peças, tornava-se possível *olhá-lhas e estudá-las* directamente.

Acontece que, ao nível da cultura científica do Iluminismo português, é na convergência de posicionamentos inovadores que a figura de **D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814)**, Bispo de Beja e, depois, Arcebispo de Évora, se assume como principal personalidade. O seu legado, traduzido na reunião de Colecções de Arte, Arqueologia e livros, foi, praticamente, o único a ter persistido até à actualidade, desde o momento da sua formação, em finais do **Séc. XVIII**.

1.1. **A actividade do Prelado de Beja.**

Do que se pode sintetizar quanto ao **legado cenaculano**, entre a apreciação do que veio a desenvolver em torno da Arqueologia, Museologia e Filologia, a par obviamente da sua postura eclesiástica, realça-se que daí resultou uma *obra consagrada à Antiguidade (...)*, em *interessante simbiose entre a continuação das tradições anteriores- [dado que] dominava os textos bíblicos, os clássicos e as produções de historiadores que o antecederam, com extrema erudição mas sem*

particulares cuidados críticos- e uma nova atitude perante os vestígios materiais, procedendo ou mandando proceder a escavações em diversos lugares, designadamente Tróia [FABIÃO 1989: 20].

Mantendo-se, obviamente, dentro da própria tradição erudita de foros literários, e movido tanto pela curiosidade como por uma certa obediência a valores progressistas, não foi por isso que D. Manuel do Cenáculo se coibiu de partir para explorações em sítios da sua diocese, procedendo às primeiras campanhas arqueológicas modernas em Portugal, pelas quais não apenas reuniu a primeira colecção digna de nota de Epigrafia e obras de arte romana, como conseguiu recolher, do mesmo modo, o que foi, desde logo, a **primeira colecção de materiais pré-romanos**, aferíveis para o território nacional em sinais, até então inédito, das antigas sociedades da Lusitânia.

Não se tratava de pôr de lado o que estava já registado pelos estudos elaborados sobre os textos dos Autores antigos, nem de arredar o valor dos esparsos vestígios recolhidos anteriormente, mas, antes, de consolidar o que se tornaria num crescente conjunto de irrefutáveis documentos materiais de uma realidade histórica em processo de inevitável redescoberta.

De qualquer modo, é necessário não esquecer que a principal atenção dos estudiosos se dirigira sempre para os **vestígios clássico-romanos**. Tivesse sempre pesado a flagrante falta de documentos materiais, para além dos meros vestígios a que se ofereciam os mais diversos, mas escassos, achados, muito naturalmente procurava-se, sobretudo, o elemento romano, de resto o mais abundante e o mais valorizado devido às importantes implicações históricas que se deviam à integração do território no Império.

O facto é que, também entre os principais cuidados de D. Manuel do Cenáculo se assinalou o caso particular de primeiras estratégias de conservação monumental, dirigidas à muralha (romana) pacense.

a) **Em torno dos propósitos de um necessário *decoro das coisas*.**

Do **espólio epistolar do Bispo de Beja**, entretanto guardado na **Biblioteca Pública de Évora**, destacam-se alguns escritos e cartas que permitem recapitular uma primeira fase de aplicação de ideias e projectos conducentes com tais objectivos. Com a data de **1792**, há a **missiva que D. Manuel do Cenáculo dirige ao Visconde da Lourinhã**, à data o Governador da província do Alentejo, onde dava conta de questões relativas aos restos romanos da sua cidade, nomeadamente, denotando a atenção prestada à **necessidade de arranjo e conservação das velhas muralhas**, de que tardava a reparação devida aos estragos de uma intempérie ocorrida havia já trinta anos.

O Prelado observava que as mesmas muralhas serviam de pedreira, com a própria complacência dos Vereadores da Câmara.

Denunciando a situação, a carta de **D. Manuel do Cenáculo** continha a referência de que *não se há tocado até agora, nem disposto nem ainda mais sondado tocar no Castello*, mas que, *para decoro da Cidade* [em virtude da qual se] *se haviaõ conservar as tres Portas Romanas, (...) [assim as] mandei debuxar, [em esboços que] as mostrava frequentemente em bem assistidos Concertos*, tendo-se ainda procedido a desentulhamentos desde *a Corte às Torres que vaõ em linha athe ao Castello*; evocava-se a memória de terem sido estas mesmas torres os *corpos leuantados para defesa, e arremesso de pedras nos combates rudes dos antigos* [Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 2-10: fl. 38 vº; n/ destaque].

D. Manuel do Cenáculo empenhou-se no ideário do progresso científico, porqueera, com efeito, uns dos distintos membros da recém-estabelecida **Academia Real das Ciências** [1779], sob auspícios régios. Teve igualmente a sua parte de contribuição para o estabelecimento das próprias colecções da **Real**

Biblioteca de Lisboa, também em processo de constituição à mesma época.

Salientando-se, então, os resultados mais visíveis do trabalho que desenvolveu, sobretudo nos finais de Setecentos (e que garantiriam a forte continuidade de uma determinada via de estudos, essencialmente porque as peças e livros que reuniu vieram a conservar-se), destacaram-se, claro está, os **museus alentejanos**, e, não menos importante, as suas **doações à Real Biblioteca**, tanto no que dizia respeito a espécies bibliográficas, como às peças arqueológicas, que ficariam guardadas no «**gabinete medalhístico**» igualmente afecto àquela instituição, e de onde viriam de resto a sair, muito depois, parte dos fundos que haveriam de constituir o núcleo do futuro Museu de Etnologia, criado por José Leite de Vasconcelos [1894].

António Ribeiro dos Santos, que comissariava a fundação da Real Biblioteca, em carta que enviou ao Prelado de Beja, a 7 de Outubro de 1796, agradecia-lhe precisamente a doação de livros entretanto chegados ao seu cuidado. Na mesma missiva, em evidente encómio, ia realçando diversas qualidades do Prelado, que realçavam a sua própria distinção pessoal, enquanto individualidade notável no seu próprio tempo [Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 2-10]. Cenáculo devolve resposta em 14 de Outubro, em carta expedida de Beja, fazendo, por sua vez, exaltar, não apenas o próprio trabalho de António Ribeiro dos Santos, como o que significava a existência de uma Biblioteca Pública no Reino, num século em que as Nações se tinham de assumir como «*heroicamente letradas*». Por este modo, escrevia ao Comissário: *Vossa Senhoria* [tem o **dever natural** de encher] *essa/ Caza da sabedoria de brilhantissimos decoros,/ e de tudo quanto sem limite a pode ennobrecer (...).Para tan/to bem repito os meus antigos votos formados/ ácerca de hua instituição pela qual clamavaõ/ continuada e altamente Ceo e Terra. Eu conto dêsde já sobre a fortuna della e a nossa, ven/do-a reluzir na vontade Soberana Positiva e Gra/ciosissima// [...], e nas bem entendidas Protecções, e/ nos*

desempenhos de que decididamente he capaz o en/ciclopedico e nobre Bibliothecario e Regente/» [Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 2-10].

Foi enquanto Bispo que D. Frei Manuel do Cenáculo veio, pois, a desenvolver a actividade que lhe veio a merecer o epíteto de «primeiro arqueólogo moderno» em Portugal. Do espólio que recolheu, nas suas visitas não apenas em redor da área pacense, como por todo o Baixo Alentejo, litoral e Algarve, veio a contar-se um conjunto de cerca de cento e sessenta peças, que, na verdade, acabariam por se vir a repartir por dois museus distintos, em Beja e Évora, acompanhando a própria sequência de deslocações a que obrigou a carreira do Prelado, e cujas fases de fundação se deveram à sua própria iniciativa.

Assim se revelaria um forte **propósito de promover os cuidados literários**, de que o Prelado se terá sentido especialmente responsável.

Um dos seus próprios opúsculos, onde se dava conta das descobertas arqueológicas alentejanas, intitulava-se precisamente *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado* [CENÁCULO 1791], revelando-se, então, o modo como ainda se exercia a vocação do conhecimento, aliada a matrizes pedagógicas que dependiam em muito da própria erudição. De qualquer forma, tudo isto não vinha senão justificar a própria importância dos diversos vestígios materiais que então se resgataram, vindo a constituir o que terá sido, com efeito a primeira **Colecção Arqueológica** moderna, resultando dos esforços desenvolvidos por **D. Manuel do Cenáculo**.

b) As colecções cenaculanas.

As colecções arqueológicas, como já foi referido, eram peças de lavra romana o que se distinguia como um notável grupo de testemunhos antigos.

Mas também era certo que, a par destas, reuniam-se outros tantos vestígios,

os quais vinham assumir-se igualmente no seu respectivo valor. Assim que foram recolhidas e preparadas, D. Manuel do Cenáculo não se demoraria muito a tratar da sua respectiva exibição pública.

O primeiro núcleo museológico, situado em Beja, teve a sua origem por volta de 1791, encetando-se com a constituição do que viria a ser chamado de **Museu Sesinando Cenaculano Pacense** (e a que se seguiria, em 1793, a abertura de uma *Academia Eclesiástica* na mesma cidade).

O núcleo museológico de Évora, por sua vez, remontaria a 1802, após a data em que D. Manuel do Cenáculo ascendeu ao arcebispado, na época em que era o futuro D. João VI era ainda Príncipe Regente. O que se fundava, porém, em Évora, era, propriamente designando, a **Biblioteca Pública** (dentro de um projecto que, de resto, previa a progressiva criação, também em Évora, de academias locais), e sob cuja tutela ficaram alguns dos materiais e colecções, de arqueologia como de pintura, que Cenáculo trouxera consigo (surgindo, pois, o actual Museu somente em finais do Séc. XIX).

Mas foi também o Prelado de Beja o primeiro estudioso a descobrir, ou a ter deixado disso o devido registo, e a inventariar as manifestações aferíveis às velhas sociedades do Ocidente lusitânico. Caso dos achados da designada **epigrafia meridional**, com os caracteres «turdetânicos», em breve elevadas à categoria de documento material indissociável à identificação dos aspectos que poderiam definir a especificidade cultural do Sul do território.

Recolher-se-iam, ainda, quanto a antigos materiais do Sul, os significativos conjuntos metalúrgicos, das armas alentajanas ou dos celebrizados **espetos de bronze**, que tanto se ofereceriam depois a amplas discussões. Isto, eventualmente, para além dos **exemplos torêuticos**, os **ídolos de bronze** correspondentes, às então ainda misteriosas **representações zoomórficas**, caso das que vieram a ser chamadas de «**cabrinhas de Cenáculo**», e às figuras de **x-votos antropomórficos**, que, permanecendo no Museu de Évora, seriam

igualmente atribuídas à actividade de pesquisas do Bispo de Beja.

Todos esses materiais terão sido encontrados no período decorrente entre **1780 e 1790**. Quando aos seus respectivos registos de achados, veio ainda a guardar-se, no conjunto dos manuscritos cenaculanos, o importante caderno de ilustrações, onde se reproduzia, em desenho, cada um dos achados resgatados até determinada altura, o *Album de antiguidades lusitanas e luso-romanas (...)* de D. Frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas: «*Lápides do Museo Sezinando Cenaculano Pacense*» ¹⁰⁵.

Na **evocação de S. Sisenando**, aludia-se explicitamente ao triunfo da Luz da sabedoria contra trevas da barbárie; não era apenas uma luta de pendor místico, trazida pelo exemplo da heróica resistência do Santo, mas, também, a evidente transposição desse mesmo exemplo para a luta em nome da Ciência ou em nome da «Civilização» ¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Além do que deixou nos seus *Cuidados Literários (...)* [1791], D. Manuel do Cenáculo deixaria, com referência ao registo e apontamento da proveniência e caracterização das peças do seu Museu, o manuscrito *Vida de Sisenando martir e Beja sua patria* [CENÁCULO 1800a]. Aí mesmo, vinha justificar D. Frei Manuel do Cenáculo a dedicação do museu que fundou em Beja à memória desse santo mártir, que merecia uma especial veneração local; não só porque era uma das eminentes figuras dos primeiros tempos cristãos no território português, que tentara defrontar as invasões árabes, como, de facto, a colecção cenaculana veio a mostrar-se ao público, precisamente, na igreja que estava consagrada ao orago do mesmo mártir. D. Manuel do Cenáculo, complementarmente ao referido texto da *Vida de Sisenando (...)*, escreveria ainda um *Comentário*, que interligava a própria apresentação e reprodução das peças às considerações várias que se sugeriam como meritórias [CENÁCULO 1800b]. Deste conjunto, contudo, apenas o texto da *Vida de S. Sezinando Mártir (...)* conheceria publicação, em sucessivos volumes do *Arquivo de Beja*, a cargo de Manuel Joaquim Delgado [DELGADO 1947, 1948, 1949].

¹⁰⁶ E assim o diz **D. Manuel do Cenáculo**: *quando [...] no seculo/ oitavo arrojou Africa para a Luminosa Espanha a cerração espêssa/ e medonha do Coran, teve Beja esmêro, e felicidade em desasombrar/ do modo possivel a seos filhos; veio, então, Sizenando brilhantissimo no meio/ das trevas mahomedanas [rasura] merecer, e continuar [rasura] por graças/ e Relligiaõ, [rasura] fermoso Ceo, e terra illustre, tendo defrontado as difficuldades de huma jornada embargosa, e termo/ della violento* [Colecção de «Arqueologia Vária», (BPE) COD CXXVIII/ 2-13d, fl. avulso, borrão; n/ destaque]. Era uma homenagem que se pretendia condigna a uma tão ilustre figura, mas tratava-se igualmente de uma evocação do passado local. O estabelecimento da Igreja,

Enfim, durante este período de Setecentos, conforme o continuaria a caracterizar **João Carlos Brigola**, é por demais evidente que *irrompe, assim, como uma 'mania', o culto da Antiguidade, legitimando as pesquisas dos sábios (bem como a imitação dos seus testemunhos pelos artistas) e conduzindo as gentes de fortuna a visitar a Itália* [o que, de resto, sucedera já, afinal, como um traço civilizacional digno de nota, no pleno Renascimento] *e a Grécia* [este, sim, um destino até então inédito], *e a despender imensas somas* [como um outro factor que, em termos de sociologia da cultura, não é de somenos importância] *para formar colecções de estátuas antigas, bustos, lápides, moedas, vasos, etc. Esta voga, também alargada ao espólio egípcio* [disso sendo ainda exemplo a «curiosa» múmia adquirida, também então, pelo Marquês de Angeja], *enformou a atitude das elites europeias em relação ao passado* [BRIGOLA 2000: 250; n/ destaque].

Tal seria um dos aspectos do espírito de época, na qual teria D. Manuel do Cenáculo os seus pares, e personalidades à altura da sua própria competência

107.

em torno à comarca pacense, isto é, por todo o Sul, fora um fruto que crescera com firmeza, graças à obra de outros tantos eclesiásticos, entre os quais se viria a contar S. Sisenando, ganhando a Religião seguras e vigorosas raízes, com o que havia sido uma *extraordinária Fundação das Igrejas litoraes e das Mediterraneas/ contra os Povos Turdetanos, Cinetes, e Celtas* [id., ibid.; n/ destaque]. Teriam sido esses os povos a quem viera, pois, a caber a realização dos artefactos tão ciosamente guardados por D. Manuel do Cenáculo, conservando-se, de resto, como testemunhos de velhas atitudes de ímpios (e contra os quais haviam lutado os primeiros cristãos). De novo, pois, uma **enumeração de populações** tal como a haviam já apresentado os Autores clássicos: uma *mistura de homens idolatras/ e dos Judeos com os Christãos*; latente, contudo, um receio de que uma tal mescla poderia fazer *temerem os Pastores a perversão dos/ [...] Fieis, e a deuassa nos profanos para o Christianismo* [Colecção de «Arqueologia Vária», (BPE) id., ibid.; n/ destaque].

¹⁰⁷ **D. Manuel do Cenáculo**, *fora* [então] *um jovem de vinte e seis anos aquele que ao dobrar do século viajara até Roma, recolhendo dessa experiência primordial a marca duradoura das suas opções intelectuais, da sensibilidade, de gosto e de filosofia. Em digressão pelos grandes monumentos da cultura setecentista de Espanha, França e Itália- universidades, bibliotecas e museus- elaborará o núcleo fundamental do seu ideário* [BRIGOLA 2000: 251. Cf. também id., ibid.: 259 (nota)].

c) Os registos dos achados setecentistas pacenses.

Da actividade cenaculana, há igualmente a salientar a iniciativa de ofertas que tomava o Prelado de Beja, quando lhe pareceria oportuno. Então, de entre o que **D. Manuel do Cenáculo** enviou à **Real Biblioteca de Lisboa**, e que comporia o que viria a ser o respectivo **Gabinete de Antiguidades** daquela instituição, da **doação do seu *Monetario* [com] de mais de tres mil Medalhas de cobre, prata e oiro**, de peças indicadas como *raras e desconhecidas*, entre *gregas e outras*, e que se documenta pela carta do Prelado, que acompanhava a oferta, dirigida ao Príncipe D. João, futuro monarca, e datada de 24 de Março de 1797 [Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 2-10; n/ destaque].

Sucede que existe mais documentação referente à **inventariação dos achados numismáticos**, em Beja, ainda em tempo de Cenáculo.

Deste modo se descobriria o manuscrito intitulado de *Lembrança de varias medalhas romanas que nestes tempos se têm descoberto em Beja e seus subúrbios, para das mesmas se fazer menção em sua História, as quais existem em poder do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja D. Frei Manuel do Cenáculo, a quem as tenho dado*, o qual, em **1912**, **Vergílio Correia** transcreveria para o *Arqueólogo Português*, e cuja autoria terá pertencido a **Félix Caetano da Silva**, que pertencia ao círculo próximo a D. Manuel do Cenáculo, [cf. CORREIA 1912 a (1972): 275-285].

Tratava-se, pois, de uma listagem, a apresentar ao Bispo. Sendo obviamente relacionável com as colecções medalhísticas que D. Manuel do Cenáculo entretanto reunira, é igualmente possível associar a mesma inventariação ao próprio conjunto de que, em 1797, se fez oferta à Real Biblioteca. Na verdade, dos achados numismáticos cenaculanos, nenhum lote se veio a conservar nos núcleos

museológicos alentejanos criados a partir do legado do Bispo de Beja.

Ora subsistiriam as peças enviadas para Lisboa, ora se perderiam as outras, no decurso dos turbulentos assaltos ocorridos em sequência das invasões francesas.

A **Lembrança das medalhas romanas (...)**, de **Caetano da Silva** propunha-se ser, essencialmente, um **tratado histórico-moral**, e teria duzentas e sessenta e uma páginas no seu todo. O estudioso abordava, então, o significado histórico-cultural das peças segundo uma perspetivação valorativa: havia simbologias bem demarcadas, como o **tema da Fortuna** (de resto, bem apropriado ao sentido do «dinheiro» e dos «ganhos» ou perdas em que se poderia incorrer, por sorte, azar ou fatalidade), ao lado das quais se apreciava o respectivo sentido documental das mesmas numismas, como testemunhos de uma história local, e assim se introduziam os apontamentos sobre as *Antiguidades de Beja*, num relance sobre o passado.

Do conjunto, interessa destacar que se identificou um lote de quarenta e duas peças, como sendo **moedas ibéricas ou ibero-romanas**, remontando a sua cunhagem, de qualquer modo, a épocas hispano-romanas (não parecendo ser anteriores às incursões de Júlio César, ou comportar, como sucedera já ter sido observado, alguma legenda com inscrições exóticas). Indica-se que estas *medalhas diversas* se repartiam, então, *em poder de diversas pessoas*, ficando por apurar, portanto, com mais precisão, quais viriam a ser integradas no próprio núcleo cenaculano, muito embora não cessasse o Prelado, como é sabido, de receber constantes ofertas para o seu cuidado [cf. CORREIA 1912 a (1972): 276-285].

Assinala-se, de qualquer forma, a base essencial detida pelos achados na cidade de Beja, ainda que a Colecção cenaculana viesse depois a transferir-se para Évora.

Vergílio Correia, a propósito de outros vestígios, correlativos com a

Romanização, trataria ainda, numa sua outra publicação, do **conjunto de peças de terracota**, composto por **bonecos (...) com figuras diferentes**, e os quais, tendo sido recolhidos sob entulhos numa parede da Rua Ancha, haviam acompanhado precisamente o resgate do referido tesouro medalhístico de que tratava a inventariação de Félix Caetano da Silva [cf. CORREIA 1912 a (1972): 278; CORREIA 1928].

Eram: quatro dúzias de bonecos de barro encontrados no Século XVIII em Beja, debaixo de uma parede na Rua Ancha, juntamente com uma moeda de Julia Messa, colecção de que restam poucos exemplares no Museu de Évora e uma na Biblioteca Nacional; peças de coroplastia regional, que comportavam um tipo usual de vestuário [CORREIA 1928: 240].

De entre as figuras encontradas, conforme o veio a notar Vergílio Correia, **as femininas traziam traje popular**, também visível nas representações que, por sua vez, se guardariam no Museu de Évora, e que mostrava o que parecia ser um capuz sobre a cabeça, em **indumentária ao modo dos viajantes** [cf. CORREIA, id., ibid.].

Sendo representações de pequeno tamanho, e com uma tal indumentária de carácter tão próprio, datariam, porém, de época romana, apesar dos seus respectivos traços de índole tão rústica ou, até, **arcaizante**. Estas figuras, de fabrico evidentemente local, assemelham-se, na verdade, às velhas tipologias de **ex-votos** pré-romanos, tal como vieram a ser conhecidos, também em pequenas fgurações, de coroplastia ou de torêutica. A sua qualidade plástica, de alguma forma invulgar, aproxima-as de uma categoria de artesanato, talvez bem corrente à época, e não de todo desligada do que se classificará como **exemplos de «arte popular»**, neste caso local, e de que se repetem, na verdade, outros tantos exemplos pelo espaço do Império, cruzando-se com o que seriam os hábitos de tradicionais de execução e representação.

Por isso mesmo, não deixariam de ser relacionadas estas peças,

precisamente, com a **Romanização**. Numa comparação mais particular, voltava-se a evocar Estrabão, com a sua referência sobre o facto de ter sido a **Bética** a *mais romanizada* das províncias hispânicas, tendo sido, já de antes, no seu *passado cultural turdetânico*, a região *mais civilizada* da Península [cf. ESTRABÃO, III, 2, 15].

Assim se documentaria o grau de assimilação cultural dos habitantes locais, os Turdetanos, que, de tal maneira latinizados, como o indicara Estrabão, teriam rapidamente adoptado, quer a língua, quer a *indumentária*.

Chamados, então, de **togati**, pelo motivo apresentado, a colecção das figurinhas pacenses, de acordo com a caracterização de Vergílio Correia, eram, portanto, indicadores do grau de difusão dos hábitos romanos (apesar de tudo, não deixava de ser necessário considerar-se que, tratando-se esta interpretação de um resultado do trabalho de exercício crítico sobre as fontes descritivas, havia decerto exageros quanto ao que as generalizações presentes nas fontes clássicas, sobretudo as geográficas e culturais, inevitavelmente traziam à caracterização dos territórios) [cf. CORREIA 1928: 237-238] ¹⁰⁸.

Registava-se, por sua vez, a existência de uma outra peça, do mesmo modo apresentada por **Vergílio Correia**, uma **figura das colecções do Museu do Carmo**, muito embora fosse proveniente da barra do Douro, que se revelava como bem próxima da tipologia referente às terracotas pacenses, no seu aspecto formal e como uma idêntica representação de indumentária.

Esta peça do Norte, contudo, era feita em granito; e tanto se aproximava do esquematismo figurativo básico dos «bonecos» de Beja, como, estilisticamente, se

¹⁰⁸ Desde já, porém, e adiantando-se, pois, uma posição própria de ideias, considerar-se-á que **a região pacense pertenceria, de facto, ao mesmo fundo civilizacional que a velha Bética**, com directa referência a **um passado de comuns influências tartéssio-turdetânicas** (e, até, anteriores elementos culturais, compartilhados já desde momentos pré-históricos), e como um dos aspectos fundamentais de antigas realidades históricas meridionais, tal como se tornará evidente pela **comparação entre o que restou de vestígios culturais e materiais**.

poderia muito bem indicar como obra semelhante aos próprios traços gerais do Castrejo, em cuja área, precisamente, fora recolhida. Mas não deixava de retratar um indivíduo togado, permitindo algumas hipóteses de confronto com os achados setecentistas da Rua Ancha.

E, a adicionar aos conjuntos, acabava por se inventariar ainda um outro **segundo exemplo comparativo**: a **figura em terracota**, igualmente representando um indivíduo togado, que era pertencente à colecção de antigualhas da Real Biblioteca; a esta outra peça, bem mais associável ao lote da Rua Ancha, restaria adiantar a hipótese de se tratar de um achado também pacense, mas disperso, que tivesse pertencido às ofertas de D. Manuel do Cenáculo, em ocasião diferenciada quanto ao achado conjunto do Monetário registado por Caetano da Silva e do grupo de terracotas que o acompanhavam; as ditas moedas, de qualquer forma, não tivessem desaparecido, documentariam certamente uma cronologia plausível [cf. CORREIA, id., ibid.].

Tal como as moedas, enfim, também as terracotas togadas seriam, pois, exemplos de uma similar classificação como obras ibero-romanas.

1.2. A Colecção arqueológica de Cenáculo nas origens do Museu de Évora e os investigadores de Oitocentos.

Muito embora as peças reunidas por D. Manuel do Cenáculo não constituíssem uma «colecção privada» propriamente definida, e ainda que o mesmo Prelado se tivesse feito rodear de acompanhantes não menos preparados, como o foi já visto, para os **temas da erudição e dos cuidados literários** que determinavam a natureza específica de uma missão científica, o facto é que não se deixa também de se fazer realçar o **carácter de grande acento particular** com que se que rodeou o trabalho. Foi decisivo, para o âmbito das pesquisas e estudos, o tempo que Cenáculo assegurou o seu Bispado.

Na verdade, por algum critério de sentido natural de propriedade, no que se referia, enfim, ao património arqueológico que o Prelado conseguiu resgatar, as peças que constituíam esse núcleo pertenceriam, por inerência local, seja à cidade de Beja, seja a Ourique, ou a qualquer uma das terras de onde veio a permanecer o registo da recolha e origem das diversas peças. **D. Manuel do Cenáculo**, nos inícios do Séc. XIX, ao ser nomeado Arcebispo de Évora, acabaria por levar consigo o valioso espólio que reunira ao longo de vinte anos.

Talvez não tivesse desejado o Prelado prescindir da propriedade moral que lhe trouxera a iniciativa de zelo pela colecção reunida. Ou talvez fossem as suas motivações de domínio mais abrangente: os diversos vestígios arqueológicos (que, afinal de contas, não se desligavam do conjunto geral da sua própria colecção, que incluía igualmente as espécies bibliográficas ou a Pintura, e que também não vieram a desfazer-se em alguma eventual repartição parcelar), testemunhavam, numa consideração já diferenciada, mais o sentido de um tempo antigo, do que alguma distinção particularizante que houvesse a conferir a uma dada localidade [cf. BRIGOLA 2000; comentários].

Interessar-lhe-ia, portanto, tanto o sentido global que se aferia da sua Colecção, enquanto conjunto articulado das várias categorias de expressão cultural ou civilizacional, como, no caso especial das peças arqueológicas, a projecção do que havia sido a Antiguidade, cuja sucessão de épocas se apresentava, num ideal pedagógico, passo por passo, em termos de uma sequência apontada ao sentido de qualquer coisa que tinha completado, um tempo «único» e «uno». Como tal, mais consolidado se tornaria então o «Antigo» como um objecto dos interesses centrados no conhecimento do passado.

a) A constituição do núcleo lapidar eborense.

De início, **anexados à Biblioteca Pública de Évora** como um «**Gabinete de antiguidades**», os conjuntos escultóricos e lapidares viriam a permanecer na **Torre do Açougue** (cujos paramentis quase ocultavam o antigo perímetro do templo romano local), diante do Palácio Arcebispal, e ao lado do da Inquisição ¹⁰⁹.

E aí se manteriam as peças, por quase todo o seguimento do século, até que se criasse definitivamente o Museu eborense, o qual ocuparia então o referido Palácio, isto, de resto, na ocasião em que se veio a demolir as estruturas medievais do Açougue, o velho templo romano era devolvido à exibição geral.

No Séc. XIX, estava, precisamente, em Évora **Augusto Filipe Simões (1835-1884)**, isto já pela década de 1860. Redescobria-se o legado musológico de

¹⁰⁹ Das **peças da colecção «lapidar» cenaculana**, destacavam-se, obviamente, os registos exemplares da estatuária romana, recolhida principalmente no contexto arqueológico das antigas **uillae** do Alentejo. O grupo principal veio a guardar-se, pois, em Évora: entre outras peças, a **representação sedente de Cibele** ou o painel com a **figura de Ménade** (cuja proveniência é pacense). Em Beja, porém, como o indica a presença de determinadas peças, também de escultura romana, tal como vieram a ficar no actual **Museu Rainha D. Leonor** (e no qual se reuniriam, de resto, posteriormente, outros conjuntos assinaláveis, em resultado dos trabalhos nomeadamente desenvolvidos por **Abel Viana** ou **Fernando Nunes Ribeiro**), permaneceriam, ainda assim, exemplos do núcleo original cenaculano.

D. Manuel do Cenáculo, ao introduzir-se igualmente, aos debates, o tema da sua respectiva organização. **Augusto Filipe Simões** foi, portanto, não apenas uma testemunha privilegiada, como um protagonista de tais desenvolvimentos. Das notícias que foi fornecendo e publicando, nomeadamente nos seus artigos da revista *Artes e Letras*, abordaria, claro está, o tema da colecção lapidar e arqueológica deixada por Cenáculo [SIMÕES 1873] ¹¹⁰.

¹¹⁰ **Augusto Filipe Simões** foi, portanto, um dos principais estudiosos oitocentistas do património arquitectónico, monumental e artístico do passado nacional. Licenciado pela Universidade de Coimbra, seria, de qualquer forma, na ocasião da sua permanência em Évora, ao longo de dez anos, que veio a elaborar as suas mais importantes monografias, que se publicariam depois: *Relíquias da arquitectura romano-byzantina em Portugal* [1870], ou *Da arquitectura religiosa em Coimbra durante a Idade Média* [1875], que detiveram um papel determinante. São de realçar, entretanto, os seus **relatórios oficiais** que deixou, relativos à sua própria actividade no Alentejo, onde esteve envolvido, quer com as actividades relativas à organização da Biblioteca eborense, quer com actividades docentes no, então ainda, Liceu, para além do que deixou como testemunho de uma «obra» de intervenção jornalística. A lista compõe-se pelas seguintes referências: o *Relatório ácerca da Biblioteca Pública de Évora, dirigido ao Ministério do Reino* (s.d.); o *Relatório ácerca da restauração do Cenáculo, dirigido ao Exm^o. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora* [1869]; ou a proposta, também de 1869, de *Reforma da Instrução Secundária (Parecer apresentado ao Conselho do Lyceu Nacional de Évora)*. Tendo chegado a Évora em 1862, Augusto Filipe Simões foi Professor do Liceu durante os dez anos subsequentes. Nos textos publicados na revista *Artes e Letras*, apresentando propostas quanto aos aspectos de «conservação» ou «recuperação» de exemplos emblemáticos do património monumental, veio, portanto, a abordar o grande **tema do «Templo de Diana»**, que ganhava, à época, uma atenção especial; e era inevitável que também o legado cenaculano, e as circunstâncias em que se encontrava então as colecções do Prelado, viessem a encontrar lugar no domínio dos debates em torno do tratamento a prestar ao Património. Em 1863, assinalava, tinha caído o telhado da Torre do Açougue. As lápides de Cenáculo, que descreve como *interessantes por seus labores ou por inscrições que continham*, estavam então em grande perigo. Mais indicava que aí tinham sido depositadas *por falta de logar mais conveniente*; mas, pela sua própria iniciativa (na *diligencia de quem escreve estas linhas*) tinha assegurado que se reunissem outros tantos vestígios a essa mesma colecção [SIMÕES 1873: 188]. Uma solução adiantada poderia muito bem ser *conservar dentro do templo, depois de demolidas as paredes da idade media, a collecção archeologica ali depositada*. [SIMÕES, id., *ibid.*]. Passado não muito tempo, a velha construção era por fim derrubada, para fazer regressar à vista a estrutura romana, dentro do âmbito de arranjos locais e demolições do último quartel do Séc. XIX. Seria assim que Museu local se instalou nos Paços Episcopais, recebendo a colecção arqueológica de Cenáculo, a qual, entre um lugar e outro, havia sido provisoriamente levada para os Paços Régios. Augusto Filipe Simões trataria, por sua vez, da **Galeria dos Paços Régios** (o *Palácio de D. Manuel*), num outro artigo, do

Discutindo-se, então ainda, qual o lugar mais apropriado para a instalação do referido núcleo, chegou-se desde logo a propor a sua manutenção ao sítio da torre medieval, que se acabara de demolir; o espaço do templo clássico adequar-se-ia, à partida, ao que parecia ser uma excelente combinação.

Porém, assim não aconteceria. Segundo **Filipe Simões**, a ter-se seguido a ideia de manter a colecção no espaço do templo romano (mesmo ao ar livre), seria notório que *os fragmentos de architectura e esculptura, especialmente os maiores alterariam a perspectiva das columnas, tirando ás ruínas o aspecto severo e magestoso*; por isso mesmo, as peças seriam guardadas numa *casa inferior da galeria dos paços reaes no passeio publico, onde hoje se conservam*, muito embora, à data, estivesse (...) *a abobada [dos mesmos Paços] fendida em varios logares*. A solução, porventura, mais *conveniente*, propunha-se, seria *transferir para o museu do Carmo em Lisboa a collecção de Evora, que conterà uns setenta exemplares (acrescentando-se serem muitos d' elles romanos)* [SIMÕES, id., ibid.].

Essa era a apreciação do autor, perante uma decisão que se tornava urgente quanto à conservação das peças cenaculanas. Mas, a mesma colecção, mantendo-se em Évora, teria por fim o seu lugar no próprio Palácio Arcebispal, onde se instalava entretanto o Museu [SIMÕES, id., ibid.].



Antes de todo esse debate, porém, tinham ocorrido as invasões francesas. A ocasião deste assalto traria o saque de parte dos conjuntos que Cenáculo havia

Archivo Pittoresco (Tomo XI, Vols. 1 e 6). O tema dos arranjos urbanos em Évora, nos finais do Séc. XIX, foi ainda recentemente objecto de uma conferência de Paulo Alexandre Simões Rodrigues (Departamento de História da Universidade de Évora), intitulada «**Giuseppe Cinnatti e o templo romano**», no Ciclo *O Centro de História da Arte Apresenta os Seus Projectos*, e apresentada a 1 de Abril de 1998, e, recentemente, dada à estampa [cf. RODRIGUES 2000].

ciosamente reunido, o que sucederia entre **finais de Julho e inícios de Agosto de 1808**, e a que o próprio D. Manuel do Cenáculo, já Arcebispo, e com uma idade considerável, assistiu e descreveu, dado que os contingentes invasores viriam a ocupar os próprios Paços Arcebispais [cf. CENÁCULO 1809] ¹¹¹.

A sua **Colecção** correu, pois, um sério risco, tendo-se perdido muitas das peças originais, que ficariam sem paradeiro conhecido, não se sabendo ao certo se terão sido levadas, ou, simplesmente, destruídas.

Ainda que D. Manuel do Cenáculo tivesse sido poupado aos maltratos físicos, seria violentamente insultado, e há a registar a sua própria memória do que houve do **assalto das colecções**: *foi a minha casa saqueada excessivamente; não ficou quase nada da prata que o meu antecessor se tinha provido; fiquei sem anel episcopal; todo o copioso monetario, que a tanto custo tinha juntado para deixar, juntamente com a grande livraria que tenho edificado (a qual só por si [...] tenho feito para a instrucção do clero e fieis) [...] um dos officiaes de grande patente Mr. Pillet disse ao vel-a: eis aqui porque o arcebispo não tem dinñeiro, pois o tem gastado nisto- Tudo quanto era ouro e prata foi saqueado, como também rasgados os livros e feitos pedaços dos manuscriptos, quebrando-se as mais pequenas e delicadas peças do museu natural e artificial, unicamente para levarem alguns pequenos remates de prata e oiro (e, para além do mais, fazendo em pedaços imagens de Christo e Santos, em fim, reduzindo tudo a um estado de*

¹¹¹ A responsabilidade que cabia a Cenáculo, enquanto membro dirigente da Igreja, quanto à protecção das gentes afectadas pelo assalto francês, sobrepôs-se, por aqueles mesmos dias, a qualquer outra prioridade. Entre outras consequências, a invasão dos Franceses interromperia um outro projecto pessoal do Arcebispo, que previa a criação de uma **academia para a promoção do estudo das Línguas Antigas e da Teologia**, que se integrariam entre as «actividades filosóficas» ou «literárias» a desenvolver no âmbito de intervenção cultural da Biblioteca Pública de Évora. Quanto ao **opúsculo de D. Manuel do Cenáculo**, referente à descrição do assalto francês a Évora, escrito um ano depois dos acontecimentos, abria-se com o propósito explícito de *conservar uma memoria exacta, e individual dos acontecimentos [...], principalmente relativos á minha pessoa, que succederam desde a intrusão dos Francezes neste reino* [CENÁCULO 1809: 9].

fazer lastima ainda a quem não é curioso) [CENÁCULO 1809. 14-15; n/ destaque]
112.

A **Colecção de Cenáculo** perderia a dinâmica que estivera por detrás da sua respectiva constituição; não sucederiam quaisquer seguidores, que retomassem o ritmo de viagens e de propósitos de estudo, que continuassem a linha de pesquisas inaugurada pelo Prelado de Beja.

Contudo, não deixaria de ser apreciável que a mesma colecção se tivesse mantido, mais ou menos agrupada no conjunto dos seus elementos sobreviventes, como uma unidade à qual nunca se deixou de reconhecer a respectiva iniciativa fundadora de Cenáculo. Demoraria, é certo, o processo de se voltar a observar cada peça e regressar, com outro fôlego, ao sentido das perspectivas que se ofereciam para o exercício do conhecimento do passado. Apesar de tudo, uma vez retomada a revisitação da mesma colecção, por parte dos mais eminentes estudiosos do Séc. XIX, as consequências científicas seriam amplamente consideráveis.

**b) A revisitação à Colecção de Cenáculo:
Os comentários de José Leite de Vasconcelos.**

Por volta de **1895**, desta feita, tão só de passagem por Évora, no âmbito dos estudos e investigações preparatórias que resultariam na elaboração da fundamental obra sobre a antiguidade pré-romana em território nacional, o tratado

¹¹² De **29 para 30 de Julho de 1808**, continua a contar-se, *era aturdida toda a cidade com repetidos tiros, alaridos dos desenfreados saqueadores; entre o saque e a mortandade* (que só os *rogos do Sr. Arcebispo Cenáculo* terão feito parar), *houve desacatos feitos nos templos, o forçamento das donzellas, a entrada nos conventos (...), porque quasi não houve igreja onde não obrassem o insolentissimo sacrilegio de arrombar o Sacrosanto Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo Sacramentado, para roubarem os vasos sagrados* [CENÁCULO 1809: 15]. A **13 de Agosto**, continuando prisioneiro, Cenáculo é levado para Beja, apesar de invocar a sua adiantada idade para tentar evitar a nova viagem, onde teve de ficar dois meses, até à libertação de Évora, em Outubro do mesmo ano [cf. CENÁCULO, id.: 20-21].

As Religiões da Lusitânia, esteve **José Leite de Vasconcelos**.

Na **Biblioteca Pública**, abeirou-se da documentação e transcreveu alguns dos escritos de **D. Frei Manuel do Cenáculo**, que não deixaria de fazer publicar, logo ao Vol. I do *Arqueólogo Português*, revista que dirigia, em decurso, obviamente, da sua recente iniciativa de estabelecimento do Museu de Etnologia, em Lisboa [LEITE DE VASCONCELOS 1895 a: 338-344].

E o que parece, com efeito, evidente, quanto ao reconhecimento do próprio mérito de D. Manuel do Cenáculo, é que terá sido somente a partir desse mesmo momento, correspondente ao início dos estudos de Leite de Vasconcelos sobre a colecção arqueológica eborense, que a figura e obra do Arcebispo vieram a adquirir uma projecção mais alargada no que se referia ao seu respectivo papel na história do progresso da arqueologia nacional, ainda que o mesmo Prelado nunca tivesse sido esquecido, claro está, como uma individualidade destacada do Iluminismo português, e como uma personalidade de forte presença na história local. De qualquer forma, também para o mesmo reconhecimento não deixaria obviamente de contribuir **António Francisco Barata**, a quem coube, também então, a **inventariação de todas as peças que constituíam os principais núcleros do Museu eborense**, para a qual fora necessário proceder ao mais completo registo.

Desde logo, foi o *Album de antiguidades lusitanas (...)* um dos volumes que Leite de Vasconcelos veio a percorrer para as suas notas sobre os vestígios antigos do território nacional. É assim que, ao seu artigo de 1895, portanto, veio a corresponder, não apenas a transcrição dos relatórios cenaculanos, mas uma **primeira publicação** dos mesmos, enquanto importante testemunho documental

113.

¹¹³ Adianta-se que o **testemunho de D. Manuel do Cenáculo da memória das invasões francesas**, tinha permanecido em forma manuscrita. De facto, seria somente impresso em 1887, na Minerva Eborense, **com edição de António Francisco Barata**, à data *Vereador da Instrução*, e, como tal, responsável, também, pelo Museu de Évora.

Sendo evidente que, em relação ao total da **Colecção arqueológica de D. Manuel do Cenáculo**, o *Album (...)* não deixava de se apresentar, infelizmente, incompleto, e motivando ainda a Leite de Vasconcelos o comentário, exposto em nota, de que *pouco mais noutros campos, lá se lê que eu julgue proprio para a publicidade*, o facto é que, das peças registadas, aí aparecia uma significativa resenha. A destacar, desde um simples «**bloco figurado**», resgatado das muralhas de Beja, a uma **inscrição dedicada a Júpiter**, procedente de Santa Margarida do Sado, à **estátua de Cibele** (parte do conjunto de achados de Vale de Aguiheiro) e à **representação da Ménade** (igualmente proveniente «das muralhas de Beja») [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 344].

Havia, de qualquer forma, a **série de objectos religiosos antigos** que despertaram grande atenção ao eminente fundador do Museu de Belém, dos quais as «**representações de Hércules**», ou, pelo menos, aferíveis a achados de áreas próximas ao *occidente litoral, vizinho do Promontorio Sacro*, os quais talvez testemunhassem o afamado «culto a Hércules» indicado pelos Antigos. Era de destacar, deste grupo: uma **representação, proveniente dos campos mui proximos a Beja**, descrito como tendo a figura de um ancião em repouso, de traços rudimentares, mão direita sobre a face, mas elaborada em *pedra preciosa*,

Os motivos pelos quais D. Manuel do Cenáculo, uma figura que, em algumas vertentes, tão bem representou a *Modernidade* ou a *Contemporaneidade*, nunca veio a proceder à impressão dos seus escritos e relatórios (em hábito que, ao tempo, se havia na verdade tornado já corrente), é um tema que mereceria, na verdade, uma discussão mais alargada. A interrogação de fundo prende-se com o **paradoxo** que sobressai do confronto evidente entre um **propósito tão sério e rigoroso que esteve subjacente a um trabalho de pesquisas e resgate de vestígios antigos** e o **aparente diletantismo** com que todo esse esforço parece ter resultado. Enfim, o *métier* de Cenáculo obrigava-o, em primeiro lugar, às prioridades da Igreja; mas, tendo em conta o peso que lhe ocupava, em tempo, as suas próprias pesquisas, seja na Arqueologia, seja no Coleccionismo em geral, e salientando, igualmente, as pessoas próximas ao seu «círculo literário», ficará sempre incompreensível essa tão **flagrante ausência de correspondência dos debates e investigação com eventuais publicações impressas**. Com efeito, o grande contributo dos estudiosos do **final do Séc. XIX**, de Francisco Barata a Leite de Vasconcelos, foi, precisamente, o afã de **publicação dos escritos cenaculanos**, que se conservavam na Biblioteca Pública de Évora.

muita embota a respectiva ilustração se tivesse perdido, e, em especial, a **figura proveniente de S. Teotónio**.

Esta última estaria *coberta de peles de serpente*, mas, sendo do lote de peças entretanto desaparecidas, Leite de Vasconcelos lamentava-se por não a poder confrontar a descrição com o próprio artefacto não a tivesse confrontado. Não havia, também, no *Album cenaculano*, a sua ilustração. Tratar-se-ia, porém, segundo tão só os apontamentos, de uma **peça de barro fino, preto e duro, na figura de menino assentado sobre a enrolada pelle das serpentes que lhe arremessou Juno para o devorar no berço: elle as matou e em cima do destroço está zombando; pois d' entre as perninhas sahem as pontas da farpada pelle da cabeça despedaçada. E o menino está rindo para ella com prazer** [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 341-342]¹¹⁴.

Quanto a **restantes vestígios de natureza ritual**, adiantavam-se outros

¹¹⁴ No de tentar aproximar tais representações das tradicionais **temáticas da figuração de Hércules**, Leite de Vasconcelos indicava que a descrição, presente no *Album (...)*, era muito semelhante ao que surgia num tratado de Montfaucon, cujo desenho surgia entre as suas estampas. Quanto à **representação dos arredores de Beja**, já segundo a própria descrição de Cenáculo surgia como *mui rude (...)* [que] *descança (...)* *assentada com a mão direita na face, e pendurada do braço esquerdo uma roupage, que o artista figurou mal, porém o mesquinho não destroe a verdade da coisa*; como possível paralelismo, evoca Leite de Vasconcelos o confronto com uma outra figura que vinha na obra de Caetano Marini, *Inscrizioni antiche delle ville e de' pallazzi Albani* (estampa nº CLIII), editada em Roma em 1785 [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: *ibid.*]. Leite de Vasconcelos não deixaria também de lembrar, no seu artigo, que a **representação de Cíbele**, do Museu de Évora, descrita por James Murphy no seu diário de viagem, fora referida, no mesmo relato, ao lado de uma segunda peça, fragmentada, a que corresponderia uma **figuração de Diana Mammaea**. Tratando-se de mais um achado pacense, tendo sido encontrada nas Casas do Sargento-Mor, Francisco Manuel de Melo, e também entregue a D. Manuel do Cenáculo, o seu respectivo registo, no *Album (...)*, estava igualmente desprovida de ilustração ou localização conhecida. Teria sido, na verdade, fabricada em **terracota**, adicionando-se *pequena memória* dedicada à divindade. De acordo com a transcrição efectuada por Leite de Vasconcelos dos dados de D. Manuel do Cenáculo, exhibia a peça *entre duas tetas a cabeça mitrada de um cervo desarmado, e só com as orelhas levantadas, como um d' aquelles que se vêm no cinto de Cybele de Kircher (...)* com a diferença de estarem os cervos d' esta estátua abixo dos peitos da deusa, e a cabeça que aqui se achou, por estar destacada da estátua, contém em si as têtas para sinal da sua dedicação [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 342].

tantos exemplos. Era o caso de uma **ara**, também de origem pacense (que se sugeria ser a que existia ainda, na sua época, no horto do Paço Episcopal), e que o próprio Cenáculo descrevera como *affeijoadada para ter assento em ara, com parecença quasi humana, e furada no alto, ou para grinalda, ou para suster a galinha fatidica* [in LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 342-343].

Ou as abundantes **figurações de taurídeos**, encontradas em sucessivos pontos da parte velha de Beja (e as quais Leite de Vasconcelos relacionava ou interpretava como testemunhos do **ritual do taurobolium**, ou como **manifestação votiva do culto a Ápis**; eram testemunhos bem típicos da plena época imperial) [cf. LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.]¹¹⁵.

De maior interesse, seria, enfim, a peça, apresentada como de *remota antiguidade*, correspondente a uma **«serpente circular de bronze» da Herdade do Raco** (Cercal, Santiago do Cacém), e, obviamente, parte das mesmas séries de recolhidas que constituiriam a Coleção Arqueológica cenaculana. Sendo uma representação tão exótica, sobretudo quando se confrontava com a proliferação de tantas obras de época clássica, Cenáculo tê-la-ia muito eloquentemente considerado como um **símbolo de eternidade**, e também como tema bem próprio de uma **«arte fenícia ou egípcia»**, ainda que Leite de Vasconcelos, assinalando que a peça se registara como tendo sido resgatada junto a entesouramento romano, adiantasse as suas dúvidas [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 338-339];

Surgirá, enfim, a referência ao **grupo de «ídolos penates»**, guardados em Évora. Tratando-se figuras grosseiras e de tamanho pequeno, evidenciando a sua

¹¹⁵ E registava-se, claro está, o caso da **lucerna de Tróia, com a figuração de cacho de uvas**, referente às escavações de Cenáculo naquele lugar, e também levada para o gabinete lapidário da Biblioteca Pública de Évora, que servira ao Prelado para tecer considerações sobre uma eventual comprovação da **fundação de Cetóbriga por Tubal**, descendente de Noé, e, a seu ver, era a representação do cacho um sinal da presença dos Hebreus no território [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 338; cf. também FABIÃO 1989: 20].

muita antiguidade, descreviam-se como feitos em *barro*; talvez, certamente, um novo registo dos «**bonecos pacenses**», já atrás mencionados [LEITE DE VASCONCELOS 1895 a: 343].

Mas o facto é que a Colecção Arqueológica cenaculana tinha também um outro grupo de «íolos»: os **bronzes votivos**, de proveniência porém não estabelecida, e de que se salientava a sua flagrante omissão do seu respectivo registo no *Album de Antiguidade (...)*.

Com mais detalhes, surgiam as notas quanto às escavações pelo Baixo Alentejo, onde houvera oportunidade de explorar e descobrir sítios variados, que se destacavam pelos seus sinais de *antiguidade de mui velha data*; havia, portanto, ao seu dispôr, sítios com amplos vestígios de *povoações antiquíssimas* [LEITE DE VASCONCELOS 1895 a: 340].

E assim se vieram a contar diversos locais, em partes que Leite de Vasconcelos não deixaria de transcrever o mais possível:

- na **Herdade do Raco**, ao **Cercal**, e local do achado da peça de bronze com a figuração da serpente circular, deparara-se, com efeito, com um **contexto de necrópole**. Inspeccionou alguns dos sepulcros que ali se encontravam, compondo um esse recinto, reparava Cenáculo na sua *simplicidade*: os espaços arranjavam-se com a mera colocação de lajes ao redor de cada fosso tumular, ao alto e dos seus lados.

Não se encontraram ossadas, o que se atribuía à prática funerária da incineração; de qualquer forma, havia vestígios de **um espólio bem demarcado**: deixaram-se referências a '**vasos de vidro**' (designados sem mais detalhe como *fiolas lagrimatorias*), **fragmentos metalúrgicos** (*serralharia, e ferraria*), e **achados**

cerâmicos (*pucaros, tijelas e bandejas*), de que a **decoreção** era composta por *linhas curtas, e maiores, e muitos círculos fechados, e pequenos* (apresentados como talvez símbolos ou *insignias dos enterrados, ou de outro serviço relativo aos defunctos*), a qual, de resto, se repetia num dos exemplares de 'fiolas'.

Achara-se aí, ainda, um **anel de ouro, com inscrição ilegível**, e um peitoral com elementos encadeados, também em ouro, onde se alternavam *grãos facetados de materia vidrenta e parecidos com granadas* [in LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 340-341].

Todos este espólio de uso funerário, assinalando-se, é certo, variantes, haveria de repetir-se, na sua panóplia, para outros tantos exemplos característicos do mesmo horizonte civilizacional da **Cultura do Sudoeste** português ao longo da Idade do Ferro.

- Na **Herdade do Roxo (Alvalade, Santiago do Cacém)**, voltaria D. Manuel do Cenáculo a encontrar restos de estruturas: uns **muros**, um **lugar** (arruinado), e, igualmente, uma outra **necrópole**, de cujos sepulcros se recolheriam moedas e um conjunto de três lucernas, uma das quais parecia comportar uma inscrição grega.

De resto, a atenção por aquele sítio, como o explicará Leite de Vasconcelos, havia sido despoletada pelo envio ao cuidado do Bispo de Beja, por parte do dono da Herdade, Francisco José Agoas, dessa mesma peça com tão inesperados caracteres; e, como Leite de Vasconcelos há-de deixar reparo, no seu Museu Etnológico, existia, precisamente, também oriunda do Sul, uma idêntica lucerna com «caracteres gregos» [LEITE DE VASCONCELOS 1895 a: 340].

E houve um outro sítio, com vestígios de enterramento:

- situava-se, na verdade, a pouca distância da «**Praça de Sines**», em plena praia, o que tornava a escavação difícil, tratando-se de mais uma necrópole, *um cemiterio parallelogrammo, de 90 por 20 palmos, repartido em quadrados longos (...) e encravado em médos de areia* [in LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 340-341].

A escavação revelou estar-se perante mais um contexto de incineração, dotada do habitual espólio funerário já assinalado, com a presença de **artefactos em bronze** (*entre elles um pequeno tubo (...) torneado com elegancia, que serviria para guarnecer alguma alfaia de madeira*), e salientando-se os próprios **modos construtivos** (*silices bem cravados, e unidos a outros com seixo preto*). As estruturas aí presentes tinham, aplicadas, lajes de xisto; um dos sepulcros, inclusivamente, mostrava ter um acabamento ladrilhado. No conjunto, havia ainda túmulos abertos com aberturas laterais; seriam, segundo Cenáculo, *o lugar para se conservarem as luzes sepulcraes* [in LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.] ¹¹⁶.



É um facto de interesse que, percorrendo vários itinerários pelo Baixo Alentejo, D. Manuel do Cenáculo tenha inspeccionado lugares que estavam tão próximos do

¹¹⁶ Num confronto com esta descrição das necrópoles do litoral alentejano, entre os papéis cenaculanos surgira igualmente a notícia de **um túmulo individual de inumação**, que, sendo uma estrutura de moldes diferenciáveis, vinha corresponder a um achado próximo de Beja, e o qual se sucedera na estrada romana que saía de *Pax Iulia* pelo lado sudoeste em direcção a *Myrtillis*, onde D. Manuel do Cenáculo indicava ter ele próprio encontrado um sepulcro inviolado, em que, junto ao corpo, sobre a cabeça, haveria, em modo de ângulo, *dois ladrilhos encostados em si mesmos*, e em que *os restos do cadaver tinham os pés para o oriente* [LEITE DE VASCONCELOS 1895a: 339].

litoral; corresponderiam, talvez, a periferias da **Cultura do Sudoeste**, cujo epicentro se assinalava para a área de Ourique, Almodôvar e Castro Verde, terras que se incluíam, enfim, na sua diocese, e que, no próprio **cruzamento de alguns cursos hidrográficos** (o Mira, o Sado e o Vascão), se distinguiam por terem **significativas jazidas minéricas em plena exploração**; uma das bases essenciais de riqueza da Antiguidade pré-romana peninsular, conforme já o registo das fontes clássicas.

De Tróia ao Castro da Senhora da Cola (Ourique), ou à zona de Almodôvar, coube a Cenáculo, em suma, a primazia de ter sido o primeiro estudioso a descobrir o que se constataria ser um dos territórios onde as sociedades autóctones do Ocidente lusitânico adquiriram uma eminente expressão civilizacional; do que, quase subitamente, saltava à vista eram, portanto, os sinais materiais de uma hierarquia de povoados, ou as evidências de uma sociedade igualmente hierarquizada nos seus modos de estar, tudo isso entre o que se revelava, tanto em estruturas, como em artefactos, e, inciusivamente, no notável aparecimento de exemplos de uma escrita local.

Era, pois, um **horizonte cultural antigo**, bem enraizado naquele mesmo território, o que se começava a entrever de modo decisivo, no decurso do Séc. XVIII quanto a achados de facto reportáveis a períodos pré-romanos. Somente depois, com a prossecução de novas campanhas e prospecções, as quais, por diversas circunstâncias, apenas se encetaram com o próprio José Leite de Vasconcelos, mas vindo a prolongar-se até ao presente, se teria noção do que representava todo aquele foco de uma cultura própria, autóctone.

Seria, na verdade, ao problema da **escrita do Sudoeste** que Leite de Vasconcelos haveria de consagrar parte especial dos seus próprios estudos, cruzando o âmbito dos seus interesses de domínio filológico com a Arqueologia e, o que lhe surgia como especialmente grato, com o seu propósito especial de definir a personalidade cultural dos antigos habitantes autóctones da Lusitânia. Não é

difícil perceber, que, estando precisamente, à data, a pesquisar o tema, tivesse sido levado Leite de Vasconcelos a tentar procurar os dados correspondentes ao primeiro registo da descoberta das estelas que comportavam as, então, ainda estranhas inscrições. Para isso, o legado cenaculano assumia-se como incontornável enquanto base importante de primeiros trabalhos realizados com um espírito, não só curioso, como científico.

1.3. Um decurso diletante: O encontro entre Cenáculo e o orientalista Pérez Bayer.

Dos testemunhos correlacionáveis com o protagonismo cenaculano, destaca-se, naturalmente, a **viagem de D. Francisco Pérez Bayer**. Sendo também ele um eminente eclesiástico e académico, natural de Valência, ligado ainda à corte do Rei de Espanha, deixaria um relato pelas suas itinerâncias através da Andalúzia e do Alentejo. Estando em Portugal, em finais de 1782, deixou também registo do seu encontro pessoal com o Bispo de Beja. Parte desse texto, um original manuscrito de que havia uma cópia na Biblioteca Nacional de Lisboa, seria posteriormente publicado num dos volumes do *Arqueólogo Português*, a cargo da organização de **José Leite de Vasconcelos**, embora aqui não tivesse sido possível incluir o valioso acompanhamento ilustrativo (este guardado entre o espólio do eclesiástico valenciano tal como se conservaria entre as academias de Madrid) [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920 a: 108-176; cf. também, as referências de BEIRÃO 1986: 33; GUEDES 1994: 367-ss.; LEÓN a 1993; e a n/ síntese: PATROCÍNIO 2000].

Mas foi possível transcrever as anotações do académico espanhol, ainda que fossem sobretudo tendentes ao sucinto, quanto aos reparos sobre os vestígios monumentais e históricos bem presentes e à vista em terras nacionais, incluindo a cópia de lápides latinas, vistas nas cidades portuguesas (aqui, desta feita, como uma parte substancialmente importante do seu caderno) ¹¹⁷.

¹¹⁷ A **viagem de Pérez Bayer por terras portuguesas**, em 1782, iniciou-se por Beja, tendo depois seguido para Évora, Lisboa (deixando elogios à novíssima Praça do Comércio) e, por fim, Mafra, onde permaneceu no Convento. No regresso, passaria por Coruche, Estremoz e Elvas. A 8 de Dezembro, registava-se a sua entrada em Badajoz. Membro das academias setecentistas, e também, à época, preceptor dos Infantes de Espanha, **D. Pérez Bayer**, na ocasião da sua viagem, era então Director da Real Biblioteca de Madrid. A adicionar ao conteúdo do seu relato, estavam, do mesmo modo, as suas notas sobre as colecções particulares setecentistas e também sobre os seus

Salienta-se que a criação da **Real Academia de Madrid** remontara a 1738, e, dentro dos seus objectivos principais, contava-se, bem de acordo com o sentido geral do momento, o **fomento dos conhecimentos modernos do passado**, em atenção, claro está, à própria história e antiguidade dos sítios. As **viagens e o estabelecimento de itinerários através dos lugares com maior interesse para os eruditos e antiquaristas**, tal como esta mesma viagem de D. Pérez Bayer, adequavam-se a um tal âmbito. Conforme o adiantou **José Beltrán Fortes**, também as «**viagens pelo próprio país**», como a que Pérez Bayer efectuou, neste caso, *através da Espanha*, antecedendo o que seriam as próprias viagens do Romantismo (mas delas se diferenciando pelos objectivos ainda então somente pedagógicos e dirigidos mais à razão que às emoções), preconizavam o *conhecimento das realidades nacionais*; no caso de Pérez Bayer, motivá-lo-ia uma *finalidade (...) estritamente histórica-arqueológica* [BELTRÁN 1993: 119-120].

De um lado, pois, estava **D. Frei Manuel do Cenáculo**, *o arcebispo de Évora* [que] *foi antes do mais- como nenhum outro coleccionador português do seu tempo- o anticómano erudito (...)* [de] *formação intelectual e prática pedagógica como hebraísta, orientalista, numismata, paleógrafo, exegeta* [BRIGOLA 2000: 250].

De outro lado, o **Padre Pérez Bayer**, figura com não menos carisma, e também *bem conhecido dos especialistas como orientalista por causa dos trabalhos que escreveu sobre moedas, alfabeto e lingua da Fenícia* (e o qual, em suma, no seu relato de 1782, *alem das noticias puramente arqueologicas*, se referiria igualmente a *alguns eruditos nossos e coleccionadores, como Cenaculo (principalmente), Feliz Caetano (...), Frei Vicente Salgado, Marquês d' Angeja (D. Antonio José Xavier de Noronha)*, e assim por diante, no seu quadro cultural de *cenário do Portugal setecentista*) [LEITE DE VASCONCELOS 1920 a: 108].

encontros com as distintas individualidades portuguesas com quem, além do encontro havido com Cenáculo, participou em tertúlias preenchidas de erudição, que muito lhe agradariam.

a) Os apontamentos arqueológicos de D. Pérez Bayer no Alentejo.

Ainda na **Andaluzia**, tendo oportunidade de visitar as **ruínas romanas de Itálica**, de que Pérez Bayer anotaria a respectiva descrição do sítio; de acordo com a recapitulação de **Pilar León**, veio com isto a distinguir-se pelo *rigor* na referenciação dos seus pontos de observação, traçando em poucos parágrafos alguns dados de localização do conjunto monumental, para além de apontar também as suas próprias observações sobre as escavações que ali se haviam recentemente realizado (1781) [LEÓN a 1993: 42-43.].

Entretanto, nas vésperas do 1º. de Novembro de 1782, já a caminho de Beja, era, porém, avisado que o Bispo ainda se encontrava, no decurso de uma das suas explorações nas redondezas de Ourique. O Padre espanhol decide, então, esperar D. Frei Manuel do Cenáculo e aproveitar a estadia para os seus próprios estudos [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 113-ss.].

Sabe-se que, nesse decurso, esteve em **Serpa**, de entre cujas «Memórias» havia tomado conhecimento da existência de uma **moeda, com caracteres desconhecidos**, que viera a ser descrita numa carta do erudito Jacobo Bari, enviada ao tratadista Adriano Relando, que, por sua vez, viria a publicar uma referência à dita moeda de Serpa na sua própria obra, *Palestina Sacra*. Reproduzida em figura, fazia-se notar que, no seu reverso, aparecia uma árvore, identificada como sendo uma «pereira» ou uma «macieira», e ao topo da qual subia uma figura masculina. Dissertava-se sobre as eventuais associações etimológicas que se reportavam às origens do nome do lugar ¹¹⁸.

¹¹⁸ Pérez Bayer, porém, não deixava de manifestar **reservas quanto às explicações adiantadas a propósito das questões etimológicas**, sendo *solo por noticia* que aproveitava a ocasião para referir o resumo de ideias a propósito da ‘antiguidade’ de Serpa; reafirmava que o *interessava* menos as conjecturas que o *confronto directo* de provas. O eclesiástico espanhol, enquanto orientalista, preferiria antes explorar as

Entretanto, em **Beja**, continuando a aguardar a chegada de D. Manuel do Cenáculo, recebeu a companhia de **D. Frei António Martins da Piedade**, que o levou a um percurso pelas ruas onde havia **vestígios epigráficos**, prontamente registados no diário da viagem por Portugal. O Padre espanhol teve também oportunidade de falar, entretanto, com **Félix Caetano da Silva**, que lhe levou a sua própria monografia sobre as antiguidades de Beja, e que se prontificou em guiá-lo igualmente num percurso pelas velhas partes intra-muros da cidade [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 115-116].

O percurso ao lado de **Caetano da Silva** iniciar-se-ia na Praça do Concelho, onde, mesmo ao lado de uma epígrafe, estava um exemplar das célebres **representações de bucrânios**, que tanto se distinguiam como um conjunto particular das «antiguidades» pacenses, e cuja abundância não deixaria, pois, de ser igualmente registada por Pérez Bayer, enquanto deixava igualmente nota sumária do assunto, por confronto com o que ele mesmo já tinha conhecimento por via de outros estudiosos [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 116-118]¹¹⁹.

Facto é que o **desenho da lápide e da citada figuração da representação taurídea**, veio a guardar-se entre os papéis de **Frei Lourenço do Vale**, mais um dos membros do círculo cenaculano, depositados também nos espólios Biblioteca Pública de Évora, como um documento mais quanto ao conjunto de diversos achados da época; ao lado de outras tantas ilustrações, a referida epígrafe é atribuída à época de Cómodo [Colecção de «Arqueologia Vária», (BPE) COD CXXVIII/ 2-13d, fl.26].

D. Manuel do Cenáculo regressaria a 4 de Novembro, e os dois académicos puderam enfim encontrar-se pessoalmente. Pérez Bayer contou que, nesse serão,

associações da mesma peça ao âmbito dos «temas bíblicos» [in LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 114].

¹¹⁹ Foi nesta ocasião que D. Pérez Bayer veio a reproduzir as lápides latinas que se encontravam à vista, nomeadamente, à Porta de Mértola, na Rua de Esquível, nas torres do lado nordeste da muralha, além das que estavam nos próprios paços episcopais [cf. LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.].

conversaram ambos, longamente, sobre temas *literários*. O Bispo de Beja facilitou acesso à já considerável biblioteca, com obras que suscitariam admiração ao eclesiástico espanhol [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 120-122].

Cenáculo mostrar-lhe-ia ainda o seu **Monetário**. Disse D. Pérez Bayer, que o Bispo *enseñome las medallas desconocidas de metal, que eran las que yo deseava ver por sí havia alguna que no huviese llegado a mis manos, e dixome que lo que tenia de oro y plata se lo estaban poniendo en orden en el Algarbe* [in LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 123]. Havia, em especial, uma **moeda da colecção cenaculana**, que o Padre espanhol pediu para copiar, tratando-se de uma peça que tinha o *corte de las Samaritanas e leyenda al uso de los Hebreos*. Um vestígio mais, que apelava aos interesses de **Pérez Bayer** nas questões do Orientalismo [cf. LEITE DE VASCONCELOS: id., ibid.; e também: LEITE DE VASCONCELOS 1914]

A 7 de Novembro, D. Pérez Bayer retomaria a sua viagem, desta feita na direcção de **Évora**, onde o esperavam mais vestígios antigos [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 123; 131-133; cf., ainda, PATROCÍNIO 2000].

A 9 de Novembro, Pérez Bayer visitará o lugar do **velho Açougue**, ao lado do Palácio da Inquisição, no que era ainda uma torre medieval. Vinha fazer reparo que não se haviam escondido, porém, ao longo dos seus paramentos exteriores, o envolvimento de colunas coríntias do que tinha sido outrora um tempo no antigo **forum** local. Era o monumento que viria a ser conhecido como o emblemático «**Templo de Diana**», ainda não destituído da estrutura que lhe fora entretanto sobreposta. No dia seguinte, a 10 de Novembro, dirige-se o eclesiástico à **Praça do Giraldo**, onde havia vestígios visíveis de mais inscrições, as quais registaria ao longo de outras tantas páginas do seu diário [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 136-139].

Será nessa sequência do seu relato que faz alusão ao **friso de bucrânios**, que adornava, em plena praça, a fonte quinhentista, e ao lado das diversas

epígrafes também aí expostas. Tratava-se, certamente, dos mesmos conjuntos guardariam no Museu de Évora. Assinalava, das **lápides**, que estavam: *todas (...), en la Plaza mayor de Evora, colocadas en una fuente en tempo del Señor Felipe Tercero Rey de España y Portugal sobre un friso antiguo en que hai bucranios y platos de relieve en la forma que solia usarse en la arquitectura de los Romanos, y no seria fuera de razon pensar que hubiesse este friso sido del antiguo Templo de Diana* [in LEITE DE VASCONCELOS 1920 a: 139] ¹²⁰.

b) O registo das colecções olisiponenses.

Entretanto, já em **Lisboa**, será com referência aos círculos culturais e científicos do Iluminismo lisboeta que Pérez Bayer há-de visitar propositadamente duas colecções, de onde se destacavam os seus respectivos **núcleos numismáticos e medalhísticos**, e cuja notícia lhe havia chegado já antes. Correspondiam estes mesmos núcleos aos conjuntos conservados no **Convento de Jesus**, e aos exemplares conservados na **Colecção de D. Pedro José de Noronha, o Marquês de Angeja** [cf., em especial, GUEDES 1994] ¹²¹.

Da **Colecção do Marquês de Angeja**, não a considerando, na sua

¹²⁰ Prosseguindo itinerários, diante da **Casa de André de Resende**, abaixo da Sé, admirar-se-ia também perante os velhos vestígios epigráficos que ainda ali se viam, e que Pérez Bayer copiou no seu caderno O percurso urbano seguido incluiria, enfim, mais pontos de passagem por sítios onde havia ainda à vista outros tantos exemplos de antigas lápides, mas sem deixar também de lado diversos monumentos, como a **Torre de Sertório**, ou o **Horto do Convento de S. João Evangelista (o Convento dos Lóios)**. Por aquele mesmo dia, terminaria a sua visita no **Convento da Cartuxa**, onde, a conselho de D. Manuel do Cenáculo, aproveitaria ainda para se admirar com a sua Biblioteca ali existente [LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 133-135].

¹²¹ De **Évora**, partira **D. Pérez Bayer** no dia 13 de Novembro, com uma comitiva a que depois se juntaria outro eminente antiquarista português, **Frei Vicente Salgado**, e o qual, uma vez chegados à capital do Reino, haveria de levar o Padre espanhol à Rua da Madalena, a fim de se cumprir mais uma nova, e inevitável, itinerância por lugares onde as antigas epígrafias se mantinham à vista [in LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 140-152].

globalidade, como de qualidade muito notável, não deixaria enfim de fazer salientar que era, contudo, excepcional a sua parte de **História Natural** (e para a qual, de resto, se mantinha em aberto o projecto de edificação de um museu próprio); estaria esta *mui a los principios*; do conjunto de baixelas e pinturas, haveria, das peças, *algunas que me parecieron buenas*; do gabinete das «Medalhas» do Marquês, nada se lhe afigurava como *cosa particular*, mas considerou ser razoável a série numismas com representação de efigies [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 153-157] ¹²².

Decidir-se-ia também a visitar o **Convento de Jesus**, acompanhado por **Frei Vicente Salgado** e **Frei João de Sousa Damasceno**, já em finais de Novembro de 1782. Recebê-los-ia o Padre Geral, que os levaria a ver a Colecção medalhística. As apreciações de Pérez Bayer resultariam na conclusão de que era, enfim, uma *cosa pobrissima á excepción de un monton de Egypcias de Hadriano y Antonino Pio, todas de gran bronze halladas segun parece todas de una vez y en un sitio* [in LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 157] ¹²³.

¹²² Eram estas moedas, na verdade, um conjunto suficientemente importante para ter merecido um trabalho de registo e estudo, entretanto efectuado por **Frei João de Sousa Damasceno**, especializado em temas arabistas, e o qual (tal como, de resto, tivera disso conhecimento D. Pérez Bayer, uma vez que faz referência no seu diário ao mesmo investigador) se havia dirigido a D. Manuel do Cenáculo, por causa desse mesmo estudo, em carta particular datada de Setembro do mesmo ano de 1782, e do mesmo modo guardada na Biblioteca Pública de Évora [cf. Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 1-4, e também GUEDES 1994: 371 e 385, doc. 2].

¹²³ Apesar das reservas iniciais quanto à totalidade dos conjuntos que eram propriedade de D. Pedro de Noronha, em confronto com a Colecção do Convento de Jesus, acabaria Pérez Bayer por exprimir melhor opinião àcerca das peças numismáticas desta mesma colecção particular, que pudera observar sete dias antes, na Rua da Junqueira. Quanto à figura deste Marquês, fazendo **D. Pedro José de Noronha** parte do grupo de ilustres académicos portugueses de Setecentos, era este, desde 1780, Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Da sua dedicação enquanto coleccionista, propôs-se a constituir um Museu de História Natural (que, contudo, nunca se concretizaria). Entre as diversas «curiosidades» que compunham a sua Colecção, havia a famosa **múmia ptolomaica**, que consideraria Pérez Bayer estar *muito bem conservada*, e a qual seria muito depois levada para o Museu Etnológico. Recentemente, esta mesma peça foi o ponto de partida para a evocação do malgrado Museu de História Natural de D. Pedro



O interesse desta visita de Pérez Bayer, para além de se constituir como um episódio curioso, porque teve o seu ponto alto na reunião entre duas figuras de destaque dos meios consagrados ao antiquarismo e ao fomento dos propósitos do Academismo, também o protagonismo de se inserir num momento em que se testemunha o que terá sido a fervilhante actividade de D. Manuel do Cenáculo, enquanto arqueólogo.

Para além do mais, Pérez Bayer fora outros dos eminentes primeiros descobridores de peças com a «**escrita turdetânica**», como o exemplar da **lápide de Alcalá del Rio (Sevilha)**, hoje perdido, mas que, precisamente em 1782, antes de entrar no Alentejo, teria visto o académico espanhol *in situ*. Porém, na ocasião do encontro com Cenáculo, a referida escrita não aparece tratada em nenhum registo, o que é de estranhar em muito, dado que, pelo menos quanto a Pérez Bayer, orientalista, e, evidentemente, epigrafista, caso o assunto estivesse, então, mais avançado, decerto algo teria de ficar no seu diário quanto ao que se referia à estadia em cidades portuguesas.

Não teria ainda Cenáculo encontrado o que viriam a ser os seus célebres exemplos? Ou, na conversa tida, naqueles inícios de Novembro de 1782, alguma coisa dita pelo companheiro espanhol teria inspirado o Prelado de Beja a procurar melhor o que havia a resgatar, debaixo das pás, entre as terras xistosas do Sul?

José de Noronha, feita por **Natália Correia Guedes**, que se publicou no volume comemorativo do centenário do Museu de Belém do *Arqueólogo Português* [GUEDES 1994: 367-ss.]. Finda esta série de visitas, que interessavam a Pérez Bayer não apenas como essenciais ao seu estudo no domínio das «antiguidades», mas também porque lhe possibilitavam momentos de sociabilidade com individualidades dos círculos esclarecidos da Ilustração portuguesa, partiria, então, o académico para Mafra, onde o aguardavam outras mais personalidades de destaque [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920a: 162-167].

2. Os sinais dos «*tempos de Fenícios*».

Encontrar-se-ia, pois, no Séc. XVIII, uma civilização local, que tinha usado a escrita. Documentalmente, as lápides meridionais são dos materiais que mais cedo vieram assim a registar-se na correlação com o que se referia às viagens arqueológicas de D. Manuel do Cenáculo.

Em si mesmas, essas lápides eram o exemplo de um sistema simbólico. Na própria época da sua descoberta, iniciava-se o debate de se saber a que correspondiam, quanto às suas respectivas tipologias e funcionalidades, ou a que teor se reportava o que ali estava inscrito.

De qualquer maneira, a língua permaneceria sem decifração, apesar dos esforços desenvolvidos em recente data. Sucede que é comum a distribuição do designado «**alfabeto turdetânico**» de um lado e outro do Guadiana. Mais uma confirmação, porventura, das descrições clássicas: **Estrabão**, ao identificar toda essa área como a **Turdetânia**, que culturalmente fora herdeira do legado tartéssio, terá sido o inadvertido responsável pela denominação que se atribuiu à mesma escrita.

E bem deu a entender, de facto, que os povos que aí habitavam faziam uso da escrita já desde longa data (sem nos esquecermos, muito embora, que a *Geografia* era um tratado de época augústea), possuindo tradições literárias próprias, configuradas, segundo se explicita, já como uma «**história**», que os **Gaditanos** conservavam a propósito das lendas sobre a fundação da sua cidade, o que desde logo permitia que se viesse a afirmar que eram os **Turdetanos**, portanto, dos *mais cultos* de toda a Península Ibérica [ESTRABÃO, III, 1, 6; cf. atrás].

E eis que a sua língua se perdera, preterida pelo Latim, tal como a própria língua que se albergava por detrás de cada elemento dos *caracteres*

desconhecidos com que se compunha o tal «alfabeto». Mas era um facto que todos os achados de natureza epigráfica vinham apontar para áreas de uma notável concentração, em torno de sítios determinados.

2.1. As primeiras notícias sobre a epigrafia meridional da Idade do Ferro em espaço português.

Em termos gerais, as descobertas da época de **D. Manuel do Cenáculo** haviam revelado que fora em redor da **região de Ourique-Almodôvar** que as primeiras estelas tinham aparecido. Em final de Oitocentos, numa nova vaga de recolhas, associada aos trabalhos da geração de arqueólogos portugueses do Séc. XIX, constatar-se-ia que, das áreas correspondentes aos novos achados lapidares, e quanto à sua respectiva distribuição, alargando-se obviamente a mancha territorial dos resgates, o sentido de implantação cultural que se manifestaria através da tipologia das lápides também não deixava, de algum modo, de constituir um **segundo anel** disposto em torno desse mesmo epicentro.

Resgatavam-se, nomeadamente, as **estelas algarvias do Barlavento**, assinalando-se, *grosso modo*, os achados para sítios localizados em áreas interiores entre Loulé e Lagos. Mas, quanto a tais sítios, por onde se disseminavam, de resto, os mais evidentes sinais de uma ocupação da Idade do Ferro, há a notar a articulação dos **povoados** com a própria convergência proporcionada pelos **cursos fluviais**, que asseguravam, na Antiguidade, uma constante acessibilidade de contactos com o próprio litoral.

No **Baixo Alentejo**, a região entre Ourique e Almodôvar recebia, respectivamente a norte, este e sul, os cursos do Sado, Mira e Ribeira do Vascão.

No **Algarve**, do interior para o litoral, seguiam o Rio Arade, entre Silves e Portimão, ou a Ribeira de Bensafirim, que desembocava em Lagos. Mas, no próprio limite litoral algarvio, porém, ao longo da orla que é definida pelo amplo Golfo

atlântico que ainda hoje se desenha desde Cádiz, e onde a Romanização seria muito acentuada, houve sempre uma ausência de vestígios que se assemelhassem aos materiais que se poderiam encontrar poucos quilómetros mais acima.

Em contraposição, nas zonas serranas imediatamente acima, que ligam o **Baixo Alentejo ao Alto Algarve** há, com efeito, uma certa continuidade em termos ambientais, ainda que a orografia tenda a ser, a sul do Vascão, mais abrupta e mais sobrecarregada de enrugamentos ou assumindo pontos de maior altitude que no Alentejo, e que tornam o Algarve interior numa zona de sucessivos montes com incidência algo irregular.

Tanto a ocupação humana como a biodiversidade, terão, enfim, beneficiado de condições similares ao longo dessa mesma região, o que se traduziu, na Antiguidade local, nas próprias realizações culturais. E, de resto, também para além do Guadiana, se repetiam, quer os mesmos aspectos naturais, quer uma mesma cultura: os cursos fluviais não dividiam territórios, ao contrário do que sucedia com as montanhas, que, estas sim, definiam, para épocas recuadas, fronteiras facilmente detectáveis pela distribuição dos vestígios culturais materiais [cf. MATOS 1996].

Com a **presença da escrita**, assinalável para determinados períodos do desenvolvimento cultural que definiam a Idade do Ferro do Sul, e constituindo um dos sinais mais notórios da afirmação de sociedades que somente as escavações recentes vieram resgatar à luz do conhecimento científico, e também com o **conjunto de dados aferíveis para uma determinada geografia**, identificava-se, muito particularmente, o território onde emergira a civilização autóctone da Cultura do Sudoeste, e à qual corresponderiam alguns dos **populi** citados em série pelos antigos Autores: **Turduli et Turdetani**, e **Cinetes aut Conii**, os quais, em áreas mais setentrionais do Alentejo, teriam, por sua vez, por vizinhos, os **Celtici** [cf. SERRÃO 1971 (1981): 218-ss; MAIA 1980: 67-70].

a) As propostas de interpretação de Frei José Lourenço do Vale.

Do espólio conservado quanto aos relatórios do círculo cenaculano, as tentativas de interpretação e decifração dessa mesma escrita, tal como fora possível inventariá-la a partir das descobertas lapidares de finais do Séc. XVIII, surgem como esforços surpreendentemente exaustivos, desde logo indicando a vocação do mesmo «círculo literário» para os temas de natureza filológica. Apesar de trazerem conclusões que pouco saem do plano especulativo, estabeleceram-se tabelas comparativas com outros sistemas, confrontando-se o «turdetânico» com outras velhas escritas, o Hebraico e o Grego, ou com o Árabe.

Na realidade, não se estaria longe da **contextualização linguística e cultural orientalizante** em que o «turdetânico» se inclui (tal como, de resto, todo um outro determinado conjunto de manifestações materiais do período da Antiguidade em questão). Mas é um facto que, nem o avanço da própria Filologia era ainda então de notar, nem as bases de estudo das línguas referidas se afastavam muito do que seria tão só útil para a prática eclesiástica das individualidades que participaram no primeiro conjunto de investigações sobre esta mesma escrita. Teria sido necessário recuar ainda mais atrás no tempo, e usar de comparação com o próprio aparecimento de formas particulares dos sistemas de escrita no mundo mediterrânico, e ir às origens, quer do Hebraico, quer do Grego; ou seja, remontando-se aos *tempos de Fenícios*.

Porém, bem curiosamente, era isso mesmo o que se intuía: que as origens da «escrita turdetânica» se prendiam com a época da «presença fenícia» no Sul da Península Ibérica. Faltava, de qualquer maneira, um suporte científico, de conhecimentos adquiridos ao nível filológico, que pudesse sustentar uma tal intuição.

É da autoria de **Frei Caetano José Lourenço do Vale**, Secretário do próprio

Prelado, a elaboração de dois cadernos, também guardados na Biblioteca Pública de Évora, esboço de uma síntese que ficou somente no passo do seu processo de rascunho, onde surgiam precisamente as primeiras tentativas de descodificação das inscrições «turdetânicas», tal como estavam contidas nos exemplares de lápides então resgatadas no decurso dos itinerários arqueológicos cenaculados.

Os cadernos intitulavam-se de *Lapides Phoenicii* [LOURENÇO DO VALE 1794] e de *Phoenicia Caldaica interpretata* [LOURENÇO DO VALE 1795], que se constituíam, de qualquer forma, como duas versões sumativas de um mesmo trabalho; o manuscrito de data mais recente distinguia-se, enfim, por conter as ilustrações das peças inventariadas.

É evidente que as mesmas lápides se valorizavam como um precioso indicador da existência de uma civilização histórica. Mas atendia-se, em primeiro lugar, ao seu respectivo particularismo como achados que eram, essencialmente, locais enquanto antiguidades próprias de um sítio ou de uma região, não se sobressaindo de qualquer contextualização circunscrita. Apesar das perspectivas que se poderiam anunciar quanto à relação dos povos mencionados em fontes clássicas, o que adiantaria um alargamento em relação a horizontes culturais mais extensos, a sua interpretação estabelecer-se-ia sobre bases que assentavam nos enquadramentos bíblicos, isto por um lado, e, por outro, quanto ao que seria de esperar de um modo de vida «rústico» ou, tão só agrário, que ainda se poderia ver nos próprios sítios em que se haviam sucedido os achados.

Foi deste modo, portanto, que **Frei Lourenço do Vale** tentou exercitar-se na descodificação dos caracteres «turdetânicos», e que era um trabalho cuja intenção se pretendia concretizar numa interpretação de índole factual. Abordou, em especial, o que se poderia fazer salientar do lote resgatado na região entre **Ourique** e **Almodôvar** (e que, portanto, aparece designado como sendo o grupo das «*lápides provenientes do 'Vale de Ourique'*»). Teriam sido as sucessivas epígrafes encontradas, segundo se indica, num *monte* e cujas inscrições, como se

descreve, eram de *puras letras Fenicias, ou Punicas escritas por Gram/matica Arabica, e compostas pela menor parte de palavras Arabes, e outras/ Hebraicas e Chaldaicas* [LOURENÇO DO VALE 1794: fl. 4; n/ destaque] ¹²⁴.

**c) Uma reinvenção do mundo antigo:
As tentativas de leitura das lajes inscritas.**

Apresentadas primeiro no **Museu de S. Sisenando**, as mesmas lápides teriam sido talvez levadas, posteriormente, para Évora; mas desapareceria, quer o seu paradeiro, quer o seu rasto. Mas, desde logo, apesar do seu desaparecimento, vieram a ser estes os primeiros materiais resgatados quanto ao importante conjunto documental que trazia algo da comprovação da existência da «velha» civilização local. Pelo menos, constituir-se-iam os registos conservados quanto ao seu achado num fundamental referente para os estudos, que, entretanto, se haveriam de desenvolver, quanto ao conhecimento da **Civilização do Sudoeste** [cf., em especial, quanto ao papel dos registos cenaculanos e às considerações sobre o desaparecimento destas primeiras lápides, as referências de BEIRÃO et al 1979: 9-10; BEIRÃO 1986: 31-ss.; NUNES RIBEIRO 1965: 27-ss.; ou, em tese, HIPÓLITO CORREIA 1996a].

O que tentou fazer **Frei Lourenço do Vale** foi, nada menos, *traduzir* o que lhe pareciam ser textos organizados a partir do alinhamento dos caracteres em «turdetânico», e, após a presumível reconstituição das mesmas inscrições, aproximou-os, segundo o que aferia do seu alegado conteúdo, do seu eventual papel como testemunhos de eventos que teriam outrora sucedido, em momentos determinados da ocupação do território meridional. Sobre estas inscrições,

¹²⁴ Era o mesmo conjunto que estava também tratado e reproduzido no *Album das Antiguidades lusitanas e luso-romanas*; aí se comentava tratar-se esse lote de um suporte para *inscrições de caracteres incognitos pela maior parte* [cf. *Album de antiguidades lusitanas e luso-romanas (...)*: peças n.ºs. 47 e 91-96].

pressupôs o eclesiástico ter encontrado diversas histórias, e, desde logo, numa das primeiras lajes que se esforçou em ler, parecia-lhe ver aí mesmo contado o modo como, **em tempo dos Fenícios**, havia avançado o Mar até ao citado «**Vale de Ourique**», inundando-o. As populações teriam sido obrigadas a refugiar-se nos montes, e, a um indivíduo, *cujo nome*, «**Tsadar**», se parecia identificar nas inscrições, veio a conferir-se a autoria do escrito que narraria um tal acontecimento (sendo que se adiantava que esse *nome*, precisamente, queria dizer/ *barqueiro, ou trazido pelas agoas*) [LOURENÇO DO VALE 1794: fl. 5; cf. também HIPÓLITO CORREIA 1996a: 72, Catálogo, Peça Nº. 2].

Numa segunda lápide, que, pelo seu *aspecto caligráfico*, também se deveria à mesma mão de «**Tsadar**», voltaria a aludir-se à referida «inundação» dos campos do Vale de Ourique. Aqui, porém, entendeu Frei Lourenço do Vale que se tratava da descrição do modo como as águas haviam voltado depois ao seu nível, tendo deixado, o pasmoso espectáculo de se ter, então, visto, *nesta [mesma] terra grandes peixes urrando* [LOURENÇO DO VALE 1794: fl. 6; cf. HIPÓLITO CORREIA 1996a: 76, Peça Nº. 6]. Do que comentava, em seguida, haveria a salientar que *a/ força de significação de algumas palavras da a entender que o mar de/pois de se demorar algum tempo, quando se retirou deixou as terras/ desfeitas em lodo, com montes de areia e quebrados ou perdidos os cami/nhos, **derrubados os muros e paredes no chão***, como, ainda, não tinham desaparecido, pelos sítios afectados pela «inundação», os vestígios de **ossadas grandes de peixes e embarçaens enterradas** [LOURENÇO DO VALE: id., ibid.; n/ destaque] ¹²⁵.

¹²⁵ É, pois, uma referência a algo que, talvez o próprio estudioso, tivesse visto nos próprios locais de achado das lápides, não sendo de excluir que se tivesse tratado da **observação de algum vestígio fóssil**, cuja presença, com toda a conveniência, se pretenderia explicar através do que sucedera num momento «historicamente» comprovável. De qualquer modo, com mais certeza, a outra alusão, aos **derrubados (...)** **muros e paredes no chão**, poderia corresponder, aqui efectivamente, ao que se teria podido igualmente notar de restos de antigas estruturas. De outra parte, a nota sobre o acontecimento de uma «inundação» evocará a tentativa de correlação com os paradigmas bíblicos do «**Dilúvio**»; além do mais, bem no rescaldo dos trabalhos de D.

Das restantes lápides, as «leitura» conseguidas por Frei Lourenço do Vale tentavam interpretar-se como documentos reveladores das realidades sócio-agrícolas ou judiciais, que teriam caracterizado o modo de vida de uma velha civilização do Sul.

Desde logo, certas lajes, apresentavam-se como sendo, sempre segundo o sugerido, padrões delimitadores das propriedades. De outras, sugeria-se que aí estava descrita uma pena referente a um furto.

E a Lourenço do Vale pareceu-lhe ter encontrado, entre este último grupo de exemplos, de acordo com uma inscrição que usava letras de aspecto que julgaria ser típico de épocas mais tardias, uma lápide que conteria um texto de *Grego primitivo*. Infelizmente, foram estas lápides que vieram a desaparecer, ainda que delas se tivesse guardado o desenho, em diversos manuscritos que vieram a subsistir, pelo que, mesmo num contexto de pleno momento proto-científico das investigações do passado, onde coincidia o desencadear dos interesses em torno dos períodos pré-romanos e romanos no espaço do território nacional, há que relativizar consideravelmente todo este conjunto de apontamentos, apesar do curioso interesse que não deixam de suscitar ¹²⁶.

Manuel do Cenáculo em **Tróia**, inclusivamente sugeria-se que uma tal sequência catastrófica teria precisamente causado a *destruição da Troya de Setubal*, ao mesmo tempo, também, que sucedera o também já afamado decurso do **desaparecimento da Ilha Athlan/tica de que falaõ Plataõ, e os Annaes Athenienses**» [in LOURENÇO DO VALE: id., ibid; n/ destaque]. Eis como, a partir dos Mitos, se elaborava a perspetivação conducente a uma tentativa de explicação de determinados factos, numa elaboração que hoje nos surge como essencialmente imaginativa, mas que, à época, obedecia claramente à necessidade de não se trair qualquer dos dados paradigmáticos quanto ao que não se dissociava da actividade erudita, e aos quais, enfim, haveria que se recorrer para uma interpretação, ao tempo a mais plausível, dos próprios vestígios materiais.

¹²⁶ Numa outra inscrição, quis **Frei Lourenço do Vale** também reconhecer o texto de uma disposição relativa aos *colhedores de legumes* que, segundo interpretou, faziam excessivo barulho numa dada propriedade, e determinava-se que, a partir daí, teriam de alterar o seu comportamento... [LOURENÇO DO VALE 1794: fl. 3vº]. Tratar-se-ia, esta, de uma lápide onde surgiria um *nome primitivo*, «**Gueth**», que, adianta-se, *por tradição*, fora o que outrora *tive/ra Beja*. De resto, em geral, **Frei Lourenço do Vale** não deixaria de procurar informações sobre o que estava já referido em tratados

Eis que havia ainda, contudo, o destaque especial detido por uma lápide onde aparecia na face *huma setta debuxada*. Considerava, talvez aqui correctamente, estar-se perante o *epitáfio sepulcral* de um guerreiro. Debaixo da laje, adiantando-se pois o excepcional acréscimo de mais detalhes quanto ao contexto de achado da peça, registou-se que estaria *hua espada de pu/ro cobre*, que veio a adicionar-se a uma *outra* espada que também já tinha sido encontrada, e ambas juntando-se, pois, à Colecção de outras *pedras (...)* *em poder do Excelentissimo e Reverendissimo/ Senhor Bispo de Beja.//*; esta laje insculpida com a figura de seta correspondia à **Lápide III** do sumário resumo interpretativo da autoria de Frei Lourenço do Vale, reproduzindo-se o seu desenho em fólio próprio [LOURENÇO DO VALE 1794: fl. 7; n/ destaque]. A corroboração documental desta descoberta, contudo, volta a perder-se no conjunto das diversas peças desaparecidas deste mesmo legado [cf. comentários in HIPÓLITO CORREIA 1996 a: 77-78].

c) As lápides e o seu contexto material como achado.

Também os **conjuntos de artefactos metalúrgicos** não deixavam de fazer parte fundamental dos achados setecentistas; destes mais exemplos, alguns vieram, em contrapartida, a subsistir entre os materiais cenaculanos do Museu de Évora, ou, inclusivamente, entre os depósitos Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, sendo correspondentes às ofertas que, de facto, o Prelado de Beja fez à Real Biblioteca de Lisboa, transitando depois para aquela mais recente instituição. Contar-se-iam, portanto, as **espadas**, as **adagas**, os **espetos** e os **soliferrea**, ou

anteriores; nomeadamente, citava abundantemente a ainda recente obra de **Frei Bernardo de Brito**, onde, ao primeiro tomo da *Monarquia Lusitana*, se poderia, na verdade, colher já informações quanto a diversos exemplos, de facto anteriormente *ja encontrados*, com as inscrições às quais correspondiam *characteres (...)* [também] *Phenicios, com/ a differença de que huns estaõ as vêssas de baixo para sima, e de sima para baixo* [cf. LOURENÇO DO VALE: id., ibid.].

sejam elementos de ferro propositadamente dobrados, num sentido ritual adequado ao sentido de arranjo funerário.

Suceder-se-ia, assim, a corrente **repetição de prática dos depósitos** em que ressurgiam as mesmas tipologias materiais em sítios relativamente inseridos no mesmo âmbito espacial; assinalavam, evidentemente, pelo seu simbolismo intrínseco, o estatuto do indivíduo enterrado, bem como algo de antigas crenças e valores culturais que, desta forma, tinham a possível sua expressão física.

Na fundamental composição do espaço funerário, à qual se tornava indispensável toda uma panóplia de artefactos, desde alguns períodos recuados da Antiguidade, não era, pois, difícil de reconhecer a simultânea presença de **artefactos metalúrgicos** ou de **adornos e joalharia**, ao lado das **cerâmicas** ou **pastas** (que apareciam, então, estes mesmos objectos em tais contextos, como resultado dos circuitos de importação); o espaço funerário completava-se com a colocação de lápides, fosse ao modo de **laje sepulcral**, fosse como **estelas**, fincadas sobre o solo e assinalando a presença de um lugar de enterramento.

E assim mesmo, a respectiva evolução destas práticas (sendo que os espaços de necrópole são excepcionalmente privilegiados quanto à oferta de vestígios materiais distintos), proporcionando-se, pelas características de cada tipologia de objectos, perspectivas concretas sobre a própria evolução de cada fase cultural, não deixaria de se tornar, sobretudo em momentos mais recentes, no ponto de partida para a restituição de outros tempos [cf., nomeadamente: BEIRÃO 1986: 54-ss, na análise às necrópoles da I Idade do Ferro meridional; ou, ainda antes, as conclusões globais in NUNES RIBEIRO 1965: 18-20].

Mas fora esse o universo material que, precisamente, se havia começado a recuperar com a maior atenção possível ao tempo das descobertas de D. Manuel do Cenáculo e do seu círculo próximo. A principal dificuldade está na identificação que mereceria cada uma dessas peças iniciais ¹²⁷.

De qualquer maneira, a incidência de **achados das lápides epigrafadas**, com uma **cronologia** que, para a Idade do Ferro, se estenderá dos **finais do Séc. VI ao Séc. III a.C.** (muito embora esteja ainda aberta a discussões, apesar dos contextos bem demarcados que foi possível aferir para determinados sítios), acaba por se circunscrever, no território português, às **áreas do Sudoeste interior**: aquelas que, de acordo com as tradições clássicas, eram habitadas pelos Cónios.

E, em termos culturais, o mesmo grupo de lápides inscritas foi sempre interpretado como elemento filiado no **horizonte do Orientalizante**, e ao qual acabará por corresponder grande parte dos elementos que formavam parte do tipo de espólio sepulcral descrito, não tanto quanto aos elementos metalúrgicos, cuja existência se explica, enfim, pela própria vocação metalúrgica das sociedades do território, mas, sobretudo, pelo conjunto de outros vestígios, que são, inequivocamente, materiais importados do outro lado do Mediterrâneo, sem esquecer que a presença da cerâmica grega, em períodos subsequentes ao Séc. V a.C., não deixou de se dever ao comércio púnico.

¹²⁷ A que exemplar corresponderia, pois, a *espada de cobre* [ou bronze?] referida por Lourenço do Vale que se reportava ao mesmo conjunto sepulcral, em que aparecia igualmente a laje insculpida com a figuração de arma? O paradeiro da peça oferecer-se-á, de facto, a múltiplas possibilidades, tendo em conta o percurso das próprias obras resgatadas por D. Manuel do Cenáculo no período do seu bispado; poderia ter permanecido em Beja, ou então ido para Évora ou Lisboa, caso não se tenha, entretanto, perdido entre outros destinos. Tais imprecisões, relativas à Colecção cenaculana, afectam as peças arqueológicas que teriam composto inicialmente os conjuntos reunidos pelo Prelado. Além do mais, há a assinalar, ainda, certas outras confusões: por exemplo, o facto de se terem considerado como «espadas», «estoques», ou, mais genericamente, como «armas», os celebrizados **estoques de bronze**, que também vieram a fazer parte do grupo dos achados arqueológicos setecentistas. O uso dos estoques, de que, nomeadamente, se conservou um significativo grupo no **Museu de Beja** (estudado, além do mais em tempos recentes, por Fernando Nunes Ribeiro ou Caetano de Mello Beirão, entre outros), seria, porém, de índole essencialmente ritual, e a sua presença não deixava também de se relacionar com um âmbito mais genérico das influências mediterrânicas, salientando-se, com efeito, o registo representativo do mesmo utensílio numa das figurações decorativas cerâmicas num vaso grego, um **krater**, recolhido na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer-do-Sal), tal como, com toda a pertinência, o fez notar Maria Helena da Rocha Pereira nos seus estudos sobre essa outra colecção [cf. ROCHA PEREIRA 1962; e também BEIRÃO, id., ibid, e NUNES RIBEIRO, id., ibid.].

d) O confronto com os achados epigráficos no Sul peninsular.

Entretanto, foi no **território actualmente espanhol**, em áreas, também interiores, para além do Guadiana, que se sucederam os primeiros achados relativos à mesma epigrafia.

Remontaria, então, ao Séc. XVI um primeiro achado de uma destas peças: a **estela de Murviedo (Sagunto)**. Ainda que se tivesse, entretanto, perdido também o paradeiro desta outra lápide, restaria, tal como em referência aos achados cenaculanos, uma tentativa de transcrição e interpretação dos seus caracteres, tendo sido a peça do mesmo modo classificada como de uso possivelmente sepulcral. Tal como Lourenço do Vale o viria a propôr para uma das lápides do Vale de Ourique, também a autoria da inscrição foi atribuída a um indivíduo, que se chamaria «**Adorinam**», e que, alegava-se, havia sido cobrador de impostos do próprio Rei Salomão [cf. ALVAR 1993].

Um exemplo, pois, com o qual se tentava documentar, mais uma vez, a «presença hebraico-fenícia» na Península Ibérica, e um vestígio que entrava no decurso dos debates eruditos, então em curso, que pretendiam delimitar o que teria sido o antigo reino tartéssico, onde surgira esta escrita ibérica, e que parecia denotar o que teriam sido as influências orientais na Antiguidade peninsular [cf. ALVAR 1993: 155].

Era um facto que, pelas evidentes comparações que aquela escrita proporcionava com os alfabetos levantinos, caberia aos orientalistas alguns dos primeiros registos críticos sobre a respectiva natureza das inscrições que iam aparecendo.

E, na verdade, ao lado do próprio **Lourenço do Vale**, um desses orientalistas veio a ser **D. Francisco Pérez Bayer**, que deixaria nota da descoberta que, em Maio de 1763, havia revelado uma outra lápide inscrita.

Tratava-se da **estela do Alto del Alcázar (Alcalá del Rio, Sevilha)**, e, comportando a sua legenda, estivera durante muito tempo na parede de uma casa situada à praça daquela localidade, que, de resto, correspondia à antiga **Ilipa** (cenário de uma das mais marcantes derrotas dos Lusitanos frente aos Romanos).

Tendo-se, também, perdido o rasto desta estela sevilhana, restou, porém, o registo e a reprodução, em cópia, que **Pérez Bayer** dela veio a deixar no seu próprio espólio literário da Real Academia de Madrid [cf. BEIRÃO *et al.* 1979: 4; BEIRÃO 1986: 33; HIPÓLITO CORREIA 1996a: 145, peça nº. 75].

Assim, a **lápide de Alcalá del Rio** integra-se no primeiro grupo de descobertas da epigrafia «turdetânica» a que também veio a pertencer como o **conjunto de achados cenaculanos da região de Almodôvar**, na sua respectiva qualidade de documentos da maior importância para as investigações posteriores

128.

Ou, **em 1782**, talvez não se tivessem sucedido ainda os achados que distinguiriam a categoria das lápides inscritas na Coleção cenaculana; ou talvez D. Pérez Bayer só se tivesse apercebido da devida importância que assumia a escrita para o contexto da Antiguidade das regiões peninsulares, depois do seu regresso de Portugal, onde, de resto, teve pelo menos ocasião de observar a citada moeda de **Serpa**, e, ainda, uma das **numismas** do Monetário cenaculano, nas quais se observava bem ou os *caracteres desconhecidos* de uma, ou a *legenda ao modo dos Hebreus* na outra [cf. atrás].

¹²⁸ Está por demais estabelecido que este **grupo de achados epigráficos setecentistas** foi o ponto de partida para a recolha, interpretação e conservação das primeiras lápides conhecidas referentes à Cultura do Sudoeste da Idade do Ferro; segundo, enfim, o resumo de Caetano de Mello Beirão, **D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (...)** *recolheu sete lápides, seis das quais na freguesia de Ourique (...)* [provenientes] *de sepulturas que teria escavado. (...) Destas oito lápides apenas se conhece hoje uma, restando-nos das outras os desenhos, conservando-se o de Bayer na Real Academia de História de Madrid* [BEIRÃO, *et al.* 1979: 4; n/ destaque].

2.2. O espólio epigráfico meridional e o impulso das investigações de Leite de Vasconcelos.

O registo de achado de novas estelas epigrafadas com os caracteres «turdetânicos» demoraria, então, depois do epigonismo cenaculano, cem anos mais a assinalar-se, cabendo de facto a Leite de Vasconcelos um dos novos protagonismos no âmbito de idênticas recolhas; não seria, de qualquer forma, à mesma data, o único, ainda que, dos seus esforços e ao longo do período em que ocupou cargos directivos, viesse a resultar a **formação da colecção epigráfica do Museu Etnológico.**

Mas os achados, entre os fins do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, não cessariam de se repartir por mérito de outras intervenções, formando-se igualmente as colecções que, nomeadamente, ficariam noutros museus: em Beja, no **Museu Rainha D. Leonor**; em Lagos e Silves, nos respectivos museus municipais, ou entre a colecção lapidar do **Museu Arqueológico Infante D. Henrique (Faro)**. Uma dispersão de conjuntos que, enfim, não deixava também de assinalar a proximidade do que vieram a ser os lugares de depósito das peças em relação ao sítio de cada achado

a) O alargamento das áreas de achado das inscrições.

No Algarve, precisamente, **Sebastião Estácio da Veiga** e **António dos Santos Rocha**, por volta de 1890, foram os responsáveis pelo retomar dos resgates das lajes epigrafadas, com o achado de **novos exemplares de estelas inscritas**, encontrados no decurso das suas próprias explorações em lugares de particular importância no contexto de ocupação das sociedades da Idade do Ferro meridional.

Na **necrópole da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos)**, Santos Rocha

identificaria uma lápide reutilizada como tampa sepulcral; e outros achados reportar-se-iam às «pedras» de **Cômoros da Portela (Silves)** ou de **Alagoas** (Salir), de onde se veio a noticiar, deste último lugar, o achado de um fragmento de lápide, ocorrido por volta de 1900, e assinalado no Vol. V do *Arqueólogo Português* (num artigo de Leite de Vasconcelos, intitulado: «Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal»); a **peça de Alagoas** seria por fim levada, em 1913, para o Museu Etnológico [cf. BEIRÃO et al. 1979: 4-5; BEIRÃO 1986: 33-ss.; CHAVES 1914a: 367].

b) As colecções epigráficas no Museu Etnológico.

Sucedem que, após a frustração do projecto de criar, em inícios do Séc. XX, um Museu Arqueológico algarvio, de implantação obviamente regional mas aspirando também a outro estatuto institucional, as **colecções reunidas na sequência dos trabalhos de Estácio da Veiga**, realizados essencialmente por volta de 1870-1880 (e que estiveram na base da sua obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*, repartida por vários volumes), seriam levadas para o Museu Etnológico, que começava, enfim, a beneficiar da importância crescente que se conferia ao sentido das «antiguidades nacionais» e à evidência da necessidade, já numa intenção oficial de carácter centralizador, de congregar atenções quanto a uma política (contudo nem sempre coerente) de conservação dos vestígios patrimoniais.

Foi nesta sequência que o **Museu Etnológico**, recém-instituído, e sob o impulso directo de José Leite de Vasconcelos, veio a congregar o depósito de diversas peças, especialmente as que integrariam uma grande Colecção de Arqueologia, e cujo rol iria aumentando consoante o próprio incremento dos trabalhos da equipa envolvida no referido Museu, e em que, uma vez mais, Leite de Vasconcelos, sobretudo no período que se desenrolou até 1929, foi o principal

responsável pelo despoletar de uma actividade dinâmica que, enfim, faria igualmente destacar outras figuras.

Das entradas de peças correspondentes ao inventário da colecção epigráfica de lápides meridionais, estiveram as seguintes estelas: a do **Cerro dos Enforcados (Ourique)**, recebidas no Museu em 1907, ou as de **Alcoutim**, de **Tavilhão (Almodôvar)**, do **Ameixial (Loulé)** e de **Vermelhos (Ameixial, Loulé)**, todas com entrada registada no Museu Etnológico em 1936.

O rastreio desta entrada de peças possibilita-se, portanto, a partir da sua notícia periódica. Na lista de **aquisições e ofertas de 1913**, que foi elaborada por **Luís Chaves**, contava-se, então, o já citado **fragmento de inscrição ibérica**, de **Alagoas**, bem como uma **espada de bronze**; um e outro vestígio, com efeito, estavam à guarda do prior de Salir e haviam feito parte do seu espólio particular antes de seguirem para o Museu de Belém. E contava-se, nas entradas de 1913, também uma outra **inscrição ibérica**, precisamente correspondente ao exemplar de uma segunda epígrafe, **gravada numa laje**, que provinha igualmente do *Monte dos Vermelhos*, a qual, segundo se registava, encontrava-se, até então, inserida numa parede [cf. CHAVES 1914b: 367; n/ destaque] ¹²⁹.

Compunha-se, assim, a realidade de achados materiais que se integravam no âmbito das realizações das sociedades pré-romanas do território português, cabendo os exemplos citados a áreas, muito embora, diferenciáveis geograficamente, o Norte e o Sul. Haveria, no entanto, sentidos comuns, apesar da

¹²⁹ A acrescentar ao mesmo **inventário de 1913**, que, de alguma forma, resumia a consolidação das colecções do Museu Etnológico na referência aos anos imediatamente precedentes, estava igualmente uma **vasilha romana ou pré-romana**, de «proveniência alentejana», e a oferta do **berrão de Fornos (Freixo-de-Espada-à-Cinta)**, peça que mais tarde seria estudada por Leite de Vasconcelos, e que viera, pois, do Norte do país. Segundo indicou Luís Chaves, fora o *Reverendo Abade José Augusto Tavares* quem oferecera a dita escultura: **um quadrúpede de granito**, a que o povo chamava a mulher de pedra; *pertence à classe da porca de Murça e dos berrões, e foi encontrada no sítio do Cabeço do Escouradal, freguesia de Fornos, concelho de Freixo-de-Espada-à-Cinta* [CHAVES, id., ibid.; n/ destaque].

diversidade técnica subjacente a cada objecto e apesar, também, da diversidade de grupos do antigo espaço lusitânico, ou dos elementos civilizacionais igualmente compartilhados com as sociedades próximas do território actualmente espanhol.

A escrita manter-se-ia como uma manifestação própria das regiões meridionais, não estando limitada ao conjunto das lápides inscritas, que tantas atenções vieram concentrar num dado momento da história das investigações.

Na verdade, também outros suportes haviam sido já referenciados: essencialmente, alguns dos dispersos achados numismáticos, que comportavam as estranhas legendas. A sua distribuição, de qualquer modo, era muito mais alargada, conforme se veio a constatar, do que a área de concentração de achado das estelas e lajes do Sudoeste.

José Leite de Vasconcelos, fazendo em Dezembro de 1905 uma visita ao **Museu Municipal de Alcácer do Sal**, depois de aí ter estado já em 1894 (e de que deixaria relatórios, entretanto, publicados no *Arqueólogo Português*), ia propositadamente ver o resultado da transladação de peças que, em 1901, tinham saído do Convento de St^a. Clara para os cuidados da municipalidade. O referido Museu salaciense, enfim, havia sido criado, em finais do Séc. XIX, quase com a função original de albergar as descobertas ocorridas na necrópole local do Olival do Senhor dos Mártires, e cujas explorações se haviam iniciado, precisamente, em 1874. O seu espólio fora sendo reforçado desde então e o seu valor ia aferi-lo Leite de Vasconcelos [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1914: 300-ss.].

Das recentes aquisições, destacava-se uma chapa rectangular, que ali ainda não estava em 1894, e que se apresentava como uma **placa amuletiforme**, dotada de inscrição. Sendo de pequenas dimensões, na extremidade superior recortavam-se três lóbulos, e em cujo elemento central, também ao alto, se abria um furo. Da parte inferior, a peça estava, porém, fragmentada; e era ao longo da chapa, em disposição vertical, que se sucediam **quatro caracteres de «turdetânico»**, os quais Leite de Vasconcelos terá tentado transcrever, de acordo

já com a noção de que o alinhamento dos caracteres obedecia a um **sentido dextrodorso**. Mas a inscrição estava também incompleta, devido à falha em baixo [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1914: 304; figura] ¹³⁰.

Era, pois, *mais um documento de epigrafia indígena*, e que, surgindo como um exemplo da aplicação do «turdetânico» sobre realizações metálicas, constituía-se igualmente como um *paralelo às legendas das moedas salacienses, isto é, cunhadas na mesma região a que a inscrição [da placa] pertence* [LEITE DE VASCONCELOS 1914: 304; n/ destaque].

c) O confronto com os vestígios numismáticos de Alcácer-do-Sal.

Nos **vestígios numismáticos salacienses**, em conjunto de achados locais, surgia, precisamente, a aplicação dos mesmos caracteres. Aparentemente, ler-se-ia que a cunhagem das ditas moedas, como uma eventual designação primitiva do lugar, era de «**Eviom**»; e a concentração de achados numismáticos com essa mesma referência de cunhagem era, pois, uma importante prova arqueológica quanto ao papel que a urbe salaciense tivera na Antiguidade, ainda antes da chegada dos Romanos.

No **Museu de Alcácer-do-Sal**, havia, ao lado de moedas locais, exemplos de

¹³⁰ Esta placa fora encontrada no **Castelo de Alcácer do Sal**, e tinha sido oferecida ao Director do Museu local, **Joaquim Correia Baptista**. Em termos formais, Leite de Vasconcelos não deixaria de notar que a mesma peça se assemelhava a uma outra placa, proveniente de **Aljezur** (*uma de serpentina que [ali] se via aparecida*), e que se encontrava já entre o espólio Museu Etnológico. A **chapa de Aljezur**, porém, não possuía nenhuma inscrição, mas oferecia-se a evidentes comparações tipológicas com a chapa de Alcácer do Sal. Quanto às **diversas ilustrações** que acompanhavam este relato de José Leite de Vasconcelos, e que aí falaria igualmente de outros sítios, eram da autoria do desenhador **Guilherme Gameiro**, que acompanhara o etnólogo e filólogo, mas que, malgradamente, viera a falecer antes da data da publicação do citado artigo. O «**objecto amuletoforme**» de Alcácer-do-Sal correspondia à chapa da **Figura nº. 4** do mesmo artigo. A notícia do seu desaparecimento não deixaria de ser prontamente evocada no *Arqueólogo Português*, onde Guilherme Gameiro colaborou sempre [cf. LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.].

numismas de outras proveniências: caso de uma **moeda de Myrtilis**, também inscrita, e de caracteres dispostos, conforme observava Leite de Vasconcelos, *como nas lápides do Sul* [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1914: 306].

Quanto às moedas que comportavam a referência a «**Eviom**», Leite de Vasconcelos não deixaria obviamente de referir, para efeitos comparativos, as que haviam sido encontradas fora da sua alegada região de origem: havia, como o faria notar, um **achado de Elvas**, (que ele mesmo havia já dado anteriormente notícia), ou **o lote de moedas adquiridas em Madrid**, em 1905, e levado para Lisboa, entre as quais surgira igualmente uma cunhagem de **Ebora** [cf. LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.].

Dadas todas estas notas, era evidente que, uma vez observando as **novas aquisições numismáticas do Museu salaciense**, a atenção de Leite de Vasconcelos se dirigisse para o confronto de aspectos que mais se distinguissem quanto a estas peças. E assim as descreverá.

Num **primeiro exemplo**, havia a combinação entre a inscrição em «**turdetânico**» e uma **legenda latina**, esta última situada sobre o verso da moeda, que tinha, além do mais, uma **efígie de Héracles** voltada para a esquerda, e estando o herói tapado com a pele de leão. No **reverso**, aparecia a **figura de um peixe**, voltada para a direita e ocupando o motivo toda a área central da moeda; aí mesmo, encimando a representação, estava a **inscrição «turdetânica»**. Adiantava-se que, do conjunto, e salientando-se alguns dos exemplos anteriores que remontavam à própria origem do Museu Municipal, havia **outros três exemplares**, muito embora em pior estado de conservação do que a presente peça (por estarem *muito gastas*), com **uma similar figuração de Héracles**.

Numa **segunda moeda**, poderia ver-se, por sua vez, no lado onde voltava a surgir uma **legenda latina**, a **efígie de «Júpiter**», barbado e com a coroa de louro. No **reverso**, dois peixes, igualmente dispostos no sentido da direita, e entre os

quais surgia a legenda indígena [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1914: 306]¹³¹.

Documentando-se, com tais achados, uma tão notória **coexistência entre duas escritas**, haveria então a supor que se teria prolongado o uso do sistema autóctone até momentos muito mais tardios, coincidentes com a Romanização, do que seria possível aferir apenas pelas lápides epigrafadas. Tratar-se-ia apenas de um fenómeno local, de resto comparável a outros idênticos sinais, do lugar, de uma coexistência cultural, mais abrangente, mas circunscrita à área de influência da antiga **Salácia**, mesmo quando, mais a Sul, a escrita autóctone deixara já de se utilizar? Enquanto **elementos de datação**, as lápides inscritas poder-se-iam interpretar como o grupo de materiais onde mais cedo se teria sucedido a aplicação da escrita autóctone, ao passo que os achados numismáticos poderiam corresponder ao seu respectivo **terminus**, reduzindo-se a mesma escrita tão só a um sentido residual.

Em termos emblemáticos, assim ressurgia também, por sua vez, nas moedas de «**Eviom**», o **tema da figuração de Hércules** intimamente associado a uma correlação geográfica do Extremo-Occidente. Mais uma vez, então, poderá reforçar-se a ideia de que a conotação do herói grego com o Sul do território português não se desligava, portanto, de uma progressiva formulação mítico-ideológica que acompanhava o incremento de contactos das sociedades clássicas com o antigo espaço do país.

¹³¹ **A. A. Mendes Correia**, considerando também estes mesmos **vestígios numismáticos salacienses**, apresentando-os, enfim, dentro do contexto descritivo quanto ao que teria sido a antiga economia do território, não deixaria também de aproveitar para ver nestas efigies, não a figuração dos deuses ou heróis clássicos, mas a **representação das próprias populações do velho território português**. Confrontava essas mesmas figurações com os aspectos da visualidade presentes na estatuária dos guerreiros galaico-lusitanos, de modo a tentar apresentar a «reconstituição» da «verdadeira» aparência dos antigos habitantes da Lusitânia [MENDES CORREIA 1928: 184].



É certo que não se pode dissociar os vestígios epigráficos meridionais da Idade do Ferro do Sudoeste português do conjunto de manifestações que, em todo o mundo mediterrâneo, vieram a constituir o **fenómeno do aparecimento dos sistemas de escrita**, e com os quais havia bastantes similaridades, apesar das variantes regionais que se apontam para a escrita, na Península Ibérica. A sua **inventariação das «estelas»** saldou-se, até à actualidade, num total de cerca de oitenta peças conhecidas em território nacional; próximo da fronteira com o território espanhol, também haverá a adicionar sete exemplares que se integrarão no que é designado como o «sub-grupo português». E, aos primeiros ciclos de descobertas, cabe assinalar os estudos que foram efectuados, a partir da segunda metade do Séc. XX, quer por **Fernando Nunes Ribeiro**, eminente estudioso pacense, e autor da síntese sobre o *Bronze Meridional Português* [NUNES RIBEIRO 1965], quer por **Caetano de Mello Beirão**¹³².

Tornou-se este último investigador, no que diria respeito à determinação contextual das peças ao nível do seu registo arqueológico, o principal autor a tecer as conclusões mais rigorosas e referenciáveis para o tema da epigrafia meridional. As suas observações teriam, pois, lugar importante na sua própria tese *Une Civilisation proto-historique du Sud du Portugal* [BEIRÃO 1986], onde surgem as citadas peças ao lado dos conjuntos materiais resgatados para o conhecimento de

¹³² Na **apresentação à sua tese**, e explicando o que se propunha expôr, como **linhas gerais resultantes da sua própria actividade desde 1969/1970**, Caetano Beirão salientava estar-se *exclusivamente* perante um *trabalho de arqueologia*, onde se sintetizavam os dez anos do seu contínuo trabalho no Baixo Alentejo. Aí, portanto, o «leitor» não encontraria quaisquer ligações à Proto-História, que se reservava para outras das suas próprias publicações. Apesar disso, não deixará de adiantar que o princípio orientador das suas investigações era, afinal, o mesmo que havia apresentado **Massimo Pallotino**, quando, ao analisar as **inscrições etruscas**, chamava a atenção para a necessidade de as enquadrar *dans leur milieu historique et institutionnel, tel qu' on peut le reconstituer en puisant aux sources de la littérature classique et surtout en se servant des données archéologiques* [in BEIRÃO 1986: Introdução].

sítios e espólio coetâneos com a I Idade do Ferro, salientando-se também, da sua autoria e em conjunto com outros investigadores, outros estudos dedicados às lápides do Sudoeste [cf. BEIRÃO *et al.* 1979; ou BEIRÃO e GOMES 1980])

Entretanto, em reforço das próprias linhas de investigação estabelecidas por Caetano Beirão, e já um esforço de listagem, o mais completa possível de todas as peças conhecidas, veio a publicar-se o trabalho monográfico de Vigílio Hipólito Correia, intitulado: *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica* [HIPÓLITO COREIA 1996a].

Do que conseguiu estabelecer, há à comprovação de que as lápides inscritas pertencem, efectivamente, a **contextos de necrópole**. Teriam sido propositadamente realizadas e colocadas de acordo com as funcionalidades de um **carácter cultural**, associando-se, seja à distinção social que mereceriam certos dos indivíduos sepultados, seja à manifestação de crenças religiosas ou de índole metafísica. As lápides assinalam, pois, em termos de simbólica, um ponto limite de tudo quanto é visível ou terreno, ou até profano. São como 'portas' que conferem acesso ao «Outro Mundo», e, como tal, não deixam de ter, à sua superfície, ora alguma figuração (como nas tradições que persistiam desde a Idade do Bronze), ora a inscrição, disposta, não raras vezes, em arco, adequando-se a esse sentido de representação de uma «passagem», sendo, porém, excepcionais os achados que combinam desenho e escrita (somente assinalados para as **Estelas de Abóbada e de Silves**).

Cumprindo a função de **lajes**, havia os achados correspondentes ao uso das lápides inscritas como cobertura sepulcral. Como **estelas**, por sua vez, consoante, então, o contexto de cada lugar, reconhecem-se outras peças da mesma tipologia, mas que, abaixo do campo epigráfico, oferecem à observação o espaço destinado ao seu fincamento no solo, tendo somente um remate, talhado rudemente para o sua eventual colocação semi-enterrada sobre o solo; indicariam do mesmo modo, um sítio de sepulcro.

A longa persistência das actividades agrícolas e da exploração dos recursos minéricos possibilitou a emergência de bases de riqueza, estratificação social e, claro está, a própria capacidade de aquisição de bens de prestígio, que aí mesmo chegavam, como um ponto de chegada dos comércios oriundos do Mediterrâneo, e como um ponto de partida para a exportação de matérias-primas ¹³³. Ou seja, os contextos em que surgiram as lápides inscritas serão os mesmos que ofereceram objectos de assinalável valor como realizações artísticas, tratasse-se de **artefactos importados** (cerâmica ática e púnica; ou artefactos glípticos, como os escaravelhos egípcios e as contas de ambar e pasta vítrea) bem como de **objectos de fabrico local** (de novo, a cerâmica, mas também a ourivesaria, os adornos e armamentos). As rotas comerciais teriam trazido igualmente ideias ou hábitos de gosto, e há a evidente coincidência cronológica entre o aparecimento e apogeu da escrita «turdetânica», tal como foi possível rastrear pelos exemplos epigráficos, e o progressivo incremento do mesmo tipo de espólio, bem característico da Idade do Ferro, sobretudo quanto ao que afirmaria a partir dos **Sécs. VI e V a.C.** E não seria assim casual que, ainda em coincidência com estas mesmas circunstâncias históricas, se viesse a observar, nos exemplos lapidares do Baixo Alentejo, **uma notória estabilidade epigráfica**, segundo o que se poderia aferir à permanência de fórmulas, repetidas de uma pedra para outra.

¹³³ Caracterizar-se-ia, assim, todo este território pela *existência de uma hierarquia de povoados*, ainda que pouco se soubesse dos lugares de **habitat coetâneos das necrópoles com epigrafia**; mas seriam, em geral, *aglomerados de construções de taipa, de plantas irregulares, formados pela justaposição de pequenos compartimentos*, estes aparentemente com *funções secundárias*, embora oferecendo *a imagem de uma sociedade dispersa em pequenos núcleos de vocação agrícola, ocasionalmente mineira, que mantinham um importante fluxo de contactos com o exterior, de onde importavam os objectos de luxo que encaminhavam para a sepultura dos seus mortos*; traziam os mineiros, traziam para o interior novos tipos de cerâmica, novas modas de vestir, de que se destacou o aparecimento das **fibulas**, além de um *novo tipo de arquitectura e todo o aparato do prestígio social* [HIPÓLITO CORREIA 1996a: 13]. Em suma, havia uma disseminação de *pontos isolados de uma manifestação cultural muito localizada no espaço estritamente ligada a uma sociedade delimitada, cuja língua se terá perdido ainda antes do Séc. II a.C* [HIPÓLITO CORREIA 1996b: 88].

3. O *Castrejo* como paradigma para a definição e esforço comparativo do tema das áreas culturais e estilísticas.

Apesar do dinamismo inerente aos circuitos litorais, que, aliás, haviam sido os mais amplamente descritos nas próprias fontes antigas, e muito embora as acrescidas notícias quanto aos achados meridionais, entre os Sécs. XVIII e finais de XIX viessem a configurar a súbita descoberta de um importante foco civilizacional para o território, o facto é que era o Noroeste, cenário do desenvolvimento da antiga Cultura *Castreja*, que continuava a deter especial importância em referência ao que se seria de salientar, como mais notório, das persistências de uma identidade própria à Antiguidade nacional.

De um modo ou outro, apesar da proeminente localização acentuadamente voltada para o ambiente atlântico, sobressaindo os principais centros a interior, e ainda que as actividades relativas à exploração piscatória viessem a adquirir, também, a sua respectiva importância económica, no Sul como a Norte (onde existiam, precisamente, alguns **castros marítimos**), as sociedades locais não deixavam de ser, porém, unidades correspondentes a grupos humanos que não se dissociavam de uma íntima ligação à terra, à agricultura, ou, pelo menos, à profunda comunicação com os elementos essenciais do «natural», em expressões que, por definição, seriam sempre «rústicas».

Dado, enfim, que foi no Noroeste que os antigos componentes de uma velha cultura vieram, desde há muito, a manifestar-se e a permanecer, como etnografia, não haveria que recusar a evidência de se estar perante um exemplo vivo do que sempre caracterizaria o essencial do espírito próprio aos povos locais do Ocidente peninsular.

Daí toda a atenção sempre dedicada à terra e às gentes, bem como ao seu modo de vida, tal como se as mesmas se constituíssem ainda como parte de um horizonte imemorial, ou como integrantes de um tempo que já não se mediria em

séculos, mas, como num ritmo arcaico, na sua recorrente repetição de ciclos, em «eternos retornos», patentes na obediência a rotinas e procedimentos, do nascer ao pôr do Sol, no decurso das estações, no diálogo estabelecido com as forças da terra, que ora se cultivavam, ora exigiam o seu pousio; ora dava ao florescimento vegetal e atraía a vida animal, ora reclamava o regresso a um estado onde o humano não deveria intervir.

Afinal de contas, apesar de todo os esforços dirigidos à instrução das gentes ainda presas à terra, e embora uma nova espiritualidade tivesse trazido as formas religiosas de devoções mais adequadas ao Cristianismo, os santos e oragos, espalhados por aquilo que veio a ser, na verdade, uma extraordinária paisagem de igrejas, implantadas na sua pedra firme, tão só camuflavam e traduziam o que, enfim, nunca havia deixado de ser a essência de uma primeva sensibilidade que só se manifestava no **pagus**.

Isso, contudo, não seria necessariamente um mal; antes pelo contrário.

De outro modo, não se teria transposto tão directamente para a nova religião, tal como, de resto, na própria Irlanda, o velho celticismo viera a unir-se à evangelização dos grandes Santos padroeiros da Hibérnia, nunca tocada pela romanização.

Algo permanecia, de irredutível, mesmo debaixo de novas roupagens e fórmulas. Todos os indivíduos nunca deixariam, afinal, de se mostrar, com um mesmo rosto, uma mesma expressão.

3.1. Modos de procura de uma continuidade: Do espaço antropológico ao espaço do *estético*.

Um reduzido lapso de tempo separava, enfim, as primeiras descobertas da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**, em **1874**, do início das **campanhas de Martins Sarmiento no Castro de Briteiros**, a partir de **1876**; pelos mesmos anos, também, para além das grandes descobertas no Mediterrâneo Oriental, sucediam-se, na Península Ibérica, outros tantos achados de nomeada, dos vestígios do **Cerro de Los Santos**, à própria **Gruta de Altamira (Cantábria)**.

Na verdade, aquilo que se veio a considerar como o «**apogeu**» da **Cultura Castreja** suceder-se-ia em tempos muito mais avançados do que aquilo que era possível correlacionar com as cronologias meridionais. Enquanto as sociedades autóctones, que habitavam o Sul do território, se começavam a debater com o facto das incursões romanas, tão inevitáveis quanto progressivas, fosse em consequência das Guerras contra a hegemonia cartaginesa, fosse já no esforço de conquista e integração do que viriam a ser as futuras províncias da Bética e Lusitânia, isto em meados do Séc. III a.C., o Noroeste Castrejo, ainda pouco afectado por esses distúrbios em cenários não muito longínquos, parecia florescer na sua disseminação civilizacional, na sua integração com os sistemas ambientais, na sua própria expressão material.

Desde logo, apesar da profusão de embocaduras e acessos possibilitados pelo curso dos rios, que asseguraria uma série de atitudes e gostos comuns (revelados pelos materiais) que ligava todos os **populi** que aqui habitavam, a própria **diversidade geográfica e paisagística do território** tinha a sua evidente correspondência na **articulação entre regiões 'tribais' ou entre focos culturais distintos entre si**. Essa mesma disseminação, que permitiu identificar a múltipla configuração dos sentidos de autoctonia, remontava, pelo menos, à Idade do

Bronze. Ao mesmo tempo, porém, também vinha remontar a essa mesma época toda uma outra série de aspectos que, de idêntico modo, não poderiam deixar de se revelar comuns, ainda que não deixasse de subsistir uma vincada afirmação de valores de cada uma das comunidades ou regiões que compunham o velho território lusitânico.

Em termos gerais, portanto, pesando todas as possíveis diferenciações de tecnologias, tipos característicos ou formas de artefactos, os achados referentes a cada área não deixavam de fazer entrever, então, um certo fundo de intenções expressivas que se compartilhavam. Quanto à religiosidade, em que cada região fazia distinguir as suas respectivas deidades de eleição; proliferariam imagens que não deixavam de repetir atributos simbólicos recorrentes; havia uma mesma atitude que fazia exaltar determinados aspectos heróicos, fosse de deuses, fosse de indivíduos a quem se consagraram manifestações memoriais; e denotava-se, muitas vezes, alguma incipiência técnica, com a simples redução ao essencial das figurações, em pleno contraste, enfim, com outras realizações de maior elaboração, como o seria a metalurgia.

Define-se assim, em traços gerais, o que se pode considerar como **elementos de uma experiência estética arcaica**, de que sobreviveriam, para o futuro, alguns dos seus respectivos vestígios, exprimindo-se crenças e ideologias próprias, ou criando-se obras cujo carácter não poderia deixar de ser original na sua motivação bem autóctone.

Estando enraizadas nas tradições pré-históricas locais, as artes autóctones acabaram por legar sentidos «rusticidade» e o «arcaísmo formal» aos aspectos e reflexo de **sensibilidades duradouras**, que se conservou para além da conquista romana, o que se justificará pela hipótese de se utilizarem esses mesmos sentidos como **reafirmação da identidade cultural própria**, numa herança de uma longa duração.

a) A teoria das «duas civilizações» do território, segundo Orlando Ribeiro, e a sua expressão material.

Se as sociedades meridionais foram, segundo o que delas melhor se conhece, mais receptivas aos contactos civilizacionais, acolhendo os produtos de indústrias de luxo e ostentação, o **Castrejo** surge, talvez não muito surpreendentemente, como resultado de uma cultura que se apegou, mais do que tudo, à Natureza. Desde logo, portanto, a notória diferenciação dos usos materiais: a célebre dualidade entre a «**civilização do barro**» em contraste com a «**civilização do granito**», apontada por **Orlando Ribeiro**, e no meio da qual, na relação produtiva que ressalta da interacção entre as sociedades e o meio que as envolve, se traduziriam de forma concisa o sentido das particularidades a definir, respectivamente, para o Sul e para o Norte do país, e, aliás, de acordo com o eminente geógrafo, sempre notadas ao longo dos séculos de uma estruturação histórico-espacial [cf. RIBEIRO 1961: 87].

Contudo, era também certo que as populações do Noroeste não revelaram menor receptividade aos mesmos contactos civilizacionais que as sociedades do Sul.

Até que ponto, então, se terão estabelecido as diferenças? Tratar-se-ia tão só de uma diferenciação superficial, em que, para os mesmos propósitos (do **habitat** à lavra agrícola), muito simplesmente, apenas se vieram a usar materiais distintos? Ou até que ponto, como na actualidade, a diferenciação não se resumiria, também, à aplicação de diversas terminologias lexicais que, apesar dos contrastes linguísticos resultantes, vinham designar práticas idênticas, fossem as de trabalhos que eram comuns tanto ao Norte como ao Sul, fossem as dos gestos votivos que (igualmente apesar da devoção a várias entidades sagradas) nunca deixavam de repetir idênticas similitudes?

Tais questões, na verdade, estavam já pendentes desde os inícios do Séc. XX, no seu pendor etnológico (e ao serviço do qual se colocou inicialmente a Arqueologia, mesmo quando se tratava de abordar a própria Pré-História do território e seus sinais) ou tão só geográfico, marcando, a partir de então, todo um determinado percurso das investigações; o campo de respostas a estas interrogações nem sempre se preenchia, porém, com os dados mais satisfatórios.

O facto de o «**Castrejo**» ter sido preferido em especial quanto à relação com outros âmbitos culturais do território, ter-se-á devido, essencialmente, à sua homogeneidade geral, fácil de detectar na sua aparência e técnica, e que se estendia à própria dimensão territorial de implantação.

Não importava, quase, que se descobrissem «**castros**» ou «**oppida**» em áreas atribuíveis a outros povos, ou quanto a épocas bem anteriores (como no próprio Calcolítico). O «**Castrejo**» tornar-se-ia sinónimo de «**galaico-minhoto**»; mesmo em Trás-os-Montes, província inequivocamente integrada na área de influência e **facies** do designado «**Castrejo**», ou até abaixo do Douro, os «povos» eram outros, fossem os **Zoelae**, fossem os **Lusitanii**, apesar de se reconhecerem afinidades.

De qualquer maneira, se o Castrejo veio a ser tão marcante no âmbito das investigações sobre épocas e territórios culturais do passado, isso também se deveu, em grande parte, à própria **sobrevivência dos seus vestígios materiais**, que, a Norte, detinham um papel tão notável quanto, noutros contextos, e conforme o que se recapitulou já, os próprios vestígios romanos, enquanto testemunhos de um «**tempo glorioso**». Neste caso, o Noroeste castrejo assimilar-se-ia igualmente aos ideais de exaltação heróica invocadas pelas apologias das origens remotas da Nacionalidade; um tempo que seria, então, também, uma «**época heróica**», de «**resistência**».

Tomando-se o caso de Viriato, um eminente Lusitano, segundo o modelo de heroicização da figura (que remonta à própria Antiguidade clássica), dificilmente,

as histórias tecidas em seu redor e conducentes à valorização das suas capacidades como guerreiro e chefe se poderiam desligar, na verdade, desse fundo global, em que os 'cenários' proporcionados pela marca subsistente do Castrejo se adequavam, num mesmo âmbito de registos quase mitográficos.

Sendo, em suma, um perfeito exemplo do que teria sido **uma antiga «civilização da pedra»**, os vestígios castrejos revelaram-se abundantes, e, o que é significativo, quase sempre expostos à vista geral, ao longo dos séculos, permanecendo nos seus sítios, desde, pelo menos, os momentos teriam decorrido instâncias de abandono de antigos lugares de ocupação, até se tornarem em espécie de ruína selvagem.

Regredindo o seu aspecto até quase à forma original de matéria pura em que a intervenção do trabalho humano havia encontrado cada bloco, regressavam também à sua condição de elemento primevo, de obra de arte que volta a ser uma massa bruta, e, desprovida assim de artifício, por influência da passagem do tempo, voltavam a integrar-se na paisagem envolvente de cada aldeia, reforçando o seu respectivo ambiente de rusticidade, formando um novo chão para o avanço das plantas, moldando horizontes.

Prosseguindo Orlando Ribeiro no tema da **apreciação do Castrejo como uma «Civilização do granito»**, evocava precisamente uma definição de Carlos Teixeira, retirada de uma sua monografia *Alguns aspectos da geologia dos granitos no Norte de Portugal* [Porto, 1945], em que se dizia o seguinte: *tirem ao homem do noroeste peninsular este maravilhoso elemento [a pedra de granito] e será toda uma civilização que desaba* [in RIBEIRO 1961: 27].

Efectivamente, no Noroeste andava o *granito (...) ligado às velhas igrejas e mosteiros dos primeiros tempos da Reconquista (mesmo quando (...) refeitos), numa admirável plasticidade que tanto exprime a elegância sóbria e um tanto frustrado do românico rural como a exuberante e fria ornamentação barroca* [RIBEIRO 1961: 31-32].

No Sul, concretamente no Alentejo, na referência à «**Civilização do barro**», haviam de facto surgido outrora *as maiores necrópoles dolménicas*, precisamente feitas de materiais predominantemente graníticos. Aí mesmo, nessa parte do território português, estaria afinal a maior concentração, quer de mármore, quer de granito. Mas, a Sul, a preferência há-de conferir-se antes ao **xisto**, igualmente abundante e característico; e ainda que se suponha ter permanecido, no Sul, um mesmo fundo populacional, a influência de civilizações posteriores veio a revelar-se, enfim, a adopção das formas de arte da taipa ou do tijolo [RIBEIRO 1961: 17-20] ¹³⁴.

Um claro exemplo dessa preferência entre as sociedades meridionais revelar-se-ia, notoriamente, nas próprias **lápides epigrafadas com a escrita em «turdetânico»**, da Idade do Ferro, cujo material era, com efeito, o da **lavra do xisto**, e, assim mesmo, a esse conjunto veio a corresponder as colecções conhecidas de lajes de tal época [cf. atrás]. Se os materiais castrejos do Noroeste pertenciam, portanto, às técnicas da «Civilização do granito», os materiais do Sul, da Idade do Bronze à Idade do Ferro, indicavam claramente a área privilegiada dessa outra «civilização», onde desta feita se privilegiavam outros aproveitamentos, conforme o que se veio, efectivamente, a notar para as regiões que se consideraram situarem-se na área da «Civilização do barro».

¹³⁴ Notavelmente, no **Noroeste**, persistiria, pois, por contraposição, o **uso recorrente do material granítico**, desde a própria Pré-História. Noutras zonas da Europa atlântica, isso não sucederia; comentará ainda Orlando Robeiro que, dos recintos megalíticos da Bretanha restou a sua qualidade monumental, mas não papel algum como exemplo ou fonte de inspiração. Todas estas considerações entroncam-se, de alguma forma, com os pressupostos apresentados, ainda no Séc. XIX, por **Alexander von Humboldt (1769-1859)**, precursor da Geografia Humana, segundo o qual se adiantava que teria sido, precisamente, na **relação do Homem com a Natureza** que, em *civilizações avançadas*, a *apreensão subjectiva ou 'misteriosa' de uma ordem universal na natureza* tinha levada ao *desenvolvimento da arte*, bem como da *literatura*; assim o recapitula **Edmunds Bunkse**, num artigo publicado no Vol. 71 da *Geographical Review*, a respeito da **tradição estética associada ao Romantismo científico e ao Naturalismo** [BUNKSE 1981; cf. também SCHAMA 1995: 237-238].

Orlando Ribeiro, em *Geografia e Civilização*, expondo as suas definições quanto à comparação e especificidade das «**duas civilizações**», vinha então salientar a amplitude do modo como **tudo** o que se havia edificado com a clara intenção de dar **carácter perdurável** às realizações, tinha sido feito com **recurso à pedra**. A continuidade das **artes da pedra**, não sugeria, na verdade, senão uma persistência de populações nos mesmos espaços, com as suas preferências assim traduzidas num modelo cultural bem expressivo: o elemento humano, inserido num determinado meio natural, copiava a paisagem envolvente [cf. RIBEIRO 1961: 29].

b) Em torno do âmbito de persistências de carácter etnológico.

Enfim, das permanências associadas ao Castrejo não se limitavam estas apenas ao carácter material que caracterizava o sentido das realizações, dado que uma mesma subsistência residual, do sentido das manifestações antigas, assegurava-se pelas **memórias locais**, combinava o dado arqueológico com o que se tornava possível restituir através das perspectivas etnológicas.

Também o folclore teria, portanto, sobrevivido aos séculos, e uma mesma busca do Antigo não poderia desligar-se de vertentes simultâneas de abordagem.

Um contraste com a situação proporcionada pelos achados meridionais, cujo substracto original, pré-romano, se havia progressivamente apagado sob os efeitos dos avanços civilizacionais posteriores; de qualquer modo, o futuro encarregar-se-ia, ainda, de desfazer qualquer isolamento étnico.

Muito de acordo, aliás, com a própria lição de **Orlando Ribeiro**, no reflexo histórico da citada dualidade civilizacional do país, a Sul, os primeiros achados, bem como os costumes de outrora, haveriam de ficar confinados à sua qualidade de elemento preso a uma dada época, a uma determinada fase, de que não se conheceria continuidade. Os espaços reocupar-se-iam com outras estruturas físicas; as actividades, da agricultura à pesca ou à mineração e olaria, manter-se-

iam, claro, mas sempre em moldes de uma nítida transformação, que se repercutia nas suas respectivas formas.

Das **idades estabelecidas na Antiguidade**, de que algumas haveriam de ser refundadas pelos Romanos, desapareceria a sua configuração inicial, soterrando-se os seus muros e calçadas debaixo de outras arquitecturas: sinal, ao mesmo tempo, de que as populações permaneciam nos sítios desde sempre habitados. E quanto à **paisagem rural**, também os montes ou montados do Alentejo ou Alto Algarve seriam recorrentemente ocupados, reutilizando-se ora os esteios de dólmens que, entretanto, se transformavam em meros elementos de alicerce, soterrando-se as necrópoles debaixo dos plantios, sem que superstição alguma viesse a condicionar a obra humana; na verdade, era a própria localização dos espaços de enterramento que se perdia com os seus tesouros, ocasionando o seu esquecimento, ainda que esse obscurecimento não viesse a ser total, pois, de quando em vez, atrás de uma raiz de árvore soltava-se uma ossada, e até um dos tesouros antigos, e havia sempre, como é sabida, a lenda “dos Mouros” a indicar, em lugar de alguma narrativa memorial, algo de uma História oculta sob novas paisagens.

Foi a progressiva constatação de que houvera certas **manifestações que subsistiam residualmente na cultura local**, e às quais parecia, pois, corresponder o dinamismo subjacente de uma «força histórica» que não deixava de se assinalar desde longa data, o que motivou uma deliberada busca dos sentidos de continuidade, e impelindo os investigadores a transformarem-se em viajantes.

De novo, tomando-se os exemplos do Noroeste, à área da Cultura Castreja sobrepusera-se o conjunto expressivo do Românico; o mesmo material, a marca do mesmo ofício dos canteiros, uma mesma geografia de distribuição dos monumentos.

E, igualmente, a **recorrência de temas arcaicos e motivos decorativos**

que, no terreno, quase provocavam confusões na distinção entre o que era o distante legado do Castrejo ou o que pertencia à mais recente lavra dos artistas medievais.

Não seriam, claro está, manifestações exactamente iguais entre si; porém, em cada bloco, as formas assemelhar-se-iam, quase como cópias de idênticos modelos, oferecendo, pois, na escultura decorativa das igrejas, o regresso de uma aplicação dos padrões da velha geometria ou da inspiração vegetal, de gosto abstracto, e intencionalmente expressiva do que seria uma sensibilidade lírica diante da contemplação da Natureza, que talvez fossem correspondentes ao mesmo universo do **Castrejo**, tornando-se indissociável da componente patrimonial que caracterizava um determinado espaço.

Foi **Joaquim de Vasconcelos (1848-1936)**, quem, nomeadamente, assinalou, ao sistematizar pela primeira vez o Românico português, a importância dos **antecedentes estilísticos pré- e proto-históricos** dos programas decorativos da arte medieval, interessando-o ainda a consideração do «**espírito popular**» subjacente a esse mesmo vocabulário formal ressurgente (e que o motivaria, aliás, não apenas a observar hábitos e costumes, como a coleccionar objectos etnográficos, e a insistir com particular apelo para que os temas da etnografia viessem a integrar-se numa renovação do sistema de ensino artístico [cf. FRANÇA 1971 (1981): 253]).

Notava **Joaquim de Vasconcelos** que a **cantaria castreja** era já um suporte de soluções decorativas que, bastante depois, ainda se reconheceriam como idênticas ao que, no seu próprio tempo, se usavam no trabalho do **artesanato local de Entre-Douro e Minho**, fosse nas peças de madeira lavrada ou em alfaias rústicas.

Conforme afirmou, pois, nas suas **Conferências de 1914**, as «*imemorais formas antigas*» prolongavam-se visivelmente *na admirável e variadíssima decoração dos nossos jugos (...) e nos artefactos ceramicos (...)* [que] são

traduções em madeira mais ou menos fiéis de decorações românicas em pedra [VASCONCELOS 1918 (1992): 21-22].

Era assim notório o modo como **idênticos vocábulos formais, de origem antiga, se adequavam à linguagem artística de cada época posterior**, repetindo-se quase numa mesma condição funcional, ou até mesmo simbólica, configurando-se numa determinada tradição, e em idêntica subordinação do ornamento em relação à estrutura.

Esta mesma atenção à coincidência de usos de uma mesma linguagem decorativa seria retomada **Artur Nobre de Gusmão**, em 1951, no seu estudo sobre o *Românico Português do Noroeste*. Aqui, procedia-se à comparação crítica de motivos e da sua respectiva distribuição estrutural, enquanto se reavaliava as próprias observações dos investigadores anteriores. Parecia, pois, certo que a **Arte Medieval repetia o uso dos mesmos materiais e a mesma circulação de antigos motivos célticos**, na presença de um recorrente espírito estético ¹³⁵.

Do que, porém, fica por explicar, é o **trânsito de tais motivos ou padrões**; teria sido suficiente, durante a Antiguidade e inícios da Idade Média, a proximidade dos recintos castrejos para o rasgo de inspiração dos escultores do Românico? Que formas visuais, que outros retornos, não se teriam sucedido com a inauguração das próprias rotas dos livros iluminados, de filiação céltico-irlandesa, para que esta ressurgência imagética pudesse assim decorrer de moldes tão flagrantes? Ou tratar-se-ia somente de uma simples herança, tradicional, conservada através de séculos por artesãos hábeis?

Algo aparecia, de qualquer forma, como profundamente enraizado nessa geografia.

Com o Romantismo, a apologia do «natural» traria todas as atenções

¹³⁵ A **persistência de um *abstracto primitivo* tornava-se, então**, um dos modos de explicar o próprio carácter autóctone das artes no Noroeste em tempos medievais [cf. GUSMÃO 1961 (1992): 33-54].

possíveis para o próprio **protagonismo do espaço**, que, pois, adquiria não apenas a sua **história**, como a sua própria **estética**, sendo também entendida a «**paisagem**» um produto da passagem do tempo; neste caso, o uso constante do **granito**, no Noroeste, marcava sempre a expressão das manifestações desse processo, em coincidência, mas também diferença, quanto ao uso do **xisto** em áreas do interior meridional.

c) O sentido perdurável dos misticismos.

De qualquer maneira, às **pedras** reservava-se igualmente uma outra funcionalidade que não apenas a utilização tecnológica. No paganismo, as devoções, crenças e superstições, como o **culto às fragas ou aos penedos**, cenários para determinados episódios do misterioso ou pretexto para explicações quanto à intervenção do sobrenatural, segundo as tradições locais, conferiam, pois, uma importância simbólica em torno das pedras, no seu papel presencial; algo que sobrevivia também da Pré-história.

Se as tradições ligadas às artes se transmitiram ao longo dos tempos, também o mesmo decorreria com as **tradições da cultura oral ou das atitudes supersticiosas e rituais**, corporizadas em práticas ainda correntes, afinal, entre o que também persistia no domínio das vivências locais.

Segundo **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**, que abordou o assunto no seu artigo «Paganismo: sua sobrevivência no Ocidente peninsular», as **crenças tradicionais**, sendo obviamente **testemunhos do presente**, não deixavam também de ser **resíduos de grande antiguidade**, em referência a gestos cuja origem remontava à Antiguidade; abordava-se, pois, neste trabalho, o que subsistira das atitudes referentes à Cultura Castreja, entre uma paisagem de aldeias situadas ao pé de rios e montes, numa mesma geografia que assistira já a outras história do passado [cf. FERREIRA DE ALMEIDA 1974: 17-18, n/ destaque;

e também ALVES 1982: 135].

Ao longo dos tempos, com efeito, há-de notar-se sempre o **vigor resistente de símbolos**.

Em toda a atenção dedicada ao conhecimento desse fundo antigo, em que as atitudes dos povos terão tido o seu cerne primordial, a restituição dos seus próprios sinais culturais não apenas se poderia aferir da comparação entre o dado arqueológico e o dado etnográfico, como se salientavam os usos materiais e discursos ainda vivos, que conduziam ao levantamento das crenças de uma sabedoria popular ainda em pleno processo de manifestação e de afirmação recorrente.

Subsistira a crença na força mágica dos elementos naturais, em resíduo dos sentidos animistas, tal como viera a sobreviver a própria crença no poder dos amuletos, como realização de intenção idoliforme, tal como desde sempre haviam sido fabricados; o rito acompanhava, assim, a própria antiguidade das sensibilidades locais.

E volta-se a lembrar a **condenação e denúncias de S. Martinho de Dume**, ao tentar doutrinar as populações, contra os resquícios da velha religiosidade. Isto, quando, no espaço galaico-minhoto, o antigo território do Castrejo, era então o **Reino dos Suevos**; mesmo apesar da duração efémera deste mesmo Reino, não deixava de se confirmar que a persistência dos aspectos essenciais de uma dada cultura é, quase sempre, o aspecto mais árduo de contornar ou alterar [cf. ALVES, id., ibid.; FERREIRA DE ALMEIDA, op. cit.; MACIEL 1980].

Entretanto, quanto às manifestações indissociáveis desse fundo de atitudes, já **Luís Chaves**, em inícios do Séc. XX, tratando dos «**Ex-votos' esculpturados do Museu Etnológico Português**», notava precisamente que o sentido dessas mesmas peças, entretanto recolhidas de entre os mais diversos achados, e classificadas desde logo como legados de um âmbito das atitudes votivas, como

exemplo de uma «continuidade» que acentuava, talvez contra qualquer determinismo histórico, a **acentuada perdurabilidade e insistência da afirmação dos valores de uma identidade cultural e estética**, aferível ao conjunto de manifestações de uma dada população, **em ligação a práticas ancestrais** [CHAVES 1914 a: 290-ss.].

Quanto às diversas formas, assim comentava que, com efeito, *pelos séculos fora*, [fora principalmente] **o ex-voto zoomórfico** [o que mais] *perdurou até hoje (...), desde que se prolongou a mesma crença das curas milagrosas. E se antigamente eram com preferência de pedra e de bronze, hoje são especialmente de madeira ou de cera (...), aparecendo todavia algumas de prata, como declaração de meios de fortuna e receio de desproporcionalidade de oferenda* [CHAVES 1914 a: 293; n/ destaque].

Em sentido genérico, **Luís Chaves** tentava proceder a uma primeira classificação tipológica, na qual diversos objectos eram reunidos sob uma determinada intencionalidade, que seria, assim, possível de reconhecer diacronicamente através dos séculos, tratasse-se de diferentes tempos ou delimitações territoriais separadas entre si; em termos subjacentes, tudo se ficaria, então, a dever a um mesmo impulso criativo, atestando-se em continuidade, fosse o caso da época em que se fabricavam as peças castrejas ou o caso das mais recentes figurações de santos cristãos [cf. CHAVES 1914 a: 300].

Onde se poderia, portanto, estabelecer a linha de separação entre passado e presente, quando se entendia que era única e una a experiência espiritual que, deste modo, assim se manifestava?

Bem se entrevê, aqui, o resultado directo das premissas epistemológicas estabelecidas pelo **projecto inicial de Leite de Vasconcelos**, e no qual Luís Chaves veio a ser um dos elementos integrantes, quanto à sua maneira de entender a manifestação inerente aos artefactos que eram progressivamente resgatados ao seu meio, tratasse-se de objectos recolhidos em contextos

arqueológicos ou peças que se integravam nos aparatos populares locais.



Enfim, tal como se reafirmaria em outro das obras de Orlando Ribeiro, em *Introduções Geográficas à História de Portugal*, bem se vinha apontar, afinal de contas, deste um certo momento da Antiguidade, a indubitável **tendência para a individualização do Ocidente peninsular**; dos sinais concretos, alguns exemplos eram, com efeito, remontáveis ao tempo *anterior à época romana*, tendo constituído também o que *lhe sobreviveu* [RIBEIRO 1977: 87].

De qualquer forma, avançava-se uma ressalva cautelosa contra algum evidente exagero, dado ser obviamente *abusivo sugerir uma correlação entre dados separados por milénios de modificações históricas profundas, como a expansão céltica, a conquista romana e as invasões bárbaras* [RIBEIRO, op. cit.: 87].

Mas era essa mesma «permanência» o tema ao qual tantos estudiosos não deixariam de regressar, assumidamente ou não, na procura dos elementos especiais que compunham uma identidade irrecusável do Ocidente peninsular, que se teria, talvez, acentuado a Norte, apesar do fundo civilizacional que se compartilhava com restantes regiões.

3. 2. A herança das primeiras explorações modernas no espaço Castrejo.

Alcançando o estudo da Pré-História, na segunda metade do Séc. XIX, um momento de especial auge e atenções no incremento da actividade arqueológica, as explorações que se vieram a desenvolver no território da Cultura Castreja não deixariam, enfim, de desencadear o seu particular impacto quanto às abordagens de fases antigas. De certa forma, dado que do Castrejo somente subsistiam os materiais, e tendo em atenção que o 'triumfo' da Pré-História como objecto do conhecimento, precisamente, o campo dos testemunhos materiais e visuais, também a Cultura Castreja merecia, então, um despoletar de interesses bem adequados ao sentido das pesquisas das designadas «sociedades sem escrita».

a) O protagonismo inicial de Martins Sarmento.

A primazia do arranque dos trabalhos arqueológicos em torno da Cultura Castreja, coube, como é sabido a **Francisco Martins Sarmento**. As razões por detrás deste pioneirismo saldaram-se por ser, essencialmente de natureza pessoal: ao interesse diletante suceder-se-ia a sua própria vocação como investigador; possuía uma educação superior, tendo-se licenciado em Direito; e granjeava de uma confortável fortuna de família, que aplicou no subsídio dos seus futuros trabalhos. Tivera, na verdade, uma profunda formação cultural e literária que lhe fomentou o interesse particular pela História, assumindo-se, assim, como uma figura de percurso quase paralelo ao de José Leite de Vasconcelos, também oriundo do Norte.

Além do mais, sendo natural de Guimarães, Martins Sarmento herdaria a casa paterna, e sua respectiva propriedade, situada junto ao Monte de S. Romão onde estavam os antigos vestígios do **Castro de Briteiros**, dos quais, de resto,

havia já registo desde o Renascimento.

Apesar disso, foi somente com **Martins Sarmento** que, pela primeira vez, se procederia à pesquisa do recinto; aproveitou, enfim, o investigador, o facto de estar o Castro dentro da sua propriedade familiar. De resto, com a sua fortuna, não só pode efectuar os seus trabalhos sem outros constrangimentos, e que lhe permitiriam igualmente adquirir outros lugares, onde se sabiam existir outros notáveis vestígios, cuja gestão ficaria depois a cargo da sociedade arqueológica que teria o seu nome, e criada, conforme referido, em 1882.

Em suma, segundo a própria caracterização que **Mário Cardoso** fez, no *Dicionário de História de Portugal*, da **personalidade e actividade de Martins Sarmento**, realça-se, portanto, que *abastado de meios de fortuna, que herdara de seus pais, [Sarmento] nunca fez uso profissional da sua formatura, que lhe serviu apenas como preparação intelectual para o desenvolvimento de conhecimentos humanísticos e de cultura geral* [CARDOSO 1971 (1981) f: 496].

No reforço do conhecimento da **homogeneidade civilizacional** das populações castrejas galaico-lusitanas, de um lado e outro do rio Minho, a que corresponderia, na verdade, durante muito tempo mais, uma única circunscrição histórico-cultural, de um ponto de vista apologético, e de acordo com a idealização heróica com que se apresentavam os primitivos habitantes do Ocidente peninsular, a exploração do Castrejo, afinal sempre presente nas suas ruínas, veio trazer, de modo irrefutável, a **comprovação de uma antiga ocupação do país que se identificava com o ensejo de encontrar um dos cernes iniciais dos aspectos mais directamente associáveis ao sentido geral do «espírito» ou do «povo português».**

Martins Sarmento, não fugia é certo ao mesmo fôlego em que se exaltavam alguns dos apelos do sentido do Nacionalismo, apresentado como tendo as suas raízes no passado antigo, porque a sua época a isso era propícia. Mas não deixaria, na verdade, de procurar, conforme o atrás recapitulado, uma conciliação

entre o estudo das fontes antigas e o que se trazia de novo com o impulso das descobertas arqueológicas.

b) As campanhas em Briteiros.

A **exploração de Briteiros** remontaria a **1875**, e durante os anos seguintes, o resultado saldou-se pela **abundante recolha de materiais**: vestígios cerâmicos, metalúrgicos, inscrições, esculturas e elementos de decoração arquitectónica, cujo espólio veio a formar a **base das colecções da Sociedade Martins Sarmento**. Ao mesmo tempo, **Martins Sarmento** iniciava igualmente a sua actividade de escritor, fornecendo-lhe o **Castro de Briteiros** o necessário âmbito referencial para o seu próprio entendimento da Antiguidade e, de resto, não muito depois, produziria a sua própria versão traduzida e comentada da *Ora maritima* aviénica.

Briteiros revelar-se-ia como um recinto que denotou ter mantido **aspectos profundamente autóctones**: a sua **configuração urbanística e construtiva**, composta por casas de planta circular e modos rústicos de edificação em pedra; e também os diversos aspectos formais que, nomeadamente, se referiam à **decoração arquitectónica, de traços geometrizantes, em modelos que se repetiam, seja na cantaria, seja na cerâmica de realização local**. A própria **epigrafia**, mesmo posterior à conquista romana, atestava uma escrita rudimentar e uso reduzido das fórmulas latinas mais correntes, atestando ainda a proliferação da antropónimos primitivos.

Mas, em termos sucintos, ao lado de tais manifestações, no que se poderia designar como o «**Castrejo-antigo**» surgiam também amplos sinais aferíveis ao período do «**Castrejo-romano**»:

- **moedas republicanas; fibulas itálicas;**

levadas da exploração de outros castros do Noroeste, como de outra proveniência.

c) O exemplo dos balneários castrejos e sua decoração.

A «**Pedra Formosa**» é, na verdade, um dos exemplos mais marcantes do que se veio a definir como a Arte Castreja. A sua contextualização arqueológica e funcional, de resto, está presentemente estabelecida, sabendo-se que pertencia à tipologia das placas, feitas em pedra, destinadas à frontaria das estruturas, de função comunitária, ainda que, durante muito tempo, vingasse a sua explicação como monumentos funerários, mas que se vieram a identificar definitivamente como «balneários», não deixando, enfim, de ser pouco compreensível o longo tempo que durou o estabelecimento desta conclusão decisiva, somente consagrada muito recentemente [cf. FERREIRA DA SILVA 1986 a].

Havia, de facto, o esclarecimento dos «**hábitos dos Lusitanos**», segundo o descrito por **Estrabão** na sua *Geografia*. Dizia-se aí que os *Lusitanos*, especialmente os que *habitavam a região do rio Douro*, lavando-se em água fria, tomavam também banhos de vapor em água aquecida por pedras incandescentes; é de realçar que, aqui, a referência aos **Lusitanos**, num sentido abrangente, confunde-se com a própria alusão aos povos Galaico-minhotos, tal como se se tratasse de um mesmo fundo étnico, embora subdividido em circunscrições tribais. Na verdade, a manifestação dos balneários castrejos, ainda que pudesse alargar-se à região duriense, onde estava a linha divisória entre a **Callaecia** e a **Lusitânia**, é essencialmente uma característica do Noroeste ¹³⁶.

Assim mesmo se definiria, então, a natureza das estruturas franqueadas

¹³⁶ Ενιους δε των προσοικου; των τω Δουριω ποταμω λακωνικως διαγειν φασιν, αλειπτηπιους χπωμενους δις και πυριαις εκ λιθων διαπυρων, ψυχρολουτπουντας και μονοτροφουντας καθαπειως και λιθως [ESTRABÃO: III, 3, 6].

pelas sucessivas «pedras formosas» de que veio a haver registo, e que são um elemento bem típico da área de influência castreja.

No seu estudo sobre *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, **Armando Coelho Ferreira da Silva**, considerando-se estes mesmos balneários, comentava, pois, as suas características: *se a planta e estrutura dos monumentos põem objecções óbvias a um funcionamento de carácter utilitário (...), comporta, por outro lado, todos os elementos necessários para a realização de banhos (...)* conforme referido em *Estrabão*, **se bem interpretado** [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 59; n/ destaque].

A assinalar, da sua pressuposta cronologia, também avançada, que os elementos estruturais indispensáveis a tais monumentos, na sua função como «estruturas de banhos», não poderiam deixar de se oferecer a um flagrante paralelismo com as próprias estruturas balneárias dos Romanos, que, deste sempre, apesar da própria afirmação da arqueologia clássica em Portugal, sempre foi como que teimosamente resistente a tomar-se como um devido tema de estudo comparativo.

Mas a tipologia particular destas edificações, de que o **monumento de Briteiros** foi, efectivamente, dos primeiros a ser descobertos e estudados, tornava-os, de qualquer forma, **dos monumentos pré-romanos mais curiosos**; o grupo de estruturas conhecidas, completar-se-ia, entretanto, com os achados posteriores, em toda a área da **Cultura Castreja**, do **Minho**, com os «monumentos» dos **Castros de Sabroso (Guimarães)**, de **Galegos (Barcelos)**, ou de **Vermoim (Vila Nova de Famalicão)**; ou, da **Galiza**, a estrutura mais recentemente descoberta de **Santa Maria de Augas Santas (Ourense)**, e, já nas **Astúrias**, as estruturas de **Coaña** e de **Pendía**. Enfim, *ruínas* que estavam todas *situadas na região do Noroeste*, como realizações recorrentes de um mesmo espaço civilizacional [cf. CARDOSO 1971 (1981) a: 384; n/ destaque].

- os primeiros exemplos no território da **cerâmica (então chamada) de barro saguntino**;
- o **vidro**.

Alguns destes últimos materiais seriam, efectivamente, anteriores à Romanização; sinal do modo como o Noroeste se mantinha como ponto de chegada das vias de importação, em que os materiais romanos começaram agora a ser os «artefactos exóticos» mais procurados. A Romanização da **Callaecia** fora, de qualquer modo, tardia, tal como até tempos avançados duraria a própria ocupação dos Castros. De qualquer modo, parecia evidente que **Briteiros** fora, de facto, um **oppidum** plenamente romanizado [cf. CARDOSO 1971 (1981) a: 383-385].

Mas, mesmo em épocas castrejo-romanas, os monumentos e exemplos plásticos manteriam formas características, destacando-se, pois, ainda do tempo de **Martins Sarmento**, a sucessiva descoberta dos exemplos mais emblemáticos dessa antiga Cultura.

A saber, ainda **em 1897**, de entre os achados de **Briteiros**, o aparecimento da designada «**Pedra Formosa**» local, que era uma portada profusamente decorada com lavra esculpida sobre a sua superfície, que antecedia a estrutura cuja interpretação ainda então se hesitava entre a consideração de ser ou um «crematório», ou um «balneário»; peça que, depois, seria levada para o Museu de Guimarães.

Em campanhas posteriores, também em **Briteiros**, salientar-se-ia, por sua vez, o achado, **em 1937**, de um **par de arrecadas de ouro**, com trabalho de filigrana, onde se reconheciam os mesmos temas típicos da decoração castreja. Nessa mesma década de 1930, constituía-se, então, a **Colecção dos Tesouros (ourivesaria e joalheria) do Museu de Arqueologia e Etnologia**, que reuniria os exemplos mais eminentes das antigas artes e técnicas do território, entre peças



Dos balneários castrejos, distinguiam-se, pois, as **frontarias**, cada qual com a sua respectiva «Pedra Formosa», mais ou menos trabalhada consoante os sítios. Um trabalho de acentuado decorativismo, com a **gramática ornamental de temas já habituais para a tradição local**, associada, quer seja à cantaria, quer à cerâmica e, inclusivamente, à metalurgia. Padrões **geométricos, abstracizantes**, quase **filigrana aplicada sobre pedra** (tal como se se tratassem de exemplos em miniatura do próprio trabalho do **obradoiro galego**).

Esta organização decorativa teria um tratamento destacado, em meados do Séc. XX, como objecto dos estudos sistematizadores da obra de **Florentino López Cuevillas**, *La Civilización Céltica en Galicia* [LÓPEZ CUEVILLAS 1953].

De resto, o **decorativismo castrejo**, como linguagem visual expressiva do **Noroeste antigo**, seria também abordado com especial atenção em publicações posteriores, como os de **Armando Coelho Ferreira da Silva** [cf. FERREIRA DA SILVA 1986: 63-ss.], **Maria de Fátima Matos Silva** (que estudou particularmente a plástica das realizações castrejas ao longo de três estudos, publicados na *Revista de Ciências Históricas*, do Porto) [MATOS SILVA 1986, 1987 e 1988], além do recentíssimo inventário de **Francisco Calo Lourido**, suporte da sua tese, intitulada de *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa* [CALO LOURIDO 1994].

As amplas colecções de blocos lavrados, que correspondiam ou a elementos recolhidos **in situ** ou a peças avulsas e achados descontextualizados, parte entretanto indispensável dos diversos museus regionais do Norte e Galiza (em **Guimarães, Ourense** ou **Pontevedra**, por exemplo), era, aliás, o que se oferecia como registo mais comum das recolhas superficiais desde longa data.

Suscitavam, obviamente, atenções curiosas e não deixavam de se assumir como exemplos emblemáticos da velha Civilização Castreja, ao nível da sua

imagética mais marcante: **símbolos geométricos, linhas, meandros, círculos ou signos solares.**

E, logo no início do seu processo de estudos e hipóteses de interpretação para o seu respectivo significado, também o repertório decorativo do Castrejo, posto em destaque ao lado do tipo próprio de aparelhamentos construtivos dos recintos, veio a suscitar, precisamente, os **entusiasmos perante a plausível «influência micénica»**, que tanto empolgou, enfim, o próprio Martins Sarmento, quanto às perspectivas em torno das origens do Castrejo; na verdade, um tal repertório não deixa de fazer ecoar algo que era igualmente reconhecido no decorativismo das realizações helénicas de Época Arcaica (Sécs. VIII-VI a.C.), as quais, na sua formulação posterior, não deixou de ser, afinal, copiado pelas sociedades da Europa Central que recebiam artefactos importados- e este facto parecia sugerir, com efeito, evidências da chegada de povos, fossem os de proveniência continental, fossem, eventualmente, em tempos ainda mais antigos, os que poderiam ter vindo do próprio Mediterrâneo [cf. SARMENTO 1903].

Mas é um facto que a organização decorativa do Castrejo, podendo ser entendida como um resultado de **influências exteriores** sem que isso signifique necessariamente uma migração, também não deixa de se relacionar com a própria **tradição dos repertórios pré-históricos**, na sua organização formal como na abundância de geometrismos. Essa mesma persistência, nomeadamente, assinalar-se-ia para as estruturas de balneários, a certa altura definidos, não sem pertinência, como **reminiscência das construções megalíticas**, na sua **disposição semi-subterrânea** e na articulação entre espaços definidos, de «**ante-câmara**» e «**câmara**», conforme o notaria, desta vez acertadamente, Mário Cardoso [CARDOSO 1971 (1981) a: 383; n/ destaque].

No âmbito das suas explorações, aliás, seria o próprio Martins Sarmento a deixar registo da proliferação de **vestígios pré-históricos na envolvência das paisagens castrejas**, conforme também lhe foi possível observar, e entrever um

período de épocas de ocupação humana que se assinalaria desde alguns milénios antes, restando artefactos, estruturas megalíticas, bem como exemplos de uma arte de gravuras rupestres, e tal como se descobria e reconheceria, enfim, nas proximidades de Briteiros. Demarcava-se, pois, um ambiente de presenças muito anteriores que só reforçariam o sentido de permanência dos enraizamentos, que se procuravam apreender na sua originalidade [cf. CARDOSO 1971 (1981) a: 384].

**d) As explorações em Sabroso:
De Sarmento à intervenção de Christopher Hawkes.**

A **actividade arqueológica de Martins Sarmento** prolongar-se-ia por outros castros: caso da **Cidade de Âncora (Viana do Castelo)**, onde esteve, também, por volta de **1880**. Foi precisamente após essa sua visita que o sítio receberia o nome de «**Âncora**», dado que, até então, era conhecido como a «**Cidade de Afife**» (segundo se veio a explicar, *como Sarmento subiu a ele pelo caminho mais habitual, desde Âncora, deu-lhe esse nome, que seria o que fez fortuna na literatura arqueológica* [cf. recapitulação, in CALO LOURIDO 1994: 70; n/ destaque]).

Entretanto, por volta de **1878**, **Martins Sarmento** tinha iniciado as campanhas no Castro, também localizado nas **vizinhanças de Briteiros**, que era o de **Sabroso**, situado sobre um monte sobranceiro ao Rio Ave, e publicando-se, nesse mesmo ano, ao Vol. I da revista *Renascença*, a respectiva notícia das actividades aí realizadas. Sendo este Castro de dimensões mais reduzidas que o recinto de **Briteiros**, podiam ambos os sítios ser postos em confronto e comparação dentro da definição do Castrejo.

Em **Sabroso**, de qualquer forma, pareciam abundar as tipologias de materiais autóctones, que surgiam de modo mais acentuado. Repetia-se, desde logo, o **mesmo tipo de ocupação construtiva** que em Briteiros, inventariando-se

também aí casas de idêntica planta circular, agrupadas e protegidas por uma fortificação. Mas também haveria, ainda, a par, os **mesmos vestígios de Romano**: *terra sigillata*, inscrições e moedas da República; mas a abundância tão destacada dos materiais locais fazia pensar que correspondera **Sabroso** a um recinto abandonado mais precocemente, talvez na própria ocasião das campanhas galaicas de Décimo Júnio Bruto, em 137 a.C. (e sugerindo-se, até, que, nessa mesma ocasião, os habitantes de castro vizinho ter-se-iam aí refugiado, que talvez possuísse estruturas defensivas ser mais eficazes, regressando depois a Briteiros e levando consigo os habitantes de Sabroso).

Enfim, pela particularidade que se notava nas formas construtivas ou decorativas de **Sabroso**, chegar-se-ia a propor que correspondera, então, o recinto, bem como os seus vestígios, aferíveis a uma fase precisa, ao **momento de auge do Castrejo** [cf. CARDOSO 1971 (1981) e: 403].

Estabelecidas estas primeiras ideias sobre a caracterização geral do Castrejo, aos primeiros trabalhos de Sarmento seguir-se-ia, porém, um grande lapso de tempo até se voltar ao estudo dos mesmos sítios. **Briteiros, Sabroso**, bem como com a **Cidade de Âncora**, todos inicialmente pesquisados por Sarmento, seriam somente revisitados em **finais da década de 1950**, pelas equipas dirigidas por **Christopher Hawkes**, e a que se sucederiam novas intervenções, **por volta de 1960**, com direcção de **Abel Viana**, das quais deixaria notícia no volume da revista *Conimbriga*, correspondente ao ano de 1960-1961.

Dos **trabalhos de Hawkes**, eminente Professor da Universidade de Oxford, salientar-se-ia, portanto, em primeiro lugar, a sua própria passagem por **Sabroso**, em 1958, a que se seguiria, no ano seguinte, a visita aos **Castros de Cameixa**, (este na Galiza) e aos **Castros de Âncora e do Cútero**, de novo no Minho. Para isso, houve que solicitar uma autorização especial do Estado, através do Ministério da Educação Nacional, que apresentou a condição de haver participantes portugueses nas referidas equipas, e, também, a obrigação final de se entregar os

espólios resgatados pelo arqueólogo britânico ao cuidado das instituições portuguesas. Um dos acompanhantes veio a ser **Mário Cardoso**, não apenas responsável pelo recinto de Briteiros, como, também, representante do **Museu da Sociedade Martins Sarmiento**.

Destas pesquisas, quanto aos materiais recolhidos pela equipa de **Christopher Hawkes** no **Castro de Âncora**, salientar-se-ia *un pendiente de sanguesuga, unha conta de vidro azul, unha moeda romana inclasificable, moita cerámica castrexa e 14 pedras talladas, algunhas con decoración (...)*. [Destes vestígios, alguns] *foron depositadas no museo de Viana do Castelo*» [CALO LOURIDO 1994: 70; n/ destaque].

A **vinda de Hawkes**, no que corresponderia, em termos de importância, a uma sequência no processo de estudo do Castrejo, traduziu-se obviamente numa abordagem de perspetivação completamente diferenciada quanto à que fazia então escola nos meios da Arqueologia portuguesa.

O impacto detido pelas suas prospecções, mereceu, pois, uma receptividade de termos ambíguos ¹³⁷.

Destaca-se que **Mário Cardoso**, na sua qualidade de investigador do Castrejo e como um dos continuadores do trabalho de **Martins Sarmiento**, entre a sua própria função como elemento de ligação da equipa inglesa com o Estado português, deixou igualmente os seus próprios relatórios quanto à sua participação nas campanhas, ao lado de Christopher Hawkes, **entre 1958 e 1959**, que seriam

¹³⁷ **Abel Viana**, nos registos da sua **intervenção em Âncora**, pouco depois da estadia de Hawkes, notaria, em concreto, algo da importância dos abundantes materiais cerâmicos do mesmo lugar, entre vestígios do Castrejo e do Romano. Voltando a remexer nos fragmentos entulhados deixados pela outra equipa, contudo, segundo afirmou, teria aí recuperado alguns restos, a propósito dos quais, numa atitude que seria, na verdade, incompreensível, **terá feito constar que Hawkes, deliberadamente, não lhes tinha concedido a devida atenção**; adiantaria, em seguida, de qualquer forma, que, das possíveis conclusões pertinentes quanto às **cronologias finais da ocupação de Âncora**, estender-se-iam estas até ao Séc. V d.C., como de facto assim terá sucedido [cf. CALO LOURIDO 1994: 70-71; 78, nota].

publicados nos Vols. 68 e 69 da *Revista de Guimarães*; aqui terá evidenciado uma atitude de neutralidade simpática quanto a esta pontual colaboração internacional [cf. a respectiva resenha, in CARDOSO 1971 (1981) e].

Sucedo que, após estudar o recinto de **Sabroso, Christopher Hawkes** adiantou conclusões que, com efeito, contrariavam o que eram as ideias estabelecidas e respeitadas desde o momento dos trabalhos pioneiros de Martins Sarmiento.

As principais novidades respeitavam, essencialmente, **a revisão do que se considerava ser, até então, o balizamento cronológico da evolução da Cultura Castreja.**

Não se tendo negado a inequívoca originalidade dessa mesma área cultural, passava-se, no entanto, a considerar um outro **terminus** temporal, sobre o qual se teria desenvolvido e afirmado o Castrejo.

A equipa de Hawkes avaliara, então, as **várias fases da edificação dos amuralhamentos**. Abordando os vestígios que iam de estratigrafias correspondentes à passagem do «**Castrejo-antigo**» para o «**Castrejo pleno**», estimada para os **Sécs. IV-III a.C.** (e que nunca deixou de se tentar associar a uma eventual «chegada céltica»), vieram a notar-se vestígios de **cerâmica manual de tipologias post-hallstáticas**, sendo que, dos mais recentes, se calculou um âmbito cronológico para os **Sécs. II-I a.C.**. Concluía-se, assim, que **Sabroso** não teria sido afinal abandonado durante a Romanização, conforme o que se havia pensado.

As cronologias estariam, pois, demarcadas pelas seguintes características:

- a evidência da **aplicação do aparelho poligonal**, que, muito embora fosse um dos elementos mais característicos do aparato ciclópico dos recintos castrejos, seria então uma manifestação impensável fora do

contexto das influências romanas;

- ou a **proliferação de cerâmica de torno**, que era, também , uma clara herança tardia, devendo-se, do mesmo modo, somente à Romanização .

Em **1970**, dirigindo-se, em Coimbra, ao **II Congresso Nacional de Arqueologia**, e resumindo dos seus trabalhos de 1958-1959, voltava **Hawkes** a reafirmar o que lhe pareciam ser todas estas evidências bem fundamentadas. No essencial, enfim, o que se sugeria era, efectivamente, **um entendimento das manifestações mais expressivas do Castrejo como coincidentes com o estabelecimento do domínio romano**. Não apenas teriam subsistido, assim, as tradições, que de modo nenhum haviam desaparecido com a Romanização, como, antes pelo contrário, se tinham prolongado até bem depois, e adquirido uma nova pujança.

Portanto, aferia-se que, na verdade, o **«auge» da Cultura Castreja** parecia ter-se sucedido **já depois da integração no Império Romano**.

Uma tal reavaliação haveria de repercutir-se nas estimativas de atribuição cronológica para determinados achados, nomeadamente quanto às peças de natureza artística, das **«Pedras Formosas»** aos mais diversos resultados plásticos, como o caso da escultura castreja, cuja realização seria então, muito inesperadamente, bem avançada no tempo, ainda que não deixasse de evidenciar vincadas marcas tradicionais e de pendor arcaizante [cf. HAWKES 1971: 283-ss.].

**e) Em torno dos contactos de Martins Sarmento e Emile Hübner:
Um reflexo dinâmico da perspectiva de pesquisas.**

Ao protagonismo detido pela emergente institucionalização das pesquisas sobre o Castrejo, não deixariam de se associar outras importantes ocorrências. Desde já, a própria celebridade dos trabalhos de Sarmento adquiriam uma actualidade digna de assinalar, e que ofuscava, até, a própria recepção a outras novidades de pendor internacional.

O **estudo da Pré-história nacional**, conforme o descrito atrás, exercia também o seu fascínio, e os estudiosos portugueses centravam-se, assim, no seu próprio entusiasmo quanto à recuperação de elementos de esclarecimento em referência aos tempos mais recuados das origens de ocupação humana do território e suas respectivas manifestações.

O **impacto da descoberta dos recintos Castrejos** foi, evidentemente, uma adição mais a este clima de gáudio científico, pelas marcas notáveis que se alcançavam em termos científicos. Daí, também, o momento de glória correspondente ao **Congresso Internacional de 1880**.

De qualquer forma, a quebrar este isolamento triunfante, havia, evidentemente, a destacar a atenção dos próprios meios internacionais, e de outros investigadores, quanto ao que se ia sucedendo na Península Ibérica.

É neste contexto que se assinala, pois, a intervenção de um dos mais eminentes estudiosos alemães, **Emile Hübner**, que, apesar da sua postura discreta, era um pertinaz investigador e, de fora, conseguiria publicitar e apresentar as conclusões mais eficazes quanto ao que ia decorrendo das descobertas peninsulares, não apenas as do território português, como as hispânicas em geral. Apesar de estrangeiro, veio a merecer uma posição especial em todo aquele momento de progresso científico a que se assistia em Portugal, na **segunda metade de XIX**.

Datariam de **1879** o as primeiras **relações epistolares entre Francisco Martins Sarmento e Emile Hübner**, este último então ligado ao projecto de elaboração do **CIL (*Corpus Inscriptionum Latinarum*)**, que era dirigido por **Theodor Mommsen** sob a alçada da Academia das Ciências de Berlim, sendo Hübner o responsável pelo levantamento das inscrições correspondentes às lápides hispânicas (no que viria a ser o Volume II do **CIL**), resultando daí as suas deslocações à Península Ibérica, e ao seu subsequente envolvimento com os achados locais (como sucederia com a descoberta da «Dama de Elche» em 1897). No que se veio a referir às suas **visitas a Portugal**, Hübner deslocar-se-ia por duas vezes ao país, em **1861** e, vinte anos depois, em **1881**, tendo sido, na sua última deslocação, recebido pessoalmente por Martins Sarmento na sua casa [cf. CARDOSO 1971 (1981) b: 227-228] ¹³⁸.

Hübner, não esteve presente no afamado **Congresso Internacional de Lisboa**, de **1880**, ainda que, nessa mesma ocasião, os participantes do evento tivessem ido visitar o recém-escavado **Castro de Briteiros**, num primeiro relance de notoriedade pública, quer do sítio, quer da própria figura de Sarmento. Em **1881**, Sarmento não deixaria, pois, levar propositadamente **Hübner** ao sítio, e forneceria, ainda, a sua contribuição das notícias quanto aos mais recentes achados lapidares do Castrejo, isto para o **Suplemento**, que se viria a editar depois, em **1892**, e em conclusão da tarefa do **CIL** para a Península. Era, na verdade, a **segunda visita de Hübner a Portugal**, e preparava já as adendas ao **CIL**.

¹³⁸ O Vol. II do **CIL**, publicado em 1869, foi assim antecedido de vários relatórios quanto às deslocações de Hübner à Península Ibérica, de que há igualmente a destacar o trabalho, intitulado de *Die Antiken Bildwerke in Madrid* [1862] e que foi, do mesmo modo, o **primeiro estudo científico a realizar-se em torno das peças que formavam a Coleção Clássica do Museu do Prado**; ainda que o referido Museu tivesse sido criado em 1819, e a Sala Clássica constituída cerca de vinte anos depois, só com as visitas de Hübner, entre 1861 e 1862 é que as mesmas peças conheceram uma primeira análise criteriosa [CARDOSO 1971 (1981)e: 228; e também LÉON 1993b].

Quanto à sua primeira passagem, em 1861, Hübner havia-se encontrado com Alexandre Herculano, que, à data, ocupava uma das posições de maior responsabilidade na Academia Real das Ciências de Lisboa, e sob cujos auspícios se tinha começado precisamente a publicar o *Portugalia Monumenta Historica*. Ligado, pois, aos primeiros trabalhos científicos sobre as antigas sociedades da Lusitânia, de 1861, veio a datar, então, a sua resenha, intitulada *Epigraphische Reiseberichte aus Spanien und Portugal*, e cuja tradução posterior («Notícias archeológicas de Portugal») seria publicada no Vol. IV da Nova Série das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* [1872]. Esta tradução tinha, como apêndice, uma outra publicação vertida de Hübner, que saíra na revista *Archäologische Zeitung*, onde se abordavam, como uma primeira série de considerações, os exemplos de estatuária dos designados «guerreiros galaico-lusitanos».

Seria, de resto, na derradeira sequência de pesquisas e levantamentos, que Hübner se veio a abeirar também das lápides inscritas em «turdetânico», de que incluiu a respectiva referência num seu outro trabalho, *Monumenta Linguae Ibericae* [1893], integrando portanto aqui às recentes notícias entretanto publicadas quanto às escavações de Estácio da Veiga, também de data recente, e que se comparavam já com as cunhagens numismáticas. Coube, pois, também a Hübner, as primeiras interpretações da referida escrita, onde, de acordo com o comentário de Caetano de Mello Beirão, estavam claramente subjacentes algumas eminentes teorias: as de Humboldt, além das leituras (...) feitas por vários numismatas (...), [Hübner] inseriu-se assim, na corrente que pretendia a existência de uma língua pré-histórica em toda a Península, de que a Basca descenderia [BEIRÃO et al. 1979: 4] ¹³⁹.

¹³⁹ Hübner, então, viria a coligir e apresentar sob nova crítica *todos os textos epigráficos latinos até então conhecidos, muitos deles já publicados desde o Século XVI pelos nossos humanistas, como André de Resende, Argote e outros* [CARDOSO 1971 (1981) b: 227].

O **contributo de Hübner** foi, portanto, também um das intervenções fundamentais quanto à abordagem dos antigos vestígios em território lusitânico. Se bem que, à data, o conjunto de achados fosse reduzido, definiam-se já tipologias e categorias de acento reconhecidamente expressivo. Pelo resumo dos temas que tratou, **Hübner** foi, com toda a admiração, uma das primeiras personalidades a abeirar-se do reconhecimento das especificidades culturais do antigo país.

3.3. O «Castrejo» e as pesquisas de Leite de Vasconcelos: Um segundo momento constitutivo da identificação da antiga região cultural do Noroeste.

Tendo-se tornando o «**Castrejo**» em objecto de um estudo combinado, salientando-se que a essa civilização remontavam persistências ainda evidenciáveis na cultura popular, proporcionavam-se, de qualquer modo, resultados de uma determinada articulação entre metodologias de investigação. Foco da memória das antigas populações, a subsistência da arte castreja, foco também da persistência de uma estética local, valorizava-se como símbolo emblemático da própria memória dos lugares.

Era a conciliação entre uma busca de cariz etnológico e uma pesquisa apoiada na actividade arqueológica o que definia o sentido das investigações na transição para o Séc. XX; e ainda que, durante esse mesmo período, a arqueologia portuguesa propriamente dita não estivesse, então, de todo desligada dos interesses pelos períodos mais recuados da Pré-história, a abordagem do **Castrejo** era, enfim, uma vertente não menos privilegiada da própria atitude conhecimento dos vestígios materiais, na sua qualidade de documental directo.

a) Notas sobre os decursos de um viajante: Leite de Vasconcelos no Minho e a exploração do Castro de Paderne (Melgaço).

Enfim, em rigor, os primeiros 'descobridores' dos antigos vestígios castrejos haviam sido, quase sempre, os próprios habitantes das redondezas dos sítios onde subsistiam os antigos vestígios.

Segundo os **registos de Martins Sarmento**, na ocasião das suas explorações, salientava-se que aos principais achados provenientes de **Âncora**, sobretudo os seus conjuntos de cantaria lavrada, e que vieram a ser depositadas

no **Museu de Guimarães**, coubera a populares o protagonismo do resgate e a iniciativa da sua entrega aos estudiosos. E, nas cartas que, entretanto, também haveria de dirigir a **José Leite de Vasconcelos**, e incluídas numa publicação organizada por este último e dada à estampa no *Arqueólogo Português* [1901], bem se afirmava que a receptividade das populações quanto aos vestígios antigos lhe suscitavam impressões de uma flagrante sensatez que contrastava bastante com a, então notória, ausência de interesse por parte dos responsáveis pelas instituições públicas, ou por parte dos *miseráveis governos* quanto ao património local [cit. in CALO LOURIDO 1994: 78].

Idênticos reparos quanto ao modo como os vestígios arqueológicos eram tratados pelas populações locais, que neles reparavam e também conservavam as frequentes notícias da sua localização, surgiam igualmente nos próprios apontamentos de **Leite de Vasconcelos**, o qual, após a morte de Martins Sarmiento, encetaria uma subsequente (mas breve) prossecução nas explorações na área dos castros, apesar dos bons resultados obtidos.

Em **Agosto de 1903**, visitando alguns castros ainda não explorados do Noroeste, estando então no Minho, Leite de Vasconcelos deixou registo de **mais uma «Cidade»**, ainda inédita, e que estava situada nos arredores de **Melgaço**, entre os lugares de Pêso e de Crastos. Aí regressaria somente em **1923**, para uma segunda série de visitas ao Noroeste, de que deixou também a respectiva nota, num seu artigo sobre os «**Castros lusitânicos**». Esta «**Cidade**» das proximidades de Melgaço ocupava a encosta do Monte, chamado do Côto Grande; e atribuía-se ao sítio a tradição de ter estado aí mesmo uma antiga «cidade» de Mouros [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c].

Tratava-se do lugar de **Paderne**, segundo a própria designação que Leite de Vasconcelos instituiu, em referência à freguesia onde se encontrava o castro, passando assim o lugar a ser conhecido por esse mesmo nome.

Descrevendo a sua visita, dizia **Leite de Vasconcelos** que, subindo ao alto,

ia deparando com as *várias antigualhas* que indiciavam a presença de um sítio de interesse. Destas, destacaria, depois, na sua respectiva inventariação sumativa, os **cacos de aspecto romano; pedras graníticas insculturadas; (...) mós de dois tipos: escavados; [umas] para movimento de vai-vem (...)**, além de outras *do tipo das molae marmoriae ('mó dormente')* [LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 32].

E, continuando a sua anotação, adiantaria ainda que **em paredes de casas do lugarejo** [próximo do sítio] *da Cidade, aonde fui mais de uma vez, ha algumas pedras que parecem ter para ali ido do Castro, pois são igualmente insculturadas* [LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 38; n/ destaque].

Realizaria, então, na sua qualidade de Director do Museu Etnológico, uma série de três escavações, que se traduziram na recolha de mais materiais, e a que se adicionaram mais vestígios: nomeadamente, **fragmentos cerâmicos**, não apenas de época romana, como de fases ainda anteriores, caso de **exemplos de cerâmica com decoração incisa** (onde ressurgiam as tipologias correntes na ornamentação castreja e das quais apresentaria alguns desenhos ilustrativos). No artigo que dedicou a este seu percurso na descoberta de do Castro de Paderne, à resenha dos assuntos de interesse etnográfico, recapitularia, ainda, o repertório de lendas que tinham ficado associadas ao sítio da Cidade [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 34-37, 40-ss.; figuras 14-19].

b) A Cidade de Paderne, a sua cantaria e um primeiro esboço Interpretativo da estética castreja.

Na referenciação concreta às **peças de escultura** do sítio, contar-se-ia a forma aleatória como haviam sido resgatadas pelos próprios habitantes das povoações próximas; incluir-se-ia, igualmente, a descrição de **um lote de blocos lavrados**, que, logo **em 1903**, se adquiriram para o Museu de Belém, constituindo-

se assim um pequeno núcleo com esses mesmos materiais, que se distinguiam, além do mais, especialmente, pela sua aplicação decorativa.

De um conjunto de três blocos, **numa primeira peça**, surgia o **tema figurativo da «suástica flamejante»**: o **tetráscilo de raios centrífugos**; um segundo bloco, fragmentado, comportava o **motivo de círculos concêntricos**; uma terceira peça continha, por sua vez, uma **representação estilizada, em inscultura, de «tridente»** (ou de «árvore»), e cuja interpretação, recapitulada no artigo de 1931, identificando-se porém o motivo com a salvação de se tratar de uma figuração, na verdade, bastante difícil de estabelecer, seria igualmente retomada nos volumes das *Religiões da Lusitânia* [LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 37-38; figs. 22-24].

Esta **representação de «tridente»** teria paralelos com outros exemplos, nomeadamente com o que havia do mesmo modo surgido em **blocos insculturados, provenientes de Cárquere (Resende)**, também *certamente emblemáticos* [cf. LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.].

Assinalando-se que este mesmo bloco aparecera precisamente entre um conjunto de achados dispersos, há-de indicar também **Francisco Calo Lourido**, quanto a esta mesma **figuração de «tridente» do Castro de Paderne**, e procedendo à sua respectiva descrição, que *na face mais larga deste cativante fragmento temos uma singela decoração que consiste numa linha central longitudinal que não chega ao remate por um dos lados, com duas oblíquas em espinha de peixe a cada lado da mesma* [CALO LOURIDO 1994: 380; 382, nota 2; 383, figura] ¹⁴⁰.

Assim mesmo se começava a inventariar o repertório formal e decorativo da antiga arte castreja.

¹⁴⁰ Tendo-se ignorado durante muito tempo a **situação original correspondente ao sítio de achado deste mesmo bloco**, indicará **Calo Lourido** que *posteriormente localizámos o jazigo de origem por um debuxo da publicação que citamos* [CALO LOURIDO, id., ibid.].



Em geral, quanto ao **sentido de representação de determinados tipos figurativos**, revelando, particularmente alguns exemplos um âmbito da percepção do divino, em sentido ritual, destacar-se-ão que as realizações plásticas emergem no ponto intermediário da tentativa de contacto entre o mundo humano e mundo sobrenatural.

O **geometrismo** e o **abstracionismo** arcaico serão essencialmente símbolos, de acentuado traço gráfico, em que se assinalam ideias inerentes a determinadas concepções, às quais, porém, nem sempre poderemos aceder, porque nos faltam referentes, como a uma linguagem perdida, de que não subsistiram também as respectivas chaves descodificadoras. De qualquer forma, mesmo que a **ideia** se vá esbatendo com o tempo, é certo que as **formas visuais** acabam por sobreviver, mesmo que se altere o seu valor ou simbolismo.

Como restituír, portanto, uma primeval estética?,

Salientando-se, enfim, o carácter do sentido abstracto inerente às realizações formais do Castrejo e do seu decorativismo, bem se poderá assinalar, em suma, como o fez **Miranda Green** para as realizações da Europa Antiga, que ***absence of realism in art-style impinges upon the relationship between humankind and the gods: emphasis on the one hand and abstraction on the other (...). With both stress and schematism, the artist may have been making a deliberate attempt at dehumanizing a given image (...). What is revealed by observation of these styles is not incompetence, but either a deliberate form of image-making***» [GREEN 1989: 206; n/ destaque] ¹⁴¹.

¹⁴¹ Afirmar-se-á igualmente, quanto à **arte figurativa**, o seguinte: *the style in which images of deities were presented may be as significant as the gods they portrayed (...)* [GREEN, id., ibid.].

Neste sentido, a **persistência dos designados traços de «arcaísmo»**, que teremos de entender, mais como um modo privilegiado de exprimir a sensibilidade estética duradoura das antigas culturas, do que como algum sinal de retardamento, há uma tipologia própria de antigas manifestações, e, aqui, em particular, aferíveis à arte castreja, onde se reflectem, essencialmente, os seguintes aspectos:

- **ênfase e exagero de aspectos da representação**, com especial atenção conferida a **atributos da figuração** que se elabora, como o **triplismo**, ou a simples **repetição de elementos**, adornos, etc.;
- a **tendência para o esquematismo e a abstracção**, em que o sentido geral das proporções, que permanece em termos abrangentes, num evidente sentido de imitação dos princípios naturais, acaba por se subordinar, antes do mais, à **intenção de acentuar os elementos de conotação mais simbólica da figuração** [cf. GREEN 1989: 206-223].

Torna-se notável que estes aspectos tivessem perdurado, na mesma medida em que, de resto, subsistiram crenças e superstições, como uma atitude essencial da própria relação entre o Humano e a Natureza, atrás da qual se julgavam estar forças transcendentais, que, ora exerciam a sua mercê sobre o destino quotidiano, ora se apaziguariam com a invocação subjacente aos símbolos.

Ilustr.
II, 4.

**3.4. A plástica castreja e o recente posicionamento dos seus contextos explicativos e cronológicos:
De Carlos Alberto Ferreira de Almeida às corroborações de Calo Lourido.**

Para já, há a realçar, de novo, que a **Romanização** do Noroeste, em contraste com as regiões meridionais, sendo mais difícil e tardia, somente se asseguraria pela manutenção de um certo grau de autonomia, cuja expressão passava, inevitavelmente, pela promoção dos códigos culturais autóctones, cujo enraizamento se relacionava, evidentemente, com os próprios processos de formação da **Cultura Castreja**, tal como tinham decorrido em fases da Pré-história final, justificando-se assim a notável persistência do Arcaico (que, por sua vez, asseguraria outra continuidade, como a que se viria a reconhecer no âmbito posterior das formas da designada «cultura popular»).

Não é, portanto, surpreendente que se proporcionasse, durante o domínio romano, toda^s um conjunto de ressurgências de valores tradicionais, porque esse mesmo fomento fazia parte, pois, do próprio fenómeno de inter-relação com as sociedades nativas.

A partir das **décadas de 1960 e 1970**, o prosseguimento das investigações do Castrejo, por parte de uma nova geração de estudiosos, conduzia, na verdade, a este sentido das interpretações. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Armando Coelho Ferreira da Silva**, precisamente, vieram a notar que a **presença de inscrições latinas, gravadas nas próprias peças castrejas**, como sucedia em alguns exemplos significativos da escultura autóctone (caso de algumas estátuas de «Guerreiros»), só se poderiam explicar como **fórmulas referentes ao próprio momento de realização das mesmas**. Concluía-se, então, que tais testemunhos epigráficos, enquanto comprovante documental, correspondia, pois, a uma dedicação original.

Os abundantes exemplos relacionavam-se, portanto, com as **inscrições de formulação, talvez, funerária**, que surgiam nas estátuas dos «**Guerreiros**» de **Monte Mósinho (Penafiel)**, de **Sanfins**, ou de **Refojos do Basto**. Carlos Alberto Ferreira de Almeida referir-se-ia muito particularmente a esta última estátua num dos seus estudos [cf. FERREIRA DE ALMEIDA 1981: 7; e também, para o tema da **epigrafia associada à arte castreja**, FERREIRA DA SILVA 1986 a: 292].

Assim se confirmava, de certa forma, que o mais expoente das manifestações do Castrejo coincidiam afinal com o período romano.

Em 1970, dirigindo-se também, por sua vez, ao **II Congresso Nacional de Arqueologia**, em Coimbra, **Ferreira de Almeida** apresentara já, a propósito da interpretação da **estatueta fálica do Castro do Genso (Calheiros, Ponte de Lima**, de resto apelidade de «**O Judas de Calheiros**»), a sua proposta para a classificação das realizações escultóricas castrejas. Segundo ele, em todas as categorias em que se inseriam as realizações, fossem directamente relacionadas com achados **in situ**, fossem as que se haviam recolhido em contextos periféricos aos sítios de ocupação do Castrejo, era sempre possível identificar um elemento subjacente de intervenção romana.

Haveria, deste modo, **três grupos principais**, quanto à escultura encontrada nos territórios da **Cultura Castreja**, que terão coexistido, pelo menos no decurso de um determinado período, e que se distribuíam da seguinte forma:

- um **1º grupo** correspondente às **obras de arte imperial** (ou sejam as **realizações «clássicas»**), cujo contexto era, portanto, bem definido;
- um **2º grupo**, que evidenciava, por sua vez, o **cruzamento dos elementos estilísticos romanos com as formas tradicionais** (e dentro do que poderia vir a ser considerado como exemplo das

Fig.
18.

manifestações de uma «**arte periférica**», segundo o esquema genérico de divisão da própria arte romana, entre as realizações oficiais e as realizações que, localmente, vinham copiar rudimentarmente o sentido visual do cânone clássico);

- um **3º grupo**, correspondente, enfim, às **realizações da estatuária tipicamente castreja**, inequivocamente de formas ou de simbolismo inerente às sensibilidades autóctones, e que, sendo porém de aspecto tosco ou rude (fazendo-se aqui integrar o «**ídolo de Calheiros**»), mas cujo surgimento só se poderia entender *porém*, [como] **fruto da romanização**, uma vez que só se poderia considerar esse respectivo aparecimento dentro das consequências do aparecimento, no Noroeste, de recursos técnicos e instrumentais inexistentes ou escassos antes do Séc. II a.C. [cf. FERREIRA DE ALMEIDA 1971: 294; n/ destaque].

Descrevendo o «**ídolo de Calheiros**», que era uma **figuração fálica**, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, assinalaria que poderia *a estátua do Castro do Genso (...) comparar-se às (...) esculturas de Montceau-les-Mines e de Betanzos, ao 'ídolo' de Santa Tecla e à figura masculina do Museu Martins de Sarmento* [o designado «**Colosso de Pedralva**», salvaguardando-se em nota, contudo, todas as dúvidas relativas à sua origem]. [Assim sendo], **parece-nos que estas figuras são coevas da romanização (...), [e] sem querer negar a antiguidade dos cultos fálicos no Noroeste peninsular (...), [será porém a essa mesma época] que temos de atribuir um revigoreamento** [FERREIRA DE ALMEIDA 1971: 296; n/ destaque].

Sendo certo que a **Cultura Castreja** era uma sociedade autóctone,

profundamente ligada a uma antiga região do território português, o que se veio a tornar surpreendente, ao cabo de um século de pesquisas (nem sempre com carácter homogéneo), foi, pois, a constatação de que as manifestações mais eminentes dessa mesma cultura, e que lhe conferiam um cunho particular, atendendo-se às suas respectivas características, eram, afinal, tardias. Correspondiam, a tais manifestações, os conjuntos de peças que datavam, na verdade, de tempos romanos, mesmo quando parecia evidenciar a essência das tradições.

O principal momento de afirmação desses mesmos elementos culturais surgia, surpreendentemente, numa época em que as populações castrejas não eram já «livres»; e no entanto adquiriam então as suas expressões um solene sentido de orgulho.

Daí a relativa indefinição que afectará, pontualmente, a distinção entre obras do «**Castrejo pleno**» e as do período «**Castrejo-romano**»; as realizações indígenas vieram a coexistir, na verdade com a própria presença dos primeiros exemplos clássicos.

Na sua classificação cronológica, **Francisco Calo Lourido** usa o termo de «**Castrejo Recente**». Mas, conforme se há-de comentar, tanto se poderia chamar esse mesmo período de **Castrejo IV de Maluquer [de Motes]**, [ou de] **Castrejo III de Fariña et alii**, **Castrejo Recente de [Carlos Alberto Ferreira de] Almeida ou Fase III de [Armando Coelho Ferreira da] Silva** [CALO LOURIDO 1994: 51; n/ destaque].

Ou seja, talvez não se possa considerar a Cultura Castreja como um *todo homogéneo e uniforme*; o que parecia ser a súbita emergência de um **facies** característico, nas suas formas e técnicas, do aparato dos recintos amuralhados e do **habitat** construído às esculturas e à linguagem decorativa, constituir-se-ia, enfim, como resultado histórico de um vago e alargado horizonte decorrente desde o Séc. VI a.C. até à Alta Idade Média [cf. CALO LOURIDO 1994: 50-51].

Conforme a introdução de **Xosé Filgueira Valverde**, Director do Museu de Pontevedra, à tese de Calo Lourido, este «**Castrejo Recente**», portanto, **corresponderá a um tempo no qual esmorecem as perdurações do megalítico, em que vão perdendo-se as falas indígenas e no qual passam a ser meros motivos ornamentais os que tiveram dantes um valor religioso, profilático, emblemático: tríscolo, tetráscilo, rosetas (...), e em que a linguagem da arte (...), sempre muito rural, (...) em vão pretende adaptar-se aos poucos e mal conhecidos modelos classicistas** [in CALO LOURIDO 1994: 15; n/ destaque].

O que se define como «**Castrejo**» será, então, um conjunto de realizações com um **fundo plural e diverso** [cf. CALO LOURIDO 1994: 31, nota 4].

No entanto, era precisamente o somatório estético correspondente a uma tal «pluralidade», em que se cruzava o humano e o paisagístico, o arcaico e o modelo copiado, a geometria de eco pré-histórico ou a modernidade dos traços incisivos com nova utensilagem, o que distinguia um território na expressão original da sua identidade.

Numa indispensável atenção às persistências da memória e dos ritos, o que se procuraria valorizar não era o critério da exactidão factual, trazida pela ciência, mas, talvez, um outro universo, um outro fulcro, atemporal, de motivações, tal como se o estudo etnológico e o estudo historiográfico viessem a colidir numa dissidência fundamental. Na verdade, os diversos achados pautavam-se constantemente por uma presença disseminada que, com frequência, não possibilitava a sua respectiva contextualização e devido registo.

Apesar de tudo, conseguir-se-iam identificar áreas estilísticas ou tipológicas bem características:

- a área da «**Cultura dos Berrões**», situada mais a interior, nas margens de território que mais receptivo seria às **influências celticizantes**, mas não se dissociando do vasto espaço de

definição da estética castreja;

- e a **área dos «Guerreiros Galaico-lusitanos»**, genericamente distribuída pelo Noroeste.

Às mesmas áreas, poderia ainda adicionar-se, talvez, alguns outros sub-grupos, com base técnica e estilística determinante, como fosse uma **«área» de distribuição de torques**, a delimitar transversalmente entre Trás-os-Montes e as Astúrias, seguindo a bacia do rio Minho, até Ourense, Lugo e as Astúrias. A dispersão geográfica de tais vestígios, poderá eventualmente aferir-se como indício, ora da mobilidade das próprias populações, ora como vestígio da sua respectiva polarização, mas também como evidência de uma longa permanência.

4. Um tempo descoberto pelas suas imagens: A emergência da arqueologia ibérica.

Se os sucessivos achados vinham indicar, à medida do seu próprio ritmo de recolhas, realidades materiais que se assinalavam, em primeiro lugar, para âmbitos locais, e os distinguiam, há a considerar igualmente o que se referiu, em particular, ao resgate dos vestígios artísticos da área levantina, onde, de facto, habitavam os povos que vieram a deixar o seu nome à Península: os **Íberos**.

Compondo, a seu modo, uma área cultural distinta, no oriente hispânico, isso deveu-se ao seu próprio desenvolvimento civilizacional, que terá começado a germinar por volta do **Séc. VI a.C.**, e beneficiando, essencialmente, da sua posição bem aberta ao comércio que circulava pelo litoral mediterrâneo, vieram a ser, talvez, os mais eminentes herdeiros do legado tartéssio, bem como de toda a série de influências que convergiram em formulações semelhantes, na verdade, a toda uma outra série de modelos ou protótipos.

Teriam sido estes de cariz «**Fenício**» ou «**Púnico**», ou inspirando-se sobre algum exemplo da arte de «**Gregos**» e de «**Etruscos**», mas, quanto aos quais, não seria correcto reduzir à condição de meras réplicas, dada a evidente maneira como emergiram de contextos culturais expressivamente autóctones, não desligados do fundo civilizacional mediterrâneo, porém directamente aferíveis a uma estética local, de que, contudo, tal como para toda uma outra série de sociedades peninsulares, também se perderia o seu respectivo referente.

Mas tratavam-se realizações elaboradas, de carácter monumental, e foi, de facto, decisiva a influência exercida sobre as sociedades circum-vizinhas, com especial destaque para as áreas da antiga **Bética, Turdetânia** ou **Celtibéria**. O seu oposto, em termos formais, como técnicos, estava, enfim, nas manifestações das

regiões setentrionais da Península: **Lusitanos, Galaicos, Cantábricos...** Onde aqui havia materiais que evocavam sentidos primitivos (e como tal, assim resistiriam, séculos adiante, pela força quase telúrica que lhes estava subjacente), entre os **povos Íberos** pontuavam os programas de civilização: o urbanismo; artífices que dominavam as mais requintadas técnicas e que possuíam a capacidade de exprimir visualmente a súpula das concepções do raciocínio acerca da posição dos objectos no espaço tri-dimensional; as chefias e a aristocracia.

Outro aspecto do impacto que as manifestações dos Íberos vieram a fazer sentir, foi, afinal, na própria Contemporaneidade: desde logo, o seu respectivo achado constituiu, a par das descobertas de Schliemann na Grécia e Ásia Menor, outro dos grandes acontecimentos para a Arqueologia do Séc. XIX, facilmente atraída por esplendorosos sinais; em seguida, já na transição para o Séc. XX, entrava por direito próprio nas Coleções do Museu do Louvre, em Paris, como uma das mais importantes secções de antiguidades. Por fim, ao cabo desse processo, houve igualmente a subsequente série de influências surtidas, desta feita, sobre os artistas e pintores da época, os quais, por sua vez, procuravam no «primitivo» o sentido absoluto da criação plástica.

É ao nível científico, e quanto ao conhecimento do passado, que, por agora, nos interessará salientar a respectiva importância da arte dos Íberos, com a qual, na verdade, se deverá estabelecer um esforço comparativo quanto ao confronto com as manifestações do Ocidente peninsular.

4.1. «Damas», «Santos», «Cavaleiros» e investigadores.

Assinala-se, em primeiro lugar, o papel da divulgação que se desencadeou, em torno dos achados, a partir dos meados da década de 1870, em coincidência com a mesma vaga de descobertas a que, subitamente, se assistia um pouco por toda a parte. Uma razoável dose de atenções coincidia, na verdade, como igualmente salientaria **Ricardo Olmos**, com a própria época em que, afirmando-se *em todos os cantos da Europa (...)*, uma *afirmação militante de uma história nacional*, os diversos vestígios, como estes, vinham relacionar-se com os pretextos de auto-exaltação de cada país [cf. OLMOS 1997: 59].

Tanto mais especiais eram as peças ibéricas, então, tanto quanto pareciam, então, referir-se ao próprio passado tartéssio, portanto adequando-se ao reforço do sentido de valorização das manifestações pela sua respectiva antiguidade, e sucedia, de facto, que não deixava de ser considerável o âmbito do período histórico envolvido. Os **Íberos**, surgiam assim, verdadeiramente, como «**príncipes do Ocidente**», que perpetuavam a memória do que se havia, afinal, constituído como a primeira «Civilização» da periferia europeia.

a) A arte ibérica e o envolvimento dos investigadores franceses.

Ora, o modo como as peças hispânicas vieram a sair da Península e a guardar-se, em especial (mas não só) no Museu do Louvre, como parte da sua Colecção de Antiguidades (e posteriormente levadas, em depósito, para o **Museu de St. Germain-en-Laye**), deveu-se tanto aos ímpetos de «**caça**» aos tesouros arqueológicos, a que então se assistia, como, na verdade, aos próprios interesses que a antiga história peninsular e os seus vestígios, como tema científico, tinham já despertado entre um círculo selecto de investigadores ou eruditos, ligados às

principais instituições acadêmicas europeias.

No dealbar do **Séc. XX**, era o **Museu do Louvre** (segundo **Annie Caubet**), *pratiquement le seul musée, en dehors des musées espagnols, naturellement, à s' être intéressé très tôt aux antiquités de la péninsule Ibérique, les jugeant dignes d' entrer dans l' histoire de l' art antique et d' être présentées au public au même titre que les arts de la Grèce* [CAUBET 1997: 5].

Suceder-se-ia, como primeiro acontecimento, o resgate das **esculturas do santuário de Cerro de Los Santos (Montealegre del Castillo, Albacete)**, um lugar que, precisamente, em torno a 1870, foi objecto das primeiras explorações arqueológicas modernas.

Mas, enviando-se reproduções das mesmas peças para as **Exposições Internacionais**, de **Viena (em 1873)** e de **Paris (1878)**, não haveria, à altura, senão uma atitude geral de indiferença, talvez pelo seu aparente aspecto de «primitivismo» ou «rudeza» e simplicidade de traços, reduzidos ao mínimo expressivo, no que as tornava, bem entendido, em realizações idoliformes e de uso votivo, mas que, muito dificilmente, poderiam oferecer-se ao confronto com a notável monumentalidade e até deslumbramento que causavam, tanto os frisos esculpidos assírios, ou as obras egípcias, ou as «perfeitas» esculturas greco-romanas [cf. TARRADELL 1968: 14-ss.].

Entretanto, diferente efeito teria, porém, a descoberta, casual, do busto que viria a ser designado como a «**Dama de Elche**», nos inícios do mês de Agosto de 1897 (coincidindo com a plena data de celebração de uma festa religiosa local), a qual desencadearia debates e polémicas, ocasionando-se o maior escândalo quando decorreu a venda do referido busto para fora da Espanha, dado que tinha sido encontrado numa propriedade particular.

A peça foi encontrada no decurso de uma pausa das jornadas de cultivo daquele preciso dia de 4 de Agosto. E assim mesmo, *según el relato de los acontecimientos (...), la escultura estaba en posición normal, asentada sobre*

Cf.
Anexos

una base formada por dos losas de piedra de cantería. Por delante estaba cubierta de tierra, la espalda y los laterales también estaban resguardados por losas [MANSO MARTÍN 1997: 33; n/ destaque].

A iniciativa da aquisição do referido busto para o Louvre veio a ser de **Pierre Paris**, ele próprio um dos principais investigadores que se haviam já interessado pela antiguidade peninsular.

Houve, de imediato, a decisão prática de aceitar a proposta de compra da peça apresentada pelo próprio **Pierre Paris**, que, naquela mesma data, não apenas se encontrava em Espanha, como se preparava, na verdade, para partir para **Elche**, dado que, sendo amigo de **D. Pedro Ibarra**, familiar do proprietário das próximas terras de La Alcudia, onde se achara a peça, ir assistir às Festas locais [cf. ROUILLARD 1997: 12].

Pierre Paris de imediato se terá, de resto, apercebido do valor do busto da citada «**Dama**» ¹⁴².

¹⁴² O dono dos referidos terrenos, **D. Manuel Campello Antón** estaria, antes do mais, interessado na sua posição como importante proprietário rural em La Alcudia; assim, *decepcionado por el escaso interés que oficialmente se mostró por la escultura*, muito simplesmente, *se dejó tentar por la primera oferta que le hicieron*; isto, para grande decepção do seu próprio primo, **D. Pedro Ibarra** [MANSO MARTÍN 1997: 33]. Caberia, de qualquer forma, a **Pedro Ibarra Ruiz**, investigador e um dos continuadores do estudo das antiguidades ilicenses (sendo o Bibliotecário e Arquivista municipal), a pronta difusão da notícia da descoberta. Era também, além de amigo do citado arqueólogo francês, um dos correspondentes ilustres de **Emile Hübner**, sabendo-se, pois, que lhe escreveria, para Berlim, em carta datada de 14 de Agosto de 1897; Hübner responder-lhe-ia quase a seguir e, também não muito depois, escreveria um dos primeiros estudos científicos em torno da «**Dama**», publicado no *Jahrbuch des Kaiserliche Deutschen Archäologischen Instituts*, de Berlim [1898], onde adiantava, de resto, comparações com as outras esculturas ibéricas já conhecidas, subscrevendo a opinião de se estar perante uma obra evidentemente genuína. Entretanto, **D. Pedro Ibarra**, enviaria igualmente outras missivas, quer à **Real Academia de História de Madrid**, a 10 de Agosto, quer a **José Ramón Mellida**, o reputado estudioso de Cerro de los Santos, e ainda, apesar dos litígios que envolviam a sua família, a **Juan de Dios de la Rada y Delgado**, que se mantinha como Conservador do Museu Arqueológico Nacional [cf. MANSO MARTÍN 1997: 39-40; RAMOS FERNÁNDEZ 1997: 15-ss.]. **Juan de Dios de la Rada** também responde prontamente a **D. Pedro Ibarra**. Quanto ao retorno das notícias por parte da Real Academia de História, suceder-se-ia o facto somente em Outubro, quanto a «**Dama**» se encontrava já no Louvre Mas, apesar de

A celebridade (e discussão) que a «**Dama de Elche**» causou nos meios públicos compensaria, assim, a falta de interesse que, duas décadas antes, se reservara aos **vestígios de Cerro de Los Santos**.

Num efeito catalisador, ainda que tivessem sido estes os exemplos de uma antiga arte peninsular que primeiro foram mostrados à Europa culta, o facto da presença da «**Dama de Elche**» no **Louvre** aumentou consideravelmente o clima de curiosidade em torno da Antiguidade hispânica.

Conforme, então, o que descreveu **Miquel Tarradell** quanto às flagrantes diferenças que mereceria a recepção de umas obras e outras, na **década de 1870** *los vaciados* [de Cerro de los Santos] *que se enviaron a las exposiciones internacionales fueron muy fríamente recibidos. Los entendidos dudaron de su autenticidad y se molestaron bien poco en comprobarla, porque, en definitiva, juzgaron que no merecia la pena. Em contrapartida, la reacción, un cuarto de siglo después, fuy muy distinta, el ambiente había cambiado, el ángulo de la capacidad de comprensión se había abierto [TARRADELL 1968: 14; n/ destaque].*

Haveriam de ultrapassar-se barreiras de natureza estética; os vestígios «primitivos» hispânicos (ainda que, na verdade, a sua cronologia fosse adiantada) valorizar-se-iam precisamente por aquilo que, à partida, começavam por ser: **realizações expressivas de um povo**. Maior atenção era agora concedida a essa mesma capacidade de produzir obras que ganhavam foros de «espontaneidade» quanto a sentidos culturais «puros».

Mais difícil, porém, foi reconhecer às peças um estatuto de autenticidade, pois, na verdade, havia ocorrido uma série de fraudes, em que, copiando-se as estatuetas de Cerro de Los Santos, começaram a circular pelos circuitos de

serem conhecidos os factos essenciais deste processo, fundamentalmente quanto às circunstâncias e destino do achado, entre entusiasmos e emoções, nunca se deixou de suspeitar que a «Dama de Elche» pudesse corresponder a uma falsificação [cf. GÓMEZ-TABANERA 1997: 168; entre outros].

comércio do antiquarismo peças alegadamente daí trazidas: eram as célebres **falsificações de Vicente Juan y Amat**, que contribuiriam para a depreciação da arte ibérica e afectaram a credibilidade e aceitação da autenticidade dos «verdadeiros» vestígios ¹⁴³.

Enfim, sopesadas todas estas circunstâncias, seria afinal entre 1870 e 1890 que se veio a dar o envolvimento das figuras de **Pierre Paris**, **Arthur Engel**, e **Léon Heuzey** no estudo e recuperação das antiguidades ibéricas, para não se deixar também de referir o papel fundamental que tivera a visita a Madrid de **Emile Hübner**, em inícios da década de 1860. Houve, enfim, antes do mais, que apresentar a comprovação de que as obras de Cerro de los Santos, caso das **figuras de ex-votos de «orantes»**, que estavam então armazenadas no Museu Arqueológico de Madrid; foi esse processo que coube, então, a **Pierre Paris** e a **Engel**, datando desde aí o seu envolvimento no estudo da arte das sociedades pré-romana da Península Ibérica [cf. OLMOS 1997; TRUSZKOWSKI 1997a e 1997b] ¹⁴⁴.

¹⁴³ Quanto às **falsificações**, terá sido um facto que *cet épisode malheureux eut des conséquences néfastes pour l' étude de la culture ibérique, qui, pour un temps fut discréditée dans les milieux scientifiques européens*» [OLMOS 1997: 62; cf. também TRUSZKOWSKI 1997a e 1997b].

¹⁴⁴ E este trabalho de **verificação da autenticidade das peças** seria, na verdade, bem duradouro, que decorreu até à própria actualidade. Em 1982, as peças ibéricas foram definitivamente levadas para o **Museu de St. Germain-en-Laye**, e, até à Exposição que, em **finais de 1997**, se inauguraria no **Grand Palais (Paris)**, dedicada à comemoração do Centenário das descobertas arqueológicas correlativas com os Iberos (e precisamente intitulada de «Les Princes de l'Occident»), houve que apurar definitivamente, das peças sujeitas a dúvida, quais as obras falsas, ou que fosse meramente uma cópia, e quais eram as autênticas. Das «**peças duvidosas**», que Pierre Paris levaria para o Louvre em finais do Séc. XIX, na sequência da suas viagens e pesquisas pela Espanha, contavam-se um **prato italiota, que tinha a figuração de Apolo com a lira**; um **grifo**, que fora considerado como uma cópia oitocentista, mas que se revelaria como uma peça genuína; uma **ponta de lança**, igualmente trazida por Pierre Paris em 1904 (e que, era, parte afinal de um utensílio moderno); um «**cavaleiro ibérico**», a que o próprio Paris dedicara um estudo, publicado num volume do *Bulletin Hispanique* (também correspondente a 1904), e que estava igualmente incluído na monografia *Essai sur l'art et industrie de l' Espagne primitive* [1904], mas de que nunca

O santuário de Cerro de Los Santos, conhecido desde há muito pela recorrente descoberta de casuais peças escultóricas, aí evidentemente abundantes, seria, para os antigos Íberos, um dos seus espaços religiosos mais centrais; teria sido, na verdade, *le sanctuaire ibérique le plus important par le nombre de statues et de fragments qu' il a livrés (plus de mille) et par sa longevité (...) détruit par l' incendie lors de l' edit de Théodose, en 390 après J.-C.*» [TRUSZKOWSKI 1997b: 97; n/ destaque] ¹⁴⁵.

Muito naturalmente, as sucessivas notícias quanto aos achados em tal lugar fizeram com que o sítio viesse a ser pesquisado e escavado, entre **1870 e 1871**, em campanhas dirigidas pelo **Abade Lasalde**, que escreveria as respectivas *Memórias* à cerca dessas mesmas escavações [1871]. Em **1872**, desta vez sob a égide do Museu Arqueológico de Madrid, retomavam-se as campanhas no mesmo sítio, dirigidas por **Paulino Savirón**.

Ao longo da década seguinte, o espólio de Cerro de Los Santos não cessaria de chegar ao Museu Arqueológico de Madrid, ao mesmo tempo, porém, que outros tantos vestígios do mesmo lugar eram igualmente desviados para mãos particulares [cf. OLMOS 1997 e TRUSZKOWSKI 1997b; *ibid.*].

E era, então ainda, *l' Espagne (...) un monde inconnu dans les universités*

se chegou a aferir a verdadeira origem. Como outra referência, uma **estatueta** que **Gérard Nicolini** indicara, no seu livro *Les Ibères: Art et civilisation* [1973], como oriunda de Cerro de los Santos, foi entretanto reavaliada como proveniente do Chipre [cf. ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE 1997: Anexos].

¹⁴⁵ Seria, efectivamente, a **ocorrência de tais achados**, no essencial com o seu **lote de representações de «orantes» ou de «ex-votos»**, o que veio a conferir ao sítio o nome pelo qual ficou conhecido: **«Colina dos Santos»**, porque eram pois essas figuras interpretadas correntemente, até ao Séc. XIX, como representação de «santos» cristãos de tempos visigóticos, que perpetuariam a memória de primeiros «mártires» [cf., *id.*, *ibid.*]. Um similar fenómeno ocorreria com a própria designação, em Alcácer-do-Sal, com o **sítio do Olival do Senhor dos Mártires**, pois, muito embora se viesse a descobrir que o lugar era, na verdade, uma necrópole pré-romana, desde a Idade Média, em que se veio aí a edificar uma capela, que os dispersos achados funerários haviam feito pressupôr, do mesmo modo, que estariam aí sepultadas, não as gentes antigas, mas as ossadas de «mártires», atribuindo-se então ao lugar o seu respectivo nome.

françaises, et pas seulement parmi les antiquaires [ROUILLARD 1997: 11].

Mas, ao longo das décadas de 1880 e 1890, até inícios de 1900, suceder-se-ia a visita dos investigadores franceses, **Arthur Engel**, em 1886, **Léon Heuzey**, logo a seguir (em 1888), e por fim **Pierre Paris**, cuja primeira deslocação à Espanha decorreria a título privado, em 1887, muito embora, já numa qualidade oficial, ligado à *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, tivesse vindo o mesmo investigador, à Península Ibérica, essencialmente a partir de 1895, já com carácter oficial.

No geral, todas as peças desta mesma colecção, adquiridas, portanto, entre 1870 e 1900, haviam sido *unas adquiridas por compra directa, otras asociadas a los materiales de excavación pertenecientes a trabajos tolerados por España, algunas fruto de compra en el mercado internacional de antigüedades, y otras recibidas por donación de españoles o de extranjeros residentes en España* [MANSO MARTÍN 1997: 20; n/ destaque].

É de realçar, ainda, a criação dos «Estudos Hispânicos», centrados tanto nas questões patrimoniais como etnográficas, sob a iniciativa de **Pierre Paris**, bem como o que terá sido o papel fundamental que todos estes investigadores vieram a usufruir dentro do âmbito de uma **formação arqueológica e clássica nas Écoles Françaises**, então sediadas em Atenas e Roma ¹⁴⁶.

Por sua vez, foi **Engel** quem terá reparado primeiro no modo como os

¹⁴⁶ Pelo seu grau do seu envolvimento na exploração de lugares e no estudo de vestígios peninsulares, **Pierre Paris** assumirá, na verdade, uma grande notoriedade. Tratando autonomamente uma área de conhecimentos até aí praticamente inexistente, inauguraria então os «Estudos Hispânicos», em torno, efectivamente, as pesquisas sobre as antigas culturas, tanto do território espanhol, como do espaço português; neste âmbito viria a fundar, na Universidade de Bordéus, o *Bulletin Hispanique* [1899], tendo assumido, ainda, em 1913, o cargo de Director do Instituto Francês de Madrid e, em 1928, o de Director da Casa Velázquez, em Paris. A partir de 1900, encetaria, num trabalho que seria de continuidade, as suas explorações arqueológicas por toda a Andalúzia, sendo, enfim, conforme a caracterização de Pierre Moret, *menos um arqueólogo do que historiador da arte*, elaborando a sua própria *Ibéria segundo a imagem da Espanha que descobria nos últimos anos do Séc. XIX* [MORET 1997: 71].

diversos achados de peças evidenciavam um forte sentido de concentração regional, pressentindo-se, então, o âmbito da cultura dos povos íberos. Estreitando-se, então, a sua colaboração com Pierre Paris, ambos exploraria, até 1905, uma ampla mancha de lugares, além de **Cerro de Los Santos**, do espaço levantino peninsular: **Elche (Alicante)**, **Llano de La Consolación (Albacete)**, **La Alberca (Murcia)**, bem como **Rodovan (Alicante)** ou **El Salobral (Albacete)**, entre outros tantos sítios, destacando-se ainda as intervenções igualmente realizadas em **Osuna** e **Almedinilla**, que situavam já na plena Andalúzia, além de **Agost** [cf. ROUILLARD 1997 b: 10-ss.]¹⁴⁷.

Comentaria **Ricardo Olmos** quanto a este processo de descobertas e valorização do passado peninsular, que, conhecendo-se, até então, o que diziam os *textos antigos*, restava *confrontá-los, associá-los aos objectos e monumentos enterrados no solo, num esforço dialéctico*; além disso, havia a intenção apologética subjacente a este mesmo modo de conhecimento do passado local: *les historiens espagnols ressentirent le besoin de préciser ies contours des figures heroïques de l' Hispanie préromaine en les dotant d' une culture matérielle* [OLMOS 1997: 62; n/ destaque].

Decorreria, das **primeiras descobertas arqueológicas** à constituição do núcleo correspondente à «**Colecção Ibérica**» do **Museu do Louvre**, um processo

¹⁴⁷ **Arthur Engel**, nomeadamente, estivera em Roma (entre 1878 e 1880), e também em Atenas (entre 1882 e 1885). Seria o responsável pela reunião de algumas das mais significativas obras hispânicas que vieram depois a ficar guardadas no Louvre: a **Esfinge de Agost**, um achado de 1893 de que Engel teve atempadamente notícia, e que seria por fim oferecida por um particular (razão pela qual a peça não seria mais tarde incluída no conjunto de obras que regressariam a Espanha); ou a **cabeça de grifo de Redovan**, possivelmente tão só um fragmento de uma escultura maior entretanto perdida, que chegou também às mãos de Engel, em Fevereiro de 1894, por intermédio de um antiquário e que, em 1899, estaria já no Louvre. Também de **Agost**, havia uma **representação de taurídeo**, posteriormente desaparecida, mas que, ao que se sabe, chegou a estar ao cuidado particular de D. Pedro Ibarra Ruiz, de Elche (uma das personalidades ligadas à descoberta da «Dama» iliciana [cf. adiante]), e o qual se correspondia regularmente com Engel [cf. ROUILLARD 1997: 12].

de **consolidação dos conhecimentos sobre o passado peninsular**, que veio a resultar na publicação crescente de sucessivas notícias e relatórios quanto às explorações efectuadas. Salienda-se, de qualquer forma, que *quand se multiplient missions et expéditions dans les dernières années du XIX^e siècle, les 'récoltes' sont fructueuses, surtout dans la partie sud-orientale de la péninsule Ibérique* [ROUILLARD 1997: 10 ; n/ destaque].

A campanha de **Engel**, de 1891, em Cerro de Los Santos, duraria somente dois dias, mas seria suficiente para a edição de um artigo especialmente consagrado ao local, intitulado «Rapport sur une mission archéologique en Espagne», e que se viria a publicar nos *Nouvelles Archives des Missions Scientifiques et Littéraires*, ao seu Vol. III [1892]. **Léon Heuzey**, por seu lado, avançou com propostas que possuíam, então, um cariz inovador; segundo o próprio título dos estudos que publicou, interpretava os achados dentro do **tema das correlações «greco-fenícias**», em «L' archaïsme gréco-phénicien en Espagne» (in *Comptes Rendus de l' Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* [1890]), ou «Statues espagnoles de style gréco-phénicien» (in *Bulletion de Correspondence Hellénique* [1891]).

De **Pierre Paris**, por sua vez, há a destacar o artigo «Sculptures du Cerro de los Santos», publicado no *Bulletin Hispanique* (Vol. III) [1901], bem como os relatórios que deixou para a *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Mas caber-lhe-ia uma das primeiras sínteses modernas sobre a arqueologia peninsular: o *Essai sur l' art et industrie de l' Espagne primitive* [1904], que, voltando a dedicar ao tema dos achados de Cerro de Los Santos uma parte significativa do seu texto, era, porém, uma obra anterior às campanhas colectivas realizadas em **Osuna (Sevilha)** e **Almedinilla (Córdova)**, nomeadamente, e onde voltariam a participar Pierre Paris e Arthur Engel [cf. ROUILLARD 1997: 13; e também TRUSZKOWSKI 1997b: 97-98].

Enfim, a própria **notoriedade da arte ibérica**, sobretudo, pois, a que se veio

a resgatar da área levantina, reforçar-se-ia na medida do alargamento do leque de achados, de que as figuras de Cerro de Los Santos não foram senão um primeiro vestígio.

b) Constituição e arranjo da «Colecção Ibérica» no Louvre.

A realidade arqueológica peninsular revelar-se-ia, apesar de tudo, como muito vasta, indo do aparecimento de materiais e tipologias particulares, como as **falcatas ibéricas**. E às esculturas resgatadas pelos investigadores franceses, adicionar-se-ia um exemplo mais de outra realização figurativa: a representação de esfinge conhecida como a «**Bicha de Balazote**» (cujo achado remontava igualmente à década de 1870), a qual se chegou a tomar por uma realização «caldaica» ou «mesopotâmica», ou até de «influência bizantina» [cf. OLMOS 1997].

No Louvre, a famosa «Dama» reunir-se-ia, igualmente, a outras diversas peças escultóricas, também trazidas das redondezas de **Elche**, como um **fragmento da representação de um guerreiro, com falcata**, e elementos, também fragmentários, de **vestígios arquitectónicos, de capiteis, pilastras ou volutas**. De salientar, que, posteriormente, se juntariam ao conjunto os painéis com a escultura monumental de **Osuna**.

Precisamente, ainda nos **finais de 1897**, ao Louvre, os materiais de proveniência hispânica, como uma nova reputação, ganhavam lugar de exposição na «**Sala Apadana**». Para aí se levaria o busto da «**Dama de Elche**», depois de ter estado provisoriamente na «**Sala Ernest De Sarzec**», ao lado das obras orientais de Palmira e Susa trazidas por este arqueólogo das suas explorações no Próximo-Oriente.

Era esta Sala, pois, o lugar de exibição das peças da **Colecção de Antiguidades Orientais**, estabelecida, como secção própria, em **1881**, tendo sido

Cf. Anexos

precisamente **Léon Heuzey** o seu primeiro Conservador (que tinham em em 24 de Setembro de 1897, apresentaria oficialmente a «Dama de Elche», como a mais recente aquisição do Louvre, diante da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*.) Entretanto, em **Setembro de 1904**, inaugurar-se-ia por fim um espaço próprio para as «**Antiguidades Hispânicas**», com o arranjo da «**Sala VII**» do Louvre, que, a partir de então, se abriu ao público [cf. MANSO MARTÍN 1997: 39; ROUILLARD 1997: 137-ss.]¹⁴⁸.

Torna-se significativa a opção, sob a responsabilidade científica de **Léon Heuzey**, de se colocarem as peças ibéricas, primeiro, junto da **Colecção das «Antiguidades Orientais»** do Louvre, e, a seguir, entre os conjuntos que estavam já incluídos na **Colecção de «Antiguidades Mediterrânicas»**, no mesmo Museu (e recebendo a colta «AM», como todas as obras deste último núcleo), ou sejam, as peças que haviam sido trazidas do Chipre, de Rodes ou dos antigos lugares etruscos.

¹⁴⁸ A **colecção das «Antiguidades Hispânicas»** manter-se-ia, em Paris, com todas estas obras reunidas, na sua íntegra, até à II Guerra Mundial. Na ocasião de um momento de entendimento político entre o governo de Vichy e o General Franco, embora na sequência do haviam sido, já desde antes, as insistências por parte do Estado espanhol para o **retorno das principais preciosidades hispânicas**, suceder-se-ia, por fim, a devolução de uma parte considerável das peças, entre as quais a «**Dama de Elche**», que chega, solenemente, a Madrid, no dia 10 de Fevereiro de 1941. A 13 de Maio seguinte, oferecer-se-ia à exposição pública, no Museu do Prado, onde permaneceria até 1971, data em que foi levada definitivamente para o Museu Arqueológico. Para a Exposição dedicada aos *Iberos* de 1997, no *Grand Palais* de Paris, seria somente enviada uma réplica do referido busto (e a sua única saída de Madrid ocorreria apenas em 1965, em que a figura voltou a Elche para as celebrações do VII Centenário das Festas dos Mistérios). A «**Dama de Elche**», com efeito, constituía desde sempre um ponto irreduzível das negociações entre a Espanha e a França para a devolução das obras hispânicas; um processo que recuava a 1909, quando, em **Burgos**, o francês Maurice Legendre foi recebido por Miguel de Unamuno e por Ortega y Gasset, durante um encontro em que se viria a estabelecer um acordo de relações culturais. Sem outros desenlaces quanto à devolução das obras, em 1928, contudo, abria-se, em Paris, o **Instituto da Casa Vélazquéz**, como resultado do acordo de Burgos; mas as peças em causa não regressariam senão mais tarde ao seu país de origem, exceptuando-se, como foi já atrás referido, as que haviam constituído ofertas especiais às instituições francesas [cf. RAMOS FERNÁNDEZ 1997: 20-ss.].

Heuzey ter-se-á, desde logo, apercebido das inter-relações formais existentes entre a **arte dos Íberos** e as restantes realizações das antigas **sociedades mediterrâneas**. E um defensor da própria questão das «origens micénias», tal como se revelariam nas realizações artísticas ibéricas, seria, inclusivamente, o investigador **Pierre Paris**, quando adiantou algumas das suas considerações [cf. ROUILLARD 1997 a] ¹⁴⁹.

De qualquer forma, as **tentativas de reconhecimento de uma influência helénica**, sobretudo quanto aos aspectos que, na verdade, apelavam à própria estética da **Época Arcaica**, e a que se acrescia a combinação com elementos de clara **identificação orientalizante**, não deixavam de suscitar ponderações acometidas, devido ao recente rescaldo provocado pela questão das falsificações, que tanto mais exigia cautelas até que a autenticidade das obras pudesse comprovar-se de vez.

¹⁴⁹ **Pierre Paris** tivera uma formação baseada no âmbito dos estudos clássicos e das Humanidades. Parecia-lhe, portanto, óbvio que os antigos Íberos tinham guardado as **heranças estéticas do período arcaico** (salientando-se que o mesmo Pierre Paris *ne se résoudra jamias à l' idée d' une école ibérique*). **Léon Heuzey**, por sua vez, vinha notar, no universo da arte ibérica, *l' action sur l' art phénicien qui s' est exercé à Carthage*. De qualquer modo, sucede que as obras ibéricas seriam entretanto ignoradas por um outro investigador contemporâneo, **Frederick Poulsen**, que, muito embora tivesse visitado a Península, no estudo que publica em 1912, *Der Orient und die frühgriechische Kunst*, e cujo conteúdo proporcionaria bons pretextos para a alusão ao recém-constituído núcleo do Louvre, nada aproveitará do que então circulava já no meio historiográfico e crítico [cf. ROUILLARD 1997: 138-139]. Posteriormente, no seu *Essai sur l' art et industrie (...)*, **Pierre Paris** afirmará que o «tipo étnico» da «Dama de Elche» era afinal mais *espanhol* do que propriamente *grego*, ainda que não viesse refutar a sua própria opinião de que se estava perante uma obra helénica; na mesma sequência, de ideias, **Theodore Reinach** propunha até que a peça ilícita havia sido fabricada numa oficina grega de Hemeroskopeion [GÓMEZ-TABANERA 1997: 178]. Entretanto, noutro esforço comparativo, **Rhys Carpenter**, em *The Greeks in Spain* [1925], comparava, nos paralelismos possíveis, a «Dama» e a **estátua do «Apolo Chatsworth»**, do Museu Britânico (Londres), assinalando que se estava perante um mesmo esforço compositivo apoiado na teoria clássica das proporções, e a que se adicionava o aspecto «assexuado» de uma e outra peça, como reflexo das representações de intencionalidade idealizante. O «**carácter apolíneo**» da «Dama» seria, então, bem evidente, ainda que o aparato de adornos se adequasse ao que descrevera Estrabão (seguindo Artemidoro de Éfeso [ESTRABÃO III, 4, 17]), quanto aos arranjos das «mulheres» da Ibéria [cf. GÓMEZ-TABANERA, id., ibid.].

De qualquer forma, **Emile Hübner**, na sua qualidade de estudioso da Antiguidade peninsular, não deixaria de considerar imediatamente a «**Dama de Elche**», no seu próprio artigo de 1898, como *a primeira obra da escultura ibérica* ('*das erste Werke iberischer Bildkunst*'). Reforçava-se, afinal, a constatação de se estar perante uma acentuada originalidade cultural: um processo que teve na descoberta da «Dama» e suas vicissitudes posteriores um momento decisivo, quanto ao despertar de interesses, e paixões.

O que se revelava era a **profunda identidade civilizacional da Hispânia**. Conforme, de facto, Pierre Rouillard salientou, *au-delà des travaux des naturalistes et préhistoriens, de la présentation des peintures de Altamira à l' Exposition Universelle de Paris en 1878 et de l' oeuvre de Cartailhac et celle de l' abbé Breuil, la découverte de la Dame d' Elche, en 1897, constitue une date clé en ce qu' elle révèle au monde savant et au grand public un art nouveau* [ROUILLARD 1997 a: 10].

E a inserção das peças ibéricas ao lado de outras realizações do mundo mediterrâneo, não se resumindo à apresentação de um mero conjunto de «manifestações locais», surgia, na verdade, como um reconhecimento das próprias inter-relações que uniam as regiões da Antiguidade.

Léon Heuzey, também formado na **École Française**, de Atenas, tornando-se, em 1881, Conservador da Secção de «Antiguidades Orientais», inseria-se, pois, nas temáticas do Orientalismo, tendo então a seu cargo as peças trazidas do Próximo-Oriente, a «arte da Caldeia», que ficariam reunidas na «**Sala De Sarzec**» [cf. CAUBET 1997: 5; ROUILLARD 1997: 10-11].

Se Pierre Paris vinha interpretar aquele universo de achados hispânicos, segundo a sua associação ao Classicismo, **Heuzey** ter-se-á apercebido, pois, pelo seu contacto com as obras de arte oriental, do âmbito na verdade mais alargado que o mesmo conjunto de peças peninsulares poderia oferecer quanto à compreensão dos próprios **contactos entre o Ocidente e o Levante**, na

restituição de uma geografia de antigas ligações, e pelas quais, com efeito, fazia todo o sentido colocar as peças hispânicas ao lado, nomeadamente das cipriotas.

Reconhecer-se-ia **um mesmo horizonte de práticas e de sensibilidades**, ao considerar-se todo o antigo espaço do Mediterrâneo, que, embora diverso, surgia agora no seu cenário de similitudes e, até mesmo, certa homogeneidade.

Léon Heuzey definiria todo esse grupo de manifestações como sinais de «**arcaísmo greco-fenício**», reconhecendo, assim, *l'emploi de techniques orientales de tradition très ancienne, mettant à profit son expérience récente de la sculpture sumérienne pour observer que 'les mèches de la chevelure grecque (...) sont devenues des boucles alignées et remplies par des courbes concentriques (...), le procédé par lequel les vieux sculpteurs chaldéens rendaient la crinière des lions ou les mèches floconneuses de l'étoffe dite kaunakès (...) Cet archaïsme (...) s'obstine dans la tradition et la prolonge indéfiniment (...); mais il reste naïf et convaincu et garde de cette sincérité une saveur particulière* [CAUBET 1997: 5 ; n/ destaque].

Cf.
Fig. 38

Um «**arcaísmo**», entendido sob um ponto de vista estético e estilístico, que emergia como manifestação própria de um determinado contexto cultural que se repartia, num dado momento, por todo o Mediterrâneo, graças à convergência de ligações comuns. E possibilitava-se, entretanto, o que Ricardo Olmos veio a designar como a «**invenção da cultura ibérica**», na distinção que, ao mesmo tempo, se reconheceria como subjacente às realizações do Sul da Península, interpretando-se como uma eminente expressão civilizacional que, as dadas circunstâncias de finais do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, não deixariam de se fazer aproximar de determinados aspectos da própria cultura espanhola do momento [cf. OLMOS 1997; e também RUIZ RODRÍGUEZ 1993] ¹⁵⁰.

¹⁵⁰ E eis que também **Pierre Paris** não deixaria de considerar a **Hispania** como um «**Oriente da Europa**», desde logo notando as sucessivas semelhanças existentes entre as paisagens peninsulares e as que ele mesmo conhecia das suas viagens pela Palestina ou pelo Norte de África, e que suscitam, enfim, toda a evidência dos paralelismos, ou de

c) **Um exemplo da arte escultórica dos Íberos:
As esculturas de Osuna (Sevilha) no seu contexto e associações.**

Também expostos no Louvre, estavam, pois, os achados monumentais de **Osuna** e **Agost**, que haviam sido trazidos em resultado das recentes campanhas francesas. Desde logo, **Osuna** evocava o próprio protagonismo da antiga cidade de **Urso**, que, na Antiguidade hispânica, detivera um importante papel no contexto das Guerras da Lusitânia e Celtibéria. Aí mesmo, em pleno território do que se tornaria posteriormente na província romana da **Hispania Ulterior**, instalara-se um foco de ofensivas contra as populações resistentes, durante o Séc. II a.C., sob o comando de **Servílio Cepião**.

No sítio, encontraram-se vestígios de ocupação que remontavam à Idade do Bronze. No **Séc. III a.C.**, momento de auge da «**Cultura ibérica**», emitiam-se moedas próprias. Já depois da conquista romana, à época do **Primeiro Triunvirato**, sob a iniciativa de **Pompeu**, edifica-se, em torno da antiga **Urso**, uma cintura de muralhas; era o tempo de outras lutas, neste caso a **guerra contra Júlio César**, tendo Pompeu estabelecido na Hispânia uma das suas bases, e os seus próprios filhos aí se refugiariam, até à tomada da cidade pelos exércitos de César ¹⁵¹.

uma idêntica *tonalidade*, que aproximariam os dois extremos do mundo mediterrâneo, e a que corresponderia, portanto, a essência da «Cultura Mediterrânica»; os seus respectivos aspectos mais duradouros, referentes a traços de «exuberância» (que bem se reconheceria nos ambientes do Oriente), prolongar-se-iam, então, na própria essência do sentido de *Hispanidade*; entenderia Pierre Paris que havia, muito naturalmente, uma longa continuidade histórica, em que influências da mais diversa proveniência se misturavam entre si para se configurarem nos sinais culturais ainda visíveis no leque das manifestações populares (*l'Espagne preromaine, pour lui, n'a pas vraiment de l'histoire, donc pas de chronologie; les influences mycéennes, phéniciennes et phocéennes s'y mêlent dans le lent continuum de l'Occident primitif* [MORET 1997: 71; n/ destaque]).

¹⁵¹ *Pompey 'the Great' (106-48 BC) rose to prominence in Rome by virtue of a distinguished military career, shifting political alliances, and prudent political*

Foi nesse recinto, de tão fortes evocações históricas, que **Arthur Engel** e **Pierre Paris** desenvolveram conjuntamente as suas explorações de **1902 e 1903**, e das quais resultou o achado das peças de escultura que, em 1904, dariam igualmente entrada no Louvre para reforço da colecção das antiguidades ibéricas [cf. ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 26-27]. Na verdade, as citadas esculturas atestariam sucessivas **fases de realização estilística**, culminando no **período íbero-romano**, de vestígios mais abundantes, em que apareciam já elementos do armamento dos Romanos.

De momentos anteriores, havia **dois túmulos**, de **facies orientalizante**, que foram, respectivamente designados, como «**Túmulo A**» e «**Túmulo B**», e para os quais se forneceria uma cronologia do **Séc. VI a.C.**. Do «**Túmulo A**», em referência ao conjunto de **peças orientalizantes**, há a realçar o achado de **fragmentos de um pente de marfim**, em que ambas as faces surgiam gravadas com a **aplicação de dentilhado**, na parte inferior, e com a **decoração incisa de ziguezagueados**; e, repetindo-se de cada um dos lados do pente, havia a **representação de dois cervídeos**, em posição deitada e de perfil, bem como a **flor de lótus** (três flores figuradas à direita e à esquerda dos animais) [cf. ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 27-28; n.º. de catálogo: AM 1139].

Tudo, enfim, como elementos característicos da iconografia corrente naquele mesmo período, sendo um exemplo comparável o caso do **pente de Cruz del**

Cf.
Anexos

Figs.
39, 40.

*marriages. Early in his career he helped to subdue various enemies of the Roman state, the most notorious and dangerous of whom was Mithradates of Pontus, the rebellious Hellenistic king who saw himself as a new Alexander the Great and struggled to expel the Romans from Asia (...). After a great triumph in 62 BC to celebrate his victory in the Mithradatic wars, Pompey soon entered into an alliance with Julius Caesar and M. Crassus (the **First Triumvirate**), married Caesar's daughter, and throughout the 50s was one of the most powerful figures in the Roman world. His **gradual falling out with Caesar led ultimately to his defeat at the battle of Pharsalus in 48 BC**, [de onde, então, há-de resultar o relato dramático da **Pharsalia** de LUCANO (cf. GRAVES 1956)] soon after which he was murdered. During the Empire he continued to be remembered as a man of integrity who, in spite of his unhappy end, had won victories for the Roman state and had played a major organizational role in its system of provincial government (...)* [POLLITT 1993: 243].

Negro (Carmona, Sevilha), de idêntico estilo e igual datação, e que veio, por sua vez, a guardar-se em Nova Iorque, na Coleção da selecta **Hispanic Society** americana.

Do espólio retirado do «**túmulo B**» de Osuna, salientavam-se os seguintes vestígios cerâmicos:

- uma **taça com decoração geométrica** de bandas paralelas em linhas de dupla cor, vermelho alternado com negro (e a qual foi inicialmente classificada como sendo uma urna), claramente de tipologia orientalizante;
- um **recipiente de alabastro**, de forma ovóide;
- ou um **colar em pasta de vidro**, com catorze contas, também de formas e cores alternadas (branco, verde com irisado) [ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 27-28; n.ºs. de catálogo: AM 1288 (1), A 1255, AM 1258 (c)].

Quanto às esculturas, apareceram estas numa das muralhas pompeianas que era chamada de «**Garrotal de Postigo**». Pelo seu estado fragmentário, tal como foram encontradas nas campanhas de Engel e Paris, teriam sido intencionalmente mutiladas e aí mesmo abandonadas. A sua cronologia parecia coincidir com a sequência de transição entre o «**ibérico pleno**» e o «**ibero-romano**». Mas, perdido o seu contexto, vêm a desconhecer-se as suas origens, proveniência ou possível funcionalidade concreta. Era composto por diversos blocos figurados, contendo cenas com evidente aparato de acentuado sentido simbólico. Entre os elementos ornamentais de presumível uso arquitectónico, e o

grupo de esculturas avulsas, destacava-se o «**Touro de Osuna**», parte de um leque de representações zoomórficas de diversa índole.

Tratavam-se, enfim, de materiais dispersos e resgatados de uma situação sem qualquer outro contexto que não fosse o da sua respectiva acumulação como registos de obras que haviam perdido de todo a sua função inicial, qualquer que fosse [cf. ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 28-ss].

Pelo que se sabe, e conforme o adiantaria **Teresa Chapa Brunet**, a propósito da ideia de que tais peças teriam uma eventual proveniência de algum santuário de âmbito local, *les sanctuaires aux abords des portes des villes ne sont pas inconnus (...), comme on peut le voir à Torreparedones (...), de même que les dépôts votifs liés à des nécropoles, comme c est le cas à Villaricos (Almeria) (...). Osuna pourrait présenter l'un de ces cas de figure* [CHAPA BRUNET 1997: 29 ; n/ destaque].

Parte do **espólio de Osuna** seria devolvido à Espanha, mas do que permaneceria, entre as colecções francesas, foi uma **série de painéis figurativos**, que se sugeria serem imagens rituais, em associação também a um presumível recinto de santuário.

Os referidos painéis foram classificados em **subgrupos**, de que o «**subgrupo A**», dito das «**procissões ibéricas**», se congrega em blocos esculpidos com características aparentemente mais primitivas, e que se crê terem pertencido a algum sepulcro de tipo principesco.

As peças deste designado «**subgrupo A**» não deixam, de qualquer modo, de fazer perceber que, na sua combinação, se compunham como uma realização de grande porte; pertenceriam também à época imediatamente pós-tartéssia, e, datando do **Séc. VI a.C.**, ou «**proto-ibérico**», foram assim valorizadas pela comparação da sua imagética com outros exemplos: nomeadamente, a escultura decorativa do sepulcro turriforme de **Pozo Moro (Chinchilla, Albacete)**, outros dos exemplos monumentais dessa referida época, e que, tendo sido encontrado

Figs.
41-43

mais recentemente, em 1971, permitiu uma melhor apreciação do seu respectivo contexto.

No geral, as **representações de Osuna**, distinguem-se por um modo próprio, com que se procede a uma apresentação do aparato figurativo, por exemplo, no armamento e a indumentária.

Definindo o que viria a ser a «**escola ibérica**», predominam ainda cânones arcaicos, de figuras em perfil, e num acentuado sentido de frontalidade, cujo cenário é essencialmente cerimonial. Desse cenário, fazem parte «**damas**» **oferentes**, em atitude processional, ou as representações de alguma **exibição bélica**.

Por fim, ainda nos painéis do «**sub-grupo A**», deparamos com a figuração, muito emblemática, de uma **tocadora de flauta** ¹⁵².

O «**subgrupo B**», designado como «**dos bandos armados**», por seu lado, é tardio e correlativo com o período **íbero-romano**. Na série de placas com a **representação de soldados**, com os seus escudos e armas, numa intenção descritiva do aparato guerreiro. As figuras aparecem com as **túnicas drapeadas**, atadas à cintura e, de um modo muito semelhante ao do tratamento dos guerreiros galaico-lusitanos, a superfície das figuras está dotada, quanto à representação do tecido e cinto, do cruzamento geométrico de linhas rectas incisas. Trazem **capacetes redondos**, e ainda, cada qual, com a sua respectiva **caetra**, o escudo característico do antigo mundo hispânico.

Sendo da **transição dos Sécs. II-I a.C.**, possuem, na verdade, significados ainda mais vagos do que as peças do conjunto anterior, que são mais antigas mas cuja interpretação fornece mais azo ao sentido do imaginário que seria o tradicional, tal como se exprimia numa fase original, ao passo que os painéis de

¹⁵² Enfin, *les thèmes traités, l'usage du calcaire, où la rigidité et le caractère conventionnel des formes et des attitudes révèlent une longue tradition locale* [CHAPA BRUNET 1997: 29 ; n/ destaque].

data posterior, aparentemente mais «históricos», não ofereceram qualquer pista quanto ao episódio a que se hão-de referir.

Teriam, estes soldados, a mesma função que as cenas mitológicas da Grécia clássica? Reportar-se-iam a epopeias locais, ou, pelo contrário, a evocar as próprias guerras, e os seus heróis, ainda que tivesse sido esse mesmo conflito a ocasionar o fim de uma autonomia cultural e política?

Na verdade, não deixam de haver indícios de que houve um contexto de reutilização dos blocos, que talvez tivessem sido inicialmente realizados em época anterior, e que, depois da conquista romana, teriam recebido outra simbólica; estaríamos, com esta perspectiva, diante de um claro exemplo de **interpretatio romana** ¹⁵³.

Do que interessa realçar, há, assim, o facto de se ter de considerar, seja a «**Dama de Elche**», sejam as **esculturas de Osuna**, seja o achado do **monumento de Pozo Moro**, no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (a que veio corresponder um outro registo marcante) como elementos ou manifestações que se referem a um espaço diferenciado, mesmo dentro da própria Península Ibérica, e a que correspondia o território que, a leste de Sevilha e estendendo-se até ao litoral mediterrâneo, se configurou, porventura, como o cenário para os desenvolvimentos mais expoentes de todas as sociedades que se vieram a afirmar, como entidades culturais autóctones, em contextos pós-tartéssios.

¹⁵³ Conforme nos é descrito, então, neste **grupo escultórico dos «bandos armados»**, *le décor comprend des figures humaines traitées en bas-relief: des soldats armés se dirigent vers une scène centrale, qui consiste en un combat entre deux soldats (...). Les caractéristiques reconnues comme romaines de cet ensemble ont conduit à suggérer qu'il s'agirait d'une sculpture postérieure à la victoire de César sur les partisans de Pompée et qu'elle porterait même témoignage de cet événement. Toutefois, les travaux d'Engel et de Paris ont bien montré que les sculptures avaient été utilisés en emploi dans la muraille construite avant la bataille de Munda [45 a.C.], qui constitue le terme de cette guerre [CHAPA BRUNET 1997: 33-ss. ; n/ destaque].*

4.2. O sentido dos elementos civilizacionais compartilhados: A importância dos materiais 'menores'.

Alguns dos motivos da arte dos Íberos constituíram-se como autênticos paradigmas de uma iconologia própria de um tempo e de uma sociedade, justificando-se, então, ao nível da sua manifestação, pelo contexto que lhes terá proporcionado uma origem. Apesar da sua especificidade regional, contudo, não vieram a trair o que estava subjacente, como base, algo de elementos anteriores, que se formulavam como parte de uma tradição, estivesse ou não mais próxima no tempo e no espaço, a qual era, afinal, comum ao sentido do que se poderá considerar como uma estética autóctone, e pertencendo, na verdade, ao próprio fundo cultural em que radicou uma antiga estética das culturas peninsulares.

Com efeito, esse horizonte cultural compartilhado vem a revelar-se, essencialmente, pela recorrência com que hão-de surgir determinadas tipologias materiais, repartindo-se, em termos genéricos, por áreas alargadas, e reflectindo porventura o que unificaria uma sensibilidade duradoura ou as atitudes comuns de uma estrutura cultural que se manteve. É assim que vieram a aparecer, entre o lote de artefactos e vestígios, exemplos das «artes menores», ou sejam as realizações metalúrgicas e cerâmicas, que teriam igualmente o seu lugar, não apenas nos museus locais, onde enchiam o repertório dos documentos materiais referentes a épocas recuadas, mas também, no próprio Louvre, como consequência das missões francesas dos fins do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, ao lado dos outros registos da escultura de índole mais imponente.

E sucede que são, evidentemente, os mesmos os vestígios recolhidos, fosse no Levante hispânico, fossem os que eram provenientes dos territórios a Ocidente da Península Ibérica: **falcatas**, **fibulas**, as **cerâmicas**, ou as **peças de torêutica de bronze**, nomeadamente as que representavam figuras de **ex-votos** associadas

ao contexto de diversos santuários, que não apenas os localizados do lado de lá do Guadalquivir, restando, sejam as **coleções de St. Germain-en-Laye**, seja o abundante repertório de peças do **Museu Arqueológico Nacional de Madrid**.

a) As campanhas na área de Almedinilla e o resgate da falcata de Los Collados.

Da exploração que, em 1904, **Engel e Paris** realizaram em **Almedinilla (Córdova)**, em plena **bacia do Guadalquivir** (e numa **rota de contactos entre o litoral e o interior**), constatando-se ainda que os sinais da sua primeira ocupação humana se situavam em torno ao **Séc. V a.C.**, vários vestígios e estruturas não deixariam de evidenciar aquela mesma circunscrição como uma área arqueologicamente importante: no lugar de **Barranco del Lobo**, havia uma necrópole visigótica; em **El Ruedo**, encontravam-se os restos de uma *villa* romana; no **Cerro de la Cruz**, havia uma necrópole ibérica, junto a um aglomerado habitacional, que forneceu um amplo **espólio cerâmico** (conservado no **Museu de Saint-Germain-en-Laye**), e composto por uma série de fragmentos, de vasos ou taças, que se caracterizavam pela sua com decoração geométrica característica.

Em **Almedinilla**, portanto, *les (...), archéologues ont dégagé des maisons (...), objet de fouilles récentes qui ont permis de fixer la **chronologie du site** entre le **IV^e** et le **troisième quart de siècle du II^e siècle**, la phase finale correspondant, semble-t-il, à celle de la plus grande extension du site* [ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 76; n/ destaque].

Cf.
Anexos

Ainda na área de Almedinilla, em **Los Collados**, havia já registo, por sua vez, do que fora um dos achados mais significativos do lugar: a designada **falcata de Almedinilla** (ou, também conhecida, obviamente, como a «**falcata de Los Collados**», e que veio, do mesmo modo, a permanecer entre a **Colecção de St.**

Germain-en-Laye), uma obra em bronze, de lâmina recurvada e **punho moldado com uma representação zoomórfica**, de «**cabeça de pássaro**» ou de «**grifo**», portanto com elementos típicos da tradição da Pré-história final.

No rebordo da folha, ao longo do seu respectivo comprimento, aplicara-se uma **decoração de caneluras**.

Era esta uma peça que se havia encontrado, contudo, em data anterior às missões francesas, uma vez que **Almedinilla** foi primeiro explorada, em **1867**, por **Luís de Maraver y Alfaro**, que, no ano seguinte, deixaria ao Museu Arqueológico Nacional de Madrid o material entretanto recolhido, composto essencialmente de artefactos metalúrgicos. Como, do espólio inicial, muito se dispersou por mãos particulares, foi por esta via que a referida peça seria oferecida ao **Louvre**, em 1913, razão pela qual permaneceu a peça em território francês, mesmo depois da devolução de outras obras [cf. ANTIQUITÉS DE L' ESPAGNE: 76-ss].

Pelos seus elementos decorativos, destacava-se, então, a **falcata de Los Collados** como uma realização especialmente reveladora da habilidade artística que estava por detrás do seu fabrico, e, claro está, evidenciando um gosto elaborado da pessoa a quem se destinasse a mesma arma. Quanto à sua, também evidente, importância arqueológica, a falcata enquadrava-se, então, no conjunto de produções de **armamento pessoal** que mais distinguiam a **aptidão tecnológica das sociedades locais**; correspondia por isso a uma tipologia que proliferava, de facto, por todo o território peninsular, sendo, pois, uma peça única e original, mas de nenhum modo excepcional enquanto achado material.

Do seu **simbolismo**, também neste caso, era uma realização propositadamente executada para um contexto definido de acompanhamento sepulcral. Assim mesmo, a **presença de armas em necrópoles**, bem como o **sentido das representações decorativas ou figurativas** que surgiam em tais realizações, não deixava de se tornar num recorrente indicador cultural, seja associando-se à **vocação metalúrgica das populações locais**, seja como reflexo

de uma demarcada atitude cultural e ritual.

A **inserção cronológica da falcata de Almedinilla**, tendo em atenção, efectivamente, a citada atribuição cronológica do seu lugar de proveniência, relaciona-se, enfim, com o profundo **momento de viragem** que se sucederia, não apenas na Hispânia, como na Europa, **em torno ao Séc. V a.C.**, e que, coincidindo com a preparação do que, no Levante peninsular, tomará o nome de «ibérico pleno», terá igualmente reflexos no próprio surgimento de outras determinadas formulações culturais ou técnicas, a que corresponderiam as alterações sociais.

A **tipologia das falcatas** vinha indicar a generalização do encurtamento do tamanho do armamento pessoal, pelo menos quanto a épocas precedentes (e sobretudo quanto à Idade do Bronze e I Idade do Ferro), bem como um progressivo modo de crescente elaboração decorativa de tais realizações.

É desta forma que se chega à questão das **influências célticas**, particularmente as que dizem respeito à **difusão de modelos e padrões inspirados no Laténiense**, que, da Europa central, chega à Ibéria. Facto é que, tanto em termos europeus como estritamente peninsulares, corresponde o **Séc. V a.C.** a um momento de **deslocações e migrações de povos**. Particularmente na Península, assiste-se, então, quer à evidência da formação da **Celtibéria**, quanto à sociedade que veio a ocupar a zona central da Meseta.

É de considerar, então, como plausível a hipótese ser **a influência de um decorativismo de tipo céltico** o que vem a corresponder ao trabalho formal efectivamente presente na falcata de Almedinilla.

b) Aspectos distintivos das armas da Idade do Ferro.

Interessará sobretudo salientar que os objectos desta tipologia, na sua funcionalidade e no seu simbolismo, ou, até, na sua adequação a sentidos de uso

e distinção individual, correlacionam-se directamente com os aspectos do desenvolvimento social das sociedades antigas, sobretudo as designadas «sociedades bárbaras», nas quais se sucede a afirmação de estatuto de determinados grupos, e, em particular, a emergência de «aristocracias principescas», e, no que nos importa aqui realçar, a formulação de uma «**ideologia guerreira**» ou uma «**ideologia heróica**», cujo reflexo imagético é, então, decisivo para o entendimento de um dado período histórico.

A **presença de armas de porte individual**, em **contextos sepulcrais** e com um papel distinto no próprio conjunto dos depósitos de artefactos funerários, e de que é precisamente exemplo esta **falcata de Los Collados**, faz pressupor, à partida, a forte evidência de *um valor social adjacente ao puramente funcional, que faz com que se possa considerá-las como um indicador do estatuto dos seus proprietários, sendo por vezes verdadeiros objectos de prestígio, prova do carácter hierarquizado da sociedade a que pertencem, na qual fica perfeitamente definida a existência de uma organização de tipo militar* [LORRIO 1993: 291; n/ destaque].

Mas, neste sentido, também certas esculturas, como as de **Osuna**, que comportam uma figuração de desfiles soldadescos se poderão relacionar com um idêntico processo de **afirmação dos sentidos «guerreiros» ou «heróicos»**, que nos conduzem, então, à mesma constatação de estarmos perante uma tal ideologia, e, no que é essencial, ao fulcro fundamental de uma **estética**.

Atendendo-se, então, a todo o **desenvolvimento de artefactos conducentes a uma mesma distinção dos aparatos guerreiros e à iconografia que, dentro do mesmo âmbito, se regista desde a Idade do Bronze e que culminará na II Idade do Ferro** (em momentos posteriores ao Séc. V a.C.), e, ainda, em correlação quer com crescimento dos aglomerados populacionais (que traduz, por sua vez, o próprio desenvolvimento das sociedades), quer com a acentuação recorrente de determinados achados, como os que se configuram em

cada contexto sepulcral, entrever-se-á o âmbito de **uma cultura concentrada em valores de afirmação dos ideais de bravura ou do ideal da virtude que consistirá na expressão da coragem individual**, e na capacidade de exceder a própria força física.

Ao mesmo tempo em que se fazia sobressair o carácter da distinção individual inerente a certos enterramentos, bem como do estatuto social da pessoa sepultada, na progressiva diversificação dos espólios funerários, concretizar-se-iam os aspectos de representação de uma tal ideologia. Das frequentes incursões e lutas que se conhecem, seja quanto aos conflitos de natureza tribal, seja quanto à resistência aos Romanos que veio a resultar no processo das guerras hispânicas, havia de facto, entre as sociedades locais, sobretudo as que habitavam as partes mais setentrionais do território, uma **estrutura militarizada**, adequada a esses propósitos de preparação para os combates. Não se confirma, portanto, uma correspondência linear ou unívoca, entre a presença de determinados artefactos e alguma aparente vocação dos indivíduos assim sepultados, tal como o afirma **Alberto Lorrio Alvarado** na passagem acima transcrita, ainda que estejamos diante de sociedades que, além das actividades agrárias, metalúrgicas ou comerciais, obviamente, envolviam-se também na guerra.

Ou seja, não há razão para se pensar que a **presença de armamento no contexto dos espólios funerários** indique que a pessoa ali enterrada havia sido um soldado, tal como não se consegue descortinar, por outra parte, se se trataria de um proprietário de terras, ou se seria tão só uma figura eminente na sociedade do seu tempo, ou se seria um chefe local, pois não há quaisquer vestígios que mostrem claramente qual o verdadeiro estatuto de cada enterramento. Não se tratará senão do fundo cultural de uma época, pelo qual se tornará legítimo **associar a exaltação heróico-guerreira** (base de uma ideologia) **às atitudes que definem um antigo culto aos mortos**. Assim sendo, não se trataria de uma «**História**» mas, muito simplesmente, de **Mitologia** ou uma emblemática.

Cf. Figs.
26, a-b.



Mais uma vez, com referência à mesma **falcata de Los Collados**, e quanto a achados idênticos, há, de facto, a **confirmar tais objectos terão sido usados em combate, ou se seriam, unicamente, artefactos apenas simbólicos quanto à representação dos valores**, como se estivesse, por exemplo, tão só a assinalar a importância de uma determinada linhagem do indivíduo, e não de toda uma respectiva importância como «guerreiro».

No seu cenário próprio, a **II Idade do Ferro** coincidiu com a emergência de períodos de grande afirmação das sociedades às quais não vieram a ser alheias as influências europeias subsequentes à desagregação dos potentados célticos da Europa Central. De uma forma geral, os **artefactos metalúrgicos**, ainda que de categorias recorrentes ao longo de fases diversas, surgem, no modo em que vão sendo afeiçoados, como indicadores próprios de uma época, difundindo-se e constituindo-se como parte importante do conjunto de vestígios materiais cuja cronologia se comprovou devidamente.

Tais sinais materiais, na verdade, não se restringiam, obviamente, às áreas circunscritas, mas, muito simplesmente, vão aparecendo em diversos lugares, tal como se se tratassem de um produto fabricado segundo um sentido de serialização. Tornar-se-ia patente, então, sobretudo a vertente mais simbólica da sua funcionalidade, ainda que a tipologia das armas se viesse oferecer, como é sabido, a uma grande diversidade ¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Com efeito, em referência às **tipologias das armas de porte individual e às suas fases de definição cronológica**, em termos gerais, sabe-se que, **até ao Séc. V a.C., les armes les plus fréquentes sont des piques à fer très allongé, lourd et doté d' une forte nervure, adaptés au combat corps à corps, par ailleurs**, mas notando-se, **posteriormente, la rareté des tombes à armes dans la Basse Andalousie- la future Turdetanie-, tandis que les pointes de flèche en bronze à barbillon latéral, d' origine**

Mas, poderá pressupor-se que, em momentos em que as peças de uma determinada tipologia mais escasseiam, talvez seja mais elaborado e especial o seu trabalho, o que talvez indique a presumível ocorrência de fases culturais precisas.

Caracterizando, por sua vez, a Idade do Ferro e as suas respectivas fases culturais, indicaria **Octávio Gil Ferrés** que, na já referida **transição do Séc. V para o Séc. IV a.C.**, se teria assistido à **demarcação de influências diversas**, que se atestariam pelo *aparecimento de santuários onde se vêem centenas de figurinhas de barro, pedra e bronze*, e em cujo contexto cultural, era a *arma típica* (...) [precisamente] *a falcata, talvez de origem grega* (achando-se, além das *falcatas, também punhais biglobulares e espadas compridas* (...), *cujas decorações de máscara são imitadas nas peças locais, principalmente nas fibulas*) [GIL FERRÉS 1971 (1981): 569; n/ destaque].

Definiam-se usos que se alargavam aos costumes votivos, em que as peças de fabrico metalúrgico se vieram a encontrar, presumivelmente, em determinados contextos, como oferenda, e, em contextos sepulcrais, conforme se referiu atrás, acompanhavam a outra panóplia de objectos, como exaltação ou manifestação de prestígio próprio, ainda que se viessem a resgatar, tão só, sinais de um imaginário mal descodificado ¹⁵⁵.

phénicienne, se comptent par milliers dans les villages fortifiés de cette région»
[QUESADA SANZ 1997: 125].

¹⁵⁵ E bem o assinalou igualmente **Alberto Lorrio Alvarado**, quanto ao facto de serem *los contextos funerarios* (...) *la fuente de información más importante, ya que proporcionan la mayor parte de las armas de la Edad del Hierro registradas en la Península Ibérica. Las armas depositadas en las sepulturas son susceptibles no sólo de un análisis tipológico, sino que también permiten determinar la propia evolución de los equipos militares, sus modificaciones cronológicas y geográfico-culturales y su significado étnico* [LORRIO 1993: 291; n/ destaque].

c) O confronto interpretativo do espólio do Olival dos Mártires, segundo Vergílio Correia.

Em termos particulares, a **falcata de Almedinilla** viria a ser considerada por **Vergílio Correia** como elemento referencial para o estudo dos materiais da **Idade do Ferro**, de entre o espólio da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer-do-Sal)**.

Na **Conferência de 1925**, ao resumir o decurso das suas explorações em Alcácer do Sal na primeira parte da década, e assinalando o respectivo número e contexto das espadas ou pontas de lança e ferros dobrados (os *soliferrea*), além dos vasos, adornos e demais tesouros, o arqueólogo não deixaria de reafirmar que eram, efectivamente, *todos esses objectos [manifestação da] mais requintada civilização ante-romana que o mundo ocidental conheceu [ou seja], a cultura meridional da idade do ferro, afeiçoada e vivificada pelas influências orientais e helénicas (...)*. Prosseguindo, explicava que, no **Olival do Senhor dos Mártires**, *cada sepultura de homem de armas- e homem de armas naquela sociedade devia ser todo o homem livre e válido, - apresenta duas pontas de lança, uma longa, outra curta*; e adiantava que *abundantemente [as sepulturas onde havia] os vasos gregos confirmam a existência deste costume, embora neles as lanças que se divisam sejam de ferros iguais* [CORREIA 1925 (1972): 157 e 161; n/ destaque].

As afinidades não deixariam de se reforçar, mesmo em situações culturais que ultrapassavam a circunstância de haver materiais comuns a diversas sociedades que, no âmbito peninsular, coabitavam em vizinhança.

No fundamental, quanto às características mais eminentes dos artefactos, a **Idade do Ferro peninsular** demarcar-se-ia, então, pelo modo como se demarcavam os fenómenos de convergência e sincretismo civilizacional que,

genericamente, se faziam englobar no que se designava sob o conceito de «**Celtiberismo**».

E assim mesmo seria a **falcata de Almedinilla** um exemplo deste mesmo fenómeno; senão um *protótipo* (o que era pouco provável, apesar de poder tratar-se de uma realização única), pelo menos, uma das melhores peças realizadas na Antiguidade: *a mais rica de todo o mundo, de punho maravilhoso de execução e graça decorativa, nos seus respectivos fundamentos de ornamentação, a cabeça e as aziculas de um grifo e o S de troncos (...), motivos caracteristicamente jónicos, [sendo a] cabeça de grifo (...) [preferida] à cabeça de cavalo, [tema que também constituía dantes o] prototipo dos remates de punhos das vulgares falcatas hispânicas* [CORREIA 1925 (1972): 158; n/ destaque].

Ponto de confronto dos achados era o facto de, precisamente no Olival do Senhor dos Mártires, se ter encontrado uma **falcata**, na **sepultura nº. 18**, a qual seria inequivocamente **comparável ao exemplar de Los Collados**.

E já antes, com referência aos primeiros achados no sítio, registados em 1874, se destacara, do espólio metalúrgico, uma outra **espada** e as duas **adagas de antenas** do lugar, àquele tempo recolhido, e entretanto estudadas por **Félix Alves Pereira**, que as descreveria por sua vez, na monografia, da sua autoria, sobre os *Castros do Alto Minho*, em cujo contexto de achados materiais se viera igualmente a encontrar similares arranjos decorativos, comparando-se, concretamente, **padrões geométricos idênticos** na ornamentação do punho das citadas **adagas de antenas** e no próprio esquema formal lavrado da «**Pedra Formosa**» de **Briteiros**. Citando Alves Pereira, **Vergílio Correia** voltaria a recapitular o modo como se poderia, assim, observar que a **falcata de Alcácer-do-Sal** *conservava as braçadeiras da bainha tão largas como o bocal, o que indicava que a dita bainha era rectangular como as gregas. As argolas das braçadeiras revelam que as mais das vezes a espada penderia de um boldrié, igualmente ao*

modo grego. A giba da anilha superior, e o alargamento da inferior revelam que (...) se sobrepunha à bainha de uma faca [CORREIA 1925 (1972): 159].

De acordo, então, com o aferível pela suas próprias observações sobre os materiais (e respectiva tecnologia) resgatados do Olival do Senhor dos Mártires, revelava-se, assim, um **evidente carácter de dualidade civilizacional**, em que, de um lado, os armamentos e *tudo o que se refere a (...) adorno guerreiro* correspondiam à **componente cultural autóctone**, e, do outro, *tudo o que representa um elemento de sumptuária superfluo* corresponderia, por sua vez, às **influências exógenas**, de fundo mediterrânico [cf. CORREIA 1928 (1972): 179].

A adicionar ao conjunto de vestígios, não estavam também de fora os **vestígios cerâmicos**, que, talvez ainda mais claramente, revelariam uma mesma dualidade entre o que seria de fabrico local e o que era importado.

Começando-se pela abordagem dos *pobres pedaços de terra amassada*, tão só um resultado de achados fortuitos, parecia repetir-se, para um mesmo horizonte cronológico, o que se conhecia já da distribuição de similares tipologias para outros lugares do território português, a salientar, portanto, o espólio das ainda recentes **explorações de Santos Rocha em Santa Olaia (Figueira da Foz)** e na **Fonte Velha de Bensafrim (Lagos)**, e a cujo âmbito de estudos o próprio **Vergílio Correia** considerava que podia já adiantar novas contribuições, pois acabara de estudar, quer o referida Necrópole sidérica de Alcácer do Sal, quer Conímbriga, além de ter estado, precisamente, também nos lugares entretanto escavados por outros eminentes investigadores.

Desde logo, portanto, haveria a salientar, por sua parte, que, *para o conhecimento dessas velhas civilizações, um dos elementos de maior valia é a cerâmica, que muitas vezes surge como unico elemento a aproveitar nas questões de estratigrafia e cronologia. Por felicidade, a camada cultural iberica aparece acompanhada de certos tipos figulinos, absolutamente característicos, e superiores (...) aos barros das civilizações precedentes. [Então] foi o*

*conhecimento, a frequentação e a manuseação dos barros expostos no Museu da Figueira da Foz, e dos que procurei e recolhi no cabeço de Santa Olaia, entre Maiorca e Montemór-o-Velho (...) que me conduziu ao descobrimento de tipos ceramicos identicos em varias outras estações. (...) depois dos tôscos barros neolíticos, eometalicos e das idades do bronze e primeira do ferro (...) **[foi a cerâmica ibérica] a primeira manifestação civilizada, da arte figulina indigena com que deparamos** [CORREIA 1924 (1972): 121-123; n/ destaque e sublinhado].*

Conferia-se atenção aos conjuntos em que, por um lado, surgiam os **exemplos de uma produção cerâmica autóctone**, das tipologias mais grosseiras às mais elaboradas, e, por outro lado, **os próprios vasos gregos**, de que a necrópole de Alcácer-do-Sal acabava de fornecer a colecção mais importante para o território português.

Por outra parte, ainda, da cerâmica local, destacava-se, obviamente, a **cerâmica de modelos genericamente ibéricos**, caracterizada pelas suas pastas homogêneas e pelo formulário corrente da sua decoração em bandas cromáticas de tons alternados, e que se tornavam igualmente num testemunho das relações existentes com os restantes territórios da Península, tanto quanto os vasos gregos atestavam um ciclo mais de contactos com outras partes do mundo mediterrâneo, e realçando-se, com as evidências trazidas por estes materiais, a sua concentração em torno de focos civilizacionais, dotados de elementos próprios.

Apesar de ser, enfim, uma área periférica, o antigo espaço lusitânico, com as suas respectivas manifestações materiais, sugeria-se como um cenário para modos de afirmação de uma identidade própria a determinadas sociedades autóctones, e onde os diversos conjuntos recolhidos em contextos que progressivamente se valorizavam e se ofereciam ao confronto com os achados de territórios circum-vizinhos, revelavam uma realidade histórica aparentemente consistente, nos seus focos e hierarquizações.

Concluindo-se o processo de descoberta de uma cultura antiga, a qual se

definiria nas expressões em torno da **viragem para a II Idade do Ferro**, o legado das suas manifestações culturais e estéticas não deixaria, porém, de associar-se ao fundo compartilhado das civilizações peninsulares.

Daí que, como apreciação conclusiva, tivesse evocado Vergílio Correia o paralelismo trazido pelo processo de conhecimento que, nomeadamente, na Itália, tornava o **estudo do etrusco** na ocupação das *melhores atividades arqueológicas e enche os museus de elementos preciosos*, para realçar o facto de ser *absolutamente justificado* que, também em Portugal, o **estudo do «ibérico»** tivesse o seu *lugar primacial* [CORREIA 1924 (1972): 121; n/ destaque].



Após um longo lapso, só em finais da década de 1960 a Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires voltaria a ser visitada. Desta vez, por **António Cavaleiro Paixão**, a quem se deveu o retomar de novas explorações na estação. Empenhar-se-ia, então, em resolver questões, sobretudo de natureza estratigráfica, pois, tendo restado somente as comunicações e publicações de Vergílio Correia, a ausência de outros relatórios levantava interrogações sobre as fases de ocupação daquele cemitério, suscitando dúvidas *que apenas a descrição textual não consegue (...) colmatar* [PAIXÃO 1983: 275-276].

Nas suas primeiras de 1968, descreveu **António Cavaleiro Paixão** que encontrara os terrenos profundamente revolvidos; na verdade, tratava-se também de uma contingência do facto de se estar perante terrenos agrários. Mas era certo que, também então, já *não se acharam enterramentos intactos que confirmassem, fossem as descrições de Vergílio Correia, fossem as suas tipologias sugeridas* [PAIXÃO 1983: 276-277].

Em termos contextuais, portanto, as bases de identificação arqueológica

tinham-se perdido, muito embora tivesse sido possível alcançar um dos **níveis mais antigos** de implantação da referida necrópole, que se distinguia pela forma rectangular, alongada das tumulações, aí presentes, embora surgissem pautadas pela dispersão da sua cantaria original, mas estando quase sempre em disposição contígua e na convencional orientação de nascente para poente.

Aí mesmo, **Cavaleiro Paixão** exumou, a maior profundidade, uma **sepultura** que ofereceria vestígios de calcinação e mais um espólio característico:

- uma **xorca de bronze, com ligação de pendentés em forma de sanguessuga e vestígio do respectivo aro**, num conjunto talvez datável dos **Sécs. VIII-VI a.C.**;
- ou, aos pés do enterramento, ainda ao nível do **espólio metalúrgico, duas lâminas de lança e uma faca afalcatada**, com efeito semelhante aos exemplares publicados Vergílio Correia, mas descrita como estando já *muito oxidada*;
- isto para além dos já habituais **vestígios glípticos, de um escaravelho**, apresentado como sendo dos Sécs. VI-V a.C., e da presença de **contas vítreas** [PAIXÃO 1983: 278-ss.].

O **escaravelho**, afectado pela incineração e ao qual se atribuiu ainda a consideração de ser resultante um artefacto de importação egípcia, era *fabricado em material brando*, e apresentava, *na parte inferior duas figuras antropomórficas com os joelhos ligeiramente flectidos e braços erguidos para aquilo que parece ser uma palmeira* [PAIXÃO 1983: 283].

A datação do escaravelho seria inequívoca: mesmo a um nível mais profundo que o explorado por Vergílio Correia, ainda se entrevia um enterramento típico da II Idade do Ferro. Contudo, a xorca, de cronologia anterior, evidenciava também, ou uma reutilização, ou, o que também poderia ser provável, a existência de algum tesouro, que se teria guardado desde longa data ¹⁵⁶.

De um modo, ou outro, vingava a marca das coexistências materiais e culturais: fossem as do «ibérico», cruzadas com as do «céltico»; fossem as das tradições da Idade do Ferro, que ainda reaproveitavam elementos distintos de épocas antecedentes. Algo perdurava ainda, na verdade, talvez desde remotos tempos.

¹⁵⁶ Ainda em 1980, nas escavações de Outubro desse ano que voltariam a ser efectuadas por **António Cavaleiro Paixão** no mesmo lugar (e de que se vinha, então, dar notícia), apenas a partir da profundidade média de oitenta centímetros (...) foi possível encontrar um estrato quase intacto, sob o que se configurava então como uma densa camada de revolvimento [PAIXÃO 1983: 277-278].

III.

Os materiais e os modos plásticos e figurativos:

***Os aspectos e exemplos das manifestações autóctones
no contexto das suas sensibilidades e fases de afirmação.***

Dos achados materiais do território português, os resgatados no **Noroeste galaico-minhoto** são dos conjuntos que mais estão amplamente tratados. Isso possibilitou a que se pudesse ter elaborado já uma caracterização da evolução e desenvolvimento do **Castrejo**, que, tal como propôs **Armando Coelho Ferreira da Silva**, em classificação geral, no seu trabalho referencial sobre *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* [FERREIRA DA SILVA 1986 a], assinala ser bem significativa uma definição abrangente dos vários momentos de viragem cultural na evolução sócio-histórica, que se poderao, na verdade, aplicar à evolução do próprio território português antigo.

Com base nas suas próprias explorações em determinados Castros do Minho (**Coto da Pena, Romariz, Terroso** ou **Briteiros** e **Sanfins**, entre outros), tendo obviamente em atenção, quer os sucessivos alinhamentos da estratigrafia de ordenamento urbano, quer o seu respectivo espólio material, **Armando Coelho Ferreira da Silva** partiria da seguinte perspetivação:

- Ter-se-ia registado, antes do mais, inicialmente, uma **Fase I**, que se define como de **formação da Cultura Castreja**, num «contexto

atlântico com relações continentais e mediterrânicas», e cujos achados (sejam os *depósitos de composição simples*, como os dos **machados de talão**) fizeram evidenciar o **papel do Noroeste** como importante centro metalúrgico, e além do mais *«individualizado»*, ainda em plena **Idade do Bronze** (o que, enfim, não deixará também de se relacionar com o fundo antigo das rotas comerciais na Pré-história final). Atestar-se-ia, pois, no Noroeste castrejo, um *desenvolvimento excepcional da metalurgia do bronze* [cf. FERREIRA DA SILVA 1986 a: 33-ss].

- Seguidamente, quanto a uma **Fase II**, ter-se-ia sucedido o desenvolvimento acentuado dos aspectos que caracterizariam, doravante, a **Cultura Castreja**, em momentos pautados por movimentações ou trocas; nesta fase, pois, mais adiantada, identificaram-se os primeiros sinais de **materiais com importação mediterrânea**, correlacionada com um leque preciso de acontecimentos aferíveis para a **transição dos Sécs. VI-V a.C.** [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 37-ss.].

Por fim, como uma última etapa:

- a **Fase III**, coincidente com a **Romanização** e que se veio, essencialmente, a reflectir em *«profundas alterações da organização espacial»* dos povoados, no *«surto de novas aglomerações proto-urbanas»*, ou na *«substituição de pequenas unidades independentes estabelecidas em pequenos castros por agrupamentos com configurações mais expressivas»* (como no caso dos realinhamentos de sentido ortogonal dos arruamentos, no

Castro de Sanfins) [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 43; 50]¹⁵⁷.

A destacar, portanto, as evidências quanto à **circulação de gentes e artefactos**, como factor fundamental para a ocupação do espaço, e que se faria sentir recorrentemente.

Por exemplo, na **Fase II**, terá ocorrido o súbito processo de abandono do **Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul)**, assinalando quase, não apenas o fim do que fora, até então, um povoado importante, e situado, além do mais, em plena posição centralizada no território, como o próprio **fim da Idade do Bronze no Ocidente lusitânico**. Não se sucederia qualquer reocupação, mas outras regiões haveriam de conhecer momentos de crescente expansão, como seria o caso do Noroeste.

Haverá, pois, no entender de **Armando Coelho Ferreira da Silva**, que conceder a devida atenção à disseminação, *por toda a região de achados análogos de jóias e outros depósitos*, quanto a um quadro de constantes mudanças, como *uma interpretação com base em movimentos de povos (tradicionalmente identificados com as migrações indo-europeias, eventualmente portadoras de influências hallstáticas, e com as navegações tartéssicas com certeza estimuladas pelo comércio fenício)* (...) [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 36].

Justifica-se, assim, a importância concedida, antecipadamente, aos materiais preciosos, aqui correspondentes aos significativos tesouros que se

¹⁵⁷ *Ter-se-á tratado, na prática, de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores (...), ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular, de que destacamos as campanhas sertrorianas (...), e com ocultação de tesouros seguramente atribuídos a essa data, vg. em Romariz, as campanhas de César em que as fontes expressamente mencionam deslocações de populações para o Norte e, mais, tarde, os momentos definitivos da conquista de Augusto significativamente documentados, entre outros dados mesmo numismáticos, como as moedas com a representação de armas indígenas como a caetra e outras, por uma série de tesouros de denários* [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 43].

vieram a afirmar como das principais descobertas ocorridas quanto à referência a períodos antigos, e de que a velha **ourivesaria** de áreas castrejas, ou de sítios próximos às mesmas, com a qual iniciámos a nossa abordagem, acaba por ser um dos principais sinais, valorizando-se tanto pela habilidade técnica que lhe está subjacente, como pelo respectivo simbolismo.

Enfim, entrevê-se que toda a historia das investigações, bem como o essencial da sua recapitulação, vem a constituir-se como um longo prolegómeno que nos conduz até à evidente importância detida pelas mais diversas peças e tipologias que reflectiram a vivência histórica das antigas sociedades do território. Como, de resto, a isso se fez também já descrição, das potencialidades de que as regiões peninsulares eram principalmente beneficiárias, contavam-se as riquezas naturais que permitiram às sociedades locais afirmarem-se no seu gradual processo de disponibilidade aquisitiva de materiais luxuosos, adequados a uma determinada percepção de gosto, ou a usos rituais, ou a funções de ostentação.

E, em confronto com a anterior tradição, de raiz pré-histórica, que revelava sentidos primitivos (mas não menos expressivos) de técnica e simbolismo, assim a Proto-história trouxe consigo a notável presença dos **materiais importados**, correspondentes aos elaborados artefactos de proveniência estrangeira, que, desde logo revelando a capacidade de recepção cultural dos autóctones ao que chegava do exterior, em plena conjugação com os valores próprios (e para os quais, obviamente, estavam estabelecidas outras tradições de fabrico), hão-de servir, portanto, quer para o levantamento dos aspectos estéticos inerentes ao seu uso, quer para a útil inserção cronológica dos respectivos contextos de achado (quando, porém, os há), que assinalam a referida evolução histórica e civilizacional das sociedades territoriais.

1. As importações e o seu enquadramento civilizacional: a intervenção mercante durante o I Milénio a.C. e os âmbitos locais.

De uma série de achados importados aferidos para o comércio relacionado com o Mediterrâneo Oriental e com o protagonismo dos «**Fenícios**», a partir do **Séc. VIII a.C.**, claro está que o motivo pelos quais estes últimos terão decido instalar-se na Península Ibérica residiu na tentativa de controlar a rota dos metais que, saindo de diversos pontos da Ibéria, alcançavam efectivamente todo o mundo antigo. Este é, pois, um pressuposto desde há muito pressentido e entretanto confirmado. E assim mesmo o haviam apresentado já **Estrabão** ou **Avieno**, quanto às suas respectivas descrições do antigo mundo peninsular.

Não se tratava apenas das reservas minéricas da Turdetânia, como, afinal, também das que se sabia existirem ainda mais a Norte, no próprio Atlântico setentrional.

A escolha em particular de **Gadir**, como um dos principais postos avançados conhecidos (senão mesmo o principal estabelecimento) no Extremo Ocidente, proporcionou, de facto, uma boa implantação estratégica, para a circulação e navegação (ou, até, talvez pelo seu razoável ambiente climático, com que contrastavam os «agrestes» territórios interiores). Muito simplesmente, comenta **Juan Maluquer de Motes**, *los fenicios (...) continuaron una tradición milenaria ininterrumpida de relaciones marítimas a lo largo de las rutas mediterráneas. Los marinos de Tiro siguieron las rutas de las navegaciones chipriotas, quienes a sua vez lo hicieron de las aqueas y cretenses. Los fenicios, por sus ciudades de Chipre son estrictos continuadores de la talasocracia chipriota* [MALUQUER DE MOTES 1970 (1975): 67].

Apesar disso, havia-se indicado que a fundação de Gadir se devera simplesmente a um «oráculo» propiciatório, segundo o que Estrabão assinalou

para as histórias que se mantinham ainda como tradição dos Gaditanos. Enfim, aí mesmo, sobre o sítio, quase, das míticas Colunas de Hércules, estava a passagem do Mediterrâneo para o Atlântico. Ou o ponto dos contactos com o interior da Hispânia. Porém, do que há a comprovar, é a veracidade de alegados factos que somente se encontram registados a partir das fontes escritas e da própria tradição clássico-helénica ¹⁵⁸.

Então, recapitulando a finalização do III Livro da sua *Geografia*, e aplicando-se a descrever as «ilhas» associadas à Ibéria, encontraremos a referência que **Estrabão** dedicou à presumível situação das **ilhas Cassitérides**, que indica como sendo «cerca de dez» (αι δε Καττιτεριδες δεκα μεν εισι...), e como estando localizadas junto aos **Ártrabros**, no Norte da Península. Aí estavam, na verdade, as mais celebrizadas **minas e jazidas de estanho**, ου κασσιτερος, que baptizavam o dito conjunto insular (αι δε Καττιτεριδες ου αι Κασσιτεριδες). Havia, ainda, para o comércio, as reservas de **chumbo** (μολυβδος), ou o **fabrico de peles** (δερματινος), beneficiando da criação local de animais; em troca, recebiam-se, então, os diversos materiais importados: **cerâmicas** (ου κεραμικα), **artefactos metalúrgicos** (designados por χαλκωματα ου καλκοματα, de καλκος: **cobre, bronze**), e também o **sal** (αλας) ¹⁵⁹.

Uma súpula, pois, do que, na verdade, ocorria por toda a Península, quanto à troca de matérias-primas por bens de fabrico oficial.

¹⁵⁸ *La presencia y multiplicidad de oráculos es algo endémico en el Mediterráneo (...). Cúanta sabiduría (...)! Quién no creerá en la superstición de los pronósticos, augurios y sacrificios! Tres mil años de historia han confirmado el acierto de los fenicios. Esta narración gaditana (...), sin duda enmascara una realidad más compleja (...). Al tratarse de la fundación no se especifica el oráculo que se lo ordenó a los tirios, y todo parece llevar a suponer que podría ser una explicación erudita de los sacerdotes del famoso templo gaditano para ennoblecer el origen de su ciudad. Es muy posible que esa explicación naciera a raíz del pacto de Gades con los romanos, el año 206, durante la segunda guerra púnica, con el objeto de presentarse ante los vencedores con méritos de excepción [MALUQUER DE MOTES, id., ibid.: 67-68; n/ destaque].*

¹⁵⁹ Seriam «todas habitadas», menos uma [ESTRABÃO : III, 5, 11].

Em remoto tempo, apenas os Fenícios teriam dominado este **comércio com as Cassitérides**, partindo de Gadir e aí voltando do Norte, uma vez completada a volta. Seguindo-se, enfim, as rotas que seriam mantidas em segredo, o facto é que a localização exacta destas ilhas (posteriormente indicadas, também, como ficando situadas na costa francesa ou coincidindo com a própria Grã-Bretanha), apesar da posterior retoma de vias de circulação marítima por parte dos Romanos, nunca veio a ficar estabelecida, muito embora **Estrabão** tivesse tentado ser exacto.

De qualquer forma, é certo que, qualquer que tivesse sido o papel dos navegadores antigos (ou quem quer que hajam sido, ao longo dos tempos), as **rotas entre o Mediterrâneo e o Atlântico** haviam sido estabelecidas em antiquíssima data, já na própria Pré-história e, sobretudo, patente durante a Idade do Bronze, formando a base de contactos duradouros com a Europa antiga.

De facto, parecia ter estado, assim, toda a Ibéria, sempre na encruzilhada entre mundos ou espaços civilizacionais. E, a partir de certo momento, era o ouro hispânico aquele que mais circulava no mundo mediterrâneo.

A par da **importância do estanho**, havia, enfim, as **jazidas auríferas**. Posteriormente, afirmar-se-ia, por seu lado, também a importância das **exportações com base piscatória**, conforme o resumo de recentes descobertas, no prelúdio e em antecedente ao que se constituiria como a base dinâmica da economia em épocas romanas. Já o havia afirmado **Maluquer de Motes**, no seu trabalho sobre *Tartessos*, que *las navegaciones atlánticas de los tartesios constituyen su precedente en la explotación pesquera de las costas* [MALUQUER DE MOTES 1970 (1975): 79].

Ana Margarida Arruda confirmá-lo-ia, entretanto, mais recentemente, com a sua análise dos antigos achados de Castro Marim, muito embora, desta feita, fosse a mesma estabelecida, essencialmente, quanto ao horizonte cronológico subsequente ao Séc. V a.C. [ARRUDA 1997; cf. adiante].

Partindo-se, assim, da consideração dos achados de determinados artefactos cerâmicos e suas respectivas zonas de localização, encontrar-se-á alguma correspondência com as próprias referências presentes na literatura e que nos conduzem, plenamente, a um universo histórico e social que não deixa de afirmar como um ponto de confronto entre os materiais e as antigas alusões dos Autores clássicos.

Os objectos importados, então, eram reveladores da riqueza local. E, entre o leque de artefactos recolhidos, sobretudo nas explorações arqueológicas recentes, cumprindo-se, na verdade, o que era já a perspectivação rigorosa que emergiu da abordagem e fundamentação documental apoiada nos vestígios materiais, destaca-se, pois, a **cerâmica**.

As referências estrabónicas são, apesar de tudo, de âmbito genérico. Falavam que os «**Fenícios**» levavam «**cerâmicas**»; mas isso passava-se num contexto vago: em que época, ou que tipo de recipientes se levavam? Do que se conhece, o principal afluxo de materiais cerâmicos encontrados vem a corresponder aos períodos que vão do **Séc. VI a.C.** até à própria **Romanização**; tratava-se, principalmente, de **materiais de fabrico púnico ou helénico** (trazido, desta feita, ao que se julga, por mercadores cartagineses, após a redefinição de hegemonias no Mediterrâneo), e, por fim, de **materiais republicanos**. Mas não deixavam de ser, quase todas, peças de requinte, elaboradas da melhor forma possível, sendo tanto objectos utilitários como, muito simplesmente, artefactos reservados a uma função sumptuária, ou, também ainda, realizações de coroplastia, ídolos, que traziam expressividade à ritualística das sociedades locais. E, no que há ainda a realçar, pela sua repetição tipológica, destaca-se então o seu papel como elemento essencial de datação, no seu respectivo valor como documento.

Haverá a salientar, também, toda a série de acontecimentos que decorreram, em primeiro lugar, não apenas, como reflexo directo do colapso do

mundo tartéssio, ainda por volta do **Séc. VIII-VII a.C.**, mas, igualmente, como consequência da própria redefinição de hegemonias sobre as rotas marítimas, que fazem transformar todo um final de século, isto entre os **Sécs. VI-V a.C.**. Desde logo, em **585 a.C.**, sucede a **Queda de Tiro**, muito embora, pouco depois, se comece a assinalar o peso da presença dos Cartagineses no Mediterrâneo Ocidental. Entretanto, ter-se-á assistido, no último quartel do Séc. VI a.C., à **Batalha de Alalia**, que terá sucedido ao largo da Sardenha, em **535 a.C.**, e igualmente à época das profundas mudanças políticas decorrentes do **Derrube da Oligarquia em Atenas**, ca. **500 a.C.**, nas vésperas do conflito decisivo contra os Persas.

O **Mediterrâneo** repartia-se, a Oriente como a Ocidente, entre duas grandes esferas de poder, passando verdadeiramente a ser, não um **mare nostrum**, mas um «mar», pelo menos aparentemente, «dividido» por armadas navais, que protegem, de cada lado, as respectivas expedições mercantes. Uma realidade geo-estratégica que vingará até ao advento dos Romanos, e que, de alguma maneira, se poderá por em correlação com os ciclos de chegada ou de refluxo das importações mediterrâneas. Assim mesmo, ganha especial importância a consideração da presença de vestígios cerâmicos importados em áreas distintas da Antiguidade lusitânica ¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Em relação aos paralelos com a **evolução histórico-cultural do sul hispânico**, que, acompanhando ou referindo as consequência que todos estes mesmos factos detiveram n uma escala mais alargada, comentou **José María Blázquez Martínez** (apesar do sentido generalizante de algumas das suas considerações), que *«a partir de 600 a.C., o poco después, se originó la cultura turdetana en el sur e ibérica en levante, ya com algunas características especiales, como la generalización de la escultura, que no conoce Tartesos, muchas veces de origen focense y de gran calidad artística, como en Obulco y en Illici; el uso de una escritura de origen jonio, etc., pero las culturas turdetana e ibera hunden sus raíces en este periodo orientalizante y conservan muchos*

**1.1. Os achados cerâmicos no Norte do território português:
O contexto castrejo, a realidade das importações e a afirmação
das produções locais.**

Há registos de flutuação nas **importações cerâmicas**, que talvez tivessem sido ocasionadas pelas alterações hegemónicas gerais ao nível das grandes civilizações, tanto como se teriam devido aos momentos de súbita crise de recursos económicos locais, que, momentaneamente, não permitiam sustentar mais o que havia constituído o ritmo anterior de aquisições. Mas, em geral, é sabido que a **actividade metalúrgica** continuará a ser sempre, porém, muito significativa, e revestindo-se como um dos aspectos mais marcantes da própria afirmação da Civilização Castreja do Noroeste [cf. FERREIRA DA SILVA 1986 a: 165-ss.].

Mas entre os contextos castrejos, é, precisamente, na **«Fase II»**, em coincidência, aliás, com os desenlaces que caracterizam este mesmo período cronológico, que aparecem precisamente alguns dos primeiros **objectos conhecidos de tipologia de importação**: dever-se-ia este afluxo, no entender do mesmo arqueólogo, à nova *densidade de materiais de tradição púnica*, possivelmente atribuível à alegada migração dos **Turduli Veteres** para o Norte. Há também achados fragmentários de **cerâmica grega**, que vêm adicionar-se a um crescente processo de fabrico de outros artefactos, igualmente cerâmicos, de fabrico local, e, ainda, ao fenómeno do **aparecimento da pedra** como **material construtivo preferencial** dos povoados (como se confirmará, pelo menos, para o **Castro de Romariz** [cf. FERREIRA DA SILVA 1986 a: 37-ss]).

Entretanto, a encerrar o referido período da **Fase II**, ainda nos mesmos contextos, começará a surgir, por fim, a **cerâmica campaniense**, que assinala a chegada do lote de produtos de proveniência itálica, desta feita em consonância já

elementos de él, como los rituales funerarios y varios aspectos de la religión

com a entrada na Península (e a subsequente penetração a Ocidente) dos contingentes romanos, a partir do **Séc. II a.C.** [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 38].

É aqui que a cerâmica importada contribui decisivamente para a perspetivação da evolução civilizacional do Noroeste ¹⁶¹.

a) As importações cerâmicas e a questão da sua cronologia tardia.

Desde logo, quanto aos sinais da **Romanização**, em **Âncora**, por exemplo, na **fase III B**, ao lado da **completa reformulação das estruturas do povoado**, que se substituíram às «*formas tradicionais do núcleo central*», possivelmente já na época de Augusto, dá-se a consonância com achados materiais cerâmicos típicos de momentos adiantados: a **terra sigillata itálica**, ou um abundante

[BLÁZQUEZ 1991 (1992): 83].

¹⁶¹ *Escalonamos esta segunda fase em duas etapas que perspectivam um desenvolvimento integrado [em primeiro lugar] num quadro de relações com influxos de procedência continental tradicionalmente considerados post-halstáticos e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, [em segundo lugar] das primeiras influências itálicas. Esta ordem de influências, cuja assimilação transparece nos dois grupos de ourivesaria castreja desta fase, um interior, transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos documentado por inúmeros outros materiais (...), sendo o horizonte mediterrânico testemunhado por numerosas cerâmicas de procedência e/ou tradição púnica e algumas cerâmicas gregas e pré-campaniense, que nos serviram de suporte para datar a fase IIA entre os séc. V-III a.C. em especial no Coto da Pena e no Castro de Romariz mas também na Cidade de Terroso, no Morro da Sé do Porto e no Castelo de Gaia, e que aparecem associadas a diversas formas de cerâmica indígena sempre de fabrico manual e com diversidade e riqueza decorativa que se vai simplificando na segunda parte deste período (fase IIB), onde se percebeu o aparecimento do torno lento no fabrico da cerâmica indígena e se manifestou a chegada dos primeiros produtos de importação itálica, em especial campaniense A, que recolhemos no Coto da Pena» [FERREIRA DA SILVA 1986a: 42; n/ destaque]. Apesar de tudo, conforme assinala Ana Margarida Arruda, muito embora se testemunhe inequivocamente a existência de uma corrente de relações comerciais entre o Sul da Península e o Noroeste castrejo, «dos mais de 900 castros inventariados no Norte de Portugal por Armando Coelho, apenas 5 ofereceram cerâmicas gregas, se bem que impressione o seu número em Santo Estevão da Facha, ou mesmo no Castelo de Faria, largamente superior ao obtido na maioria dos povoados do Sul; fora (e continuava a ser) um comércio de acentuação marcadamente litoral [ARRUDA 1997: 99].*

conjunto de ânforas romanas Haltern 70; documentam-se, além disso, mais inovações a nível arquitectónico, da introdução de pátios com «*planta basilical*», ao invés da «*circular*»; ou novos modos de edificação dos paramentos construtivos, com se que inaugura, pois, a citada **Fase III** [cf. FERREIRA DA SILVA 1986 a: 50-51].

Antes disso, considerando-se, então, a **evolução geral do Castrejo** ao longo do I Milénio a.C., e salientando-se o papel de viragem detido pelos acontecimentos registados para a transição dos **Sécs. VI-V a.C.**, a principal conclusão trazida pela abordagem das importações cerâmicas é a de que a **identificação de diversos conjuntos de cerâmicas de importação mediterrânica**, de produção e/ou tradição púnica, grega, pré-campaniense e campaniense A, B e C, em níveis estratigrafados das nossas escavações, **percorrendo diversos momentos das fases II e III A da periodização que propomos**, poderá realmente considerar-se como **um dos resultados de maior interesse das campanhas efectuadas**, entrando, de momento, neste estudo sobretudo **em função do seu valor cronológico** [FERREIRA DA SILVA 1986a: 134; n/ destaque] ¹⁶².

Concretamente, em **Santo Estevão da Facha**, um Castro que foi estudado em particular por **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**, detectou-se um período de ocupação inicial deste recinto castrense com data do **Séc. VII a.C.**, em que não se

¹⁶² Acrescenta-se ainda não ter sido por nós referenciados quaisquer exemplares de cerâmica de verniz vermelho, superfícies pintadas e cinzentas finas do teor dos conjuntos de Santa Olaia e Tavadede, Conímbriga e Castelo de Alcácer do Sal, entre os sítios mais representativos, na órbita da influência fenícia e tartéssica do Sul da Península, correspondente à nossa fase I B, podendo alguns exemplares destas conhecidas estações aproximar-se nas cronologias que ora apresentamos [FERREIRA DA SILVA, id., ibid.]. Comenta Ana Margarida Arruda, também a este propósito, que é claro que o repertório formal das cerâmicas gregas encontradas em Santo Estevão da Facha (...) não é o habitual nos povoados do Sul de Portugal ou mesmo da Andalúzia Ocidental, onde os *krateres*, as *pelikai* e os *skyphoi* decorados com figuras vermelhas estão habitualmente ausentes ou surgem em percentagem extremamente diminuta»; ou

utilizava ainda a pedra (material que não aparecerá senão na **Fase III**), sendo, pois, esta, ainda, uma época de predomínio de uso dos materiais perecíveis, de origem vegetal, combinadas com a utilização do barro para a edificação de estruturas. Mas será, precisamente, *a este ambiente* (da **Fase I** ou da **II**), que, segundo parece, *pertencem os bocados de uma 'cratera' e 'pelike' áticas, onde se notam restos de tinta branca e vermelha* [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 55].

Em contraste, porém, com tais achados áticos, cuja natureza é, enfim, no Noroeste, sempre de carácter excepcional, e quase somente limitada a alguns sítios (indica-se, além de **Santo Estevão da Facha**, para o **Castelo de Faria**, ou **Coto da Pena**), noutros lugares os vestígios de cerâmica grega serão menos referenciáveis, pautando-se sobretudo, e apenas, por fragmentos de difícil restituição, que fazem destacar, dos conjuntos importados, afinal, a grande **preponderância dos materiais púnicos ou pré-campanienses**, e, sobretudo, **romanos**. A chegada destes modelos corresponderá aos períodos afinal bem posteriores ao **Séc. V a.C.**, especialmente aferíveis, na verdade, aos horizontes de relações comerciais ocorridas na **parte final do Séc. IV a.C.**, e durando por todo o **Séc. III a.C.**, até à Romanização, compondo o que se designará como um **facies de exportação** (...), que, aqui, teria sido fundamentalmente realizada *por intermédio do comércio púnico* [FERREIRA DA SILVA 1986a: 136]¹⁶³.

seja, a Sul, as *«importações áticas (...) são maioritariamente de verniz negro, estas ausentes dos contextos da 'Cultura Castreja' [ARRUDA 1997: 99].*

¹⁶³ *Sendo hoje claro que a [cerâmica] campaniense A- segundo conceito reservado de forma restrita para a produção de Ischia e do Golfo de Nápoles- na sua facies de exportação só começou a ser comercializada no Ocidente desde o último quartel do século III a.C., a sua presença estratigráfica na foz do Minho, podendo servir-nos de elementos de valor cronológico para o estabelecimento da fase II B, sinalizará o início das influências itálicas que substituíram as produções trazidas pelo comércio púnico, em consequência da segunda guerra entre cartagineses e romanos [FERREIRA DA SILVA 1986A: 136; n/ destaque]. Por sua vez, a cerâmica campaniense B, assinalada na Catalunha e Vale do Ebro desde os finais do Séc. II a.C., aparecerá pouco depois nos castros minhotos (Romariz, Santa Lúzia, Coto da Pena), já como um evidente indicador da maior penetração política de Roma na região que caracteriza a fase III [cf. id., ibid.].*

De qualquer forma, por mais dispersos que os achados importados se assumam, na sua possível resenha para as **Fases Castrejas I e II**, a presença de materiais mediterrâneos a Norte comprovará, de algum modo, a extensão do comércio e das suas grandes rotas durante as fases culturalmente mais assinaláveis para a segunda sequência do I Milénio a.C., ainda que, em concreto, o papel dos Fenícios tivesse sido sempre especialmente conotado com o Sul.

Desde logo, como conclusão possível, a correlação sugerida com a presença dos materiais cerâmicos gregos no Norte relacionar-se-á, na verdade, com períodos anteriores aos principais momentos de afirmação do Castrejo; quando esta mesma Cultura adquire a sua eminente força, entre as **Fases II e III**, é portanto dominante, quer a produção local, quer a circulação de materiais púnicos e itálicos, que apontam para cronologias subseqüentes à época em que a cerâmica ática se registava pujantemente. Apesar de não ser, de modo algum, uma realidade material ausente a Norte, no momento em que somente se denotaria aí o aparecimento reduzido de peças helénicas, em estações do Sul, como se verá adiante, formavam já as mesmas um grupo considerável, na íntima ligação às rotas de comércio que associavam o litoral meridional da Península.

Há a distinguir, de qualquer forma, as influências orientalizantes e a sua assimilação por parte das sociedades locais, patentes, de facto, em áreas meridionais ou do Centro do território português, do evidente reflexo que seria, tão só, dos pontos de chegada do comércio. Num sentido mais rigoroso, enfim, haverá a definir que as ditas influências trazidas do Mediterrâneo Oriental tiveram, obviamente, os seus devidos efeitos consoante cada região, tratasse-se do território do Noroeste, tratasse-se das sociedades meridionais.

b) As heranças do formulário decorativo castrejo.

Ao nível do **Castrejo**, as cerâmicas de tipologia mais significativa continuarão a ser, portanto, as de fabrico local, ou, então já, as de escola romana. Assim se inventaria, para a **Cidade de Lanheses**, na bacia do rio Lima, ou para o **Castro de Santa Lúzia (Viana do Castelo)**. Em **Lanheses**, que havia sido um *castro* de vocação *agrícola*, explorado por Carvalho da Costa e Abel Viana, registou-se o achado de um conjunto de cerâmicas locais, feitas, no entanto, já segundo a técnica de torno, embora houvesse formas que não comportavam nenhum decorativismo, sendo que a sua funcionalidade dos artefactos que lhes correspondia era meramente utilitária (comentando Carlos Alberto Brochado de Almeida que «*as formas mais representadas são, como não podia deixar de ser, as de cozinha (...)*») [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 200; e também, para a descrição do Castro, id., ibid: 189-ss.]¹⁶⁴.

Eram peças de pasta de tons amarelados ou acastanhados, usando-se a mesma técnica para a **cerâmica decorada**, que adquire, no entanto, colorações mais claras. O que se é obviamente de interesse são os **motivos ou padrões decorativos**: abundam os **sulcos incisos**, em faixas horizontais, formando **bandas lineares** que delimitam (e se fazem contrastar com) outros temas, estes de traço circular: **sulcos** verticais ou diagonais; **triangulações**; **besantes** de dupla incisão ou **círculos concêntricos**; **estampilhados** e **reticulados**, em que cada motivo, ou se distribui em repetição contínua, ou se alterna nas suas respectivas

¹⁶⁴ Deste fundo de **cerâmicas locais provenientes de Lanheses**, apesar de as *panelas de asa interior aparecerem em pequena percentagem (...)*, os demais fragmentos são de *panças, com ou sem sinais de arranque de asas (...)*, ou *um pequeno vaso globular, bordo externamente espessado em toro, superfícies alisadas, manchadas com fuligem [devida ao seu uso] (...)*, além de *um pote de superfícies erosionadas e [também] manchadas de fuligem (...)*. De tais vasos, *uns são reforçados externamente, outros são planos ou côncavos* [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 200].

formas. Acrescentam-se os «**ss**» e os «**palmípedes**» [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 202].

Encontramos, pois, aqui, o essencial da decoração cerâmica que é a característica das fases de afirmação da estética castreja, ainda que estes conjuntos se relacionem com períodos já tardios ¹⁶⁵.

Igualmente de época avançada, será o grosso da **cerâmica castreja de Santa Lúzia**, na sua maior parte guardada no **Museu Municipal de Viana do Castelo**, mas também repartida pelo **Museu de Antropologia Dr. Mendes Corrêa (Porto)**, e cujo maior grupo será o das peças comuns de tempos já romanos [cf. BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 232]. Enfim, comentar-se-á que *interessantes do ponto de vista plástico, são alguns fragmentos de vasos fabricados com pastas amarelo-acastanhadas (...), cujas superfícies se apresentam muito bem decoradas*, destacando-se dois exemplares, um em cada um dos museus citados, ambos decorados com linhas verticais incisas, e em sentido de distribuição paralela, ao longo do colo; mais ao alto das mesmas peças, *a decoração torna-se mais expressiva, pois, delimitadas por toros, aparecem duas faixas de mamilos em relevo* [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 234] ¹⁶⁶.

Por sua vez, em **Santo Estevão da Facha**, ao lado dos já referidos fragmentos áticos, a **cerâmica local**, de cronologia mais recuada, surgia *feita sem*

¹⁶⁵ Quanto à **cronologia**, de facto, entramos bem dentro do período que coincide com os inícios da Romanização, embora o Castrejo não de se afirmar no sei sentido mais marcante: ou seja, *pelo que conhecemos dos conjuntos da região, caso do Horizonte Castrejo II de St^o. Estevão da Facha e os do grupo II de Vitorino das Donas, pensamos que são produzidas ap torno, apesar destes serem muito pequenos e difíceis de avalaiar correctamente quanto à técnica de fabrico, (...) embora a sua datação (...) se adiante para o século I a.C., com probabilidades a apontar para a 2^a. metade* [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 202].

¹⁶⁶ Apesar de tudo, *é escasso (...) o material cerâmico de época romana presente no Museu Municipal de Viana do Castelo, sendo, neste grupo, como peça mais importante uma imitação de Campaniense B (...), com superfície coberta por um engobe preto (...), havendo ainda um fragmento de bojo de ânfora com marca no dorso* [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 234-235].

auxílio do torno e de matrizes para a decoração (...), fazendo com que fossem os perfis (...) pouco variados, com tendência para os colos verticais e bordos horizontais e com os fundos (...), maioritariamente planos [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 55-56].

De novo, aqui, o contraste com as **cerâmicas de data mais tardia**, que aparecem, desta vez, junto a peças romanas, mas onde, no entanto, voltava a emergir o mesmo decorativismo que há-de classificar-se como sendo um dos aspectos mais distintivos da antiga arte do Noroeste castrejo, porque não há dúvidas de que se trata, efectivamente, de uma expressão própria, ainda que a sua origem esteja, pois, envolta em debates ¹⁶⁷.

Interessará salientar, também, do trânsito que estas formas decorativas conheceram, o modo como surgem, nomeadamente, na metalurgia.

O mesmo formulário decorativo surge, pois, no **capacete de Lanhoso**, que, já em 1953, descrevera **Florentino López Cuevillas** da seguinte maneira: *tiene (...) adornado el ápice com rayas cruzadas o dispuestas em fajas triangulares, y presenta en el borde inferior y en la visera (...) dos medias cañas repujadas y más abajo una serie de zonas estriadas puestas primero horizontalmente y luego en sentido oblicuo (...).* Entretanto, *la decoración del borde coge uma zona ancha y rica en motivos, **por cuyas características hay que suponer que deriva de un tipo primitivo***, mas de onde derivará, em especial, os **escudetes sobrecarregados de círculos**, como um dos padrões do Castrejo [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 256-258; n/ destaque].

¹⁶⁷ Mas, *contemporâneo das campanhas de César e de Augusto é o Horizonte Castrejo IB, com asas de paredes mais grossas e onde já está presente o uso do pico no aparelho. [No que se refere à arquitectura doméstica], os interiores possuem espessos pisos de barro com lareiras centrais, e agora, a cerâmica é toda feita a torno (...), nas formas usuais das estações castrejas (...): dólios, tachos, panelas (...), púcaros, pratos, e assim por diante. (...) Aparecem já fabricos estranhos à região, como as cinzentas finas e as ânforas (...).* No que respeita ao decorativismo, mantêm-se as formas tradicionais: *incisões, círculos concêntricos, SSS e escudetes (...), que tendem a simplificar-se [BROCHADO DE ALMEIDA 1990: 56].*

Os **capacetes** constituem, na verdade, um dos achados mais comuns no Noroeste, tanto no Minho, como na Galiza (salientando-se os exemplares de Caldelas de Tui, de Lanhoso, Briteiros ou Sanfins). E, como **tema figurativo**, o motivo do capacete há-de surgir em vários relevos do trabalho sobre metal: num **fragmento de Sanfins**, ou no **carro votivo em bronze de Costa Figueira** e o **Diadema de Oscos**, para além dos capacetes que cobrem a cabeça das **estátuas de «guerreiros» de Sanfins** e de **Capeludos** [cf. LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 257; CALO LOURIDO 1993: 121 -ss.; LORRIO 1993: 285 -ss.].

Um outro exemplar, o **Capacete de Caldelas de Tui** está decorado com padrões geometrizarantes, idênticos ao repertório da decoração arquitectónica tradicional, que se expande por toda a arte do Castrejo; a mesma que reencontraremos nas peças de ourivesaria castreja. Segundo a descrição de **López Cuevillas**, feita em 1953, essa base decorativa compõe-se, pois, de **ss, triângulos com besantes**, aqui [no Capacete de Caldelas de Tui] *com incisão em buril* [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 256].

Tentando justificar os elementos célticos como fundamentais para a **formação da Cultura Castreja** nas regiões galaico-minhotas, tentava o mesmo estudioso aproximar os ditos motivos do formulário inicial de origem hallstática, tal como, no seu entender, se poderia reconhecer nos próprios paralelismos a que se oferecia a metalurgia, tanto em termos técnicos, como decorativos; pelo menos, a salientar, é a perspectivação que estes mesmos esforços explicativos não deixam de acentuar quanto às persistências de uma estética formal filiada nas atitudes próprias da Idade do Bronze e que também não hão-de deixar de persistir para o futuro [cf. LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 238-ss] ¹⁶⁸. Mas não deixará ainda o

¹⁶⁸ Especialmente notória seria a **indústria dos punhais de antenas da Galiza**, que se vinham indicar como semelhantes aos modelos de **Halstatt II**, os quais se teriam também expandido para zonas itálicas (caso das **armas de un solo filo**), salientando-se, como **principais aspectos**, o **tamanho reduzido de tais armas**; o seu **punho acometido**; a **lâmina triangular** [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 238]. Quanto aos

investigador galego de reafirmar, também, a importância do comércio púnico para as origens das manifestações formais do Castrejo e da civilização.

Subscreve a ideia de que a *Oestrimnida de Avieno es indudablemente el mismo país al que más tarde dieron los romanos el nombre de Galedia*; e a **Oestrymnia**, como primitivo nome para o Ocidente peninsular, muito embora esteja aqui circunscrito ao Noroeste, ficava no caminho dos navegadores antigos para o Atlântico Norte, na sua demanda do estanho das **Cassitérides** e do chumbo. Assim mesmo, havia vestígios dessa passagem: desde os *objectos de bronze* (os *καλκοματα* enumerados por Estrabão), onde talvez se pudessem incluir os protótipos para determinadas realizações metalúrgicas posteriores (como as realizações dos carros votivos achados naquelas mesmas regiões do território), às *cerâmicas béticas*, de procedência meridional *com pinturas geométricas*, que facilmente se podiam distinguir das produções locais, ou das realizações romanas... [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 217-ss; cf., também, adiante, quanto à **Oestrymnia**].

De outros exemplos, relativos a tal circulação, havia as **contas de colar**, em pasta vítrea, provenientes de diversos castros do Noroeste (no Minho, **Santa Lúzia, Sabroso e Briteiros**, ou, na Galiza, **Santa Trega, San Cibrán de Las e Cameixa**, entre outros); **moedas**; ou a **bráctea siracusana**, uma placa em ouro, com a figuração de efígie, que se encontrou em Bragança.

E, claro está, na ligação à **ourivesaria**, teriam sido as técnicas púnicas as que mais directa influência haviam exercido nas oficinas castrejas: como nas **arrecadas**, com a sua aparência característica; ou nas técnicas da filigrana e do granulado, também um legado dos antigos contactos orientalizantes, e que se

âmbitos de **refutação das «influências célticas»** que se poderiam revelar a coberto das mesmas persistências, há a citar **John Collis**, quando afirma o seguinte: *in the realms of stone and bronze sculpture, increasingly used in religious and official contexts, there was initially no Celtic tradition, and almost all the figures that grace books on 'Celtic art' are neither Celtic, or of Roman date* [COLLIS 1984: 177].

estendiam ao fabrico das mais diversas jóias, como os torques, mesmo que servissem, aqui, para reproduzir modelos decorativos que vinham filiar antes no repertório habitual do estilo Castrejo, ou nos diademas [LÓPES CUEVILLAS 1953: 218-220] ¹⁶⁹.

1.2. Os achados cerâmicos em regiões meridionais: O caso de Castro Marim (Faro) e das zonas do Baixo Alentejo.

A Sul, tal como poderemos ver na sucinta caracterização que **Abel Viana** fez quanto às realidades materiais meridionais do antigo território lusitânico durante os momentos de desenvolvimento e afirmação de uma cultura da Idade do Ferro, assinalar-se-ia que, dos principais vestígios, ***nos últimos tempos do Bronze Atlântico e dos mais antigos da Idade do Ferro, ou seja, no período decorrente, mais ou menos, entre 1.200 e 350 antes da nossa Era, os achados mais comuns são (...) alguns lindos vasos gregos, ou fragmentos dos mesmos, vária cerâmica indígena, espadas curtas, de antenas, espadas curtas e encurvadas à maneira de alfanges, contas de vidro, de diferentes formas e variadas cores.***

E mais se adiantava que eram os *cemitérios mais antigos (...) formados por sepulturas grandes, do feitio de cistas (...)* [e às quais] ***pertencem algumas lápides com inscrições em letras do alfabeto indígena, e é para notar que, em Portugal,***

¹⁶⁹ E, a este propósito, ainda acerca das **navegações inter-marítimas**, não deixará **López Cuevillas** de repetir outra que havia sido então uma outra das ideias correntes: a de que, **com o comércio atlântico, ainda em tempos megalíticos, se tinham iniciado os contactos culturais com a Europa setentrional**, pelos quais a própria **influência da primitiva estética galaico-minhota** se teria exercido; daí, por exemplo, uma *semejanza impressionante que existia entre la decoración d eun fragmento cerámico adornado com pájaros de agua, de la necrópolis de Keviltré, en el departamento de Finisterre, com outro fragmento que presenta idéntico decorado del Castro de Sabroso*; uma influência que alcançava, igualmente, a **presença do decorativismo** com o tema dos «ss» em vasos cerâmicos da Bretanha, além de demais motivos típicos do Castrejo, como os

esses epitáfios, em caracteres a que chamam ibéricos e que naquela região podem ser turdetânicos, só aparecem na estreita faixa cujo eixo é a linha de serras entre o Baixo Alentejo e o Algarve [VIANA 1962: 28; n/ destaque].

Obviamente que nunca esses mesmos vasos, espadas ou epitáfios poderiam ser anteriores ao Séc. VI a.C., e ainda que se saliente a própria influência exercida pelas evidências de continuidade que remontavam à Idade do Bronze, e que, por conseguinte, se mantiveram além das suas fases finais, sendo ainda certo que a **presença fenícia** vem a confundir-se com a particular proliferação de **vestígios materiais de origem helénica**.

Entretanto, das conclusões que, em especial, retirou **Ana Margarida Arruda** dos seus trabalhos realizados entre 1983 e 1989 no **Castelo de Castro Marim (Faro)**, correspondente ao antigo **oppidum de Baesuris**¹⁷⁰, situado na foz do Guadiana, são de salientar vários aspectos:

- Desde logo, a **importância estratégica** desse mesmo lugar, junto a uma via natural de circulação, o antigo rio Anas, que tanto permitia o acesso ao interior do território, como se assumia como um ponto de chegada de rotas externas¹⁷¹.

círculos concéntricos, los rombos, os triângulos y las líneas onduladas que se vem (...) en la referida necrópole [LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 220-221].

¹⁷⁰ Remontando a 1887 as primeiras identificações modernas quanto à importância do lugar, subscritas por Sebastião Estácio da Veiga, *a identificação deste sítio arqueológico com a BAESURIS do Itinerário de Antonino* [que indicava o sítio como ponto de partida para a **via que chegava a Pax Iulia**] *nem sempre foi pacífica*. (...) *Numa das moedas antigamente recolhidas lia-se AESURI ou ESURI*. (...) *Mas numa passagem do Itinerário era clara a referência (...) e uma das moedas da coleção de Estácio da Veiga igualmente possuía como legenda BAESURI*. *Nas actuais escavações, o aparecimento de uma moeda de chumbo com a legenda BAE num nível tardo-republicano veio confirmar a tese* [ARRUDA 1997: 111; cf. também, em especial, GUERRA 1995: 96-98; et al.]

¹⁷¹ Explicar esta investigadora que, quanto à **relação de Castro Marim com os povoados interiores**, *a localização privilegiada do Castelo de Castro Marim na foz do Guadiana, e a existência no Alentejo interior de sítios arqueológicos com conjuntos*

- Em seguida, a evidência de que **as rotas comerciais estavam profundamente interligadas entre os territórios aquém e além do Guadiana**; em termos concretos, o paralelismo dos achados de Castro Marim, seja ao nível da cronologia dos fluxos de aumento e diminuição dos artefactos cerâmicos, seja na coincidência das mesmas tipologias, estabelecia-se directamente na relação com simultâneas ocorrências no actual espaço andaluz, fosse num sítio de fundação indígena, como **Onoba** (Huelva), fosse com o próprio empório fenício de **Gadir**, entre outras possíveis comparações com demais lugares das actuais províncias de Huelva, Sevilha e as da Comunidade da Extremadura (Cáceres, Badajoz) ¹⁷².

- Por fim, salienta-se que o **principal âmbito cronológico** em que decorreu a marcante evolução de tais **fluxos e refluxos dos materiais cerâmicos**, se terá situado entre os **Sécs. VIII-IV a.C.**, conforme se indicará sucintamente a seguir ¹⁷³.

materiais predominantemente indígenas, mas que nesta mesma época (séculos V e IV) recebem importações de cerâmicas áticas com características formais idênticas às recolhidas no Castelo de Castro Marim, permitiu-me colocar à partida uma hipótese de trabalho e escolher uma metodologia concreta. Poderia considerar-se que Castro Marim (...) constituiu um ponto de dispersão de produtos vindos do exterior, tornando-se num centro redistribuidor? [id.: 31]

¹⁷² *A Extremadura e a Andalúzia são as regiões espanholas que, pela sua proximidade geográfica e pelas características das suas cerâmicas áticas, mais se aproximam do Sul de Portugal. (...) A possibilidade de uma corrente comercial comum é uma hipótese tão plausível que obrigou à inclusão neste estudo das duas regiões espanholas (sendo que foi a Andalúzia a região que primeiro recebeu cerâmicas de origem grega, em particular os estabelecimentos fenícios levantinos dos Sécs. VIII-VII a.C.) [ARRUDA 1997: 33-34; n/ destaque], embora não deixando de salientar que, nos pontos com presença fenícia, «as populações aqui estabelecidas possuem características necessariamente diferentes das de um sítio indígena, intensa e continuamente habitado desde pelo menos a Idade do Bronze, como é a actual cidade de Huelva» [id.: 41].*

Com efeito, de acordo com o que recapitula **Ana Margarida Arruda** no seu trabalho sobre *As Cerâmicas Áticas de Castro Marim*, os **mais antigos vestígios de cerâmica grega na Península Ibérica** foram encontrados em **Huelva**, a partir das escavações efectuadas, primeiro na própria cidade, durante a década de 1960 (revelando, pois um sítio de «*carácter indígena (...) tão incontestável como as fortes influências semitas que a sua cultura revela*»), e, mais tarde, nas redondezas (Cabezo de San Pedro, La Esperanza, La Joya) [cf. ARRUDA 1997: 39].

a) Os vestígios de cerâmicas gregas entre o Algarve e a Andalúzia.

Em **Huelva**, foi recolhido um fragmento de **krater** («*ou pyxis*») na **Calle de Palos**, sob um tanque de salga romano, tendo sido, pois, datado de **inícios do Séc. VIII a.C.** e atribuído ao período do **Geométrico Médio (800-760 a.C.)**, com a decoração figurada de um cavalo. Na mesma cidade, da **Calle del Puerto**, sucedeu-se igualmente o achado de mais dois vestígios, um **fragmento de skyphos**, contendo uma figuração ornitomórfica com uma moldura geométrica, e um **fragmento do bordo de kotyle proto-coríntia**, ambos datáveis já dos finais do referido século, momento em que Onoba parece ceder a «*exclusividade*» da *importação das cerâmicas gregas*», que alcançam agora outras regiões (Málaga, Granada) [ARRUDA 1997: 40-41; e também, id., pps.-ss.] ¹⁷⁴.

¹⁷³ Antes do mais, é de salientar que se veio a tratar de **um conjunto duradouro de importações que obedeceram a ciclos próprios**, consoante as circunstâncias históricas, não tendo sido, pois *uniforme* a sua respectiva chegada *ao longo destes três séculos (VIII-VII-VI)* [ARRUDA 1997: 59].

¹⁷⁴ Com referência ao **fragmento de skyphos da Calle del Puerto (Huelva)**, comenta-se que alguns autores (como Cabrera Bonet), defendem que *a origem dos skyphoi de pássaros se deve procurar na Eubeia, ao contrário de outros autores que vêm nas Cíclades o local do seu fabrico*, salientando-se ainda **paralelismos** para esta peça que

É, de resto, nos **finais do Séc. VII a.C.** que começam a surgir **materiais cerâmicos gregos em contextos associados à presença fenícia**, segundo o seu respectivo padrão de instalação ao longo das entradas das vias fluviais. Dos Sécs. VII-VI a.C., surgem, assim, *nos estabelecimentos fenício*», artefactos destinados para se beber, como as **«bird-bowls»**, ou taças com decoração pintada com o desenho de pássaros (que se substituem às anteriores **kotylai** proto-coríntias), e que apareceram, nomeadamente, na colina de Toscanos (Málaga) [ARRUDA 1997: 42-45].

E, por fim, alarga-se na **1ª metade do Séc. VI a.C.** o número de áreas peninsulares aonde vieram a achar-se abundantes vestígios da mesma cerâmica, ao mesmo tempo em que se vai crescendo a própria importância do volume de importações de **vasos áticos**. **Onoba** volta ser, de novo, um dos mais importantes sítios com maior concentração de tais achados, recolhidos na sequência de novos trabalhos arqueológicos na década de 1980, que reuniram um significativo conjunto composto por uma dezena de fragmentos com uma tal origem de fabrico, cuja cronologia se estabeleceu para o período de 580-570 a.C., e continuando a **«afluir»** aí cidade até meados do mesmo século [cf. ARRUDA, id.: 47-53] ¹⁷⁵.

Entretanto, dos **meados do Séc. VI a.C. até ao Séc. V a.C.**, regista-se uma acentuada **diminuição das importações gregas**, sendo que as que vão subsistindo serão quase exclusivamente as cerâmicas de fabrico ático. Por um lado, coincidirá este refluxo com o **«esgotamento das minas de prata da área de Huelva»**, que terá contribuído para o declínio do velho reino tartéssio (e também

se encontraram no mundo mediterrânico, em **Chipre, Delos** ou já na própria **Itália** [ARRUDA 1997: 40].

¹⁷⁵ «*Concretamente no que à Andalúzia diz respeito, os vasos da Grécia de Leste, (...) as taças 'jónias' de bandas são uma presença muito significativa. (...) A necrópole de Villaricos [Almeria], que foi utilizada desde o século VII até ao período romano, apresenta, para além da grande variedade tipológica das suas sepulturas, um riquíssimo espólio arqueológico, de que destacamos ovos de avestruz, armas de ferro e bronze e, evidentemente, um razoável conjunto de vasos gregos do século VI, V e IV*» [ARRUDA, id.: 47; n/ destaque].

para a decadência da própria cidade de Onoba, durante o referido período) [cf. ARRUDA 1997: 63-ss.]. Por outro lado, ocorre no Mediterrâneo um reajustamento das hegemonias estratégicas, um processo que é assinalado pela Batalha de Alalia em 535 a.C., e pelo subsequente estabelecimento dos tratados romano-púnicos, pelos quais o Estreito de Gibraltar ficará doravante reservado às navegações cartaginesas, e, em particular, após o irremediável eclipse do protagonismo fenício, «*encerrado ao comércio grego*» [cf. id., ibid.: 71].

Contudo, ao longo dos **Sécs. V e IV a.C.**, continua a surgir cerâmica grega nos mais diversos pontos da Península. Nas necrópoles, como no **Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer-do-Sal)**, ou, em território espanhol, nas necrópoles de **Galera, Toya, Baza, Cabezo Lucero** ou **Cástulo**, mantém-se o uso de ricos espólios importados, e, nas áreas de habitat, a proliferação de cerâmica de fabrico local, em que se imitam protótipos. Além disso, voltará Onoba a ser, de novo, um importante centro receptor da mesma cerâmica trazida pelo comércio marítimo [cf. ARRUDA 1997: 69-ss.].

Muito significativamente, é, pois, a partir da transição para a II Idade do Ferro, e na sequência do abatimento do mundo tartéssio, que aparecem notáveis escolas artísticas locais, também seguindo em muito o exemplo do requinte dos vasos áticos, seja na área da Meseta (a região dos *Celtiberos*), seja no Levante (onde emergia uma outra civilização, a dos *Iberos*). Também significativamente, é este o período onde mais se afirmará, pois, a identidade cultural de outras sociedades locais, que serão aquelas que, *posteriori*, receberão nome e perfil no contexto das atenções particulares presentes nas obras descritivas dos Autores clássicos que vieram a tratar da Hispânia.

Segundo **Ana Margarida Arruda**, é hoje difícil continuar a sustentar a existência de complexas e dispendiosas rotas comerciais terrestres que expliquem a presença de cerâmicas gregas na fachada atlântica peninsular depois do Tratado de 509. (...) Não restam agora muitas dúvidas que não é [mais] a **procura de**

Cf. figs.
28 b); 37

minerais, nomeadamente a **prata**, que dinamiza o comércio de cerâmicas áticas a partir do século V. Mas parece muito plausível a hipótese de que este [renovado] comércio assentava [agora] exactamente sobre produtos em que a costa atlântica é particularmente rica: **peixe** (e, também os seus derivados). O desenvolvimento da indústria da salga de peixe na região de Cádiz nesta época é hoje uma evidência arqueológica, sendo também tentador relacionar este facto (...) com o **início do fabrico em Atenas de formas cerâmicas especificamente relacionadas com o consumo de peixe: os pratos de peixe** [ARRUDA 1997: 71-72; n/ destaque] ¹⁷⁶.

Um aspecto essencial, portanto, conforme de resto veio a ser salientado por **Maria Helena da Rocha Pereira**, que considerou, pois, como *particularmente interessantes*, estas hipóteses que se avançam quanto a um evidente *ressurgimento económico do SW da Ibéria nos séculos V e IV a.C.*, com base no comércio de preparados de peixe [in «Apresentação»; ARRUDA 1997: 14].

No que é, sobretudo, aqui, de salientar, é a relação deste incremento económico com o próprio comércio dos objectos cerâmicos, que se estabeleceria então, a partir de Cádiz, com o litoral algarvio e, daqui, para os povoados do interior do actual território português, e no qual se subentende a própria recorrência de outras anteriores rotas de troca.

¹⁷⁶ E, assinalando a importância da **correlação histórico-sociológica** que se poderia aferir de todo este trânsito, Ana Margarida Arruda não deixou, pois, de fazer salientar o que havia sido o propósito fundamental do seu trabalho: *o que, desde o início, sempre norteou a minha pesquisa foi tentar perceber se as importações destas cerâmicas, assim como doutros produtos exteriores ao território peninsular, e todo o processo comercial que dela se deduzia, podiam de algum modo ter contribuído para a implantação de populações em determinados sítios e para as transformações verificadas na sociedade da Idade do Ferro do Centro e Sul do território* [ARRUDA 1997: 22-23]. Acrescenta ainda a autora *ser hoje inquestionável que, em momentos determinados da evolução histórica, e em certas regiões, as pressões externas tiveram um papel, se não determinante, pelo menos importante, nas mudanças operadas em termos sociais, económicos e mentais. Acredito que este é justamente o caso da Proto-História do Sul peninsular* [ARRUDA 1997: 29; n/ destaque].

Em momentos anteriores, poderá configurar-se como certo que, nas áreas do território português, os momentos de principal fluxo das cerâmicas, importadas, desta feita, coincidindo com os períodos subsequentes ao **Séc. V a.C.**, estariam igualmente em correlação com o mesmo tipo de actividade que teria assim tanta importância na época romana.

Adequando-se ou não à mesma categoria de armazenamento e transporte de produtos, não deixará de ser evidente que foi, pelo menos, o mesmo desenvolvimento económico, mas numa época mais recuada, o que veio a permitir a aquisição de artefactos de prestígio, destinados ao uso e desfrute privado, individual ou doméstico, como o era a cerâmica de fabrico grego (ou, quando fabricada noutros centros do Mediterrâneo, inspirada em modelos gregos). Aos finais desse mesmo século que veio, portanto, a corresponder nomeadamente o conjunto uniforme dos **vestígios de cerâmica de verniz negro de Castro Marim**, datados de ca. **430-350 a.C.**, que Ana Margarida Arruda resgatou nas suas explorações, e que se distribuíam por várias tipologias, fossem as de modelo ático ou resultantes da sua respectiva imitação.

A saber: *taças*, *skyphoi* e *páteras*, destinadas ao *consumo de vinho e alimentos* (isto é, objectos relativos ao uso em «festejos», na sua qualidade de *συμποσιακος*), e que compuseram um *espólio (...) em tudo semelhante ao de Huelva* [ARRUDA 1997: 140-141]. Um âmbito de funcionalidades que, então, se reparte claramente consoante os contextos: os de necrópole (exemplificado pelos achados de Alcácer-do-Sal), e os de *habitat* (como em Castro Marim), sugerindo-se, de resto, o próprio repertório formal da decoração pintada como uma «*generalização do consumo do vinho*» [ARRUDA 1997: 106] ¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Em **Castro Marim**, como em **Huelva**, *os mesmos Pintores estão representados, tanto no século V (círculo do Pintor de Marlay) como no século IV (Pintor de Viena 116). As formas cerâmicas dos vasos de verniz negro são, em ambos sítios, praticamente as mesmas taças (...). Parece pois óbvio que uma mesma corrente comercial foi responsável por estas semelhanças* [ARRUDA 1997: 141; n/ destaque].

Destacam-se, além disso, outros tantos conjuntos integráveis na mesma cronologia: o já igualmente referido conjunto da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer-do-Sal)**, cuja cronologia coincide também com a das importações de Castro Marim [id., *ibid.*: 89-90]; e os **vestígios átics do Castro de Santo Estevão da Facha (Ponte de Lima)** [cf. ARRUDA, *ibid.*: 81-ss; FERREIRA DA SILVA 1986a: 134-ss.].

b) O confronto dos achados de ânforas romanas no Sul do território português.

Faz-se recuar, então, para as épocas pré-romanas, e numa chamada de atenção para um processo que, afinal de contas, poucas surpresas deverá suscitar, a precoce emergência do viriam a ser, bem posteriormente, as principais actividades de desenvolvimento económico do território: as «indústrias» do conservado de peixe e as da extracção do sal marinho. Para o **período romano**, de resto, um tal fenómeno veio a ser estudado por **Françoise Mayet**, e outros, quanto às **inter-relações entre a produção e procura geral dos produtos de extracção salina e dos derivados de peixe**, que, nomeadamente, veio a tornar a **bacia do Sado** num dos focos mais economicamente importantes da Lusitânia. Essa mesma actividade, tal como se veio a desenvolver em épocas romanas, estava também em íntima ligação com os centros de produção cerâmica do Sul. Os respectivos resultados deste mesmo estudo seriam então publicados no trabalho *Les amphores du Sado* [MAYET, et al. 1996].

Nos acessos e circulação entre pontos do interior e os pontos do litoral, destacando-se o papel essencial dos rios como vias de comunicação e de escoamento, o rio Sado detinha, desde logo, um papel importante. A perspectivação de uma hierarquia de sítios e de critérios de identificação arqueológica dos mesmos veio a apoiar-se na inventariação, quer de estruturas edificadas, quer de depósitos associados, onde se revelava, em articulação com a

via natural do Sado, a presença de materiais cerâmicos adequados ao armazenamento e transporte dos produtos «industriais» referidos [cf. Robert Etienne, in «Prefácio» a MAYET, et al., 1996: 7].

Em síntese, *la commercialisation des salaisons du Sado est révélée par la diffusion des amphores. La diffusion lointaine peut être menée soit par les fouilles des consommations comme Rome, Ostia, etc.* [MAYET, et al. 1996: 12 ; n/ destaque].

A partir dos vestígios ainda bem visíveis, nomeadamente, em Tróia (e também em atenção ao papel da antiga **Salatia**, Alcácer-do-Sal), de resto já anteriormente exploradas, teve-se, pois, em atenção, outros sítios que, nas margens do Sado, revelassem igualmente as estruturas de preparação dos derivados de pescado ou extracção de sal, bem como a sua respectiva relação com as oficinas de produção cerâmica, onde se fabricavam as ânforas lusitanas (que sobressaíam, afinal, como o principal objecto deste presente estudo), e, por fim, a tentativa de configuração de um mapa das vias directas de troca que, definindo regiões de produção e consumo, acabavam por integrar-se no âmbito mais vasto do comércio entre o próprio mundo romano [cf. MAYET, et. al. 1996: 9].

Muito especialmente, veio a realçar-se o conjunto de ânforas presentes num sítio, identificado como importante «local de consumo», que mereceria, pois, uma atenção privilegiada, e que era a **villa de S. Cucufate (Vidigueira, Beja)**.

No geral, com a análise das ânforas, e, em particular, em atenção relativa às pastas com que foram feitas, revelaram-se, então, alguns centros importantes: o Vale do Tejo, o Algarve.

O certo é que, das oficinas de produção de ânforas lusitanas referentes a esta última região, sobressaíram, claramente, evidências de que havia uma maior diferenciação local, entre cada centro de fabrico, tendo sempre em conta o teor dos barros, enquanto que os centros produtivos correspondentes do Vale do Tejo

eram mais indistintos entre si ¹⁷⁸.

Portanto, *en ce qui concerne la fabrication des amphores, les centres de production romains situés sur la rive droite du coin inférieur du Sado pouvait donc compter sur les riches gisements d'argile appartenant à des formations du Miocène et du Pliocène, sur un combustible abondant provenant des bois de pins et de chênes-lièvres, ainsi que sur une excellente voie de navigation fluviale permettant d'évacuer facilement leurs produits vers les usines de salaison de Setúbal et de Tróia* [MAYET al. 1996: 27 ; n/ destaque] ¹⁷⁹.

Este resumo de conclusões sobre a produção económica local e a presença correlativa das ânforas lusitanas, permite, em termos comparativos, que se alargue o horizonte de circuitos de troca e de circulação, mais ou menos intensa, de materiais a um contexto mais recuado do que o próprio período romano, quando um tal comércio de sal e pescados foi especialmente acentuado.

c) Os achados áticos do Alentejo.

Há a destacar ainda o **espólio cerâmico de Fernão Vaz (São Salvador, Ourique)**, recolhido nesse povoado, ao qual estava associada uma necrópole, um sítio explorado, num e outro âmbitos, o **habitat** e os enterramentos, por equipas dirigidas pelo referido investigador em sucessivas ocasiões.

Do **material de superfície**, e em referência aos seus trabalhos de 1971 a 1978, **Caetano Beirão** deu, pois, notícia de um outro **fragmento**, em pasta rósea,

¹⁷⁸ Para além disso, *des groupes de pâtes différents de ceux des ateliers connus laissent a penser que tous les centres de production lusitaniens ne sont pas encore découverts ; on peut même se demander si la Bétique voisine n'aurait pas fabriqué les mêmes types d'amphores que la Lusitanie et n'aurait pas exporté les salaisons lusitaniennes* [Robert Etienne, in «Prefácio» a MAYET, et al., 1996: 8 ; n/ destaque].

¹⁷⁹ *Ainsi le déterminisme géologique et géographique mettait à la disposition de la volonté des hommes tous les éléments favorables à l'installation d'une véritable 'zone industrielle'* [id., ibid.].

*fin*a e *depurada*, com vestígios de envernizamento negro, que se diferenciava, porém, de demais exemplos resgatados durante o processo de escavação, esses classificáveis como dentro da tipologia de engobe negro [BEIRÃO 1986: 114].

Afirmou, na possível caracterização de um tal espólio, que *cette céramique rappelle la céramique attique, mais le mauvais état de conservation et la dimension réduite des fragments ne permettent pas d'en garantir la nature* [BEIRÃO 1986: *ibid.*; n/ destaque].

Quanto aos vestígios provenientes da escavação propriamente referida, veio a destacar-se o resgate de peças «completas» ou «quase completas», relativas a objectos de fabrico manual, em que se contavam um **fragmento de vaso de bordo oblíquo**, um «pequeno» oinochoe (*à anse recourbée plus haute que le bord*, e que se assemelharia ao fragmento anterior), além de diversas **fusiolas** cerâmicas [BEIRÃO 1986: 116].

Dos vestígios de **cerâmica de torno**, incluíam-se aqui **três peças**, fragmentadas, de **engobe negro**, brilhante, achadas no momento de sondagem das zonas de **habitat**, que teriam vindo do sudeste peninsular. Na prossecução das escavações efectuadas em 1978, há, de facto, a salientar a identificação de uma área estrutural, adicionada ao lado sul do **habitat**, que Caetano de Mello Beirão veio a identificar como um espaço de «**atelier**» cerâmico, e onde se procedeu à respectiva recolha de vestígios locais [cf. BEIRÃO 1986: 109-110].

Das principais conclusões que se suscitaram desse grupo de achados, na verdade, salientar-se-ia então que as «proporções relativas» à respectiva quantidade da cerâmica de torno, em confronto com a cerâmica de fabrico local, indiciavam tratar-se de peças de outra origem.

Conforme, de resto, a própria verificação da qualidade das pastas, *il s'agissait d' une céramique importée, tout au moins dans la région, sinon même dans toute la zone du sud-ouest, à l'époque en question* [BEIRÃO 1986: 116 ; n/

destaque] ¹⁸⁰.

E denotava-se igualmente, de todos os conjuntos, uma reduzida percentagem de **fragmentos decorados**, que se fazia contrastar, pois, com a *extrema simplicidade* da cerâmica de fabrico local.

Os fragmentos com vestígios de engobe, num total de cento e trinta e cinco, constituíam, além do mais, tão só dez por cento do total de vestígios resgatados, (cujo número, pois, ascendia aos 1358 fragmentos) [BEIRÃO 1986: 122] ¹⁸¹.

Face à totalidade dos vestígios inventariados, a grande maioria dos materiais correspondia, então, a **produções locais de fabrico manual**.

De qualquer forma, entre objectos de execução local e exemplos importados, conforme a recapitulação que, quanto a este **espólio de Fernão Vaz**, fez **Ana Margarida Arruda** a partir dos primeiros relatórios apresentados pelo seu escavador, *um dos fragmentos fabricados ao torno apresenta-se coberto por engobe vermelho (...)* e dois pertencem a **vasos áticos**, *um dos quais uma taça Cástulo (...)*. [Das] **produções locais** e produções de cerâmicas finas de âmbito regional, que englobam as '**cerâmicas cinzentas finas polidas**', maioritariamente pertencentes a taças hemisféricas de bordo arredondado (...). De uma escassa minoria das cerâmicas torneadas encontradas (...), seriam de importação longínqua, nas quais se incluem, naturalmente, os **fragmentos áticos** (...), os **fragmentos da taça de engobe vermelho** (...), e ainda o **pithos de bordo horizontal e asas bifidas** [ARRUDA 2001: 218; n/ destaque] ¹⁸².

¹⁸⁰ *La pâte de la céramique sans tour est, à l'intérieur, gris foncé ou brune et la cuisson peu oxydante lui confère une couleur brune à formes variables* [BEIRÃO 1986: 122].

¹⁸¹ *Les décors des fragments signalés se répartissent ainsi: 17 avec incisions au burin et 15 à la brosse. Celles-ci se présentent à nous sous forme de fragments de panse. Les incisions sur les bords sont : 4 à traits obliques, une à traits radiaux ; et sur la panse: 8 avec marques de doigts, 2 avec 'dents de loup' et 2 avec incisions obliques* [BEIRÃO, id., ibid.].

¹⁸² Prosseguiara, ainda, **Caetano de Mello Beirão**, em referência ao **espólio de Fernão Vaz**, quanto ao seguinte: *l'existence d'un fragment céramique à vernis rouge montre*

É, afinal, bem significativa a contextualização destes achados assim enumerados, aos quais se veio também a atribuir uma cronologia situável para os meados do **Séc. V a.C.**, ou seja, **ca. 450 a.C.**

Concretamente, o respectivo estrato de achado dos **fragmentos áticos** evidenciava sinais de um incêndio, ocorrido em tal fase do **Séc. V a.C.**, o qual teria motivado, então, o abandono do lugar, nessa mesma época. O período de ocupação ter-se-ia revelado, contudo, bastante curto, uma vez que se propôs que o respectivo início do **habitat** recuaria somente aos Sécs. VIII ou VII a.C., de acordo com as conclusões das diversas estimativas, assinalando então os vestígios de cerâmica grega o último momento de ocupação de Fernão Vaz [cf. ARRUDA 2001: 220; BEIRÃO 1986:103-122; BEIRÃO e HIPÓLITO CORREIA 1994] ¹⁸³.

Simultaneamente, porém, corresponderá esse mesmo momento à fase que se terá registado, após o refluxo de chegada de cerâmicas gregas, ou em geral, de materiais de importação, o reatar do circuito de trocas comerciais, de que o interior seria beneficiário ao longo da II Idade do Ferro.

que, de même que dans la nécropole de Chada, ce type orientalisant a existé également, bien qu'encore en toute petite quantité, conséquence, certainement de la difficulté de l'acquisition [BEIRÃO, id., ibid.; n/ destaque].

¹⁸³ Quanto à **cronologia de ocupação de Fernão Vaz**, que se apurou segundo a utensilagem de datação radiocarbónica, é a seguinte a apreciação de Ana Margarida Arruda: *ao contrário do que pensam os autores do trabalho (...), parece[-me] um tempo excessivamente longo (250 anos) para a ocupação de um sítio cuja taipa, que constituía as paredes dos edifícios, assentava em ligeiros e pouco espessos socos de pedra. (...) Uma trave, ou mesmo um poste, podem ser facilmente reaproveitados de edifícios anteriores, ou terem sido obtidos de madeiras cortadas vários anos antes. (...) Torna-se assim difícil, do meu ponto de vista, admitir que o sítio estava ocupado já nos finais do VIII ou inícios do VII a.C.. Neste contexto, não devemos ignorar que **entre o espólio recolhido não existe nenhuma peça passível de datar, indubitavelmente, do século VII a.C. e a existência de cerâmica ática do século VI a.C. não pode ser ignorada** [ARRUDA 2001: 220; n/ destaque]*

1.3. Um horizonte de achados característicos:

O espólio de Santa Olaia (Figueira da Foz), o reflexo dos trabalhos de Santos Rocha e a definição dos contextos cronológico-culturais.

Em 1900, no relatório de actividades da **Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz**, que foi apresentado por **António dos Santos Rocha** aos seus membros quanto ao que se haviam desenvolvido no ano transacto, dava-se notícia das primeiras prospecções efectuadas no **Castro de Santo Olaia (Santana, Figueira da Foz)**, situado de onze quilómetros da foz, mas em plena embocadura do Mondego, no alteamento dos **Montes de Santa Olaia e Ferrestelo**.

Na margem direita do rio Mondego, são estes montes os primeiros que anunciam uma zona transição entre zonas planas, que se localizam para diante, não apenas na bacia do curso fluvial como para sul, já na outra margem, e as zonas de alguma altitude, de cotas entre os cinquenta e os cem metros acima do nível do mar, que, imediatamente a norte, se caracterizaram pela sua **ocupação pré-histórica**, igualmente explorada, entretanto, pelo mesmo arqueólogo durante as suas prospecções na circum-vizinhança da Figueira da Foz.

Mas era em relação ao que viria a ser uma das mais importantes estações proto-históricas do território, bem na sequência do que se vinha assistindo já desde o último quartel de Oitocentos, que se adiantam, pois, as referências às «*explorações*» que haviam tido lugar entre **Julho de 1899 e Março daquele mesmo ano de 1900**, montado que estava então já o Museu figueirense. A Sociedade que lhe dera fomento, criara-se, por sua vez, em 1898. Pelas quotas que se recolhiam, vieram a angariar-se fundos para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e deslocações conducentes à constituição de um tal núcleo de colecções.

De relembrar, ainda, a extensão da **actividade de Santos Rocha** a outras

regiões, como foi o caso da sua intervenção em **Bensafrim (Lagos)**, de que, a par de **Estácio da Veiga**, foi o arqueólogo da Figueira da Foz, em finais do Séc. XIX, um dos seus primeiros investigadores, levando, pois, dali, peças ainda hoje guardadas no Museu que veio a ter o seu nome.

Na qualidade de Director da Sociedade, **Santos Rocha** dava então conta de que em **abril de 1899** acabavamos de pôr **em ordem as ultimas installações do Museu**, e passavamos uma revista minuciosa a todos os objectos expostos, formulando os principaes problemas que nos pareciam offerecer os mobiliarios prehistorico, protohistorico e luso-romano das nossas modestas collecções (...).

Continuando, resumia que o **castro de Santa Olaya** foi excavado em muitos pontos até ao solo virgem; e no **Craсто de Tavarede** [situado mais acima] as excavações proseguiram ao longo do parapeito do norte até á extensão de 50 metros, e foram renovadas em diversos pontos da encosta meridional (...). As duas estações, que aliás **revelam um período de transição para a epocha romana, devem ser anteriores ao uso da moeda romana n' esta região**, poisque não se encontrou alli, até agora, exemplar nenhum. Nós pensamos não commeter grande erro **attribuindo as aos fins do 2º. seculo e principios do 1º. antes de Christo**.

E: *alli recolhemos o primeiro exemplar de adaga lusitana em bronze de que temos noticia, e vimos com prazer confirmar-se a existencia de analogias notaveis entre o mobiliario lusitano e o da era gauleza em França, ao mesmo empo que podémos seguir, até certo ponto, a influencia que a industria romana começou a exercer no fabrico d'esse mobiliario* [«Relatório de 1899-1900»: 1-2, in SOCIEDADE DA FIGUEIRA 1999; n/ destaque].

Cem anos volvidos, em **1982**, a estação voltaria a ser escavada por **Isabel Pereira**, que, noticiando posteriormente a sua respectiva situação, no encontro subordinado ao tema «Os Fenícios no território português» (realizado, em Lisboa, em Junho de 1992), viria a recapitular a sua situação no espaço envolvente: a *estação ergue-se sobre uma colina calcária, de baixa altitude e é ladeada a Norte,*

Poente e Sul, por terrenos de aluvião cultivados com arroz do Baixo Mondego (...). O curso antigo do Mondego corria a cerca de 1 Km a sul e o rio Foja, seu afluente, corre, a poente, a cerca de 1,5 Km (...). Foi habitada desde o Neolítico, prolongando-se depois, a ocupação pelas épocas do Bronze, Ferro, Romano e Medieval. São, no entanto, as espécies arqueológicas da Idade do Ferro que tornam a estação notável [PEREIRA 1993: 285-286; n/ destaque] ¹⁸⁴.

Santa Olaia vinha, assim, juntar-se ao grupo de outras tantas estações que, enquanto importantes centros da Idade do Ferro, que se assumiam como sítios receptores de **materiais mediterrâneos**; não estava, de resto, não muito longe de **Conímbriga**, que sendo um sítio sobretudo conhecido pela sua ocupação romana, havia sido habitado pelo menos desde o final do Calcolítico, tendo evidenciado, então, igualmente uma importante ocupação da Idade do Ferro [ARRUDA 1997: 84], sendo de salientar ainda um conjunto de outros tantos materiais pré-romanos aí mesmo registados [cf., em especial, o resumo de HIPÓLITO CORREIA 1993].

Por outra parte, a um nível territorial mais alargado, acompanha também, quanto ao seu respectivo contexto cronológico, cultural e material, outras estações dos **estuários do Tejo e do Sado**, onde se resgataram vestígios comparáveis, sejam de ocupação humana, sejam de achados importados intimamente semelhantes: a **Alcáçova de Santarém**, a zona do **Largo da Sé (Lisboa)**, a **Quinta do Almaraz (Almada)**, e, em **Alcácer-do-Sal**, o **Castelo** ou, na sua imediata proximidade, a **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires**.

¹⁸⁴ E continua ainda a mesma arqueóloga, em **referência aos trabalhos do século anterior**: *como é do conhecimento geral, a estação de Santa Olaia foi descoberta por Santos Rocha. As prospecções efectuadas por este (...), no concelho levaram à descoberta deste e de outros importantes núcleos. Ao longo de 14 anos prosseguiram as investigações e os resultados foram exemplarmente publicados. Os níveis Neolítico, do Ferro e do Romano foram descritos com minúcia e o material, na publicação [Memórias e Explorações Arqueológicas (Coimbra)], devidamente referenciado. Pena é que, nas próprias peças, não se tivesse procedido à respectiva marcação. Os fundos arqueológicos do Museu não têm, pois, ligação fácil com a magnífica descrição e estudo elaborado pelo investigador [PEREIRA 1993: 286].*

Tratar-se-iam estas das principais estações «**lusó-fenícias**», tal como eram então designadas, na persistência de um mesmo horizonte de contactos com o Mediterrâneo, tal como haveria de ressurgir para a II Idade do Ferro. Ou talvez, em virtude das cronologias entretanto obtidas, e aferindo as tipologias materiais resgatadas, viesse a ser mais correcto o epíteto de «**lusó-púnico**», uma vez que o essencial dos achados é já de um horizonte em que os contactos com os navegadores fenícios propriamente ditos pertenciam já ao passado, ainda que, das estratigrafias assinaladas, houvesse sinais de ocupação ainda anterior.

O facto é que, tanto as persistências de contactos com o Mediterrâneo, como, neste caso, a continuidade material, vêm tornar difícil uma eventual distinção a fazer entre as duas principais fases da Idade do Ferro, antes e depois do Séc. V a.C., ou entre um «**Orientalizante I**», que se reconhece a Sul e no interior, e um «**Orientalizante II**», essencialmente patente nas estações da fachada atlântica, e onde, entre as mesmas, já não será unicamente o «oriental» o que aparece, mas também o «**céltico**» ou o «**celibérico**».

Muito significativo, a este nível, é, pois, a referência de Santos Rocha, quer ao **punhal lusó**, quer aos materiais que, talvez pelo seu aspecto de **sugestão continental**, tanto lhe evocava os objectos da Gália, que ele mesmo havia visto entretanto no decurso das suas visitas de estudo ao estrangeiro, e que lhe serviriam de inspiração e modelo para a primeira criação do Museu da Figueira.

Mas, de facto, o que em **Santa Olaia** surge como principal referente, são os **conjuntos cerâmicos**, ainda **orientalizantes** (tão bem presentes aqui como o estavam os vasos gregos de Alcácer-do-Sal), de tipologias que tanto podem ser ainda «fenícias» como já «púnicas», com evidente destaque para os **contentores de grande porte**, de decoração em **bandas pintadas** que, ali mesmo, se resgataram em considerável quantidade, pois os conjuntos tardios não deixaram nunca de repetir os modelos do Orientalizante inicial. Portanto, a continuidade não deixará de ser evidente.

De qualquer modo, é de lembrar que as circunstâncias de escavação das estações da Idade do Ferro no território, tal como haviam sido desenvolvidas na centúria de Oitocentos, se haviam centrado, em todo o deslumbramento, no que ofereciam as camadas superiores, mais recentes, da II Idade do Ferro, quanto a épocas subseqüentes aos finais do Séc. V a.C., o que trouxe conseqüências, sobretudo quanto a problemas de revolvimento, dos estratos mais profundos, ou seja os que melhor poderiam indicar algo das realidades arqueológicas mais recuadas, quanto ao Ferro inicial.

Enfim em **Santa Olaia**, prossegue **Ana Margarida Arruda**, havia igualmente *pratos de engobe vermelho, cerâmica pintada com bandas policromas, cerâmicas cinzentas finas polidas*, [que] são, entre outros, *elementos que caracterizam aquilo que se chama habitualmente 'facies orientalizante' ou 'mundo fenício ocidental'* (...), [na persistência ou recorrência da antiga] *influência oriental, consubstanciada por espólios em boa parte semelhantes aos dos povoados da área tartéssica, e mesmo aos das feitorias fenícias da costa de Málaga* [ARRUDA 1997: 99-100; n/ destaque].

Tanto os primeiros levantamentos de **Santos Rocha**, como as mais recentes explorações de **Isabel Pereira**, vieram a cobrir, essencialmente, a restituição das disposições do **habitat** no **sítio de Santa Olaia**, no seu respectivo agrupamento proto-urbano, como na planta das casas ali identificadas, estendendo-se o povoado nos declives abertos para norte dos referidos **Montes de Santa Olaia e Ferrestelo**, em disposição que acompanhava, pois, o sentido de socalco do terreno. Os citados Montes, no seu lado sul, ofereciam, em contraste, um perfil de escarpa rochosa, que, alguma forma, protegia o povoado [cf. PEREIRA 1993: 289].

As estruturas e o respectivo espólio ofereceram perspectivas de datação que cobririam o **decurso dos Sécs. VII-V a.C.**, destacando-se, dos meados do **Séc. VI a.C.**, a construção de um forno identificado como destinado à fundição

metalúrgica, actividade a que, de resto, pertenceriam os vestígios de moldes ou chumbo, e demais escória, ali igualmente recolhidos [PEREIRA 1993: 292-295].

Quanto aos vestígios cerâmicos, contaram-se os seguintes achados:

- **potes fabricados à mão**, de grande ou pequeno tamanho, bordo denteado, sem decoração, e **contas de colar**; quanto a níveis mais antigos, além das primeiras **cerâmicas importadas** (já com trabalho de **engobe**);
- **pratos e potes importados de engobe vermelho**, que forneceram o modelo para cópias de fabrico local;
- e, por fim, as **ânforas lisas ou de engobe branco; grandes potes pintados ou lisos, de cor laranja-amarelado, bem trabalhados no exterior ou pintados às riscas**, em grupos onde se integravam os *'barris'* e **outros materiais de horizonte fenício que poderão ser datados do Séc. VII a VI** [PEREIRA 1993: 297-299; n/ destaque].

Entre as conclusões da autora, vinha, então, indicar-se que era a presença de tais **vasos importados de grandes dimensões**, certamente um indicador, pois, de «*uma grande actividade comercial*» de que o sítio de Santa Olaia protagonizou em dado momento. Por sua vez, em tempos subsequentes, vinham então assinalar-se as consequências trazidas pela Queda de Tiro, ou devidas a uma momentânea intervenção dos navegadores gregos, ao mesmo tempo que a *decadência da exploração da prata*, contribuía para as alterações sucedidas ao longo do **Séc. VI a.C.** [PEREIRA 1993: 300-301].

É nas estações do território espanhol que o conhecimento dos vasos de

fabrico, quer fenício, quer púnico, está melhor estabelecido quanto às tipologias, aspectos e proveniência. A incidência dos estabelecimentos fenícios, logo a partir do Séc. VIII a.C., ou até mesmo antes, documenta-se, pois, amplamente, para a vertente voltada para o Mediterrâneo, a leste da Península, ao longo de cuja costa, do Levante ao Golfo de Cádiz, se sucederam os novos εμπορια.

Aí mesmo, assinalou **Maass-Lindemann**, eram os contextos funerários os principais sítios de depósito cerâmico, que oferecia peças perfeitamente comparáveis, e até mesmo idênticas, aos dos protótipos originais, trazidos pelos navegadores de Tiro ou Cartago [MAASS-LINDEMANN 1986: 227-ss.]¹⁸⁵.

De uma forma geral, salienta-se, quaisquer que sejam as respectivas formas, o **engobe vermelho**, que aplicava sobre as mais diversas superfícies, em todos os vários recipientes; e quase todos os jarros com boca em forma de seta comportarão o mesmo acabamento de envernizado da mesma cor, como nos lugares de origem da cerâmica fenício-púnica. Quanto às **ânforas**, de que interessam especialmente as suas características, dada a colecção proveniente de **Santa Olaia**, constituem um tipo de artefactos, que é *facilmente reconocible por su borde engrosado hacia dentro, por el hombro carenado y por las asas gruesas y redondas (...).El periodo de tiempo que se mantiene en las propias colonias fenicias, se podrá definir a partir del análisis de los hallazgos del Morro de Mezquitilla*¹⁸⁶.

¹⁸⁵ E assim o vinha explicar: *la cerámica de las colonias fenicias de España de los s. VIII y VII a.C., está relacionado de diferentes maneras con la de la madre patria y con la de las otras colonias. Entre las formas más parecidas (...), que se encuentran en todas las colonias occidentales destacan, sobre todo, el jarro de boca de seta e el de boca trilobulada, así como las lucernas, con sus típicos elementos. Además, también pertenecen a este grupo los cuencos con carena de diversos tipos, sea con la carena alta o baja por encima del borde y con lo labio vuelto de forma simple o engrosado hacia fuera, así como los platos, que tienen una especial importancia en lo que respecta a la cronología* [MAASS-LINEMANN 1986: 228].

¹⁸⁶ *Tiene enorme difusión en las colonias españolas y norteafricanas, tanto en asentamientos como en tumbas, y allí es el fósil director para las prospecciones de campo y para el estudio del Hinterland de influencia fenicia en España. Esta forma,*

De qualquer maneira, os recipientes encontrados em **Santa Olaia**, serão de outro modelo: aquele que, conforme ainda o que caracteriza Maass-Lindemann, *en el resto de las colonias occidentales (...)*, aparecendo em lugar do tipo acima descrito, corresponde à **ánfora ovoide sin carena y de borde engrosado y protuberante**, también representada en *Toscanos* [id., ibid.; n/ destaque] ¹⁸⁷.

Curiosamente, um dos principais achados do sítio veio a ser, afinal, apesar na sua natureza excepcional, um **fragmento ático decorado, de «figuras vermelhas»**, e que foi resgatado entre os vestígios de muros habitacionais da zona alta dos socalcos em que se implantou o povoado de Santa Olaia [PEREIRA 1993: 290; 291 (fig.)].

Para **Ana Margarida Arruda**, apesar da difícil análise que o referido fragmento oferece, trata-se, possivelmente, de um resto de **krater**, em que se oferece, felizmente, a figuração bem visível de um personagem masculino, de que se interroga se será ou não o deus **Dionysios**, coroadado de louro, e proporcionando ainda a observação de uma ponta de manto. Considerará, numa primeira análise, que estamos [talvez] *na presença de uma obra do Pintor de Dinos ou do Pintor de Chrysis, este integrado na escola do primeiro (...)*. **O fragmento pertenceria, assim, ao chamado período clássico da cerâmica de figuras vermelhas, tendo uma datação centrada no final do terceiro quartel do século V. Importa referir que, até este momento, estes pintores não eram conhecidos na Península Ibérica, sendo sobretudo frequentes na Grécia, Itália, Crimeia e Próximo-Oriente** [ARRUDA 1997: 84; n/ destaque].

con ligeras variaciones, tiene una larga pervivencia, especialmente en el Hinterland, de la cual la fortificación en el Montgó de Denia ofrece un buen ejemplo [MAASS-LINDEMANN 1986: 234].

¹⁸⁷ *Pero de momento tan sólo catalogada bajo la rúbrica de 'ollas de diferentes formas', ya que hasta ahora sólo han podido ser determinados con seguridad (...)* algunos fragmentos de borde [MAASS-LINDEMANN 1986: ibid.].



Enfim, em termos gerais, confirma-se o ritmo de profusão de sítios onde há sinais de **intenso contacto com os navegadores mediterrânicos**, na inter-relação entre o Ocidente e o Oriente, e, no âmbito territorial lusitânico, a importância, também, de determinados lugares como **pontos de contacto, entre o litoral** (enquanto sítios que beneficiam do facto de serem entrepostos comerciais) e o **interior** (onde se localizavam os principais recursos económicos do antigo país), no contexto da plena Idade do Ferro.

A diferenciação que cabe, porém, às estações dos Vales do Mondego, Tejo e Sado, em relação, nomeadamente, às estações do Noroeste minhoto e da desembocadura do Guadiana, é, então, o seu **facies** destacadamente **orientalizante**.

E assim concorda Ana Margarida Arruda, ao afirmar que, *com efeito*, os **Castros do Noroeste não podem assimilar-se culturalmente aos povoados orientalizantes**, como o seriam, como foi já citado: *Conimbriga, Santa Olaia, Santarém, Almaraz, Lisboa ou Alcácer do Sal* [ARRUDA 1997: 98]¹⁸⁸.

Perspectivando-se, pois, um universo de **coexistências culturais**, às quais corresponderia, então, a própria **diversificação** de sociedades assinaladas para o território, o sítio de **Santa Olaia** vem indicar, particularmente, um lugar de privilegiada instalação de ocupação de gentes, por certo, oriundas do Mediterrâneo oriental e que, aqui, estabeleceriam, como *εμπορία*, os seus postos mais avançados de inter-relação comercial. São, precisamente, os **materiais cerâmicos**, uma vez mais, que indicam a evidência de uma tal diferenciação.

Ana Margarida Arruda, tendo, pois, analisado os conjuntos de **achados**

¹⁸⁸ Continua, dizendo que *tão pouco estes últimos, e apesar de algumas similitudes, se devem incluir, à partida, no mesmo mundo cultural dos povoados do Alentejo interior* [ARRUDA, id.; ibid.; destaque da autora].

áticos, tão abundantes em determinados sítios, faz reparo da sua respectiva **escassez** noutros: em **Santa Olaia**, e até **Conímbriga**, precisamente, em contraste, por exemplo, com a situação da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer-do-Sal)**, onde surgiu a mais significativa colecção de vasos gregos do país (entretanto repartidos pelos depósitos do **Museu Municipal de Alcácer**, do **Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**, de Lisboa, e também, aqui por **doação particular de Francisco Gentil Martins**, ainda em finais da década de 1950, igualmente guardados no **Museu do Instituto Arqueológico**, em Coimbra), sendo porém certo que se deveu este último ao facto às circunstâncias contextuais de uso propositadamente funerário, enquanto as primeiras estações se deixavam sobretudo entrever como aglomerados habitacionais ou já urbanos, oferecendo contextos, pois, que eram de **habitat**.

É a respectiva contextualização dos achados o que fornece aos objectos o seu sentido mais profundo, e, até mesmo, a sua justificação estética. No caso funerário, o uso dos artefactos é, simultaneamente, de carácter ritual ¹⁸⁹.



As mesmas cronologias de achados de cerâmica importada repetem-se, pois, de sítio, para sítio, de Norte a Sul do território português, sendo que teria sido

¹⁸⁹ Apesar de tudo, não se pode afirmar que a **cerâmica grega** não está de modo nenhum ausente dos contextos litorais: efectivamente, *surge nos três mais importantes povoados sidéricos da região [do Vale do Tejo]. **Quinta do Almaraz, Lisboa e Alcáçova de Santarém** são efectivamente sítios de primeira grandeza durante a I Idade do Ferro, que, num momento muito precoce- **inícios do século VIII-**, estabelecem **contactos particularmente intensos com navegadores/ comerciantes orientais**. Os três sítios (...) certamente desempenharam um **papel primordial no processo comercial a longa distância** que se desenvolveu entre o Mediterrâneo Oriental, através das colónias fenícias na área do Estreito de Gibraltar, e do actual território português na primeira metade do I milénio a.C. [ARRUDA 1997: 97-98; n/ destaque]. De lembrar que o **principal estudo consagrado aos vasos gregos de Alcácer do Sal** está, precisamente,*

precisamente em Castro Marim que primeiro começou a afluir um tal grupo de importações, e, no essencial, mantendo-se a concentração de materiais cerâmicos de origem grega ao longo dos pontos de ocupação litoral ou fluvial [cf. ARRUDA 1997: 97]¹⁹⁰.

Obviamente, a conclusão que daqui se retira prende-se com uma adopção de *hábitos* ou *modelos culturais* que eram já correntes no mundo mediterrâneo, e, em concreto, no mundo helénico, o que indica algo, pois, quanto ao próprio grau de desenvolvimento das sociedades locais, que procuram e adaptam determinados utensílios para a expressão dos seus próprios costumes [cf. ARRUDA 1997: 141]¹⁹¹.

De qualquer forma, se bem que seja para o **Séc. IV a.C.** que se crê ter alcançado **Castro Marim** a sua especial posição como centro comercialmente estratégico, sito na foz de um importante rio que assegura rotas de circulação do litoral para o interior, e que beneficia, claro está, do próprio ritmo de trocas que chega do Estreito proveniente de Gadir, a sua respectiva ocupação humana é antiga e remontará, pelo menos, à **Idade do Bronze**, pelo menos a avaliar pelo achado de outros vestígios cerâmicos (de «*taças abertas, carenadas, de bordo exvertido e superfícies brunidas*»), e, na **transição para a Idade do Ferro**, denota-se o mesmo horizonte de vestígios orientalizantes que será, por sua vez,

incluído na fundamental obra de **Maria Helena da Rocha Pereira**: *The Greek Vases in Portugal* [ROCHA PEREIRA 1962].

¹⁹⁰ «*Só na primeira metade do século IV essas cerâmicas se impõem de forma mais expressiva nos povoados indígenas do Oeste da Ibéria. Efectivamente, é desse período que deve datar-se a grande maioria da cerâmica ática encontrada em Portugal*» [ARRUDA 1997: 97].

¹⁹¹ Mas somos, de resto, imediato avisados por uma citação de Enrique Llobregat, com que Ana Margarida Arruda abre este seu estudo, segundo o qual *la manie de considérer la civilisation ibérique comme un mosaïque de contacts commerciaux étrangères (...) ne rend pas honneur aux anciens habitants de l'Ibérie qui deviennent, en fait, des handicapés incapables de créer nulle chose sans la bénéfique présence d'un Grec qui, paternellement guide la main de l'indigène* [in ARRUDA 1997: 15 ; cf. também, pps. 146-147].

característico de um determinado período (casas de planta rectangular, ou cerâmica de bandas pintadas e engobadas), e que se repete pelos territórios periféricos à região tartéssia [ARRUDA 1997: 111-113; 141-142, ss.]¹⁹².

Assim se foram encontrando, pelo território e ao longo do tempo, diversos exemplos: peças em dispersão, objectos de qualidade avulsa e objectos resgatados em conjunto, enquanto tesouros, mas tudo como restos parcelares do que outrora teriam sido indústrias de alguma proliferação. A par das importações, obviamente, tinham o seu devido destaque a série de realizações de cariz local, e as que mais confeririam autenticidade ou sentido expressivo às sociedades do antigo país. A sua respectiva importância acaba por se revelar no modo como, a partir daqui, se há-de possibilitar uma mais rigorosa definição das cronologias e horizontes culturais que moldaram as fases culturais do território.

¹⁹² **Castro Marim**, sendo, em suma, um povoado indígena, cujo início da ocupação data pelo menos da Idade do Bronze, manteve contactos com povos do Mediterrâneo Oriental, ou directamente ou, mais provavelmente ainda, através das feitorias fenícias da costa malaguenha e da Huelva tartéssica; sabendo-se ainda que os povoados do Alentejo interior tiveram o seu apogeu justamente a partir dos meados do século V, ou seja na fase ibero-turdetana (...), Castro Marim abasteceria de cerâmicas áticas os povoados localizados no Alentejo interior [ARRUDA 1997: 144-145; 142].

2. «Καλκοματα»:

A questão da metalurgia figurativa e do seu trabalho na Antiguidade peninsular.

Estará igualmente no contributo fenício o fundo das origens para um determinado tipo de realizações plásticas que vieram a resultar em modelos próprios da **torêutica meridional**, claramente devedora dos temas orientalizantes. No entanto, trate-se dos antropomorfos, dos zoomorfos ou das figuras divinas, com o tempo, hão-de demarcar tais exemplos a expressividade local, quanto a uma determinada época, apesar do decalque evidenciado quanto a determinados protótipos, e ainda que a **representação humana**, na arte da Idade do Ferro, assumindo uma fase inicial de evolução esquemática, estilizada e de forte acento simbólico, se viesse também encontrar entre a própria tradição gráfica. Reduziam-se as representações a traços essenciais, de organização simples mas revelando um vincado sentido de máscara, seja na composição de figuras individuais, seja no que, fundamentalmente, se referiu às figuras associadas a propósitos heróicos.

Na verdade, a **figuração antropomórfica** aparece ainda na plena Pré-história final, seja como parte das insculpturas sobre laje ou sobre fragas, seja no próprio afeiçoamento de estelas, que tomam contornos formais claramente identificáveis com a intenção de representar o «homem», ou, num caso de arranque da própria 'antropomorfização' das entidades divinas, a «mulher», Deusa-Mãe, e que também demarcam aspectos de um considerável precedente para o sincretismo a que se assistiria, na viragem para a Idade do Ferro.

De qualquer modo, a especialização inerente ao trabalho metalúrgico, uma especialização adequada à proliferação dos trabalhos em bronze, era evidentemente outro dos traços próprios das sociedades locais, já desde a Idade do Bronze. Mas não haverá dúvida que as coisas se transformariam, de início no Sul e, por fim, no afeiçoamento aos modos de manifestação cultural entre os povos que habitavam mais a Norte, com o correr dos séculos.

2.1. Os «ídeos» importados e a intervenção das influências orientalizantes nos materiais figurativos.

As concepções subjacentes às transformações buscam-se, enfim, na aproximação ao «**Orientalizante**»; salienta-se, também aqui, tal como nos exemplos cerâmicos, o papel de algumas peças originais, igualmente importadas, das quais, no entanto, somente subsistem obras dispersas, ainda que fundamentais, quanto ao entendimento de um determinado processo.

Sucedo isso com o designado par dos «**orantes**» ou «**sacerdotes**» de **Cádiz** (actualmente no **Museu Arqueológico Nacional**, em **Madrid**). Fabricadas em bronze, mas com a cabeça e o rosto cobertos por lâmina de ouro, assumem a característica pose hierática das representações do Próximo-Oriente ou Egipto Antigos.

Do que revelam, tão só pelo seu mero aparecimento, comprovando, além do mais, as velhas presenças estrangeiras na Península, é, afinal, antes do mais, o trânsito de uma ideia: a de que seria possível executar figurações próximas de um determinado ideal de perfeição, apoiado num dado raciocínio; exactamente o mesmo impulso que, na mesma época, estava a surtir os seus efeitos sobre a arte dos Gregos de Época Arcaica. A proveniência destas estatuetas será certamente siríaca, ainda que a inspiração fosse a da própria aparência das estátuas egípcias; na verdade, torna-se difícil, por vezes, distinguir a origem exacta dos objectos, dado o próprio cruzamento de aspectos que comportam.

a) As peças orientais do Museu Arqueológico Nacional de Madrid.

Das colecções de Madrid, os «**orantes**» gaditanos, atribuídos ao **Séc. VII a.C.**, e atendendo às próprias circunstâncias da fundação dessa antiga cidade, evocam, então, o **mundo fenício-levantino**, e a sua respectiva esfera de recepção

aos modelos egípcios, que depois se reproduziam em escala menor, solene mas luxuosa, e se exportavam como bem de comércio ¹⁹³.

Também do **Museu Arqueológico Nacional de Madrid**, salientam-se os motivos do «**Tesouro de Aliseda**», um trabalho de ourivesaria, descoberto em 1920, mas também datado do **Séc. VII a.C.**, e que comportava cerca de duzentas e oitenta e cinco peças; muito significativamente, tratava-se de um achado estremenho, das **proximidades de Cáceres**, que foi, ao que parece, um importante centro peninsular quanto à produção de materiais inspirados em padrões orientalizantes, segundo o próprio gosto de chefias locais, tal como o atestaram, quer a **Necrópole de Medellín**, quer o **Palácio de Cancho Ruano (Badajoz)**.

Estava-se, pois, em plena Idade do Ferro, ainda que fosse o «ouro» dos tesouros, o «bronze» das armas e as gemas vítreas das contas oculadas o que mais corria como sinal de ostentação e capacidade de aquisição.

As placas do notável cinturão que formava parte do «**Tesouro de Aliseda**», e às quais se comparam, nomeadamente, as placas do «**Tesouro do Gaio (Sines)**» (onde, por sua vez, aparece o **motivo repetido do Pégaso**), dão a observar um elaborado trabalho de gravura sobre metal, em que, dos temas privilegiados, se encontra o **tema do defrontamento do homem com as feras** (tradicional nas cenas de caça da arte assíria) e aqui, portanto, miniaturizadas; ou, ainda, o tema dos grifos e de outros seres alados, de natureza híbrida, que

¹⁹³ Assinalaria **Virgílio Hipólito Correia** que na *amálgama que constitui a koinê orientalizante dos séculos VIII-VII a.C.*, *há modelos que se divulgam (...), segundo itinerários que não sabemos ainda determinar com precisão (...), [mas] constituídos quer por peças que desempenham o papel de protótipos (...) [ou] por outros que (...) se tornaram conhecidos (...)*. As **peças do território português** sugerem, directamente, uma **'intervenção'**, em especial, dos **modelos «fenício-cipriotas»**, pelo **trabalho em oco**, obtido através do **método de «cera perdida»** e decoração burilada (*olhos amigdalóides, modelação anatómica, atitude ritualizada*), numa *homogeneidade técnica e estilística*, também comum aos **Sécs. VII-VI a.C.** [HIPÓLITO CORREIA 1992: 254].

também vêm do Próximo-Oriente ¹⁹⁴.

Do mesmo **tesouro de Aliseda**, contar-se-ia um **thymiaterion de vidro**, inscrito com caracteres hieroglíficos, mas que se destinavam a honrar Astarté (divindade siríaca), além de um **colar de pendentés** em forma de selo giratório, em dupla escócia convexa, unidos a uma ametista central, onde estava o tema da «Árvore da Vida» (outro motivo levantino).

De um **anel**, salientava-se ainda o tema da «**barca solar**», que conduzia ao **reduto sagrado de Baal-Hammon**.

No **cinturão de Aliseda**, quase se reconhece o **Ciclo de Melqart-Héracles**: é um combate heróico, entre uma figura humana e um leão; a mão ergue-se contra o focinho do feroz animal, em posição de ataque, e esgar ameaçador, e que, por sua vez, lança a para dianteira contra a coxa do «herói». Ambas as figuras se enlaçam a um mesmo âmbito de visão: ocupam o espaço brilhante da lâmina lavrada. É um momento parado no tempo, que, só por si, evoca toda uma história fantasiosa, adequando-se a um sentido estético que apela a longas contemplações e reflexão.

A lição oriental estende-se ainda, à **escultura em pedra**: é o que se subentende na linguagem arcaizante do «**Grifo de Rodovan**» ou na «**Esfinge de Balazote**», que são de fabrico local [ver atrás], e no assombroso espectáculo que subsistiu dos vestígios associados ao **Monumento de Pozo Moro (Chinchilla, Albacete)**, ao nível dos seus painéis decorativos. A mesma herança estética, enfim, há-de depois convergir nas realizações da ourivesaria castreja, conforme o já exposto.

¹⁹⁴ (...) *Nous détacherons spécialement le petit cimetière de la propriété de Gaio, à 12,5 km au du-est de la ville de Sines (...); sa destruction par les labours a permis de découvrir un important trésor de bijoux en or, en argent, en bronze et en ivoire, ainsi que des perles d'or, d'argent, de résine (ambre ?), de cornaline et de verre (...). On sait que trois sépultures cistoïdes, au moins, ont été détruites en cet endroit. Le trésor a été recueilli en partie par le propriétaire du terrain, en partie par M. José Miguel da Costa, directeur du Musée de Sines, où il est exposé [BEIRÃO 1986 : 41].*

E assim surgia o «*Oriente da Europa*», que se abria ao olhar dos investigadores franceses do final do Séc. XIX, e que correspondia, na verdade, a um breve momento de extraordinária afirmação civilizacional, tocada pelo gosto das coisas trazidas por «Fenícios», acompanhando, como sinal evidente, todo um desenvolvimento civilizacional característico, com as suas indústrias e temas, e que foi o início da Idade do Ferro peninsular.

b) As colecções do Museu Arqueológico de Sevilha.

O facto de encontrarmos vestígios dispersos, e evidências de uma certa clivagem material, assinalada para a transição dos **Sécs. VI-V a.C.**, abrindo a convencionalmente designada **II Idade do Ferro**, faz pressupor uma clara desestruturação social desses antigos focos que revelavam os exemplos de aceitação de uma estética orientalizante.

Mas a tradição manteve-se, porque a dispersão de materiais, tanto poderá indicar uma destruição dos seus lugares iniciais, como um reaproveitamento posterior dos mesmos artefactos, por vezes segundo a mesma intencionalidade e obedecendo a um idêntico usufruto. No **Museu Arqueológico de Sevilha**, congregam-se, na verdade, vários testemunhos materiais e artísticos, que, cobrindo genericamente o período em consideração, estabelecem, aliás, os mesmos, flagrantes semelhanças aos que também teremos a Ocidente do Guadiana.

Destacam-se, portanto, os seguintes conjuntos e elementos:

- Na sala dedicada aos **espólios de Montemolín (Archena)**, a **Sala V**, encontra-se mais um exemplo de **vaso com tipologia fenício-púnica** (este de entre as **colecções cerâmicas** onde se destacam os padrões decorativos que vão do Bronze final ao Orientalizante, e

onde se inserem os padrões dos **encadeamentos** ou das **fiadas de chaveirão**), em cuja superfície se aplicou a figuração, precisamente, de um touro. Ao lado, na mesma sala, um **prótomo de cabeça de carneiro**, também de **cerâmica**.

Ilustr.
III, 4.

Entre o restante conjunto de vestígios da mesma Sala, há igualmente a indicar as **urnas com representações de cavalos diante de flores de lótus**; uma **esfinge alada**; o **friso de grifos**, ou um **alabastron do Séc. VI a.C.**.

- Também na **Sala XI** no citado Museu, que está dedicada à **escultura «ibero-turdetânica» do Séc. III a.C.**, além de diversas representações zoomórficas (um **touro de Alcalá del Rio**; uma **cabeça de leão**, de **Labrija**; ou uma **figura, também de leão**, dos arredores de **Cádiz**), e de uma **lápide epigrafada de Villamanrique** (parte de um depósito particular, no Museu sevilliano), há um **plinto insculpido**, que traz igualmente o **tema do cavalo**, apresentado numa das faces da base e surgindo virado para a sua esquina direita, a seguir à qual surge uma **palmeira**, numa recorrência do elemento animal ao lado do elemento vegetalizante.

- Saliente-se, ainda, no mesmo Museu, a célebre peça do «**Bronze Carriazo**», um elemento terminal de pendente feminino, com a **figuração divina de Astarté**, de braços abertos, e de cujos lados se impunham majestosas aves; ou ainda, do mesmo Museu, a **estátua feminina sedente de El Carambolo**, esta em pedra, mas também referente à mesma divindade, que se apresenta, pois, entronizada e desnudada; uma peça indicada como do **Séc. VIII a.C.**, distinguindo-se por ter, na base da figuração, uma **inscrição votiva fenícia**, em

Figs.
28, a).
29

que constam os oferentes e o reconhecimento votivo feito à deusa, *por ter escutado a sua súplica.*

- Das figurações da mesma divindade, na **Sala VII**, uma **outra figuração de El Coronil**, reconhecível pela sua cabeleira voluptuosa, dividida por risco ao meio, volumosa ao alto da cabeça, e estreitando-se, em contracurva que acompanha a face, até enrolar-se para dentro ao nível do pescoço. Também aí, uma segunda **figuração feminina**, não identificada, que surge, porém, destacadamente, como **remate de empunhadura de um assador**, bastante elaborado, de resto, no ponto de transição da estatueta para a ligação ao material afeiçoado, com um decorativismo de enrolamentos em grossa filigrana, e que tem, sobre a cabeça, uma argola, e, na mão esquerda, uma ave.

- Ainda na mesma sala, um outro achado significativo: um **exvoto**, em prata, de lâmina oculada, proveniente de **Herrera**. Semelhante, com efeito, às placas oculadas da II Idade do Ferro de **Garvão**, muitas também em prata, esta outra possui, enfim, o recorte da íris, no seu gravado, e a própria placa recorta-se segundo o contorno dos olhos.

A relembrar, entretanto, do **espólio orientalizante de Samos**, e a propósito da recorrente representação desta deusa oriental, a **placa de adorno hípico** que servia de suporte ao **tema de Héracles contra Gerião**, cuja relação com a imagética associada à primeva Ibéria já foi tratada, e cujo momento de combate ocupava o centro da peça.

De um lado, a fiada de bois, na direcção da Europa, do outro, uma figura

feminina reclinada, sob um cenário paradisíaco, onde se contava uma palmeira ou, num plano superior, as estrelas que, segundo a tradição mesopotâmica, se associavam a **Ishtar** (aqui, a «estrela» de Vénus) e a **Astarté**, que era, precisamente, a **potnia théron**, a «**Senhora dos Animais**», tal como, de resto, veio a ser figurada nas artes turdetânicas [cf. JOHNSTON 1993: 38-39].

Esta peça, bem como outras tantas representações conhecidas para todo o mundo mediterrâneo, de um lado a outro, revelam, assim, o modo como um mesmo repertório se espalhou, a determinada altura, definindo uma fase «Orientalizante pleno», em que se tornava comum uma mesma linguagem visual, e pela qual se entrevê o rumo dos antigos «**Fenícios**», desde o corredor sírio-levantino, às principais ilhas com que se deparavam nas suas rotas, de Chipre a Rodes, ou à Sicília e Baleares, até alcançar as regiões da Península Ibérica. Daí a própria pertinência de **Léon Heuzey**, quando, no **Louvre**, organizou as colecções hispânicas junto das então designadas «*Antiquités Méditerranéennes*», cuja cota ainda actualmente se mantém.

2.2. Os achados votivos da Idade do Ferro meridional em espaço lusitânico.

É de crer, ao nível do que se poderá reconhecer dos exemplos figurativos, elaborados em metal, do território português, que tenha ocorrido uma tal situação de mutabilidade. Não se reconhece um santuário que tenha sobrevivido da I Idade do Ferro, isto, em absoluto contraste, quer com os «**exvotos**» dos santuários hispânicos, aos quais se aproximam, quer com os depósitos do **Santuário de Garvão**, de resto descrito já como um «santuário céltico» da II Idade do Ferro (Sécs. IV-III a.C.), ou com a própria concentração de achados, já do período romano, para o **Santuário de Endovélico em S. Miguel da Mota (Alandroal)**; o primeiro destes conjuntos era ricos em cerâmica ibérica e tendo revelado ainda as célebres «**placas oculadas**», chapas de diversa ordem onde se repetia o tema do contorno de olhos rodeados por uma irradiação de estrias de vértice alongado (obtidas por trabalho martelado); o segundo, trazendo estátuas quebradas e um grande número de inscrições e aras.

Mas surgiram os antropomorfos, na sua nudez despojada, e também as figuras zoomórficas que caracterizam algumas das Coleções de bronzes pré-romanos.

Certamente, pela própria situação concêntrica, a que vieram coincidir os diversos achados, sejam os «**ídolos antropomórficos**», sejam as célebres «**cabrinhas alentejanas**», encontradas em diversos lugares do Alentejo (Redondo, Alcácer do Sal, Almodôvar), proporcionam quase uma perspectivação de dispersão em relação a centros de culto, não identificados, possivelmente situados entre o Alto Alentejo e a Baixa Estremadura. A adicionar, outras estatuetas, as do «**touro**» e do «**javardo**» resgatados no Extremo Ocidente algarvio, além dos «**taurídeos**» de Mourão e do **thymiaterion de Moura**. Pelo seu

estilo técnico e estético, são evidentemente antigos; pela sua condição, enquanto achado, tratar-se-iam de relíquias talvez guardadas em época posterior à sua respectiva origem.

Ao mesmo tempo, não deixam de se assumir como sinais de um tempo próprio, que desapareceu.

De qualquer modo, ficando em aberto a questão de se saber, na verdade, quais são os objectos importados ao nível das realizações metalúrgicas, e quais são os de produção local, o facto é que é possível determinar graus de antiguidade para as diversas representações: os **ex-votos antropomórficos**, bem como as **representações taurídeas**, reflectindo uns e outros os traços do **Arcaico** e do **Orientalizante**, na sua adequação local (seja por fabrico autóctone, seja pela própria recepção do diverso leque de materiais que lhes estão associados), serão reconhecidamente das peças mais antigas da **Idade do Ferro meridional**, e na sai directa associação aos próprios valores culturais das sociedades do Mediterrâneo

195

¹⁹⁵ E em parte o dirá, pois, **Virgílio Hipólito Correia: os touros de bronze constituem a manifestação mais antiga que conhecemos no âmbito peninsular, de estilo de figuração de bovídeos que vai ser praticamente exclusivo em toda a posterior evolução da Arte Ibérica** [HIPÓLITO CORREIA 1992: 254]. Citará os **exemplos de peças do mundo mediterrâneo que poderiam ter servido de modelo para esta temática figurativa autóctone**, ou que, pelo menos, se podem colocar em paralelo, do **thymiaterion de Cástulo**, às **métopas do Templo arcaico de Selinunte e do Tesouro de Sícion (Delfos)**, aos «**grupos cerâmicos**» dos **santuários cipriotas** [cf. id., ibid.]. Eis, enfim, o **fundo das «Antiguidades Mediterrânicas»** que esteve presente na própria organização das Colecções arqueológicas do Louvre, em finais do Séc. XIX, em que se integrariam as peças peninsulares, tal como de resto Léon Heuzey o constatara [ver atrás].

a) A cabeça de carneiro da antiga Colecção Júdice e a sua interpretação comparativa.

Em 1983, abordava precisamente **Teresa Júdice Gamito** um exemplo mais da torêutica de tipo orientalizante encontrada no território: a representação da **Cabeça de Carneiro da Mexilhoeira da Congregação (Lagoa, Faro)**. Pertencera esta figura à antiga **Colecção de António Júdice**, colaborador de Estácio da Veiga; tendo sido inicialmente destinada ao malgrado Museu Arqueológico do Algarve, a **Colecção Júdice** acabaria por seguir para o **Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**. A peça fora recolhida por um amigo de António Júdice, Bernardo Sá, que não deixou registo de origem; mas, provavelmente, como se veio a concluir, veio a ser achada, de facto, próxima à referida localidade algarvia da Mexilhoeira da Congregação, de onde ambos seriam naturais.

É uma representação de pequeno tamanho, com quatro centímetros de comprimento e pouco mais de dois na sua altura. *Parece tratar-se de um elemento ornamental de um objecto de bronze onde encaixava (...). Fundido pelo processo de cera perdida, revela grande beleza de traços, riqueza de detalhe e proporção perfeitas, o que confere ao conjunto grande equilíbrio e serenidade* [GAMITO 1983: 305].

Na verdade, a peça está bem detalhada, o que lhe confere um aspecto excepcional. Surgiam: o volume alongado da cabeça; a demarcação dos olhos e do próprio pêlo, este de efeito sugerido pela repetição estilizada de círculos estampilhados sobre cada lado, possuindo ainda o animal um diadema colocado sobre a sua fronte, em sinal de divinização [GAMITO 1983: 306-307] ¹⁹⁶.

Os paralelos vêm do Mediterrâneo, em que, nas artes de finais do Séc. VII

¹⁹⁶ *Ao centro deveria ter tido uma incrustação que se perdeu, mas cuja forma e espaço é perfeitamente visível* [GAMITO 1983: 306].

a.C., a cabeça de carneiro continua a apresentar-se associada a objectos rituais como na magnífica pátera de Leontini, colónia grega do Sul da Sicília (...) [ou] a cabeça de carneiro do Museu de Boston (...), [a qual] deveria ter pertencido a um objecto semelhante; a este conjunto, eventualmente, poderia adicionar-se um outro paralelo, o remate de rhyton, do Castro de Azougada (Moura), um elemento terminal mais acometido, enfim, na sua plástica, mas sugerindo a plena evidência de se tratar, claro está, de uma outra «cabeça de carneiro», desta feita mais estilizada e resumida, e assumindo aqui, já num contexto da II Idade do Ferro, algo das influências célticas que se vieram a assinalar para a região [GAMITO 1983: 308; 311-ss.]¹⁹⁷.

Além disso, o modelo não deixa de se repetir por outros diversos achados, sendo obviamente flagrante as suas semelhanças com os rhyta em uso na Grécia, entre os Sécs. VII-V a.C., também moldados no mesmo tema zoomórfico. Como modelo, o «carneiro» não há-de deixar igualmente de assumir diversas formas, em metal, como na coroplastia, como outros tantos vestígios hispânicos, salientando-se um citado prótomo, limitado à representação da cabeça, cornatura e focinho, que se veio a guardar no Museu Arqueológico de Sevilha.

Para a sua funcionalidade, em conclusão, Teresa Júdice Gamito, apoiando-se nos paralelos existentes, indicava tratar-se esta representação da Mexilhoeira de uma asa de pátera, atendendo-se também ao seu perfil e ao destaque da sua figuração, e tendo surgido, em regiões meridionais (porventura no próprio litoral algarvio), talvez como parte de um primeiro conjunto de importações gregas e orientais da Península Ibérica, assinalável, portanto, ainda para o Séc. VII a.C., na sequência do estabelecimento do εμποριον helénico de Nâucratis, no

Figs.
35; 36.
Ilustr.
III

¹⁹⁷ Aqui aparecendo o motivo como *adaptação local* e também *persistência de uma ideia ou de um culto, onde os traços do animal são apenas apontados* (...) [como na restante] *grande simplicidade de grande parte dos bronzes ibéricos* [GAMITO, id.: 312].

Delta do Egipto [GAMITO 1983: 312] ¹⁹⁸.

Mais tarde, não deixando de reconhecer a clara marca do Orientalizante, vinha propor **Virgílio Hipólito Correia** que a mesma peça corresponderia antes a **um remate de braseiro** (*possivelmente com suportes de asa em forma de mãos*) e propondo ainda a hipótese de ser, com efeito, de **fabrico peninsular** [HIPÓLITO CORREIA 1992: 250].

De notar, de qualquer forma, que, muito embora ao **Culto a Atégina-Prosérpina** se tivessem associado as figurações de caprídeos, o facto é que a mesma região, onde se estenderia essa veneração, coincide não apenas com a mancha da «**Cultura dos Berrões**», mas também com as áreas dos principais achados **exemplos de representação de taurídeos** (sobretudo no território espanhol), que vieram a ser registados.

Ora, tal como veio a assinalar **Teresa Júdice Gamito**, o «**touro**» associar-se-ia, não raro, ao **Culto de Hera** (tal como, na religião egípcia, se havia ligado ao **Culto de Ísis e de Osíris**). Assim mesmo: *also associated with the cow, with its big hypnotic eyes, representations of the goddess were made often made by means of a clay cow* [GAMITO 1988: 44].

Em geral, no caso da **simbologia dos «taurídeos»**, há notáveis combinações associadas aos **valores da soberania**, tanto quanto aos que se ligariam aos diversos **cultos da força e fertilidade**, que, por sua vez, se

¹⁹⁸ Para a época, em sincronia com a difusão dos artefactos fabricados em Nâucratis e exportados para o Mediterrâneo a partir do reinado de Psamético I (664-610 a.C.), o motivo do carneiro era indissociável do **Culto a Àmon**, como, de resto, veio a ser conhecido para um determinado âmbito da própria iconografia antiga: as **moedas da Cirenaica**, com a figuração daquela divindade egípcia; em **Cartago**, quanto ao **Culto a Baal**, igualmente representado com os chifres do carneiro (embora seja *diferenciada a configuração de olhos*); ou o próprio modo como **Alexandre, o Grande**, se fez representar, com a cornatura sagrada, após coroar-se como Faraó do Egipto, e assumir-se como «**Filho de Àmon**», em finais do Séc. IV a.C.; todos estes elementos fornecem, de resto, uma notável precisão cronológica a aferir para os testemunhos materiais da segunda metade do I Milénio a.C. [cf. GAMITO, id.: 308-311].

combinariam todos no **Mito de Hércules e Gerião** e na sua respectiva conotação geográfica ao antigo território tartéssio ¹⁹⁹.

Tentava-se assim explicar a simbologia das imagens que apareciam associadas a contextos meridionais, com recurso ao teor das mitologias correntes nas civilizações do Mediterrâneo, em cujo conteúdo, com efeito, está afinal condensada a formulação das antigas atitudes ou concepções, que bem se poderão correlacionar com os achados locais. Sobretudo, há a reter o facto de se tratarem estes mesmos achados, ou de importações, ou de réplicas de modelos trazidos do Oriente.

A associar ao âmbito da mesma estética ritual a presença dos «**espetos**» (ou **obeloi**) nas áreas meridionais do território lusitânico, também designados como de «**assadores**», elemento de cariz essencialmente litúrgico, usado na preparação de sacrifícios animais consagrados à deusa Hera. De facto, há notícias da sua origem a partir do Egeu: surgem, tanto no **Heraion de Samos**, como no **Heraion de Argos** [cf. GAMITO 1988: 41-ss.].

Segundo **Homero**, na *Odisseia*, ao Canto III, descreve-se, pois, como os «queimadores» se usavam para «assar a novilha», cujas partes depois se dividiam e eram, por sua vez, enfiados em «varetas pontiagudas», para continuarem a receber o efeito do fogo.

De realçar que, destes «**assadores**» e «**espetos**», que se subdividem assim de acordo com as fases do rito sacrificial, há também o exemplo de **um conjunto**, de proveniência não determinada, nas salas do **Museu Arqueológico de Sevilha**, um grupo de três artefactos, de única fundição, dos quais dois

¹⁹⁹ Por isso, este motivo *often occurs as a votive bronze or connected with the Iberian toreutic* [GAMITO 1988: 128]. Mas também *numerous fibulae in the Meseta and stone statues present bull representations especially in the West central Iberia (Avila, Caceres, Toledo) (...), rich in cattle (...), dependent on their exploitation;* em momentos subsequentes, *both these animals and the wild boar were strongly related to the cult of the main Celtic god, Cernunnos, forming their representative animals* [id., ibid.].

possuem empunhadura destacada, e o terceiro comporta somente, no seu remate, um arredondamento esférico, decerto servindo igualmente para segurar-se o espeto.

b) De um fragmento cerâmico de Monte Beirão (Almodôvar) aos vestígios figurativos da I Idade do Ferro no Baixo Alentejo, segundo Caetano Beirão.

No Sul de Portugal, e na qualidade de achado excepcional e único, foi encontrada uma **ânfora grega**, em **Monte Beirão (Almodôvar)**, recolhida casualmente sobre um cabeço, e que, segundo Ana Margarida Arruda, também se deverá classificar como um **artefacto similar à tipologia de ânforas sâmias, do Séc. IV a.C.**, resgatadas de entre o espólio resultante do **Naufrágio em El Sec** de um navio mercante [ARRUDA 1997: 93] ²⁰⁰.

Do **fragmento de Monte Beirão (Almodôvar)**, apesar de identificada e devidamente registada, subsistem poucos estudos. De qualquer forma, do mesmo lugar de achado, **Monte Beirão**, era igualmente proveniente um **exemplar de espeto de bronze**, noticiado em primeiro lugar por **Abel Viana**, e seguidamente depositado no **Museu Rainha D. Leonor (Beja)**, mas cuja origem veio a ser determinada por Caetano de Mello Beirão, o qual, porém, visitou somente o lugar ²⁰¹.

²⁰⁰ Ainda em Almodôvar, mas no **povoado das Mesas do Castelinho**, em escavações efectuadas por **Carlos Fabião** e **Amílcar Guerra** em inícios da década de 1990, e que denotou *intensa ocupação (...)*, pelo menos a partir do século IV [a.C.], outros vários fragmentos de cerâmica grega vieram a ser também recuperados; além de um primeiro fragmento de verniz negro, anteriormente registado, adicionaram-se mais seis vestígios, «um deles decorado com figuras vermelhas» [ARRUDA 1997: 94-95]. De realçar que a área de Almodôvar é acedida desde a bacia do Guadiana a partir de um dos afluentes deste mesmo rio: a **Ribeira do Vascão**.

²⁰¹ E, desde já, «*deve [também] destacar-se o aparecimento [em Fernão Vaz] de um espeto em bronze, do tipo II de Caetano Beirão (...) ou andaluz de Almagro Gorbea (...), que apresenta gravados três caracteres que podem associar-se à escrita do*

Tendo identificado nas mesmas terras um recinto habitacional da Idade do Ferro, foi no seu interior que **Caetano de Mello Beirão** encontrou o referido fragmento de ânfora entre outro espólio, onde se destacava a presença de cerâmica local, cuja referência lhe serviu para o estabelecimento de conclusões cronológicas precisas quanto ao conjunto das manifestações culturais relativas à Proto-História meridional [BEIRÃO 1986: 51-ss.; 55, fig] ²⁰².

Como é sabido, o leque de representações também se veio a estender a os **achados coroplásticos**, em terracota, de figurações resgatadas por **Caetano de Mello Beirão** na década de 1970. Uma **cabeça de taurídeo** e a de um **felino**, para além do registo de várias outras representações zoomórficas, como o caso das **pequenas figuras de aves**, associadas aos contextos funerários. Foi precisamente na **Necrópole de Fonte Santa**, que se encontraram essas peças, que são das mais emblemáticas de um primeiro período sidérico da Cultura do Sudoeste, representando, respectivamente, o **busto de felídeo** e a **máscara taurídea** [cf. BEIRÃO 1986: 74-ss].

A referida necrópole ofereceria, de resto, **duas estelas inscritas (Fonte Santa I, Fonte Santa II)**, no **Túmulo XVII**, que se registaram minuciosamente. Quanto às figuras, foram encontradas, respectivamente, junto dos **Túmulos III e IV** [BEIRÃO, id., ibid.]. Assim se descreveria a sua descoberta: a **primeira figura**, com dez centímetros de altura, veio a ser recolhida *près du sol primitif extérieur de la nécropole (...), dans la zone sud, délimitée par le mur qui entourait le tombeau*

Sudoeste» [ARRUDA 2001: 220; n/ destaque; cf. BEIRÃO 1986: 105-ss., 114, e 115 (fig. 44)].

²⁰² *Après la découverte d'une amphore grecque des VII^e-VI^e siècles, dans le groupe d'habitations du Monte Beirão (Almodôvar), où avait été recueillie la broche a rôtir en bronze du Musée Reine Dona Leonor de Beja, et étant donné que la localité que j'ai fouillée à Fonte Santa, près des nécropoles, n'avait qu'une strate d'occupation du I^{er} Âge du Fer, la localité de Fernão Vaz est le premier groupe d'habitations du I^{er} Âge du Fer parmi les nombreux groupes que j'ai identifié et qui restent encore à feuiller* [BEIRÃO 1986: 105, n/ destaque; cf., também, comentário de ARRUDA 1997: 93. As

(...); a **segunda figura**, *un 'masque' en céramique (...)*, [que, por seu lado, estava] *au nord du mur en question, à quinze centimètres du sol primitif de la zone est* [BEIRÃO 1986: 74; 75-ss (figuras)].

Assinalando-se a presença de **taurídeos**, como **tema figurativo**, comum em áreas mediterrâneas, indicará **Caetano Beirão** que talvez se tratasse esta cabeça de *une partie d'un vase en céramique identique à celui de l'île de Karpathos (Dodécannèse) et à celui d'Enkomi (Chypre), l'un et l'autre exposés au British Museum de Londres (...), bien que celui de Fonte Santa soit un peu plus grand*; de resto, também em Alcácer do Sal, na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, ter-se-iam igualmente registados alguns «*bovídeos*», também de **terracota**, estes num contexto, porém, já indicado para a II Idade do Ferro [BEIRÃO, id., ibid.]²⁰³.

Em suma, *apesar de a grande maioria das sepulturas ter sido alvo de violações*, apresentava-se este **espólio plástico da Herdade da Fonte Santa (Ourique)**, como *extremamente abundante e diversificado*, tendo os **objectos de adorno (...)** *uma presença significativa*, das contas de colar, onde se usavam pastas e gemas como a resina fóssil, cornalina, o vidro ou a prata e a cerâmica; e, acrescenta-se, *ainda no que se refere ao material de adorno, deve destacar-se o (...)* *botão de prata, revestido por folha de ouro, e decorado com círculos concêntricos e pequenos pontos impressos* [ARRUDA 2001: 257]²⁰⁴.

prospecções de Fernão Vaz prosseguiriam, entretanto, após a publicação deste mesmo trabalho de C.M. Beirão].

²⁰³ Enfim, quanto à **zona de achado destas figuras**, e **dentro do âmbito dos achados cerâmicos**, há a indicar, somente, que havia, *sous les pierres tombées sur le sol primitif de la nécropole, à trois mètres environ du tombeau 15, un vase à ouverture elliptique et anse superposé à celle-ci et renforcée à l'intérieur avec du fer. Couleur brune. Outre un fragment des fond, indéfini, qui est apparu sur la structure du mur est du tombeau 11, on n'a pas recueilli d'autre céramique dans la nécropole. A l'exception de l'urne-ossuaire déjà mentionnée, toute la céramique était fabriqué sans tour de potier* [BEIRÃO 1986 : 74].

b) As peças e os dados para uma reflexão em torno da especificidade cultural das áreas meridionais.

Caetano de Mello Beirão, reflectindo sobre o «**Tesouro do Gaio**», fazia notar, em primeiro lugar, para além das evidentes semelhanças entre este conjunto e o «**Tesouro de Aliseda**» (**Museu Arqueológico Nacional de Madrid**), que, à partida, fornecem dados para uma mesma inserção cronológica e cultural, que o sítio da **Herdade do Gaio (Sines)** não se distancia, na verdade, da região onde estavam as já referidas necrópoles de Mealha Nova, do Pêgo e também dos sítios (igualmente explorados pelo mesmo arqueólogo) da Fonte Santa, Chada, ou Fernão Vaz. No «**Tesouro do Gaio**», portanto, não deixavam de se repetir os mesmos artefactos, correlacionáveis para os **Sécs. VII-VI a.C.**, que nesses outros locais : do Gaio, *le scarabée [...] n'est pas très tradif*, além de que, *tout d'abord, il y a dans ces nécropoles la même abondance de perles de verre et d'ambre* [BEIRÃO 1986 : 43].

Portanto, uma mesma geografia de marcas materiais orientalizantes, definindo a extensão de uma determinada área cultural, que, deste modo, surgia bem definida no seu complexo histórico-espacial.

Porém, reafirma **Caetano Beirão**, *nous ne voyons pas de raison pour qualifier le trésor de phénicien, encore moins de carthaginois* ; os elementos são, enfim, sugestivamente helénicos, e «*conduzem-nos*» mais para as ilhas do Egeu ou ao Egipto, do que para a Fenícia, como o **motivo do cavalo alado**, tal como no **Tesouro de Aliseda**, antes, víamos, sobretudo, o padrão de certa forma associado às **Lendas de Hércules**, ou talvez aos anteriores **Ciclos de Gilgamesh e de Melqart**. Do Gaio, *les plaques d'or ne contiennent aucun élément phénicien mais,*

²⁰⁴ E, dos **anéis**, um possui placa giratória com escaravelho de faiança. Um outro escaravelho, possivelmente utilizado como elemento de colar, foi também [aqui] encontrado [ARRUDA 2001: 257].

bien au contraire, **le cheval ailé et les palmettes** (...); les **boucles d'oreille** révèlent une influence égyptienne, de même que le scarabée (...); as **pérolas de vidro, para colar**, apresentam-se, por sua vez, como *análogas* a achados de Rodes, e o **amphoriskos** do mesmo tesouro repete a forma das ânforas gregas (tal como em outros diversos exemplos de **amphoriskoi** que se registaram para território lusitânico) [BEIRÃO 1986: 43] ²⁰⁵.

Paralelismos que, enfim, também se sugerem, quer para a decoração do **disco de ouro da Necrópole de Fonte Velha de Bensafrim**, levado por Santos Rocha para o **Museu da Figueira da Foz**, que viria a ter o seu nome, ou o próprio **botão**, também de ouro, recolhido no **Túmulo IV de Fonte Santa (Ourique)**, ambos semelhantes na sua tipologia técnica, ainda que fossem objectos destinados a funcionalidades diferenciadas, mas cujos motivos, de novo, fazem apelo ao próprio trabalho grego Arcaico ²⁰⁶.

Portanto, «**Fenícios**» OU «**Gregos Arcaicos**»?

Ou «**Fenícios**» e «**Gregos**»?

A questão inclina-se, evidentemente, para a última hipótese, pois tanto poderiam ter trazido os «**Fenícios**» alguns artefactos de importação, especialmente fabricados por Gregos, e sobretudo após a instalação destes últimos no Egipto, onde se asseguraria a presença de oficinas especializadas em indústrias de objectos egípcios, como, de resto, a própria arte arcaica grega

²⁰⁵ Quanto ao «**Tesouro de Aliseda**», *les spécialistes espagnols affirment qu'il est probable que les bijoux du genre boucle d'oreille sont de fabrication péninsulaire ; outre celles de Aliseda, ces boucles sont identiques à une boucle andalouse de la collection Vives au Musée National d'Archéologie de Madrid, et à une boucle de Setefilla, publiée par Bonsor et Thouvenot* [BEIRÃO 1986 : 41].

²⁰⁶ *Un disque d'or avec support en argent en forme de bouton, décoré, par poinçonnage, de cercles et de points. La zone centrale circulaire forme une dépression régulière, à l'apparence de chaton. Le diamètre extérieur, peu régulier, mesure vingt-quatre et vingt-cinq millimètres. Il ressemble au disque d'or bien connu de Bensafrim (...), et qui mesure trente deux millimètres et est par conséquent plus grand que celui que nous avons maintenant recueilli* [BEIRÃO 1986 : 41].

muito veio a dever à influência oriental. As mesmas rotas seria percorridas, tanto na I Idade do Ferro como na II, alterando-se, porém, o tipo de materiais, e cedendo as preciosidades lugar ao emergente comércio da cerâmica ática, talvez devido à própria ocorrência das **Guerras Persas**, de que um dos acontecimentos fulcrais veio a ser, **ca. de 525 a.C.**, a anexação do Egipto (e o conseqüente 'encerramento' temporário de Náucratis às navegações no Mediterrâneo).

Teresa Júdice Gamito viera propor que a peça com a representação da **cabeça de carneiro da antiga Colecção Júdice** poderia ter pertencido a uma **oficina helénica**, ainda que, conforme o descrito atrás, tenha considerado tratar-se de um objecto de importação: *provavelmente, afirma, produto de um hábil artista grego dos finais do período arcaico*, dada a 'proximidade estilística' à própria época, às semelhanças com os **rhyta** também com semelhante cronologia, e à acentuação simbólica da **conotação egípcia** do próprio animal, sobretudo patente ao longo de todo o **Séc. VI a.C.**, na mesma sequência de expansão dos artefactos comerciados em torno ao Mediterrâneo [cf. GAMITO 1983: 301-ss.].

De relembrar, de qualquer forma, a enigmática presença de um **elemento de cantaria grega**:

- a «**Esfinge**» alada, do **Museu de Silves** (peça em depósito, do Museu Nacional de Arqueologia), a qual está adossada a um pilar e dotada de uma linguagem visual que é, ainda, por estilo, ou arcaizante, ou semelhante à arte helénica da primeira diáspora, tal como era, com efeito, produzida nas ilhas do Mediterrâneo.

De alguma maneira, parece evocar-se **uma presumível presença grega**, não confirmada, para o Algarve; recorda igualmente Teresa Gamito que, tal como era,

**Figs.
32; 33.**

afinal, comum às próprias práticas do comércio no Mediterrâneo, *the structure and function of the Greek establishments and trading posts implied a series of diplomatic contacts and only after a treaty, even an ethnic exchange was established with the local dominating power* [GAMITO 1988: 38].

Heródoto, com efeito, contava, nas suas *Histórias*, as alegadas **visitas de Sâmios e de Focenses à Ibéria**, e, quanto a estes últimos, a boa recepção que lhes teria proporcionado o Rei Argantónio [cf. atrás].

Entretanto, estabelecia-se, do **Séc. VII a.C.** para o **Séc. VI**, o **entreposto de Nâucratis**, e, enfim, houve, a seguir, **colónias helénicas** no Levante hispânico; além disso, porém, não sabemos até que ponto os Gregos ficaram, ou não, para além do Estreito; os seus materiais, como a cerâmica grega de diversas épocas inventariada para as estações do litoral e para o Extremo-Ocidente, poderiam ter chegado por outra intermediação.

Conforme assinalaria **Ricardo Olmos**, também nunca chegou a haver, propriamente, uma arte grega na Península; mau-grado os esforços dos investigadores, e apesar da presença de vestígios, como o **Centauro de Royos**, o **Sileno de Capilla (Badajoz)**, e os **elmos da Ria de Huelva**, corresponderia tudo isto ao conjunto da *arte que nunca se halló* [OLMOS 1992: 4]²⁰⁷.

No entanto, são muito flagrantes os sentidos de proximidade formal, técnica e estética entre certas peças peninsulares, no seu respectivo aparato e enquadramento no Orientalizante, e o próprio Estilo Arcaico grego.

²⁰⁷ Exceptuavam-se, claro está, os vestígios urbanos das colónias do Levante, ou os restos do **Santuário de Asclépios (Ampúrias)** [OLMOS 1992: 14-ss.]. Diria, mais tarde, **Teresa Júdice Gamito**, *que though such an early colony in the extreme SW of Iberia has not yet been found, this does not deny the possibility of some eastern Greeks having settled and shortly afterwards mixed with the Tartessians, as the archaeological evidence seems to suggest* [GAMITO 1988: 38].

2.3. Os aspectos da actividade metalúrgica peninsular local.

Foi evidente que a presença e afluência de materiais importados não veio minorizar a própria pujança do trabalho autóctone dos metais; antes pelo contrário, o contributo externo tão só reforçaria as tradições existentes, e, de outro modo, não se explicaria o sentido de expressividade plástica que se veio a manifestar na segunda metade do II Milénio a.C.. De novo, o aspecto mais notável haveria de residir na produção de artefactos preciosos, os «**Tesouros**». E, aqui, muito embora se afirmassem obviamente as diversas regiões estilísticas, acabava também por prevalecer algo do próprio fundo peninsular, que se revela no aparecimento de determinadas peças e jóias, às quais se terá de conferir uma valorização, não apenas técnica e estética, como, também, civilizacional.

O foco correspondente à **área tartéssia** terá sido, ao nível da metalurgia, talvez o principal impulsionador da grande evolução tecnológica a que se assiste, logo em inícios do I Milénio a.C.. Território rico em ouro, prata, cobre, estanho, ferro e chumbo, conforme desde sempre veio a ser caracterizado, forneceria igualmente os principais elementos que aceleraram um processo de transformações materiais em todo o âmbito peninsular; e não deixaria de comentar, a este propósito, **Juan Maluquer de Motes**, que *no se trata simplemente de hallazgos más o menos aislados, sino que estamos em condiciones de establecer (...), las características más destacadas de sus industrias para un período que corresponde sin duda al de mayor esplendor* [MALUQUER DE MOTES 1970 (1975): 111].

Recapitula-se que, tendo estado as origens da actividade metalúrgica da Pré-história final ainda no II Milénio a.C., já na transição do Calcolítico, será, na verdade, na primeira fase da Idade do Ferro, em coincidência com a afirmação dos

aspectos do «**Orientalizante**», que se assiste à enorme profusão de realizações, não apenas pautadas pela evidência de recursos de fabrico comuns, aumentando o número de artefactos fabricados, como pela disseminação de padrões formais idênticos, e que alcançam, quase subitamente, toda a escala de produções do Ocidente peninsular, com o um modo próprio de trabalho que, assim mesmo, parece ser adoptado pelos diversos povos locais ²⁰⁸.

Enfim, tais aspectos de alguma homogeneidade, trazida pelas inovações civilizacionais, bem como pela notória influência que o quase lendário reino do Sul peninsular exerceu sobre as regiões que lhe eram periféricas, quase fazem com que o epíteto de «**tartéssio**» se tivesse vindo confundir, não apenas com o apogeu das formas orientalizantes, que surgem, no mesmo horizonte, um pouco por toda a parte, mas também com o próprio designativo de «**ibérico**».

Na verdade, não nos poderemos esquecer da diversidade que sempre existiu ao nível dos antigos territórios tribais, génese, por sua vez, de futuras distinções geográficas e culturais; mas, ao mesmo tempo, não deixava se ser igualmente evidente que é no I Milénio a.C., que há-de emergir uma linguagem plástica de traços comuns, adoptada pelos vários grupos. O que há-de ser a Lusitânia não se dissocia, pois, deste mesmo processo de origens, em que vingava alguma ambivalência entre a identidade de cada **populus** ou **territorium**, e a possibilidade que os mesmos protagonistas tinham de se fazer reconhecer entre si através da circulação de bens (ou ideias) que não deixavam de reflectir elementos de uma cultura de fundo compartilhado.

De qualquer modo, o que, pelo menos, nos revela a actividade metalúrgica

²⁰⁸ Continuará **Maluquer de Motes**, que o período de primeiro auge será o que *abarca en cifras redondas desde mediados del siglo VIII a mediados del VI a. de J.C., período que corresponde al desarrollo de la monarquía histórica simbolizada por la figura de Argantonio. Es también el período en que se desarrolla en Tartesos el arte orientalizante, con lo cual la nuestra Andalucía se convierte en un nuevo foco de gran interés en el desarrollo de esa importante corriente mediterránea que avasalló el mundo griego y el etrusco en las mismas fechas* [MALUQUER DE MOTES, id., ibid.].

e as suas formas, é a marcada evolução, também muito rápida, que marca a entrada das regiões peninsulares em fases proto-históricas.

Os testemunhos, bem entendido, são, de alguma maneira, indirectos: os reis tartéssios eram já figuras de índole mitológica, no momento em que as fontes greco-arcaicas e greco-clássicas começam a referi-los; e os próprios materiais, na sua possível documentação material, também serão tardios, tratando-se, ora de cópias de modelos iniciais que, por um esforço comparativo, mesmo assim, acabamos por reconhecer como reportáveis a um período de primeiros resultados, ora por entesouramentos que ocorrem, por diversas circunstâncias, em épocas muito avançadas.

A este último respeito, voltando a citar **Francisco Calo Lourido**, as suas conclusões quanto à **ourivesaria dos Galaicos** bem se poderá aplicar, de um modo geral, às preciosas realizações que também caracterizam, em certos momentos, a actividade dos restantes habitantes da Península.

Por um lado, *a ourivería castrexa alcanzou tal calidad e son tantas as xoias conservadas que necesariamente teremos que lle adicar un pouco máis de espacio que o que lle vimos dando ás anteriores manifestaciones da la cultura material (...)*; por outro lado, enfim, *o único que temos certo é que todas as pezas, o ben apareceran descontextualizadas o en xacementos do cambio de Era e Sec. I d.C. Os arqueólogos que tentan retrasar as cronoloxías aos Secs. III-II a.C. atribúen isto a unha tesaurización, o que hoxe, entrementes non se atope un exemplar nunha estratigrafía que nos leve com certeza a eses séculos, non deixa de ser unha mera hipótese ou especulación producta do afán de valorar os artefactos en función e súa antigüidade* [CALO LOURIDO 1993: 129; 133].

Considerando esta ressalva, e atendendo, claro está, ao facto de cada contexto não ser de modo nenhum idêntico a outro, apesar das recorrências e repetições que apontam para o plano da evidência de linguagens comuns, justifica-se, portanto, para já, todo o esforço que, em primeiro lugar, se teve de conceder à

própria história das investigações e à recapitulação possível do modo como, ora se vieram a resgatar e classificar as peças, ora se apresentaram as diversas ideias, umas pertinentes e outras com acentuado exagero, com que se tentava interpretar o passado; foi esse, de resto, o sentido do nosso próprio discurso nos capítulos precedentes.

Mas também não deixa de se assinalar que, a par dos modos de descontextualização, há também âmbitos de reconhecida comprovação legítima quanto à sua respectiva inserção num dado momento cultural ou âmbito geográfico. É certo que toda a generalização é sempre arriscada, mas, ainda assim, são possíveis algumas extrapolações, consoante os casos. Por isso, poderemos sempre contar com alguma margem de rigor, pelo qual se permitem conclusões lógicas. E é pela lógica que, no caso da abordagem das principais linhas de evolução, onde faltam elementos intermédios quanto à confirmação da especificidade de um determinado processo tecnológico ou, enfim, material, se há-de tornar possível apresentar ideias e eventuais conclusões que não serão propriamente resultado de especulação.

a) Tradição e mudança:

A questão das persistências da Idade do Bronze.

Na **Extremadura espanhola**, uma área contígua ao Alentejo, o «**Tesouro de Aliseda**», encontrado, como parte de espólio funerário, nas redondezas de **Cáceres**, assume-se certamente como o conjunto conhecido que é dos mais ricos e completos para a Antiguidade ibérica. Isto, apesar do túmulo e que se encontrava ter sido casualmente destruído. Compunha-se pelo seu diadema, as arrecadas e braceletes, além do cinturão. Das outras peças que formavam o conjunto sepulcral, havia ainda um **jarro de vidro**, com uma **inscrição hieroglífica consagrada a Ísis**, **selos escarabiformes**, além de um **braseiro de prata** e demais **colares**; lado a lado, portanto, uma realização local, na qualidade de

objecto mais importante do referido espólio (ainda que, pressupostamente, feita numa oficina talvez gaditana, por artífices orientais, visto que os modelos são idênticos aos das ilhas do Mediterrâneo), e, bem na verdade, aqui numa qualidade acessória, só depois se poderão enumerar os artefactos de importação ali presentes, como o eram os escaravelhos ou o citado jarro de vidro [cf. ABAD e BENDALA 1990: 33-ss].

Tratava-se, então, de uma encomenda propositadamente efectuada para a intenção funerária. Não apenas se vinha revelar o poder aquisitivo de algum dignatário local, como a própria simbologia, presente nos temas decorativos do tesouro, alusivos ao sentido de expressão de vida (**palmetas, motivos florais** ou determinados **zoomorfos**), se adequaria a desejo de se conseguir ultrapassar a aparentemente irremediável condição da morte.

Ora, uma tal prática sempre foi latente, desde os tempos do Bronze.

A grande novidade, aqui, sim, trazida pelas influências orientalizantes, terá correspondido à substituição de uma antiga tipologia material, como o era a arte das designadas «**estelas**» com as primeiras figurações gráficas da representação de guerreiros, próprias de um momento, anterior aos Sécs. VIII-VII a.C., em que, ao invés do ouro, se usava o granito ou o metal das espadas também executadas intencionalmente para idênticos objectivos funerários [cf. CELESTINO PÉREZ 1990]. A renovação dos gostos virá demonstrar que, nos **inícios da Idade do Ferro**, haveria já *um alto poder político e aquisitivo*, por parte de populações que estariam *profundamente colonizadas e com um seguro domínio territorial e comercial*, e que não hesitam em *mudar os seus costumes sociais e consequentemente os funerários (...)* para *introduzir outro ritual mais concordante com a tradição oriental e os seus novos estatutos sociais* [CELESTINO PÉREZ 1990: 60].

Outro notável tesouro ibérico, foi o de **El Carambolo**, este um achado andaluz da região de **Sevilha**. Também de ouro, maciço, compunha-se por uma

**Figs.
19; 20.**

vintena de peças, entre as placas rectangulares, o colar, os peitorais e braceletes. Este tratou-se, ao invés, de um achado casual, uma vez que o mesmo conjunto se encontrava escondido numa antiga colina. Mas também não se desmentiam possíveis paralelos com as artes do Mediterrâneo do mesmo horizonte cultural: indicava-o a **forma dos peitorais**, rectangulares, mas de recorte côncavo, como os célebres lingotes cipriotas ²⁰⁹.

Da função que se veio a considerar atribuível ao uso inicial reservado para este conjunto, seria o de ornamento de estátuas cultuais; e aqui, ainda, é o mundo levantino, da arte da «**Damas**» sedentes, como a de **Elche**, **Baza** e **Cabezo Lucero**, dotadas não apenas de elaborados e complexos toucados, como igualmente de pesados elementos de ourivesaria e ourivesaria, reproduzidos, talvez em fidelidade a modelos reais, sobre peito de tais bustos [ABAD e BENDALA 1990: 34-36; 133-134].

Em suma, se bem que, em termos tecnológicos e civilizacionais se esteja a caminhar para novas fases, é um dado notável, de resto já sobejamente assinalado, que os valores continuam a ser os tradicionais.

No território português, distinguira-se, por sua vez, o **Castro da Senhora da Guia**, pela existência, no seu recinto, de um grande centro de fundição metalúrgica. Denotando os aspectos mais característicos da Idade do Bronze, as influências técnicas e formais das peças que aí se haviam feito espelhar-se-iam, ainda por algum tempo mais, em produções posteriores, como parte da duradoura

²⁰⁹ De **El Carambolo**, procedem igualmente conjuntos cerâmicos que seguem protótipos ainda do Bronze Final, tendo sido então o sítio ocupado antes da penetração das influências fenícias ou orientalizantes. Tal como no exemplo de Aliseda, o que se assinala, com este conjunto entesourado, é a progressiva introdução de novas tipologias materiais em contextos culturais que não deixam de ser os que resultavam da ocupação permanente de um dado sítio, desde a Pré-história final até à Proto-história, mantendo-se, então, valores e atitudes idênticas, mas aos quais iam servindo, consoante as épocas, artefactos diferentes, sem que, no entanto, nunca deixasse de se fazer salientar um mesmo fundo de intenções simbólicas [cf. ABAD e BENDALA, id., ibid.].

tradição da metalurgia do bronze nas actividades do território ²¹⁰.

Com efeito, o **depósito do Castro da Senhora da Guia** forneceria dados comparativos que possibilitaram efectivamente o sentido local desta mesma actividade, uma vez que, tendo-se tratado de um achado pertencente a um contexto de centro de fundição, as suas tipologias repete-se pelo território, em consonância com áreas de expansão das sociedades castrejas do Noroeste, e atestando, além do mais, a presença de práticas e hábitos de trabalho que conheceram largo período de duração ²¹¹.

Teria sido o caso do achado de um **molde de pedra destinado ao fabrico de foicinhas de talão**, no **Castro de Álvora (Arcos de Valdevez)**, cujo protótipo remontava, pois, à plena Idade do Bronze (e em particular, aos contextos

²¹⁰ Enfim, *para a comprovação desta correspondência, até agora apenas sugerida por indícios, considerados a partir da notícia da procedência dos achados, e pela atribuição do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), com metais e cerâmica típica, ao Bronze recente, contamos efectivamente com provas estratigráficas do Coto da Pena, tendo-nos servido do contributo invulgar do depósito de fundidor de Baiões como o dado de maior utilidade para a definição global deste momento* [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 34; n/destaque]. Salientando-se a refutação visão tradicional de que as «primeiras» edificações castrejas teriam sido somente «cabanas», usando para tal materiais perecíveis, detectaram-se, afinal, no mesmo horizonte cultural, vestígios de edilícia com recurso à pedra, com **cronologias de ocupação apuradas para o Bronze Final**, ou seja, em torno ao Sécs. X-IX a.C.. De **Coto da Pena**, precisamente, recolheu-se *grande quantidade de sementes, cerâmica manual, com fragmentos tipo Baiões, e restos de um caldeiro com rebites, também (...) datáveis do Bronze final atlântico III, com limites entre 900-700 a.C., a que corresponde a nossa fase IA da cultura castreja* [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 35; n/ destaque].

²¹¹ Tendo sido **encontrado em 1983, o conjunto de Baiões**, possui *características morfológicas e tecnológicas que não permitem interpretá-lo senão como fazendo parte de um depósito de fundidor localizado dentro do castro*; formando, fortuitamente, um achado correspondente a um «conjunto fechado», a sua cronologia foi estabelecida em torno a **700 a.C.**, é composto por *meia centena de objectos bem identificados, incluindo utensílios, armas, peças rituais e de adorno, e cerca de três dezenas de peças menores, sobretudo argolas, podendo colocar-se entre os grandes depósitos europeus congéneres*, sendo a sua «grande novidade» a *diversidade da sua comparação quantitativa e qualitativamente em situação privilegiada relativamente a outros achados similares* (e revelando igualmente paralelos com outros tantos achados, sejam os das Ilhas Britânicas, sejam do Mediterrâneo ocidental) [FERREIRA DA SILVA 1986 a: 165-166; n/ destaque].

argários) e que, segundo o que recapitulou Armando Coelho Ferreira da Silva, não deixaria de se constituir como um modelo que se repartiu por outros achados do restante território português, os quais serão, de resto, datáveis de períodos decorrentes até à Idade do Ferro [cf. id., ibid.: 166].

Não será necessário, agora, descrever exaustivamente os achados ou exemplos que revelam a expressividade do trabalho metalúrgico no seu fundo tradicional, que legou persistências e ocasionou, até, que, em determinada altura, a coexistência entre materiais do Mediterrâneo e os materiais autóctones, que, em si, eram também de assinalar. Mas deverá salientar-se que é evidente ter havido uma actividade metalúrgica desenvolvida em regiões que se distinguiam, já desde remotos tempos, por terem amplas jazidas minéricas correspondentes aos mais diversos metais que alimentavam oficinas e indústrias, tanto a nível local, como, depois, num âmbito geográfico em maior escala; a escala, precisamente, do «mundo civilizado» da Antiguidade mediterrânea, a οἰκουμένη.

Do Bronze Final, enfim, inventariaram-se, ainda para a Extremadura espanhola, alguns outros tesouros que se podem comparar, quanto à importância que detiveram no seu respectivo contexto original, para épocas imediatamente anteriores à chegada das influências fenícias. Num âmbito cronológico que, do **Séc. XII**, alcançará os **Sécs. IX –VIII a.C.**, haverá, assim, a destacar os seguintes conjuntos:

- o **tesouro de Bodonal de la Sierra**, sendo situável para um momento inicial deste mesmo período, comportava igualmente ca. de vinte peças, entre **braceletes, torques**, e **colares**, reflectindo paralelos do próprio mundo cultural do que veio a ser designado como de «**Bronze atlântico**», e tendo sido os materiais encontrados em fragmentos,

talvez deliberadamente quebrados, de modo a caberem numa vasilha, e demarcando, portanto, um âmbito funerário [cf. ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ 1990: 70-72].

- Ou, ainda, os **tesouros de Sagrajas, Berzocana, ou Valdeobispo**, composto por conjuntos de **jóias, torques e braceletes**, também estes de ouro maciço, chegando o **torques de Sagrajas** ao peso de dois quilogramas. Destacar-se-iam estas peças pela presença da soldadura, e pelo modo de fabrico segundo o método de «cera perdida»; considerar-se-á, de resto tendo em conta a proximidade geográfica ao Ocidente lusitânico, que se tratam de materiais de carácter paralelo, senão mesmo idêntico, ao que surgia no Centro do território português (e, em concreto, entre os depósitos do Castro da Senhora da Guia) [cf. ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ, id., ibid.].

Desta forma, não apenas se entrevê o que constituiu a actividade do trabalho dos metais no decurso de uma determinada época, como a própria dimensão local e regional que os citados exemplos indicam da sua implantação, tratando-se, como é evidente, de materiais de fabrico autóctone. Revelavam-se fases anteriores de uma cultura ou sociedade que se teria mantido, e consolidado a sua respectiva capacidade aquisitiva e expressiva, mesmo quando se veio a assinalar a introdução de outras influências ou intercâmbios.

Então, quanto à evolução geral que a actividade metalúrgica conheceu, na Península Ibérica, afirmou, entretanto, **Maluquer de Motes**, numa apreciação sintética quanto às principais fases de transformação, que, desde logo, *no obstante, importa subrayar que no existe solución de continuidad entre la*

metalurgia de la época megalítica avanzada, la metalurgia argárica y la subsiguiente etapa tartésica; mas é certo que, em termos globais, portanto, seguindo a diversa sequência do grande período da Idade dos Metais, nos hallamos ante tres grados de desarrollo técnico. En el primero, la metalurgia se limita al beneficio del cobre y el oro; luego se introduce el beneficio de la plata y el plomo, y se realizan los primeros ensayos para endurecer el cobre mediante la adición de arsénico hasta descubrir el estaño. (...) Sólo cuando se conocerá el rico estaño aluvial del occidente, aparecerá el verdadero bronce. En el estadio tartésico se añade ya el beneficio del hierro [MALUQUER DE MOTES 1970 (1975): 112].

b) Os achados metalúrgicos em território português nos esforços interpretativos de Filipe Simões.

A **actividade metalúrgica** foi, de facto, no dealbar das modernas apreciações científicas sobre o passado antigo, um dos temas que mais cedo ganhou notoriedade e, até, predilecção, entre os espíritos mais curiosos e atentos ao que se poderia aferir das realidades arqueológicas. Abriam-se, assim, debates ou âmbitos de explicação, que pretendiam não só tentar compreender a natureza dos artefactos, como integrá-los no que também se tentava constituir como uma perspectivação geral da evolução civilizacional e seu dinamismo em tempos antigos.

Como uma primeira introdução crítica, portanto, ao âmbito dos «**exemplos parcelares**» que formariam os vestígios de uma antiga plástica do território português, **Augusto Filipe Simões** veio a abordar os materiais da parte da **Colecção Cenaculana** que ficaria guardada em Évora, no contexto da abordagem sobre a Idade dos Metais que tratou, em capítulo próprio do seu tratado de *Introdução á archeologia da Peninsula Iberica*, intitulada de «Antiguidades pré-históricas».

Resumia, aí, os seus respectivos apontamentos, suscitados principalmente pelas **estatuetas votivas** e a **colecção de «espetos»** cuja descoberta remontava ao Séc. XVIII.

Sendo obras de metalurgia, revelavam precisamente a actividade do **fabrico em bronze**, adiantando, então, o investigador ao seu respectivo contributo para as discussões que, à época, se suscitavam ainda àcerca da existência, ou não, de aspectos distintivos que pudessem diferenciar uma «**Idade do Cobre**» de outra «**Idade do Bronze**» entre as velhas culturas da Pré-história final no território (tendo-se chegado, até, na verdade, a pensar que nunca teria havido, propriamente uma «Época do Bronze» em Portugal) [cf. SIMÕES 1878: 111-128].

Concluía Filipe Simões, afinal, que, de facto, o volume de achados tecnológicos, não apenas no velho espaço lusitânico, como em toda a Península permitia comprovar, efectivamente, *a existencia de uma epoca do cobre, da qual os povos ibericos mais tarde se elevariam á do bronze, quando o commercio lhes fornecesse o estanho necessario para ligar com o cobre* [SIMÕES 1878: 114; n/ destaque].

Recapitulava-se então, no mesmo compêndio, todo o processo histórico do **aparecimento e implementação da metalurgia** desde o remoto passado da Humanidade, mais se comentando, em torno da alegada questão de se saber se a indústria do cobre havia coincido com as indústrias da Idade da Pedra, na consideração comparativa entre os povos primitivos, algo quanto à apreciação convencional do sentido de uma evolução que iria **da época da pedra lascada à da pedra polida**, e por fim **ao Bronze e ao Ferro**. Atendendo-se, enfim, às diferenciações consoante os povos e lugares, à Península não poderia deixar de se reservar a sua própria expressão particular, distinta das expressões conhecidas para outras áreas do mundo antigo [SIMÕES 1878: id., ibid.].

Enumerando os vários exemplos e achados de obra metalúrgica, tal como estavam já conhecidos para o país, fabricados tanto em cobre como em bronze, e

de acordo com a intenção de integrar as actividades humanas no contexto de épocas precisas, inventariava-se, assim, os seguintes conjuntos:

- os artefactos que formavam, então, o **núcleo da Escola Politécnica de Lisboa**, e onde se integravam, à época, as próprias peças da **Colecção Júdice**;
- ou, claro, a antiga **Colecção da Biblioteca Pública de Évora**, composta pelo referido grupo de estatuetas votivas e os exemplos dos «espetos», e igualmente reforçada pelo grupo de «**armas**».

Tendo sido todos estes conjuntos presumivelmente recolhidos ainda em tempo de **D. Manuel do Cenáculo**, compunham, portanto, um importante conjunto de registos materiais que, apesar da quase ausência de referências quanto ao respectivo achado, não deixavam de se evidenciar como um significativo exemplo da aptidão metalúrgica dos povos locais numa fase adiantada.

Em notícia merecedora de importância para a reconstituição deste núcleo eborense, refere ainda Filipe Simões que, quanto às *armas*, sabia-se que o seu número havia sido maior do que aquele que ficara depositado na Biblioteca Pública. Porém, no que poderá ser também uma preciosa indicação para as circunstâncias de dispersão do núcleo inicial da **Colecção Arqueológica cenaculana**, é dito que era bem sabido que os *fundidores de Évora* tinham derretido *outras semelhantes* às que ainda existiam em finais do Séc. XIX [SIMÕES 1878: 115-ss.].

Formavam as *armas* um dos conjuntos mais expressivos do antigo trabalho metalúrgico. Correspondiam aos exemplos de **espadas sem gume**, obtidas pelo processo de **fundição única**, e que bem se poderiam colocar em confronto com o

que se conhecia já, nomeadamente, da Galiza: seriam semelhantes, de facto, aos **punhais castrejos**, que tinham punhos elaborados com o **remate em 'antenas'**, e às quais se tinham reservado a interpretação de objectos tão só de função ritual. Mas, adiantar-se-ia, não se poderia atribuir *grande antiguidade* aos punhais do Noroeste, porque era notório que essa tecnologia só poderia ser evidentemente tardia; Filipe Simões, recorrendo a critérios de observação de natureza essencialmente estilística, permitia-se até concluir que tais armas teriam sido usadas por «*raças*» de baixa estatura e mãos pequenas, e com as quais, portanto, se relacionariam as lendas de «*gnomos*»! [SIMÕES 1878: 119; 122-123].

Referindo-se, seguidamente, a outra colecção eborense, a **Colecção de Gabriel Pereira**, também indicou que, surgindo aí muito embora alguns artefactos de cobre, abundavam antes os **machados de pedra** (num total de dezassete peças, que se dizia serem talvez provenientes da Mina de Rui Gomes), em contraste, na mesma colecção, com a existência de um só exemplar de espada [SIMÕES 1878: 116].

Em termos genéricos, enfim, o estudo destas realizações interessava a Filipe Simões no contexto de distinção dos aspectos que poderiam contribuir para definir as sucessivas fases da **Época dos Metais** no território português. No sentido de levantamento das peculiaridades da «**Idade do Cobre**» à «**Idade do Bronze**», a par de todas as associações civilizacionais, que justificariam o aparecimento de determinadas tipologias, importava, ao mesmo tempo, considerar a sua respectiva evolução tecnológica, num contexto autóctone.

Os «**ídolos**», aos quais Filipe Simões reservava um papel fulcral como exemplos da evolução cultural das antigas sociedades locais, só poderiam ter surgido como o resultado da introdução progressiva de **novas técnicas metalúrgicas**: o «**cobre**», em primeiro lugar, a que se sucederia, então, o «**bronze**», até se chegar às indústrias de uma «**Época do Ferro**».

Descrevendo cada época, teria pois correspondido a «**Idade do Cobre**» ao

período em as sociedades *exploravam o cobre com martellos de pedra*. Com a transformação das épocas, na «**Idade do Bronze**», muito genericamente, ter-se-ia assistido aos sinais da chegada de **um povo navegador e commerciante**, que teria trazido consigo a metalurgia com a qual se viriam a rentabilizar os recursos minéricos locais.

Teriam chegado estes «*navegadores*» ainda antes do início dos contactos com os Fenícios, que, muito embora fossem igualmente detentores dos mesmos conhecimentos e habilidade tecnológica, teriam, por sua vez, legado, antes, as suas próprias crenças religiosas; seria essa a longínqua herança que os citados «íolos» confirmavam [SIMÕES 1878: 126].

Pressupunha-se, com efeito, que a tecnologia do bronze fora inicialmente *estranha* aos povos europeus, tendo por fim alcançado o continente por via exógena, talvez se devendo à **itinerância de uma casta ou corporação de fundidores ambulantes, provenientes da Ásia** [SIMÕES 1878: 128; n/ destaque] ²¹².

Era certo, de qualquer modo, que continuavam a proliferar as descobertas de vestígios metalúrgicos.

Comentava assim **Filipe Simões** que, do que sucedia com os achados do Alentejo, as peças recolhidas pareciam continuar a ser da tipologia que as fizera fundir sempre no seu molde único, compondo-se, pois, de uma só folha, depois *afeiçoada* com a *força e habilidade* dos antigos artífices. Tais achados, ainda

²¹² Mais do que um mero comentário apoiado em explicações de fundo teórico relacionado com o difusionismo (dado ser evidente que um progresso tecnológico que se traduz na passagem do simples aproveitamento do **cobre** à sua subsequente depuração pelas técnicas pelas quais se obterá a liga de **bronze**), Augusto Filipe Simões socorria-se principalmente de uma **passagem de Heródoto**, onde se falava da «**casta**» denominada dos «**sigynnos**», ou sejam os «**Ciganos**», a quem se atribui este protagonismo. Depois, *com o desenvolvimento da indústria [dos metais] cada vez se tornaram menos frequentes as aparições d' estas tribus errantes*; parecia ser um facto que o papel dessa contribuição era importante para o debate da *questão obscurissima da ethnologia peninsular* [SIMÕES 1878: 128].

genericamente classificados como «pré-históricos», surgiam porém, em muitos casos, associados a contextos de sepulturas de época tardia, talvez já da Romanização; o facto explicava-se como sendo relativo à «persistência» dos velhos hábitos [SIMÕES 1878: 119].

**2.4. A torêutica antiga do território português e os seus principais registos:
Os ídolos antropomórficos e as representações zoomórficas.**

Era certo, enfim que, das mais notáveis peças da antiga metalurgia lusitânica, encontram-se os artefactos torêuticos da **Colecção de Évora**, da qual o que mais se vinha destacar era, enfim, tanto as célebres estatuetas de **ex-votos**, em **figurações idoliformes** em bronze, **antropomórficas**, como as **zoomórficas**; todas num total de sete artefactos: três de «**cabrinhas**» (em representação emblemática do tema figurativo dos «**caprídeos**») e as restantes correspondendo às representações de «**orantes**», uma das quais era claramente uma representação feminina, dada a reprodução estilizada dos seios, além de **uma outra figuração**, também **antropomórfica**, que subsistira **presa a um fragmento de aro**.

De assinalar, entretanto, o aparecimento de mais idênticos exemplares em âmbito disseminado, ainda que tivesse subsistido um outro importante núcleo, que pertenceu ao **Gabinete Arqueológico da Biblioteca Nacional de Lisboa**.

As apreciações iniciais que **Augusto Filipe Simões** teceu em torno destes «**bronzes**», destinavam-se, pois, a distinguir fases e evoluções tecnológicas, no seu respectivo entendimento como ponto de partida para a restituição do próprio passado proto-histórico.

De qualquer maneira, quanto aos **ex-votos antropomórficos**, da tipologia idoliforme em que se integram os achados portugueses descritos, aparecendo essencialmente em ligação a funcionalidades religiosas (e daí o seu carácter votivo, ou de **ex-voto**), o seu resgate efectuou-se fora de quaisquer contextos que fornecessem qualquer aferição rigorosa possível.

E, mais uma vez, o principal referente de estudo para tais artefactos reside somente na avaliação que será possível fazer, seja sobre os primeiros relatórios

que vieram tratar os mesmos conjuntos, seja a partir dos seus respectivos paralelos, nomeadamente, os que correspondem às representações encontradas no actual território andaluz.

a) O núcleo dos bronzes figurados do Museu de Évora.

Era visível, em cada uma das **representações de caprídeos**, a presença de um mesmo elemento de fixação, fundido sob os respectivos cascos, que prenderia cada peça a um determinado suporte. Tratando-se, no entanto, de vestígios isolados, e, em muitos dos casos, desprovidos do seu respectivo registo quanto à contextualização do seu achado, e sem outra referência que a possível interpretação a atribuir aos usos iniciais, modo da sua funcionalidade simbólica ou ritual acabava por permanecer ignorado.

De qualquer forma, sugeriria-se que os **caprídeos** se associariam ao fundo de realizações com âmbito talvez **litúrgico**; por sua vez, os **antropomorfos** seriam claramente exemplos de **ex-votos**. Mas, num caso e outro, a sua integração na esfera das experiências religiosas seria bem evidente, como objectos propositadamente fabricados para o sentido da ritualística antiga.

Ao conjunto de «**caprídeos**» desta **Colecção da Biblioteca Pública eborense** (e que se haveria de transferir, entretanto, para o Museu instalado nos Paços Arcebispaes), desde logo **Filipe Simões** indicava, em nota, a ocorrência de **um outro achado**, também de **proveniência alentejana**: a «**cabrinha**» de **Monteito (Redondo)**, cujo achado remontava a **1875**, tendo sido encontrado junto a um ribeiro, numa propriedade particular ²¹³.

Considerando, depois, mais atentamente, a natureza dos **ídolos**

**Figs.
23 a-c.**

²¹³ Noticiava-se ter ocorrido o achado na propriedade do *Dr. Sanches da Gama*, [situada] *perto da villa*, e que surgira ao lado de *moedas romanas e vasos de barro*, *debaixo de uma pedra* [SIMÕES 1878: 124; nota].

antropomórficos, também das colecções eborenses, desde logo tinha assinalado **Filipe Simões** a sua marcante semelhança com algumas das peças da **Colecção Júdice**, igualmente *grosseiras*, mas de que se ignorava, de igual modo, a sua proveniência [SIMÕES 1878: 123].

E, a seu propósito, concluía, então, Filipe Simões que os *ídolos de dois sexos e as cabras de bronze* [da **Colecção da Biblioteca Pública eborense**] (...), eram, pois, **talvez os vestígios de alguma religião introduzida na Península em época desconhecida** [SIMÕES 1878: 124].

Mais recentemente, tendo sido os mesmos «**ídolos**» estudados também por **Luís Berrocal-Rangel**, pode corroborar-se, quanto à sua mesma descrição, que os **antropomorfos** possuem todos *patrones similares*, quanto às tipologias comuns para as restantes realizações peninsulares. Do **conjunto de Evora**, ainda, realçava que **o maior de los varones y la única feminina se encuentran modelados bajo el mismo padrón, ambas en posición de 'orante' y ambas con rasgos similares a los antropomorfos en terracota de Garvão** (os quais, entretanto, vieram a ser aí resgatados em meados da década de 1980, na ocasião de descoberta do santuário local, também da II Idade do Ferro) [cf. BERROCAL-RANGEL 1992: 127; n/ destaque].

Estes «**ídolos**» reconheciam-se, pois, na sua forte conotação com o velho paganismo das sociedades locais, pelos seus traços de uma plástica arcaizante. A compreensão do que poderiam representar, tendo em conta a especificidade cultural dos tempos antigos, só poderia resultar, por um lado, da consideração da chegada de **influências religiosas do Oriente**, e, por outro, do que poderia estar subjacente quanto às próprias **influências célticas**; um reflexo, portanto, do próprio fenómeno do **Celtiberismo**.

Quanto ao primeiro conjunto de influxos, aludira já Filipe Simões ao modo como teriam penetrado, no território, os **cultos de egypcios e de phenicios**, entre o conjunto dos povos que se *rendiam* (...) *aos elementos masculino e feminino*,

symbolizados em Isis e Osiris, em Baal e Astarté. Neste sentido, os «**caprídeos**» associar-se-iam, assim, às práticas correntes da adoração de tais divindades por intermédio das representações zoomórficas; na religião egípcia, bem o assinalava, figuravam-se os deuses sob forma animal, sabendo-se, ainda, que, **também no Egipto, o Sol e a Lua se simbolizavam cada qual por figurações masculinas e femininas-** e desta forma se explicava o aparecimento dos antropomorfos reunidos na **Colecção de Évora** [cf. SIMÕES 1878: 124; n/ destaque].

Enfim, ao nível de todas estas conotações, mantinha-se sempre uma certa indefinição que pouco contribuía, na verdade, para uma rigorosa caracterização e explicação destas mesmas peças, cujos paralelos, de resto, se poderiam encontrar, não apenas noutras regiões hispânicas, como noutros sítios, mesmo os mais remotos.

**Figs.
21; 22.**



No recente inventário de **M^a. Luísa Varela de Freitas**, apresentado em 1987, indicava-se que, do total de **bronzes figurados** conhecidos das tipologias da Idade do Ferro para o território português, contavam-se **quinze representações masculinas e seis femininas**. Predominando a «**lei da frontalidade**» em todos estes bronzes, que não apenas reuniam, obviamente, os exemplares do **Museu de Évora**, mas também, em concreto, as peças do velho **Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional**, entre outros exemplos dispersos, possuem, assim, estes «**ídolos**», uma *mesma atitude (...), com os braços (...) dobrados e erguidos com mãos voltadas para a frente à altura das têmporas* [FREITAS 1987: 16].

Seguindo-se, de resto, as próprias perspectivas entretanto estabelecidas por **Gérard Nicolini**, que estudou as mesmas tipologias de bronzes para os santuários ibéricos do Sul peninsular, vem a salientar-se, por um lado, nas representações viris, o papel firme do gesto das *mãos, especialmente as palmas abertas, que são o veículo de transmissão entre a divindade e o devoto*, e, nas «**orantes**»

femininas, um outro gesto, das mãos sobre o peito, talvez aludindo à intenção de exaltar o sentido da fertilidade e procriação [cf. FREITAS 1987: 19].

Adiantava-se, ainda, o especial destaque de uma peça de descoberta posterior, o chamado «**guerreiro de Alferrar**», que, tendo sido achado em 1919 nas proximidades de **Setúbal** (à **Serra de Gasteiros**), se caracterizava por possuir um capacete, talvez próximo aos modelos arcaicos gregos, e em posição de braço erguido, idêntico ao modelo dos «**smiting gods**» ou sejam as divindades orientais de cariz «**ameaçador**», como o fenício **Reshef**. Tratava-se, pois, de uma realização diferenciável do grupo anterior, e, no território português, constituindo-se quase como um achado, senão único, pelo menos excepcional, devido à ausência de outros paralelos conhecidos no país, ainda que correspondesse este modelo a uma forma espalhada pelas diversas áreas do Mediterrâneo [FREITAS 1987: 14; GOMES 1990].

b) O confronto com os bronzes votivos do âmbito dos achados hispânicos e a sua classificação.

De uma forma geral, é sabido que o leque dos achados portugueses se integra, na verdade, na tipologia mais alargada dos **bronzes ibéricos**, enquanto das manifestações artísticas mais notáveis da antiga expressão técnica e cultural dos povos peninsulares. Se, em Portugal, tais ídolos alcançam somente pouco mais da vintena de vestígios, o número de peças classificadas para território espanhol, essencialmente concentradas na Andalúzia, é bastante maior, chegando-se às doze mil estatuetas, sendo, na sua maior parte **provenientes do espólio recolhido em antigos santuários hispânico-meridionais**: de **Despeñaperros (Collado de los Jardines)**, ou do **Santuário de La Luz (Murcia)**, entre outros distintos lugares de particular importância cultural.

A partir do paralelismo oferecido por uma tal proveniência dos bronzes, muito embora sem rigor absoluto, mas dada a evidente importância local detida pelo

Santuário de Endovélico, no **Cerro de S. Miguel da Mota (Alandroal)**, tem-se indicado correntemente que os **ídolos de bronze de Évora** terão vindo talvez desse vizinho lugar.

Não deixa de ser igualmente evidente que há **conjuntos hispânicos** não menos correspondentes a **achados dispersos**, e que vieram a localizar-se, também casualmente, em áreas bem alargadas, da **bacia do Ebro** à própria **bacia do Guadiana**; ou seja, pelas áreas contíguas ao Levante hispânico, apesar dos principais santuários ibéricos, localizados também em pontos precisos deste âmbito geográfico, pudessem constituir centros de irradiação de tais achados isolados; a hipótese da proveniência hispânica não deixa de se manter, também, como viável para a questão do aparecimento dos **ex-votos** antropomórficos em espaço nacional [cf. as sínteses de: NICOLINI 1997a; NICOLINI 1997b].

Por um lado, a abundância destes mesmos artefactos vinha precisamente relacionar-se com a disponibilidade de **recursos e jazidas minéricas locais**, que caracterizava toda a **Bética, Turdetânia** e o **Baixo Alentejo** (isto, caso seja, de facto, possível distinguir tais zonas, dadas as evidentes afinidades culturais, para um determinado período da Antiguidade peninsular), verificando-se, entretanto, que a **composição metalúrgica** destas peças era obtida pela ligação entre o **cobre**, o **estanho** e o **chumbo**, enquanto matérias-primas acessíveis aos povos autóctones.

A percentagem de **chumbo** utilizada, variável em cada figura, mas sempre presente no seu respectivo fabrico, contribuiria enfim para a **patine** característica das peças; quanto à mistura entre esses diversos materiais, explicaria **Gérard Nicolini** que *la présence de plomb facilite en principe la coulée et le travail de retouche* [NICOLINI 1997a: 146].

Por outro lado, a mesma proliferação de tais estatuetas corresponderia a um uso intimamente ligado às **práticas religiosas**, como elemento ritual indispensável

aos cultos e crenças, e, enfim, como manifestação cultural própria ²¹⁴.

O fabrico local veio a revelar-se também pelo achado da utensilagem necessária, em oficinas situadas junto aos recintos dos santuários. Os procedimentos de execução resultavam das aplicações da **técnica de «cera perdida»**, e forjando-se as peças mais pequenas (e de desenho mais esquemático) sobre bronze derretido, havendo, na variação das próprias peças, desde os exemplos mais elaborados aos simples trabalhos que se resumiam à decoração sobre folhas de metal, previamente recortadas. O tamanho médio das figuras seria, de qualquer modo, uniforme, atingindo os dez centímetros [cf. NICOLINI 1997a: *ibid.*].

O conjunto de peças mais antigas, pertencentes ao um período do **«Ibérico arcaico»**, terão começado a aparecer entre os **Sécs. VI -V a.C.**, atestando uma marcante influência, senão orientalizante, pelo menos decisivamente mediterrânea. O seu registo como **«oferenda»** e **«prenda»** dedicada a entidades divinas tanto reflecte os costumes orientais como até, mesmo numa época bastante avançada, os próprios rituais helénicos, para os quais havia o termo próprio de *αγαλματα*, isto é, **«manifestação»** do sentimento de veneração ou, até, de **«orgulho»** perante a congratulação dos benefícios recebidos concedidos pelas divindades.

O aspecto destes **ex-votos**, então, evoca a própria aparência dos antigos **bronzes gregos de Época Arcaica**; reflectem, assim, na Península, um similar modo de **sincretismo das influências orientais**:

- a formulação visual, apoiada em poses convencionais, de

²¹⁴ Considerando particularmente os conjuntos de **Collado de Los Jardines**, sobre o desfiladeiro de Despeñaperros, e de **Castellar de Santisteban**, este em plena Serra Morena, indicando-se, pois, que *los exvotos se realizan de forma masiva en bronce*, era evidente ter-se tornado necessário um ‘grupo especializado’ de artesãos que asseguravam uma contínua execução de todos esses mesmos protótipos [PRADOS TORREIRA 1997: 276].

frontalidade e hieratismo;

- delineamento esquemático do objecto da individualidade representada, mas obedecendo já a pressupostos apoiados numa certa observação do «natural».

Enfim, aspectos que se não-de compartilhar, de facto, com outros exemplos oriundos de áreas de diáspora de vários grupos oriundos do Mediterrâneo oriental, dos povos fenícios aos do Mar Egeu e das ilhas Jónias, o que, portanto, virá confirmar algo das próprias rotas antigas, que, não raras vezes, se iniciavam, não propriamente na Pátria, mas dos portos insulares.

Num período subsequente, durante o designado «**Ibérico pleno**», que decorreria até ao **Sécs. III a.C.**, ter-se-á observado que a tipologia dos **ex-votos** começa a comportar **variações formais**, em tipos cada vez mais diversificados da sua própria apresentação, em que se fixam novos modelos.

Surgem já, pois, algumas **representações zoomórficas** ao lado das próprias representações antropomórficas, e, dentro destas, torna-se bem reconhecível, agora, uma **hierarquização das temáticas figurativas**, surgindo tipos bem identificáveis, como os «**orantes**», «**sacerdotes**», «**guerreiros**» ou «**cavaleiros**» e «**matronas**»; surgem figuras nuas, de acento mais ou menos itifálico, e as figuras trajadas, com as suas túnicas, que se aproximam do modelo das representações indicadas como de *τογατοι*, bem como figuras masculinas tonsuradas a par das figuras femininas com toucados elaborados.

Subjacente a esta **complexificação dos aparatos simbólicos**, estará a própria **evolução de uma hierarquia dos rituais**, em forte sugestão de que se teria assistido, nesta época, ao reforço do papel institucional conferido aos santuários e ao sistema religiosa em que as peças apareceram e adquiriam a sua função.

Em épocas «*tardias*», já coetâneas dos momentos de «conquista» dos Sécs. III-I a.C., mas que não se desligam da fase previamente anterior, a tradição ter-se-á transformado por intervenção das lições da plástica clássica.

As peças adquirem poses que copiam a representação do sentido de movimento, atenuando-se a intenção de frontalidade, e adquirindo as realizações formas mais soltas, ou maior elaboração na indumentária (introduzindo-se o aprofundamento dos drapeados) e gestos representados.

Ao «Ibérico pleno», de qualquer modo, começara-se a assistir ao **desenvolvimento da escultura monumentalizante do Levante hispânico**, associada a espaços arquitectónicos (uma vez mais, tal como nas áreas de influência helénica), em que a habilidade dos artesãos locais ter-se-ia afirmado já, e *cujo génio*, continua a descrever **Gérard Nicolini**, viera a manifestar-se *sobretudo na criação de modelos novos, muito estilizados* [NICOLINI 1997b: 119].

De qualquer modo, tornar-se-ia já notório, para períodos mais avançados, a integração das antigas áreas ibéricas no mundo romano, ainda que se tenham, enfim, mantido as convenções correntes de figuração, apoiadas numa intenção de realce simbólico. O corpo das figuras continha-se somente no seu volume, daí que, por exemplo, se viesse a valorizar a própria representação indumentária em detrimento de outros aspectos anatómicos; por outra parte, porém, não se hão-de tornar raros os artefactos itifálicos ²¹⁵.

Ou seja, continuaria a conferir-se **uma especial importância aos traços de índole mais particularizante**, envolvendo quer o **decorativismo**, quer a **inserção**

²¹⁵ Quanto aos «ídoles» de Évora, ainda que remontáveis, talvez, a momentos estilísticos mais primitivos, refere-se que, apesar de **Leite de Vasconcelos** os ter definido inicialmente como *priápicos*, há-de contrapor **M^a. Luísa Varela de Freitas** que, na verdade, os *orgãos sexuais*, não serão tão exageradamente proeminentes como o pressupõe o citado termo (talvez primeiramente usado, enfim, como pleonasma), ainda que se trate de um aspecto figurativo, não apenas recorrente em tais bronzes, como, de facto, característico quanto aos elementos da tipologia dos mesmos «*orantes*» [cf. FREITAS 1987: 19].

de detalhes concretos, mesmo que, muitas vezes, isso viesse a resultar tão só da aplicação de simples delineamentos, incisões ou na adição de saliências sobre a superfície, que indicavam, porém, o sentido de **destaque de determinados aspectos**:

- olhos, boca, dedos, a zona genital ou a representação de seios, o transporte de «**oferendas**» nas mãos das figuras, surgindo ainda **representações de partes do corpo**, de uso mais particularizado dentro do âmbito das intenções votivas, de agradecimento, dirigidas à divindade.

Lourdes Prados Torreira especificará os diversos grupos, tal como é possível classificar-los; dentro das **figuras masculinas**, surgiram, assim, os seguintes «tipos»:

- **figuras masculinas nuas**, em posições diversas (e incluindo-se aqui as **representações itifálicas**), a que pertenceriam ou os '**orantes**', ou os '**guerreiros**' de braço erguido, apresentando ou não armas, ou sugerindo uma atitude de ataque (como tal, com semelhanças formais com o tema dos «**smiting gods**») [PRADOS TORREIRA 1997: 273-ss.];
- **figuras com túnica**, que poderia ser **larga, ajustada**, e até, **recta**, sendo este grupo largamente correspondente à representação de '**orantes**', ou então de '**sacerdotes**', todos de braços caídos ²¹⁶;

²¹⁶ Estão, algumas das **túnicas** mostradas, *adornadas com collares de estuches e vello* (...), e salientando-se igualmente as figuras com *cabello en forma de melena recogido*

- **figuras com manto**, cobrindo o ombro direito ou abrindo-se ao longo do corpo, representando tanto os 'orantes', como 'guerreiros' de **caetra** às costas, e que se distinguem pela sua **posição hierática** (que os faz contrastar com o primeiro dos grupos figurativos enumerados);
- **figuras com túnicas curtas**, e onde é comum a **representação de cinturões** (*algunos [...] damasquinados*), ou também de armas, ou, então, de **oferendas em mãos**, seguras entre o indicador e o polegar,
- e, por fim, **as figuras equestres** (estas porém, ausentes no santuário de Castellar de Santisteban), cujas montadas surgem em acabamento contrastante, melhor ou pior elaboradas, e onde se destaca, ainda, o facto de não se fazerem figurar armas, mesmo que as representações possam ser de 'guerreiros'.

Do conjunto das **representações femininas**, definem-se também as **figuras nuas** e as **trajadas**. Entre as primeiras, distribuindo-se entre conjuntos de 'orantes' e de 'oferentes', os gestos são mais limitados que nas suas congéneres figurações

por una cinta o bien com tonsura e patillas [PRADOS TORREIRA, id.: 274]. E adiantará, quanto aos **aspectos que fazem distinguir os «sacerdotes»**, que também *los encontramos entre las representaciones femeninas (...), que visten unas túnicas finísimas y se hallan en idéntica actitud, com los brazos pegados al cuerpo. Además, al igual que las masculinas, la mayoría de estos bronzes presentan 'espigas' bajo los pies, que facilitan su ubicación en el santuario* [id., ibid.: 276].

varonis, e o seu número é comparativamente mais reduzido.

Entre as segundas, contudo, destacam-se particularmente os **toucados** com que as representações surgem dotadas, uns *bajos, cubiertos por velos o descubiertos*; os outros, *altos*, e acompanhados ainda pela aplicação de túnicas largas ou pelo aparecimento de adornos distintos e oferendas diversas (pães, frutos, aves ou simples potes), que se erguem sobre as mãos das 'oferentes' [cf. PRADOS TORREIRA, id., ibid.]²¹⁷.

Em termos genéricos, correspondendo agora os **ex-votos** a uma «indústria especializada», e que se realizava em oficinas adjacentes aos próprios santuários, associando-se à multiplicação das peregrinações e não se deixando, também, de destacar a própria adesão que, mesmo em tempos de estabelecimento do domínio romano, os conquistadores possam ter manifestado em relação aos costumes rituais locais, as realizações tenderiam também a configurar-se, frequentemente, em «tipos mistos»: [então] *a morfologia geral é comum ao homem e à mulher, que se não diferenciam senão pelos órgãos genitais ou porte de armas* (muito embora a torêutica viesse a tornar-se tão detalhada que era capaz agora de fornecer *des renseignements d'une extrême précision sur le vêtement, plus encore que la grande plastique en pierre*) [NICOLINI 1997a: 147; n/ destaque].

Sendo manifestação de uma intensa vivência da religiosidade, revelando-se a sua estética, de resto, na acentuação dos **gestos rituais** que representam a

²¹⁷ A multiplicação dos **âmbitos figurativos** revelar-se-ia, precisamente, pelos diversos achados correspondentes, nomeadamente, a uma distribuição tipológica não apenas quanto a uma distinção entre **representações antropomórficas** e as **zoomórficas** (onde surgiam essencialmente **animais domésticos**, do **cavalo** aos **taurídeos** e **caprídeos**, **lobos** e **ursos**, além de **pássaros**), mas também quanto às **representações de corpo completo** e o contraste proporcionado com a simples figuração de partes do mesmo (designando-se como **ex-votos anatómicos**), ou com a redução das peças a uma mera **estilização esquemática** (como sinal de uma 'popularização' dos gestos rituais votivos associados à manifestação de gratidão por alguma cura). Adicionam-se, igualmente, **representações de armas** ou **de objectos de toucador**; isto, quando se tratam de traços que são possíveis de reconhecer e identificar na sua respectiva forma [PRADOS TORREIRA 1997: 275; 278-279].

própria **atitude do «oferente»**, com reverência perante pedidos propiciatórios ou de invocação e, ainda, cumprimento do voto por bom resultado de algum desenlace que se havia solicitado, continua Nicolini, que, através destes mesmos exemplos, *si l'on ne connaît pas le nom des divinités des sanctuaires on perçoit leur compétence en matière de guérison (offrande de parties du corps), de fécondité (offrande des fruits et des animaux, gestes se rapportant au sexe ou au ventre, etc.) en rapport avec un culte chthonien* [NICOLINI 1997a: 147 ; n/ destaque] ²¹⁸.

Por outra parte, não deixaria igualmente **Lourdes Prados Torreira**, de sugerir uma outra **vertente de funcionalidade**, em que estes **ex-votos**, num sentido de manifestação cultural, seriam também expressão de determinados **rituais de passagem**, que se assinalariam, então, com o respectivo depósito em santuário de tais peças, e assim também se explicando a multiplicidade de tipologias que vieram a surgir associadas às representações, num período avançado. Daí que se possam reconhecer, precisamente, **figuras sociais**: caso dos '**sacerdotes**', que, para além da sua respectiva conotação religiosa, tinham obviamente um lugar especial nesta sociedade; ou caso, ainda, dos «**cavaleiros**» ²¹⁹.

Mas seria, muito particularmente, no caso das **figuras nuas**, que os rituais se

²¹⁸ O **Santuário de Despeñaperros**, mais antigo que o de Castellar (que, porém, possuirá os vestígios mais elaborados), e onde surgem tipos de bronzes que não existem neste outro, talvez demarcando-se pela acentuação da sua própria importância religiosa local, segundo se explica, *pudo tener su origen como santuario de la naturaleza (...). Dado su emplazamiento, definió enseguida un carácter más específico como santuario de peso* [PRADOS TORREIRA 1997: 279-280]. A topografia envolvente de particularmente accidentada. *Parece claro que el control sobre estos lugares, punto de cruce, fuese recordado públicamente em las ceremonias que acompañan los ritos (...), convirtiéndose los exvotos en testigos permanentes* [PRADOS TORREIRA 1997: 280].

²¹⁹ *Están representando a un conjunto de personas que se dedica a unas labores religiosas específicas; que se trate de una 'casta de sacerdotes' (...), es difícil de precisar. Lo que es cierto, es que adoptan un aspecto externo muy característico, como la 'tonsura' que podría ser permanente* [PRADOS TORREIRA 1997: 277].

poderiam identificar com maior exactidão, pois talvez aqui se viesse assinalar o modo como os mancebos chegavam à idade própria dos **ritos de iniciação** essenciais à sua passagem para uma etapa adulta, salientada, assim, pela proeminência viril com que as mesmas representações eram dotadas, em corpo completo. Assim mesmo, não deixava de ser ***la desnudez (...) la forma correcta de presentarse ante la divinidad, (...) la que sanciona, con su presencia, la existencia de una aristocracia***; os ritos associar-se-iam a proezas que se realizavam como parte das normas que se seguiam, quanto a uma determinada ética, ou desembaraço a mostrar diante da comunidade, como modo de assegurar a referida passagem de estatuto [PRADOS TORREIRA 1997: 277] ²²⁰.

**c) As tipologias torêuticas do território português e a sua análise:
As estatuetas de «cabrinhas» e o Culto a Atégina.**

Depois da atenção que lhes conferiu **Filipe Simões**, reforçar-se-ia a celebridade dos mesmos «ídeos» eborenses. Tanto os **antropomorfos**, como os **caprídeos**, seriam sucessivamente referidos, desde logo, pelos investigadores do meio científico internacional que se vieram a interessar pelas antiguidades peninsulares, de **Cartailhac**, a **Emile Hübner**. Na verdade, parecia, quase, que o menor número dos artefactos achados em território lusitânico, lhes conferia alguma

²²⁰ *Queda clara la importancia que para la comunidad tendría el ingreso de los adolescentes en su papel activo, como guerreros y también con el matrimonio y la procreación y, por tanto, con la reproducción de la elite como grupo diferenciado* [PRADOS TORREIRA 1997: 278]. Do mesmo modo, no caso das **figuras femininas** que se vinham destacar, precisamente, seja pelo **toucado**, seja pelos **adornos**, muitas vezes correspondentes a peças elaboradas de **joalheria**, e indissociáveis de uma indumentária luxuosa, representar-se-ia, por sua vez, um certo **sentido de opulência**, muito embora, numa ambígua significação, algo haveria também quanto ao propósito de exibição dos mesmos elementos de riqueza como parte de «oferenda» simbólica ao divino. Mas salienta-se que *el oro no se documenta en las necrópolis (...) porque no era un mero símbolo de estatus, sino que su uso continuado cumplía un papel esencial en la transmisión hereditaria de los bienes familiares* [PRADOS TORREIRA, id., ibid.].

distinção e particularidade, mesmo sobressaindo o confronto com o que, de facto, se conhecia já e se inventariara, entretanto, para o âmbito dos santuários ibéricos.

De qualquer forma, não apenas cabia aos «**ídolos**» portugueses a notoriedade de terem sido os primeiros a serem descobertos e assinalados, como, também, eram as mesmas figuras eminentes símbolos do que teria sido a Proto-história do território; e, assim, mereceriam igualmente a sua respectiva notoriedade nos próprios tratados nacionais. A sua qualidade artística, bem como documental, seria, enfim, devidamente reconhecida por José Leite de Vasconcelos, não só no conjunto de artigos que, ainda em finais do Séc. XIX, veio a dedicar ao que designou como da antiga «**hierologia**» em território nacional, como, também, na sua obra maior, *Religiões da Lusitânia*.

Leite de Vasconcelos, desta feita aproveitando a notícia do **aparecimento de um novo exemplar de «cabrinha»**, que se mencionava no *Boletim de la Real Academia de la Historia de Madrid*, Vol. VI, sendo de um achado localizado em **Cáceres**, portanto situável na própria Lusitânia, ainda que na sua parte oriental, veio a seguir a sequência explicativa que, no *Suplemento ao CIL*, havia já introduzido **Emile Hübner** quanto à ideia de serem estas representações de «**caprídeos**», pela sua associação figurativa e simbólica, elementos de uma **panóplia cultural** especialmente dedicada a **Atégina-Prosérpina**, e que haviam surgido, de resto, ao lado de toda a série de inscrições epigráficas dedicadas à mesma deusa, cujo território teria sido tanto o do Alto Alentejo português como o da Baixa Estremadura espanhola [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1895 c: 296-ss.; e também LEITE DE VASCONCELOS 1895 d].

Leite de Vasconcelos não só subscreverá, como há-de desenvolver esta mesma interpretação. No I Vol. do *Arqueólogo Português*, apreciando as figuras e comentando-as no âmbito da tipologia de artefactos com evidente utilização ritual, concluía, precisamente, que *parece fóra de duvida que **todas estas figuras se relacionam com os cultos religiosos da Lusitania***, sendo *multissimo provavel*

que, pelo menos as **tres** [«cabrinhas»] **da Bibliotheca de Evora**, em virtude do esclarecimento ministrado pela de Cáceres, fossem **consagradas a Adaegina**, que tinha o seu culto na Lusitania [LEITE DE VASCONCELOS 1895 c: 300-301].

Mas o que evocava da passagem de **Estrabão** onde, a respeito dos **hábitos dos «povos montanheses» da Lusitânia**, dos possíveis elementos de confronto para o entendimento do que seriam as funcionalidades destes zoomorfos, era tão só a descrição do costume ritual de se realizarem sacrifícios de «**hecatombe**» (ou εκατομβη; ainda que, explicitamente, se tratasse esta designação do sacrifício de «**mais de cem bois**»), em honra da deidade guerreira, que, na *Geografia*, se designa com o nome de «**Ares**», em que se imolavam animais ²²¹.

Este deus, local, seria talvez a entidade que veio a ficar conhecida com o teónimo castrejo-lusitano de **Cosus**.

De **Cosus**, que se sabe ter sido uma das mais importantes divindades galaico-lusitanas, há, de facto vários vestígios, alguns concretamente estudados por **José D' Encarnação**, como em duas aras de **Santo Tirso**, acentuando-se no seu carácter tutelar ²²². É certo que, após a Romanização, esta divindade local, de acento guerreiro, terá sido pontualmente assimilada a «**Marte**» (e talvez também a «**Júpiter**»), de que era, na verdade, nomeadamente, o caso de «**Mars Semnus Cosus**», numa lápide romana de **Denia**, na província de Lugo, portanto em pleno Noroeste, mas também de uma inscrição de origem provavelmente gaulesa, de

²²¹ Cf. ESTRABÃO: III, 3, 7.

²²² De destacar, pois, dedicadas a **Cosus**, as aras de **S. Simão (Burgães)**, esta descoberta em 1841, e já referia por Emile Hübner, e a de **S. Bartolomeu (Ervosa)**, ambas com regista para o mesmo concelho de Santo Tirso. Entretanto, as grafias associadas de **Cusunenoerecus**, **Coso** ou **Cusu**, surgem igualmente por outros lugares do Minho e Galiza, aparecendo **Coso** em antigas epígrafes galaicas de **Brandomil**, **Seavia** e **Meirás** [cf. ENCARNAÇÃO 1975: 168-ss.; cf., também, para **COSUNEAE-FIDUENEAE**, de uma inscrição sobre fraga de **Bouça do Capitão de Fervença**, próxima ao **Castro de Roriz (Paços de Ferreira)**, ENCARNAÇÃO, id.: 171-ss.]

proveniência aquitãna, que se reporta a um «**Cosus Deus Mars**», mas que veio a ser encontrada em Braga ²²³.

A assimilação poderia ter sucedido, até, possivelmente, com «**Belona**», outra das divindades romanas tutelares da guerra, para a qual se conhece, de resto, comprovação documental epigráfica, que foi estudada; aqui, é, porém, uma **ara de Elvas**, não distante da área de **Culto a Atégina**, de facto com *dedicatória feita por um indígena a uma divindade clássica, Belona, a deusa da guerra* ²²⁴.

Nada, enfim, a partir destas aproximações documentais, que pudesse então esclarecer e aprofundar alguma relação directa com **Atégina-Prosérpina**, senão a eventual ligação aos usos sacrificiais que, de um modo genérico, se consagravam às divindades antigas, e nos quais os animais detinham um papel proeminente, ou, ainda, o facto de as mesmas divindades terem também animais como companheiros e atributo indispensável, e, enfim, toda a evidência das referidas «**cabrinhas**» se reportarem a áreas do culto à deusa.

²²³ Destas associações com o «**Deus Mars**», há-de ainda comentar José D' Encarnação que *o facto de, uma vez por outra, parecer estar [Cosus] identificado com Marte (...), não impede* que a deidade tenha mantido as suas características pré-romanas; isto (...), *se atentarmos que estes povos eram também guerreiros* [ENCARNAÇÃO, id., ibid.; Cf., também, MARCO SIMÓN 1994: 327-328].

²²⁴ Tornava-se *singular esta epígrafe* [no território português], *porquanto se regista não muito longe, no termo de Norba e de Trujillo, onde há uma excepcional concentração de testemunhos do seu culto*, o qual se apresenta como *de origem oriental*, talvez trazida por soldados que haviam lutado contra Mithridates nos exércitos de Sula, e que teriam depois vindo, para a Lusitânia, com as tropas de **Metelo, que ergueu, junto a Cáceres, o acampamento denominado Castra Caecilia. Belona teria conquistado, por isso, muitos adeptos entre a população indígena, uma vez que, nas epígrafes encontradas, o elemento indígena é preponderante. Trata-se da **ara proveniente de Santa Eulália (Elvas)**, com inscrição, muito embora seja anicónica, no âmbito, como um achado, portanto do antigo território do **conuentus emeritensis**, e próximo à própria área de influência dos **Lusitani**, cujo resgate se sucederia em Agosto de 1993, no fundo do leito seco da Barragem do Caia, *no meio das pedras que serviam de base ao altar, em ruínas, da antiga capela de invocação de Santa Catarina, na Herdade da Lentisca (ou da Rocha), freguesia de Santa Eulália, concelho de Elvas (...), e pois, adaptado a elemento de construção. Cortaram-lhe e picaram, por isso, a parte superior do capitel e toda a molduração da base (...)* [MACIEL et al 1994, 207 ; n/ destaque].**

Mas é, precisamente, também de **Elvas** que se conhece uma lápide associável à deusa, comportando a inscrição um acompanhamento figurativo de um galho, e que foi identificado como sendo de cipreste, uma árvore que talvez se pudesse fazer efectivamente ligar a **Atégina**, salientando-se que o seu culto poderia ser *subterrâneo e nocturno, como o de Prosérpina* (a quem veio a ficar assimilada), *o de Deméter (...), e que também se lhe sacrificariam animais negros*; daí o «**bode negro**» de **Atégina** [cf. recapitulação de ideias, in ENCARNAÇÃO 1975: 110-117].

Refere **Francisco Marco Simón**, ainda quanto aos testemunhos associáveis a esta deusa, a figuração, num desenho em plano inferior de **um vestígio cerâmico de Cástulo**, estudado anteriormente por António Blanco Freixeiro, que veio identificar a figura como representando ou **Tellus** ou **Prosérpina**; na parte superior apareceria, distintamente, a própria **Atégina**, descrita do seguinte modo: *un busto femenino com los pechos al aire y la cabeza velada, com cornucopia en la izquierda y fruto o copa en la derecha, y debajo dos ramos, una cabra a la derecha y un posible niño a la izquierda* [MARCO SIMÓN 1994: 349].

Esta divindade pertence, pois, à área da **alta bacia do Guadiana**, entre **Elvas**, **Mérida** e, até, **Cáceres**, sendo então o seu culto uma manifestação claramente lusitânica, sendo precisamente da área da antiga **Castra Caecilia** que se resgatara o **bronze votivo**, consagrado à citada divindade, onde aparecia um bode; assim se viria a estabelecer a **correlação entre Atégina e os caprídeos** [cf. MARCO SIMÓN 1994: 348-ss.]. Considerando-se a delimitação geográfica do culto à divindade, crê-se, assim, que teria a mesma **un importante santuário em Alcuéscar, Cáceres**. Ainda que não comprovado, será um facto que, *de la iglesia de Stª. Lucía del Trampal procede una decena de epígrafes, de las que cinco se dedican a la diosa, siempre mencionada como Turobrigensis* [MARCO SIMÓN 1994: 350] ²²⁵.

Os vestígios consagrados a **Atégina** alcançam, ainda, de resto, as províncias da **Andalúzia ocidental**, e em pontos igualmente coincidentes com a margem de influência do Guadiana.

De **Alcalá del Rio (Sevilha)**, a antiga **Ilipa**, apareceu um grupo de inscrições dedicadas, pois, tanto a **Prosérpina**, como à **Dea Sancta**, em lápides que foram, entretanto, doadas ao Museu Arqueológico hispalense. De **Castilblanco de los Rios** (também em **Sevilha**), numa ermida local, resgatou-se igualmente uma dedicação a **Proserpina Sancta**, que continha o epíteto de **Ataccina**. Também aqui, portanto, ao que à partida se poderá presumir, *el hallazgo (..), en Ilipa Iliá y sus alrededores de estas (...) piezas (...), nos habla con toda claridad de la existencia en lugares cercanos a la misma de un santuario dedicado al culto de Ataecina-Poserpina* [GONZÁLES 1988: 278].

Quanto, enfim, à localização de **Turóbriga**, somente conhecida das fontes clássicas, mas em que se teria centrado o principal lugar de veneração da deusa, pouco há a ajuantar senão algumas hipóteses: uma das mais plausível poderá ser a área de **Aroche (Huelva)**, entre o **Ardilla** e o **Guadiana**, no interior da **Andalúzia** noroeste, e quase decerto correspondente ao território dos antigos **Arucci**, de que se terá conservado, assim, o respectivo topónimo. Aí, no lugar de **San Mamés**, em

²²⁵ **Atégina** tem sobretudo testemunhos epigráficos inventariados para as áreas actualmente espanholas, coincidentes com a alta Lusitânia oriental. Das únicas inscrições, do território português, que não oferecem dúvidas quanto à consagração a esta importante divindade, contar-se-á uma epígrafe do **Museu de Évora**, dedicada à **Dea Sancta Turobrigensi**, que indica expressamente o lugar (**Turóbriga**) ou o **populus (Turiobrigensi)** que se reconheceria em particular na deusa, tratando-se de um sítio talvez localizado na **Betúria céltica**, segundo as descrições plinianas; mas, mesmo quando noutras inscrições aparecidas também no Sul da Península se lê unicamente **Prosérpina**, tal expressão é sinónimo de **Ataegina**, tal como terá sido desde logo estabelecido pela própria interpretação de **Leite de Vasconcelos** [ENCARNAÇÃO 1975: 110]. De salientar, enfim, a grande heterogeneidade social e cultural dos diversos dedicantes, tal como o revela a epigrafia consagrada a **Atégina-Prosérpina**, ao longo do decurso de tempo em que o culto teve posteridade. Quanto à situação de **Turóbriga**, acrescenta **Francisco Marco Simón** que a mesma deverá considerar-se para os *limites orientales (...)* que coincidirão com *la cuenca del rio Ardilla- y en la vecinidad de la Vettonia* [MARCO SIMÓN 1994: id., ibid.].

plena zona de planícies, subsistiram ruínas do **podium** de um velho templo e debaixo do qual estava um fragmento de canalização, inscrito com a abreviatura **M.T.F.**, que foi lida como: **m(unicipium) t(uobrigensi) f(ecit)** [GONZÁLES 1988: 275-ss.].

Assume todo o sentido que a presumível existência desse santuário central, qualquer que fosse a sua localização, pudesse ter constituído um centro irradiador de peças como as célebres «**cabrinhas**» lusitânicas, que, de resto, se acabaram por resgatar sempre em âmbito de dispersão. E por isso se assume esse debate como de todo o interesse. Os achados em território português, então, atestariam a recepção e presença de sinais plásticos que possuiriam uma idêntica proveniência, ainda que os mesmos pudessem vir documentar a extensão de cultos e manifestações votivas, disseminadas, de cunho mais particular que entrou assim no Alto Alentejo e Sul do território português.

Entretanto, comentaria ainda **Teresa Gamito** que o **Culto a Atégina** se revestiria de **aspectos celticizantes**, como os que se resultavam das crenças de ressurgimento natural, do reinício dos ciclos da vida, e na exaltação da Natureza vegetal; base, precisamente, para a assimilação a **Perséfone-Prosérpina** e entrando em consideração pela própria coincidência da área deste culto indígena com o território que veio a ser citado como dos «**Celtici**», e que não deixaria, também de revelar, presenças materiais célticas [cf., por exemplo, a este respeito, GAMITO 1996 a e GAMITO 1996 b].

Ou seja, *the identical attributs of Hera (Juno) and Ataegina, carrying similar meanings and later related to Persephone (Proserpina), facilitated the **process of acculturation**, incremented by the **close contacts of peoples, using similar cultural objects**, related to burial rituals and kin worship* [GAMITO 1988: 45; *n/ destaque*].

A salientar, pois, as diversas referências aos «**Cultos a Hera**» para as próprias regiões meridionais da Península, tal como os antigos Autores haviam

feito reparo, e quanto, ainda ao próprio **circuito de santuários consagrados às entidades divinas femininas** que, pontualmente, demarcavam o litoral ibérico: *the prevailing cult to Hera among the indigenous populations (...), in this area of Iberia* [GAMITO 1988: 45] ²²⁶.

De qualquer modo, uma tal devoção tão primeva não será possível de estabelecer para o território, senão por pressuposição, apesar dos achados pontuais (de época obviamente romana), e ainda que se tenha em conta o papel das entidades femininas como arquétipo fundamental, para a sociedade como para a cosmologia.

d) A relação dos temas zoomórficos e as notas de adição de José Leite de Vasconcelos.

Mesmo passado algum tempo considerável após os seus primeiros registos sobre a **torêutica lusitana**, **José Leite de Vasconcelos** não deixaria, de continuar a assinalar, nos seus escritos e estudos posteriores, o modo como se alargava a lista conhecida das representações de «**caprídeos**»:

- às três «**cabrinhas**» eborenses e à «**cabrinha**» de **Monteito (Redondo)**, viria a descobrir-se **uma quarta e quinta figuras**, da mesma tipologia, sendo uma, para além do mais, *análoga* à citada peça do Redondo.

²²⁶ Haveria, assim, um **Culto a Juno em Gadir**, tal como um **Culto a Hera em Trafalgar** (referido por **Ptolomeu e Pompónio Mela**) e, até, no **Promontório Sacro**, outro Culto a Hera, este, porém, segundo as ambíguas descrições de **Avieno** [vvs. 205-211; 241-244]. Além do mais, cita **Teresa Júdice Gamito**, havia a seguinte explicitação pliniana: **vocatum ab Ephoro et Phlistide Erythea, a Timeo et Sileno Aphrodisias ab indigenis Iunones** [PLÍNIO-O-ANTIGO, IV, 120, cit. in GAMITO, id., ibid.].

Tratavam-se estes dos seguintes exemplares:

- o «**caprídeo**» entretanto identificado e designado como da **Bibliotheca Nacional de Lisboa**, que se havia mantido guardada, até então, no Gabinete anexo à antiga Real Biblioteca, sem indicação de proveniência;
- e a «**cabrinha**» de **Santa Cruz (Almodôvar)**, achada junto ao rio Vascão, e que, segundo faz notar Leite de Vasconcelos, ainda se conservava, em 1895, em mãos de um particular [cf. LEITE DE VASCONCELOS c].

Praticamente todas estas figuras mostravam o mesmo **elemento de preensão**, pelo qual **se ligavam ou a uma base ou a uma haste**, podendo, então, num mesmo âmbito ritual, *ter servido de insignias*; isto segundo o que, nomeadamente, se poderia comparar com a **inventariação de emblemata**, recompilados recentemente por **Salomon Reinach** (num catálogo de 1894) para o **Museu de Saint-Germain-en-Laye** [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1895 c: 299-300; n/ destaque].

Mas quanto à figura de «**caprídeo**» da **Biblioteca Nacional**, que se revelava muito idêntico, pelo trabalho de **estriados sobre o seu dorso**, ao artefacto do **Redondo**, com similares incisões, fazia-se notar que lhe faltava aqui o já aparentemente típico **elemento de fixação**. No *dorso*, contudo, tinha **um espigão**, em que **deveria entrar um objecto, talvez uma figura humana**; esta mesma peça adquirira-a o próprio Leite de Vasconcelos, em Beja, por volta de 1889; noticiava-se que havia sido porventura encontrada em entulhos da muralha [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1895 c: 298; n/ destaque]. Estas peças mereceriam, pois, grande enfoque na sua própria obra sobre *As Religiões da Lusitânia*, mas a

Figs.
24-25.

que não deixariam de se seguir outras contribuições adicionais, como os dados que o investigador viria a publicar no *Arqueólogo Português*.

Caso do seu artigo «**Hierologia lusitânica: novos aditamentos às Religiões da Lusitânia**» [no volume de 1920], onde **Leite de Vasconcelos** voltava ao tema das **representações torêuticas** em território português antigo, e prosseguia, precisamente, com novas considerações a propósito das «**cabrinhas**» conhecidas para o território lusitânico [LEITE DE VASCONCELOS 1920b]. Além, pois, das **figurações de «caprídeos», do Museu de Évora e do antigo Gabinete arqueológico da Biblioteca Nacional de Lisboa**, vinha Leite de Vasconcelos adicionar outros mais elementos, quanto a peças que vieram a guardar-se no próprio **Museu Etnológico**, mas que permaneceriam inéditas, até à publicação desta mesma notícia [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 279-ss.]²²⁷.

Tratava-se, a primeira, da seguinte peça:

- o **novo exemplar de «caprídeo», encontrado em 1906, no decurso de revolvimentos agrícolas, nas redondezas de Mina de S. Vicente (Silves), e oferecida ao Museu de Belém (pelo ilustre agronomo Pedro Mascarenhas Júdice).**

Era descrita como uma peça de **corpo e membros rígidos**, mas oferecendo-se à impressão de «**grande braveza**», mas, também, como 'obra' de «**grande barbarie como arte**», apesar da sua indiscutível qualidade de «**objecto curiosissimo**».

Também esta mesma peça possuía um decorativismo à base de **traços incisos, orientados em espinha e em sentido retrógrado**, a partir de uma linha

²²⁷ Além das duas cabrinhas que reproduzi nas *Religiões (...)* (do Redondo e de Almodôvar), e de duas inéditas de que falei *ibidem (...)*, possui o Museu Etnológico mais outra, também inédita, que recebeu no livro das entradas dos objectos o n.º 3391 [id., *ibid*: 279].

central que se expandia ao longo do dorso (descreveria Leite de Vasconcelos, que, esses traços compostos por *linhas incisas e compridas*, vinham representar o pêlo do animal) [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 280].

Mais uma semelhança formal, de resto, bem notável, com os exemplares do **Monteiro (Redondo)** e o da antiga **Colecção da Biblioteca Nacional** ²²⁸.

Referir-se-á a mais duas peças desta mesma tipologia figurativa:

- o «**caprídeo**» de **Teixeira de Aragão**;
- e o «**caprídeo**» das *várias antigualhas* que formavam **Colecção de Joaquim José Colaço (Lisboa)**, na qual havia [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 280-ss].

O primeiro tinha sido adquirido, pois, de entre o **espólio de Teixeira de Aragão**, estimando-se, a partir de uma carta conservada do mesmo espólio, que a peça terá aparecido por volta de **1875**, no sítio de **Casal Queimado (Alcáçova, Viseu)**. Adianta **Leite de Vasconcelos**, que era esta *cabra ou bode*, de **tamanho idêntico à das peças alentejanas**, tendo, tal como as de **Évora**, **elementos de preensão sob os cascos** em forma de pequenas chapas ²²⁹.

Realça igualmente que, ao contrário da previamente descrita, esta figura **está**

²²⁸ Recapitulando-se a **descrição de José Leite de Vasconcelos**: *a cabra está de pé, com as duas tetas pendentes. Os pêlos que cobrem a parte superior do tronco, os quartos (dianteiros e traseiros) e a testa e o chanfro estão figuradas por linhas incisas e compridas ao longo das quais, de cada lado, há outras menores que formam com aquelas ângulos agudos e simétricos; cada grupo de linhas tem aspecto de palma* [id., ibid.; n/ destaque].

²²⁹ Põe-se, contudo, em dúvida, a exacta proveniência desta «cabrinha». A **indicada carta**, do espólio, de Teixeira de Aragão, datada de 13 de Setembro de 1877, **havia sido enviada por José do Amaral, de Viseu**, e a peça era propriedade do pai deste. Salientando-se todas as semelhanças com as peças do Museu de Évora, Leite de Vasconcelos não aceitará, então, sem reservas, a origem beirã da mesma [cf. id., ibid.].

toda ela coberta de pêlo (e assinalando ainda que o sexo fica porém um pouco indeciso) [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 281].

A figura seguinte, da **Colecção de Joaquim José Colaço**, entretanto adquirida para o **Museu Etnológico**, também não deixava de se assemelhar às figuras do **Alentejo**, pelo que seria de origem *também transtagana*; o animal surgiria *atarracado* (mas, aqui, *de sexo bem definido*), com pernas «*grosseiras*», às quais estavam também ligadas chapas de prensão, ainda que evidenciassem terem sido limadas [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 281-282].

Em suma, eram todas estas peças **manifestamente culturais**, e, quanto á arte e á época, **julgo-os fabricados na Península em tempos pre-romanos** [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 282; n/ destaque].

Estava-se, portanto, perante **um âmbito inesgotável**, conforme considerava o investigador, atentando-se ao volume de descobertas que continuavam a suceder-se, e que, quase quatro décadas cumpridas após o início da sua linha de investigações, vinham merecer tais novas chamadas de atenção; sempre, porém, tomando os achados antigos como exemplo das antigas atitudes rituais.

Referindo uma **pedra de anel de Gouveia**, de época romana, assinalava precisamente haver também *aqui* o claro de testemunho *um sacrifício (libação)*, que atestava algo da continuidade da ritualística na Antiguidade do território português [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 270-271].

Aproveitava, na verdade, para enunciar mais uma série de figurações que se reportariam, demarcadamente, ao Centro do país, enquanto se prosseguia o próprio estudo de tais materiais (que, em consequência, iam também dando entrada nos depósitos do Museu Etnológico).

Ao nível dos **temas zoomórficos**, destacava então os **quadrúpedes votivos**: de uma colecção particular:

- *um porco de bronze, que apareceu, como penso, na*

Beira-Baixa (...);

- um **cavalo do mesmo metal** que pertence ao **Museu Etnológico** por compra que fiz há anos (...), e o qual aparecera nas minas de uma antiga povoação denominada **Crasto Velho (Serra da Estrela)** (num espólio em que, aliás, estaria também uma numisma constantiniana);
- e um **toiro**, também de **bronze fundido**, que pertencia ao **Museu de Castelo Branco**, tendo sido possivelmente achado também na Beira Baixa [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 272-277; figuras] ²³⁰.

Quanto ao primeiro bronzes referidos, caracterizava-se a sua **técnica** como de **carácter ibérico e bárbaro** (e que, sendo, portanto, de uso alegadamente votivo, por isso os emparelho com os que publiquei nas **Religiões** [...]). De facto, indicava que as figuras estavam «paradas»; o **cavalo** teria *a crina rapada*, e, num reparo quanto a detalhes que poderiam ser significativos: *o sobr' olho esquerdo maior que o direito, talvez por desgaste do segundo, os órgãos genitais pouco aparentes e os cascos dianteiros mal distintos, faltando os trazeiros, o que torna oblíqua a posição do quadrúpede* [LEITE DE VASCONCELOS, id.: 272-274].

Quanto ao **taurídeo do Museu de Castelo Branco**, o contraste seria evidente: **o toiro vai como que a andar**; e, na cabeça, *entre os galhos, que são curtos, ha um orificio. As orelhas estão arrebitadas, mas falta parte da perna*

²³⁰ Acrescentava que o «berrão» de bronze fora adquirido pelo hoje falecido Dr. Barbosa Correia, que o trouxe uma vez ao Museu Etnológico, onde Saavedra Machado o desenhou [id., ibid.].

traseira direita, e da cauda (...); seria, pois, uma **figura votiva romana ou pre-romana** [LEITE DE VASCONCELOS, id. : 276-277] ²³¹.

Para esta representação, de resto, vinha chamar a atenção da comparação que se estabeleceria com a «**vaquinha de bronze**» do **Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)**, a qual, já em 1895, havia sido também merecedora das atenções do investigador (que, enfim, a incluiria posteriormente no seu tratado das *Religiões da Lusitânia*), sendo esta uma peça romana, e que, tal como a presente figura de taurídeo, comportava um «orifício» sobre o alto da cabeça, *onde eu supus que (...) viesse a servir para segurar uma lâmina de metal representativa da lua, emblema de Diana* [cf. id., ibid., e também: LEITE DE VASCONCELOS 1895 b].

Havia igualmente uma outra peça, o « **touro** » do **antigo Gabinete arqueológico da Biblioteca Nacional**, tendo sido inicialmente estudado, tanto por Leite de Vasconcelos, como também referido por Pierre Paris, que se integraria entre os «*exemplos mais antigos*» da «*figuração zoomórfica de inspiração oriental*» no território português. Mais recentemente, a sua datação estimar-se-ia para o **Séc. VII a.C.**, dadas as suas características técnicas e estilísticas, e dadas as possíveis comparações com restantes vestígios de idêntica tipologia, como era o caso do « **touro** » de **Mourão**, ou o remate, também de forma taurídea, do **thymiaterion de Safara (Moura)**, este mesmo um típico artefacto do Orientalizante meridional do Sudoeste lusitânico [cf. GOMES 1986; HIPÓLITO CORREIA 1992: 252-ss.].

Deste taurídeo da **Biblioteca Nacional de Lisboa**, comentaria **Virgílio Hipólito Correia**, na sua proposta de «reavaliação» das peças de bronze orientalizantes em confronto com o «problema da arte tartéssia», seria certa a sua *integração* como **objecto ritual, ou de prestígio** [mas sendo, no nosso entender,

²³¹ Portanto, *o trabalho artístico é cuidado, e o animal está representado com elegancia* [id., ibid.].

mais da primeira categoria que da segunda] no âmbito do antigo território português [cf. HIPÓLITO CORREIA 1992: 253].

Descrevê-lo-ia dentro dos seguintes termos: *um bronze fundido pelo método de 'cera perdida' que apresenta traços evidentes de posterior trabalho do buril, na decoração que aviva alguns elementos anatómicos nos olhos e na musculatura, muito embora haja evidentemente uma nota estilizada da representação do todo, mas numa «preocupação naturalista» residual que, de facto, se repetiria na figura taurídea de Mourão, ao nível, seja dos respectivos volumes, seja dos traços de pregueado que caracterizam o molde do pescoço* [cf. id., ibid.: 252]²³².

Obviamente, que o leque das representações zoomórficas da Idade do Ferro não se vem limitar à torêutica. Já se assinalaram os exemplos coroplásticos achados no contexto dos trabalhos de Caetano Beirão. Um mesmo tema, claro está, pode repetir-se numa sequência por diversas técnicas.

Quanto ainda aos «**taurídeos**», cabe assinalar, também ainda do Sul, e proveniente das explorações do **Castro de Azougada (Moura)**, além do **thymiaterion** já citado, resgatar-se-ia igualmente uma pequena gema, em que um «**touro**» surge no seu reverso gravado, e, aqui, na sua tipologia emblemática, mais do que propriamente como **ex-voto** ou como **artefacto litúrgico**, como um artefacto, talvez, de carácter essencialmente particular, mas, de alguma forma, associado às crenças vigentes, ainda que o citado objecto não venha corresponder a algum exemplo de ritualística [cf. GAMITO 1988: 128].

Figs.
8-11.

²³² Por isso mesmo, em virtude do **reconhecimento destas características de técnica e estilo**, não deixaria então de concluir que *o estudo desta figuração é, no estado actual dos nossos conhecimentos sobre a arte proto-histórica da Península Ibérica, [bem] identificável com as influências orientais* [HIPÓLITO CORREIA, id.: 253]. E comentará, em seguida: *os bronzes zoomórficos 'tartéssicos' são peças com um tratamento acentuadamente realista mas que, todavia, são elaboradas segundo uma óptica específica, pois, destinando-se todos os que até identificados- ou assim se crê- a integrarem peças rituais, as características da sua iconografia são nesse sentido influenciadas (...) pela estilização (...), a boca aberta e a língua estendida, ou (...) certas proporções (...), [que] no caso dos bovídeos (...), [levam à] valorização do pescoço* [id., ibid.: 253-254].



Enfim, da sua recapitulação dos acrescentos à lista das representações torêuticas conhecidas, não deixaria **José Leite de Vasconcelos** de integrar a notícia de mais um «**ídolo antropomórfico itifálico**», que, desde logo, se vinha assemelhar à **figura nua e priapica de bronze**, esta última também da antiga **Colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa**, de entre as *outras semelhantes, todas elas provenientes de Alcaccer-do-Sal*; porém, esta a que se refere **José Leite de Vasconcelos** vem com a indicação de ter sido, pelo próprio, **comprada em Évora** a um particular, que lhe havia dito ter sido o objecto trazido de **Terena (Alandroal)**, onde se teria achado. De imediato, ressaltaria uma evidente proximidade em relação ao **Santuário de Endovélico**, ali situado, nesse mesmo concelho, perto de Terena.

Mas Leite de Vasconcelos volta a estabelecer reservas, porque o dito particular, segundo o que sabia, *havia comprado já a propria peça a outrem*, e não se arriscava a mais assinalar do que uma proveniência genericamente apontada para «**Sul do Tejo**», ainda que, de todo, não deixe de considerar a hipótese de uma origem nas redondezas do **Alandroal** (*tanto mais que por uma inscrição sabemos que ao deus se ofereciam estatuetas metálicas*) [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 277-279].

Descreve o **ídolo** do seguinte modo: *a testa é fugidia, continuada pelo nariz; os olhos sobressaem esbugalhados e disformes; as orelhas [que apareciam destacadas] estão assimétricas (...); os braços, curtos, erguem-se como arcos, na postura de adoração ou da prece, e estão espalmados nas extremidades, o que representa as mãos (...), sendo, então, o corpo feito de um único e comprido cilindro; e o sexo másculo define-se com bastante rudeza* [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 277]. Comparava-o muito correctamente, com os **exvotos**

ibéricos de Castellar de Santistebán e de Despeñaperros ²³³.

No geral, enfim, *a proposito da figurinha de Alcacer, e das restantes portuguesas (...), dissera eu (...) que elas seriam ídolos ou exvotos. Da exploração dos dois santuarios hespanhois onde apareceram centenas de figurinhas de bronze congeneres com aquelas, de varios tipos e feitios, umas nuas, como a nossa, outras vestidas, umas de homens ou de guerreiros, outras de mulheres e algumas com oferendas e muitas com aspecto de quem suplica ou adora (...), vê-se, assim, claramente (...), que as figurinhas eram ex-votos. Em conclusão, as nossas figurinhas (...) devem pois também tê-lo sido; a recapitulação já aludia precisamente à classificação e distinção tipológica que, entretanto, se veio a definir em tempos recentes [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 278-279].*

e) «*Não apenas metais...*»:

A tipologia glíptica das figurações escarabiformes no Ocidente lusitânico.

Além da cerâmica, e em épocas em que ainda não circularia a moeda, se há artefactos que, pelas suas características técnicas e estilísticas, melhor definem âmbitos cronológicos, esses pertencem ao grupo das **representações escarabiformes**, objecto de um trabalho de **glíptica**, que assume, pela tecnologia, uma grande tradição antiga, remontável às civilizações do Próximo-Oriente, e, pelo seu respectivo tema, adquire directa relação às tradições egípcias, às quais se não-de associar as realizações, nomeadamente, de **joalheria** ou da aplicação de **gemas preciosas, semi-preciosas** ou, **pastas especiais** a determinados artefactos, que, a partir do incremento das rotas comerciais dos **Sécs. VIII-VII a.C.**,

²³³ *O maior florescimento dos dois santuários parece que foi, segundo as inferencias (...), nos seculos IV-III antes da era cristã; mas, salienta: os cultos prolongaram-se até à época do império [LEITE DE VASCONCELOS 1920b: 278].*

se difundem, precisamente, por todo o **Mediterrâneo**, como pedras engastadas em anéis, e produtos destinados a uma significativa exportação. Dado que o primeiro uso dos **registos escarabiformes** era funerário, é nos espólios de incineração que os mesmos vieram a ser encontrados, ainda que, em virtude do tratamento dado ao corpo do defunto, os materiais atestassem o evidente efeito de súbito desgaste, derretendo-se o metal, mas, curiosamente, sobrevivendo as gemas.

Os **escaravelhos**, eram peças dotadas, então, de gravuras, no intra-dorso da representação do insecto, que são a indicação pela qual melhor se poderão identificar antigas épocas, pois comportam figuras faraónicas, deuses, símbolos, ou decorativismos próprios de determinadas fases históricas.

Dos **vestígios escarabiformes do território português**, muito embora todas as cronologias de achado sejam sempre referentes a contextos, sobretudo funerários da **II Idade do Ferro meridional**, o que possui a tipologia mais antiga encontrou-se entre o espólio da **Necrópole da Herdade da Favela Nova (Ourique)**, cujo estudo, feito por **Maria Manuela Alves Dias e Luís Coelho**, incidiu sobre uma sepultura de incineração da I Idade do Ferro e o seu respectivo *material de superfície*, correlativo com o acompanhamento material do túmulo. De entre o restante conjunto de materiais, contava-se, de resto, de entre a dezena de objectos identificados, **as contas oculadas, de vidro preto e de vidro translúcido**, que foram atrás descritas, quanto à mesma proveniência [DIAS et al 1983: 199-ss.; cf. também ARRUDA 2001: 260-261] ²³⁴.

Este **escaravelho da Herdade da Favela Nova** corresponde a um exemplo que repete modelos e padrões do **período de domínio Hicso (Séc. XV a.C.)**, e distingue-se por ser um **selo**, parte de um anel que se fragmentou, e cuja pasta

²³⁴ *A necrópole, parcialmente escavada, apresenta, em toda a sua extensão (c. 320 m²), uma calçada ou empedrado de xisto, onde se implantam as várias sepulturas de planta rectangular ou quadrangular [ARRUDA 2001: 260].*

estava afeiçoada moldada de forma a reproduzir o próprio contorno do insecto. A sua superfície, conforme a tipologia assinalada, era ocupada por uma sucessão de **gravuras incisas**, geometrizantes, em três fiadas paralelas, de **sentido transversal** quanto ao dorso do objecto, onde se alternavam **círculos**, e também **motivos de cruz** [DIAS et al 1983: 200] ²³⁵.

Por contraposição, noutros escaravelhos de tipologias posteriores, como os fabricados na **Época Saíta** (inícios do **Séc. VII a.C.**), e a que corresponde, com efeito, a maior parte dos escaravelhos encontrados no território, a gema ou a pasta onde se faz figurar o escaravelho, surge, tão só, dotada, no dorso, de **incisões estilizadas** que definem, simetricamente, a disposição da cabeça do insecto e a disposição contígua das suas sobre-asas.

O **reverso** era, evidentemente, onde estavam gravados os símbolos de **exaltação faraónico-divina**, sendo estes datáveis pela respectiva associação cronológica de cada reinado, tal como se revelava pela sua iconografia ²³⁶.

Também do «**Tesouro do Gaio**», desde logo, **Caetano Beirão** faria notar, além dos conjuntos correspondentes às obras de ourivesaria ou argentária, diversos outros objectos confirmariam o padrão habitual para a composição dos espólios em áreas meridionais:

- artefactos em vidro, como o **amphoriskos** em pasta azul, decorado com bandas paralelas e ziguezagueantes, verdes e cor-de-rosa, no mesmo contexto de achado;

²³⁵ Modo de figuração correspondente ao «**Tipo VI**» da **Classificação de Percy Newberry**, com «*proto-tórax e élitios marcados, com um V em casa asa*» [DIAS et al 1983: id., ibid.].

²³⁶ Em suma, da **Herdade da Favela Nova**, o *espólio publicado é, na sua totalidade, constituído por objectos de adorno, nomeadamente anéis, de prata e de bronze, contas de colar, de pasta vítrea (oculadas ou não), de âmbar e de prata. O anel de bronze, maciço, era de suspensão e possuía um selo em forma de escaravelho, relativamente mal gravado, com uma representação deficiente* [ARRUDA, id., ibid.].

- uma série de **objectos perlados**, também de vidro, ou em cornalina e âmbar;
- e mais um **escaravelho em marfim**.

Este último foi descrito do seguinte modo: de tamanho, *1,4 cm sur 0,9 cm, portant les gravures suivantes en bleu: une 'Oudjat' (oeil d'Horus), la déesse Touarit, à figure d' hippopotame et un cartouche portant le nom du pharaoh Thoutmósis III (18^e Dynastie), certainement une copie très postérieure au XV siècle av. J.C.* [BEIRÃO 1986: 42; n/ destaque].

Das suas próprias pesquisas, assinalaria, entretanto, das descobertas materiais ocorridas na **Necrópole de Mealha Nova (Ourique)**, que comportou a exploração de **quatro sepulcros (Mealha Nova I-IV)**, um de incineração (Mealha Nova III) e os restantes de inumação, evidenciando ainda, todos estes últimos, sinais de possível violação, destacava-se a notícia do **espólio do túmulo I**, que possuía igualmente um **escaravelho**. Havia, pois, neste túmulo, um **recipiente cerâmico** tombado, debaixo do qual estava *l' anneau de scarabée et (...) perles de collier (...), dispersées dans une moitié de la sepulture* [BEIRÃO 1986: 61]²³⁷.

E prossegue o mesmo investigador, salientando ser esta peça (*la bague en argent avec le scarabée giratoire*) da maior importância, estando coberta por uma substância de cor verde, e contendo a **inscrição hieroglífica do Faraó**

²³⁷ Aqui, *quelques-uns des éléments du couvercle, au nombre de huit, avaient été enlevés et les autres étaient cassés au milieu et étaient tombées à l'intérieur de la cavité qui, cependant, par suite de la violation, contenait déjà un peu de terre* [BEIRÃO, id., ibid.]. Quanto ao **túmulo II**, *s'il s'agit réellement d'un tombeau- n' était signalée que par une espèce de stèle, en schiste, implantée verticalement ; c'était une cavité rectangulaire, couverte seulement d'une grande dalle, rectangulaire, d'environ 1,20 x 0,60 m. (...) On peut conclure que le corps avait été inhumé en position fœtale* [BEIRÃO 1986 : 61].

Petubastis, da **XXV Dinastia**, que era de origem etíope e remontando pois a peça à época de domínio núbio do Egipto, o qual viera a reinar entre **780-740 a.C.**, antes do tempo da **Dodecarquia** e do advento de **Psamético I** [BEIRÃO 1986: 62].

Destaca-se, ainda, desta necrópole, o aparecimento de uma **estela inscrita** (a de **Mealha Nova III**), colocada verticalmente, e fincada numa cavidade com o apoio de seixos; a presença, num sepulcro próximo, de uma cavidade similar, sugeria que também aí teria existido um idêntico elemento de monumentalização do enterramento, mas que não foi encontrado [BEIRÃO, id., ibid.].

Confrontando-se os resultados dos trabalhos arqueológicos deste sítio com os resultados dos achados da vizinha **Necrópole do Pêgo**, realçava-se, entretanto, que, do **Túmulo de Pêgo IV**, também, como vestígio de um assalto que também a mesma necrópole veio a sofrer, tal como no recinto de Mealha Nova, achou-se, em situação solta, *un petit fragment d'or laminaire, de forme conique, partie d' un collier ou d'un bijou volé* [cf. id., ibid.]; também aí, em contexto idêntico, se repetiam disposições sepulcrais e semelhantes espólios ²³⁸.

Mas, a maior notoriedade que os objectos escarabiformes veio a merecer coube aos primeiros vestígios que **Vergílio Correia** encontrou, nas suas campanhas de 1925 em Alcácer do Sal, na **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires**, de que se salientou o célebre **escaravelho de Psamético I**, cujo relatório, enviado para Londres, mereceria, além do mais, o aval científico dos

Figs.
30-31

²³⁸ Comparando os resultados da campanha na Herdade da Mealha Nova com as próprias explorações da **Herdade do Pêgo**, situada na mesma região, e na qual se recolheriam, precisamente, mais duas novas estelas inscritas, quanto a esta última estação, vinha noticiar-se, então, que *après un décapage (...), nous avons immédiatement constaté que le Tombeau II, qui était séparé de l'ensemble de la nécropole et qui présentait trois parois- nord, est, ouest-, contenait au niveau des parois, à l'intérieur, diverses pièces de céramique, entre autres une urne funéraire. Il n'y avait pas de vestiges de couverture. Nous avons encore fouillé quatre sépultures périphériques de la nécropole (I, III, IV et V), violées, et une des sépultures centrales, également violée (VI). [E aí mesmo], les sépultures III et IV contenaient dans leur structure deux fragments de dalles inscrites reutilisés (Pêgo II et III)* [BEIRÃO 1986 : 62].

mais eminentes especialistas do **British Museum** [cf. CORREIA 1925 (1972) b; e também ALMEIDA 1971] ²³⁹.

Pelo menos, estabelecia-se a confirmação de que esta mesma peça, claramente um dos artefactos de importação oriundos das rotas do Mediterrâneo, seria **um objecto de fabrico naucrático**, tal como o revelou o incremento das vias de circulação mercantil a partir do estabelecimento dos Gregos no Egipto, por anuência do **Faraó Psamético I**, que, segundo Heródoto, se servira dos próprios mercenários jónios, que haviam chegado ao Delta «*trajados de bronze*», para a sua própria guerra contra os opositores à sua ascensão ao trono do país, e também por cedências de um dos seus sucessores, **Amásis**, que se tornaria Faraó em 568 a.C., durando o seu reinado até 528 a.C. [toda uma narrativa, aliás, que há-de ser contada in HERÓDOTO: II, 147-178].

Foi este escaravelho salaciense encontrado a um metro e sessenta de profundidade, entre restos de incineração, num terreno de natureza argilosa.

Estava **engastado num aro de prata**, em mais um vestígio residual de um anel perdido entre as circunstâncias de acento erosivo. A inscrição indica a invocação do «**Hórus de Psamético I**»; a composição gravada, por sua vez, inicia-se, no alto, com a **figuração do Sol alado**, cujas asas se expandem e, do lado esquerdo, imediatamente em baixo, uma **figura antropomórfica**, de perfil, que segura, em cada mão, uma **haste papiroforme** e o **ankh**,; do lado direito, a **representação de falcão**, acompanhado de diversos outros símbolos: um cedilhado, que remata a base onde surge a ave, na sua majestade, e sob a qual estavam mais dois outros motivos.

De realçar, que a figura antropomórfica possuía **cabeça de leoa**, enquanto figuração da deusa **Sechmet**, ou então a **cabeça de gato**, na possível associação

²³⁹ **Vergílio Correia** enviara missiva com a descrição do escaravelho a **H. R. Hall**, do citado Museu, que confirmou a evidente *fabricação egípcia*, e a indicação da *entronização* do Faraó Psamético, através da fórmula *Hórus O-Ib*, ou o de «grande coração» [cf. PAIXÃO 1971: 270].

à representação de **Bastet**, conforme **António Cavaleiro Paixão** veio entretanto a considerar, em estudos recentes [cf. PAIXÃO 1971: 309-314; PAIXÃO et al 1983; DE ULISSES A VIRIATO 1996: 257; figura].

Assim tinha sequência o âmbito de trabalho instaurado, já nos inícios do Séc. XX, por **Vergílio Correia**, em cujos relatórios assentara a sùmula e descrição dos objectos recolhidos, em descrições certamente sucintas e pertinazes, dos escaravelhos, armas, cerâmicas e tesouros [cf. CORREIA 1925 (1972) a e CORREIA 1928 (1972) b].

Entre as suas próprias investigações, por sua vez, **Cavaleiro Paixão** voltava a tentar descodificar a iconografia específica deste antigo escaravelho.

Tratar-se-ia a figura de antropomorfo com cabeça híbrida de uma representação da **leoa Sechmet**, *a divindade que poderia trazer guerra e peste ao Egipto (...)* ou, antes, (...) da *pacífica Bastet?* [CAVALEIRO PAIXÃO et al 1983: 270]. Ambas as figuras se caracterizariam, uma como outra, pela presença da *grande cauda de papiro que a imagem* [do escaravelho de Alcácer do Sal], *representando um felino, segura com uma das mãos, à maneira de ceptro (...)*; em termos imagéticos, pouco se distinguiria a representação das duas deusas [cf. id., ibid.].

Recorrendo à comparação com os objectos recolhidos no mundo mediterrâneo, e observando, em concreto, os dados recolhidos por **Jean Vercoutter** quanto a **objectos egipciantes** recolhidos na **Tunísia**, nos finais do Séc. XIX, descobrir-se-ia uma gravura igual, numa **placa-amuleto depositada no Museu de S. Luís de Cartago**.

De cronologias e contextos de achado similares ao do **escaravelho de Alcácer do Sal** (contexto de necrópole dos **Sécs. VII-VI a.C.**), havia, pois, um paralelo: estava esta placa *decorada no anverso com a imagem do chamado Udjat, olho de formas lineares e estilizado, que possuía a faculdade de afastar o mal. No reverso é visível, do lado direito, a imagem do falcão, ostentando a dupla*

*coroa egípcia e, imediatamente por baixo, o nome de **Psamético I, O-Ib**. O lado esquerdo é preenchido por (...) uma **divindade híbrida** na posição erecta, ostentando uma **cabeça de felino**, que, desta vez, **uma inscrição** situada logo acima daquela imagem identifica como sendo (...) **Sechmet 'A Poderosa'** [PAIXÃO et al 1983: 272].*

Voltava assim a confirmar-se uma **idêntica proveniência**, para peças da mesma índole.

Adequando-se a propósitos de acompanhamento funerário, em que simples simbologias figurativas como esta, ainda que de proveniência claramente exógena, não deixava, portanto, de assinalar, a constante presença tutelar do divino e das entidades que acompanhavam as almas dos defuntos até o «Outro Mundo», a combinação do **udjat** com a '**terrível**' **Sechmet** deverá, assim, entender-se como uma **invocação propiciatória** e, afinal, **protectora**, em que a figura divina se tornava ameaçadora, não para o morto, mas para os maus espíritos que se pudessem interpor na sua passagem para a Eternidade.

Entretanto, dando ainda o seu resumo de novas intervenções em Alcácer do Sal, e tentando reavaliar a respectiva camada de inserção de objectos como este, **António Cavaleiro Paixão** descobria uma «*nova sepultura com escaravelho*», num sepulcro situado a oitenta centímetros de profundidade, ainda que a sua estrutura se viesse a revelar através de blocos dispersos e espalhados em volta, mas onde era visível o centro do **ustrinum**, a cova onde estava um contentor de cinzas. Do espólio, havia uma **xorca de sanguessugas**, num trabalho em bronze. Aos pés do túmulo, **armas depositas** (duas lâminas de lança e falcata afectada pela oxidação), na verdade semelhantes às que também **Vergílio Correia** havia encontrado em inícios do Séc. XX. Ao meio, o novo **exemplar de escaravelho**: *fabricado em material brando, apresenta na parte inferior duas patas antropomórficas com os joelhos ligeiramente flectidos e braços erguidos e uma haste que parece ser uma palmeira* [PAIXÃO 1983: 283].



Estes **escaravelhos**, ao lado da figuração da «**Cabeça de Carneiro**» da antiga **Colecção Júdice**, serão, enfim, objectos de gosto egípcio, que apareceram no território, numa época específica, adequando-se à própria evolução cultural das sociedades autóctones. A presença de **escaravelhos** teria sido, de qualquer modo, contínua nos **rituais funerários** das sociedades locais ao longo das principais fases da Idade do Ferro. Mas a **Necrópole da Herdade da Favela Nova** é de época precedente e comportava um exemplar diferenciado dos que se acabaram de descrever, como distintos para a **II Idade do Ferro**.

De qualquer modo, o **elemento orientalizante** continuaria a ser também determinante, mesmo quando se vieram a alterar práticas culturais autóctones, na viragem do **Séc. V a.C.**.

De resto, é o sentido recorrente das «**influências orientalizantes**» o que, então, se mantêm em evidência, mesmo no cruzamento com sinais locais que incidam uma não menos permanente situação de persistências quanto a **tradições pré-históricas**.

Pelo menos, assim se terá reconhecido para o **Baixo Alentejo**, na consideração das origens e afirmação da **Cultura do Sudoeste**. Tal como a caracterizaria **Caetano de Mello Beirão**: *on constate toujours, dans le **Bronze du Sud-Ouest** (...), des **contacts permanents avec la Méditerranée occidentale et avec les civilisations de la Méditerranée orientale**, qui, depuis le début du Néolithique, ont toujours influencé la zone en question dans le sud du Portugal. Cette tradition culmine, à mon sens, dans le Premier Âge du Fer [BEIRÃO 1986 :*

27; n/ destaque] ²⁴⁰.

A sequência de trabalhos viria, afinal, revelar não apenas uma confirmação do que genericamente estava já pressuposto, como, na verdade, adiantaria definições mais precisas sobre o que constituíra a própria evolução civilizacional da Proto-História no território, alargando-se o horizonte de contextos, e subdividindo-se as suas respectivas categorias, cronológicas bem como documentais.

²⁴⁰ Com efeito, *on a trouvé (...) dans la région divers objets dispersées de l'Âge du Bronze qui nous aident à qualifier l'indiosyncrasie de cette époque et lui confèrent un faciès nettement caractéristique, annonçant la grande importance du Premier Âge du Fer* [BEIRÃO, id., ibid.]. Quanto à II Idade do Ferro, conforme, de resto, havia sido já subscrito, identificar-se-á, portanto, *une nette influence continentale, reçue à l'intérieur de la Péninsule et constituant le substratum celtibérique, que les Romains ont perçu même dans notre région* [id., ibid.].

2.5. Os materiais técnico-votivos na obra *Religiões da Lusitânia*.

O tratado das *Religiões da Lusitânia* estava inicialmente destinado a ser uma comunicação a apresentar a um outro encontro, o das sessões do **Congresso Internacional dos Orientalistas**, isto na qualidade de *memória* acerca do referido tema, que se incluiria, *pelo seu carácter de occidentalismo*, entre as contribuições das sessões especiais. Mas, devendo o mesmo evento ter tido lugar, *em 1892 (...), em Lisboa*, tal acabou por não decorrer, tendo Leite de Vasconcelos decidido escrever um *breve resumo*, dado que o seu texto estava já em preparação tipográfica, e assim surgia o núcleo do Vol. I do referido tratado, que se editaria em 1897, na parte consagrada às antiguidades pré-históricas [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): Prólogo].

Seguir-se-iam mais dois volumes, sendo o último de 1913, cobrindo, pois, o leque de vestígios que asseguravam, respectivamente, o estudo da Proto-história e, por fim, da Romanização do território, até, como capítulo final, à derradeira conclusão que eram os *tempos bárbaros* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 541-ss.]. O propósito essencial, indica-se, ainda, no respectivo Prólogo ao Vol. I, era a **abordagem dos sistemas religiosos do antigo território** (*em tempos em elle não existia ainda como nação* [in LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): Prólogo, xxiii]). E tinha sido, portanto, a Lusitânia, conforme se retirava de **Estrabão**, a 'maior' das regiões ibéricas («η[...] μεγιστον των Ιβηρικων εθνων») [in LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): Prólogo, xxii; cf., também, ESTRABÃO: III, 3, 2]²⁴¹.

²⁴¹ Assumia, então, o tema de estudo os motivos de uma exaltação particular, em que voltava a ser o passado um pretexto reconfortante, ou uma 'filosofia de consolação', para as 'condições' árduas do presente: *quando um povo, em virtude das más cabeças dos homens que o constituem, ou de condições históricas e geraes, está em decadência, como o nosso, permitta-se ao menos aos que amão a terra em que nascerão furtar-se,*

Para o território lusitânico, desde as épocas pré-históricas, não deixaria de ressurgir, pois, através dos artefactos, a própria *tendência do espírito humano*, que vem correlacionar *a forma e a essência das cousas*, porque *compreende-se que, quando o homem não puder obter o objecto magico ou sagrado, ou um fragmento dele, recorra a uma simples imagem* [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): 116]. Eis, deste modo, a importância das realizações que vêm a exprimir toda a sua força nos aspectos visuais com que estão dotadas, e que revelam, pela sua forma, conceitos subjacentes, essenciais a uma percepção do mundo, revelam uma «ideia», e traduzem-se pela sua própria intermediação como objectos físicos onde se materializa uma determinada sensibilidade estética.

Comentaria, na verdade, que, dos *monumentos*, havia a considerar a sua grande diversidade e as suas *muitas espécies*, desde as *ruínas*, aos próprios *edifícios, inscrições, obras de escultura, louças, vidros, bronzes, moedas*. *Alguns (...), estão ainda in loco, taes como as célebres inscrições de Panoias; outros estão em museus. Sobre muitos há trabalhos litterarios* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1913): 4].

A este nível, pois, mesmo na actualidade, ainda se pode estabelecer o mesmo âmbito de distribuição e conservação de tais materiais, agrupados que estão entre os seus próprios lugares (ainda *in situ*), como já reunidos em colecções, como, enfim, porque se perderam, ou porque saíram do país, estando somente referidos em monografias ou fontes escritas.

a) O ex-voto de Castelo de Moreira.

Abordando a **sacralidade dos animais**, nas *Religiões da Lusitânia*, recapitularia **Leite de Vasconcelos** os vários exemplos em que apareciam

pela contemplação e estudo das cousas do passado, ás misérias do presente [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): viii].

figurações zoomórficas, das moedas da Lusitânia, como aquelas onde surgiam, por exemplo, os golfinhos, às estatuetas, já descritas de caprídeos e taurídeos, entre outros [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 281-ss.].

Referirá, então, o exemplo de uma obra metalúrgica, onde tais figurações zoomórficas apareciam reunidas em série: era o **carro votivo de Castelo de Moreira (Celorico de Basto)**, de que se evoca o achado e subsequentes estudos, aqui sumarizados. As citadas figuras encimavam o eixo central da peça, que tinha forma entrançada. Fora recolhida por uma particular, que, devido não apenas à citada característica da trança, bem como pela sua respectiva dimensão (cerca de dez centímetros de comprimento); adianta Leite de Vasconcelos, que a mesma pessoa havia julgado tratar-se de uma chave [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 289-290].

Cf.
Anexos.

Das representações de animais, tratando-se de elementos figurativos que estavam fundidos na parte superior de tal haste (e surgindo as figuras, todas, *em atitude de caminhar*) identificar-se-ia, logo à frente, um **bode**, de proeminente cornatura, seguido de mais **dois caprídeos** e terminando o desfile com uma figuração de **porco**.

O próprio remate dianteiro do eixo tinha a forma de uma **cabeça de bucrânio**.

E prosseguirá que, *na parte anterior, para o lado da referida cabeça, um vaso, um réptil e um homem com dois objectos na mão (...)*, dos quais um é *indecifrável*, correspondendo ao que se seguraria na mão direita da figura, e o outro, à esquerda, é *um machado que agarra às costas* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 290-291]²⁴².

Interpreta-se a peça sendo como uma realização votiva, presumivelmente

²⁴² Quanto ao «**réptil**», comentará igualmente que, *n'um acto d'estes a serpente, figurada ao pé do homem, não é elemento discordante, pois nos cippos e aras vêem-se com frequencia representados taes animaes* [id., ibid.: 291-292].

destinada a expor-se, em situação de suspensão, em algum *templo ou oratório*; tratar-se-ia, então, certamente, da representação de um sacrifício, aos quais aludiriam os animais presentes, atendendo-se tanto ao seu número preciso como às respectivas espécies, destinados, portanto, ao acto ritual, que («na minha opinião») seria o do **suovetaurilium**. Integrar-se-ia a peça, por isso, entre as manifestações associáveis aos cultos taurídeos (quanto aos quais «*alludi há pouco, e tornarei adiante a alludir a elle*»); da sua cronologia, o *ex-voto* é certamente anterior à época lusitano-romana, e talvez ascenda mesmo à primeira idade do ferro [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 293].

b) Os artefactos idoliformes de bronze.

Mais acometido, nas *Religiões da Lusitânia*, que nos seus artigos do *Arqueólogo Português*, será Leite de Vasconcelos ao referir-se às estatuetas antropomórficas de bronze. Propõe-se somente *fallar de algumas*, destacando-se um primeiro grupo de **três peças**, das quais a primeira, das **Colecções do Museu Etnológico**, havia sido adquirida pelo próprio Director, *na loja de um antiquario da capital*; as restantes duas eram do antigo **gabinete medalhístico da Biblioteca Nacional**. A primeira de todas mostrava-se como muito «tôasca», pois *embora o artista quisesse talvez figurá-la vestida, ella parece nua*, possuindo ainda *braços indistintos e pés indivisos*, que são apenas mostrados como *saliencia* da parte inferior do corpo. Mas as restantes não teriam melhor qualidade formal, ainda que, quanto ao primeiro ídolo da Biblioteca Nacional, fosse evidente *outro apuro* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 67]²⁴³.

Maior atenção confere, ainda dentro da sua recapitulação dos bronzes

²⁴³ Esta última, *com capuz na cabeça, manto até aos pés, ou hábito talar, descaindo uma dobra do ombro direito para a cinta; os pés porém também indivisos, e dispostos como na figura antecedente* [id., ibid.].

antropomórficos, à **figura de Alcácer do Sal**, igualmente guardada nas **Colecções do Museu Etnológico**, de braços erguidos e detalhe itifálico, em modo de orante: *é o pescoço grosso e grande; olhos, prelhas e bôca apenas se adivinham; os braços levantados; as pernas curtas e bem levantadas* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 68].

De todos estes registos, exceptuando, claro a última, desconhecia-se a respectiva proveniência, ainda que se adiantasse serem de achados do território português, sem mais referenciação concreta. Da cronologia indica, devido aos evidentes aspectos, de semelhança tipológica, que poderiam ser da II Idade do Ferro, atendendo-se aqui à correlação do achado salaciense com a própria datação já estimada para os espólios de armas e vasos gregos entretanto recolhidos na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, mas, assinala-se, era também um facto que *a archeologia nem sempre é synchronica* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 69]²⁴⁴.

Cf.
Anexos.

De qualquer forma, justificava a sua contenção quanto a estes mesmos objectos: o seu propósito, como realçara logo de início, era o estudo dos sistemas religiosos; sucede, pois, que, quanto a estes mesmos registos antropomórficos, ao momento em que escrevia, *na impossibilidade de dizer se ellas são religiosas ou não, **emboram pareçam idolos ou ex-votos**, não insisto no assunto* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 68; n/ destaque].

Claro está, outros desenvolvimentos surgiam, ao abordarem-se elementos que, inequivocamente, se associavam a importantes cultos da antiguidade lusitânica. E tal era o caso dos **caprídeos**, ao serviço cultual de **Atégina**. A esses consagrará, com efeito, ainda ao Vol. II, um considerável destaque, abordando, quer a natureza do culto à referida deusa, quer aos seus vestígios rituais [LEITE

²⁴⁴ E concluía, que, quanto à datação concreta de tais achados, deveriam ser os mesmos mais retardados que os já conhecidos exemplos de ex-votos do território espanhol, pois *a Lusitania, principalmente, deveria ficar muitas vezes em atraso, por causa da sua situação num extremo do orbe* [id., ibid.].

DE VASCONCELOS 1905 (1981): 146-ss.] .

Trata da história da descoberta dos **achados correlativos com Atégina-Prosérpina**, principiando, então, pelas epígrafes conhecidas, que esclareciam algo das características da veneração que lhe seria dirigida, bem como a perspectivação da sua área geográfica de implantação religiosa no âmbito do Ocidente peninsular interior, subjacente à alta bacia do Guadiana. Definindo três aspectos essenciais da deusa (*deusa agraria, deusa infernal e deusa medica*), dissertará sobre o possível uso ritual dos **caprídeos** no âmbito deste culto; sendo que desses exemplos, correspondiam quase todos aos quais estavam, pois, entre o antigo espólio da Biblioteca Pública de Évora, voltaria, pois, a tratá-los, nesta mesma sequência [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 168-173] ²⁴⁵.

Assim, *com o título de deusa infernal, era mulher de **Dis Pater**, e com os atributos de deusa medica podemos considerá-la em plano analogo ao de Esculápio: ora da relação da cabra com estas duas divindades falla Servio, ad **Vergilium*** .[id., ibid.: 172]. Mas, para além desta explicação de natureza filológica, a base para a correlação entre os referidos zoomorfismos e a divindade surgira, pois, entre os próprios **vestígios epigráficos** consagrados a Atégina: as **duas inscrições de Cáceres**, em placas de bronze, às quais se agarravam cascos de caprídeo; a principal diferença estava nas letras, feitas a ponto, da segunda dessas placas [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 149].

²⁴⁵ Comenta: *Atégina, como muitas outras divindades lusitanicas, é-nos apenas conhecida por intermedio da archeologia (...), sendo de duas especies os monumentos que se referem a ella: lapidares e de bronze. Uns e outros contém inscrições romanas* [LEITE DE VASCONCELOS, id., ibid.: 146].

IV.
Representações do heróico e do divino:

Os gestos perpetuados em pedra.

Apesar das representações metalúrgicas, de vária índole, e da sua actividade terem constituído uma das mais distintivas marcas indicadoras da cultura das antigas sociedades do território lusitânico, e tendo igualmente proporcionado categorias plásticas de importância fundamental, que se repartia também, por uma certa diversidade de tipologias figurativas zoomórficas, vem, porém, a **escultura em pedra** adquirir a sua peculiar expressão, em zonas geográficas correspondentes a áreas definidas, mesmo dentro do âmbito dos territórios de influência de determinados focos culturais (como a já citada área da **Cultura dos Berrões** ou a dos «**Guerreiros**»), não apenas pela sua concentração, especialmente assinalável de uma tipologia para outra, como por causa do profundo enraizamento de que tais temas também se revestem na íntima expressão das sociedades, ou, também, porque o material com que são feitas as peças (no caso do Norte: o granito), sai directamente das pedreiras para as oficinas onde as figuras se afeioam no seu molde próprio.

O uso da pedra é o que melhor exprime o sentido da permanência, da imobilidade, da intervenção da mão humana com o que é oferecido pelo ambiente, isto porque é esse material, quase sempre, o que, pelo menos em termos aparentes, a maior resistência, consistência e duração. Tratado em bloco, permite que se trabalhem volumes igualmente próximos à escala natural, no talhe difícil e

esforçado, mas onde se exige habilidade e firmeza. O que interessará é o resultado final: a sombra das ideias projectada na sua concretização visível, dotada de superfícies cuja textura reflecte veios, ondulações e sombras, tal como num objecto vivo.

E a imobilidade, o momento preso para sempre na sua forma simbólica, será o supremo resultado: ficam criadas as entidades que se desejavam invocar e conservar como presenças tutelares, ou como guardiãs contra as forças obscuras.

Assim, as estátuas não protegem somente os indivíduos ou as suas casas, mas também o grupo, a cidadela, o território. São simples **representações**, mas porque se assemelham tão flagrantemente à própria vida, tal como dela se elaboram raciocínios e percepções, adquirem a sua própria personalidade. Cada peça, também aqui, não deixa de se tornar única, irrepetível, mesmo que se possam executar pares ou grupos de figurações. Portanto, tornam-se objecto da própria força das emoções íntimas; orgulho, repúdio, ou simples apelo curioso.

E tanto mais se justifica o papel de determinados objectos, quanto o facto ter sido *muito natural (...), a crença em amuletos (...), porque o homem, ao ver-se rodeado de seres malfazejos, busca sempre oppor-lhes resistencia; e se o homem culto não vae além dos meios phisicos, o inculto, pelo contrário, não deixa de recorrer aos meios que elle julga sobrehumanos e mysteriosos (...)*. Então, da força dos 'amuletos', *uns (...), devem a sua efficacia á natureza intima da sua substancia; outros ao seu aspecto exterior (feitio e cor) (...). Ha-os puramente naturaes (...), e ha-os que são fabricados pelo homem* [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): 111-112].

1. As tradições da arte esculpida de temática zoomórfica: As figuras de «berrões» .

De acordo com as descrições correntes, *no que respeita à cultura castreja e à Idade do Ferro do Norte de Portugal- e exceptuando a riquíssima ourivesaria- as mais importantes manifestações artísticas são de carácter escultórico e arquitectónico*, (...) [ainda que] *praticamente desprovidas de carácter monumental* [PEREIRA 1995: 66; n/ destaque] ²⁴⁶. O tema das **representações escultóricas do «javali»**, correntemente designados de «**escultura de berrões**», constituiu-se, na sua especificidade, não só como uma das categorias de figuração mais características do território, como também, a par da metalurgia, uma das tradições mais antigas das realizações autóctones, e, ainda, das que mais cedo vieram a ser notadas documentalmente. Só mais recentemente, de qualquer modo, à medida da exploração dos recintos castrejos, e à medida, também, do avanço dos conhecimentos quanto às regiões contíguas ao próprio Noroeste, onde tais figurações não ocupariam, afinal, uma posição tão fulcral no contexto da imagética local, como sempre se havia julgado, mas reforçando-se, enfim, o seu respectivo registo e formação de colecções, se identificou a respectiva área de 'irradiação' deste mesmo tema figurativo.

Tem esta área a sua incidência em zonas interiores, mais a **Nordeste**, que se estendiam, como também já foi referido, em sentido de um crescente, que ia da **Callaecia** oriental até **Trás-os-Montes**, e, rodeando o actual território nacional, prolongando-se pelas províncias espanholas que seguem até à **Alta Extremadura**, pouco penetrando, na verdade, senão excepcionalmente, abaixo do Douro, onde

²⁴⁶ E acrescenta-se que, destas mesmas peças esculpidas, são *os berrões proto-históricos, esculturas zoomorfas em pedra- predominantemente porcos domésticos ou selvagens-* [que] *formam um originalíssimo conjunto* (...) [id., ibid.].

habitavam, pelas Beiras e Montes Hermínios, os grupos agremiados, com efeito, sob a designação de **Lusitanii** ²⁴⁷.

Esse era, com efeito, o território de povos circum-vizinhos, quer aos **Galaicos**, quer aos **Lusitanos**, como o caso dos ΟΥΕΤΤΟΝΕΣ (os «**Vetões**»), aos «**Zoelae**», estes últimos com o seu território na actual circunscrição distrital de Bragança; cobria-se, assim, uma larga mancha do Nordeste interior, entendendo-se, ainda, como sendo essa região uma das que mais teriam evidenciado das mais notórias manifestação das penetrações celticizantes no Ocidente, de que seriam exemplo, não apenas os próprios «**berrões**», como a tipologia dos «**torques**» [cf. LÓPEZ MONTEAGUDO 1989; MATOS SILVA 1988; SANTOS JUNIOR 1975] ²⁴⁸.

²⁴⁷ (...) *O seu maior interesse reside no facto de se circunscreverem, praticamente a uma só região portuguesa- Trás-os-Montes e Beira Interior- com outros testemunhos no território espanhol, estendendo-se aí a toda a parte ocidental da Meseta e, para Sul, atingindo a Estremadura (mas com uma grande concentração de achados junto à fronteira portuguesa)* [PEREIRA 1995: 66-67; cf. também MATOS SILVA 1988: 58-59, para a mesma definição].

²⁴⁸ Mas, quanto à questão da «celticidade» ou «pré-celticidade» da **Cultura dos Berrões**, vem indicar-se que *os Zoelae, ramo astur dos Draganos* [enquanto **populus** referido na *Ora Maritima* de Avieno], *eram habitantes da região mais ao Norte em Castro de Avelãs e Bragança. Nessa região, habitavam as tribos célticas dos luanci, turodi, equaesii e caelerini*, *mas devido aos Draganos subsistirem nas regiões mais interiores e montanhosas, de difícil acesso, ter-se-iam afastados, pelo menos, da forte influência céltica. Ideias defendidas por Gimpera e Santos Júnior* [MATOS SILVA 1988: 85].

1.1. Contextos descritivos dos achados.

Apesar do acento regional, profundamente voltado para o interior, não foi a extensão da sua influência um fenómeno de modo nenhum isolado, e estava igualmente presente no Noroeste.

Desde logo, conforme se refere nas *Religiões da Lusitânia*, nos âmbito dos castros (...), que se apresentavam como *oppida pre-romanos, embora frequentemente romanizados*, seria frequente o achado de «quadrúpedes», em pedra, mas que eram *mais ou menos informes*, no que se dificultava a sua respectiva identificação; apesar do seu delineamento, porém estariam desprovidos de detalhes. E exemplificava o investigador, ainda em 1905, para esta categoria, uma **peça de Santa Marinha do Zêzere (Baião)**, que fora levada para o **Museu da Sociedade de Martins Sarmiento em Guimarães**, e ao qual não se poderia deixar de atribuir uma função cultual, talvez votiva; alcançava, de comprimento, sessenta centímetros [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 286-287].

Tal peça, de qualquer modo, apesar do talhe incerto, parece-se já, de facto, com a figuração característica da tipologia de representação do «porco» ou do «javali», e, a ser assim, incluir-se-ia, portanto, pelo seu tamanho, entre a designada categoria dos «**berrõezinhos**». Não deixava, então, a **tipologia dos «berrões»** de se assumir como uma das manifestações mais expressivas dos ambientes castrejos ²⁴⁹..

Em **1924**, com efeito, entre os achados que chegaram às mãos de **Leite de**

²⁴⁹ Do **Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmiento**, é assim identificada a peça, precisamente, como um «*varrão*»: *javali de granito, ou representação de outro quadrúpede, toscamente delineado, com as dimensões de 60 cm. de comprimento, por 26 cm. de altura. É proveniente do lugar do Crasto, freguesia de Santa Marinha do Zêzere (Baião) e foi descoberto em 1883 pelo Prof. Dr. Leite de Vasconcelos, que o indicou a Martins Sarmiento [CARDOSO 1972 (1985): 149].*

Vasconcelos, durante a uma estadia em **Paderne (Melgaço)**, dava-se a notícia de haver o mesmo recebido em mãos, da parte de um particular (um barbeiro local), uma **peça de berrão** que havia sido recolhida no Castro próximo à localidade, e que se viera a resgatar estando ainda presa à estrutura de uma casa, cujas paredes estavam quase intactas; o vestígio fora encontrado no decurso de uma simples apanha de lenha. Este achado, é, mesmo assim, um dos mais ocidentais em relação aos principais focos de achados de tais esculturas ²⁵⁰.

Por isso mesmo, voltaria, assim, **Leite de Vasconcelos** ao sítio, de maneira a tentar reunir mais informações quanto ao contexto desse distinto vestígio, correspondente, de resto, à figuração da parte da cabeça do animal.

Descrivendo-a, com o detalhe pitoresco quanto ao facto do mesmo particular que lha havia dado ter dito que aquela peça era a de um *sardão*, vinha indicar que parecia **uma cabeça de porco**, que, apesar de estar **toscamente esculpida**, deixa perceber o focinho, bastante comprido, o rasgado da bôca, as narinas e os olhos; tem uma particularidade digna de nota: **fôrma por si só um todo, isto é, não se separou de um corpo, foi logo assim feito**. (...) Suponho que **será uma espécie de idolo, defensor da casa**, e pertencente à mesma classe dos [berrões entretanto levados] de Sabroso» [LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 39; n/ destaque].

²⁵⁰ (...) Há grupos de esculturas que certamente pelas suas semelhanças foram feitas por um só artista. Dada a grande quantidade de berrões (vinte e oito) aparecidos no Castro do Monte de St^a. Luzia (...) e outras em que o granito apenas foi desbastado, pode-se concluir [citando-se Santos Júnior] 'que no Castro do Monte de Santa Luzia haveria um escultor de berrões' (...) Também o Olival do Berrões em Cabanas de Moncorvo, local onde apareceram dezasseis esculturas, das quais existem sete (MNAE), foi 'uma oficina de estatuário' [MATOS SILVA 1988: 60; cf. também SANTOS JÚNIOR 1975: 61, 120].

a) **O achado de Paderne e a comparação com a peça de «berrão» de Sabroso.**

Vinha referir-se, aqui, **Leite de Vasconcelos**, às primeiras descobertas modernas, cerca de **1877**, em que **Martins Sarmento** havia, do mesmo modo, encontrado um primeiro exemplar de «berrão», no recinto de **Sabroso**, este também reduzido somente à figuração da cabeça, quase, pois, nas sequências iniciais das suas explorações nesse outro castro.

Segundo **Francisco Calo Lourido**, esta **peça de Sabroso**, que apresentava, no entanto, mais fragmentada na parte da representação do focinho, era de **uma plástica totalmente sumária, ainda que bem polida**, e ressaltando igualmente, da sua aparência, quer a proeminência das orelhas, quer o desenho bem visível dos olhos e da boca, mas faltando o recorte das narinas [CALO LOURIDO 1994: 428; 432, figura; n/ destaque].

Notando-se, pois, ser esta **peça de Sabroso**, semelhante à de **Paderne** no que se refere à simples representação da parte da cabeça do animal, faltava, contudo, ao exemplar mais antigo, a evidência de um maior prolongamento posterior, que sugerisse, igualmente, um tratamento esculpido sobre um único bloco alongado, que se pudesse encaixar num suporte, tal como sucedia no achado de 1924.

De resto, o animal **tanto se poderia fazer figurar somente a cabeça e focinho, numa intenção deliberada de assinalar um determinado simbolismo** (talvez, como reparou Leite de Vasconcelos, num propósito de tutela doméstica), **como o volume de corpo inteiro, em todo o seu delineamento**; num caso, como noutro, predominam ambos os modos de figuração em toda a «**Cultura dos Berrões**», possivelmente resultante da própria hierarquia associada ao seu uso

ritual ²⁵¹.

Os mesmos aspectos descritivos também se aplicam à própria consideração de uma outra representação zoomórfica da parte da cabeça de um berrão, de algum modo similar aos exemplos descritos, e que se classifica dentro da categoria de achados dos chamados «**berrões esporádicos**», correspondente a uma peça guardada presentemente no **Museu Municipal de Marvão**, e encontrada nas proximidades em completa descontextualização. A parte anterior, de qualquer forma, está completamente cortada e lisa, mas os detalhes da máscara animal estão assinalados nos seus traços convencionais, embora se assinale a evidência de um certo naturalismo figurativo [cf. n/ notícia, in PATROCÍNIO 1995].

Haveria, portanto, uma intencionalidade inerente ao aspecto de cada um destes modos figurativos. A parte da cabeça podia apoiar-se ou inserir-se, propositadamente, num encaixe reservado para o efeito nas próprias estruturas; da peça zoomórfica de Marvão permanece, porém, a dúvida quanto à eventualidade, ou não, da cabeça ter sido separada do bloco, ainda que não se tivessem notado quaisquer assimetrias de textura que assim o sugerissem; de qualquer forma, **Maria de Fátima Matos Silva** considera, quer a peça de **Paderne**, quer a de **Sabroso**, como *cabeças decepadas* [MATOS SILVA 1988: 78] ²⁵².

A dúvida, porém, pode adiantar-se para qualquer uma das peças de que

²⁵¹ Segundo a descrição do **Catálogo do Museu Martins Sarmiento (Guimarães)**, das **peças de Sabroso**, uma é uma *cabeça de varrão*, isto é, *porco bravo ou javali*, e *parte do focinho de outra*, encontradas por **Martins Sarmiento nas explorações do Castro de Sabroso, em 1877**. Esta cabeça apresenta na parte posterior uma *saliência quadrangular*, o que mostrava ser uma peça independente, que encaixava no corpo da escultura [CARDOSO 1972 (1985): 145]. Seguiam-se comentários a propósito dos aspectos estilísticos das esculturas de berrões.

²⁵² Surgem, evidentemente, **abundantes casos de deliberada mutilação**: *mais do que as estátuas antropomórficas, as zoomórficas foram de tal modo mutiladas que, em muitos casos, não passam de fragmentos. Ainda como nos Guerreiros, a muitos dos berrões falta-lhes o pedestal, a peanham e com ela parte ou a totalidade das pernas. Outra região frequentemente mutilada são os órgãos genitais* [MATOS SILVA 1988: 67-68].

apenas subsista a figuração da cabeça: a de **Paderne**, dado o seu contexto de recolha e o afeiçoamento do bloco, não deixa de se sugerir como tendo essa função de encaixe sobre amurada ²⁵³.

b) Âmbitos funcionais

Regista-se que o único caso de **berrão cultural** encontrado claramente **in situ**, correspondeu ao exemplar inserido numa estrutura de **santuário**, ou de **τεμενος** (ou **templum com altar**), em **Picote**, e onde havia uma cercadura circular, de pedra, a rodear a presença da escultura, colocada sobre plinto, numa área de câmara que era antecedida por um corredor de quase dez metros. O recinto foi descoberto em Abril de 1952 no **Castro do Castelar (Picote, Miranda do Douro)**, um alto que era chamado de «**Castelo dos Mouros**», que seria escavado no ano seguinte e, posteriormente, resumido o seu estudo por **Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior**. Salienta-se que *nas escavações foram encontrados ossos de bóvidos, caprídeos e de coelho, podendo tratar-se de restos de oferendas sacrificiais, eventualmente preparadas para alimento* [cf. SANTOS JÚNIOR 1975, cit. in PEREIRA 1995: 68].

Na verdade, o aparecimento 'in situ' do Berrão de Picote, e outros berrões relacionados com estruturas e espólio, permitiu alicerçar e trazer luz sobre certas ideias como a Cultura a que pertencem, a Castreja, atribuir-lhes uma cronologia, mesmo que relativa, e elucidar-nos sobre a sua utilidade, o seu significado [MATOS SILVA 1988: 79].

A própria **intencionalidade de uso** poderá explicar a **diversidade de modos**

²⁵³ Quando tratados de corpo inteiro, são **talhados em granito segundo processos simples e frustres** (...) [e] **apresentam sinais distintivos, como um corpo curto e atarracado, cabeça destacada e focinho proeminente, no qual é representado em relevo o par de presas afiadas. As patas são tratadas quase sempre como dois blocos talhados directamente a partir da base** (...) [PEREIRA 1995: 67; n/ destaque].

pelos quais as figuras aparecem, seja apenas pela parte da sua cabeça, seja de corpo inteiro, e, neste caso, surgem peças de tamanho colossal, não inferior a dois metros. A par destas, há igualmente vestígios de estátuas, zoomórficas, com menor comprimento, que eram os designados «**berrõezinhos**», que se interpretam como reservados a uma funcionalidade votiva ²⁵⁴.

Antes, ainda na Pré-história, seriam os próprios animais, que tendo sido caçados e ritualmente sacrificados, ou oferecidos ao divino, ou mantendo-se, na qualidade de troféu e amuleto, a sua pele ou dentes, o que pressupunha o contacto directo com o transcendente. Desta forma, seriam correntes os achados correspondentes ao aproveitamento desses mesmos elementos do próprio bicho: não deixaria de recapitular Leite de Vasconcelos algo que, já em finais do Séc. XIX, se conhecia para o espólio de algumas grutas pirenaicas (Duruthy, Malvézie), de época neolítica, o achado de dentes, fossem de leão, urso e, portanto, de **javali**, cada qual dotado de orifícios destinados à inserção de um fio de suspensão, que os tornasse em elementos constitutivos de distintos colares, e, ainda, em certos exemplos, oferecendo-se como suporte para trabalhos decorativos ou figurativos [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981) 125-127] ²⁵⁵.

²⁵⁴ O **berrão de Picote**, tendo dois metros de comprimento, era tão grande como os **exemplares conservados ainda em Murça e Bragança** (ambos expostos, ao ar livre, sobre pelourinhos à vista das populações). Corresponderiam todos, no entender de Santos Júnior, a **peças especialmente consagradas a um culto próprio**, sendo *venerados em monumentos*, em que seria *o animal considerado um ídolo*; nos seus templos, haveria *cerimónias rituais com deposição de oferendas* [SANTOS JÚNIOR 1975: 165, cit. in MATOS SILVA 1988: 78]. Quanto às peças de tamanho mais reduzido, correspondente às estatuetas que vieram a ser apelidadas de «**berrõezinhos**», seriam reproduções, em menor escala, do animal divinizado, e adequando-se a propósitos de natureza votiva [Id., *ibid.*].

²⁵⁵ Prosseguindo, também dirá o etnólogo que *na rica estação de Argar (SE. Da Hespanha), que pertence [já] á epocha metallica, apparecêrão dentes de diferentes animaes (...), como dentes que pertencêrão a collares, tendo alguns d'estes dentes orifícios ao longo, para a introducção de aneis de cobre, que aind ahi se encôntrão, e tendo outros entes um simples orifício de suspensão (...)*. Surgem, entre estes conjuntos, **dentes de javali com orifícios**, ainda que *tambem apparecêrão dentes sem orifícios, ou porque esses dentes, como cuido, estavam ainda por trabalhar, ou porque, como*

Mas nem sempre a mutilação, ou o que surge em seu lugar, como símbolo da importância atribuída a alguma parte especial do animal, é, porém, sempre evidente, muito embora, nas esculturas, houvesse peças que se valorizavam, dentro das **hierarquias rituais**, por serem somente uma **representação** de alguma de tal parte do corpo do animal eleito, no caso dos «berrões», caso da sua **cabeça** (onde, de resto, era recorrente a atenção conferida aos colmilhos, na sua respectiva protuberância, ainda que tão só representada em relevo ou apenas no esboço inciso das suas linhas, em cada lado do focinho).

O caso da **cabeça zoomórfica de Marvão**, cuja parte anterior está, de facto, alisada, poderá, assim, indicar que apenas se pretendeu, no âmbito de algum uso significativo, talhar uma parte da representação do animal; ou, a tratar-se de um elemento decepado, tê-lo-ia sido, também, intencionalmente, talvez como reutilização que não afectava a integridade sacralizante inerente ao tema.

Francisco Calo Lourido há-de voltar a fazer notar, na sua própria análise à **peça de Sabroso**, o estreitamento do bloco que vem representar a posição do pescoço do animal, e também o modo convencional como se fazem figurar, *perfeitamente*, a demarcação da boca e a aplicação de pequenos furos no focinho, indicando aqui a demarcação das narinas e olhos. Considerando, de qualquer forma, os aspectos mais técnicos da plástica castreja, não deixaria de notar que, quanto às representações zoomórficas que se limitam apenas à parte da cabeça, se poderá reconhecer algo da funcionalidade dos próprios **amarradouros**, que, na sua forma habitual, faziam parte dos elementos do Castrejo, acompanhando a delimitação de áreas utilitárias.

Evidentemente, o remate mais trabalhado desses **amarradouros**, que aparecia esculpido ou decorado, era **o lado destinado a ser visto**, e a parte anterior, que se limitava a ser simplesmente um bloco afeiçoado à sua inserção

objectos de virtude que serião, bastavaão mesmo assim [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): 127].

numa parede, destinava-se ao apoio de fixação da escultura, tal como sucedia com estas peças que se limitam à representação da cabeça

O que se destaca, em termos genéricos, quanto aos **amarradouros** castrejos, é que os **motivos figurados** eram sobretudo lavrados com **decoreção geométrica**; no entanto, a intenção técnica seria sugestivamente idêntica ao da eventual funcionalidade reservada à exposição das cabeças zoomórficas, algumas das quais, portanto, também serviriam para encaixe [CALO LOURIDO 1994: 381; 383, figura].

c) Um segundo exemplo de Paderne.

Prosseguindo a sua inventariação das **peças de «berrões»**, apresentou igualmente **Calo Lourido** a referência a uma **outra peça esculpida**, possivelmente também **proveniente de Paderne**, mas que, sob todas as reservas, em comparação com as obras anteriores, se limitava a um mero bloco talhado, de certo modo informe e, de facto, denotando ser um trabalho irregular, além do mais em mau estado de conservação; pelo menos, este bloco classificar-se-ia como um remate amarradouro.

Mas, pela sua aparência geral, ainda que despojada de detalhes, seria talvez também uma tentativa de representação de *berrão*, e **Calo Lourido** adianta portanto a hipótese de ser, pois, uma peça de intenção figurativa, em incipiente nível formal, mas repetindo sentidos estéticos que comprovariam as suas próprias conclusões. Tendo o bloco permanecido em depósito no **Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa**, constituía-se ainda como uma peça inédita [cf. CALO LOURIDO 1994: 381-382; 383, figura].

Se a parte da cabeça era propositadamente elaborada com função de encaixe, e destinada a uma função especial de assegurar a presença do sagrado dentro de um espaço familiar, próximo da vivência quotidiana, poderia ser essa a

utilização dos bustos zoomórficos de **Paderne** e **Sabroso**. Um contexto estar-lhes-ia reservado dentro de uma utilidade talvez acessória, mas que não se resumiria, de qualquer modo, a ser apenas decorativa, tendo em conta toda a importância e particularização simbólica associada a estas figurações. E poderia ter surgido, assim, uma «arte presa à pedra», como protótipo para modos apotropaicos ou invocadores da tutela protectora do sobrenatural, que caracterizaria o folclore supersticioso de um dado território, talvez assegurando uma mesma funcionalidade, estética como significante, corporizada nos fundos tradicionais de crenças e de atitude, que vieram a coincidir num mesmo espaço e ao longo dos séculos.



Poderia constituir a representação destes animais a figuração possível de δαιμονες, ou sejam, **entidades tutelares**, «presas» ao domínio telúrico, que vigiavam a Humanidade, para lhes proporcionar ajuda, enquanto contraparte invisível de um mesmo universo dividido entre o que é possível apreciar com os sentidos e o que se pressente com o espírito.

A motivação religiosa que está subjacente a toda a arte é preponderante quanto à interposição mediana entre o «este mundo» e o «Outro», e na qual se insere a «**imagem**», conforme o sentido inicial do termo ειδωλον, ou seja, tudo o que se representa do domínio do ειδως, a «**Ideia**»; o «**ídolo**» é a forma em que se corporiza o «**conceito**». Isto é, a «**imagem**» é tão só uma «**aparência**», o «**espectro**» ou um «**simulacro**» da própria ideia que está subjacente à definição da essência do objecto. O domínio do ειδως é, então, coincidente com o próprio domínio da φαντασια, ou seja a «**imaginação**», e, assim mesmo, «**ídolo**» torna-se sinónimo de φαντασματος: aquilo que se «**vê**», como uma **aparência** que ressurge, às vezes, como um sinal propiciatório, ou de aviso, em cada experiência

individual ligada à percepção do sagrado e à esfera da crença [cf. VERNANT 1991 (1993): 15-25; 27-34].

Daqui a fundamentação para o que não é possível dissociar da estética antiga (que é, de certa forma, ainda «pré-histórica»), e que se reporta ao modo como se estabeleciam as tentativas de contacto com o que transcendia o mero plano da vida corrente. Por isso se dotavam as entidades sobrenaturais de formas reconhecíveis, mas que, no entanto (como seria o caso das representações zoomórficas), não traíam a sua própria capacidade de inspirar respeito, temor e, ao mesmo tempo, fascínio, considerando os próprios atributos com que se plasmavam as figurações, na sua respectiva expressividade.

1.2. Contextos simbólicos.

Em finais do Séc. XIX, no próprio impulso inicial que se suscitara com as actividades do recém-criado Museu de Etnologia, e aproveitando também a recente notoriedade resultante das descobertas do Castrejo protagonizadas por **Martins Sarmento**, começa-se a registar, no âmbito de deslocações propositadas e das viagens pelo interior do país, na nova atenção quanto à procura das peças mais curiosas, ou dignas de um interesse etnológico e arqueológico, que ainda se mantinham confinadas ao espaço das localidades.

Eram , pois, tão inéditas e recônditas para a Ciência, quanto o seriam já velhas como os séculos em que teria durado a consolidação das memórias colectivas das populações aí mesmo enraizadas, no seu próprio ritmo de um calendário pautado pelas necessidades inerentes ao conjunto das actividades agrárias, e que, a qualquer momento, se interrompia pelos caprichos da Natureza.

O relato de uma dessas viagens, assinado por **Joaquim de Castro Lopo**, surgiria logo ao Vol. I do *Arqueólogo Português*, datado de 1895 (ainda que o mesmo volume tivesse saído somente no ano seguinte). Tratou-se de uma excursão que visou especialmente a visita e observação da «**berrôa**» da **aldeia de Torre de D. Chama**, também em Trás-os-Montes, e a qual se mantinha, desde há longo tempo, no Largo desse mesmo lugar. Na viagem, acompanhariam Castro Lopo alguns outros investigadores ligados ao Museu Etnológico, tendo-se deslocado, de Lisboa para o Norte, em Maio desse mesmo ano de 1895 [cf. LOPO 1895].

a) **Uma romagem curiosa aos monumentos transmontanos.**

Ao longo do relatório em que se compõe o artigo consagrado à referida viagem, na verdade, notar-se-á, enfim, alguma dispersão das próprias atenções desses viajantes, uma vez que não se deixaria de aproveitar o percurso para apontar diversos outros registos quanto às realidades arqueológicas que se podiam ainda detectar em cada caminho ²⁵⁶. Mas, no largo da povoação, encontrariam, por fim, a «**Berrôa**», na exibição de todo o seu **significado emblemático** que ainda detinha, evocando a própria antiguidade da localidade, e assegurando algo de um sentido de sobrevivência residual do modo como se assinalava, sobre uma tal peça, a concentração expressiva dos valores colectivos, tal como teria, de facto, sucedido outrora.

Um mesmo **simbolismo colectivo**, de resto, repetia-se, conforme era conhecido, para toda a série de esculturas castrejas que, do mesmo modo, haviam permanecido em plena praça de outras localidades, onde, mais do que testemunhos do passado, continuavam antes a ser, acima de tudo, uma manifestação de cariz etnográfico, recorrente, na verdade, por todo o Norte do território português: era o caso da «**Porca de Murça**», do «**Berrão de Parada de Infanções**», e ainda do «**Guerreiro de Cabeceiras de Basto**» (dito de 'O Basto').

Castro Lopo contava, de resto, que, anos antes, por volta de 1890, tivera já

²⁵⁶ Deixava-se, pois, a respectiva anotação quanto a **outros vestígios arqueológicos com que o grupo se foi deparando ao longo do seu percurso**. Em **Possacos**, encontrariam sinais dos **viários militares da velha ligação romana entre o a região do Tâmega e o Douro**, inventariando-se igualmente **três pontes romanas**. Chegando, por fim, às **proximidades da localidade de Torre de D. Chama**, já no Nordeste via-se então o outeiro onde estivera o antigo Castro, e que suscitara todas as **lendas locais àcerca dos «Mouros»** que aí teriam vivido, segundo o juízo popular, e a que se veio a referir o próprio topónimo de «**D. Chama**», associada à figura de uma «**Moura**» [cf. LOPO, id., ibid.].

ocasião de observar a própria «**Porca de Murça**», pelo que se permitia, agora, a estabelecer comparações entre aquela peça e a de **Torre de D. Chama**, salientando assim que esta mesma escultura, *como a porca de Murça*, [estava] *formada por uma só pedra de granito. [E adiantava que] no largo, o pelourinho ergue-se por detrás da berrôa e sustenta no alto as quinas* [LOPO 1895: 237]²⁵⁷.

Resumindo, então, os aspectos que mais se ofereciam ã **elementos comuns** entre ambas as representações, desde logo lhe pareceu que as **dimensões** eram, com efeito, muito idênticas entre si (e apresentava as respectivas medidas de cada uma), e que, também entre ambas, se assinalava uma semelhante **repetição de aspectos de representação e acentuação simbólica**, quanto à pujança do animal figurado, e a evocação a que se prestava do seu «**poder selvagem**», em legado que se perpetuava desde uma época imemorial. A adicionar, realçava inevitavelmente o facto de se conservarem, ainda, todas essas peças, como exemplos vivos de determinados gestos da própria cultura popular local, em cada uma das localidades a que pertenciam e se mantinham expostas publicamente [LOPO, id., ibid.].

Figs.
12 e 13

Entretanto, com referência ao «**berrão do adro**» de **Parada de Infanções**, recapitular-se-ia o que Leite de Vasconcelos havia já descrito na *Revista Lusitana*, quando se veio a reportar a uma visita nocturna ao sítio, ocorrida em 1884 (num artigo que voltaria a ser reeditado na antologia *Excursões arqueológico-etnográficas através de Portugal* [1927]).

Desse outro relato de **Leite de Vasconcelos**, cita-se o próprio etnólogo:

²⁵⁷ Correspondera, pois, o **antigo outeiro próximo à Torre de D. Chama** a um antigo recinto castrejo, de onde se teria originado a própria povoação. Explica Castro Lopo, que, então, ali mesmo, no velho Castro, se contava ter existido a «**Torre**» **alusiva ao topónimo**, onde vivera a *princesa moira*, D. Chama. Sendo um *castro luso-romano*, sucedera-se sempre a **notícia de recorrentes achados monetários**, os *tesouros*, aos quais, tradicionalmente, também se associavam outros elementos lendários, que exprimiam o deslumbramento perante a ideia de que as antigas populações ancestrais possuíam enormes riquezas; a **lenda de D. Chama** é, de resto, descrita detalhadamente no mesmo artigo de Castro Lopo [LOPO 1895: 234-ss.].

*encontrei [em Parada de Infanções] (...) **um curioso monumento de pedra muito semelhante ao de Murça** (...) a proposito do qual o povo da localidade conta que havia ali outr' ora um porco e uma porca de que se pagavam grandes tributos não sei a quem: por causa disso metteram a porca na parede da igreja e deixaram o porco cá fora (...). Será verdadeira a lenda? (...) Em todo o caso a archeologia e a ethnologia portuguesa podem archivar mais este facto de existencia de **um monumento, certamente idolo ou cousa semelhante** (...). É para notar que numa zona tão pequena apparecessem pelo menos três tão parecidos [LEITE DE VASCONCELOS in LOPO 1895: 236-237].*

Não deixa, enfim, de ser surpreendente o facto de ter sido somente nos finais do Séc. XIX, que se tivesse reparado nesta mesma concentração quanto às figuras de «**berrões**», isto considerando a extraordinária persistência que os mesmos materiais conheceram, tendo estado à vista ao longo de diversos séculos, e, mesmo assim, tendo sido sempre tomados, ao que parece, como excepção, ainda que se viessem a repetir referências quanto ao facto de se tratarem de obras que se sabiam haver sido resgatadas dos recintos castrejos próximos às povoações aonde se vieram a exhibir.

b) Sentidos para as envolventes presenças locais.

Todas as lendas suscitadas em torno das citadas representações comportavam sempre os mesmos elementos de estruturação narrativa: como alusão ao facto de serem entendidas tais peças como obra de «Mouros», ou como alusão a invasões de javalis selvagens que destruíam as sementeiras. Assim mesmo o teriam contado as histórias em torno da «**Porca de Murça**», a qual, possivelmente, como nenhuma outra escultura, foi a peça que melhor veio a representar tanto o sentido emblemático da ligação profunda a uma antiga geografia, como o âmbito de significações locais perduráveis que se mantinham

presentes no folclore próprio do Norte.

Sendo uma peça de granito, conforme o material usual usado nestas realizações, e tendo vindo do **Castro de Cadaval**, junto à povoação, terá merecido sempre uma certa actualidade local.

E exemplificava, pois, o modo como, a determinadas figurações, se associava sempre uma correspondente série episódica de factos com directo reflexo duradouro nas vivências locais. [cf. FERNANDES 1985: 107-ss] ²⁵⁸.

²⁵⁸ A referir, precisamente, um acontecimento mais recente, que veio a afectar a escultura de Murça e que, por motivos que, desta feita, não sendo então de uma desejada índole etno-arqueológica, não deixariam de lhe conferir, de qualquer forma, a dado momento, uma certa notoriedade pública. Com efeito, **em 1893**, um jornal lisboeta, *As Novidades*, publicava, na sua edição de 15 de Novembro, a **notícia de que era recorrentemente perpetrados actos de lesa-património contra a «pobre bácora»**. Sucedia que a peça, estando pois exposta em plena praça local, sofria, frequentemente, assaltos deliberados, que se traduziam na aplicação de pinturas de diversas cores, e que desvirtuavam o monumento. Reclamava-se, assim, que haveria de se tratar de alguma solução para o caso, porque andava, pois, a «Porca», desde há *muitos anos*, a ser vítima dessas constantes manifestações de desrespeito, sem que houvesse, porém, «*qualquer denúncia*» [in FERNANDES 1985: 117-118] De acordo com o *Novidades*, contava-se que, sobre a «**Porca de Murça**» *as chuvas de três invernos penetraram a capa oleosa; o sol de três estios penetraram a capa oleosa. A porca está agora... uma porcaria! (...). Está às riscas*. Na verdade, o tom mordaz e pitoresco da notícia tão só possuía um sentido político; sendo um facto que, conforme a grande instabilidade política dos fins da Monarquia, em que se sucedia uma alternância dos partidos políticos no poder, que pouco resolviam dos problemas nacionais, assim **a peça de Murça era, de facto, pintada com as cores que se iam conotando com cada um dos mesmos partidos que se substituíam entre si no Governo do país**. O articulista, afinal, mais não pretendia que aludir, afinal, à situação do momento, pelo que, na verdade, estaria então mais interessado em usar a «Porca» como metáfora para a própria situação política (que estava, precisamente, *numa porcaria*), do que especialmente preocupado com a sua eventual importância como monumento a conservar (e rematava-se como a seguinte afirmação: *é pois uma porca extra-partidária*) [cit. in FERNANDES, id., *ibid.*]. Enfim, a «**Porca de Murça**», conforme toda a documentação que se viera a referir à peça, e que remontava também a outros tempos (conforme se assinalava na própria *Corografia Portuguesa*, compilada no Séc. XVIII pelo Padre Carvalho da Costa), era um monumento muito antigo, e *talvez mesmo* anterior à época dos «Reis de Castela», na qual se teria sucedido uma alegada *invasão dos ussos*. De facto, assinala-se a entrada corográfica respectiva numa outra obra, de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, procedia à recapitulação da história alusiva ao episódio, de celebridade local, em que se referia o momento em que houvera uma grande **quantidade de «ursos e javalis» a devassar as terras de Murça**, entre os quais havia então **uma «porca» de monstruosa aparência**, causadora dos maiores receios. Tendo isto alegadamente ocorrido durante a

Ao contrário, porém, da designação corrente com que se identificava a peça, a escultura representava um **javali macho**, de atribuição sexual bem demarcada no intradorso. Durante muito tempo, estivera diante da igreja-matriz (como, já em 1884, o viera a assinalar Leite de Vasconcelos), mas seria posteriormente levada para o seu proeminente lugar na Praça, sobre pedestal, onde continuou, pois, na sua *imobilidade secular*, e *sentinela robusta do templo vizinho*- quase uma perpetuação, pois, da sua eventual funcionalidade original, tal como no propósito com que teria sido executada em épocas remotas [cf. FERNANDES 1985: 107].



Torna-se curioso aferir assim a coincidência entre uma mesma **funcionalidade de «tutela»**, que se repetia do passado para o presente, e que se sugeria, portanto, como recorrente ao longo dos tempos, numa transferência de um mesmo papel de sentido protector, que, com o decurso do tempo, se invocava para as comunidades. Reactualizava-se, com a moderna exposição pública, o que poderia sido a sobrevivência de uma tal **funcionalidade simbólica**, residualmente mantida talvez desde a Antiguidade (e como um dos outros modos de subsistência das velhas atitudes que definiam o Castrejo), e, ao mesmo tempo, voltando a representar os valores colectivos das próprias populações locais, que se reviam, como agremiação, num tal motivo emblemático [cf., comentários, in MATOS SILVA 1998: 76-79].

Idade Média, na ocasião em que os Senhores feudais tinham fugido a uma incursão dos Muçulmanos pela zona, ao regressarem então às suas casas, deparando-se com tal estrago, organizaram caçadas e conseguiram perseguir e matar os animais. Por isso se dizia que a execução da peça viera celebrar a matança das feras e exaltar a memória da tal «monstruosa porca». A partir daí, de qualquer forma, ficaria estabelecido que todas as decisões comunitárias (como a questão da regular angariação dos fundos que subsidiavam as guerras contra os «Mouros», e para as quais eram necessários grandes contributos), se passaram a debater diante da referida escultura [in FERNANDES 1985: 112-113].

Era esse também o caso do «**Guerreiro do Basto**», estátua igualmente colocada em praça aberta, em **Cabeceiras de Basto**, e que também se celebrizou pelo modo como veio a ser deliberadamente modificada, de forma a assemelhar-se à própria representação de um soldado das Guerras Peninsulares.

No seu fundo simbólico, mantinha-se a exaltação dos valores heróicos, mas intervinham os eventos históricos recentes. Sobre o escudo, de lavra original, e em imitação do próprio procedimento latino, reelaborou-se a inscrição, inserindo-se agora uma data moderna. E, sobre a cabeça, onde estivera o elmo lusitânico, substituir-se-ia o mesmo por um chapéu alto com atilhos, para além da própria alteração que transformou os bigodes da figura original numa barba apumada, sobre a sua face. Apesar disto, era certo que, para a comunidade, continuava a ser uma figura de «**Guerreiro**», bem presente e à vista de todos.

E, evidentemente, as atenções curiosas dos investigadores de Oitocentos, na sua receptividade ao que se mantinha como curioso, ocasionavam, na verdade, pontualmente, uma grande indistinção quanto ao papel antigo dos monumentos e o próprio papel que assumiam ainda no presente, isto entre a vertente de atenções que tanto oscilava entre o entusiasmo perante a visão de um documento material, de inferência arqueológica, e a própria observação do que se conservava, enquanto dado pitoresco, entre as vivências locais.

Numa perspectiva de **indefinição de critérios de análise e abordagem**, fosse tão só cuidadosa, ou já plenamente crítica, era também óbvio que, ao nível das vivências, o mesmo objecto revestia-se de uma **dualidade funcional**, diferenciando-se, assim, a sua respectiva valorização, consoante fossem as peças vistas de fora, por parte de indivíduos que possuíam um grau avançado de formação científica, ou conforme pertencessem ainda à delimitação quotidiana das populações, mais habituadas à proximidade de tais motivos figurados, que tanto lhes seriam estranhos, por pertencerem a épocas diferentes, como, ao mesmo tempo, mas também familiares, por terem estado sempre numa determinada

situação de presença, o que se traduz em conceitos diferentes de considerar aquilo que é o «património local».

Tais esculturas constituíam, ainda, o âmbito possível da «**domesticação**» do sentido do invisível; se aos sítios de antiga ocupação, entretanto abandonados, se atribuíam lendas e histórias misteriosas, que inspiravam medo, peças como as «**berrôas**» ou os «**guerreiros**», mesmo oriundos desses lugares vizinhos e, simultaneamente, ameaçadores, assegurariam a protecção contra o que de terrível pudesse vir de lá. O «Outro Mundo», de súbito, mostrava-se à vista, no alto dos montes, sobranceiros às povoações que, entretanto, se haviam fundado a relativas distâncias dos núcleos originais do antigo **habitat**, agora remetidos a uma qualificação de limiar, e além de cuja entrada se erguia o desconhecido. As peças roubadas ao seu contexto original, e trazidas para o contacto quotidiano, tornavam-se, enfim, reféns de um tempo presente, e erguidos como defesa contra o ignorado.

1.3. Dos modos originais às ressurgências figurativas.

Da **coincidência geográfica**, desde logo notada por **José Leite de Vasconcelos** quanto à proximidade relativa entre os locais onde estavam os «**berrões**» de **Murça**, **Torre de D. Chama** ou **Parada de Infanções**, realçava-se, pois, a íntima circunscrição territorial que definia a região em que se tinham registado os mesmos achados associáveis a uma tipologia particular, numa primeira definição para o que viria a ser identificado como parte integrante da «**Cultura dos Berrões**», a Nordeste. **Murça** situava-se à beira do rio Tinhela que, por sua vez, vinha confluír com o rio Tua, estando a povoação de **Torre de D. Chama** a cerca de vinte quilómetros acima, na direcção interior. **Cabeceiras de Basto** vinha localiza-se, contudo, já a sul e numa vertente ocidental, no Entre-Douro-e-Minho, junto ao Tâmega.

Configurar-se-ia, então, aqui mesmo, o ponto de clara divisão entre as duas principais regiões escultóricas no conjunto das manifestações plásticas do Castrejo: a área da «**Cultura dos Guerreiros**», incidente a Noroeste e virada para o litoral atlântico, e a área dos «**Berrões**», mais implantada a interior, e ocupando o Nordeste.

Num caso e outro, a área dos **Lusitanii** ficava rodeada por duas importantes regiões artísticas; entre os povos lusitanos, que dominavam uma forte indústria metalúrgica mas, na verdade, notar-se-ia, com efeito, a flagrante ausência de alguma influência vinda de oficinas ou «escolas» escultóricas (que não se evidenciavam senão em lugares de raia ou de contacto com outros territórios). O facto é que, a partir das delimitações assinaladas, coincidentes, além do mais, com as margens que se abriam de cada lado dos diversos cursos fluviais, distinguia-se igualmente a diversidade paisagística consoante os vários territórios, aos quais, de resto, incidiam as diferenciações tribais.

a) Entre delimitações territoriais.

A província de **Trás-os-Montes**, caracterizada pelos seus acessos dificultosos e acentuado relevo montanhoso, teria correspondido aos **territoria** dos antigos «**Zoelae**» e «**Baniensi**», do lado espanhol, registava-se a vizinhança dos **territoria** de **Vaccei** ou de **Vettones**. A esta diferenciação de grupos tribais, somavam-se, porém, os **aspectos culturais comuns**, de que se distinguiu, precisamente, a predilecção pelos **temas de representação zoomórfica**; isto, tal como, a Noroeste, a predominância dos temas de representação antropomórfica, veio a atestar-se da **Callaecia** para o **Minho**, na área de futura influência bracaraugustana.

A paisagem propriamente referida do **Nordeste**, **habitat** das populações do Castrejas interiores, era, então, *uma região de largos horizontes, amplas montanhas, extensos planaltos, profundos vales e depressões de origem tectónica* [e onde convergiam] *influências atlânticas, continentais e mediterrânicas, o que resulta numa acentuada diversidade micro-regional a qual por sua vez condiciona a densidade e distribuição dos habitats* [LEMOS 1996: 147; n/ destaque].

Demarcando-se, pois, circunstâncias que determinariam um isolamento natural, aí mesmo não deixariam de se ter mantido vivas algumas das mais eminentes manifestações culturais da própria Civilização Castreja.

A «**Cultura dos Berrões**» era acompanhada, do seu lado oriental, por uma outra área onde se particularizaria um outro tipo de figuração zoomórfica, coincidente com as actuais províncias de Zamora e Ávila, e caracterizada, pois, pelas **representações escultóricas de taurídeos**. Descendo na direcção sul, e na via que levava à região espanhola das duas Estremaduras e ao Alto Alentejo,

temos o território onde se sucederia, por sua vez, o abundante achado dos trabalhos metalúrgicos de **representação dos caprídeos**, aqui associados já ao **Culto de Atégina-Prosérpina**.

Na verdade, estamos, aqui mesmo, numa área que começou por se distinguir, ainda na **Pré-história final**, pelo desenvolvimento de sociedades locais, que deixariam, na própria **transição para a Época do Ferro**, alguns dos significativos sinais de natureza estética do território, de que se destacam, obviamente, as designadas «**estelas estemenhas**» da Idade do Bronze, e as quais vieram revelar elementos de uma **ideologia heróica**, traduzida na apresentação visual, insistente, de motivos associados a um «**Culto dos guerreiros**».

Muito embora, aqui, haja já elementos civilizacionais que se terão estendido até às regiões habitadas pelos **Lusitanii**, o facto é que este outro fenómeno, quanto à área das esculturas galaico-lusitanas de similar temática, é-lhe anterior, mas, também, talvez um precedente para essa outra emergência, que seria, de qualquer modo, própria do Noroeste.

Quanto a uma outra região de acentuada autoctonia, a do **Culto a Endovélico**, centralizado no Alto Alentejo, e com o seu respectivo santuário nas proximidades do Alandroal (Évora), é um facto que ressurgiria aqui, em determinada época, a própria temática da figuração do «javali», em algumas das peças votivas que vieram a formar o espólio votivo do referido deus; aqui, portanto, numa outra realidade geográfica, em que a imagem do «berrão» veio a ser transposta para um âmbito meridional.

De alguma forma, quer a **ressurgência das representações de «javali»**, quer o **aparecimento dos bronzes que fazem figurar o modelo dos caprídeos**, nunca deixaram de ser interpretados, também, como **eventuais exemplos de âmbito celticizante** no contexto das próprias persistências que, em pleno período romano, voltam a assinalar-se como indicadoras de um substracto cultural das

sociedades locais entretanto romanizadas.

b) A presença de figurações do «javali» no espólio votivo de S. Miguel da Mota (Alandroal) e no Alentejo.

Do **Culto a Endovélico**, há, pois, dois exemplos significativos, a destacar: a **imagem zoomórfica, sobre pedestal**, que aparecia num monumento votivo, inscrito, a ara consagrada ao «**Deus Endovélico**» que seria prontamente descrita por José Leite de Vasconcelos de entre os primeiros espólios reunidos no Museu de Etnologia; e uma **estátua de «berrão»**, resgatada de entre o espólio de peças de S. Miguel da Mota, e igualmente levada, posteriormente, para as colecções do Museu Etnológico. Em referência a esta última, foi uma peça, na verdade, descrita como sendo *uma oferta simbólica, que fazia perdurar um acto de culto passado*, tratando-se, então, de um possível exemplo quanto à ***persistência de formas cultuais anteriores à romanização ainda relacionadas com o culto do deus pré-romano que foi Endovélico*** [MATOS 1995: 172-173; n/ destaque] ²⁵⁹.

Também na mesma área, a sul do Tejo e um pouco mais a ocidente, voltava a aparecer a **figura do «javali»**, associada à **decoração de uma outra ara**, aqui em virtude da própria **conotação funerária também inerente à temática**, no **monumento da Herdade da Defesa dos Barros (Avis)**, consagrada desta feita aos **Deuses Manes**, numa representação que, tal como no altar atrás descrito, também comportava a imagem do animal sobre peanha, mas aqui acompanhado de outras figurações animais, e esculpido sobre uma das suas faces laterais.

Do lado esquerdo, estava uma **ave**, talvez uma pomba, a debicar frutos de uma árvore com galhos e folhas estilizadas. Do outro lado, uma semelhante

²⁵⁹ **Peça com o N.º. de Inv.: MNA 988.3.182** (*das stehend dargestellte Tier ist mit sparsamen Mitteln modelliert: eine Furche trennt den Kopf vom Hals, eine andere bezeichnet den Mund. Das Auge hat die Form einer Mendel* [cf. SOUZA 1990: 38]).

representação de árvore, sob a qual se fazia figurar o «javali».

A propósito deste conjunto figurativo, comentar-se-ia que é, aqui, o «javali», mais um *ídolo que se adora mais do que animal que se alimenta*. **José D' Encarnação**, adiantando mais pormenores sobre esta mesma **ara da Herdade da Defesa dos Barros**, assinala que, não fosse a inscrição explicitamente de intenção funerária *seríamos tentados a ver na árvore um sobreiro (...) e no javali um porco- emblemas portanto, duma riqueza regional. (...) Relação ideológica de facto ou simples coincidência decorativa? Parece-nos mais natural a primeira* [ENCARNAÇÃO 1984: 817; 530; n/ destaque; cf. também MENDES DE ALMEIDA 1983: 345-346].

Figs.
46,
a)- c)

À **intencionalidade de invocação funerária**, propositadamente aparece o «javali», de novo na sugestão de um pedido de **tutela** sobre o encaminhamento da alma da pessoa, cuja memória ali estava referenciada na inscrição da ara. Uma atitude, ritual, que se repetirá, de resto, em outros monumentos de similar tipologia. De salientar, igualmente, que, de entre os diversos altares dedicados a **Endovélico**, alguns também viriam comportar **idênticos motivos de celebração mortuária**: os motivos da «**palma**», da «**coroa**» ou das «**grinaldas**». Encontrar-se-ia, de resto, também em S. Miguel da Mota, um outro monumento, com a figuração de **génios alados** [cf. MATOS 1995: 175-175; peça com o N.º. de Inv. MNA 988.3.4.].

Da «**ara aos Manes**», de **Avis**, salientaria **Justino Mendes de Almeida**, não apenas a presença de onomástica com origem grega (referente tanto ao nome da jovem evocada, **Calpúrnia Hegesístrate**, e ao do seu pai, **Calpúrnio Alexandre**), como o próprio facto de estar o monumento dotado de uma linguagem ornamental bastante elaborada, à base de **padrões clássicos**, cujos princípios radicam na própria arquitectura: a inscrição estava, pois, *entre portada com verga e soleira (...), em cujos lados surgem **pilastras coríntias***; na relação com o **tema ornitomórfico** que surge na face esquerda, *tal simbologia é interpretada como*

a representação do loureiro de Apolo, deus solar, cujas bagas as aves vêm debicar [MENDES DE ALMEIDA 1983: 346].

E prosseguindo, entretanto, na sua própria abordagem, **José d' Encarnação**, a propósito da **presença da figuração do javali** em monumentos decorados do **conventus** pacense, não deixaria de adiantar, em modo de conclusão, que vira ele próprio em **Serpa** (também, pois, no Alentejo), **outra representação** do mesmo animal, *na face posterior duma ara (esta já sem inscrição) guardada na Sala de Arqueologia do Centro de Cultura Popular de Serpa: [com] o mesmo tipo de pedestal, a mesma postura- sinal, pois, dum culto às forças reprodutivas da Natureza* [ENCARNAÇÃO 1984: 805; n/ destaque].



Ao tema dos «**berrões**» interessa, enfim, o simbolismo geral que se atribuía, então, à figura do «**porco**» ou do «**javali**». Nas tradições europeias, que **Miranda Green** recapitulou no seu estudo *Animals in Celtic Life and Myth*, fossem as que sobreviveram dos antigos ciclos (como a literatura irlandesa), fosse o que ressurgia nas próprias narrativas medievais, havia motivos, como a «**caça ao javali**», que detinham um papel bem realçado [cf. GREEN 1989 (1992)].

Constituíam-se tais caçadas, na sua imagética e diversas conotações, tanto como um **ritual de passagem de idade**, entre os mancebos, como convergiam no próprio simbolismo dos monumentos funerários, associando-se, num e outro caso, à ideia de «**passagem ritual**»; no caso da Morte, era a «**passagem**» para o «**Outro Mundo**». Ao valor especial que detinha o animal, dentro da génese de atitudes comuns a sociedades arcaicas que se haviam desenvolvido sobre um fundo agrário, adicionava-se, então, a simbólica da **heroicização**, tanto ao nível em que se exaltavam os valores guerreiros, como quanto se exortava a alma dos defuntos a cumprirem a sua gloriosa caminhada para o Além. Nas tradições

cavaleirescas, o javali seria o animal que atraía os heróis para esse mesmo **Além**, onde seriam postos à prova diante de entidades sobrenaturais [cf. GREEN 1992: 169-171].

O «**javali**», assim corporizado no tema plástico que inspirava antigas manifestações formais, seria, também aqui, quase o δαίμων que acompanhava o herói na sua luta contra as forças obscuras. Em determinado sentido, pois, a figura simbólica do «javali» quase se nos afigura como próxima às entidades tutelares que, em épocas romanas, se identificariam como os **diis manibus sacribus**; o javali que conduzia os indivíduos para o Reino dos Mortos, os **diis manibus sacribus**, por seu lado, viriam a invocar-se como protectores das almas dos defuntos.

c) As tradições figurativas e as recorrências do simbólico.

De um modo geral, torna-se afinal a associação simbólico-heróica, inerente às diversas manifestações, o que se parece reconhecer nos próprios exemplos de combinação figurativa presentes em monumentos luso-romanos.

É de pressupôr que uma tão atestada **concentração de exemplos zoomórficos** em áreas interiores da antiga Lusitânia, com relação ao facto de se tratarem de zonas que hoje consideramos como recônditas, se refere precisamente à particularização das próprias heranças culturais de épocas de afirmação das sociedades locais, e que se haveriam de manter em tipologias figurativas que, de qualquer modo, não deixariam também de se oferecer às recorrências expressivas motivadas por outros propósitos de causa histórica. Talvez, assim mesmo, se atestasse, de modo vigoroso, algo das continuidades antigas que, evidentemente, favoreceriam o ressurgimento dos mesmos motivos ao longo dos séculos.

Tratando a tipologia figurativa dos «**berrões**» e dos «**taurídeos**», na sua

respectiva expressão hispano-lusitânica, veio a indicar **T. G. E. Powell** que **a inspiração para estas esculturas é provavelmente mediterrânica** (...), e que toda essa evolução das temáticas figurativas *parece ter tido relação com a fertilidade e prosperidade dos rebanhos* (...), pois as esculturas *achavam-se situadas em cercados para o gado, ou em posições que os dominavam* [POWELL 1958 (1974): 152; n/ destaque].

Entrevê-se, portanto, a questão de fundo que se prende, assim, com a própria evolução milenar das sociedades humanas.

Por um lado, salientava-se o conjunto de valores, expressivos e simbólicos, que permaneciam residualmente desde épocas primevas, quando as sociedades subsistiam ainda segundo os regimes agrários. Toda uma determinada formulação visual vinha, então, das relações estabelecidas a partir da tentativa de interpretação da Natureza e dos seus mistérios, pelo que se desenvolviam os diversos rituais propiciatórios da abundância e da fertilidade, nas quais se evocava o sentido transcendente associado ao figurativismo zoomórfico.

As **tipologias zoomórficas** sobreviviam, pois, desde a Pré-História remota, evoluindo também a sua valorização e conceptualização à medida das próprias civilizacionais, até um momento em que, na passagem da fase da Pré-História final para tempos proto-históricos, sucederia uma nova afirmação de valores, heróico-militares, ou apontando para a exaltação de divindades supremas, que, como resultado da História, definiriam uma nova complexidade cultural. Os paralelismos são evidentes por toda a Europa Antiga e Mediterrâneo, conforme o que fez notar Jan de Vries no seu livro: *A Religião dos Celtas* [VRIES 1962 (1963)].

As **representações taurídeas**, na Ibéria (e de que se recapitulou já alguns dos mais eminentes exemplos), vieram a adquirir significativas conotações de domínio simbólico, talvez, então, por causa, precisamente, de uma permanente inter-relação com o mundo mediterrâneo. Se a sua importância se revestia já de uma particularidade local, nunca teria entrado, por sua vez, também em directa

correlação com a tradição do Mito de Gerião, num âmbito da interpretação efectuada pelos Autores antigos.

Dos exemplares da **torêutica orientalizante**, aos **bucrânios pacenses** e à **ressurgência do simbolismo taurídeo**, já nos tempos romanos, na ligação às correntes de adesão às formas religiosas vindas do Oriente, revela-se um enquadramento de **apelo ao Arcaico**, segundo o aferível à extensão do território. Mas não deixavam de se relacionar também essas mesmas manifestações com o **fundo mediterrâneo**, que dera origem aos Cultos às divindades egípcias ou persas (**Ísis, Osíris, Serápis, Mithras**) ou, muito especialmente, a própria cerimónia do **taurobolium** inserida no **Culto a Cibele**, que fomentaram o ressurgimento de outras tantas representações taurídeas, em época do pleno Império, no território lusitânico.

De que modo, então, se pode abordar os artefactos antigos que se inseriam numa mesma tipologia plástica, ainda que cada objecto esteja separado por séculos? Ou de que maneira poderá ser legítimo desligar uma peça antiga, de outra mais recente, ou porque têm, cada qual, a sua respectiva história particular, ou porque sejam documentos materiais de épocas também diferenciadas? Ou, ainda, como interpretar o sentido dos vestígios? Está-se perante uma tradição, ou perante uma memória reinterpretada; perante obras de realização original, ou diante de remodelações? Ou perante uma mesma herança primitiva, que se expandia segundo diferentes modos de expressão local?

Desaparece, de qualquer modo, algo de uma tradicional autonomia das representações.

As figuras que ressurgem associadas aos vários cultos, das deidades indígenas, aos deuses clássicos, já sob uma solenidade oficial inerente ao modo da sua respectiva formulação normativa, não são mais as velhas esculturas e estatuetas que se poderiam eventualmente transportar de um sítio para outro; é uma nova fenomenologia, que, ao contrário dos rituais arcaicos, envolve agora a

necessidade de adequação a outros suportes.

O motivo imagético não se apresenta já isolado, mas participa de uma construção simbólica, integra-se num simulacro arquitectónico; caso, precisamente, das **aras votivas ou funerárias**.

De qualquer modo, foi efectivamente decisiva a intervenção da **interpretatio romana**, que, de resto, se assume como uma perspectivação essencial na própria avaliação dos vestígios referentes às manifestações consagradas às divindades indígenas, que vieram a ser, enfim, elevadas a um plano de grande importância pela própria administração imperial [cf. as apreciações de ENCARNAÇÃO 1975: in 17-18; ou também in: ENCARNAÇÃO 1984].

A maior parte destas aras está somente dotada da sua respectiva epígrafe, mas, tratando-se de réplicas de altares maiores, os mais elaborados têm, evidentemente, não só uma ornamentação decorativa, como uma linguagem iconográfica específica. Aí se integram os zoomorfos que se haviam já reconhecido noutros contextos autóctones ou indígenas.

Por influência clássica, alarga-se também o próprio leque de animais representados, que introduzem uma reelaboração dos sentidos simbólicos; trazidos de uma outra sociedade, as populações locais aderiram a esse contributo.

Talvez tais temas, próprios de um repertório tradicional, e voltando assim a ressurgir posteriormente, não deixassem, a seu modo, de voltar a proporcionar o encontro com uma **imagética ancestral**, tratasse-se, ou não, de exemplos meramente residuais; quase nos poderemos interrogar se não teria sido assim que tais velhos δαίμονες se vieram a transformar-se em **diis manes**, considerando-se, precisamente, a maneira como, após a Romanização, a difusão deste último culto se há-de espalhar pela Lusitânia, ficando obviamente as manifestações associadas à figuração tradicional dos «**berrões**» (bem como de outras ocorrências de zoomorfismo que faziam parte de antigas atitudes), cada vez mais distanciadas, no espaço e no tempo, enquanto o modo romano se ia afirmando na sua

expressividade mais preponderante do formulário clássico ²⁶⁰.

2. Sombras de um olhar antigo: As esculturas dos «Guerreiros Galaico-lusitanos».

Enfim, era *tudo isto* (...) *ante-romano*; assim o indicava **Félix Alves Pereira (1865-1936)**, referindo-se tanto ao conjunto de artefactos que, em inícios do Séc. XX, se haviam identificado para as diversas regiões culturais do antigo território português, como, sobretudo, à notável coincidência de haver idênticos formulários ornamentais que, da Idade do Ferro para a Romanização, subjacentes aos mesmos vestígios que então se iam resgatando, de Norte a Sul do país, e que correspondiam a tipologias, com efeito diversas.

Atendendo-se a isto mesmo, não se deixaria de reconhecer que havia, de facto, elementos compartilhados na aplicação dos mesmos recursos em artefactos de proveniência era, também, diferenciada.

Este comentário de Alves Pereira, **de 1915**, surgia numa nota a um seu artigo, onde se analisavam as «Novas figuras de guerreiros lusitanos descobertos pelo Dr. L. Figueiredo da Guerra», no seu respectivo título, e que seria publicado na I Série de *O Arqueólogo Português*, abrindo o Vol. XX [cf. ALVES PEREIRA 1915: 1-16].

O estudo tinha, portanto, como principal abordagem, o universo escultórico

²⁶⁰ Falando da «**necrolatria**», e interrogando-se, de resto, *se a veneração pelos mortos é religião*, explicaria José Leite de Vasconcelos que, de facto, poderia *o culto dirigir-se aos mortos, quer deificados ou não, ou aos deuses a favor d'aquelles*, sendo por isso que *os mortos deificados (Diis Manes, [que eram, afinal, em Grego, os] Θεοι χθονιοι) recebem offerendas, já para protegerem os vivos (...)*, bem se sabendo como *os Gregos e os Romanos acreditavam que as sombras [como ειδωλα, ou φαντασματα] dos mortos que não recebem honras funebres ficavam na terra a vaguear durante certo tempo, sendo as honras funebres destinadas a dar-lhes paz* [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): 101].

da figuração dos «Guerreiros» castrejos, e assim mesmo se procedia à descrição, quer das estátuas que já eram conhecidas (e às quais se adicionava, então, o referido par de «*novas figuras*»), quer dos aspectos estilísticos a fazer realçar quanto à antiga plástica das sociedades autóctones.

É o mesmo artigo, na verdade, pelo seu teor de análise, um dos primeiros esforços críticos (e quase dos únicos exemplos) correspondentes à abordagem do sentido estritamente artístico ou estético inerente à explicação dos artefactos. Daí que, a partir da consideração da própria tipologia da estatuária dos «Guerreiros galaico-lusitanos», se faça abranger, em comparação, e, ainda, como síntese geral, o que de mais significativo havia a realçar das antigas artes entre as sociedades locais, e numa interpretação em que se destacava por ir além da mera apreciação de índole arqueológica ou etnológica.

2.1. Os «Guerreiros de Campos» e a recapitulação da história dos primeiros achados e interpretações das estátuas galaico-lusitanas.

O ponto de partida de Alves Pereira era o conjunto de duas estátuas de «Guerreiros» que se haviam encontrado, cerca de dez anos antes, no **Castro de Outeiro Lezenho** (Boticas, Vila Real), ou seja o conjunto que viria a ser conhecido como o dos «**Guerreiros de Campos**», tendo sido precisamente **Luís Figueiredo da Guerra**, o seu primeiro descobridor, o qual, de resto muito prontamente, tinha publicado logo a respectiva notícia de achado, num opúsculo de 1911, e cujo protagonismo voltava a ser citado pelo presente arqueólogo [cf. ALVES PEREIRA 1915: 4, 6].

Sucedera, assim, esse achado, em **Julho de 1905**. Em ambas as peças faltavam, de resto, os mesmos elementos: tanto a cabeça como a parte inferior das pernas, no que se considerou ser, ou o resultado de uma mutilação deliberada, ou

(ainda de acordo com a indicação de Alves Pereira), *por terem sido talvez as cabeças executadas noutro bloco*; uma das estátuas estivera a servir de degrau na entrada de uma casa particular, o que revela a sua total descontextualização, apesar da evidência da respectiva origem. Em **1909**, viriam a ser entregues ao mesmo Luís Figueiredo da Guerra, que, a partir daí, conservá-las-ia à sua guarda [cf. ALVES PEREIRA, id., ibid.; e também CALO LOURIDO 1994: 296-299].

Mas, à data, eram os «**Guerreiros de Campos**» as peças conhecidas que se encontravam em melhor estado de conservação. Embora não se tratando já de peças inéditas, no momento em que publicava Alves Pereira o seu estudo, o seu resgate ainda se fazia repercutir dentro do impacto que as descobertas do Castrejo continuavam a merecer. Em **1912**, pudera Alves Pereira observá-las directamente, então ainda guardadas na própria casa de Figueiredo da Guerra, em Viana do Castelo; descrevendo-as, salientava que, enquanto exemplo das antigas obras da *arte ibérica*, granjeavam desde logo de *especial apreço* [cf. ALVES PEREIRA 1915: 1-4.].

Os «**Guerreiros galaico-lusitanos**», de qualquer forma, apesar dos primeiros achados relativos aos mesmos se terem constituído como descobertas casuais e dispersas, eram já apresentados como um dos mais significativos grupos de realizações dos *primitivos Lusitanos*.

O seu registo de referências, com efeito, remontava a **1785**, com um primeiro resgate, em tempos modernos, de duas estátuas, entretanto levadas para o Palácio da Ajuda, e ainda então aí expostas, no início do Séc. XX (apesar de terem sido depois levadas para o Museu Etnológico). Receberiam, pois, essas primeiras peças, a designação de «**Guerreiros da Ajuda**»; seriam igualmente provenientes das redondezas do **Castro de Outeiro Lezenho** [cf. CALO LOURIDO 1994: 292; 294-295].

No Séc. XIX, **Emile Hübner**, na sequência da sua primeira deslocação a Portugal por volta de 1860, elaboraria um primeiro estudo crítico destas esculturas

guardadas no Palácio da Ajuda (no trabalho intitulado: «**Statuen galläkischer Krieger in Portugal und Galicien**», publicado na *Archäologische Zeitung*, e depois traduzido).

Também, já na viragem para o Séc. XX, no contexto da *abundantíssima bibliografia* que surgia a propósito dos mais eminentes vestígios arqueológicos, veio a contar-se as notas de **Pierre Paris**, resultantes da sua própria actividade de pesquisa sobre as antiguidades peninsulares, sobre o mesmo tema dos «**Guerreiros**» [cf. CALO LOURIDO, id., *ibid.*; e, também, para a referência às peças da Ajuda, ALVES PEREIRA 1915: 4].

E começava aí mesmo a definir-se o entendimento do que seria o *ar de família comum* a todos os exemplos da citada tipologia, em que os mesmos atributos e características plásticas se repetiam: **pose hierática e solene**; o **tratamento quase clássico dos detalhes anatómicos**, apesar da aparência arcaizante enquanto representação de figuras distintas; possuíam idênticos **atributos recorrentes**, aqui, porém, recebendo certa estilização, dos **capacetes**, que pelo menos surgia colocado em boa metade do conjunto das estátuas, aos **escudos lusitânicos** (alguns decorados), ou **caetrae**, e às **falcatas ou adagas pessoais**, que se mostravam no gesto que as agarrava pela empunhadura, ou então, seguras à cintura. Por fim, registava-se a também típica presença de **torques**, em redor do pescoço, ou de **viriae**, sobre os braços de algumas outras figuras, além da própria barba.

De outros exemplos, destacava-se igualmente o «**Guerreiro de Viana do Castelo**», que viera a fazer parte das peças mostradas na **Exposição de Arte Ornamental do Distrito de Viana**, realizada durante o Verão de 1896, e cujo catálogo continha, precisamente, um Prológo redigido por Figueiredo da Guerra [ALVES PEREIRA, id., *ibid.*] ²⁶¹.

²⁶¹ E, cem anos volvidos, em 1992, há a realçar que foi o mesmo «**Guerreiro de Viana**» (que viria a ficar, como parte da Coleção permanente, no **Museu Municipal**

a) **Os temas e referentes decorativos associados à escultura dos «Guerreiros».**

A adicionar ao conjunto de referências que, em 1915, Alves Pereira incluía no seu estudo, havia também a considerar um outro «**Guerreiro**», este no **Museu Municipal do Porto**, destacando-se nele a **representação do cinturão** e, ainda, o facto de exibir sobre a parte superior da representação do seu corpo, ao nível da figuração do tronco e ombros, uma **fiada de «ss» invertidos**.

Com efeito, como já foi assinalado, era este **motivo de «ss»** um elemento característico da própria ornamentação castreja.

Por sua vez, em resultado das recentes campanhas de Martins Sarmiento, recebera o **Museu de Guimarães** os «**Guerreiros**» de **Stº. Ovídio de Fafe** e de **S. Jorge de Vizela**.

Deste outro conjunto, na representação do «**Guerreiro de Santo Ovídio**», surgia igualmente o motivo castrejo do **rodízio** gravado a meio do cinturão, numa cartela circular que parecia fazer figurar uma pequena **caetra**. No «**Guerreiro de Vizela**», surgindo neste, de modo distinto, um **escudo** bem identificado, e além do mais, ornamentado, reconhecia-se, em redor do respectivo umbo do escudo, um **círculo concêntrico**, que era envolvido, numa **distribuição segmentada por quadrantes**, pela **alternância entre linhas paralelas**, ora de **sentido**

de Viana de Castelo), enviado à **Exposição Universal de Sevilha**, que decorreu naquele mesmo ano, como peça representativa de todo este grupo escultórico. Entretanto, também um dos «**Guerreiros de Lezenho**» que havia pertencido ao grupo do Palácio da Ajuda veio a ficar em exibição permanente na **Sala da Coleção dos Tesouros do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**, em Lisboa. Em **1996**, no decurso da **Exposição 'De Ulisses a Viriato'**, esteve provisoriamente diante da entrada do referido Museu, como um autêntico «guardião», regressando depois ao seu habitual lugar, onde o **torques**, que está representado em redor do pescoço, vem ilustrar, na verdade, as próprias peças de ourivesaria que ali, ao seu lado, também nos são mostradas como antigas preciosidades de um tempo áureo.

concêntrico, ora **radial**; uma outra intervenção com a linguagem do Castrejo [cf. ALVES PEREIRA, id., ibid.]²⁶².

Portanto, a atenção à distribuição figurativa deste leque ornamental era o que se tornava no principal foco da própria abordagem de **Félix Alves Pereira**.

Quanto a restantes peças, não tão bem conservadas, ou tendo somente delas restado elementos quebrados, assinalavam-se, por sua vez, os vestígios fragmentários de «**guerreiros**», provenientes de **Cendufe (Arcos de Valdevez)**.

A estes, referir-se-iam, pois, não apenas **Pierre Paris**, em artigo saído na revista que fundara (o *Bulletin Hispanique*), mas também o próprio Alves Pereira, que os tinha abordado num trabalho anterior, igualmente publicado, em 1908, no *Arqueólogo Português* (intitulava-se: «**Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos castros do Alto Minho**»).

Surgia a notícia de Alves Pereira bem pouco depois do achado dos referidos fragmentos, ocorrido em **1907**. Motivo para a sua respectiva consideração, além de ter sido, obviamente, uma descoberta importante, era, assim mesmo, o seu trabalho decorativo que subsistira, nos blocos partidos, como sinal da lavra original, e que, por isso mesmo, se tomava como mais um exemplo notável.

Porque era, de facto, a *linguagem decorativa* o que se afigurava como essencial à definição de uma antiga estética, **os blocos de Cendufe** viriam, assim, a colocar-se **num contexto de confronto com os «novos achados» de Campos**; deste modo, adiantava Alves Pereira o seguinte: [se] *o que singularizou (...) [os fragmentos] de Cendufe foram os lavoures do saio e do escudo; as duas novas [de Campos] (...) ultrapassam muito o merecimento daquela, porque o rude*

²⁶² Era esta peça, uma *escultura sepulcral de guerreiro lusitano, da época proto-histórica. Encontrada perto do monte de Santo Ovídio (Fafe), foi adquirida, em 1878, por Martins Sarmiento. É de granito e falta-lhe a cabeça e parte das pernas. Mede 1,70 se altura. Antes da mutilação deveria medir 2,60 (...). Na indumentária militar desta estátua existe um pormenor curioso: o cinturão que lhe aperta os flancos ostenta, na rectaguarda, uma suástica de braços curvos* [CARDOSO 1972 (1985): 153; id.: 152, para a descrição genérica das estátuas de «guerreiros»].

estatuário galaico se comprouve a abrir, no duro e áspero granito, gravuras que tem hoje para a ciência arqueológica uma inestimável importância [ALVES PEREIRA 1915: 2; cf. também, id.: 11-ss.; n/ destaque]²⁶³.

De uma das estátuas de Lezenho, por sua vez, sobre o peito, voltavam a surgir as **séries paralelas de «ss» invertidos**. E, tendo **Alves Pereira** notado que também num dos blocos de **Cendufe** apareciam igualmente, numa das faces, a similar disposição dos **«ss»**, mais aí em **sentido de enrolamento**, foi então o investigador o primeiro a observar que um e outro decorativismo eram, afinal, parte de uma gramática ornamental única, que, do mesmo modo, ressurgia, com o mesmo padrão, fosse nos «guerreiros» descobertos por Figueiredo da Guerra, fosse nos que se guardavam então na Ajuda.

Nessa repetição, reconhecer-se-ia, então, algo de uma manifestação que, em tempos recuados, se assumiria como uma linguagem comum a todas as realizações estéticas do território [ALVES PEREIRA 1915: 4; e, para a decoração dos materiais de Cendufe, cf. também CALO LOURIDO 1994: 220].

b) As estátuas de «Guerreiros» e o seu sentido estético.

Em termos interpretativos, das peças de representação dos «Guerreiros», ressaltava, na sua aparência enigmática e ambígua, um aspecto que também as torna em figuras «tutelares», ou «presenças» transcendentais no seio das comunidades. A sua execução vem conciliar-se de alguma forma com a **simbólica da heroicização** que fomentava a edificação de monumentos consagrados à

²⁶³ **Alves Pereira**, tendo sido, de resto, dos primeiros a abeirar-se também do estudo arqueológico do **Castro de Cendufe**, conhecia os seus respectivos materiais: eram sobretudo achados correlativos com a Romanização. Na verdade, realçava **Alves Pereira**, era nesses mesmos vestígios coetâneos com o avanço romano que se encontravam mais paralelos para a própria representação dos escudos lusitanos: caso das **numismas** do tempo de Augusto, como um dado mais a considerar para a avaliação cronológica de tais representações.

posteridade da memória de determinados indivíduos.

Por um lado, porém, assinala-se que estes achados da escultura antropomórfica dos «Guerreiros», mais do que com qualquer outro tipo de artefactos ou monumentos, mesmo em contextos castrejos, vieram a deixar poucos dados quanto ao que teria sido a sua função e posição inicial.

Debate-se que poderiam estar sobre as amuradas, perfilando-se à distância; e daí a sua qualidade de «guardiões» dos sítios fortificados.

Por outro lado, enfim, a sua cronologia é, como não poderia deixar de ser, tardia e avançada, a ponto de não deixar de se integrar no «**Castrejo-romano**». Algo da própria **influência helenística** poderia ter ocorrido neste mesmo espaço, onde, precisamente, se terá conferido um estatuto heróico aos chefes ou os combatentes mais valorosos.

Tratando-se de representações com identidade desconhecida, ainda que, por vários factores, entre os quais se contam as próprias inscrições inseridas nas peças, e que lhes conferem, como uma assinatura, um sentido inequívoco de personalidade e, claro está, **individualidade**, será afinal o «**espírito local**», ou os valores ancestrais da Cultura Castreja, que assim subsistem, desde o seu enraizamento primordial até este ponto de chegada. A sua classificação é tanto a de uma tipologia material, como a de uma tipologia conceptual, que, conforme, desta vez, com outros tantos exemplos antigos, ficou tão só demarcada na pedra; e assim mesmo, emergem as figuras, como surgissem de entre as sombras de um inesperado assalto de algo que, enfim, não deixava de se revestir de um cariz pré-histórico, ou seja, anterior a toda o registo que se pretendia narrativo, num processo em que o passado nunca deixava de se reactualizar, a cada instante.

Um documento material, mas igualmente um ícone, dotado de atributos de uma vida própria, silenciosa, marginal, mas, enfim, sempre como uma «**presença real**», ou seja: como presenças que ainda se manifestam, quase dotados de vida própria, desde uma dimensão paralela à do tempo profano (tal como na definição

de George Steiner [in STEINER 1989]).

Ao contrário dos **elementos zoomórficos**, que exprimem algo do sentido da vontade de um contacto entre o natural e sobrenatural, algo que irrompe, também como imagem, mas, sobretudo, como artefacto ritual, as **figurações antropomórficas**, espelho e reflexo de tudo quanto é humano e que pertence ao domínio da sensibilidade e das emoções, surgem antes com uma intenção de permanência.

Os «**ídolos**» **zoomórficos** representam a forma possível das entidades, inumanas, e às vezes consideradas como próximo do monstruoso e do disforme, que não-de habitar um «Outro Mundo», mas cuja força afecta o Aquém, e que, numa atitude de receio supersticioso (ou de respeito metafísico), dedica-se-lhes invocações, praticam-se sacrifícios, exprimem-se votos: uma subserviência à vaidade que se crê própria de entidades superiores.

As **representações antropomórficas**, por seu lado, exprimem a aproximação, a duplicação do ser, e por isso são φαντασματα.

As outras figurações seriam executadas com o propósito de evocar o invisível, mas, igualmente, com o destino previamente traçado de se fazerem usar como amuletos, propícios ao afastamento do que causa as perturbações nesta vida, destinadas, pois, a manter longe o que se teme. Estas, pelo contrário, fabricar-se-iam para manter presente uma diferente tutela, tanto representando o estado ideal em que se afirmaria o conceito puro da excelência das virtudes pessoais, como os próprios indivíduos que mais teriam manifestado essas mesmas virtudes.

Por isso, serão também retratos, ou «réplicas» ontológicos, da figura dos que mais se teriam distinguido pela sua exemplar condição enquanto seres vivos; a maior virtude seria, apesar dos valores de exaltação guerreira, a astúcia, a inteligência ou a sabedoria. Assim mesmo, no seu silêncio solene, bem como na sua misteriosa postura, continuariam a assegurar, desde o seu outro estado de

existência, que as suas palavras continuavam na memória do presente, os seus gestos repetidos em cada recordação que fazia exaltar determinados momentos cruciais da própria vida colectiva. Não haveria maior autoridade que a conferida a este olhar silencioso que ainda seria, talvez, capaz de sustentar a coesão de uma cultura. Aqui, não se trata mais de religião, mas sim de uma História própria.

Também segundo o que é possível de aferir segundo os conceitos clássicos, eram, cada um destas mesmas estátuas, um monumento que valia por si mesmo: uma expressão do orgulho próprio (αγαλμα), ou seja, um sinal de αγαλματος, que fazia parte do «decoro» dos povoados; imagens de pedra que, aliás, se sobrepunham ao alinhamento de outras tantas pedras que compunham a fortificação dos castros.

Enfim, tratando-se de «**monumentos**», mesmo que mais não fossem do que esculturas dotadas de significado especial, e em prol de uma determinada memória histórica, valiam pelo seu conjunto. Por isso se repetia, como se sucedia com as partes de um edifício, a mesma articulação de atributos, a mesma combinação compositiva, sobre a qual se erguia a «imagem». Da ideia à sua representação e ao afeiçoamento final, tudo contribuía para um processo empenhado na dedicada elaboração de um ícone. Cada representação antropomórfica justificar-se-ia, portanto, como a figura , que se manifestava, em **revelação**, ou quase em **epifania**, diante do olhar comum.

c) Os «Guerreiros» e a História.

Algo havia, também inerente a estas esculturas do que fora a sobrevivência da antiga cultura, como um elemento arcaico ainda vigente. A questão surge do modo como se considera o papel da **interpretatio romana** na selecção de elementos que vieram a configurar o aspecto característico de uma determinada série de exemplos pertencentes a uma arte local.

Em geral, o aspecto das esculturas castrejas é, pois, indicado como «**rude**», «**grosseiro**» ou «**incipiente**», raro em pormenores, mas onde ressalta a ênfase sobre atributos simbólicos, ao nível dos traços fisionómicos, vestuário, armamento, os adornos.

E, no entanto, tais figurações, pela sua própria construção formal, e pelos ideais que lhes estão subjacentes, são quase impensáveis sem o confronto que evidencia a própria intervenção de uma lição retirada dos artífices clássicos .

O delineamento geral das formas escultóricas sugere, enfim, a aplicação empírica do sentido idealizado da representação anatómica, a denunciar moldes de inspiração que são na verdade os da arte clássico-romana.

Apesar das marcas de frontalidade, hieratismo e acometimento de detalhes, os «**Guerreiros**» possuem um notório sentido de vulto, apoiado numa perspectivação tridimensional; são peças trabalhadas num sentido esférico, onde se insere o objecto situado no seu espaço físico, e assim mesmo se entrevê a teorização possível do que eram os discursos teóricos sobre as leis do «natural».

Por isso mesmo, a possibilidade do '**Arcaico**', tal como se reconhece na aparência dos «**Guerreiros**», ser tão só **uma construção teórica**, elaborada **a priori**, propositadamente destinada a integrar-se num contexto onde interessaria evocar os valores culturais antigos; neste caso, os que se exaltavam como parte da afirmação do próprio Castrejo.

Mas, quanto à tradicional crítica a aferir quanto à «*habilidade*» dos artífices, ressurgirá sempre a interrogação: é a «rudeza» e o «arcaísmo» um acidente, ou uma intenção? Ou como uma combinação entre os propósitos de uma «estética primitiva» e os condicionalismos de uma «arte periférica»?

Continuava a indicar **Alves Pereira** que os *actuais observadores* bem poderiam ver, pois, nessas mesmas esculturas, um sinal de *ingenuidade*. Apesar de tudo, contrapõe, seria de realçar que *o realismo dos acessórios ornamentais é o que nos interessa vivamente*, pois **os coroplastas anónimos sentiam o seu**

cinzel oprimido pela estreiteza dum pedaço de tósco granito, donde nunca poderia sair obra alguma. Assim, o artista castrejo, compreendendo a monstruosidade da sua anatomia em presença de modelos vivos, esforçava-se, com uma intenção verdadeiramente característica da sua mentalidade, por cobrir as superfícies disponíveis com gravuras que atraíssem o olhar admirado dos seus contemporâneos, desviando-o ao mesmo tempo das flagrantes infracções do cânone humano [ALVES PEREIRA 1915: 4; n/ destaque].

Estas considerações de Alves Pereira, distinguem-se por serem uma genuína tentativa de definição de uma **estética** das antigas sociedades, ou do modo como a plástica correspondia à expressão e manifestação de uma velha sensibilidade, da qual, a **linguagem decorativa**, era um elemento decisivo de resituição: tal como para um qualquer outro monumento, seria o «**ornamento**», mais aqui do que um mero acessório, na verdade, o que vinha revelar o sentido e intenção subjacente ao trabalho plástico [ALVES PEREIRA 1915: 2; cf. também CALO LOURIDO 1994: 219-ss.].

Assim, revelaria a **linguagem visual** o duradouro discurso de uma antiga estética. Daí o facto de se tentarem fazer salientar, antes do mais, a comparação das semelhanças formais. Onde surgisse um mesmo motivo, facilmente identificável e recorrente, era não só a mesma gramática, como a mesma linguagem.



Quanto à segunda das «**estátuas de Campos**», que trazia uma **representação da adaga**, não deixava ainda de notar **Alves Pereira** a similaridade que se sugeria com as **tipologias do armamento hallstático**: a folha larga, o objecto dotado da sua bainha. Como conclusão, pelas evidências cronológicas e no confronto entre realidades materiais, afirmava-se que seria esta representação de adaga mais **uma sobrevivência formal** do que um elemento de **sincronismo** com a própria

época. Um elemento formal que reforçava, pois, a intencionalidade das mesmas figuras como manifestação simbólica do que havia pertencido, na verdade, a um tempo passado, talvez num anacronismo deliberado; isto como aspecto essencial das próprias manifestações culturais do período Castrejo romano [cf. ALVES PEREIRA 1915: 7-8].

De qualquer maneira, todos esses elementos, integrados numa constante recorrência figurativa, pela qual se exibiam motivos distintivos de uma dada linguagem iconográfica, faziam indissociavelmente parte da própria tradição das esculturas dos «**Guerreiros**», mesmo atendendo-se ao facto de serem realizações de época adiantada.

2.2. Situações de achado das esculturas dos «Guerreiros» e a recorrência dos atributos.

No geral, os achados correspondentes a peças de representação de «**Guerreiros**», mesmo quando surgem claramente associadas a contextos do Castrejo, muitas vezes mais não são do que **recolhas casuais ou dispersas**, além de fragmentadas. Fora o caso dos **vestígios de Cendufe**, levados para o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, de que um dos blocos correspondia somente à **representação da cintura e parte superior das pernas da figura**, vendo-se aqui a sua **caetra**; o outro bloco era o da **figuração de pés**, os quais **teriam estado inicialmente colocados** (segundo o próprio comentário de Alves Pereira), **sobre uma base alta**, não deixando de se sugerir, desde logo, que seriam talvez elementos de uma mesma obra.

Um **terceiro fragmento**, porém, embora representando a parte das pernas que precisamente faltava à possível combinação com os restantes fragmentos, não se combinava adequadamente à desejável articulação, tendo assim pertencido a uma peça diferenciada [ALVES PEREIRA, id., ibid.; CALO LOURIDO 1994: 220-223].

Mas vinha a destacar-se, do **escudo** dos vestígios citados, a sua respectiva **decoreção**, bem como o **saio** (ou o **sagum**) que era visível num dos blocos; o tipo da **caetra** presente nos fragmentos de Cendufe revelar-se-ia, pois, idêntico ao próprio escudo que também se fazia figurar num dos exemplares dos «**Guerreiros**» de Campos ²⁶⁴.

²⁶⁴ Os **escudos lusitânicos** estariam entre os artefactos levados como troféu pelos conquistadores romanos. Mas voltando de novo a referir o que adiantou **Blanco Freixeiro**, tratando-se, enfim, de um *emblema étnico*, talvez fosse possivelmente a presença da figuração de **caetra** no **Templo da Via Flâmínia** tão só um testemunho da **memória dos mercenários lusitanos que haviam integrado as tropas de Carísio, em expedição de 25 a.C.**, sendo que esta cronologia adequar-se-ia muito bem aos próprios desenvolvimentos culturais da época augústea [cf. BLANCO FREIXEIRO 1976 (1992):

Nestes, o **escudo figurado**, correspondente ao que se podia ver no «**Guerreiro de Campos II**», sendo circular, oferecia-se ao contraste do sentido rectilíneo das formas de fundo do próprio suporte da representação hierática do corpo do «**Guerreiro**». A superfície do seu recorte encontrava-se dividida em **quatro segmentos radiais ou quadrantes**, cada qual delimitado, no aro exterior, por uma linha incisa, semi-circular, que se unia, nos eixos radiantes, a duas outras linhas que compunham um ângulo recto, e cujo interior se encontrava igualmente preenchido por gravações de sentido paralelo.

Cada vértice de ângulo apontava para o centro do escudo, ou seja, para o lugar onde se situaria o **umbo**. Mas a representação presente entre os **fragmentos de Cendufe** está, enfim, quebrada na sua metade superior, não tendo então subsistido a sua parte central, mas é evidente a repetição de uma similar disposição [cf. CALO LOURIDO 1994: 222-226; 293-301] ²⁶⁵.

Quanto ao **saio**, também referente às representes de Cendufe, compunha-se por um **reticulado de oblíquas**, em cruzamentos transversais que vinham possivelmente representar uma **textura de tecido**. A geometria assim obtida mostrava um padrão com **desenhos de losangos**. Por sua vez, cada **losango** estava preenchido, no interior, por uma segunda gravação, que conferia um **efeito de relevo**, havendo a demarcação de uma certa distância entre as linhas dos

100]. De uma forma ou outra, seria certo que *o monumento da Porta Flamínia oferece um testemunho de que a família proprietária do mesmo estava em condições de oferecer ao escultor um modelo autêntico da caetra lusitana, com todos os detalhes da sua decoração labiríntica* [BLANCO FREIXEIRO 1976 (1992): 100-101].

²⁶⁵ **Estrabão**, ao falar dos Lusitanos, descrevia, sucintamente, o uso desse elemento, descrito como sendo **côncavo e prendendo-se ao corpo por correias colocadas no peito**; isto, **ao lado do armamento ligeiro**, as **adagas** ou as **falcatas**, e, também por vezes, as **lanças com pontas de bronze**, que, sendo todo esse aparato adequado aos costumes de guerrilha, em que os Lusitanos seriam hábeis e desembaraçados, todo o varão deveria transportar consigo. Descreve-se, igualmente, que **se vestiam com roupas de linho**, evocando-se, pois, a sugestão dos saiotos lusitânicos ou as próprias cotas de malha, tal como vieram a subsistir na figuração esculpida; o seu material seria, contudo, de natureza perecível, e assim os mesmos fabricos vieram a desaparecer com o tempo [cf. ESTRABÃO: III, 3, 6].

losangos interiores e as linhas contínuas dos cruzamentos exteriores, mas num mesmo prolongamento visual.



Um outro exemplar de «**Guerreiro**» castrejo, este proveniente da **Citânia de Monte Mósinho (Penafiel)**, seria, entretanto, estudado por **Afonso do Paço**, num artigo publicado no Vol. V da revista *Lucerna* (que transcrevia uma comunicação apresentada, em 1965, ao **IV Colóquio Portuense de Arqueologia**), e cuja análise não deixaria, obviamente, de se integrar na sequência da literatura crítica consagrada ao tema destas esculturas, inserindo-se, igualmente, num esforço de comparação com o rol de peças já resgatadas.

Do **Castro de Monte Mósinho**, começa-se por descrever os vestígios locais (recapitulando as investigações que, entretanto, se haviam aí realizado; Alves Pereira, de resto, visitara o lugar em 1907). Os fragmentos correspondentes a este outro exemplar de escultura de «**Guerreiro**» haviam sido resgatados, em inícios da década de 1950, por **Elísio de Sousa**, que, quanto aos mesmos, havia, por sua vez, deixado a sua notícia na revista *Douro Litoral*, no volume correspondente ao ano de 1954 [cf. PAÇO 1966: 7-ss.].

Subsistira pois, também aqui, a sua parte inferior; exibia **pés descalços assentes sobre uma base de pedra**; aqui surgia um outro traço característico, que seria o «**aspecto de pés de garra**», também comum a outras esculturas da mesma tipologia. Havia, de novo, uma segunda representação do **saio em reticulados**; com toda a evidência, tornava-se, então, este fragmento comparável ao descrito elemento do «**Guerreiro**» de **Cendufe**.

E, num outro confronto, estabelecido com os exemplares de «**Guerreiros**» do **Castro Lezenho**, também **Afonso do Paço** salientaria o **carácter geométrico dos temas ornamentados** que aí se repetiam: indicava que, na decoração dos

«**Guerreiros**» de **Lezenho**, atendendo-se à preponderância do tema dos «ss» espiralados, estes ressaltavam como *vistasas ramagens com motivos célticos* [PAÇO 1966: 8-10].

Entretanto, fazia reparo de que, no «**Guerreiro**» de **Monte Mósinho (Penafiel)**, sem o tronco, talvez alvo de «*algum acto destrutivo*», não se via a habitual representação do escudo, que talvez estivesse, precisamente aí, a meio do corpo [PAÇO, id., ibid..].

Em **1974**, **Monte Mósinho** voltaria a ser visitado para novas explorações, que viriam a ser dirigidas por **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**.

Recolher-se-ia, então, mais um numeroso conjunto de peças lavradas, correspondentes a blocos de **ombreiras e frisos**, compondo um significativo conjunto referente à cantaria do sítio. Quanto a demais vestígios, enumerar-se-iam ainda os seguintes: uma «**perna de guerreiro**», um «**remate fálico**» e uma «**cabeça cortada**»; além disso, mais um «**par de pés**», como sobrevivência de uma outra estátua, do mesmo modo mutilada, e de que subsistira apenas a base. Seria uma peça que Ferreira de Almeida registaria para um contexto tardio, talvez até do **Séc. IV d.C.**. Esta mesma base teria comportado uma epígrafe, mas a sua leitura e interpretação revelar-se-iam porém, de difícil conclusão [cf. CALO LOURIDO 1994: 310-357].

2.3. **As persistências da ornamentação castreja, a teoria da unidade estética do antigo território galaico-lusitano e o confronto com o Classicismo.**

Enfim, o tema dos «**ss**», formando um motivo central da decoração do Castrejo, aparecia igualmente a **Sul**. É aí que há-de chegar **Alves Pereira**: o mesmo padrão surgia, não apenas nas **armas do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**, como também nos **punhos de adagas e falcatas da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos)**, em associação aos materiais de necrópole da II Idade do Ferro (e nas quais se adicionavam igualmente as lápides inscritas da Idade do Ferro, em contexto de reutilização); claro está, o motivo, nestas peças, salientava-se como adorno das obras saídas do fabrico metalúrgico [cf. ALVES PEREIRA 1915: 12-14].

Ou seja, o que a Noroeste se resgatara como resultado de uma sobrevivência cultural autóctone, quanto a uma expressividade antiga, no Alentejo e Algarve aparecia **in situ**, e **in tempore**, em contextualizações relativamente intactas, quanto a épocas afinal anteriores à afirmação do que viera a constituir a linguagem plástica e visual do «Castrejo pleno».

Talvez, pois, houvesse uma origem comum, facilmente expansível para as diversas áreas do território, mesmo apesar de estar perante realidades arqueológicas locais que se apresentavam como distintas entre si.

Conceder-se-á, então, uma devida abordagem quanto à importância detida pelos **achados meridionais**; além das adagas ou punhais (que, de resto, também viriam a surgir na iconografia dos «Guerreiros»), o destaque garantido aos **obeloi**: isto é, os **celebrados estoques ou espetos de bronze**, entretanto descritos por Estácio da Veiga, e de que, na viragem para o Séc. XX, registava-se porém tão só a existência de **três exemplares**, todos guardados no Museu de Belém, mas que,

como voltava Alves Pereira a chamar a atenção, se reconheceriam na **cena ritual** do vaso grego, com a composição da reunião dos efebos, da **Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires**, que se descreveria como uma representação de «cerimónias do culto doméstico»; uma nota depois retomada por **Maria Helena da Rocha Pereira e Caetano de Mello Beirão** para a explicação das funcionalidades [cf. ALVES PEREIRA 1915: 14, nota 2; ROCHA PEREIRA 1962: 8, 72-77, figs. XXXV-XXXVII; BEIRÃO 1986: 54-ss.]²⁶⁶.

Fig.
34

Assim, portanto, «*tudo*» o que era «*genuinamente anteromano*», entre os achados do território, muito embora não se deixasse de se reafirmar que poderiam coincidir, em parte, as obras ornamentadas dos castros com a época imperial (...), [se] o que importa é reconhecer que **a arte, que os inspirou, é na península especificadamente pre-romana e se revela em produções, que à influência romana ninguém pretenderá atribuir** (...). O estudo, que revela a rica arquitectura das citânias, a cerâmica castreja, a ourivesaria das cidades, a torêutica das armas de Alcácer e até a gravura dos obeliscos [ou **obeloi**] alentejanos tem recíprocas relações, tam próximas e claras, que estes produtos não podem deixar de ser considerados contemporaneos [ALVES PEREIRA 1915: 10; n/ destaque].



Os «**Guerreiros galaico-lusitanos**», pelo seu hieratismo e formalidade solene, tanto evocam algo da estética arcaica grega, como, de modo, enfim, mais próximo,

²⁶⁶ Do mesmo modo, adiantaria Alves Pereira que, desse grupo de estoques, **dois estavam ornamentados, com repertório «limitado», mas «suficientemente elucidativo»**; sobre um deles, o **tema dos «ss», na sua variante encadeada**. Citaria mais paralelos, tanto do que se conhecia dos restantes achados hispânicos (referindo-se as descobertas do Marquês de Cerralbo), como do que se encontrado no mundo mediterrâneo, permitindo assim que se pudesse, então, pensar em claras influências *italo-gregas* ou *italo-etruscas* [cf. ALVES PEREIRA, id., ibid.].

a mesma tipologia que o célebre «**Guerreiro de Hirschlanden**», que encimava um **tholos** ou mamôa sepulcral. Com esta peça germânica, comparte-se, com efeito, a maior parte dos atributos: capacete, armamento e escudo; fica de fora, porém, o elemento fálico e viril que distinguia também esta última, e caracterizando-se ainda a mesma, apesar do seu volume delineado segundo um sentido do natural, por ter os braços, porém, mais estilizados do que as peças de territórios galegos ou portugueses. Em comum, de qualquer forma, a mesma plástica e sugestão heroicizante.

Porém, talvez aos «**Guerreiros galaico-lusitanos**» se possa reservar, afinal, um outro papel, equiparável porventura ao que detinha, na própria arte clássica-helenística, um outro célebre conjunto escultórico, tão distante, no espaço e na técnica, mas, talvez, mais semelhantes quanto ao sentido das emoções que se tentavam suscitar da sua contemplação. Trata-se, aqui, do **Grupo dos Gálatas**, produto das oficinas de **Pérgamo**, e realização da Época Atálica, que representavam, pois, os Celtas derrotados na sua tentativa de assalto ao mundo helénico, em inícios do **Séc. III a.C.**.

Quanto a este grupo da escola de escultura de Pérgamo, a matriz do Classicismo, aplicada à interpretação dos sucessos humanos, apresentava um retrato de um povo «estrangeiro», ou «bárbaro». As próprias fontes antigas não deixarão de se referir, de facto, a costumes duradouros que entravam em confronto directo com o ideal de Civilização. Contudo, por sinceridade ou por fingimento, o facto é que a literatura antiga abundava igualmente em exemplos nos quais os Romanos manifestavam a sua emotividade perante a capitulação dos inimigos ²⁶⁷.

²⁶⁷ De uma maneira geral, as fontes clássicas que documentaram o progressivo modo de conhecimento e domínio da Europa foram, enfim, o possível registo descritivo dessas mesmas sociedades. Sobressaíam determinados aspectos que faziam realçar diferenças aparentemente irresolúveis em relação a esses «outros» (o que, por sua vez, legitimaria os propósitos intrínsecos das conquistas ou dos estabelecimentos de redes de

Assim sucederia com as representações imagéticas, em que esse duplo confronto, de um lado o repúdio pela «selvajaria», do outro a compaixão com o instante da dramática derrota, não se poderia deixar de se saldar pelo primado da nobreza dos sentimentos, em que os vencidos eram, muito simplesmente, chorados e lamentados pelo seu destino ²⁶⁸.

Talvez se estendesse um mesmo «olhar» diante da escultura dos **«Guerreiros galaico-lusitanos»**.

Aqui, porém, talvez por causa da época em que terão sido executados, quando Augusto promulgava o seu ideário de Paz, o que se observa, pois, não é um povo rebaixado ou derrotado, mas firme n um orgulho próprio, ciente da sua cultura, e, porventura, confiante ainda nas suas respectivas tradições apoiadas na exaltação do heroísmo, e que, assim mesmo, eram respeitados.

De um modo ou outro, há a reconhecer que a tipologia destes mesmos **«Guerreiros»** é o resultado do culminar de tradições próprias, que, tal como outros exemplos, caso das esculturas clássicas associadas ao culto indígena de **Endovélico**, surgindo, uns como outras, em pleno dealbar do domínio romano da Lusitânia, certamente como uma novidade técnica e plástica, mas recebendo,

hegemonia), sem que, no entanto, não se viesse também a deixar de lado algum respeito e veneração perante as «nobres atitudes» evidenciadas, e que acentuavam a própria exaltação da τιμη, a «honra» [cf. MOMIGLIANO 1976 (1979)].

²⁶⁸ Segundo uma passagem de **Tito Lívio**, **Marcelo chorou diante da visão da cidade de Siracusa**, no próprio instante em que se cumpre a sua conquista, **em 212 a.C.**, no contexto das Guerras Púnicas, em que os Siracusanos tinham trocado a amizade com Roma pelo lado cartaginês. Em **146 a.C.**, conforme **Políbio**, **também Cipião Emiliano choraria diante de Cartago em chamas**; ambas as figuras *choram* pela grandeza que assim terminava, em escombros (e de que os Romanos haviam sido agentes). Um tema, sobretudo, literário, de definição estilística do próprio discurso narrativo; também no final da *Iliada*, **Aquiles chorava diante da visão de Príamo** que, rastejante, lhe vinha implorar que entregasse o corpo de Heitor. São gestos relativos, na verdade, a alguma complexidade no âmbito da própria mentalidade clássica, associáveis aos sentidos de fatalismo que conduziam a um breve momento de contemplação perante o rumo dos acontecimentos. Ou seja, nos instantes em que Roma triunfava, em sucessivos auges, entrevia-se também o prenúncio da sua própria decadência; e nada se poderia evitar esse fatalismo da História, de alternância entre a grandeza e a ruína, numa concepção cíclica, irremediável, mau-grado todo o esforço humano [cf. ROSSI 2000].

essencialmente, o que terá sido uma longa tradição cultural e estética.

Neste caso concreto, deparamos com o exemplo claro da heroicização; uma tradição própria, portanto, que, também como noutros aspectos, remonta a tempos primitivos.

3. Em torno das presumíveis repercussões de uma transformação civilizacional.

Há épocas, para as quais não podemos tecer senão suposições, ainda que seja notório que as manifestações de um dado tempo só podem ser entendidas quando objecto de um sentido retrospectivo. Entre as hipóteses possíveis, há a aferir, pois, momentos de transformação e sucedidos que terão surtido efeito nas mudanças ocorridas, ao longo do tempo, entre as sociedades locais.

Começaremos por recordar uma observação de **Caetano Beirão e Varela Gomes**, a propósito da **Necrópole do Galeado**, quanto à **substituição da inumação pela incineração** (que, por exemplo, no Olival dos Mártires, teria levado, por sua vez, a introdução dos elaborados vasos áticos): sem que se alterasse a estruturação tipológica dos próprios sepulcros, notar-se-ia uma reutilização de elementos de data anterior, e mantendo-se o esquema genérico do já habitual espólio de peças para o devido acompanhamento funerário [cf. BEIRÃO et al 1983; atrás].

Na verdade, há sinais de **violação em contextos sepulcrais**, conforme o detectado por **Caetano de Mello Beirão** no Baixo Alentejo, e que poderão remontar, precisamente, aos inícios da **II Idade do Ferro**.

O que parece sugerir-se, tendo em conta a circunstância comum a um mesmo horizonte cronológico, é ter, de facto, ocorrido uma «invasão», talvez por parte de grupos «**célticos**» que, muito embora introduzindo elementos culturais inovadores (e que, por sua vez, nos levam às manifestações próprias dos momentos subsequentes ao Séc. V a.C.), não terão deixado também de «assimilar» por tradições anteriores.

3.1. As ocorrências materiais e estilísticas da Pré-história para transição da Idade do Ferro.

Haverá dados evidentes corroborados por vestígios detectados nas **Necrópoles de Mealha Nova, Fonte Santa, ou da Chada**. Caetano Beirão notara que os sinais de violação surgiam somente nos túmulos de época precedente, mantendo-se intactas as urnas cinerárias do Ferro II naquele território meridional (e também os sepulcros de incineração de Mealha Nova); logo, facilmente se concluía que um tal incidente ocorrera antes [cf. BEIRÃO 1986: 50]
269.

De facto, os sepulcros de incineração caracterizar-se-iam, antes do mais, pelo seu espólio mínimo; daí que o citado arqueólogo viesse a considerar que as violações se deviam a «comunidades» que praticavam «enterramentos em urna». Por outra parte, detectar-se-ia a casualidade de haver túmulos a que um mesmo espaço viria a corresponder os dois tipos diferentes de enterramento, e, sendo, por vezes, como na **Necrópole da Fonte Santa**, que a incineração se revelava mais recente que a inumação, um estrato ocultava o outro.

As violações eram, pois, sobretudo **recorrentes em contextos de inumação**, cujos enterramentos eram bastante mais ricos, e, pela recorrência, ainda, de determinados sinais, tornava-se igualmente possível perceber que, as mais das vezes, as violações eram feitas de acordo com práticas usuais [cf.

²⁶⁹ No desenvolvimento dos comentários quanto aos **vestígios da Necrópole de Fonte Santa**, haverá a notar o **túmulo II**, que *contenait outre la sépulture à inhumation, près du mur est, dans l'espace rempli de pierre, reposant sur le sol rocheux du terrain, une urne couverte par une dalle, d'une forme et d'une pâte plus archaïques que celle de la nécropole d'urnes voisine* [de Mealha Nova]. Ou seja : *elle devait être ainsi plus ancienne que ces dernières et plus récente que les sépultures à inhumation de la nécropole où elle était située* [BEIRÃO 1986 : 66-68].

BEIRÃO 1986: 66-68; 84] ²⁷⁰.

Será de alguma forma possível fazer coincidir estas evidências ao próprio contexto de certas alusões literárias onde, muito flagrantemente, se sugere ter havido, precisamente, em recuados tempos pré-romanos, uma determinada irrupção de novas populações no território lusitânico?

a) A «invasão» dos Saefes no poema de Avieno e as suas possíveis conotações histórico-simbólicas.

É certo que o mundo cultural da II Idade do Ferro meridional foi herdeiro de certas práticas do período imediatamente precedente (tal como o Ferro I havia sido, por sua vez, beneficiário do legado civilizacional tartéssio). Mas terá coincidido, pois, a mesma época, com um momento de desestruturação cultural e social, de que não há senão a possível inventariação de testemunhos parcelares, ou a permanência residual de determinadas permanências culturais, patentes, quer nos objectos que vieram a ser reutilizados, quer no que veio a consistir na súpula de relatos que os Autores clássicos condensaram nos seus próprios tratados.

Recapitulava **Rufo Festo Avieno**, na *Ora Maritima*, o seguinte: *depois de Estrímnis (...), patenteia-se um grande golfo de vasto mar [Golfo de Bíscaia?] até Ofiússa [aqui como sinónimo de «Lusitânia»]. Em seguida, desde este litoral até ao mar interno (...), estende-se ao caminhante uma jornada de sete dias. Ofiússa apresenta tanta extensão quanta ouves atribuir à ilha de Pélops [o Peloponeso], no território dos Gregos. Chamada primeiro Estrímnis, por os Estrímnios*

²⁷⁰ Portanto, *ce n'est qu'exceptionnellement que l'on a trouvé quelques sépultures intactes (...), et ces violations sont très anciennes. Cette conclusion résulte non seulement de la manière dont les monuments ont été 'fracturés' (...), mais encore du fait que les tombeaux n'ont pas été détruits, ce qui implique qu'ils n'étaient pas remplis de terre [BEIRÃO 1986 : 50]. Além disso, os vestígios de violação surgem, precisamente, ao nível do solo primitivo, portanto não poderiam ter ocorrido muito depois da edificação inicial dos sepulcros [cf. id., ibid.: 84].*

habitarem aí lugares e campos, posteriormente um sem-número de serpentes [os **Saefes**] *afugentou os moradores e deu o seu nome à terra deserta* [AVIENO: vvs. 146-157; FERREIRA 1992: 21, e nota 29] ²⁷¹.

Parece ser uma descrição, retrospectiva, quanto a uma «**invasão**» que teria ocorrido, em data incerta, no **Ocidente peninsular**. Haveria, aqui, algo de uma memória que poderia ter permanecido entre o rol de antigas tradições, eventualmente recolhidas por **Avieno**, o qual não deixava de nos adiantar que, tão só, apresentava *informações há longo publicadas nos anais dos Púnicos* [AVIENO: vvs. 414-415; FERREIRA 1992: 28] ²⁷².

Falava da Pré-história ou da Proto-história? Estar-se-ia a alargar o conceito de «**Oestrymnia**» ou «**Oestrymnides**» até à própria designação do território em tempos avançados? Referir-se-ia o texto à chegada de certos grupos durante a Idade do Bronze, ou às alegadas «invasões célticas» do Séc. V a.C.?

Ou tratar-se-á de uma confusão entre dois acontecimentos distintos num só evento, tal como teria decorrido na Antiguidade do território?

Não nos podemos esquecer que, este texto, do **Séc. IV**, o passado interessava sobretudo como referente idealizado, e exposto num sentido de ποιησις, mais do que como ιστορια. Avieno era um Autor tardio, que, enfim, voltava a recuperar um modo de **exaltação «heróica» do próprio Antigo**, em

²⁷¹ [v. 146] *Post illa rursum quae supra facit sumus,/ magnus patescit aequoris fusi sinus/ Ophiusam ad usque. Rursum ab huius littore/ internum ad aequor, qua mare insinuare se/ [v. 150] dixi ante terris, quodque Sardum nuncupant,/ septem dierum tenditur pediti via./ Ophiussa porro tanta panditur latus/ quantam iacere Pelopis audis insulam/ Graiorum in agro. Haec dicta primo Oestrymnis est/ [v. 155] locos et arva Oestrymnice habitantibus,/ post multa serpens effugavit incolas/ vacuumque glaebam nominis fecit sui.// [in GONZÁLES PONCE 1995: 145-146].*

²⁷² *Al hablarnos de las fuentes, el propio Avieno procede de una manera ciertamente extraña, ya que si bien da cuenta de la antigüedad de las mismas y expone la lista de autoridades, sin embargo, luego, de ente este conjunto de autores sólo cita en el texto realmente a Escilax de Carianda (2ª. mitad del S. VI a.C.), a Euctemon de Atenas (hacia 435 a.C.), a Damastó de Sige (hacia 420 a.C.) y a Fileas de Atenas (Siglo V a.C.) [GONZÁLES PONCE 1995: 19].*

moldes inspirados de alguma forma na própria estética literária de períodos anteriores ao auge das letras clássicas; aqui, à semelhança das próprias heranças épicas do Helenismo. Assim, tratando-se, fortuitamente, a Península Ibérica, surgiu o tema de uma obra, saída da mão de uma personalidade, o romano **Avieno**, que aqui mesmo desenvolvia, fosse o âmbito dos seus próprios conhecimentos eruditos e pessoais, fosse, talvez em primeiro lugar a sua própria vocação imaginativa, que lhe servia para uma evocação muito especial, pontuada pelo sentido emotivo que suscitariam determinadas itinerâncias ²⁷³.

²⁷³ **Avieno**, dirigia o seu poema a um amigo chamado Probo, que lhe teria solicitado uma descrição do Ponto Euxino, ao que o Autor lhe devolveria antes uma ampla referenciação do mundo conhecido, a qual, de acordo com determinados pontos de vista tradicionais, se iniciava, precisamente, com a Ibéria. Desta forma, *Avieno (...) añadió la de todo el contorno del Mediterráneo y del golfo Atlántico, y además en un tono que no se adecua en absoluto al estado de las cosas de la época, sino que, muy de acuerdo con las tendencias estilísticas del autor, la descripción se hace bajo un tono de arcaísmo generalizado, mezclándose en el poema de forma indiscriminada autores y noticias pertenecientes a un período cronológico que abarca desde la más remota antigüedad hasta su propia época* [GONZÁLES PONCE 1995: 18]. **Rufo Festo Avieno**, recapitule-se, *en cuanto a su persona, sabemos que vivió en la segunda mitad del siglo IV y que perteneció a la poderosa y brillante aristocracia senatorial pagana que tuvo en Símaco su más conocido representante, cuyo círculo fue frecuentado por nuestro poeta. Era descendiente de C. Musonio Rufo, célebre estóico amigo de Apolonio de Tiana. Como los demás de su clase, fue defensor de la religión tradicional y de los antiguos valores romanos, y llegó a desempeñar importantes cargos públicos, gozando en dos ocasiones de la dignidad proconsular* [GONZÁLES PONCE 1995: 17]. Adianta **José Ribeiro Ferreira**, no seu comentário, que, sendo *Avieno natural de Volsínios, na Etrúria, e membro da gens Musónia, foi procônsul (...), talvez na Acaia e na Bética (...)* opinião que é aceite por *Schulten*, apesar de não ser uma confirmação estabelecida, devido à referência a um **Postumus Rufius Festus Abienius como procônsul na província de África**, segundo o indicado por uma inscrição de **Bulla Regia** [FERREIRA 1992: 9; e id., Introdução, nota 3].

b) Das referências aviénicas ao legado do figurativismo ofiolátrico nas antigas tradições decorativas do território português.

Por coincidência, ou não, muito embora o discurso de **Rufo Festo Avieno**, ainda que descritivo, se aproxime então da invenção poética com que se introduzem elementos pseudo-históricos, o território português é, afinal, abundante em **vestígios ofiolátricos**, na Pré-História, como, de resto, na própria evolução que vai do Bronze à Idade do Ferro, numa bem sugestiva aproximação a uma eventual conotação com os referidos «**Saefes**».

A tradição das figurações ofiolátricas está, portanto, presente em vestígios pré-históricos:

- um **menir do Museu de Silves (proveniente do Monte de Roma)**, insculpido, que comporta sobre a face, um **motivo ondulante, serpentiforme, que sobe o esteio e que se configura como um triplo estriado, cujo remate termina em enrolamentos espiralados apostos**; ao lado, fez-se figurar um martelo.

- Do **Museu Municipal de Dr. José Formosinho (Lagos)**, por sua vez, guarda-se um outro conjunto de menires: um de **Figueira (Budens, Vila do Bispo)**, cuja parte superior é acompanhada, a todo o perímetro da superfície por uma única linha ondulante, no limite que separa o corpo do esteio da sua parte calosa.

- Outro exemplo de menir decorado, de **Vale de Lama (Silves)**, em que, desta vez, subindo o esteio, está (também, porém, até ao limite da calote) uma **representação primitiva do motivo do caduceu**, em que, sobre uma linha vertical axial, se sucede o cruzamento de círculos secantes, em efeito de encadeamento e, de novo, sugerindo uma disposição serpentiforme.

Um tema que se vai repetindo, pois, num outro vestígio, ainda, que ficou fragmentado, o **menir de Bensafrim (Lagos)**, o mesmo motivo surge em duas fiadas paralelas, que se interrompem na fractura da área superior [cf. GOMES e MONTEIRO 1977; PEREIRA 1995: 60-63].

A lista de **elementos de configuração serpentiforme**, associada à expressão plástica ou monumental da ofiolatria, estende-se, na verdade, por uma grande série de exemplos identificados, e, de resto, bem conhecidos no âmbito da investigação.

O seu significado, de um modo geral, conotava-se, efectivamente, com a própria exaltação viril de determinadas realizações, cujo carácter era fálico e articulava-se com o próprio simbolismo das forças geradoras e procriadoras; aqui, o elemento masculino, representado por tais monumentos, combinava-se com a sacralidade feminina que se associava à «terra».

Os motivos insculpidos ou (como no **Menir de Budens**) aplicados em relevo sobre o esteio da pedra afeiçoada, tanto indicavam o jorro da força vital que saía do elemento fálico (logo, num modo de heroicização do que se representava), como a força misteriosa subjacente a esse impulso, pelo qual se assegurava a continuidade e perpetuação da própria vida; por isso, a linha é igualmente um **continuum** formal, algo que se prolonga indefinidamente, e se enrola, num encadeamento sem princípio ou fim.

Daí, portanto a associação particular ao **motivo da representação da serpente**, que será, ao que parece, também um dos elementos plásticos mais característicos, tanto da **Idade do Bronze**, como da **II Idade do Ferro** ²⁷⁴.

De resto, já entre os achados cenaculanos se encontrava a notícia de uma peça que seria a de um **ouroboros**, a serpente figurada em círculo, que morde a sua cauda [cf. atrás].

Entretanto, também no **Museu Arqueológico e Lapidar de Faro**, entre o **espólio dos trabalhos e Coleção de Rosa Madeira**, e com a indicação de terem vindo da zona de **Lagoa** (embora, muitos deles, infelizmente, não tenham uma indicação, mais precisa, da sua proveniência, mas certamente recolhidos também nessa zona do Algarve), vem a encontrar-se precisamente uma **pulseira ofiolatriforme**, entre os materiais metalúrgicos que são, com toda a evidência, de **inspiração Laténiense**.

Ou seja, são, de facto, objectos que consideraremos como comuns ao que se veio a designar por manifestações dos «**Célticos**», e os quais, de qualquer forma, se sugerem como elementos dispersos, talvez resgatados de contextos sepulcrais, de que não restou mais vestígios, mas que podem ser, mediante o que for possível de estabelecer, correlativos com movimentações de grupos de proveniência europeia nos inícios do **Séc. V a.C.**.

A **pulseira**, com ca. de cinco centímetros de diâmetro, é um aro circular, em

²⁷⁴ *Snake. The physical characteristics of this creature have endowed it with multifarious symbolism. Its earthbound image and rippling movement link the snake to the underworld and to water. Its habit of sloughing its skin three or four times a year has been perceived as an allegory of death and regeneration. Fertility associations may derive from the multiple penis of the male and the prolific number of young produced by the female: the shape of the serpent also suggests phallicism. The venom and carnivorousness of the beast inspired awe and fear (...). Snake, ram-horned. A curious iconographic phenomenon in the Celtic world was the merging of symbols to produce a hybrid image, thereby intensifying its potency. An example of this is the ram-horned or ram-headed serpent, which appears especially in north-east Gaul. The idea seems to have been to link the fertility symbolism of the ram with the composite imagery of the re-snake: this latter creature represented both underworld (chthonic) concepts and those of renewal (...)* [cf. GREEN 1992a: 194-196].

bronze, que termina em dois remates afrontados. O lateral esquerdo representa uma cabeça de serpente, e o outro uma estilização da forma da cauda, em convergência elíptica, que forma um pequeno bojo saliente, de maior grossura que o aro, mas sem o sentido linear que aprofunda, no outro remate, o desenho afunilado da cabeça de uma cobra e do seu acento reentrante ²⁷⁵.

Dos objectos que acompanham esta pulseira, há a destacar uma **xorca com pendentes**, num elemento afinal de cariz local que pertence às tradições metalúrgicas do Bronze Final, e de que há outro testemunho, uma **alabarda de Campina**, de fundição única e de punho achatado e largo, com dois orifícios colocados em cada lado, e abrindo-se, até à lâmina, em dois vértices simétricos pontiagudos ²⁷⁶.

Ilustr.
II, 1.

Decididamente «**célticos**» ou «**laténienses**» são, enfim, dois outros artefactos, de proveniência não identificada, um **remate antropomórfico**, em que uma face, no seu aspecto como «**máscara**», surge envolvida por uma sequência petaliforme, radiante, talvez reproduzindo o sentido das palmetas (porque é, com efeito, uma figuração em palmeta), e um **alfinete de rebordos revirados**, no tema esquemático de «**ss**» afrontados, em cujo centro e, também, sobre os espaços de contacto dos espiralados, foram colocados elementos de sugestão vegetalista, num efeito de grande abstracção visual, mas que resulta como obra elaborada e

Ilustr.
II, 3.

²⁷⁵ Peça com o N.º. de Inv.: 202 (Museu Arqueológico e Lapidar de Faro).

²⁷⁶ Respectivamente, com os N.ºs. de Inv.: 208 e 203 (do mesmo Museu). **Das necrópoles do Bronze de Campina e Ferradeira**, conservam-se, de resto, nos mesmos depósitos, e com a mesma contextualização cultural, os espólios recolhidos por **Abel Viana**. De salientar que, da **xorca** indicada, a respectiva imagem seria publicada por **Fernando Nunes Ribeiro**, o qual caracterizaria também, em síntese, esta mesma tipologia de adorno do Bronze (falando, pois, nas mesmas, comentava que *no Museu de Faro está outra, sem indicação de proveniência, bem conservada e com doze pendentes. Em Faro, além da xorca, dos dois braceletes que (...) [também] mencionámos, figuram ainda uma alabarda e seis machados planos*; aludia, então, supra, aos achados de **Abel Viana** que haviam permanecido no espólio tratado)[cf. NUNES RIBEIRO 1965: 21-22; e a Estampa XII para esta peça].

de alguma elegância ²⁷⁷.

A face contida no referido elemento de remate adequa-se aos momentos em que se assiste à súbita emergência do **tema das «cabeças cortadas»** (de resto, bastante comum entre a própria arte céltica europeia), e num fenómeno que, sobretudo no Noroeste castrejo, terá a sua ocorrência nos bustos de pedra que, de uma forma deveras curiosa, assinala a própria introdução da temática antropomórfica no contexto da arte de enraizamento autóctone.

Este remate de acento antropomórfico, com uma máscara inserida na convergência concêntrica de elementos petaliformes ou quase já palmeta, teria, talvez, conhecido a sua utilidade, como possível elemento terminal de alguma empunhadura, ainda que, pelo aspecto liso do seu reverso, pudesse igualmente ter feito parte de uma asa, de algum utensílio metálico, cujo aro se tenha quebrado, possivelmente porque era curvo e assim mesmo se teria fracturado mais depressa, fazendo com que o remate em máscara também se tivesse soltado da sua fundição ao bojo de um tal artefacto.

De realçar que a **forma característica das palmetas se adequava**, quase sempre, **no caso dos vasos ou jarros metálicos, ao remate das respectivas asas**, juntando-se, por trabalho fundido, ao seu respectivo corpo.

Uma «lição» grega que os Celtas europeus adoptaram, e que, na verdade, tinha a sua verdadeira origem no Próximo-Oriente; daí que apareçam igualmente, na Península Ibérica, **jarros ditos «tartéssios»**, onde o **motivo da palmeta** está presente, como na tipologia das asas dos artefactos designados como **oinochoe**. À tradição, juntar-se-ia a inserção da figura humana, com destaque para a representação da cabeça, muitas vezes o mais importante em termos simbólicos e metafísicos.

²⁷⁷ Peças com os N^{os} de Inv.: 166 e 167 (Museu de Faro).

c) A tradição das estelas da Idade do Bronze e o seu significado figurativo.

Remontado, pois, a horizontes de formulações originais, das **tradições pré-históricas**, a **ofiolatria** não é, evidentemente, um tema único, ainda que seja, claro está, recorrentemente preferido e privilegiado, e pelo qual nos é possível, enfim, alcançar o próprio domínio dos sentidos de percepção do sobrenatural e a sua relativa expressão quanto a tempos primitivos.

Na verdade, considerando a génese da «**ideologia heróica**», cujos primeiros sinais figurativos remontariam, precisamente, à Idade do Bronze, e ao correlativo aparecimento, quer das representações masculinas, quer da panóplia de atributos (sobretudo de exaltação guerreira) que às mesmas estão ligados, não será possível desligar todas as formulações mais recentes dos aspectos que se revelavam já no próprio Megalitismo. É certo que o dealbar da Época dos Metais trouxe consigo novos modos de vida em sociedade; trouxe uma nova cosmologia, em que são, desde logo, os deuses, as primeiras entidades a inspirarem a exibição das qualidades necessárias aos combates: bravura, agilidade, astúcia, lealdade; ao «herói», com efeito, não se retirará nenhuma dessas coisas, antes pelo contrário. O «herói» torna-se o paladino que se entrega ao exemplo do próprio divino. A sua força é física, mas intervém, nos combates, tal como a mão dos deuses acabaria por interferir na esfera do humano. Portanto, na **Pré-História final**, há **símbolos** que, pela sua imagética e associações, acabam por ser sobretudo **expressão dos valores sociais**. Assim se interpretaram alguns exemplos, como os que, na Idade do Bronze, vieram a acompanhar o processo de **constituição de potentados regionais** e a conseqüente formação de uma **hierarquia de chefias territoriais**, às quais, na verdade, se farão remontar as próprias origens «tribais» das sociedades pré-romanas e a sua respectiva cultura.

Há categorias de **lajes insculpidas ou insculturadas** que são próprias, seja da Época do Bronze, seja especialmente do âmbito das antigas culturas do território português. Era o próprio hábito cultural de assegurar a perpetuação de uma memória, ou de um voto, ou, ainda, o gesto de fazer representar algo do aparato heróico associado a ideias que, afinal, são de difícil restituição, o que não deixaria de se denotar aqui a própria continuidade de um rito.

Recapitularia **Manuel Heleno**, que datava de **1868** a descoberta de uma «**primeira tampa sepulcral**» do primeiro grupo das que vieram a ser conhecidas. Era a **lápide de St^a. Vitória**, que se viria a guardar no **Museu de Beja**. Prossequindo, indicava que, em **1892**, seria a vez do achado das duas **lápides de Beringel**, que se levariam para o mesmo Museu, e a que se sucederia o achado de mais três tampas semelhantes, em **Mombeja**, depositadas, por sua vez, no **Museu Etnológico**, em Lisboa, desta feita cabendo o protagonismo da descoberta a José Leite de Vasconcelos. Por fim, em **1908**, José de Almeida Carvalhais, à data *colector-preparador* do Museu Etnológico, teria conhecimento de uma outra peça, desta vez uma «**tampa**» assinalada para a **Herdade da Defesa (Santiago do Cacém)**, a ser, do mesmo modo, levada para o Museu de Belém, e na mesma altura em que Leite de Vasconcelos identificava também e recolhia mais um similar **exemplo de Panóias (Ourique)** [cf. HELENO 1931 (1933): 186-189] ²⁷⁸.

O que distinguia todas estas «tampas» era a particularidade de possuírem, todas, em comum quanto à sua decoração figurativa, o que viria a ser designado como de **motivo ancoriforme**.

Da primeira laje, *encontrada no* [lugar do] *Assento*, a **Santa Vitória (Beja)**,

²⁷⁸ Tratava-se de um artigo, publicado no *Arqueólogo Português*, que correspondia à **comunicação apresentada** pelo, então recentemente nomeado novo Director do Museu de Belém, e sucessor de Leite de Vasconcelos, ao **XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica** de Coimbra (1930). **Manuel Heleno**, por sua vez, havia correlacionado a presença destes vestígios com os **contactos efectuados**, ainda nesse período da Pré-História, **por via marítima**, destacando o **papel do Sado**, como embocadura receptiva a tais rotas [cf. HELENO 1931 (1933): 189].

teria estado a mesma a cobrir o que se indicaria, depois, já na abordagem que ao mesmo grupo veio a fazer **Fernando Nunes Ribeiro**, como sendo uma *sepultura argárica*; da sua descrição inicial, retinha-se que teria a mesma peça, *em relêvo uma espada com boldrié, aldeada por dois machados encabados, um em forma de cunha, outro em forma de crescente*; de outro acompanhamento figurativo, denotav-se, contudo, uma «*difícil interpretação*» [HELENO 1931 (1933): 186; cf. também NUNES RIBEIRO 1965: Estampa XXI].

Das **lajes de Beringel**, por sua vez, havia *uma aonde apenas se reconhecia uma espada embainhada, com talim; outra, de que só existe um fragmento, que tem representada, também em relêvo, a extremidade dum calo de machado* [igualmente] *em forma decrescente* [HELENO, id., ibid.].

Enfim, o propósito de **Manuel Heleno**, no seu citado artigo, era, então, de noticiar um **exemplo inédito**, que ele próprio assim registava e fazia noticiar, de uma laje da **Herdade das Pereiras (S. Bartolomeu da Serra, Santiago do Cacém)**, a qual ou sendo, na resumida inventariação de Nunes Riberia, se apresentava como a **laje de Abela** [in NUNES RIBEIRO 1965: Estampa XXIII].

Apesar de ter sido já identificada previamente, esta laje nunca se havia estudado. **Manuel Heleno**, então, indica que a havia visto, em **1929**, no **Museu local do Santiago do Cacém**, podendo aí, *in loco*, analisá-la no seu conteúdo figurativo. E diria, então, que apresentava, também *em relêvo, uma espada à qual se liga uma espécie de cinturão. No punho observavam-se oito pregos* [o que seria já típico das realizações da Idade do Bronze]. *Ao lado (...), com o gume em sentido oposto ao bico desta, um machado de gume semi-circular, em frente ao qual se dispõem outras figuras de difícil interpretação*, mas que não eram, de modo nenhum, *simples ornatos* [HELENO 1931 (1933): 187, figura; NUNES RIBEIRO, id., ibid.]²⁷⁹.

²⁷⁹ E acrescentava Manuel Heleno, haver nesta ‘**estela**’ de **Santiago do Cacém**, semelhanças com as lajes de Beringel (Beja) e sobretudo com a de Defesa, possuindo

Entretanto, ainda antes da contribuição de Manuel Heleno, já **A. A. Mendes Correia**, na sua entrada na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, que se intitulava «**A Lusitânia pré-romana**», havia reproduzido e referido **as lajes de Panóias (Ourique) e da Defesa (Santiago do Cacém)**, como exemplo das manifestações eminentes do Bronze lusitânico, tendo adiantado que aludira também já às mesmas esculturas, também com um sentido comparativo apresentado *a propósito das analogias dum machado gravado numa das lajes com machados-martelos da Europa setentrional* [MENDES CORREIA 1928: 151-151; figuras]. O mesmo conjunto, de resto, servir-lhe-ia de mote para as necessárias considerações a ter conta quanto à actividade metalúrgica na Península e, claro, em especial, no Ocidente ²⁸⁰.

Não deixava, enfim, de ser curioso que, após um intenso momento de debates quanto à existência ou não de uma «Idade do Bronze» no território, e em quanto a análise suscitada em torno do carácter dos materiais pré-históricos, isto correspondente às últimas décadas do Séc. XIX, os inícios do Séc. XX trouxessem, então, uma tão almejada confirmação arqueológica da pujança do Bronze no antigo espaço da Lusitânia; não apenas como uma realidade bem assinalável, como quanto, conforme se veio também a estabelecer, o foi igualmente bem duradoura.

um machado de tipo idêntico às peças que veio a citar, mas tendo, como *novidade*, a *inclusão da alabarda* e de *mais outros três objectos* [HELENO 1931 (193) 187-188].

²⁸⁰ Aproveitaria, ainda, a ocasião para **um ponto de partida para o seu comentário sobre as próprias lápides inscritas da Cultura do Sudoeste**, e, obviamente, **sobre a temática da ‘escrita primitiva’ da Lusitânia**, desde os vestígios, já referidos, dos ‘grafitos de Alvão’, que voltava a recapitular. Adiantaria, de qualquer forma, que, além das **lápides com as inscrições «turdetânicas»**, e **a adicionar, portanto, à lista de inscrições registadas**, havia igualmente *uma taça de prata do tesouro descoberto em Padrão, Proença-a-Nova, e pertencendo ao snr. Pequito Rebelo* [a qual] *apresenta também alguns caracteres ibéricos* [MENDES CORREIA 1928: 197; n/ destaque].

d) Os vestígios da Idade do Bronze e os primeiros esforços de caracterização da sua época.

Comentaria **Fernando Nunes Ribeiro**, ao assinalar, desde logo, a originalidade das antigas expressões do território português, que a **Idade do Bronze** vinha demarcar *uma verdadeira revolução dos povos, pela utilização eficaz de recursos e técnicas novos, com vista a uma maior aptidão para as dificuldades de sobrevivência que se traduza num maior bem estar* [NUNES RIBEIRO 1965: 5]²⁸¹.

Desde logo, para se salientar a importância da época, referiam-se não apenas dos armamentos, mas também da actividade metalúrgica que lhe estava subjacente. Ter-se-iam diversificado as próprias tipologias de armamento e as respectivas técnicas, a assinalar, nomeadamente, para o que era próprio das **alabardas**, como tipo de armas distinto dos **punhais** e estas das **espadas** [NUNES RIBEIRO 1965: 6-7].

²⁸¹ Diria, ainda, que *temos a convicção de que a Idade do Bronze foi, no Sul de Portugal, de certo modo prolongada em prejuízo da Idade do Ferro* [NUNES RIBEIRO, id.: 32]. Pelo menos, há flagrantes sobreposições cronológicas, como o faria notar **André Coffyn**, ao indicar, como ponto culminante de toda uma série de conclusões sobre a questão das **continuidades culturais do Bronze final em épocas subsequentes**, que o **apogeu** desta derradeira fase civilizacional, entre o Tejo e Douro (e caracterizando, em suma, a própria essência cultural das tribos de **Lusitani**), alcança os Sécs. X-IX a.C., data do paradigmático **tesouro metalúrgico de Vila Cova do Perrinho (Aveiro)**, e vai mesmo até ao VIII a.C., precisamente na altura em que surge um **depósito de pontas de lança, tipo 'Penha', na Ria de Huelva** pressupostamente exportado do Ocidente, numa época em que o Orientalizante inaugurava já a sua entrada na Turdetânia, e em que os Fenícios não apenas estariam já em Cádiz, como tinham estabelecido já o foco industrial de Toscanos [cf. COFFYN 1983: 184-189]. Por seu lado, **Fernando Nunes Ribeiro** propunha, para a Península Ibérica, **uma duração situável entre os 2500 e 1000 a.C. para todas as fases da Idade do Bronze**, cuja subdivisão já convencional aceitava e aplicava à sua própria leitura dos dados arqueológicos, que enumerava (o **Inicial**, ou *Eneolítico*,; o **Médio**, ou *Argárico/Mediterrânico*, e o **Final**). Enumerava, também, os principais **sinais** desse longo milénio em que se consolidaram importantes modos de estruturação social e civilizacional: os **povoados**, a **cultura material**, dos **armamentos** à **cerâmica** e à **arte**.

Manuel Heleno interpretara já, de resto, o **motivo ancoriforme** como uma «*influência*», no Sudoeste, dos **machados de gume semi-circular**, que havia para os horizontes do Bronze europeu e que, aqui, se parecia associar às próprias influências da designada **Cultura de El Argar**, que surgia, na Península, quer no Levante hispano-mediterrâneo, quer, precisamente no Baixo Alentejo.

Esta Cultura, de enraizamento peninsular, e enquadrada entre a evolução das manifestações calcolíticas que antecederam a própria Idade do Bronze, caracterizava-se pela proliferação dos enterramentos em *cistas*, e em cujo interior se viam *alguns objectos, como artigos de bronze e vasos de barro de mistura com os ossos* (sendo que, salvo excepções, *dum modo geral só um esqueleto ocupa cada cista*) [cf. NUNES RIBEIRO 1965: 17; e , em particular, a sua **descrição da Cultura Argárica**, in id., *ibid.*: 9-ss.]²⁸².

Há a fazer realçar, no contexto destas reflexões, as asserções que permitiam legitimar o entendimento da grande originalidade do «**Bronze meridional português**».

Comentava, assim, **Fernando Nunes Ribeiro** o seguinte: *dado que uma cultura regional é a amálgama da cultura regional anterior (centro receptor) com a cultura nova que constantemente lhe chega dos centros mais avançados (centros difusores), não é fácil encontrar culturas absolutamente idênticas em locais muito afastados geograficamente. Os centros receptores, tendo características próprias, imprimem ao conjunto um cunho particular, modificando, mais ou menos, a cultura nova que lhes venha do mesmo centro difusor* [NUNES RIBEIRO 1965: 6; n/ destaque].

Considerava como *curioso* que, quanto ao **Argárico**, enquanto nas áreas

²⁸² **Fernando Nunes Ribeiro** explicaria, a propósito dos **espólios funerários argáricos**, que *as armas, os adornos e os vasos com oferendas, certamente comestíveis, que acompanham os defuntos, são um sinal inequívoco da crença numa vida futura. Também a posição flectida parece indicar uma intenção de dar ao morto uma posição ou atitude semelhante à que, antes de nasce, tinha no ventre materno* [NUNES RIBEIRO 1965: 6].

meridionais espanholas (províncias de Córdova, Granada, Málaga, Sevilha e Huelva- quase toda a Andalúzia) quando se notava que *esta cultura se atenua perdendo as suas características basilares*, no Ocidente lusitânico, sobretudo no Sul, readquiriria então *algumas* dessas mesmas marcas [id., ibid.: 13].

Quanto à **cerâmica**, indicava que, dos mesmos, **a decoração geométrica**, só presente em vasos brunidos, encontra-se na parede externa das jarras e nas formas carenadas quer no fundo, onde é mais vulgar, quer na carena. Quando se localiza no fundo, é na parte externa, e quando figura na parte carenada da parede, é na face externa. **Os motivos decorativos são simples e constituídos por sulcos ou faixas de pontuações** [NUNES RIBEIRO 1965: 23; Estampa XX].

Dos **machados**, dizia, em particular, que *podem ser chatos ou planos (com ou sem rebordo), em espátula (com o gume muito curvo e mais largo), de talão (com ou sem argolas), com aurículas e de alvado ([também] com ou sem argola)*

283.

Consideraria a **Cultura Argárica** como base decisiva para a formulação do «**Bronze português**», ao nível do seu surgimento na região de Évora, no Baixo Alentejo, Algarve, áreas que beneficiariam das jazidas minéricas, essenciais à metalurgia que fazia distinguir as indústrias deste longo período. Destacava a **importância da Necrópole da Atalaia e do Castro da Senhora da Cola (Ourique)**, como locais fulcrais para a definição do mesmo **facies**, ainda que coloque reservas quanto à Atalaia, apesar de aí *haver cistas*, como, de facto, era igualmente característico para a Idade do Bronze [NUNES RIBEIRO 1965: 15-ss.].

Mas seria neste preciso ponto que definiria o sentido dos **contextos funerários, de influência argárica**, onde já se usariam «tampas insculturadas»: as **necrópoles** seriam mais ou menos extensas, e, difundindo-se pelas áreas

²⁸³ E continuava, que *o primeiro machado seria o chato por ser o mais simples e o que mais se assemelha ao de pedra polida e ao de cobre que veio imediatamente substituir. As formas mais complexas viriam depois como consequência de um inevitável progresso* [NUNES RIBEIRO 1965: 7].

meridionais, surgiam como formadas por **cistas ou caixas**, que se compunham por cinco lajes, em redor da cova escavada intencionalmente para o enterramento, e a outra para *cobrir aquele mesmo espaço*, sendo que o seu fundo era a própria terra onde foi feita a cista [NUNES RIBEIRO 1965: 17].

Quanto ao **teor figurativo das citadas «tampas sepulcrais»**, há-de desenvolver os seus respectivos temas, mais adiante, no seu estudo do *Bronze Meridional* [NUNES RIBEIRO 1965: 25-27].

Descreve-as, afinal, como *pouco frequentes*, mas sobretudo concentradas nas limitadas áreas do Baixo Alentejo, ainda que se estivesse a referir à proporção do seu número de registos em referência ao número total de enterramentos; indica, das **figurações**, a presença de **alabardas, espadas, punhais, machados** e aquilo que, aqui, se entende ser já como **instrumentos de escopros**; as **espadas** eram todas idênticas (*punhos [...] semelhantes, bastante maciços [...] lâminas que são, ou não, pontiagudas [...] e a constante presença, também, dos respectivos talins ou correias de suspensão*), os **machados** também sempre de acento achatado, conforme os *machados encontrados na região* [NUNES RIBEIRO 1965: 25-26].

E, do **motivo ancoriforme**, que se apresenta recorrentemente, em um e outro exemplo, de quase todas as «tampas» da área meridional portuguesa, diz que seria **uma arma (?)**, composta por **uma haste que termina por dois crescentes, um maior que o outro**; indica que o referido motivo era, até então, apelidado também de 'machado' pela sua evidente semelhança formal com estes outros artefactos, e em especial pelo arredondamento dos crescentes que o tornava, na verdade, muito idêntico aos designados '**machados cretenses**'.

Mas, de facto, reconhecia muito correctamente Nunes Ribeiro que **não consideramos que seja [este motivo uma representação de] machado, na acepção vulgar do termo, por ter uma forma e dimensões muito particulares**. Confessamos não saber do que se trata. E prosseguiria na sua própria análise dos exemplos conhecidos destas «tampas» insculpidas, com uma nova inventariação

de eminentes realizações sobre tais lajes [cf. NUNES RIBEIRO 1965: 26].

A importância das armas, escudos, ou, inclusivamente, da imponência das figuras antropomórficas, dotadas de solenidade e peso simbólico, vinha relacionar-se com a representação de ideais e valores que tanto eram os da sociedade, como os das crenças religiosas.

O **motivo ancoriforme** faria parte desse mesmo aparato relativo ao entendimento do divino ou do transcendente; apesar da sua combinação formal, que o faz situar seja como um tema próximo da representação das armas, seja como integrável dentro do âmbito das representações dos bastões, símbolos de poder, mantém-se tão enigmático como à época de Nunes Ribeiro («*confessamos não saber do que se trata...*»), muito embora seja, sem dúvida, um 'símbolo' enquanto manifestação de um 'conceito', e aproximando-se da própria definição de εἰδωλον, expressão vinda directamente de um mundo preenchido de ideias e formulações.

De modo nenhum subestimando-se a capacidade e a habilidade dos antigos artesãos do território, há uma mensagem visual implícita nesse mesmo símbolo: em muito casos, o alongamento da haste e o seu progressivo estreitamento, até à redução visível do gume inferior em relação ao outro extremo, sugere que estamos perante um trabalho de **execução em perspectiva**, pelo qual o objecto parte do nível imediato de observação (onde, a um primeiro plano, se exibem, porém, os outros artefactos), e se prolonga para o fundo.

Como se há-de notar em alguns dos exemplos figurativos onde surge, o motivo 'afunda-se', quase literalmente, para o fundo recuado da visão.

Colocado frontalmente, talvez se assemelhasse, de facto, ao duplo gume dos machados europeus, mas aqui, sem a sua haste. De qualquer maneira, os gumes, no «**ancoriforme**» estão recurvados em disposição côncava, e os machados europeus da Idade do Bronze possuem lâminas com recorte convexo.

O «**ancoriforme**» não estará, então, a representar um objecto ou um

artefacto, mas sim o efeito de uma determinada presença transcendente; não um atributo de algum deus, mas, porventura, a representação da sua passagem, como um registo de pegada, ou a imagem de um determinado elemento derrubado por algum sopro de vento.

Com efeito, a descrição de tal motivo, ao contrário da imponente demarcação das espadas ou alabardas, não pode ser descrito dentro de parâmetros factuais.

É coincidência que o dito motivo se assemelhe a uma qualquer arma, das que usavam os antigos habitantes do território, ainda que não deixe de ser possível que alguma nova descoberta venha ilustrar algo da eventual inspiração que deu origem ao tema. Ligado aos contextos funerários, talvez fosse, muito simplesmente, um elemento visual que apelava à contemplação.

De qualquer modo, entre as conclusões, não deixaria de considerar que, em geral, *o nível artístico revelado nas insculpturas, bem como nas formas e ornamentações da cerâmica mais cuidada e nos punhos dos estoques, revela uma sensibilidade digna de nota* [NUNES RIBEIRO, id.: 31].

**d) Um decisivo momento cultural antigo:
As lápides como sinal de um auge de afirmação simbólica.**

As colecções museológicas serão, portanto, significativas quanto à representação dos vestígios expressivos de uma dada época, começando no próprio **Museu Rainha D. Leonor (Beja)**, onde, entre o próprio **legado de Nunes Ribeiro**, as lápides do «**Bronze do Sudoeste**» têm a sua presença destacada, revelando a panóplia de artefactos, das **armas** ao «**ancoriforme**» que caracterizam algo de recuadas expressões plásticas das sociedades meridionais: contam-se, neste caso, as lápides de **Corte do Freixo (Almodôvar)**, de **Poços de S. Salvador (Aljustrel)**, ou os **exemplares pacenses de Pedreirinha e de**

Assento (Santa Vitória). Ao lado, as **lápides epigrafadas**, também meridionais, da Idade do Ferro (as de **Mealha Nova I, Pêgo I, Corte do Freixo, e de Alfundão, em Ferreira do Alentejo**); a **coincidência da mancha de achados é por demais evidente**, quanto ao modo de achado (contextos, em geral, sepulcrais), material utilizado (o xisto) e modos de utilização, a figuração simbólica num caso, a escrita noutra.

No Algarve aparecem, igualmente, vestígios destes armamentos, e, até, figurações que se aproximam muito do «**ancoriforme**»: no **Museu de Silves**, estão **principalmente sobre o esteio dos menires**.

No **menir de Monte Roma**, o elemento serpentiforme está ao lado de um «machado», que é, porém, muito estilizado, e ainda que o seu gume, que é único (e não repetido na parte inferior) esteja destacado da haste pelo próprio desenho, que divide o utensílio nas suas duas partes, é visível um certo recurvamento do mesmo.

Noutro **menir**, este recolhido na **Necrópole das Passadeiras**, surge somente um **bastão**, desenhado sobre uma das faces laterais; no **menir da Necrópole de Alfarrobeira**, há, porém, um «machado», de gume perfeitamente definido como semi-circular e em forma de crescente, que está em **relevo** (ao passo que a 'haste' está somente gravada), e aparentemente representado com a intenção de se ter feito figurar como preso a uma correia, a qual aparece em redor da divisão entre a parte superior e o esteio de suporte, e cuja visão que faz destacar o alto caloso da pedra. Trata-se, aqui, claramente, de blocos que foram implantados como estelas.

De uma outra «**estela**» **tumular**, de **Figueira (Vila do Bispo)**, esta no **Museu de Lagos**, e feita em arenisco, entre os três motivos insculpidos sobre a face principal, entre uma **ponta de seta**, no canto superior esquerdo, sendo a figuração que melhor se reconhece, e, à direita, o que parece ser uma **alabarda** em posição invertida, surge, ainda, um simples motivo recurvado, sobre o

Ilustr.
I, 4.

alinhamento vertical do bloco, em sentido também revirado na sua extremidade superior, que tanto sugere a forma terminal dos bastões tradicionais, como não deixa, afinal, de evocar a própria forma de «âncora», mesmo que aqui não haja qualquer haste ou suporte de base para o referido desenho.

E, mesmo ao lado destas realizações do Bronze, tal como em Beja, estão exemplares de **lápides inscritas**, vindas de **Corte dos Alves** e de **Monchique**

284.

Manifestações compartilhadas que se repetem, enfim, noutros exemplos: as estelas onde começam a surgir as figurações de «guerreiros», no seu esquematismo linear e na sua composição essencialmente simbólica: ainda do **Museu de Sevilha**, as **Estelas de Setefilla e a dos arredores de Utrera**, ambas na **Sala III** do referido Museu, e datáveis para o período decorrente entre **1000-800 a.C.**; o material, é, aqui, o calcário, tal como nas estelas ditas de 'tipo **estremenho**' do Alto Alentejo e Beira Baixa (exemplo da **Estela de S. Martinho**), tal como idêntica é a figuração antropomórfica, isolada ou em grupo, sobrepondo-se ou, respectivamente, ladeando um **escudo** composto por **círculos concêntricos** e a **característica inflexão da «escotadura em 'v'»** 285.

²⁸⁴ Peças com os N.ºs. de Inv.: **262 e 2202** do Museu de Lagos, tendo sido a primeira (de Corte dos Alves) uma oferta particular.

²⁸⁵ Em **Lagos**, como, de resto, no próprio **Museu Arqueológico de Sevilha**, as tumulações da Idade do Bronze estão igualmente representadas, em reconstituições obtidas pelos próprios materiais recolhidos: caso da '**sepultura ibérica**' de **Monte do Cágado (Bensafrim)**, ou a cista, encontrada em território actualmente espanhol, nas **redondezas de Sanlúcar La Mayor**, e datada de **1500 a.C.**; ambas, porém, são de recorte de facto idêntico, usando a mesma técnica e material, em placas de xisto. Uma **primeira evidência das fortes afinidades que, afinal, caracterizariam os territórios que estavam, tanto em redor da bacia do Guadiana, como em redor do Bétis**, e que sugerem a **manifestação de uma cultura de traços iguais**, dos ritos funerários aos próprios modos de subsistência e traços de paisagem; da plástica à difusão de uma mesma escrita: era, assim, o espaço da **Turdetânia**, ou da **Bética**, tal como a veio a descrever Estrabão, na sua *Geografia*, como **uma presumível unidade cultural de tempos antigos**, ainda que, ao tempo deste tratado, a Lusitânia e as várias regiões da Hispânia estivessem já divididas por delimitações provinciais entretanto irremediavelmente decretadas em época de Augusto.

De qualquer modo, o **motivo em «âncora»**, tal como surge na cantaria, parece ser típico das regiões portuguesas, sobretudo as que coincidiam com antigo território atribuído aos «**Cónios**», ou seja, todo o bordejamento litoral, atlântico, do Sudoeste, assinalando-se, muito embora, desde a circunscrição pacense.

Cabe referir uma **recente reinterpretação de Jorge de Alarcão** quanto às delimitações de áreas culturais do Ocidente, em períodos pré-romanos. No que interessa referir daqui, e como uma das principais conclusões deste investigador, é a recolocação geográfica do **populus** dito de «**Cónio**» na Estremadura espanhola, isto é, indicando-se que a sua área de origem seria, não o Sudoeste, mas esta região que configuraria a Lusitânia oriental. Apoia-se, aqui, numa eventual distinção, que nunca tinha sido feita até ao momento (e que, de facto, foi sempre uma designação indistinta), entre o conceito de «**Cónios**» e o de «**Cinésios**»; na verdade, o **Cabo Cinético** está a Sul, enquanto, por exemplo, a antiga **Corimbriga** se veio situar no Centro [cf. ALARCÃO 2001].

Efectivamente, a **Estremadura espanhola** veio a corresponder, na Antiguidade pré-romana, quer a uma das regiões mais receptivas ao Orientalizante (e aqui destacando-se, por exemplo, a antiga **Medellín**, com todos os seus abundantes vestígios de um luxo verdadeiramente principesco, digno do melhor esforço de aquisição de objectos importados), quer a um dos «**principados**» que, na Idade do Bronze, maior proeminência veio a adquirir no contexto dos territórios lusitânicos.

Portanto, **Jorge de Alarcão** vem considerar que as **várias tipologias de estelas de «guerreiros»** que se assinalam para a Estremadura, a outra coisa não correspondem senão à própria **divisão hierárquica do domínio de certas áreas**, relativamente ao estabelecimento de uma agremiação de potentados (ou «**principados**») menores; a isso se refeririam os próprios aspectos estilísticos presentes em tal escultura, e fazendo-se assim sobressair, no essencial, os seus

valores simbólicos e sociais inerentes.

Trata-se, aqui, de abordar uma determinada geografia histórica, para a qual há, afinal, reparos pertinentes; com efeito, a **possível distinção entre Cónios e Cinésios** não deixa de ser uma hipótese a considerar, ainda que, simultaneamente, também haja razão objectiva ou devidamente fundamentada para não deixar de continuar a aceitar que, essa mesma aferível «distinção» corresponderia somente a variantes na designação de um mesmo etnónimo. Mas, o que não deixa de ser plausível é esta mesma proposta conducente ao alargamento do antigo território cónio-cinésio, para toda extensão alentejana até à própria Estremadura.

Poderia ter-se constituído, na Idade do Bronze, um vasto território (onde, de novo, se prefigura a futura província romana da Lusitânia), onde se acentuava uma «**Cultura das Estelas**», em que se assistia a uma primeira afirmação de uma ideologia heróica. Eventualmente, o colapso do reino tartéssio, que levou, afinal, para as regiões periféricas algo das influências do seu legado (talvez mesmo empurradas pelas novas rotas comerciais), o panorama cultural alterar-se-ia: na Estremadura e Alto Alentejo, a dada altura, talvez pelos **Sécs. VIII-VII a.C.**, desaparece o hábito de fazer estelas, e, quanto aos enterramentos, os elementos de distinção passam a ser somente o dos artefactos luxuosos, importados do Mediterrâneo, mas começariam a abundar as esculturas e as realizações torêuticas; a Sul, as temáticas figurativas teriam sido, muito simplesmente, substituídas pela escrita, mantendo-se, muito embora, os sinais de uma idêntica expansão do Orientalizante. Por volta do **Séc. V a.C.**, época de novas turbulências, talvez tenha começado a chegar o influxo céltico às mesmas zonas, e ocorrem, em primeiro lugar, pilhagens, mas, logo a seguir, situações de coabitação e assimilação conducentes ao sincretismo que originará os «celtiberismos».

3.2. As origens expressivas da ideologia heróica e o antropomorfismo.

Na **Idade do Bronze**, acompanhando o desenvolvimento de sociedades hierarquizadas e uma configuração específica da ocupação do espaço e estabelecimento de domínios territoriais, que estariam na origem dos diversos focos culturais a que corresponderão posteriormente as sociedades pré-romanas, entre os diversos indícios de práticas culturais ou rituais primitivo-arcaicos de que começou então a haver registo, as tipologias figurativas que o revelam começam por ser essencialmente esquemáticas e de acentuado simbolismo, repetindo-se suportes, motivos, e padrões compositivos, os quais resultariam em categorias estabelecidas.

Esta exaltação cruzar-se-á, em determinados exemplos, com a própria visão do divino.

a) As estelas insculpidas nas suas principais fases culturais.

Uma das tipologias que se instaura é a do fabrico das primeiras estelas de pedra, que, sobretudo no **Bronze Final**, convergem sobre áreas de implantação cuja delimitação tem sido objecto de recentes investigações. Abria-se um precedente para o próprio conjunto de manifestações que, entretanto, caracterizariam por sua vez, as principais fases de afirmação cultural autóctone durante a Idade do Ferro.

A abundante profusão imagética das **estelas do Bronze final** constitui, pois, todo um antecedente para o que há-de ser, em concreto, a própria funcionalidade simbólica da arte sobre lápides a registar para épocas posteriores.

E um dos primeiros dados evidentes, considerando-se aqui a comparação entre o Bronze e o Ferro, no sentido da sua respectiva evolução secular, é que

torna-se bem sugestiva a ideia de que, aos **sinais gráficos** das estelas de época anterior, se teria assistido, posteriormente, à **aplicação e difusão do uso de fórmulas inscritas**.

Na verdade, às mesmas **estelas da Idade do Bronze**, remontaria igualmente uma **vincada tradição escultórica** a que se assistiu em territórios lusitânicos, uma vez que, muito embora tenham proliferado então linguagens que acentuavam os próprios domínios da abstracção, o facto é que, progressivamente, a figuração começa a comportar elementos cada vez mais distintos, de que o antropomorfismo será um notável caso.

Ora, a **continuidade** de uma determinada tipologia, como o eram as estelas, e a sua subsequente **diversificação de formas**, tal como veio a ser possível rastrear (da introdução dos antropomorfos e sua posterior «autonomização» como elementos plásticos de formulação própria, ou a distinção, dentro da linguagem ornamental e simbólica, de vários caracteres, depois talvez somente reduzidos ao sentido das fórmulas inscritas), e um claro sinal da persistência ao nível da própria presença das antigas sociedades no território, uma vez que não foi o enraizamento estruturante de um determinado conjunto de realizações que se alterou, mas sim o seu modo de trabalho e de aplicação imagética.

Portanto, *parecem confirmar[-se] **poderosos vectores de continuidade**, em relação às práticas existentes no Bronze final, apesar de [se] revelarem contactos e influxos culturais alógenos mais intensos e evidentes (...). [É assim que] tem sido constantemente sublinhada a **coincidência verificada nas áreas de distribuição das tampas de sepulturas (...)** do Bronze Final, bem como das estelas chamadas de 'tipo estremenho' (...) e a das estelas epigrafadas com esta escrita do sudoeste peninsular»* [FABIÃO 1992: 134-136; n/ destaque].

Também, ainda, segundo **Virgílio Hipólito Correia**, retomando a abordagem do **motivo dos «foot-printings»** presentes nas estelas da **Necrópole do Pardieiro**, estudadas por **Caetano Beirão**, fazia reconhecer a persistência, para a

Idade do Ferro, de um tema de tradição anterior; com efeito, eram os *podomorfos* [foot-printings](...) *bem conhecidos em muitos círculos de arte rupestre ao ar livre na Península Ibérica, não sendo fácil, porém, para os exemplos do Pardieiro, avaliar até que ponto a sua gravação representa a sobrevivência de um gesto ritual, além do mais com carácter psicopompo* [HIPÓLITO CORREIA 1996: 28; Apêndice, peças 67-69; cf. também BEIRÃO 1990].

Entretanto, sobre os vestígios lapidares pacenses da Idade do Bronze que formariam a **Colecção de Fernando Nunes Ribeiro**, e que foram um dos seus motivos de estudo para a monografia sobre *O Bronze Meridional Português*, onde surgia, de resto, uma primeira inventariação de tais exemplos, parecia detectar-se a antiga linguagem heróica, revelando-se nas superfícies insculpidas que, em concreto, continham conjuntos figurativos com a representação de armas: essencialmente espadas, alabardas e o enigmático tema do «**objecto ancoriforme**», que, pela sua recorrência, se viria a tornar num dos motivos mais característicos desta mesma imagética de índole pré-histórica, para regiões meridionais.

Ilustr.
I, 3.

Em geral, atestando-se uma profusão e abundante panóplia de objectos com distinção própria, não se deixaria de comentar, a seu propósito, que *as armas de bronze, detectadas nas 'estelas alentejanas', pouco frequentes [afinal] nos contextos materiais, foram importadas do Mediterrâneo Central ou Oriental e depois reproduzidas localmente. Elas aufeririam de grande valor material e emblemático, desempenhando a categoria de verdadeiras insígnias de carácter étnico-social e demonstravam os cargos de chefia dos personagens, cujos túmulos eram assim classificados* [GOMES 1995: 135].

A insistência de reparos com os contactos orientais, então também aqui notados, prende-se, neste caso, desde logo, com os aparatos guerreiros cujos protótipos pertenceriam às Civilizações do outro lado do Mediterrâneo, eventualmente servindo, em primeiro lugar, os sentidos de curiosidade, e, depois,

adaptados localmente na indústria de um armamento próprio. Mas a mesma recorrência prende-se igualmente com as rotas de circulação dos metais.

Tudo isto é integrável, para o dealbar do I Milénio a.C., numa **fase inicial de consolidação de chefias locais**, ocorrida ainda durante Idade do Bronze, pelo que as simbologias aqui desenvolvidas apontam claramente para uma plena afirmação do que hão-de ser certos valores civilizacionais.

**b) Uma progressiva evolução dos modos escultórico-insculpidos:
A génese da arte das lápides do Sul.**

Dos primeiros exemplos que, em torno aos **Sécs. VII-VI a.C.** (quase no que poderíamos designar como de período «**Lusitânico Arcaico**»), asseguram uma evolução tipológica entre o que haviam sido as lápides do Bronze e o que há-de ser, na sua respectiva particularidade, o âmbito das lajes da Cultura do Sudoeste, reconhecem-se poucos exemplos de continuação figurada decorativa, que, ao nível do que se conhece, se limitam a um par de referências. De facto, além dos já referidos exemplos de **foot printings** das **Estelas de Pardieiro II e III** (as quais vieram a ser também depositadas no Museu de Beja, realçando-se aqui a pontual combinação, na verdade, rara, entre desenho e escrita), somente uma outra **estela**, proveniente da **Necrópole de Mouriscas**, e que comporta unicamente a representação de uma espada, e sem mais elementos.

Quanto ao motivo dos **foot printings**, na Idade do Ferro, e, também, tal como a Necrópole do Pardieiro, nas próprias proximidades de Odemira, conhecia-se uma outra peça, a **Estela da Corte do Freixo (Almodôvar)**. O **sítio do Pardieiro** explorado, entretanto, em finais dos anos de 1980 sob a direcção de Caetano de Melo Beirão. As suas lápides foram recolhidas durante a exploração de dois dos túmulos que compunham a necrópole local, estando, porém, quebradas ambas, e com sinais sugestivos de terem sido reutilizadas, fosse na

própria estrutura de onde se retirou a **Estela do Pardieiro II**, fosse quanto à evidência que a **Estela de Pardieiro III** veio a ser deliberadamente recolocada, como tampa sepulcral, sobre um outro túmulo que não o original, para a qual teria sido executada. Uma situação, de resto, comum para a época. No sepulcro onde estava a **Estela de Pardieiro III**, havia, ainda, sinais de violação.

Do **restante espólio do lugar**, contava-se o habitual leque de objectos característicos da Idade do Ferro: armas de ferro, contas de ouro e de vidro; a datação, das mais rigorosas já obtidas, estabeleceu-se para o **Séc. VII a.C.**. Entretanto, a **Estela de Pardieiro I**, sem qualquer decoração figurativa, comportava o que seria uma das mais antigas aplicações conhecidas da «escrita turdetânica» no Sudoeste; daí mesmo o comentário do seu escavador: *julgo a lápide em questão, **Pardieiro I** (...) daquele período e não de época mais recente que as restantes lápides epigrafadas conhecidas* [BEIRÃO 1990: 118].

O que há-de distinguir as lápides meridionais da Idade do Ferro, em contraste com a ampla profusão decorativa que, de facto, se assinalava para as estelas da Idade do Bronze, é, então, a sua progressiva **simplificação simbólica**, e em que, à linguagem visual, se há-de sobrepor o **discurso escrito**, explciando-se assim, pelo menos, em parte, a própria origem das lápides inscritas da Idade do Ferro meridional.

De uma formulação para outra, terão permanecido, com efeito, os mesmos propósitos de exaltação dos valores individuais, em directa referência à perpetuação da memória dos «chefes» ou dos «guerreiros», de que se demarcava a respectiva sepultura. Tornam-se, portanto, cada vez mais raros, na Idade do Ferro, os exemplares conhecidos de lápides que viessem a comportar figurações na sua superfície.

No entanto, são notáveis as excepções quanto a este progressivo esbatimento: caso da **Estela de Abóbada I (S. Sebastião de Gomes Aires, Almodôvar)**, do **Museu Rainha D. Leonor (Beja)**, correspondendo a um achado

de registo contextualizado; e a **Estela de Benaciate I (S. Bartolomeu de Messines, Silves)**, que se conservou no **Museu Municipal de Arqueologia de Silves**, mas sendo, em contrapartida à peça anterior, um achado isolado, somente possível de associar em termos relativos a uma necrópole das proximidades de S. Bartolomeu (e de onde se resgataram, na verdade, algumas outras lápides, que se perderiam).

As **Estelas de Abóbada I** e de **Benaciate**, tratando-se afinal de descobertas bem recentes, constituem também dos exemplos mais referidos na literatura arqueológica publicada desde os meados da década de 1970 [cf., nomeadamente: BEIRÃO et. al., 1979: 22; BEIRÃO 1986; GAMITO 1988: 47-ss.; GOMES 1990; HIPÓLITO CORREIA 1996: 27-30; 118-ss, com **corpus** anexo; DE ULISSES A VIRIATO: 230-231 e ss.; além, obviamente, das primeiras notícias de resgate e inventariação: Manuela Alves DIAS e Luís COELHO, «**Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada- Almodôvar**», in *O Arqueólogo Português*, III Série, Vol. 5 (Lisboa, 1971); etc.].

c) O aparecimento da figuração antropomórfica nas emblemáticas lápides de Abóbada e de Benaciate.

Estas duas estelas, de **Benaciate** e de **Abóbada I**, no seu respectivo contexto civilizacional, referem-se claramente a uma eventual passagem entre fases culturais, nas quais se teria assistido a **substituição do primado do figurativo ao primado do escrito**; ou seja, *estes monumentos (...) poderiam corresponder a uma época em que a escrita começava a afirmar-se, não dispensando ainda, contudo, a representação figurada* [FABIÃO 1992: 137].

Geograficamente, são dois achados próximos, embora a **Estela de Abóbada** tivesse correspondido a um achado num lugar de interior, em pleno «**Campo de Ourique**», fulcro da **Cultura do Sudoeste**, e a **Estela de Silves**, por sua vez,

assume-se como próxima do litoral.

A primeira peça reflectirá **aspectos «continentalizantes»**, surgindo a **figura de guerreiro** num contorno estilizado e esquemático, numa composição de simples traço geométrico, em que se colocam incisões rectilíneas, a figurar os membros, sobre um duplo quadrado, que tenta representar o corpo; a **segunda estela**, mais elaborada, é claramente uma obra esculpida inspirada em **moldes orientais**, fazendo distinguir uma **figura equestre**, sobre a sua montada, numa posição de perfil, e desenho arredondado que salienta o respectivo volume das representações (e igualmente rodeada pela inscrição, cuja sequência está, no entanto fragmentada).

Evocando, na verdade, a tradição das artes figurativas associadas a realizações monumentais, uma vez que, pelas suas características, com as suas figuras associadas ao sentido da **representação do movimento** e em articulação com uma **linha de deslocação perspéctica**, a **Estela de Benaciate** assume-se mais como um painel cénico, do que, propriamente, como uma mera laje onde se tivesse adicionado um único motivo de concentração simbólica. Mesmo que não seja mais do que uma lápide, repete sentidos formais que se assemelham aos próprios elementos que formam cenografias visuais, como os frisos narrativos apostos sobre alguma estrutura arquitectónica.

Esta última, a **peça do Museu de Silves**, sugere-se como uma **obra, talvez, do Séc. VI a.C.**, e tendo a **de Abóbada**, por sua vez, sido interpretada como coincidente com a **transição para a II Idade do Ferro** em regiões meridionais (ou seja, para **meados ou segunda metade do Séc. V a.C.**), de que houve outros sinais de natureza material a assinalar a referida evolução, essencialmente os que vieram a ser identificados como espólio de «necrópoles celticizadas» do Sul, portanto num horizonte arqueológico aferível aos finais do **Séc. V a.C.**, antes do próprio **terminus** que se convencionou estabelecer para os momentos em que desaparecem os monumentos inscritos, ou em que os mesmos serão reutilizados

Cf.
Anexos.

em épocas posteriores à sua respectiva realização.

As lápides de proveniência alentejana, integradas no âmbito do antigo território dos «**Cónios**», e achadas, portanto, em directa correlação com a «**Cultura do Sudoeste**», possuíam um campo epigráfico geralmente distribuído em cartela, que deixava livre o espaço central da superfície, que, no geral, se deixava por lavrar. No caso das **estelas de Benaciate e de Abóbada I**, foi precisamente essa a área aproveitada para a colocação da citada figuração.

Quanto, ainda, à **Estela de Abóbada**, mesmo lavrada esquematicamente, e à base da incisão, tentou-se representar, em posição frontal, mas recorrendo-se a uma característica aplicação da perspectiva em três quartos, o sentido de corpo inteiro. Observando-se o centro da lápide, orientou-se o sentido da própria escrita que envolve o dito guerreiro, num idêntico tracejado apoiado em rudimentos rectilíneos, que, à partida, exclui logo uma eventual realização sobre uma laje já previamente trabalhada.

Ocupando, tanto a inscrição como a figura, ocupam a metade superior do bloco, o seu modo de implantação seria na vertical. Sobre a superfície, num dos cantos superiores, nota-se também a presença de diversas perfurações, agrupadas em mancha. A sua distribuição sobre o sentido indicado recorda, muito particularmente, o hábito ritual, de tradição pré-histórica (e de resto ainda corrente na própria arte castreja), de inserção das designadas marcas de **fossette**; de qualquer modo, permanece a dúvida de se saber se estas mesmas marcas, aqui, foram resultado de uma intenção original, ou, antes, consequência de efeitos de desgaste.

O **aparato guerreiro** desta figura reforça-se com a sua exibição de **frontalidade**, notória na sua parte superior, uma vez que os membros inferiores estão desviados numa peculiar intenção de se fazerem representar pela convenção visual de **pose em três-quartos**. O desenho da vestimenta é obtido por **linhas verticais** que não têm qualquer prosseguimento na zona inferior do mesmo

antropomorfo; em cada mão ostenta ainda o que serão possivelmente armas, em gesto de **brandimento simbólico**.

É uma *figura humana de traços faciais marcados, vestidas com roupas indicadas com traços verticais no tronco e parte superior das pernas. Braços representados por linhas. Na mão direita um objecto não identificável (apenas uma linha), na mão esquerda o que se pode crer tratar-se de um dardo, uma faca afalcatada e um escudo (...). Pernas representadas por um conjunto de traços que podem sugerir o uso de botas ou de grevas*» [HIPÓLITO CORREIA 1996: 118].

A **intenção figurativa** é quase mínima, baseando-se unicamente no trabalho dos traços incisivos, quase assinalando uma intenção de espontaneidade representativa, mas numa acentuação simbólica em que, pelo menos, se revelam aspectos de uma consideração básica das relações de **proporcionalidade**, enfatizados de acordo com o uso de cada imagem, e em que a expressão é assim aproveitada por um recurso aos elementos mais decisivos da figuração, que seria o suficiente para a demarcação de uma determinada pose, o que traduz, eritão, o verdadeiro sentido de uma arte que se pretendia como expressão adequada a algum propósito de exaltação; neste caso, uma exaltação heróica [cf. GREEN 1989 (1992):206-ss., para os aspectos formais esquemático-simbólicos da arte da Idade do Ferro].

A figuração utiliza claramente todos os **atributos do tipo do «guerreiro»** [cf. descrição supra, in HIPÓLITO CORREIA 1996: 118], que, historicamente, colocam a peça dentro de um pleno processo de afirmação estética e representativa, retomando os respectivos atributos associados ao modelo, tal como de resto se assinala desde a Pré-história final, não deixando, eventualmente, de comportar elementos de afirmação da «nova» cultura.

É uma figuração de fase intermédia entre a figuração de guerreiros, tal como apareciam já, obviamente dentro de um âmbito de um mais absoluto esquematismo simbólico (típico da arte pré-histórica final), e a escola da própria

representação dos «**Guerreiros galaico-lusitanos**», numa tipologia que, assim mesmo, se assumirá como duradoura, até ao final do próprio I Milénio a.C., embora não se desligue da sua evolução estilística, patente ao longo de tais séculos.

Para o território português, é, porém, aparentemente, um achado único. Muito embora coincida com a própria intervenção dos «elementos céltico-continentalizantes» que parecem ter perturbado a «**Cultura do Sudoeste**», portanto fundamentando a hipótese de se estar perante um vestígio correspondente a uma «invasão», o facto é que, ao observar-se a geografia de distribuição das Estelas da Idade do Bronze, onde a mesma tipologia figurativa surge já (muito embora aplicada com menor elaboração), não poderemos deixar de entrever, afinal, uma mesma sequência e prolongamento, seja ao nível simbólico, seja como estilístico.

É que, com as devidas variantes, a **Estela de Abóbada** insere-se exactamente dentro da mesma categoria que os «guerreiros» das Estelas do Bronze.

Portanto, mais do que ruptura cultural, sugere-se antes, com este testemunho, uma evidente continuidade quanto às mesmas tradições. Poderia tratar-se, pois, do exemplo mais meridional dessa referida tipologia, que começara por se assinalar, não havia, afinal, muito tempo antes, no centro interior da própria Península, e que, aqui, se remataria geográfica- e historicamente.

Será uma simples coincidência ter ocorrido, relativamente próximo, o achado da **Estela de Benaciate**, esta comportando, ao invés da precedente, tudo o que era próprio da linguagem iconográfica oriental, não menos simbólica, mas, porventura devido à própria especialização consolidada de oficinas e artífices, melhor trabalhada em termos plásticos.

No que se refere aos **materiais**, assinala-se que a **Estela de Benaciate** foi lavrada sobre uma pedra de **grés xistoso**, de proveniência local, e que é

abundante, até, na própria região (o designado 'grés de Silves'); por sua vez, a **Estela de Abóbada** foi elaborada sobre uma lápide de **xisto grauváquico**, por sua vez característico do Alentejo.

À diferenciação do material trabalho, adiciona-se também a distinção técnica com que cada figura foi moldada: a **incisão** na **Estela de Abóbada**, e a técnica do **baixo-relevo** na peça de **Benaciate**, o que a aproxima, quase, da tipologia dos trabalhos de escultura, uma vez que o efeito geral é o que resulta no realce dos aspectos de volume.

É certo que estamos perante duas peças de idêntica conceptualização geral, e, para além da sua respectiva proximidade geográfica, também com uma funcionalidade similar. Contudo, observando, quer os modos de trabalho, quer os temas tratados, dir-se-ia estarmos perante a expressão de valores diversos. Ambos os exemplos são, porém, testemunhos de um mundo que desapareceria quase subitamente.

d) A presença antropomórfica na laje de Monte Barroso (Museu de Faro).

Só parcialmente se poderá entrever o que foi o **facies** orientalizante da «**Cultura do Sudoeste**». Se observação das necrópoles meridionais indicava uma nítida evolução entre duas fases culturais, Ferro I («Orientalizante») e Ferro II, à mais recente fase corresponde o maior número de achados materiais em contexto; porém, mesmo estes, quando aparecem de modo avulso, não deixam de se indicar ou num padrão de vestígios disseminados, ou em lugares que se terão conservado por circunstâncias particulares. De salientar, de qualquer modo, que, em tempos de afirmação cultural autóctone, a figuração antropomórfica pautava-se, se não pela sua ausência, pelo menos pela sua respectiva raridade, apesar, nomeadamente, da proliferação de figurações zoomórficas.

Ilustr.
II, 4.

Da Idade do Ferro, restou, porém, um exemplo excepcional, quanto a uma pedra algarvia, a **lápide de Monte Barroso (Martinlongo)**, que está exposta no **Museu de Faro**, e que se apresenta completamente coberta de uma estranha decoração esquemática, onde é perceptível a composição de intersecções elípticas, unicamente elaborada à base de figurações determinadas, sem outro acompanhamento que não o de uma ampla composição de motivos, alargados a toda a superfície da peça ²⁸⁶.

No **plano inferior central**, mas imediatamente diante do observador, está o que se reconhecerá ser um **antropomorfo**, reduzido aqui à **representação circular da cabeça sobre um corpo cilíndrico, sem qualquer outro detalhe anatómico**, que não seja a demarcação dos olhos e um terceiro círculo, que não se saberá dizer se se trata do nariz ou da boca. A seu lado, desenvolve-se uma teoria de malhas e de **fossettes**, vendo-se ainda, no esquerdo da laje, a figuração que é certamente de carácter pisciforme. Ainda ao meio da lápide, que se apresenta fragmentada, uma linha atravessa verticalmente a zona da cabeça na direcção de um crescente de tipo lunar. Em sentido transversal, o alinhamento de **fossettes** cruza a área superior, e, quase imediatamente acima da cabeça da figura, cruza-se com o espaço elíptico determinado pelo cruzamento de duplas linhas, arredondadas, mas formando quadrados.

A lápide está quebrada, não apenas ao meio como nos seus rebordos. Dir-se-ia uma peça neolítica, não fosse a tipologia de evidência tão tardia; o mais espantoso é saber-se que era este o tipo de bloco utilizado na aplicação da escrita turdetânica.

O homem, ou o ser antropomórfico, aparece, como uma revelação no meio de uma espécie de representação da própria Natureza, um indivíduo solitário entre uma reprodução cartográfica de algum antigo **mapa-mundi**, talvez, somente,

²⁸⁶ Museu de Faro: N.º. de Inv.: 469.

inaugurando o que se conhece para a arte formal da II Idade do Ferro no Sul do país.

e) Interpretações para o figurativismo meridional.

Em referência à imagem emblemática da **Estela de Abóbada I**, há formulações visuais que se vão encontrar, talvez com o mesmo sentido estético, e, certamente, com formas similares, precisamente na **decoreção cerâmica** da área dos povos Íberos, além do Bétis. São realizações que se destacam, precisamente, pelo seu respectivo **esquematismo**, como nos conjuntos cerâmicos de **Ampúrias** e de **S. Miguel de Liria** (estes últimos formando parte das colecções do **Museu de Pré-História de Valência**), bem como o conjunto de **cerâmicas de La Serreta de Alcoy** (no Museu local) ou os que são provenientes da **Necrópole de Oliva (Valência)**. Em todos os referidos conjuntos, há representações repetidas da figuração de «guerreiros», pintadas em cenografias e frisos decorativos sobre o bojo de diversos vasos.

Muito particularmente, destaca-se o, de facto, designado «**Vaso dos Guerreiros**», de **Archena (Múrcia)**, que exhibe o **pleno curso de um duelo**, entre duas figuras, degladiando-se, ambas com o seu respectivo aparato de escudos e falcatas. Vê-se uma terceira figura de combatente, este já tombado, surgindo no próprio limite da cena. A adicionar, ainda, um conjunto de **figuras zoomórficas** que acompanham o decurso do combate: respectivamente, um **lobo** e um **javali**, aqui indissociavelmente ligados ao próprio valor simbólico inerente a uma ideologia heróica, e surgindo, pois, não como figuras isoladas, mas combinando-se, no sentido de uma mensagem especial, como uma narrativa elaborada sobre a articulação iconográfica do que se correlacionaria com o tema [cf. TARRADELL 1968: 50-ss. (imagem), 100-ss. (texto); ARANEGUI GASCÓ 1997 e KURTZ 1992: 206-215 (para a temática e linguagem da figuração de «guerreiros» na cerâmica

ibérica); BONET 1992: 224-235 (para o espólio de S. Miguel de Lliria); e também HIPÓLITO CORREIA 1996 a: 27-28 (comentários comparativos)]²⁸⁷.

O aparecimento de uma **imagética da figuração dos «guerreiros»** é coincidente, em determinada fase da sua afirmação expressiva, com os valores que definem as atitudes culturais da Idade do Ferro, tendo-se reforçado, talvez, como parte das consequências das mudanças ocorridas em torno ao Séc. V a.C.. Culminaria, de resto, este mesmo processo de **exaltação heróica** quanto à **definição de uma tipologia figurativa emergente**.

Não sendo, porém, um fenómeno isolado, ou limitado à Idade do Ferro, porque é certo que se entrevêem as formulações iniciais da mesma conceptualização já na própria Pré-história (e os respectivos precedentes, quanto à Idade do Ferro, já durante a Idade do Bronze), a verdade é que há, por volta do **Séc. V a.C.**, uma série de evidências que se interligam com a viragem e reforço conducente a uma **reafirmação dos «sentidos guerreiros»**. Assinalam-se os sucessivos vestígios, e os sinais acompanham a própria evolução flutuante do tráfego de cerâmicas importadas desde o Mediterrâneo, sugerindo, com efeito, uma notória situação de transformações sociais.

A temática das **figurações dos «Guerreiros»** não deixa, portanto, de entender-se como uma das **manifestações-charneira** na evolução cultural do território; talvez fosse um fenómeno que acompanhava, na verdade, o próprio ressurgimento das sociedades locais em períodos ainda anteriores à intervenção

²⁸⁷ Da apreciação que **Miguel Tarradell** fez, em termos gerais, desta mesma cerâmica, quanto à sua inserção histórico-geográfica, indica-se, pois, que, precisamente, na **última fase del desarrollo de la pintura**, vemos que esta *se centra (...) en parte de la zona valenciana con intrusiones hacia Aragón, Murcia y, en mucho menor escala, Cataluña*, e que *aparecen ahora los frisos narrativos, con representaciones de escenas diversas: de caza, de guerra, de danza, etc. (...) Podemos afirmar que se trata de una evolución relativamente tardía y que la totalidad de las piezas que conocemos se pintaron en los siglos II e I antes de nuestra. Era, es decir, cuando los romanos ya dominaban el país, si bien su civilización no había conseguido penetrar todavía y el iberismo se conservaba en sus grandes líneas, intacto*» [TARRADELL 1968: 106, 116; n/ destaque].

romana, e que se teria traduzido por *uma progressiva urbanização da sociedade* (...), bem como pelo *abandono dos pequenos povoados a que as necrópoles com epígrafes correspondem* (...) (ainda que se trate de um estado [...] da investigação [que] não [se] permite ainda caracterizar em pormenor) [HIPÓLITO CORREIA 1996 b: 93] ²⁸⁸.

A temática das figurações guerreiras, assim, justificar-se-ia pela adequação à **exaltação de linhagens ancestrais**, nas quais se reveriam as sociedades da época. E será um facto que a inflexão cultural a que se assistirá no decurso da Idade do Ferro que poderia, ainda, correlacionar com a progressiva coexistência entre povos de origem diferenciada, também teria caracterizado a época.

Entretanto, a **figura de Benaciate** vem oferecer-nos uma **representação de «Cavaleiro»**, ou talvez mesmo de **uma «amazona»**; sugere-se, aqui, a expressão de uma iconografia talvez própria de uma vivência «aristocrática», no qual a notável presença da montada, o cavalo, se torna, essencialmente, num sinal de prestígio somente associado a alguns indivíduos.

A peça, apesar de mostrar o amplo domínio da figuração, está, anda assim, muito fragmentada, embora não deixe também de sugerir que se trata da parte central de uma lápide, e estando ainda a imagem rodeada pela cartela da disposição epigrafada envolvente, esta, porém, muito afectada pelas falhas ao nível dos rebordos do bloco. Da inscrição, com efeito, que é visível, desaparece a própria integridade dos caracteres, que exigem esforço para a sua restituição.

A composição decorada é, de facto, o elemento mais evidente do que veio a sobreviver, mesmo que, do estado geral, apenas a figura antropomórfica, sobre o

²⁸⁸ Correlacionaria **Teresa Júdice Gamito**, com este mesmo momento, a sua interpretação de uma ressurgência na difusão das estelas epigrafadas, conforme o atestariam as cronologias em sítios como **Alcalá del Rio (Sevilha)**, **Bensafrim (Lagos)**, **Corte de Pere Jacques (Alcoutim)**, ou, precisamente, a **Necrópole de Abóbada (Almodôvar)**; salienta-se que, quanto a essas mesmas lápides, *todas* as inscrições continuavam a manter a sua disposição em sentido dextrodorso [GAMITO 1988: 46-47].

dorso recurvado da montada, é o que melhor se reconhece.

Sendo que a mesma está, afinal, representada num sentido de «viagem», o seu sentido mais abrangente vem, assim, evocar o que poderia ser uma alusão mitográfica ao próprio trânsito **post-mortem**, possivelmente num sentido que é, então, funerário, não deixando então de se corroborar, por esta mesma interpretação, a própria função simbólica destas estelas, bem como do seu teor. E, a ser deste modo, não deixava também de se apresentar a **figuração de Benaciate**, como uma variante, dentro do sentido de **veneração aos defuntos**.

A figura antropomórfica está, com efeito, de costas para o observador.

Apesar do razoável delineamento do volume, e de uma certa elegância que arredonda o sentido das duas representações (cavaleiro/amazona e montada), resulta que se nota, assim, uma certa desproporção, que afecta sobretudo a relação visual entre o antropomorfo e a sua montada; estando de resto ausentes outros detalhes, e parecendo a montada exageradamente maior que a do seu cavaleiro, talvez tivesse sido através deste modo que o artífice mostrou a sua intenção de revelar um **sentido de afastamento**, em que as figuras progressivamente diminuem, até desaparecerem do plano de tudo quanto viesse a ser visível. Uma imagem, portanto, que faria representar a «**viagem para o 'Outro Mundo'**», que era igualmente a «viagem» dos heróis ²⁸⁹.

²⁸⁹ Esta **peça proveniente de Benaciate**, que está no **Museu Municipal de Silves** como parte do **Depósito de José Cabrita**, mereceu algum destaque no decurso da grande Exposição temática de 1996 no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Lisboa, subordinada ao tema »De Ulisses a Viriato: o território português durante o I Milénio a.C.« (que daria nome ao respectivo catálogo). Segundo a sua descrição, conforme foi então apresentada, identificava-se, pois, a representação como sendo a de *um cavaleiro, com gorro ou tiara alta, segurando na mão esquerda uma rédea larga, ligada à extremidade do focinho da montada. Esta figura, que parece montar o cavalo de lado, [e] estaria rodeada por uma cartela epigrafada, revelando claramente uma heroização equestre ligada à temática da 'última viagem'*» [DE ULISSES A VIRIATO: 230. Cf. também HIPÓLITO CORREIA 1996: 120 (apêndice, peça n.º. 50)]. Adiantando-se, entretanto, uma nova **comparação com a cerâmica decorada ibérica**, onde precisamente se destacava uma **forma especial de representar as formas de montar dos cavaleiros**, veio a considerar **Virgílio Hipólito Correia** haver aqui, nesta

Tendo comparado as figurações de **Abóbada e de Benaciate**, enquanto exemplos únicos de representação antropomórfica associada às lápides epigrafadas do Sudoeste, realçando-se, pois, a peculiaridade das únicas combinações conhecidas entre decoração e inscrição, **Teresa Júdice Gamito** veio a considerar, enfim, que havia claramente contraste entre **uma representação masculina** e outra **feminina**, em cada respectivo exemplo figurativo.

Recapitulando, assim, o universo das lápides meridionais, assinalava-se que *from this whole corpus, only the Abobada (...) slab and that of Portela [Benaciate] (...) present a human figure in the centre surrounded by the inscription. While the Abobada stela has a warrior with his panoply represented in the centre, the Portela one, although fragmented, presents a woman riding a horse. The inscription around these two stelae forms a frame, a kind of gate, perhaps suggesting the passing of the individual to the other world* [GAMITO 1988: 47; n/ destaque].

Numa mitografia perdida, em evidente dualidade, trata-se, quase, de realizações executadas no âmbito de duas culturas distintas; e, contudo, surgem claramente dentro de uma mesma tipologia funcional e simbólica, e, além do mais, em torno de uma mesma geografia cultural.

Do trabalho figurativo sobre a **Estela de Benaciate**, pesando muito embora o facto de estar muito danificada, sugere-se quase uma decoração própria para **uma cena em «painel»**, tal o seu impacto cénico que advém da temática de articulação entre duas representações, e onde é, além do mais, notório um esforço de figuração de uma atitude de movimento. De qualquer forma, pela disposição em

mesma Estela, uma *mesma concepção gráfica* que nas realizações dos Íberos, não se desenhando pois aí *nenhuma das pernas do cavaleiro, mas deixando um relevo que corresponde à referida posição*; segundo o que faz notar para os já citados vasos de S. Miguel de Liria, *vêm-se as duas pernas do cavaleiro em posição de montar à amazona, totalmente confundidas com o corpo do cavalo nos casos em que este é todo negro e o pintor não fez reserva do espaço para a representação das pernas* [HIPÓLITO CORREIA 1996b: 93; n/ destaque].

cartela, acaba por não se distanciar também de uma apresentação eminentemente simbólica, do mesmo modo indissociável à ideologia funerária a que se vinha adequar uma tal realização ²⁹⁰.

²⁹⁰ Num retorno às definições em torno da **tipologia funcional** deste mesmo tipo de vestígios, e à **distinção propriamente dita entre o uso de lápides como «laje» ou o uso como «estela»**, obviamente, em referência a este último modo de uso, realça-se, segundo o indicou **Carlos Fabião**, que tais blocos *encontravam-se fincados no solo, junto aos recintos tumulares, embora não se exclua a hipótese de alguns poderem ter constituído as tampas de certos túmulos de personalidades mais relevantes (...)* [e que] *o seu texto deve estar relacionado com as práticas fúnebres das populações locais* [FABIÃO 1992: 136]. Quanto às **figuras esculpidas associadas ao Monumento de Pozo Moro** constituem quase a única aproximação possível à tipologia da própria **representação de Benaciate**, quanto ao género de «mitografia ausente» em que o dito relevo se poderia ter incluído, e que, uma vez mais, nos devolve para a herança de um horizonte cultural desaparecido. Em comum, há, como é claro, a alusão à «viagem para o 'Outro Mundo'», como referente, muito certamente, para a a deslocação sobre montada. Nos **painéis de Pozo Moro**, entrevê-se toda uma possível história para o que poderia passar no «Além», nesse Outro Mundo, que tanto era o refúgio dos heróis, como o recanto dos deuses, e inspirando, decerto, o fundo de uma Mitologia antiga, onde se definiam vários níveis, aos quais corresponderia uma narrativa diferente. O mundo do «Além», uma vez cumprida a «passagem», acabava por comportar toda uma série de ocasiões para diversas vicissitudes. No caso de Pozo Moro, **Martín Almagro-Gorbea**, entenderia o monumento e o seu acompanhamento visual como a manifestação de uma «ideologia monárquica», referente ainda ao Séc. VI a.C., época em que se terá edificado a referida torre sepulcral [cf. ALMAGRO-GORBEA 1997]. O **Monumento de Pozo Moro** erguera-se, na verdade, como um túmulo de incineração, para uma personalidade de importante estatuto pessoal. Conforme, de resto, assinalaria o próprio Almagro-Gorbea, em referência a tudo o que se conhece para a Antiguidade peninsular, com efeito, *el aspecto del ritual ibérico sobre el que más abundante documentación existe es el funerario*, [muito embora tivesse igualmente comentado que] *rara vez se ha abordado su ideología*; da proliferação de entidades sobrenaturais, relacionadas com o «Além», e base para a persistência de elementos de uma Mitologia arcaica, de carácter fabuloso, que tivesse sido própria da velha cultura ibérica, *en su mayoría deben aludir a monstruos relacionados con el mundo infernal y las luchas primordiales antes de que los dioses pusieron en orden el mundo, mitos semejantes a los que ofrece la mitología griega y la oriental*» [ALMAGRO-GORBEA 1997: 224].

4. Do tema da ausência das realizações figurativas à formulação dos temas heróico-divinos.

Por contraposição evidente à proliferação das tradições figurativas, mas não menos se assumindo como um outro aspecto de significativo interesse, veio a notar-se que à distribuição de vestígios correspondentes aos sinais de culto praticados em veneração das divindades autóctones (onde se incluíam, pois, as aras votivas de período romano), correspondiam, não raras vezes, **manifestações anicónicas**, isto é, totalmente desprovidas de imagens representativas ou simbólicas.

Como Cultos dedicados à Natureza, personificada ou não em divindades de identificação definida, este mesmo âmbito de crenças prolongava-se igualmente no próprio **culto às fragas e rochas**; propiciavam-se cenários adequando-se a atitudes rituais, a realizar nos próprios lugares naturais, tomados como santuários abertos ou onde nunca deixavam de proliferar manifestações rupestres.

Desde logo, era também uma situação recorrente aos lugares de sacralização dos próprios sítios naturais a coincidência com os cursos fluviais, ou fontes de água; aqui, portanto, a base de outro tema essencial das antigas formas religiosidade, que era a dos **cultos aquáticos ou fontanários**.

É, então, marcante a **ampla distribuição de sítios** onde se assinalavam as práticas de **culto directo à Natureza**. As mesmas teriam persistido duradouramente, sendo directamente relacionáveis com os hábitos que, nomeadamente, no **Séc. VI**, vieram a ser objecto de condenação por parte de S. Martinho de Dume, mas que continuariam, apesar de tudo, a manifestar-se a coberto das próprias persistências da «etnografia» e dos costumes populares [cf. atrás].

4.1. O âmbito da percepção do transcendente.

Tais sítios eram recorrentemente visitados, conhecendo, pois, uma continuidade votiva, desde épocas recuadas, até à Romanização e à Antiguidade Tardia, conforme o que se sabe de determinados lugares: caso das **rochas inscritas, de Lamas de Moledo (Castro Daire)**, e as **de Cabeço de Fráguas (Sabugal)**, aonde vieram a subsistir epígrafes, lavradas, para além do mais, em língua lusitânica, cujo teor se referia ao registo de sacrifícios aí efectuados; ou a **fonte de Tarouquela (Cinfães)**, também com uma epígrafe, consagrada a **Mirobieus**; e, entre as referências mais notáveis, a **Fonte do Ídolo (Braga)**, este já dotado, porém, de um programa esculpido de salientar, e os **tanques edificadas sobre rocha, em Panóias (Vila Real)** [cf., em especial, ENCARNAÇÃO 1975: 235-ss.].

A **Sul**, segundo os trabalhos de inventariação de **José d' Encarnação**, outros tantos vestígios, igualmente epigráficos, permitiram aferir do mesmo modo a persistência do mesmo tipo de cultos e ritos consagrados à água: o **Culto às «Aquae sanctae»** (nas **Caldas de Monchique, Algarve**); o **Culto a «Fontanus»** e a **«Fontana»**, respectivamente localizados em **Ervidel (Avis)** e **Bencatel (Vila Viçosa)** [cf. ENCARNAÇÃO 1984: em especial 102-103].

De todos estes exemplos, proporcionava-se a definição de espaços aos quais se atribuíam qualidades especiais, uma vez que aí se cruzava a própria intervenção do humano, e denotavam obviamente a situação de lugares devidamente consagrados às forças transcendentes.

a) As fontes e as fragas.

Salienta-se um comentário de **Fernando Russell Cortez**, publicado no seu estudo intitulado «Contributo para o estudo da hierologia pré-romana da Beira», e saído no Vol. I da revista *Viriatas* [1957], que tentava interpretar, à luz de uma tentativa de restituição da antiga **religiosidade luso-romana**, que a **preferência pelos «penedios»**, fundamentada por tão abundantes registos, justificara que se tivessem assim erguido tantos **santuários rupestres**, que correspondiam à **dedicação a divindades** que, na sua origem, teriam sido **entidades ctónicas**. Essas mesmas «entidades» teriam sido, então, *similares aos heróis e semi-deuses cultuados nos primitivos tempos helénicos* [cit. in ENCARNAÇÃO 1975: 36]. No **Museu de Martins Sarmento (Guimarães)**, conservam-se modelos das inscrições que se registavam para o **penedo da Bouça**, junto ao **Castro de Eiriz** e também nas proximidades de **Sanfins (Paços de Ferreira)**, dedicadas às **Nymphae Fiduenearum** e **Cosuna**, que se iniciariam por urna invocação aos «poderes divinos» («*ad Numinibus*») e terminam com a referência à divindade (**Cosuna**); corresponderia, então, a um ponto central de um eventual **nemeton** da área minhota [CARDOSO 1972 (1985): 35; cf. também LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 187-189, e figuras, para o Culto às Ninfas e as inscrições rupestres] 291.

Mas, a propósito dos santuários ou altares rupestres propriamente ditos, que nos surgem, porém, já em **contexto do Romano**, concluiria entretanto **Jorge de Alarcão** que se tratavam de lugares *onde as mesmas ou idênticas cerimónias religiosas se repetiriam regularmente (...), a primeira questão que se nos põe é a de sabermos se os penedos gravados representam efectivamente santuários*

²⁹¹ Com efeito, fora a 1ª linha da inscrição (...) interpretada, segundo a lição de M. Sarmento, *nimid* ou *niminid*, do irlandês *nemeth* ou *nemed*, que significa *bosque sagrado ou santuário* (...). Porém, deverá antes *Numinib(us)* (...) ler-se '*aos poderes divinos*', conforme a lição de Leite de Vasconcelos [CARDOSO: id., ibid.].

onde regularmente se faziam sacrifícios, ou se as inscrições podem somente tomar-se como memória de uma cerimónia que se executou uma vez naquele local e se não repetiu mais [ALARCÃO 1988: 163; n/ destaque].

No Noroeste, o **Culto às águas** era particularmente difundido, e veio a adquirir manifestações bastante expressivas, proliferando à medida da concentração populacional e, obviamente, disseminando-se também à medida da própria hidrografia. Há **cursos fluviais ou fontanários** que, ou se divinizaram, ou se associaram a manifestações votivas de âmbito particular: uma **ara da Várzea do Douro (Marco de Canaveses)**, guardada no Museu Martins Sarmiento, comportava a **dedicação ao deus «Tameobrigus»**, que era o Tâmega, e esta invocação referir-se-ia portanto a uma primitiva designação da zona em redor do mesmo rio (*o deus [Tameobrigus] (...) [seria] o próprio rio Tâmega divinizado, dado o local onde a lápide se encontrou* [ENCARNAÇÃO 1975: 280]).

Quanto à **Fonte do Ídolo (Braga)**, com a sua inscrição, sobre uma fraga de onde brota uma nascente, **consagrada a «Tongus Nabiagus»** (ou **Tongoenabiagus**), é, afinal, praticamente um dos únicos vestígios onde há a presença de imagens esculpidas, de inequívoco aspecto clássico, que vinham mostrar **figuras togadas**, simbolizando **oferentes**, e a exibição de **um busto em edícula** (presumivelmente da divindade), sobre cujo frontão surgem os **motivos do maço e da pomba** [cf., em especial, LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 237-277, para os cultos fontanários e para a consideração detalhada da **Fonte do Ídolo** e seus aspectos constitutivos, além de CARDOSO 1972 (1985): 38, quanto ao modelo de gesso da mesma rocha insculpida guardada no Museu de Guimarães].

Formulação, porventura de tempo avançado, que repete **soluções convencionais**, as quais, com efeito, encontraremos afinal noutras regiões europeias, em especial, as que também eram aplicadas às **representações das divindades galo-romanas** (ou **céltico-romanas**), mas que não deixa de

reactualizar uma devoção primitiva [ENCARNAÇÃO 1975: 282-288; GREEN 1989 (1992)].

Ilustr.
IV.

b) O confronto das sensibilidades e os paradoxos da interpretação.

É de relembrar o modo como **Salomon Reinach (1858-1932)**, num seu artigo da *Révue Célitique*, de 1892, veio a tecer considerações acerca do que seria a «**flagrante ausência**» de vestígios referentes ao que se pudesse considerar como exemplos de uma «**arte dos Gauleses**». De facto, apesar de todas as descobertas monumentais, que então se sucediam, e apesar também da ampla gama de vestígios da própria arte *galo-romana*, **Reinach** indicava que não se encontravam sinais de uma linguagem plástica, de formas «puras», em contextos cronológicos anteriores ao contacto com os Romanos, e que constituiria, de facto, *un des faits les plus dignes d'attention dans l'étude de nos antiquités nationales (...)* [REINACH 1892: 189; cf. também REINACH 1892 (1996): 220-ss.]²⁹².

De qualquer modo, continuava a indicar, mesmo nas **ruínas de Bibracte**, que estavam a ser escavadas naquela mesma época, e comparadas a uma «Pompeia gaulesa», não se resgatara ainda uma «*única peça escultórica*» de entre os achados de estruturas e artefactos.

Procurando o que pudesse ser a evidência de um universo especificamente *pré-romano*, ou puramente gálico, quanto a uma estética que fosse de expressão

²⁹² E assinalava, porém, que, **da Pré-História à Idade do Bronze**, havia evidentemente a extraordinária abundância de uma arte muito mais antiga (de que viria a resultar a reunião dos **primeiros núcleos arqueológicos das coleções do Museu de Saint-Germain-en-Laye**, para o qual **Salomon Reinach** fora entretanto nomeado em 1886). Mas, sobressaía, segundo comenta, o contraste com o período de tempo que se estendia até ao advento do Império, um tempo «vazio», em que apenas restavam as *grosseiras imagens esculpidas, das grutas de Champagne, Oise, Gard ou Aveyron*, para além, enfim, dos **torques** encontrados em contextos funerários também **na região de Champagne**, e de alguns conjuntos de **figurinhas em bronze**, que eram talvez importadas, e, portanto, de origem exógena [cf. id., ibid.].

anterior, tentava formular o problema recorrendo ao confronto de tais parcos achados com as **célebres passagens de Júlio César**, em *A Guerra das Gálias*, e de **Lucano**, na *Farsália*, onde se descrevia que havia apenas, nos vários santuários druídicos, tão *toscas simulacros*, que pouco mais seriam do que *incipientes máscaras* do divino, que se descreviam, no entanto, como **plurima simulacra** ou como **simulacra Mercurii** (em alusão àquela que se entendia ser a divindade mais importante entre os Gauleses) e que tanto haviam assustado os soldados de César, segundo descreveria **Lucano**, ao depararem-se com essas mesmas medonhas representações, quando penetraram num νεμετον dos arredores de Massalia [LUCANO: III, 412-ss.] ²⁹³.

Tendo em conta toda esta maneira com que os Autores latinos haviam às *imagens grosseiras* que se encontrariam nos bosques da Gália, a hipótese seria a de que os Gauleses tinham-se somente dedicado a fabricar «**ídolos**» em madeira, que não teriam resistido aos séculos; mas poder-se-ia ter estabelecido aí uma tradição local, que, nomeadamente, explicaria a proliferação das representações de cabeças humanas, sobre pedra, num monumento como **Entremont** [cf. REINACH 1892: 189-190; e para a comparação com exemplos irlandeses de escultura em madeira, RAFTERY 1993].

Do que se esboçava, seria a tentativa de interpretação dessa ausência de temas figurativos, mas num confronto com o próprio ideal clássico, que havia inspirado toda a série de concepções assinaladas pela atenção ao que se considerava ser a importância do sentido da perenidade do *monumental* (e realçando-se tudo o que, durante muito tempo depois, veio a ser dito sobre a presumível capacidade que os Celtas teriam, ou não, de realizar *arquitecturas*),

²⁹³ **Reinach** concluiria, a partir do confronto com os textos clássicos, como *une conclusion très importante, que, à savoir (...) les idées religieuses des habitants de la Gaule celtique n'ont pas varié, sur un point essentiel, depuis la période des monuments mégalithiques jusqu'à la conquête de César* [REINACH 1892: 189-190 ; n/ destaque].

que, obviamente, trazia consigo a incompreensão do que poderia significar, em termos estéticos, a «ausência» de um interesse pelo papel das imagens.

Um 'problema' ao qual o emergente contributo da Etnologia, recém-emergente, traria precisamente resposta, ao revalorizar-se o que seriam as manifestações das culturas ditas «primitivas», bem como o carácter da sua estética.

De qualquer modo, **Salomon Reinach** voltava a salientar a sua estranheza, diante, por exemplo, da admiração que lhe causava a própria tradição decorativa do **megalitismo bretão**, como marcante para a Arte pré-histórica final, e no contexto da qual havia numerosas figurações, que cobriam os blocos de granito, entretanto remetidos numa paisagem recôndita; talvez por isso mesmo, não tivesse havido qualquer continuidade. A conclusão seria a de que **os «Gauleses» não teriam desejado erguer estátuas aos seus deuses, e que isso se deveria ao imperativo de uma interdição da classe druídica**; de novo uma visão do tema apoiada nas apreciações dos Clássicos, e nos dados presentes na sua antiga literatura.

Evidentemente, **Reinach** poderia ter olhado antes para os restantes artefactos, de que enumera alguns, e que decerto forneceriam algo da própria funcionalidade simbólica, obviamente obteria uma outra perspectivação do tema que se propunha caracterizar.

O que se determina, à partida é, afinal, a própria realidade diversificada de cada âmbito das manifestações locais. Claro está, o que poderá justificar a notada «ausência» de vestígios figurativos (que não de modo nenhum sinónimo de ausência de sentimentos estéticos) é, enfim, a atitude que vem de tempos pré-históricos e que privilegiava especialmente, num contexto proporcionado pelos cultos animistas, os já descritos modos de **contacto «directo» com os elementos da Natureza**.

Com efeito, não se poderá afirmar que uma sociedade sem «arte figurativa»

não é necessariamente uma sociedade desprovida de sensibilidade estética.

Nesta situação, as manifestações da sensibilidade prolongam-se, sobrevivem ou subsistem residualmente através de outras formulações que não as de suporte material, e de apenas se terá noção intuitiva, se não até mesmo poética, de que havia espaços especiais, que se ofereciam não apenas à contemplação como à realização de repetidos gestos, que, no entanto, se perdiam no efémero de cada fim dos dias consagrados à festa religiosa, em que, passadas as celebrações, recomeçava o tempo profano [cf. PATROCÍNIO 1996].

c) Uma perspetivação para os sentidos de passagem.

Com referência directa ao território lusitano, e quanto aos vestígios relacionáveis com os antigos cultos do território, que tomaram novas formulações após a Romanização, teria havido, na verdade, conforme o resumiria **Jorge de Alarcão**, áreas nas quais *as esculturas que representam deuses, alegorias ou abstracções divinizadas são [afinal] pouco abundantes e nem sempre correspondem aos testemunhos epigráficos dos cultos (...)*. [A este respeito, detectar-se-ia que] *a difusão do culto de Júpiter verifica-se (...)* [precisamente] *nas regiões menos romanizadas do território, isto é, naquelas onde são extremamente raras as esculturas, de qualquer tema ou natureza* [ALARCÃO 1988: 197; n/ destaque].

É, então de pressupor, que, em termos genéricos, coexistiram, pois, regiões onde subsistiram testemunhos de carácter figurativo, em áreas de abundantes achados de determinada actividade técnica, e ao lado das quais terão existido outros lugares de facto esvaziados de qualquer vestígio material, onde a força do contacto directo com a Natureza **dispensaria assim a intermediação simbólica das figurações plásticas**. Eventualmente, esta diferenciação pode relacionar-se com a persistência, em dados sítios, dos próprios cultos animistas, os quais se

terão prolongado até séculos adiantados. De qualquer forma, conforme começamos por expor, a sacralidade dos lugares acabaria por se manter ao longo do tempo. Teriam subsistido, pois, determinados sinais, essencialmente os que se associavam quer às tradições tecidas em torno de certos lugares, que ao próprio prolongamento de lendas enraizadas na vivência imaginária das populações.

Tornar-se-á bem evidente que, **mesmo após a conquista romana**, e quanto à persistência de cultos tradicionais, como os que se prestavam às divindades aquáticas, e quase sob pretexto de adesão a «novos» cultos oficiais, continuariam a venerar-se **entidades arcaicas** que, ainda que tivessem recebido um nome romano, não desmentiam, portanto, a sua respectiva antiguidade. Assim teria sucedido com a invocação que se passou a fazer às «**Ninfas**», ou a «**Prosérpina**» e ao **Deus Marte** [cf. ENCARNAÇÃO 1984: 798].

Ao **Culto às águas** estava subjacente uma atitude de veneração de forças sobrenaturais, que, pontualmente, se personificavam em **entidades divinas e heróicas**. As nascentes e os cursos aquáticos, desde logo, assinalavam o que se julgaria ser os espaços de contacto entre o «mundo terreno» e o «Outro Mundo». O **simbolismo aquático** fazia apelo às qualidades regenerativas e curativas atribuídas às fontes, o que alargava o leque de atitudes rituais ao âmbito das crenças num ciclo de renascimento ou revivescência. Caminho, pois, para um domínio metafísico, um «Além», abrir-se-iam então, em pontos como esse, as portas para os cenários do imaginário, onde se projectavam as histórias dos heróis, dos «guerreiros», e as suas respectivas façanhas ²⁹⁴.

²⁹⁴ Em termos gerais, quanto aos aspectos do **culto das águas na Europa céltica**, onde os vestígios não se furtam igualmente aos **próprios resultados da Romanização**, como indica Miranda Green, *all water had an aura of mystery and possessed a certain sanctity. Perhaps the most important Celtic water cults were those associated with springs, which were perceived to have properties of purity, heat and sometimes contained curative minerals. Springs well up, seemingly spontaneously, from deep below ground and were envisaged as being of supernatural origin (...). Thereafter, shrines, baths and hostels grew up around particular springs, each of which was presided over by a deity* [GREEN 1992: 197; n/ destaque]. Na **Gália**, destacavam-se,

Ainda na Antiguidade, no território castrejo, o «**Culto às águas**» e o «**Culto dos heróis**» ter-se-ão cruzado na célebre «**Lenda do Rio Lethes**», pela qual se alegava que, passando um rio do Noroeste, presumivelmente o **Lima** (associado ao **Lethes** da tradição clássica), houvera gentes que se esqueceram das suas origens e se misturaram com os locais; tratar-se-iam de uns «*grupos célticos*», provenientes do Sul, que se teriam dispersado por ali, na sequência da derrota sofrida numa expedição guerreira falhada. O ritual de passagem das águas, que trouxe consigo uma alteração do estado de existência, adicionava-se à identificação de um determinado protagonismo guerreiro, num enredo bem adequado aos propósitos de uma fantasia de cariz didático [cf., entre outros, os resumos de MAIA 1980; MOREIRA 1982: 37-39].

como lugares de maior importância em relação a este mesmo culto, os sítios consagrados de **Les Fontaines Salées (Yonne)** e de «**Fontes Sequanae**», as «Fontes do Sena», em que **Sequana** era a própria personificação divinizada do rio; na época, as **oferendas a Sequana** traduziam-se em esculturas em pedra, que reproduziam a temática simbólica de uma tal veneração [GREEN 1992: 102-103].

4.2. Um rosto para os deuses.

Ocorre, na verdade, no antigo território português um dos mesmos fenómenos que **Salomon Reinach** havia notado para o seu país (e que, de resto, tanto também havia 'chocado' os próprios Autores latinos que vieram a reportar a entrada nas Gálias): a ausência da representação das entidades divinas, que quase era tomado como a mesma coisa que não haver de todo nenhuma tradição figurativa [cf. REINACH 1892].

É certo que, após o exposto, uma tal indicação não pode ser entendida de forma de modo nenhum abrangente, porque, de facto, havia fortes manifestações figurativas, que remontavam, em muitos casos à Pré-história, dos temas zoomórficos, antropomórficos, ou heróicos, tal como se revelaram nos exemplos, abundantes, do trabalho oficial e artístico no domínio dos metais, como na cerâmica, entre a decoração de vasos e o afeiçoamento coroplástico, como na duradoura escultura, onde convergiu uma evidente tradição plástica, simbólica e estética que se assume como própria, se não do Ocidente, pelo menos da Península Ibérica, no seu fundo cultural e civilizacional, e que se reflectiu no já referido contexto de reconhecimento de elementos compartilhados.

De qualquer modo, acaba, enfim, por se registar, efectivamente, um vazio ao nível da representação das divindades. Os antigos deuses indígenas não tinham expressão visual, e só a adquiriram em períodos deveras avançados, já na sequência dos modos da **interpretatio romana**. Tal sucedido deverá, assim, explicar-se pelo próprio carácter animista da antiga sensibilidade e experiência da percepção do divino.

Portanto, sobre o tema da «**religiosidade luso-romana**», cabe referir a opinião de que seria, desde logo, *difícil*, conforme adiantaria **Jorge de Alarcão**, *decidir, sem um exame mais aprofundado do assunto, entre a hipótese do*

sincretismo, isto é, da adopção de uma divindade romana sem abandono do culto de uma divindade indígena anterior, e a **hipótese de substituição** de uma divindade pré-romana por uma divindade clássica, assimiladas ou identificadas uma à outra por interpretatio [ALARCÃO 1988: 168; n/ destaque].

E também como o indicaria **Francisco Sande Lemos**, que se referia aos **vestígios de representações zoomórficas** em zonas remotas do Norte português, e como, de resto, se poderia afirmar acerca de outras manifestações, precisamente o que surge como o dado mais evidente quanto ao **contexto de aparecimento** dos modos plásticos particulares dos achados aferíveis aos territórios lusitânicos: *sem rejeitar o fundo indígena destas representações é de assinalar que o contexto dos achados, quando é conhecido, se situa já no período romano*; então, *nestas condições, é [afinal] difícil garantir que tais esculturas sejam um traço cultural marcante das comunidades da região ou se, outra hipótese, se difundiram no quadro do Império, a partir de pólos bem definidos com os territórios dos Vaqueos e Vetões* [LE MOS 1996: 150; n/ destaque].

Tais ressalvas não descurem, enfim, que se possa perspectivar um velho desenvolvimento quanto às próprias manifestações autóctones, mesmo que, de períodos mais recuados, se assinalem ausências e lapsos de elementos que seriam de toda a utilidade para a compreensão de todo um notável universo estético, cuja história, assim, não se recuperará senão por considerações que passam tanto pela comparação que é possível estabelecer sobre os vestígios aos quais pertence uma situação definida, extrapolando-se as eventuais conclusões (ainda que dentro de todo o rigor, devido à especificidade que adquire cada contexto, mesmo inserindo-se obviamente num âmbito mais lato), ou adiantando-se hipóteses, que, longe de serem uma mera especulação, são justificadas por toda a pertinência lógica que possui a evidência dos aspectos que, mesmo presentes em realizações de períodos avançados, só se podem compreender se se entrever uma presumível afirmação de tradições anteriores.

Enfim, será, na realidade, no período romano, que os exemplos maiores da expressividade autóctone, paradoxalmente, surgem.

O caso dos «Guerreiros», indissociável, enfim, do próprio âmbito dos valores da «Cultura Castreja», parecem não ter antecedentes materiais antes doo Séc. I. Contudo, já estava implícita a importância detida pela veneração ou intenção de memória a aferir a determinadas figuras, que, a partir de um dado momento, irrompem na sua visibilidade, plasmadas em granito. O conceito é prévio; a realização é tardia.

Noutros caso, como os «berrões», ou os «taurídeos», a sua forte imagética deixara já sinais de tempos anteriores; portanto, na época romana, retomava-se a sua idêntica formulação, transformando-se, enfim, a sua própria técnica, e o tema da figuração zoomórfica veio, assim, a tornar-se numa categoria clássico-provincial.

Porém, às divindades, mantinha-se a reserva, quer do anonimato, quer da espécie de tabu que interdizia a sua respectiva transformação em objecto de materialização formal e visual. Ou talvez, da sua omnipresença, não se conseguisse senão perceber sinais, como sombras projectadas sobre uma superfície, mas de que escapava sempre o confronto directo com o próprio deus, ainda que o mesmo se pudesse manifestar, através das forças naturais, dos ciclos regulares às terríveis irrupções das tempestades ou abalos de terra, ou pela simples revelação através de alguma voz que somente alguns conseguiam escutar. O divino escaparia a toda a forma possível, no oposto a tudo o que os olhos humanos viam do mundo em redor. A lição clássica foi, enfim, a introdução (ou a extensão) do antropomorfismo à própria representação dos deuses, aos quais, então, foi possível conceder atributos, um corpo, um rosto, ou, até, um nome.

a) Em torno da questão do «deus sem nome» dos «Galaicos».

As referências às principais divindades dos povos do Ocidente, encontram-se, em **Estrabão**, no contexto descritivo dos *costumes* das sociedades que habitavam o Ocidente da Península. Indicados, assim, como *raros* ou *estranhos*, esses mesmos hábitos comportariam o sentido de manifestações que, muito embora fossem próprias das culturas locais, muito dificilmente se tornavam compreensíveis para o olhar de um Grego. Descrever-se-iam, sumariamente alguns rituais, atestando uma hierarquia de práticas e, inclusivamente, um calendário próprio onde se inseriam essas mesmas manifestações, mas, o mais *estranho* de tudo, era que os «*Galaicos*» e até os «*Celtíberos*» venerariam um «**deus sem nome**»; isto veio a ser entendido, erroneamente, como uma descrição de que os povos galaicos seriam «*ateus*» («...δε τους Καλλαικους αθεους φασι»)[**ESTRABÃO**, III, 4, 16].

Quanto ao «**deus sem nome**», não haverá, aqui, na verdade, um fenómeno de modo nenhum excepcional. No mundo antigo havia divindades ou de nome ignorado, ou que surgiam como algum *deus desconhecido*. Das várias inscrições epigráficas de que há registo, proliferam, de resto, as próprias dedicatórias romanas dirigidas a entidades que surgem somente designadas por **deus, dei**, ou **dea** (salientando-se, muito embora, que o **Culto romano à Bona Dea**, se associaria, efectivamente, a **Vesta**). Também frequentemente, a inclusão da referência a um determinado **deus**, em fórmulas do mesmo modo votivas, vem adicionar-se a um outro teónimo que será já clássico, como as invocações dirigidas ao **Deus Mars**, e, inclusivamente, ao **Deus Endovelico**, que assinalam, assim, de forma evidente, a assimilação romana de alguma deidade local a uma outra entidade que se lhe sobrepõe em termos de importância.

Em rigor, o que está inerente à descrição de Estrabão é, explicitamente, a consideração de um «*deus anónimo*», ou o «deus» ao qual não se dava nenhum 'nome' («...ομορων αυτοις ανωνυμω τινη θεω θυειν») [ESTRABÃO, id., ibid.].

Na verdade, o que se sucederia era uma simples questão de tradução. Enquanto Grego, e como de resto já o havia feito **Heródoto** a propósito dos deuses egípcios, tentaria sempre **Estrabão** apresentar as divindades dos outros povos segundo a própria designação que tinham os deuses do panteão clássico; isto, quando havia alguma possibilidade de estabelecer correspondências. **Júlio César**, na *Guerra das Gálias*, afirmava que a principal divindade dos **Gauleses** era «**Mercúrio**», e assim se poderia explicar muito das diferenças entre a Gália e Roma, onde o deus máximo era Júpiter, e «**Mercúrio**» apenas uma entidade que lhe estaria subalterna.

De qualquer modo, assim se estabelecia o princípio de todo o modo de **interpretatio**, que não apenas tentava formular um domínio de uma certa inteligibilidade, pois, dirigindo-se a determinadas audiências em particular, havia que assegurar que estas compreendiam o que se estava a afirmar, como, na verdade, fazia adiantar já uma perspectivação da própria hierarquização a conferir aos territórios a integrar no Império: se Júpiter era o deus mais poderoso, confundir-se-ia com a própria Roma; «**Mercúrio**», claro está, era igualmente uma grande divindade, e poder-se-ia, então, atribuir-lhe uma territorialização onde fosse a principal entidade venerada, o que não deixaria de ser justo. Porém, mesmo num sentido de **homonoia**, ou de intenção de **tellus stabilitas**, de equilíbrio entre as regiões e países a reunir no Império, era evidente que, nem as Gálias, nem as Hispânicas, se poderiam arrogar a ser mais importantes que a suprema Roma.

Muito simplesmente, o «**deus sem nome**» a que se referiu Estrabão poderia ter sido uma entidade local para a qual não se encontrava o nome clássico mais adequado, pudesse ou não tratar-se, enfim, de um «deus desconhecido» (mas, a ser este último caso, não teriam, evidentemente, aparecido tantos teónimos

indígenas, já romanizados, e a sua respectiva hierarquização).

E, prosseguindo, tanto os «**Galaicos**», como os «**Celtíberos**», afirma **Estrabão**, realizariam «**sacrifícios**» e «**danças**» em honra desse mesmo deus, em celebrações que decorriam nas noites de Lua cheia e duravam até ao amanhecer; quase é excusado reafirmar que estes rituais desmentem qualquer vigência de «ateísmo» [ESTRABÃO, id., ibid.].

Sabendo-se, enfim, o modo como, após a Romanização, o «**Culto a Júpiter**», enquanto «deus supremo», veio a implantar-se em determinadas áreas de onde não subsistiu qualquer vestígio ritual indígena, haverá hipótese de considerar de se terem tratado essas mesmas zonas dos lugares onde se veneravam as alegadas deidades «*sem nome*», e as quais se teriam depois conotado com a principal divindade clássica.

No que respeita à **religiosidade dos Celtíberos**, no seu recente estudo, **Gabriel Sopena Genzor**, partindo da citada passagem estrabónica, inicia precisamente a sua dissertação com o citado comentário estrabónico à importância de um tal «**deus sem nome**» entre as sociedades autóctones peninsulares [SOPEÑA GENZOR 1995: 29-45].

A intenção deste autor era, à partida, aproximar os sentidos religiosos dos **Celtíberos** ao próprio âmbito do veio a surgir no contexto da **Mitologia céltica**; isto como explicação possível e ponto de partida para o estudo das próprias manifestações expressivas peninsulares.

Subscreve, então, o princípio de que, na sua essência, os **Celtíberos** eram parte dos mesmos «**Celtas**» que habitavam, então, o Ocidente europeu.

O «**deus sem nome**» vinha explicar-se como uma sobrevivência de uma primitiva formulação monoteísta; consoante os lugares, esse deus receberia diferentes epítetos, mas manter-se-ia essencialmente como uma única entidade, indissociável ao fundo das próprias tradições religiosas locais [cf. SOPEÑA GENZOR 1995: 29; 31].

Avaliando-se, portanto, a anotação acerca do «ateísmo» dos Galaicos, salientaria precisamente **Sopeña Genzor** que, muito pertinentemente, era a mesma tão só uma falha no modo da **interpretatio graeca**. Daí a sua própria tentativa de aproximação das divindades indígenas às próprias divindades célticas, onde, de facto, se poderiam encontrar similares registos e características.



Entende-se, enfim, que são as concepções religiosas o que, a um primeiro nível, determinava o aparecimento, não apenas de objectos com funcionalidade ritual, como das representações figurativas das entidades sobrenaturais segundo formas específicas, ainda que, numa dada época ou entre determinadas sociedades, os contactos com o divino não passavam necessariamente pela intermediação da representação plástica; o «nome», como a «**figuração**», seriam em contrapartida, atributos essenciais à identificação das divindades segundo uma acepção classicista [cf. PATROCÍNIO 1999: 29-ss.].

De qualquer forma, a referência ao «ateísmo» dos Galaicos, tanto se poderia esclarecer: ou dentro da perspectiva de que a sua respectiva religiosidade não era obviamente igual à veneração que sucedia em relação aos deuses do panteão clássico (sem qualquer possibilidade de correspondência directa de teónimos); ou pela própria especificidade de uma experiência que residia ainda em práticas verdadeiramente pré-históricas, testemunhadas, afinal, pelos diversos sinais rituais que bem se adequavam ao sentido de persistência dos próprios cultos à Natureza.

Segundo comenta, em resumo, **Sopeña Genzor**, se os «Galaicos» eram descritos como «ateus» haveria que entender uma tal afirmação num *sentido estritamente ideológico* (...), sabendo-se que os Gregos designavam, assim, todos aqueles que veneravam divindades inassimiláveis aos deuses do seu próprio

panteão e à linguagem mítica grega. (...) [Portanto,] **a existência de deuses sem nome e a dedicação epigráfica 'ao deus', ou 'a um deus desconhecido' explica-se pelos caracteres próprios do desenvolvimento do politeísmo grego a partir da época clássica; e são particularmente aplicáveis a divindades ctónicas e não às urânicas** [SOPEÑA GENZOR 1995: 31; n/ destaque].

De qualquer modo, a identidade dos deuses locais era muito forte. Cada área territorial possuía o seu próprio âmbito de veneração cultual, e nem sempre, enfim, a «divindade suprema» de um dado grupo era a mesma de um outro [cf. DE VRIES 1962 (1963)].

b) As manifestações culturais como motivo para a emergência de uma «tradição luso-romana».

Enfim, já num processo coincidente com a **Romanização**, tanto o **registo dos teónimos indígenas**, como a o próprio surgimento dos **primeiros sinais figurativos**, conducentes à representação das divindades locais, começa a aferir-se para os **testemunhos epigráficos** reportáveis à situação dos mais diversos achados para o território lusitânico.

Em **Trás-os-Montes**, zona geograficamente recôndita, mas onde a afirmação dos valores locais era subsistente, destacam-se certos exemplos determinantes:

- caso da **ara de Torre de Moncorvo**, proveniente do território do **populus Baniensis**, que habitavam na confluência do rio Douro e Côa, e que surgia como dedicada ao, precisamente, ao **Genius civitates baniensium**, indicando, assim, a clara evidência da romanização dos cultos locais, em que uma entidade divina de âmbito «tribal» se terá assimilado à tutela característica dos **genia**;

- ou o conjunto de **aras consagradas a Aernus**, procedentes do **Castro de Avelãs (Bragança)**, um dos principais povoados dos antigos **Zoelae**, sendo que um destes mesmos exemplos tem a particularidade de trazer uma **figuração de berrão**, ou de **javali**, associada, portanto, à condição de elemento acessório, uma vez que é um trabalho de cantaria que faz parte integrante do simbolismo geral que nos é oferecido pela ara, enquanto monumento.

Destes últimos altares consagrados ao **deus Aernus**, dois foram levados para o **Museu da Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)**, permanecendo outro em Bragança. Uma **outra ara**, com idêntica dedicação, encontrada na **Igreja da Ordem de Malta (Macedo de Cavaleiros)**, veio a ser também guardada no **Museu de Abade Baçal, em Bragança** [ENCARNAÇÃO 1975: 79-ss.].

Esta sucessão de achados veio, entretanto, a interpretar-se como um indício da presumível existência, nessas redondezas, de um santuário à referida divindade do Nordeste. Enfim, conforme comentara já **Leite de Vasconcelos**, de resto, *como de Malta a Castro de Avellãs há 37 kilometros, contados em linha recta (...), vê-se que o culto de Aernus teve área um pouco mais lata do que aquella que o apparecimento das primeiras inscripções fazia suspeitar* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 217-218].

c) Os achados dedicados a «Aernus» (Castro de Avelãs) e os aspectos da sua representação formal.

A ara de Castro de Avelãs que comporta, sob a forma de relevo, a **representação de um «javali»**, e sendo uma das peças guardadas em Guimarães, possui ainda associados outros motivos característicos: as **três representações de galhos** ou de **arbustos**, em recorrência do «**triplismo**», uma repetição simbólica particular, que, obviamente, evoca paralelos com alguns dos elementos ornamentais da cantaria castreja (nomeadamente, os blocos decorados provenientes da **Cidade de Paderne**, ou o bloco, também com a «**figuração de tridente**», de **Cárquere**, atrás descrito) [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c: 37-38,; e também GREEN 1989 (1992), para a arte céltica, e, em particular, para os exemplos da arte galo-romana].

Volta-se a sumarizar o significado possível dos simbolismos associados ao **tema do triplismo**, que, nas suas formulações visuais, e segundo o que resumiu **Miranda Green**, terão uma relação directa com a **expressão da crença na omnisciência ou poder omnipresente do sagrado**, que assinala, na representação das divindades, o sentido reforçado do poder do sobrenatural, sublinhado, pois, **três vezes**. As formas múltiplas tanto se manifestam na figuração de «**deuses tricéfalos**» ou «**com três faces**» (caso de **diversas representações de Mercúrio**, referido nas fontes clássicas como o «*principal deus dos Gauleses*», e dos quais se há-de destacar um célebre bloco, de período galo-romano, do «**Mercúrio tricéfalo**» exposto no **Museu Carnavalet**, de Paris), como na própria representação associada às **Três Matres**, em painéis de relevo ou esculturas, que se disseminam um pouco por todo o Ocidente europeu, incluindo, então, a área castreja.

Nas **representações zoomórficas**, é ainda sabido que aparecem, por

exemplo, touros, e até javalis, com três cornos, possivelmente **acentuando sentidos exacerbados de fertilidade e de força** (tal como, de novo, nos surgira já na **associação à personagem mítica de Gerião**, que é igualmente figurado sob uma forma tríplice) ²⁹⁵.

O triplismo estará, assim, presente no resumo de atributos visuais que, casualmente, se associaram ao **Culto a Aernus**.

Desde logo, o **motivo do «arbusto»**, bem como o **motivo do «javali»**, presente na ara proveniente do Castro de Avelãs, na sua combinação, interpretaram-se, assim, como uma emblemática própria que, de alguma forma, simbolizaria as características da divindade venerada.

Leite de Vasconcelos teria até aproximado o **Culto de Aernus** ao **Culto de Arduína** (a divindade feminina gaulesa venerada na Floresta das Ardenas), a qual (para além da própria consideração que pudesse merecer uma eventual semelhança etimológica entre as designações de ambas as divindades, sendo, muito embora **Aernus**, à partida, um teónimo formulado no masculino), entre os seus respectivos atributos, também contava com a exibição da figuração dos galhos, muito embora este outro culto se viesse antes a revestir de conotações funerárias [in ENCARNAÇÃO, id., ibid.].

d) Intersecções figurativas:

O monumento consagrado a «Arus» (Castro Daire).

Volta a estar presente o **motivo da representação do «javali»**, por sua vez, noutro exemplos votivo: o **altar de Castro Daire (Viseu)**, depositado no **Museu do Carmo**, e onde a figuração do animal ressurgue numa das faces laterais da peça

Cf.
Anexos

²⁹⁵ **Green**, em suma, notaria que este tipo de representações divinas parecia concentrar-se principalmente em torno de Reims, em pleno foco da Cultura Galo-céltica [cf. GREEN 1989 (1992): 169-ss.].

(tal como, em época posterior voltará a aparecer no já citado monumento funerário da **Herdade da Defesa de Barros, Avis**). Aqui, porém, vem o «javali» acompanhado pelo que é uma primeira notável **representação esquemática da figura de um guerreiro**, na face esquerda da ara.

Neste altar, a dedicação inclui o teónimo, «**Arus**» cuja leitura é, porém, pouco explícita e até de termos discutíveis (apesar da sua sugestiva comparação etimológica com o teónimo «**Aernus**» dos **Zoelae**). Reconhece-se razoavelmente a fórmula latina adjacente («**L(ibens) A(nimus) S(oluit)**»), que já Borges de Figueiredo identificara na primeira notícia relativa a esta mesma ara (publicada em 1887, no Vol. I da *Revista Archeológica e Histórica*) [cf. ENCARNAÇÃO 1975: 108-110; e também ALARCÃO 1988: 160-161].

Entre estes vestígios, o de **Castro de Avelãs** e de **Castro Daire**, estabelece-se de resto uma outra série de comparações: comportam, cada qual, desde logo, temas e figurações visuais que só aparecem sobre tipologias que decorrem do processo da **Romanização**, na clara assimilação das divindades locais. Em seguida, notar-se-á que esta mesma imagética só poderia ter precisamente surgido das **tradições locais** subjacentes à área onde aparecem os referidos temas expressivos, na sua formulação.

O **altar de Castro de Avelãs**, que comporta precisamente o «javali», está em plena área geográfica da «**Cultura dos Berrões**», e, neste monumento, o zoomorfo está acompanhado de uma figuração naturalista.

Por sua vez, o **altar de Castro Daire**, mantendo o **mesmo motivo figurativo**, e não deixando, do mesmo modo, se surgir numa zona que também seria naturalmente receptiva às influências do tema dos «**berrões**», tem igualmente, desta feita, a **figuração heroicizada de um antropomorfo**; de alguma forma, também a zona teria recebido algo da extensão subjacente às influências da área da «**Cultura dos Guerreiros**», sendo que, como já se afirmou, as representações zoomórficas não são de modo nenhum um elemento alheio, quer

às associações ao divino, quer, portanto, às representações de índole heroizante, em particular as que se referem à figuração de guerreiros.

Mas, no que se refere ao **vestígio de Castro Daire**, é este, quase, um exemplo único de associação entre uma representação antropomórfica e outra zoomórfica sobre o trabalho esculpido em pedra, embora, de resto, surja na metalurgia: nos **Carros votivos de Costa Figueira e de Mérida** (este depositado no **Museu de Saint-Germain-en-Laye**, em Paris), bem como no já referido **carro de Castelo Moreira**.

**Figs.
16 e 17**

Adiantava, em síntese, **Leite de Vasconcelos**, que, neste mesmo **monumento a Arus**, *a imagem do guerreiro (...), ou é a do dedicante, ou a do deus (em tal caso deus da guerra); mas sendo a do deus, não deveria estar na face principal (...)?; quanto ao quadrupede figurado na face principal da ara ou é animal de sacrifício, como o que vimos numa ara do deus **Endovellicus**, ou simboliza o próprio Arus* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 314-315].

Muito curiosamente, **Castro Daire** parece estar, então, não apenas na própria fronteira entre os territórios habitados por **Galaicos** e por **Lusitanii**.

A Sul do Douro, e em coincidência com áreas que envolviam os Lusitanos, em sentido de crescente, mas formando já os territórios da futura parte oriental da província da Lusitânia romana, além do próprio Alentejo, prefigurara-se já, de facto, na Idade do Bronze, a zona dos achados das **estelas** que haviam começado a comportar a figuração esquemática de «guerreiros».

Tratar-se-ia, de qualquer forma, de outras geografias, outras épocas.

Entrevendo-se, em geral, a incidência da relação das confluências, os lugares de 'fronteira' são obviamente zonas de encontro de grupos humanos e de ideias, ou lugares onde irrompe de forma quase surpreendente o próprio encontro do presente com o passado ²⁹⁶.

²⁹⁶ De referir, aqui, que o próprio fenómeno dos **cruzamentos imagéticos** era, de resto, já bem evidente nos próprios exemplos de **grupos de estelas do Bronze Final do**

Estamos, na verdade, perante a evolução formal da tipologia figurativa, directamente associada à própria consolidação da antiga ideologia que exaltava os valores heróicos, e que, como tal, acabou por se reflectir na constituição de um grupo determinado de representações, de onde resultou o surgimento da ampla imagética de figurações de «guerreiros», ao lado da própria representação das entidades divinas, do mesmo modo dotadas de uma emblemática própria, que faz transformar, por sua vez, o «**heróico-guerreiro**» em «**heróico-divino**».

A representação descrita da **figuração no altar de Castro Daire** sugere-se quase como um primeiro exemplo de uma tal transformação imagética; o seu **esquematismo** e **estilização** não ocultam nada do que hão-de ser, de facto, os mesmos atributos que vão caracterizar, em especial, não muito depois, as próprias elaboradas representações locais do deus «**Marte**».

A evolução culmina, pois, em todos estes exemplos que nos surgem já na época romana, da escultura dos «**Guerreiros galaico-lusitanos**», à figuração das divindades, sejam elas as autóctones ou as que resultaram do cruzamento com os próprios deuses clássicos.

O **antropomorfo de Castro Daire** indicará possivelmente um dos primeiros modos de adaptação iconográfica, onde subsistiam as formas arcaicas, quanto às necessidades de se fazer representar uma determinada entidade divina, já tendo

território português, segundo o registo e catalogação das suas respectivas tipologias, e, nas quais, aos dois principais modos de diferenciação figurativa distinguem-se as **estelas de «tipo estremenho»**, onde prolifera a **figura humana**, das **estelas de «tipo alentejano»**, onde, ao invés, surgem sobretudo **armas** ou **motivos ideotécnicos**. Entretanto, entre estas duas categorias, surge uma terceira, correspondente a uma área intermédia de outros achados, onde, por sua vez, é porventura possível denotar uma **conjugação de elementos de origem distinta**, numa manifestação de prévios modos de sincretismo entre diversos modos de formulação visual, do ‘antropomorfismo’ À integração de demais elementos. Será o caso da **Estela da Tapada da Moita (Castelo de Vide, Portalegre)**, analisada por Jorge Oliveira, da Universidade de Évora (tal como, em hipótese, nos foi sugerido pelo próprio); adianta-se, de qualquer maneira, que, sendo «*difícil*» estabelecer relações desta mesma peça *com as chamadas estelas decoradas da Extremadura (Tipo II)*», é evidente que, aqui, neste último exemplo, é o próprio recorte da estela que lhe confere a *ideia geral de antropomorfismo* [OLIVEIRA 1995: 100-101].

em atenção o tal conjunto de atributos necessários para se identificarem elementos figurativos, que vão conduzir, entretanto, à apresentação de entidades individualizadas.

Na sua incipiente iconografia, comporta, enfim, a pose bem reconhecível do que hão-de ser as figurações clássicas: o **apoio sobre lança** (que está agarrada pelo braço esquerdo), ou a eventual **representação de capacete**, aqui muito indistinta do próprio detalhe anatómico (e a figura é anónima, desprovida de fisionomia; não é um indivíduo, mas um modelo).

De facto, os traços do corpo estão somente reduzidos a um contorno e a representação da cabeça, bem demarcada em relação ao corpo, reduz-se também ao seu aspecto linear, mas que denotaria, assim, a intenção de figuração do capacete ou elmo da figura.

Outras sequências não deixariam de fazer assinalar a continuidade desta mesma convergência de uma representação definida pelos seus demarcados atributos, que serão comuns, tanto à evocação heróica, como à figuração divina, numa mesma situação estilística em que se cruzam parâmetros.

e) A progressiva composição do modelo de representação do Deus Marte.

Dos exemplos que acentuam a crescente afirmação dos sentidos visuais da **evocação heróico-divina**, há, desde já, a indicar a figuração da **pátera da Quinta do Paço (Carriga, Santo Tirso)**, encontrada próxima do **Castro de Alvarelos**, e actualmente no **Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**, em Lisboa, que corresponde a uma obra de prata, de pequeno tamanho, pertencente ao antigo **espólio de Teixeira de Aragão**, e que vinha comportar a o que foi entendida como uma presumível **representação de uma divindade**, cuja legenda indicava o enigmático nome de «**Saurium**». Tratar-se-ia de algum teónimo indígena, ou de

Cf.
Anexos.

algum simples topónimo? Sendo uma realização de plena época romana, seria, porventura, conforme se chegou a adiantar, a personificação divinizada de alguma entidade fluvial, tentando-se, assim mesmo, aproximar, o mesmo nome dos associados a '**Soure**' ²⁹⁷.

Mas, pela consideração tão marcante dos elementos iconográficos, talvez fosse já certamente uma figuração do **Deus Marte**, o que tornaria a legenda numa simples alusão, ou ao nome do dedicante, ou a algum sítio [cf. resumo, in ENCARNAÇÃO 1975: 270-274].

Tratando-se, enfim, de uma das peças a que **Hübner** se referira já nas suas primeiras notícias arqueológicas da segunda metade do Séc. XIX, o seu âmbito figurativo é um motivo dos mais marcantes para o antigo figurativismo do território: a entidade apresenta-se como **um guerreiro barbado, de pé, com elmo, escudo e lança** [cf. ENCARNAÇÃO, id., ibid.].

Uma representação que, assim mostrada, e, de acordo com **José d' Encarnação**, não menos evidenciando o inegável resultado de um **contacto cultural** decorrente da progressiva instalação do domínio romano em áreas autóctones interiores, se *coaduna perfeitamente com a imagem do guerreiro romano* [assim] *representado* [ENCARNAÇÃO 1975: 274].

O facto é que, por detrás da aparência plenamente romana, do «legionário» ou «soldado», entrevê-se, na verdade, uma atitude local, à qual a nova imagética se adequou.

Por sua vez, considerando a **inscrição desta mesma pátera**, que seria

²⁹⁷ Era um *interessantissimo fundo circular de patera romana*, exemplo das «Figuras de guerreiros representadas em monumentos», com um diâmetro de sete centímetros e meio, descrevendo-se como vendo-se, *de pé (...), ao centro d'elle (...), um guerreiro barbado; tem na cabeça elmo com penacho, veste tunica e ocreae, e usa caligae; com a mão direita segura uma lança e com a esquerda um escudo oval* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 310]. A sua inscrição fora transcrita dos seguinte modo: *S(extus) Arqui(us) · Cim(bri) L(ibertus) · Saur (...)* · *V(otum) · S(oluit) · M(erito)//* [segundo Hübner, no CIL; in LEITE DE VASCONCELOS, op. cit.: 311]

atribuível à época de Augusto, proporia **Jorge de Alarcão** que uma tal referência corresponderia, pois, mais ao *dedicante* que à divindade assim representada. Neste caso, avaliando o conjunto dos atributos bélicos da figura, estar-se-ia assim perante uma **figuração de Marte**, o que faz todo o sentido, pelo menos em atenção ao que se tornara convencional. Por estes processos enquadrar-se-iam pois os elementos iconográficos presentes, que a figura exibia (e por isso mesmo, segundo ainda **Jorge de Alarcão**, dispensando qualquer necessidade de identificação da própria divindade). Estaria portanto subjacente a assimilação, ao modo romano, de alguma entidade indígena, a cuja evocação se adequava a introdução do Deus Marte [cf. ALARCÃO 1988: 160].

Na verdade, a figura está evidentemente representada já com todos os aparatos da **iconografia clássica**, e que eram os habitualmente associados a **Marte**: a **barba**, o **elmo**, a **armadura** e a **lança**.

Os mesmos, de resto, que se adivinhavam na figura da ara de Castro Daire.

E em comparação com a representação da **pátera da Quinta do Paiço**, realça-se que a **mesma tipologia figurativa e conjunto de atributos**, voltam a aparecer num outro monumento romano, onde, aí, desta feita, é o próprio deus que se mostra: a **ara votiva de Torre de Palma (Monforte)**, datável dos inícios do Séc. II, e também nas Colecções do Museu Nacional de Arqueologia. A peça foi noticiada, **em 1962**, por **Manuel Heleno** na sequência do relatório dos trabalhos que aí veio a realizar, em artigo da «Nova Série» do *Arqueólogo Português* (II Série, Vol. IV). Eis que, aqui, a divindade está **esculpida em relevo** sobre a face principal da ara, com o seu porte solene e disposição em **'contrapposto'**, à qual serve o apoio sobre a comprida lança, ou **«pilum»**, aqui segura pelo braço direito, e que compõe o sentido do equilíbrio do corpo no contexto do espaço visual.

Vê-se, portanto, a **figura esculpida em alto-relevo, sobre um rude pedestal (...)** [encontrando-se] **de pé, perna esquerda levemente inclinada, couraça, capacete, mão esquerda segurando o escudo que assenta no chão,**

Fig.
47.

mão direita agarrando o pilum (...). Uma posição estática, solene, fazendo esmorecer o aparato militar [ENCARNAÇÃO 1984: 634; n/ destaque; cf. também MENDES DE ALMEIDA 1983: 342-343].

A ara (recolhida numa propriedade privada) surge como um **exemplo votivo no âmbito de práticas rituais particulares**, como cumprimento de algum voto. Salienta-se que o **culto a Marte**, de facto, seria frequente nos domínios dedicados às actividades agrícolas, e tutelaria assim a protecção das terras. Em **Março**, nas celebrações do mês consagrado à divindade, cumpriam-se então rituais periódicos que lhe eram consagrados. A par da sua qualidade guerreira, a divindade propiciaria, pois, também o favorecimento da **abundância agrária**- e, mais uma vez, a **combinação entre funcionalidades iniciais** que ressurgiam em associação a outras conotações simbólicas (as do «**Deus-guerreiro**»), adquirindo uma outra esfera significativa, como seria o caso assinalado por este mesmo altar de Torre de Palma [cf. ENCARNAÇÃO, id., ibid.: 796; MATOS 1995: 88-89]²⁹⁸.

E descreve, ainda, **Justino Mendes de Almeida**, desta mesma ara, a mesma composição, em que, num dos seus lados, *na face da qual se vê insculpida em alto-relevo a figura de Marte*, [via-se também que] *uma das mãos [estava] apoiada sobre o escudo redondo (clipeus), a outra empunhando uma lança (...)*; salientava desde logo a semelhança, quer com a **gravura de um anel de Loulé**, onde surgia uma idêntica postura (e que havia sido estudada por Leite de Vasconcelos no seu tratado das *Religiões da Lusitânia*), bem como a evidente similitude com a **pátera de «Saurium»**, oriunda da Quinta do Paço (*que, diz*

²⁹⁸ Esta ara dedicada a Marte, de Torre de Palma (Monforte), bem como a ara figurada dirigida a Endovélico (cf. atrás) e o altar funerário consagrado aos Diis Manibus, de Avis, além de uma outra urna cinerária, de origem ignorada, presentes, com o seu devido destaque na **Exposição de Escultura Romana das Coleções do Museu Nacional de Arqueologia**, realizada em Lisboa, durante o ano 1980, foram especialmente abordadas em palestra proferida a 28 de Agosto do mesmo ano, por **Justino Mendes de Almeida**, que, assim, apreciava o tema da Epigrafia a monumentos figurados, de qualidade assinalável, tal como haviam sido recolhidos no território português [cf. MENDES DE ALMEIDA 1983: 337-346].

igualmente, *pertenceu a Teixeira de Aragão e que depois foi cedida [...] ao Museu Etnológico*) [MENDES DE ALMEIDA 1983: 342-343; cf. atrás].

Das notas relativas à consideração desta imagem de Marte, salienta ainda **Mendes de Almeida**, quanto ao **motivo do escudo**, que, presumivelmente, seria romano, que, aqui, é o mesmo, com efeito, **redondo, à maneira lusitânica** [MENDES DE ALMEIDA 1983: 343; n/ destaque].

A figura divina de Marte foi, pois, das que mais se prestou a manifestações de **sincretismo com entidades autóctones**, cujo nome se diluiria, entretanto, na mesma assimilação a este deus romano, mas que tanto se teriam relacionado, na sua origem, com a acentuação das **qualidades guerreiras** da divindade, como com a persistência de um **carácter tutelar agrário**, que se lhe veio a associar.

Um caso concreto desse mesmo sincretismo, de assimilação entre uma divindade local e o deus Marte, corresponde ao exemplo da **lápide de Monsanto (Idanha-a-Nova)**, consagrada a «**Mars Borus**». Estudada por **D. Fernando de Almeida** e noticiada também **em 1962**, quanto ao conjunto de pesquisas efectuadas sobre o antigo território dos **Igeditani** (tendo saído no artigo: «**Aras inéditas, igeditanas, dedicadas a Marte**», publicado na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*), não possui porém qualquer figuração. Mas a sua simbologia serve de confronto, e contribui, para o esclarecimento das outras peças onde se poderá identificar a presença da imagem de Marte. Desde logo, o teónimo egítânico de «**Borus**» evoca particularmente uma outra entidade divina autóctone, «**Bormanicus**», venerada no antigo território vimaranense, e associada ao **Culto das águas** (cujo simbolismo foi atrás resumido). Quanto às presumíveis funções deste primitivo «**Borus**», com relação à sua posterior assimilação romana, os [seus respectivos] *atributos (...) andarão talvez (...) ligados à terra e à agricultura, por a estas se ter [assim mesmo] ligado o deus Marte*» [ENCARNAÇÃO 1975: 234].

Enfim, é no reforço de um âmbito bem assinalável dos diversos sentidos

simbólicos, que um fundo cultural antigo se vinha reflectir numa determinada época. Estes são os exemplos de uma «**arte luso-romana**», que se compõe por aspectos bem característicos, na sua configuração formal e intencionalidade que, a partir de um certo momento, se reconheça pela insistência com que surgiam determinados temas. Salientar-se-ia, igualmente, da presença de outros vestígios de **culto a Marte**, em **Miróbriga** (Santiago do Cacém), uma correlativa **lápide funerária do alto do Castelo Velho** do mesmo modo dedicada a essa divindade [ENCARNAÇÃO 1984: 221-222; 795-796].

O **Culto a Marte**, na verdade, teve **ampla difusão na própria Europa**, nos tempos subsequentes à conquista romana dos territórios ocidentais. E assim o definirá, em termos gerais, **Miranda Green**: *indeed there is plenty of evidence for warrior-cults in Celtic lands. (...) In a Celtic milieu, Mars was given a number of different native surnames or titles; his identity was adopted as a peaceful protector, a healer and a territorial or tribal god (...). So in a Celtic context, the warlike nature of Mars appears to have been modified so that he was often perceived as using his fighting prowess in order to protect rather than to engage in combat for gain* [GREEN 1992: 140-141, n/ destaque; cf. também GREEN 1989 (1992): 74-130, Cap. 4].

5. O Culto a Endovélico: Da *interpretatio romana* às tipologias votivas e seus paralelismos.

A divindade maior da Lusitânia, ou, pelo menos, a que carácter supra-regional ou supra-tribal veio a merecer, foi, então o caso do **Deus Endovélico**, de que houve uma ampla gama de **vestígios votivos** que subsistiram, na sua maior parte, entre o diverso espólio do antigo santuário dessa mesma divindade no **Cerro de S. Miguel da Mota (Alandroal)**. Como realçaria Leite de Vasconcelos, no Vol. II das *Religiões da Lusitânia*, onde consagra amplos capítulos a este mesmo culto, era, assm, *a historia do deus é excepcionalmente importante* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 112].

José d' Encarnação, no seu trabalho *Inscrições Romanas do Conventus Pacense*, apresentaria uma enumeração de oitenta e quatro inscrições, sobre lápide ou sobre aras, entre outros elementos, quanto a um abundante conjunto de manifestações especialmente oferecidas à invocação de **Endovélico** [ENCARNAÇÃO 1984: 561-629; 801-ss.; cf. também ENCARNAÇÃO 1975, e ENCARNAÇÃO 1978].

As **recolhas epigráficas**, com efeito, assinalavam-se desde longa data, e, de resto, conforme outras notícias mais recentes, não deixariam, entretanto, de continuar a aparecer, como se assinalou, com mais um **achado da Igreja de N^a. Sr^a. do Loreto, em Juromenha**, interpretado e publicado por **Justino Maciel e Tarcísio D. P. Maciel** no artigo «A propósito de uma nova ara a Endovélico», da revista *Gaya* [cf. MACIEL et al. 1986]²⁹⁹.

²⁹⁹ Já em 1616 as inscrições apareciam colligidas na grande obra de Gruter (...), *Corpus Inscriptionum* (...). Muitas foram as dissertações provocadas pelos trabalhos precedentes: umas incorporadas em obras maiores, outras feitas de proposito. Habitados como todos estavam ao pantheon greco-romano, comprehende-se a impressão que causaria nos espiritos cultos o facto de aparecer no interior da

De origem sempre entendida como autóctone, e assim se parecendo, com efeito comprovar a partir dos dados comparativos aferíveis, foi sobretudo marcante a distinção recebida em pleno período imperial, que lhe reconheceu uma significativa importância territorial, e não lhe terá retirado o que fora possivelmente o seu antigo nome, embora o mesmo viesse a estar, claro está, latinizado.

José Leite de Vasconcelos, apoiado nas suas próprias pesquisas, não deixaria de classificar o deus como uma entidade que, inicialmente, se revestiria de uma carácter tópico (na sua interpretação como **numen loci**), sem que a sua área se deixasse de se circunscrever, somente, ao outeiro onde veio a permanecer o seu respectivo santuário [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981)]³⁰⁰.

De resto, indicaria que fora na sequência da sua visita ao Cerro de S. Miguel da Mota, por volta de 1890, que muitas das lápides que vieram a integrar o núcleo próprio do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, foram, nessa mesma sequência, reencaminhadas para Lisboa, e aí salvaguardadas; os primeiros estudos modernos, nomeadamente os que caberiam a Leite de Vasconcelos, e abordando, quer o culto, quer os seus vestígios, publicar-se-iam, na verdade, pouco depois, logo ao Vol. I do *Arqueólogo Português* [cf. Bibliografia].

Sendo, evidentemente, os documentos epigráficos um dos mais significativos testemunhos do que sobreviveu do **Monte de S. Miguel da Mota**, entre os que se mantiveram **in situ** e os que se vieram a espalhar pelas redondezas, reutilizando-se noutras estruturas (caso da **inscrição conservada na zona do altar da vizinha Igreja de Terena**), não menos importante é também o **legado escultórico do**

*Lusitania, no alto de uma montanha erma, certo número de inscrições lapidares em que se lia a palavra **Endovellicus** precedida do grandioso epitheto de **deus!*** [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 113].

³⁰⁰ *Como o culto se celebrava no alto de um outeiro despido de vegetação importante, e sem fontes [ainda que perto do curso de um rio] (...), sou levado a crer que Endovellico não era na origem senão um deus propriamente d'esse outeiro, não deixando de se salientar que para os povos antigos as montanhas eram frequentemente motivo de veneração e respeito* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 125-126].

mesmo culto a Endovélico, que é dos exemplos mais expressivos do que, da arte antiga, se recolheu no território português [cf. as inventariações de MATOS 1995: 133-179; e, especialmente, SOUZA 1990: 33-38].

Portanto, assinalava-se já no princípio do Séc. XX, que, do referido Santuário, subsistiam assim vários *monumentos*, como *aras, tabulas e cippos, já com inscrições latinas, já anepigraphos; esculturas de homens, de animaes, e diversas; pedras excavadas em forma de pia (...)*, além de outros materiais, como *fragmentos de objectos de barro e de vidro, e moedas romanas de cobre do sec. IV* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 122].

Assim mesmo, se o deus é de origem inequivocamente local ou regional, a escultura que o representa é de modelo clássico, tal como é a epigrafia dedicada ao deus, toda ela, latina. Estaremos, pois, perante mais uma manifestação de **modos de interpretatio**, diante de um culto que, na sua forma, corresponde, apesar de tudo, talvez à «reinvenção», no âmbito ritual, do que terá sido uma antiga religiosidade.

Endovélico é uma divindade local que sai da «**obscuridade**»: da «**obscuridade**» dos tempos e das origens, como da «**obscuridade**» do que seriam os seus primevos domínios de veneração.

E à «**obscuridade**» aludiria, precisamente, a origem etimológica do teónimo, segundo o que se tem tentado explicar, com efeito, pelo decurso das mais diversas interpretações que, no termo céltico «*nd-wellos*» (correlativo com o conceito de «**escuridão**») se procurou a justificação para definir esta importante divindade como o «**Obscuro**» ou o «**Negro**»; mas também o «**Bom**». Tratar-se-ia efectivamente de uma «**divindade infernal**», talvez de conotações ctónicas ou telúricas, o que se coadunava, pois, com as características do seu culto, o qual envolvia a prática dos peregrinos pernoitarem no recinto que lhe era consagrado.

As diversas relações que se podem estabelecer com o **Culto a Endovélico** são vastas, enraizando-se, conforme o que é possível recapitular, nos mais

diversos aspectos de natureza cultural que ajudaram à própria formação do fundo comum das civilizações peninsulares.

Veio a assinalar **Justino Mendes de Almeida**, ainda a propósito dos significados correlativos com o teónimo, que, na verdade, a *composição da palavra céltica Endovellicus dá-lhe um significado muito próximo do latim optimus* (...). De qualquer modo, *a testemunhar [a sua respectiva e provável] origem céltica* (...), temos, entre outros elementos, *nomes de dedicantes* (...), *registados em inscrições do santuário* (...). Por outro lado, *o santuário localizava-se numa região de celtas* (os Celtici referidos por Plínio-o-Antigo)[MENDES DE ALMEIDA 1983: 340-341; n/ destaque]

O **Culto a Endovélico** definiu-se, enfim, sobre uma área precisa, no **Alentejo**.

Não se tratando propriamente de um «*deus étnico*» ou «*genius loci*», é-lhe de qualquer modo inerente uma determinada particularização, porque o **Santuário de S. Miguel da Mota** é praticamente o único lugar onde há uma reconhecida certeza da veneração exclusivamente dedicada a essa mesma divindade, atestando, enfim, as suas epígrafes uma difusão regional, à qual teria correspondido um enraizamento das atitudes tradicionais, e pelas quais se terá assegurado a transmissão, através das gerações, de hábitos votivos especiais [cf. ENCARNAÇÃO 1984: 800-804; cf. também MATOS 1995: 17-ss] ³⁰¹.

³⁰¹ Ao nível de outros exemplos comparativos, quanto a santuários indígenas que vieram a ser romanizados (estando o de **Garvão** numa situação de absoluto ‘**contexto fechado**’), haverá a estrutura do **antigo santuário da Idade do Ferro, em Miróbriga (Santiago do Cacém)**, que teria sido originariamente fundado por volta dos Sécs. IV ou III a.C., e ficando depois remetido ao canto noroeste do **forum**, sobre o qual se edificaram novos alicerces, em época romana; inicialmente, teria sido estado presumivelmente ali o lugar de culto a uma entidade indígena. Segundo o que descreve **Luis Berrocal-Rangel**, tratar-se-ia de *la única estructura que pudiera responder a los conceptos clásicos de las construcciones templarias mediterráneas. Desgraciadamente sólo contamos con datos aislados y observaciones personales de estas estructuras, cuya memoria de excavación nunca fue publicada. Según [D. Fernando de] Almeida, bajo los edificios religiosos del Foro romano se localizó un templo de planta y*

A natureza especial do **Culto a Endovélico**, de origens presumivelmente remotas, oferece-se, na verdade, a certas problemáticas.

Por um lado, tratando-se de uma velha divindade, de momentos primitivos associáveis aos inícios do seu culto não restaram quaisquer sinais: é, principalmente, a própria reconstituição do teónimo, com a sua diversidade de formulações, o principal testemunho de um processo de ligação à época clássica. Mas, por outro lado, é flagrante a quase facilidade com que os Romanos elaboraram uma imagética própria para esse mesmo deus, após o estabelecimento do seu domínio na Lusitânia, que o tornou distinto na sua respectiva figuração.

Enfim, das primeiras investigações modernas sobre o local do **Santuário de Endovélico**, destaca-se o artigo publicado em 1895, logo ao Vol. I do *O Arqueólogo Português*, da autoria de **A. Mesquita de Figueiredo**, intitulado: «**Informações archeologicas colhidas no Dicionário Geográfico de Cardoso**». Recuperavam-se e transcreviam-se aí algumas velhas notícias de âmbito corográfico que se referiam a ao Cerro, situado nas cercanias do Alandroal, e que, com efeito, registavam já os indícios da existência de um antigo recinto de grande importância local [FIGUEIREDO 1895].

A **epigrafia dedicada a Endovélico** viera a ser, de resto, incluída nos próprios **tratados humanistas**, salientando-se desde logo as referências de **Frei Bernardo de Brito** incluídas na *Monarquia Lusitana* [1595], e as dos seus

características helenísticas que fechó en el siglo I a.C.. Un profundo aterrazamiento artificial lo colmató y sirvió de base para las construcciones altoimperiales.

Basicamente responde a un edificio de planta rectangular dividido en, al menos, dos estancias interiores y abierto y orientado hacia el sur. Los actuales excavadores

[William Biers, et al], *sin confirmar el carácter sagrado de tales construcciones, retrasan su uso hasta el siglo III a.C.* [BERROCAL-RANGEL 1992: 193]. Não se manteve qualquer dedicação indígena, mas sim as dedicações, ou a Marte, ou a Esculápio, segundo os testemunhos epigráficos locais. De acordo com a própria disposição dos edificios em torno do espaço aberto do **forum** mirobricense, ter-se-ia instituído ali, talvez, um Culto à figura do Imperador [cf. ENCARNAÇÃO 1984: 218-220]. De qualquer forma, os **vestígios de Miróbriga** referem-se a um contexto cívico, ou urbano, enquanto Endovélico, por seu lado, tinha o seu santuário longe da «cidade».

seguidores, como **Frei António da Purificação**, na *Crónica da Antiquíssima Província de Portugal* [1656], que indicava já que as lápides consagradas a Endovélico, bem como as outras «*dedicadas a Prosérpina*», de *uma a Marte e ainda uma inscrição hebraica*, eram certamente provenientes das mesmas redondezas do Alandroal [cf. MACIEL et al. 1986: 15].

Mesquita de Figueiredo adiantava também a existência, do mesmo modo já inventariada, da **lápide sita ao lado direito do altar da Igreja da Senhora da Boa Nova, em Terena (também ao Alandroal)**, e ali mesmo inserida, em evidente reutilização, desde os tempos de edificação do templo. Um dos acessos ao **Cerro de S. Miguel** fazia-se, com efeito, desde **Terena**; o mesmo monte, aliás, fora cristianizado e dotado da sua própria capela, com invocação a S. Miguel Arcanjo, que baptizou o sítio. E, entre os dois lugares, o Alto de S. Miguel, mais proeminente, e o alto onde está **Terena**, corre a **Ribeira de Lucefecit**, que assinala a intervenção natural do elemento aquático, definindo, na verdade, uma paisagem especial, de onde se destacam relevos que irrompem de um envolvente horizonte de planície; o Cerro de S. Miguel da Mota ocupava, pois, uma posição privilegiada [cf. FIGUEIREDO 1895: 153; ENCARNAÇÃO 1984: 604-605].

Entretanto, também no mesmo Vol. I do *Arqueólogo Português*, **José Leite de Vasconcelos** abordava igualmente a ara votiva, do «**monumento a Endovélico**», que, à época, pertencia ainda às colecções arqueológicas da Biblioteca Nacional de Lisboa, e cuja inscrição continha o termo **propitium** (que, segundo se adiantava, na sua interpretação filológica, era o mesmo uso que na célebre invocação de **Catão**: «**Mars pater propitis mihi**»), e aqui, claro, aplicado ao Deus Endovélico [LEITE DE VASCONCELOS 1895 h: 46; cf. CATÃO, *De re rustica*: CXLI] ³⁰².

³⁰² No seu sentido extenso, a **invocação de Catão** era a seguinte: *Mars pater quaesoque, uti sies volens, propitius mihi*. Era este altar um «**monumento**» que seria *diversas vezes* estudado por **José Leite de Vasconcelos**; o termo **propitium**, aí presente, não seria, portanto, corrente no âmbito das fórmulas votivas da Epigrafia luso-

Prosseguindo a descrição da ara e o seu respectivo modo de conservação, registava-se que o referido monumento estava quebrado na sua parte superior; mas indicava-se que, no seu cimo, estava ainda a «cova» para as libações rituais, para as quais a ara teria também funcionalidade, apesar de Leite de Vasconcelos não deixar de sugerir, desta feita um pouco aleatoriamente, que a mesma peça poderia ter servido de pedestal para uma estátua.

Fig.
15

O principal interesse estava, de qualquer forma, na figuração, sobre a face reversa, de mais um «berrão», e em que o animal aparecia **montado sobre peanha**. De cada lado, surgiam, por sua vez, respectivamente, a **coroa e palma** [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1895 h: 43; MATOS 1995: 176-177; MENDES DE ALMEIDA 1983: 340-342].

Adiantando que à divindade se poderia eventualmente associar uma *funcionalidade curativa* (uma interpretação apoiada num presumível processo de **assimilação de Endovélico a Esculápio** e, a seguir, com o Arcanjo S. Miguel, que compartilhariam todos uma semelhante tutela «propiciatória» quanto à saúde), concluía Leite de Vasconcelos que *tanto este monumento, como os outros que do mesmo deus ha na Bibliotheca Nacional, vieram das ruínas do templo de S. Miguel da Mota, no Alemtejo, templo que ficava no alto de um monte. Este templo christão foi construido com materiaes que haviam pertencido a um sanctuario que o deus lusitano ahi teve. Endovellico era deus da saude, e, como tambem julgo, deus da montanha* [LEITE DE VASCONCELOS 1895 h: 46; n/ destaque].

Assim se inaugurava, nos próprios estudos do *Arqueólogo Português*, o leque de modernas apreciações sobre o conjunto de peças que se viriam a constituir na **Colecção dos vestígios de S. Miguel da Mota**, como núcleo significativo do Museu Etnológico, e cujas referências começavam a ser objecto de

romana; talvez viesse a corresponder a alguma nota de erudição do próprio encomendante ou do artesão. Aparece, de qualquer forma, como expressão do reconhecimento/ agradecimento por parte do devoto [cf. MENDES DE ALMEIDA 1983: 340-342].

nota quanto aos registos de entrada das aquisições para a referida instituição, ainda à época da Direcção de Leite de Vasconcelos [cf. MATOS 1995: 15-16; 22].

5.1. A Colecção das esculturas de S. Miguel da Mota.

Além da Epigrafia, conta-se o papel especial das **representações escultóricas** associadas à divindade, de que subsistiria também um número considerável. Desde logo, porém, quase todos esses mesmos vestígios mostravam sinais de mutilação.

De qualquer modo, era o **próprio deus** quem se representava em várias obras, destacando-se, aqui, os **bustos de proveniência local**, com figuração masculina, e onde se sucediam, de peça para peça, os mesmos aspectos: **cabelo volumoso, barba, olhos recortados**, na sua maior parte sem a figuração da íris, **boca pequena e unida**, de lábios ligeiramente salientes; **ausência de tensões fisionómicas**, numa aparência inspirada decerto nos traços mais característicos da intencionalidade inerente às representações olímpicas, e que traziam consigo toda a escola da arte clássica [cf. as inventariações de MATOS 1995: 23, 134-137; especialmente, SOUZA 1990: 33-34; e também LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 127-145.].

De outros **exemplos escultóricos**, também provenientes de **S. Miguel da Mota**, há a destacar uma outra presumível representação do mesmo deus:

- uma **figuração sobre estela**, quebrada e, porém, desprovida da parte correspondente à representação da cabeça, estando, de qualquer forma, a representação do corpo completo, um nu em relevo e em composição de **contrapposto**, apoiada numa laje vertical, que comportava, além do mais, uma inscrição na sua base, por sua vez composta ao modo de pedestal [MATOS 1995: 138; ENCARNAÇÃO 1984: 804].

Fig.
49.

Esta mesma estela aparecera partida em duas metades. Ressaltava, neste último monumento escultórico, em grande contraste com o requinte figurativo dos bustos, uma certa incipiência artística, que chegou a fazer com que se qualificasse esta escultura como obra de um «*artista inábil*», de uma oficina provincial (segundo **José Luís de Matos**).

Era evidentemente notório, enfim, que a perna esquerda da escultura estava mais curta que a direita ³⁰³.

De acordo, ainda, com **José d' Encarnação**, uma tal «*má qualidade*» em monumentos do género acompanhava a própria difusão generalizada de exemplos votivos particulares, tipologia em que se integraria esta mesma estela, isto exceptuando o conjunto de realizações que eram resultado das encomendas feitas por indivíduos de estatuto social mais elevado.

A identificação desta figura como uma **representação de Endovélico**, então, baseou-se na própria restituição da epígrafe sobre a base, que, embora esfacelada, permitia ler a respectiva fórmula votiva. Estando aí incluído o termo «**aedeolum**», relacionava-se o mesmo com a área do recinto do santuário em que ficavam guardados os «íolos» ou «**ex-votos**» consagrados à divindade, pressupondo-se, então, que esta mesma dedicatória era um exemplo propositadamente executado para esse mesmo espaço de oferendas.

Tratando-se pois de uma *escultura rude* (e estando, aliás, a respectiva inscrição também «*rudemente gravada*»), descreveria sumativamente **José d' Encarnação** a estela como um *relevo representando um homem nu, em posição*

³⁰³ Porém, **Leite de Vasconcelos** apresentaria a mesma figura como sendo a de um oferente; considerava-o, *dos monumentos mais notáveis de Endovellico* e indicava a referida estela como sendo a *que representa o paralytico* [cf. LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 137]. Seria oferecido, ao **Museu da Sociedade Martins Sarmento**, desta mesma escultura, um *modelo em gesso do ex-voto, que mostra a perna esquerda atrofiada (...)*, e que *parece ter sido dedicado por um hemiplégico, que o depôs no santuário desta divindade* [CARDOSO 1972 (1985): 32].

de caminhar (...), partido ao nível do diafragma, vendo-se ainda o antebraço e a mão esquerda [ENCARNAÇÃO 1984: 601] ³⁰⁴.

No âmbito das **ofertas particulares**, resgatou-se também, do conjunto de achados de S. Miguel da Mota, uma outra obra escultórica consagrada ao deus:

- um **busto togado**, estimado para o **Séc. II**, com uma **representação de meio-corpo**, e igualmente com uma fractura que seccionada o bloco de alto a baixo, desde o nível da cabeça, mas à qual corresponderia o **retrato de um mancebo**, em que se pede à divindade a protecção da sua alma, segundo uma fórmula funerária (contendo a inscrição devida, «*Votum Solvit Libens Animo*»). A peça foi reconstituída a partir da junção de três fragmentos, que correspondiam a diversas partes do busto: corpo, cabeça e um dos ombros [ENCARNAÇÃO 1984: 610-611; MATOS 1995: 148-149; SOUZA 1990: 34] ³⁰⁵.

Fig.
50.

Tanto os testemunhos epigráficos como os artísticos confirmam uma completa **Romanização do respectivo culto**. Das únicas pressuposições relativas à origem

³⁰⁴ Dizia a fórmula o seguinte: *Deo Endoveli/co Sacrum Aedeolu(m)/ C(aius?) S (ulpicius?) C(?) Pro v(o)tum fecit* [cf. ENCARNAÇÃO, op. cit.].

³⁰⁵ Peça com o N.º. de Inv. MNA 988.3.163, descrita por Vasco de Souza como *zusammengestellt aus drei Fragmenten (...), die vordere Kopfhälfte ist abgeschlagen. Auch sonst kleine Beschädigungen des Gewandes (...). Über einer dreieckigen Basis setzt in voller Breite die ein Pentagon bildende Büste an. Sie ist bekleidet mit Tunika und Toga. Balteus und Umbo bilden ihren unteren Abschluss. Der Kopf ist nach rechts gewendet. Aufgrund des Büstenumfangs ist dieses bescheidene Werk in den Anfang des 2. Jahrhunderts n. Chr. zu datieren*» [SOUZA 1990: 34; n/ destaque]. De qualquer forma, sempre com a intenção de consagração à divindade, particularmente como manifestação de agradecimento e de invocação curativa (ou então concordante com alguma simbologia específica), hão-de surgir outras diversas representações, que se resumem a ser de partes do corpo humano: cabeças, mãos ou pés, as quais, evidentemente, têm tão só uma intencionalidade simbólico-ritual.

desta veneração local, ressaltando dum esforço comparativo e interpretativo, onde se introduziram questões problemáticas quanto ao esclarecimento do possível carácter deste mesmo culto, sobretudo os que se referiram à **diversidade gráfica** com que as dedicações a **Endovélico** vieram a formular-se, foi assim a divindade invocada como **Endovellico**, **Endovollico**, **Enobolico** ou **Indovellico**.

Mas, ao nível de possíveis paralelos, regista-se que, no **Santuário de Postoloboso (Candelada, Ávila)**, havia uma divindade venerada sob o nome de «**Vellicus**» ou «**Vaelicus**», e que, no **Cerro del Andébal**, situado nas proximidades de **Cabezas Rubias (Niebla, Huelva)**, apareceram igualmente vestígios de um **Culto a Andobelus** (salientando situar-se este outro presumível santuário apenas a cem quilómetros do Alandroal, para Sul). É, pois, de pressupor que todas estas designações se referiam à mesma divindade, ainda que, para além das similaridades de que se revestem estas mesmas invocações, continuem a faltar dados suficientemente comprovativos para uma correspondência adequada entre todas essas manifestações [cf. MACIEL et al. 1986: 17-18]³⁰⁶.

De qualquer forma, revelar-se-ia, com todos estes paralelismos, uma especificidade cultural subjacente a uma considerável extensão territorial, contígua às áreas do interior da Península, mas também próxima do velho território turdetânico; nesta extensão, correspondente à parte oriental da província lusitana, e englobando, além do mais, a região que se designou como a «Betúria Céltica»,

³⁰⁶ Os vestígios do **Cerro de Andébal**, tal como os de **S. Miguel da Mota**, suscitaram atenções desde os momentos em que se vieram a suceder, em Espanha, as primeiras modernas descobertas arqueológicas, destacando-se, de 1832, as referências que lhes fez o estudioso **Juan Agustín Céan Bermudez**, no seu *Sumario de las antigüedades romanas que hay en España en especial las pertenecientes a las Bellas Artes*. Assinalando tais «restos» de antigas épocas sobre o designado sítio, identificava-os como um templo que ali teria existido, eventualmente consagrado a uma divindade que se identificava com um «**deus da montanha**». Céan Bermudez indicava que era, então, aí mesmo venerada uma «*divindade dos altos*», num culto «*trazido pelos Celtas*» para a **Hispania**, antes da própria época de chegada dos Cartagineses e Romanos; o alegado facto, porém, era somente tomado a partir das tradições locais [in MACIEL et al., id., ibid.].

veio a suceder-se pois toda uma diversidade de achados e registo de vestígios com um sentido civilizacional demarcado. Por um lado, esta mesma área acaba por coincidir com o próprio espaço do limite das **influências provenientes da área da «Cultura dos Berrões»**, que se teria pautado pela sua expressividade correlativa nos exemplos de associação à figura do «javali» presente no espólio votivo do Alandroal. Seria, pois, a divindade que tomou o nome clássico de **Endovélico** o resultado de um cruzamento progressivo entre características de diversa origem, em si mesmo resultando como um característico sincretismo de elementos.

5.2. Os cultos circum-vizinhos à área de influência do Culto de Endovélico na Andalúzia Ocidental.

Além do **Culto a Atégina-Prosérpina**, característico da área de influência cultural da Baixa Extremadura espanhola e do Alto Alentejo, há a destacar, na Andalúzia, e nas proximidades da própria bacia do Guadiana, salientando-se, pois, o papel que, outrora, detinham os rios, em geral, como ponto de união de territórios (e não como fronteira), há a considerar outros importantes testemunhos correlativos com antigas práticas e hierarquizações, de que não sobreviveu qualquer permanência, mas de que se conhece uma valiosa comprovação.

De **notória influência céltica**, serão, enfim, alguns testemunhos, datáveis de épocas anteriores ao Séc. III a.C., de áreas imediatamente a leste do curso baixo do **Guadiana**:

- o caso das **duas representações de divindade com cornos de Cerro Salomon (Rio Tinto, Huelva)**, expostas no museu local, e que, em termos esquemáticos apresentam, sobre placas e em toda a sua superfície, o recorte fisionómico de duas figurações idênticas, onde se repete, em relevo, o aspecto de um rosto com a demarcação de olhos, nariz, boca e orelhas, além da proeminência dos dois chifres sobre cada uma das cabeças.

Tratando-se de um **achado local**, que se identificou como uma possível parte do espólio de um santuário também aí, talvez, situado, forneceu ainda, o mesmo

lugar, em resultado de explorações realizadas em inícios da década de 1960, depósitos da **Idade do Bronze e I Idade do Ferro**, em vários aspectos semelhantes (segundo o fez notar **Teresa Júdice Gamito**) aos de **Castro de Azougada (Moura, Beja)** [cf. GAMITO 1988: 126; figs. 29 (1) e 29 (2)]³⁰⁷.

A adicionar ao conjunto dos paralelismos de influência celticizante, haverá igualmente a salientar:

- uma **representação de «Janus Candelario» (Salamanca)**;
- e uma outra **representação de cabeça humana, de Córdoba**, de presumível conotação divina, sendo esta última uma figuração sobre placa de pedra, igualmente esquemática, e a qual, acentuando de resto a **importância simbólica atribuída à «cabeça»** entre os antigos rituais europeus e na comparação com exemplos plásticos conhecidos, estaria ainda acompanhada com a representação, do mesmo modo estilizada em traços geométricos, de adornos individuais [GAMITO 1988: 127; figura].

De resto, quanto ao que se inventariou do leque das divindades com registo autóctone em **território meridional espanhol**, há a ter em comparação alguns registos mais, e que, a par de referências epigráficas andaluzas dedicadas a

³⁰⁷ Indica **Terese Júdice Gamito**, que, dos **achados cerâmicos de Cerro Salomon**, destacam-se os seguintes padrões: *cordons with fingerprints or incisions, burnished pottery, simple stamped decorations in squares, circles and triangles, incised decoration and later some Phoenician type imported wares* [GAMITO 1988: 126].

teónimos supostamente indígenas, cuja raiz etimológica é, porém, indo-europeia (como **Louci iuteri**, ou **Poecosuosuciuus**) ou dedicadas, ainda, às **Três Matres**, e de que se fazem destacar as **estatuetas de bronze de Sucellus** (da **Colecção Vives**, de **Puebla de Alcocer, Badajoz**; e, ainda, de **Villaricos, Almeria**), que fazem, pois, figurar esta divindade, com um nome gaulês, numa área bastante excêntrica [BLÁZQUEZ 1977: 430, figs. 150, 151; GONZÁLEZ 1988: 272].

Há igualmente um conjunto de **dedicações ao Deus Silvanus**, a que se reporta uma **inscrição de Alcalá del Río (Sevilha)**, que apareceu sobre um bloco circular de arenisca, resgatado, em 1985, de uma cantaria, e que atesta, desta feita, a expansão de um culto que, sendo de origem ilíria, foi característico de época imperial, muitas vezes assimilando-se a entidades autóctones. Tratava-se aqui de uma oferenda local, comportando a inscrição, além da referência ao deus, a indicação da dedicante, que se apresenta como «*sacerdotisa de Ilipa*». A adicionar a este grupo, salientar-se-iam, ainda, as **dedicações ao «numini sancto deo Silvano»**, de **Obulco**, e as de **Hispalis**, consagradas, do mesmo modo, ao «*d(eo) Silvano*» [cf. GONZÁLEZ 1988: 278-279, fig.]³⁰⁸.

Tentou-se fazer, na verdade, a aproximação do **Culto de Endovélico**, bem como o de **Atégina**, aos fenómenos de manifestação do Celticismo. Não serão difíceis de entrever, na verdade, alguns aspectos subjacentes, quer a um fundo de influências «**celticizantes**», quer, até, **orientalizantes**, em associação a estes mesmos cultos. Para lá disso, entrar-se-á num domínio especulativo. Mas é certo que tanto o **Culto a Endovélico**, como o de **Atégina-Prosérpina**, destacando-se com toda a sua importância em áreas bem delimitadas, não estava pois isolado,

³⁰⁸ Ler-se-ia na inscrição: *Aug(usto)/ Silvano/ ab Ilia Ilipa// Agria-Ianuaría/ sacerdotia/ ilipensis. En Hispania, portanto, el culto a Silvano presenta, tanto en los epítetos del dios, como en las clases sociales de los dedicantes, los mismos rasgos y caracteres que distinguen el dios romano en el resto del Imperio; sin que exista en ninguno de los once ejemplos conocidos datos para poder deducir que se haya producido un proceso de interpretatio de alguna divinidad indígena* [GONZÁLEZ 1988: 279].

atendendo-se, desde logo, à própria situação de **contiguidade** com outras áreas, outras sociedades locais, outros âmbitos de manifestação votiva, e bem na vizinhança, não só da «**Cultura dos Berrões**», como da «**Celtibéria**»³⁰⁹.

Desde logo, as influências, fossem especificamente celtibéricas, fossem de um abrangente âmbito céltico, poderão ter sido assinaláveis, ainda que, na possível definição da autenticidade expressiva inerente a um ou outro dos cultos referidos, não se poderá deixar de entrever uma inegável originalidade que só pertencerá, com efeito, aos aspectos culturais e estéticos entendidos a coberto do termo «**lusitânico**» ou, enfim, «**luso-romano**». Por isso mesmo, os traços formais que, aqui, evocam o Celticismo são ambíguos, porque é certo que houve temas que asseguraram o seu trânsito através da Europa, e que eram comuns a diversas sociedades, célticas ou não. Caso dos zoomorfismos. Mas há aspectos de base que, em termos directos, pertencem, em suma, a todo o mundo antigo e não apenas a uma determinada área cultural.

De novo, ressalta, pois, a associação das divindades locais ao próprio **simbolismo das figurações zoomórficas** em geral, ainda que, com o correr dos tempos, essa mesma simbólica pudesse ter perdido algo da sua força mágica inicial, que lhe seria atribuída, para se resumir, depois, em tempos romanos, a um simples hábito ritual convencional, em que se manteria, é certo, o essencial do poder das crenças.

³⁰⁹ Enfim, conforme notou **Teresa Júdice Gamito**, também a área da «**Cultura dos Berrões**» era, por sua vez, largamente coincidente com a mancha de achados da **cerâmica de tipo estampilhado**, característica das regiões celticizadas. Na época romana, repartir-se-ia essa mesma região oriental da Lusitânia, onde eram comuns os exemplos de cerâmica estampilhada entre **áreas de preponderância cultural, ora dirigidos a Atégina-Prosérpina, ora a Endovélico** [cf. GAMITO 1988: 128]. Em termos gerais, de qualquer forma: *the ends and purposes of most of the artistic realisations of the Iberians were certainly diverse. While the jewellery can be mostly associated with decorative and display purposes and the stamped pottery can be considered as carrying the intentional meaning of ethnic distinctiveness, the SW Iberian imagery and totemic ought to be connected with their possible symbolism and related to their religious beliefs* [GAMITO 1988: 126; n/ destaque].

Os **taurídeos e os cervídeos** distinguir-se-iam pela afirmação de força associada ao facto de se tratarem de animais dotados de **chifres**. Por outra parte, tanto o «**touro**», como o «**javali**», vinha evocar também os sentidos de soberania, na intervenção do sobrenatural sobre o mundo corrente, personificando quase as entidades tutelares, benfazejas, definidas como os «**daimones**» (δαίμονες), que (tal como a isso aludia já o **Mito das Raças**, no poema de **Hesíodo**, *Os Trabalhos e os Dias*) se situavam entre o domínio do humano e o contacto com o divino; e eram esses mesmos animais símbolos emblemáticos da própria riqueza, como da fertilidade e subsistência.

Ligados à terra, e como tal, à própria Natureza, tanto como assinalavam a proximidade ao doméstico, facilmente se conotavam com a conceptualização inerente ao que, em termos metafísicos e sobrenaturais, também se acreditava que rodeava o mundo humano: as forças invisíveis que rodeavam a casa, a comunidade, o território, e que inspiravam as instituições que asseguravam uma determinada coesão e integridade.

Acompanhando os homens, também os animais acompanham igualmente o divino, surgindo não raras vezes no seu lugar, ou assumindo-se como um atributo explícito de uma determinada deidade. São as formas e os sentidos, na sua expressão histórica, que se oferecem à interpretação crítica, que os classifica também como elementos de afirmação cultural.

Portanto, tendo em conta a sua própria distribuição no âmbito das manifestações de **religiosidade da Europa céltica**, em que os mesmos animais participavam como entidades fortes e também, de alguma maneira, omnipresentes, e dada a contiguidade da Lusitânia oriental com a **Cultura Celtibérica** do interior peninsular, obviamente, há uma conotação céltica que se poderia revelar nesta mesma expressão das atitudes autóctones, quando faziam associar a determinados cultos uma série de animais cuja particularidade era evidente, do

«**touro**», ao «**javali**» ou aos «**cervídeos**»³¹⁰.

No entanto, apesar de todas estas coincidências, haverá que estimar se não veio a ser uma tal conotação com a esfera do «celticizante» um dos elementos propositadamente elaborados, pela ideologia de assimilação e pela **interpretatio romana**, em períodos adiantados, para a adequação das manifestações religiosas locais, em tempos subsequentes à Romanização, a uma imagética que, antes do mais, se terá baseado nas convenções que se aplicavam, por vezes indistintamente, a um determinado modo de considerar as sociedades bárbaras.

³¹⁰ *These animals (...) were strongly related to the cult of the main Celtic god, Cernunnos, forming three of his representative animals. (...) We are indeed dealing here with a deeply celticized society»* [GAMITO 1988: 128, 130; n/ destaque]

5.3. Os princípios divinos na antiga religiosidade.

De qualquer forma, haveria sempre uma classificação das divindades entre os **deuses celestes** e os **deuses subterrâneos**, «**infernais**», ou **ctónicos**. Uns manifestavam-se pelo poder do visível, sob a forma dos fenómenos naturais: do mero ciclo da passagem do Sol ou da Lua pelo Céu, às tempestades, ventos ou relâmpagos. A estes aludia o **simbolismo da «roda»**, ou a própria ritualística que fazia fabricarem-se, com funções votivas, os carros em bronze: seria a evocação dos **ciclos de renascimento de todas as coisas**, ou **uma alegoria ao poder soberano do Sol**, enquanto astro supremo dos Céus, e que é afinal o mesmo significado que está presente no **simbolismo do motivo céltico do «triscelo» ou dos rodízios**, também presentes nos formulários decorativos [cf. SOPEÑA GENZOR 1995: 35-ss].

Os outros, as divindades ctónicas, manifestar-se-iam, em contraposição, pelo modo de **interiorização** em que se faziam revelar como seres não menos supremos, e ainda que aos mesmos se atribuíssem outros determinados fenómenos bem físicos, como os terramotos ou as erupções, que assinalavam a própria força inabalável do vinha do interior das profundezas.

De facto, o «Outro Mundo», o Reino dos Mortos, ou o País de Hades, era «subterrâneo», em cujo domínio só acediam os heróis ou os seres que se divinizavam. As presenças paralelas moviam-se, na verdade, bem perto do mundo profano, a seu lado, ou, melhor dizendo, nos domínios inferiores da hierarquização espiritual do mundo. E o «javali» era, precisamente, o animal que conduzia os heróis ao sub-mundo, enquanto o «touro» era a entidade que conduzia ao contacto com o divino.

Na verdade, em tal perspectivação, **Endovélico** possuiria um «**carácter ctónico**», a que se adequaria a **funcionalidade do seu santuário**, onde os

peregrinos iam buscar oráculos, sabendo-se que aí pernoitavam com esse mesmo propósito especial, tal como, de resto, também veio a ser interpretado o seu poder.

Esperariam os fiéis, que, durante o sono, e pelo sonho, se pudesse ouvir ou a 'voz' do deus, ou algum outro sinal físico da sua presença. **Endovélico**, pois, não seria propriamente uma divindade *das montanhas*, ou *dos altos*, mas sim, o deus que da **sua montanha**, permitia que se fizesse o acesso à sua cripta ou gruta sagrada. Na origem da sua designação estaria o significado que o tanto o apresentaria como o «**Deus Bom**», como o «**Obscuro**», talvez como reminiscência da primitiva divindade galaico-lusitana que, dizia-se, não tinha nome.

Contudo, os rituais a **Endovélico** já pouco terão a ver com os rituais descritos por **Estrabão**; o seu Culto, como o conheceremos, é clássico, e tão solene como a religião cívica romana, representando, porém, o seu próprio território. Surgia, o deus, desde a sua obscuridade, com o seu poder benéfico.

A obscuridade referir-se-ia ao «Outro Mundo», e é pertinente a sua qualidade como entidade ctónica, que reina debaixo da terra³¹¹.

Das manifestações clássicas relativas ao **Culto a Endovélico**, o que se torna

³¹¹ Reportando-se aos **deuses primordiais da Europa céltica**, **Gabriel Sopeña Genzor** abordaria, particularmente, a relação entre duas divindades das suas divindades supremas: o procriador **Ogmios**, e **Dagda**, seu irmão. Os atributos e descrição de **Dagda** hão-de aludir, na verdade, ao que seria a sua importância simbólica de acrescida hegemonia. Num **plano cosmológico**, **Dagda** veio a substituir **Ogmios** como deus supremo, numa relação de dualidade, à qual estava enfim subjacente uma explicação do universo a partir da enumeração das divindades que se sucediam entre si no próprio domínio dos Céus, tal como **Zeus-Júpiter** sucedeu a **Cronos-Saturno**. No entanto, se **Zeus** é aquele que empunha o raio celeste, **Dadga** será representado, enquanto divindade viril e itifálica, o que empunha a maça ou o martelo com o qual fazia «estremecer o mundo»; neste sentido, era então um «deus ctónico» ou «infernai», por contraposição ao urânico **Ogmios**. Em relação a estes aspectos, **Sopeña Genzor** assinalava também que os **deuses primordiais** (que eram também deuses procriadores), como **Ogmios**, *los que regulan el origen, normalmente suelen estar castrados* (...), após a sua respectiva substituição por outro tipo de divindades, e sendo aqui a castração um símbolo da súbita incapacidade *de regular otra cosa que no sea la vida potencial*, ficando, assim, *impedidos de procrear* (...); por terem sido «substituídos», passam somente a representar *la virtualidad: la infinidad potencial del ser contenido en el no-ser* [SOPEÑA GENZOR 1995: 35].

notável, sobretudo no que se refere às **figurações do deus**, e numa demarcada imagética, que obedece a determinadas convenções figurativas, é, afinal, o modo deliberado como a mesma divindade se veio a fazer assemelhar às próprias entidades gauleses.

Assim, há o traço solene do cabelo crescido e da barba, que tanto acentuava uma certa intenção de individualidade, como não deixava de repetir aspectos de idealização fisionómica, sendo algo, que, na verdade, se repetirá para outras fórmulas de representação nas províncias do Império.

Referenciando de novo a figura sobre estela, atrás descrita, proveniente do mesmo santuário, que representará o deus, apesar de decapitada (ou então o próprio retrato do oferente que assim manifestava o seu **votum**), pode a mesma inserir-se no conjunto de manifestações semelhantes que, a partir de certo momento, se disseminam pela Europa antiga, com referência, claro, às deidades indígenas.

Assim, são frequentes as mesmas representações sobre estela, de ou **exibição em edícula**, como é, de facto, comum entre as divindades galo-célticas, e de que há, em território português, o próprio exemplo da **Fonte do Ídolo (Braga)**, em que estará a deidade, **Tongo Nabiagus**, de facto exposta num pequeno nicho, em edícula, e dotado de frontão, onde surgem a pomba e o maço

312.

**Ilustr.
IV.**

³¹² Ainda quanto ao **papel das edículas**, referia Leite de Vasconcelos, a propósito da inscrição na «*estátua de paralítico*» que pertencia ao espólio do Alandroal, que *do mesmo modo que se ofereciam aras ao deus, ofereciam-se-lhe também imitações reduzidas de templos, que outra coisa não era [senão] um aedolum*. E, *todas as pessoas concorriam ao santuario de Endovellico a levar ex-votos: ricos e pobres; nobres, plebeus e escravos* [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 138]. Quanto ao período romano, não deixariam também de haver vestígios correlativos com esta tipologia: caso de um monumento, também em edícula, da Quinta de Marim (Olhão), recolhida em 1877 por Estácio da Veiga e, posteriormente, guardada no Museu Etnológico. Sendo um *nicho em que se collocava ou figurava uma estatueta de divindade (...)*, a peça algarvia vinha assemelhar-se, então, *a uma fachada de templo*, com um arco redondo ao centro e suportado pela figuração de colunelos jónicos, por sua vez envolvidos pelo frontão triangular, em cujo típano se exibia uma *roseta*, e

Na verdade, já **Scarlat Lambrino**, no artigo: «**Le dieu lusitanien Endovellicus**», publicado no Vol. 15 do *Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, de 1951, viera propor, com base nesta mesma associação figurativa, que se denotaria uma eventual ligação de **Endovélico** ao **Sucellus** gaulês.

Acrescia-se a evidência de **Sucellus** formar também um **par divino** com outra entidade, a deusa **Nantosuelta**, no que se poderia pôr também em paralelo com outra eventual associação, a de **Endovélico** e **Atégina**. No entanto, era também certo que se assinalavam diferenças a considerar, e, de resto, revendo a sua perspetivação sobre o assunto, **Lambrino** não deixaria então de se retractar, passada uma quinzena de anos, quanto à primeira interpretação que viera a apresentar [cf. ENCARNAÇÃO 1975: 110-117, 185].

Cf.
Anexos

Alguma pertinência, contudo, haveria a reter da primeira interpretação, porque, apesar de se tratarem, pois, de duas divindades diferenciáveis, será precisamente com as representações de **Sucellus** que a figuração de **Endovélico** melhor se pode confrontar e comparar ao nível de aspectos comuns.

rodeando-se ainda a empena por folhas de hera. Destacavam-se, aqui, também aqui, acompanhando a disposição vertical dos referidos colunelos, as *filas de SS, postos dois a dois, simetricamente, cada um ao contrário do outro* [LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981): 478-480].

a) **Endovélico e o gaulês Sucellus:**

Paralelismos formais de uma tipologia de representação de entidades indígenas maiores.

Sucellus, considerado como **uma divindade de «primeira função»**, aparecia entre o leque das divindades que tinham o «**martelo**» como principal símbolo emblemático, sendo um deus muito venerado em algumas regiões da Gália.

E, formando o casal divino com **Nantosuelta**, seriam, lado a lado, associados estreitamente à religiosidade dos **Mediatrici** (cuja capital era em Metz). De qualquer forma, a primeira diferença está na evidência de que **Endovélico** e **Atégina** nunca vieram a venerar-se em conjunto, ou a par, nem é de supor que, sem ser muito excepcionalmente, se venham a resgatar manifestações que alguma vez o indiquem. Portanto, estas divindades lusitanas tiveram sempre áreas de culto distintas (se bem que contíguas) [cf. ENCARNAÇÃO 1975: id., ibid.; e também, para o **culto ao par Sucellus-Nantosuelta**, GREEN 1989: 46-ss].

Mas é no âmbito da sua respectiva apresentação visual que **Endovélico** e **Sucellus** adquirem similitudes. As representações da divindade gaulesa são igualmente resultado de um sincretismo. Há, por exemplo, o atributo demarcadamente «**étnico**», conotado, pois, com a própria representação convencional dos Gauleses, como era o caso da inclusão do **sagum** típico da indumentária desses povos, ou, também, da barba.

No caso de **Endovélico** só restaram bustos, ou, das restantes figurações, uma togada, a segunda em nudez frontal. Por sua vez, o **sagum**, ou saio, será, conforme o já exposto, típico dos guerreiros galaico-castrejos.

O que define a expressão, na pose como na representação de todos estes exemplos, de **Sucellus** a **Endovélico** e aos «**Guerreiros**», é afinal, a séria

compenetração de que estavam dotados e que era, por sua vez, característica do sentido do valor de **grauitas**, numa flagrante marca de época, pois fazia parte dos sentidos formais do primeiro período imperial.

Eis que não significariam estas convergências que **Endovélico** fosse de algum modo uma apropriação da outra divindade; tanto mais que há, no Ocidente peninsular, vestígios do culto prestado ao próprio **Sucellus**, como já se descreveu. Antes pelo contrário, diferenciando-se entre si, haveria a intenção de assinalar que, na **Lusitânia**, tinha **Endovélico** a mesma posição suprema que **Sucellus** entre os Gauleses.

O principal atributo de **Sucellus** era, de qualquer maneira, o «**martelo**», ou o «**maço de haste longa**». De resto, desde a Pré-História, registava-se a proliferação da imagética associada a uma **entidade divina** que veio a ser designada somente como o «**Deus-Martelo**», e cujas representações surgiam, contudo, quase como um precedente para o que seria a figuração, estabelecida em tempos romano-gauleses, do deus **Sucellus** ³¹³.

Cf.
Anexos

E recorda-se que o próprio **motivo do «martelo»**, em tempos prévios, aparecia isoladamente, fosse como mero símbolo visual, fosse como uma figuração de algum artefacto. **Miranda Green**, no seu inventário de representações divinas que apresentou em *Symbol and Image in Celtic Religious Art*, fez precisamente destacar uma peça que poderia muito indicar a variação que o primitivo tema do «**Deus-Martelo**» viria a ter:

- era o exemplo da **estatueta em bronze, de Glanum (Provença)**, mas representando aqui **Silvanus** (e

³¹³ Era, pois, o **Culto de Sucellus** não menos aparentado com o pré-histórico «**hammer-god**», porque também esta divindade gaulesa seria, por definição um «**deus do martelo**»; então, *the hammer-god Sucellus is interesting partly because he is wholly Celtic; because he is so widespread; and because he occurs very often by himself* [GREEN 1989 (1992): 46].

entretanto guardada no **Museu de Alpillés, St.-Rémy-de-Provence**). Aqui, esta divindade trazia, numa mão, o **martelo** e, na outra, um **pote**, tendo a sobre a cabeça uma **coroa**.

Enquanto divindade da «Natureza» e das «florestas», com culto especialmente difundido na **Gália Narbonense**, exaltaria, pois, a força dos poderes silvestres (tal como alude o seu próprio nome) [cf. GREEN 1989 (1982): 79-80; GREEN 1992: 190-191]³¹⁴.

Em suma, se as origens pré-romanas destas divindades não são questionáveis, é um facto que, num ponto de chegada de determinadas circunstâncias, vêm as suas respectivas tipologias figurativas integrar-se, plenamente, dentro do quadro das realizações clássicas, e dentro do diverso âmbito com que não se pode deixar de entender, enfim, o momento civilizacional do primeiro período do Império.

Entre **Endovélico** e **Sucellus**, enfim, não deixa também de se registar uma evidente comparação a nível funcional. A ambos caberia uma idêntica **tutela funerária e espiritual**, sendo que o **Culto a Sucellus** incluía, precisamente, a execução de **monumentos com a forma de cipos**, de simbologia dionisiaca, e que evocava a própria forma dos barris de vinho (que apelava ao êxtase divino e báquico do *ενθουσιασμός*); na sua conotação funerária, assim mesmo, era apresentado o **Deus Sucellus**.

Enfim, se o **martelo** traz consigo as a evocação de características próprias

³¹⁴ *The hammer itself is a striking implement, a weapon, a fencing-mallet, a wood-cutter's tool or maybe a cooper's mallet (...); it could be a wand of authority or rank, like a sceptre. My own view is that the hammer-god's emblem could symbolize the striking and awakening of life after the 'death' of winter or the real death of people. The curative-spring context of many hammer-god images would be appropriate in these circumstances, as would the god's observed role as a lord of vegetation, animals and crops* [GREEN 1989 (1992): 86; n/ destaque].

dos «**deuses celestes**», não deixava, ao mesmo tempo, de representar os poderes ctónicos, na associação ao simbolismo de representar o martelo a força que permitia ao deus fazer «estremecer» a terra.

Tal poderia destacar-se igualmente como indissociável ao **carácter «infernai» de Endovélico**, sendo as possibilidades do seu **acento ctónico** essencialmente realçado por outras capacidades, o que os devotos iriam procurar ao Santuário do Alandroal.

Entretanto, há que considerar, após toda a enumeração de aspectos distintivos, a presença geograficamente **próxima da área do Culto de Endovélico** (mas, obviamente, distante no tempo) do «**motivo ancoriforme**», tão presente nas estelas alentejanas de determinado período.

Seria, ainda na Pré-história, o dito motivo uma designação para alguma divindade que, no primevo território lusitânico, ocuparia a posição que, na Europa coeva, era a desse desaparecido «**hammer-god**».

Teria a formulação inicial do deus que veio a receber o nome de Endovélico algo a ver com uma tal concepção? É arriscado adiantar algo mais do que esta ideia, que será bem sugestiva, mas para a qual não há fundamentação senão a simples coincidência entre áreas contíguas de achados.

De qualquer modo, para a própria génese do que viria a ser a veneração a **Endovélico**, pode-se pensar, com mais firmeza, que o mesmo culto terá emergido de um eventual cruzamento de diversas influências culturais, que, no período romano, convergiram num determinado centro, correspondente ao **Cerro de S. Miguel da Mota**, onde, de resto, subsistiram, de facto, estruturas de período anterior, possivelmente remontáveis ao Séc. III a.C., ou seja, na mesma época em que se terão estabelecido outros santuários no Sul, como em Garvão ou na Miróbriga pré-romana (e que era a descrita «*Miróbriga dos Céuticos*») ³¹⁵.

³¹⁵ Já havia assinalado **Leite de Vasconcelos**, de resto, que *o outeiro de S. Miguel da Mota apresenta vestígios de uma antiga fortificação: um aterro artificial ao Nascente*,

Seria, portanto, o **Culto a Endovélico** um resultado propositado de associação e sincretismo, em mais uma das manifestações de συνοικισμος, que tanto viriam a caracterizar o Sul.

numa extensão de mais de cem passos, analogo ao dos castros [LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981): 125].

**«CERTAMENTE ÍDOLOS, OU COISA SEMELHANTE...»
MANUEL F. S. PATROCÍNIO**

**«CERTAMENTE ÍDOLOS, OU COISA SEMELHANTE...»
MANUEL F. S. PATROCÍNIO**

CONCLUSÃO:
«*No decurso dos tempos...*»

Definira **Leite de Vasconcelos** o seguinte: *nos fins do reinado de Augusto, ou nos principios de Tibério, em virtude de uma divisão que se fez da Hispania, constituiu-se uma 'provincia romana' denominada LUSITANIA. Ao passo que a primitiva denominação era meramente tradicional, e conforme ás concepções geographicas e ethnographicas, esta agora era official, com cunho politico bem pronunciado (...). Quanto aos seus limites, a província ficava comprehendida entre as fronteiras da Betica e da Tarraconense, e o curso do Doiro, desde as bôcas do Guadiana até ao Promontório Sacro e a foz do Doiro, com o mar por limite occidental: isto resulta dos textos combinados de Estrabão, e dos escriptores que se lhe seguirão (...). Após o exposto, haveria a concluir que, com excepção dos territorios situados na margem esquerda do Guadiana, os quaes pertenciam á Betica, ficava comprehendido na Lusitania: de facto, no decurso dos tempos, chamou-se assim a todo o Occidente da Hispania, desde a foz do Guadiana até parte da orla do Mar Cantábrico [LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981): Prólogo, xxii-xxiii].*

Assim se estabelecia a delimitação de um espaço onde se haveria de desenvolver uma identidade histórica e cultural própria que, desde tempos assinaláveis, não deixou de suscitar modos de procura e de estudo, de que os documentos materiais, aferíveis para essa mesma geografia, se tornariam em objecto de uma atenção privilegiada.

Os antigos Autores, da Antiguidade Clássica ao Renascimento português,

tentaram, em resumo, reconstituir o que teria sido a história do velho território que veio receber o nome de **Lusitânia**, correspondendo ao Extremo Ocidente do mundo então conhecido, para isso se socorrendo, então, da possível comprovação que, quanto aos mesmos períodos de um recuado tempo, ainda se poderia estabelecer sobre os vestígios monumentais.

Para esse objectivo, também, recorriam às lendas e mitografias que se associavam a esse mesmo espaço.

Muitas das vezes, pois, deparamo-nos, ora com a invenção fantasiosa e poética, ora com os imperativos de cada tempo, que obrigavam às devidas «argumentações», de cariz ideológico, com o qual se deveria confrontar a necessária interpretação dos factos e delinear a própria caracterização dos objectos que eram escolhidos como documento essencial ao conhecimento do Antigo.

Sucedem, inclusivamente, que, em certa medida, até o próprio conceito de «**Lusitânia**» viera corresponder a uma invenção romana, estabelecida, e talvez acompanhada também pela «invenção» de uma cultura própria (tal como, de resto, se notaria para o que se apelidou de 'invenção da cultura ibérica'), nos momentos subsequentes ao estabelecimento do domínio romano e à criação da província que assim teve o seu nome.

Com efeito, as principais fontes clássicas que tratam da Lusitânia, já individualizando o território no próprio contexto peninsular, remontam ao período clássico romano, sendo herdeiras de concepções helenísticas, algumas delas já, enfim, apoiadas num rigor de observação factual, eventualmente as que radicariam na obra de **Políbio** e dos seus contemporâneos, por sua vez continuadores da lição de **Heródoto**, que reforçavam ou inauguravam sob novos moldes a tradição do registo da observação dos outros povos e costumes; um esforço que, de resto, bem valioso seria para os conquistadores, ciosos de informações fiáveis.

Assim mesmo, não se poderá entrever a especificidade da antiguidade

lusitânica sem a desligar, de todo da perspectiva romana. Em rigor, de tudo o que ficava para trás, mau-grado os vestígios subsistentes, caía numa espécie de horizonte vago e até confuso.

Apesar de tudo, foi essa mesma herança que desencadeou a fundamentação dos interesses modernos. Porque os Antigos eram um referente de autoridade, as vocações eruditas tentaram sempre manter-se fiéis às perspectivas clássicas, tentando retomá-las e aprofundá-las, isto já num outro tempo, desejoso de alcançar a sua própria distinção, sim, mas sem apagar as marcas do passado, valorizando-o, ao invés, e, nesta convergência, abrindo caminhos à Ciência.

Nascia, do interesse curioso pelo passado e pelos seus vestígios materiais, uma metodologia organizada de estudo, que se afirmaria nos suas próprias bases epistemológicas. Surgiria a Arqueologia, a Museologia e consagrava-se uma teoria de conservação patrimonial.

Como dado importante, os objectos e as realizações materiais tornavam-se essenciais a esta abordagem, não cessando de se alargar cada vez mais o leque de colecções que se iam reunindo, um pouco por todo o país.

Doravante, a antiga Lusitânia não seria mais um vago capítulo ainda em aberto, mas cientificizava-se o seu âmbito de estudos, pois cada lote de achados vinha trazer consigo a definição de antigas áreas que, mesmo no âmbito da faixa do território, ganhavam a sua respectiva distinção. Tornou-se, pois, possível restituir culturas- e atitudes estéticas.

Reconhecer-se-iam especificidades para as tais épocas recuadas que, outrora, eram somente tema de hipóteses. Pelo menos, veio a identificar-se a distinção a reconhecer à **Idade do Bronze**, como momento de formação de unidades sociais e tribais, e, por pouco, quase se aceitava incondicionalmente a própria perspectiva da «individualização» do Ocidente peninsular na Pré-história remota.

A «**Lusitânia**» não deixara de ser aquela mesma invenção romana

implementada sobre a delimitação de um território, mas, a partir de agora, seria possível reconstituir, de facto, antecedentes para essa referida partição. Os objectos e os artefactos assim o confirmavam, no seu decisivo triunfo como modo privilegiado de assegurar a perenidade das presenças antigas.

Eram os objectos que definiam o carácter da velha cultura do território, pelas formas e, essencialmente, pelos símbolos.

Por um lado, confirmavam algo das observações literárias, sobretudo as que mais rigorosas eram na enumeração de detalhes, ainda que o fizessem sucintamente. Por outro, já não eram as fontes escritas, e as esparsas referências curiosas de antes a única fonte de conhecimentos quanto a um espaço geográfico e histórico que assegurava perenidades e inspirava uma necessária busca de enraizamentos. Além disso, poderiam agora dispensar-se as vozes desses outros que, à época, tratavam de descrever um país que lhes era, até então, alheio (embora, pouco depois, deixasse já de o ser), que não era a sua Hélade, a sua Itália, ou o seu litoral marítimo, mas sim uma outra parte do Mundo, que ficava à beira do infinito Oceano.

Com efeito, agora os objectos, artefactos e as obras de arte poderiam falar por si, na sua linguagem visual, nos seus atributos, contar a sua respectiva História. E, ao que tudo indicava, seria essa a História da progressiva individualização de uma cultura, que se consolidou, mesmo quando conquistada por uma potência militar superior, e que nunca se arredou de influências ou afinidades, antes as assimilando, até se perspectivar um fundo consolidado de tradições.

O aspecto essencial de toda esta consideração é a hipótese desse mesmo fundo se ter plasmado, em termos visuais, nos artefactos estéticos. Assim, num dado momento, os mesmos recursos técnicos e decorativos espalhavam-se, como numa única linguagem subjacente ao território, apesar da sua desconcertante geografia e da diversidade de grupos que o habitavam. É essa a linguagem que,

subitamente, emerge como designativo comum no próprio período romano; talvez, também por hipótese, fosse esse o resultado da existência de uma espécie de corporação de artífices, que, em itinerância, levariam consigo, de um ponto ao outro do antigo país, uma mesma sabedoria e habilidade, pronta a aplicar-se ao serviço de quem tivesse capacidade de encomenda.

Seriam quase, estes, os primeiros artistas do território, que poderiam ter surgido, como categoria de trabalho, na época, talvez ainda na Idade do Bronze, e lidando-se então com os metais ou com o barro e a madeira, ao mesmo tempo que se definiram outras categorias de grupos sociais: comerciantes, guerreiros, chefes, lavradores, pastores, e assim por diante. Não deixaria de ser razoável pensar-se nestes termos, que a própria tradição artística do território estava ao cargo de um grupo especial, o mesmo que, em tempos romanos, veio a aprender, por sua vez, a linguagem do Classicismo.

Claro que, para isto, também não há comprovação, senão o que se sugere, em termos genéricos, pelas próprias obras.

Com o correr dos séculos, é assim que os mesmos temas imagéticos vão sendo sucessivamente adoptados para funcionalidades rituais, ora diferenciáveis, ora oferecendo-se à hipótese de que houve, efectivamente, uma continuidade de elementos culturais, que se mantêm como suporte da expressividade plástica. Serão tais exemplos, enfim, tanto um resultado do sincretismo entre tradições anteriores e vigência da **interpretatio romana**, como, pela própria observação dos mapas de achados sobre as suas áreas muito precisas, se poderá também constatar a **permanência e subsistência do fundo das tradições culturais locais**; desse sincretismo e persistências reconhecem-se, então, os modelos figurativos, de carácter apesar de tudo autóctone, que vêm a desenvolver-se em paralelo com a Romanização.

Cada realização, embora repetindo padrões ou integrando-se numa dada tipologia, é, pois, passível de diversas abordagens, quanto a um primeiro esforço

da atenção crítica dirigido assim à definição da sua autenticidade. Apesar, então, de todas as semelhanças, que estabelecem grupos reconhecíveis, cada peça nunca deixa de ser um objecto merecedor de estudo autónomo, centrado na sua própria especificidade formal e simbólica. Sucede, portanto, que, considerando o conjunto de realizações de uma dada época, bem se poderá hesitar, não tanto quanto à classificação a atribuir a certas peças, mas, sim, quanto à sua respectiva integração em cronologias histórico-culturais.

Uma vez que se pode dizer que há, então, 'obras' de evidente carácter indígena, que, somente, surgiram em momentos coincidentes com o domínio romano, assim, também começam a circular as peças romanas, mas que são de lavra local, onde é patente a expressão da tradição. O universo de peças em análise está, à partida, delimitado por circunstâncias flagrantes:

- por um lado, a **concentração de achados de carácter indígena para tempos romanos** e em áreas do espaço peninsular ou do Ocidente lusitânico recém-integradas no Império Romano;
- por outro, o **aspecto inversamente proporcional da sua escassez para épocas anteriores**, senão mesmo a sua completa ausência, mas que serão o bastante para se conseguirem entrever os primeiros sinais de uma evolução estética.
- Por fim, o **confronto com os 'contextos fechados'**, isto é, os conjuntos de realizações que se determinaram para áreas aonde se veio a identificar um **terminus** bem assinalado

Enfim, do que há a registar, salientar-se-á que há **elementos de uma tradição estética autóctone** que, sem dúvida alguma, persistem e ressurgem como arte local, mesmo em época romana; há, porém, igualmente, a **hipótese de que certos temas figurativos, os quais, muito embora emergindo em determinadas áreas** (e assim mesmo tendo passado a conotar-se com a própria expressividade inerente aos grupos sociais que aí habitam), **possam ter conhecido a origem ou formulação inicial noutras áreas distintas**. Há, além de tudo isso, uma **evidente distinção entre categorias expressivas, que coexistem entre si, em relação de contemporaneidade e dentro de um mesmo âmbito geográfico**, a arte local ao lado da arte clássica; realizações locais onde é patente a intervenção do modo técnico ou figurativo clássico, a par de exemplos de arte romana que, ao invés, recebem sobretudo a influência dos modos estéticos locais.

De entre tudo isso, ressalta um universo de obras que são, em si, resultado de modos deliberados de sincretismo, que podem explicar o próprio trânsito ou ressurgência de temáticas representativas, e que, muito simplesmente, são peças, de época romana (ou, muito simplesmente, reflectindo a Romanização) onde transparecem os valores locais.

Este último reparo aplicar-se-á, muito visivelmente, ao próprio universo das **representações de divindades indígenas**, dentro de um espaço de invocações locais, que se mantêm, mesmo dentro de épocas posteriores ao estabelecimento do domínio romano.

Assim sendo, são precisamente peças, de época romana, onde converge a preponderância do elemento autóctone, o qual, mesmo sobressaliente, não minoriza afinal o próprio suporte 'moderno' em que surgem as referidas invocações, talvez o melhor exemplo do que foi um ponto de chegada, portanto, da própria História do antigo território.



segundo BEIRÃO 1986

Atrás:

Estela figurada de Benaciate

(Museu Municipal de Arqueologia de Silves)

Bibliografia

I. Obras gerais

CAHILL 1995

Thomas CAHILL, *How the Irish Saved Civilization* (Londres, 1995).

CARO BAROJA 1986

Julio CARO BAROJA, *España Antigua : Conocimiento y fantasías* (Madrid, 1986).

DÉCHELETTE 1909

Jean DÉCHELETTE, *Revue Archéologique, IV^{ème}. Série, Vol. XIV : «Le Culte du Soleil aux temps préhistoriques»* (Paris, 1909).

DOWDEN 1992

Ken DOWDEN, *The Uses of Greek Mythology* (Londres- Nova Iorque, 1992).

ELIADE (1984)

Mircea ELIADE, *O Mito do Eterno Retorno* (Lisboa, 1984).

FRAZER 1922 (1995)

James George FRAZER (Sir), *The Golden Bough: A Study in magic and religion* (Londres, 1995 [1922]).

GREEN 1992 a

Miranda Jane Aldhouse GREEN, *Dictionary of Celtic Myth and Legend* (Londres, 1992).

GREEN 1992 b

Miranda Jane Aldhouse GREEN, *Animals in Celtic Life and Myth* (Londres, 1992).

GREEN 1991

Miranda Jane Aldhouse GREEN, *The Sun Gods of Ancient Europe* (Londres, 1991).

HASKELL 1993

Francis HASKELL, *History and its Images: Art and the interpretation of the past* (Yale, 1993).

MARINCOLA 2001

John MARINCOLA, *Greece & Rome- New Surveys in the Classics, Vol. 31: «Greek Historians»* (Oxford, 2001).

MEGAW et al 1989

John Vincent Stanley MEGAW e Madeline Ruth MEGAW, *Celtic Art: From its beginnings to the Book of Kells* (Londres, 1989).

MOMIGLIANO 1976 (1979)

Arnaldo MOMIGLIANO, *Sagesses barbares: Les limites de l'hellénisation* (Paris, 1979). [tit. orig.: *Alien Wisdom*]

PATROCÍNIO 1999

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, *Um Lugar para o Passado: A Arte e o Antigo* (Évora, 1999).

POWELL 1958 (1974)

T.G.E. POWELL, *Os Celtas* (Lisboa, 1974).

REES et al 1961 (1990)

Alwyn REES e Brinley REES, *Celtic Heritage: Ancient tradition in Ireland and Wales* (Londres, 1961 [1990]).

RIBEIRO 1977

Orlando RIBEIRO, *Introduções Geográficas à História de Portugal: Estudo crítico* (Lisboa, 1977).

BIBLIOGRAFIA

RIBEIRO 1961

Orlando RIBEIRO, *Geografia e Civilização: Temas portugueses* (Lisboa, 1961).

RIBEIRO 1945 (1986)

Orlando RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de relações geográficas* (Lisboa, 1945 [1986]).

ROCHA PEREIRA 1979 (1994)

M^a. Helena da ROCHA PEREIRA (Ed.): *Poesia Grega Arcaica* (Coimbra, 1979 [1994]).

ROCHA PEREIRA 1964 (1980)

M^a. Helena da ROCHA PEREIRA, *Estudos de História da Cultura Clássica* (2 vols.) (Lisboa, 1964 [1980]).

ROCHA PEREIRA 1959 (1998)

M^a. Helena da ROCHA PEREIRA (Ed.): *Hélade- Antologia da Cultura Grega* (Coimbra, 1959 [1998]).

SAVORY 1974

H.N. SAVORY, *Espanha e Portugal* (Lisboa, 1974).

SCHAMA 1995

Simon SCHAMA, *Landscape and Memory* (Londres, 1995).

SPARKES 1991

Brian A. SPARKES, *Greece & Rome- New Surveys in the Classics, Vol. 22: «Greek Art»* (Oxford, 1991).

STEINER 1989

George STEINER, *Real Presences: Is there anything in what we say?* (Londres, 1989).

VERNANT 1991 (1993)

Jean-Pierre VERNANT, *Figuras, Ídolos e Máscaras* (Lisboa, 1993 [1991]).

II. Referências de autoria colectiva e catálogos

BEIRÃO et al 1979

Caetano de Mello BEIRÃO, Mário Varela GOMES e Jorge Pinho MONTEIRO (Ed.): *As Estelas Epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal* (Setúbal, 1979). **Catálogo de Exposição.**

ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993

José BELTRÁN FORTES e Fernando GASCÓ (Ed.): *La Antigüedad como Argumento: Historiografía de arqueología y Historia antigua en Andalucía* (Sevilha, 1993). **Actas.**

ANTIQUITÉS DE L'ESPAGNE 1997

AAVV : *Les Antiquités de L'Espagne* (Paris, 1997). **Catálogo de Exposição** [Musée des Antiquités Nationaux, Saint-Germain-en-Laye].

BOARDMAN 1993

John BOARDMAN (Dir.): *The Oxford History of Classical Art* (Oxford, 1993).

LOS CELTAS 1993

Martin ALMAGRO-GORBEA e Gonzalo RUIZ ZAPATERO (Eds.): *Los Celtas: Hispania y Europa* (Madrid, 1993). **Actas.**

THE CELTS 1991

Sabatino MOSCATI, et al. (Ed.): *The Celts* (Nova Iorque, 1991). **Catálogo de Exposição.**

BIBLIOGRAFIA

CNA II

AAVV: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1971).

COLONIZACIÓN FENICIA 1992

AAVV: *La colonización fenicia en el Sur de la Península Ibérica: Cien años de investigación* (Almería, 1992). **Actas.**

COLONIZACIONES 1971

AAVV: *Simposio de las colonizaciones* (Barcelona, 1971). **Actas.**

CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)

AAVV: *Cuadernos del Seminario de Estudios de Sargadelos, Vol. XVI: «La Romanización de Galicia»* (Sada-A Coruña, 1976 [1992]). **Reimpressão.**

CULTURA TARTESICA 1990

AAVV: *La Cultura Tartésica y Extremadura* (Merida, 1990). **Actas.**

DAMA DE ELCHE 1997 a

AAVV: *Cien Años de una Dama* (Madrid, 1997). **Catálogo de Exposição.**

DAMA DE ELCHE 1997 b

AAVV: *La Dama de Elche- Más allá del enigma* (Valencia, 1997). **Actas.**

ESCULTURA IBÉRICA 1987

AAVV: *Revista de Arqueologia: «Escultura Ibérica»* (Dir.: J.A. García Castro) (Madrid, 1987).

ESCULTURA ROMANA

Ver MATOS 1995; SOUZA 1990.

LOS FENICIOS 1986

Los Fenicios en la Península Ibérica (Dir.: G. del Olmo Lete e M^a. E. Aubet-Semmler) (Barcelona, 1986).

GETTY MUSEUM 1997

Masterpieces of the J. Paul Getty Museum- Antiquities [Los Angeles] (Londres, 1997). **Catálogo de Colecção.**

GRECI IN OCCIDENTE 1996

AAVV: *I Greci in Occidente* (Milão, 1996). **Catálogo de Exposição.**

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 1995

História da Arte Portuguesa (Dir.: Paulo Pereira), 3 vols. (Lisboa, 1995).

HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL 1986

AAVV: *História da Arte em Portugal* (Lisboa, 1986). Vvs. vols..

HISTÓRIA DE PORTUGAL 1992

AAVV: *História de Portugal* (Dir.: José Mattoso), VVs. vols. (Lisboa, 1992).

HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)

AAVV: *Dicionário de História de Portugal* (Dir.: Joel Serrão) (Porto, 1971 [1981]). Vvs. vols..

HISTÓRIA DE PORTUGAL 1928

AAVV: *História de Portugal* (Dir.: Damião Peres) (Barcelos, 1928). Vvs. vols.

BIBLIOGRAFIA

HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994

AAVV: *Historia de las religiones en la Europa Antigua* (Madrid, 1994).

IBÈRES 1997

AAVV: *Les Ibères* (Paris, 1997). **Catálogo de Exposição** [Grand Palais, Paris].

ICONOGRAFÍA IBÉRICA 1996

AAVV: *Iconografía ibérica, iconografía itálica- Propuestas de interpretación y lectura* (Madrid, 1996). **Actas**.

IDADE DO BRONZE 1995

AAVV: *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder* (Lisboa, 1995). **Catálogo de Exposição** [Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1995].

ISRAEL MUSEUM 1995

AAVV : *The Israel Museum* (Jerusalém, 1995). **Catálogo de Exposição**.

ISRAEL MUSEUM 1984

AAVV : *The Israel Museum- Highlights of Archaeology* (Jerusalém, 1984). **Catálogo de Colecção**.

REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993

Les représentations humaines du Néolithique à l'Âge du Fer (Dir. : J. Briard e A. Duval) (Paris, 1993). **Actas**.

SOCIEDADE DA FIGUEIRA 1999

AAVV: *Sociedade Arqueológica da Figueira: 1898-1910 (Centenário)* (Figueira da Foz, 1999). **Catálogo de Exposição** [Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999].

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Ver CARDOSO 1972 (1985).

SOCIEDADE DE PONTEVEDRA 1995

AAVV: *Os Debuxantes da 'Sociedad Arqueológica' de Pontevedra* (Ed.: X F. Valverde): (Pontevedra, 1995). **Catálogo de Exposição** [Museu Provincial de Pontevedra].

TRA I

Theoretical Roman Archaeology: 1st. Conference proceedings (Ed. E. Scott) (Avebury, 1993). **Actas**.

DE ULISSES A VIRIATO 1996

AAVV: *De Ulisses a Viriato: O I Milénio a.C.* (Lisboa, 1996). **Catálogo de Exposição** [Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1996].

III. Fontes antigas: greco-latinas e irlandesas

AVIENO

Ora Maritima. Ver: SCHULTEN 1922 (1955); RIBEIRO FERREIRA 1992; GONZÁLES PONCE 1995.

ESTESÍCORO DE HIMERA

Ver: CAMPBELL 1991; ROCHA PEREIRA 1959 (1998); ROCHA PEREIRA 1979 (1994).

ESTRABÃO

Geografia. Ver: LASSERRE 1966; MEANA e PIÑERO 1992.

BIBLIOGRAFIA

HERÓDOTO

História. Ver: BARGUET 1964 (1985).

HESÍODO

Ver: MAZON 1928 (1996); ROCHA PEREIRA 1959 (1998); ROCHA PEREIRA 1979 (1994).

HISTORIA AUGUSTA

Ver: MELLOR 1998.

JÚLIO CÉSAR

Guerra das Gálias. Ver: DUVAL e CONSTANS 1950 (1981).

LEABHAR GHABHALA EIREANN

Ver: JUBAINVILLE 1884 (1996); SAINERO 1988.

LUCANO

Farsália. Ver: GRAVES 1956.

MARTINHO DE DUME, S.

Ver: MACIEL 1980; MACIEL 1989.

PLÍNIO-O-ANTIGO

História Natural. Ver: CROISILLE e DAUZAT 1985 (1997); GUERRA 1995.

VITRÚVIO

De Architectura Libri Decem. Ver: GRANGER 1931 (1995).

IV. Fontes antigas: portuguesas (Sécs. XVI-XVII)

AZEVEDO 1652 (1753)

Ver: LUÍS ANTÓNIO MARINHO DE AZEVEDO.

DAMIÃO DE GÓIS 1554 (1988)

Descrição da Cidade de Lisboa. Ver: FELICIDADE ALVES 1988.

HOLANDA 1571 (1984)

Francisco de HOLANDA, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Ver: FELICIDADE ALVES 1984.

LUÍS ANTÓNIO MARINHO DE AZEVEDO 1652 (1753)

Fundação, antiguidades, e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em santidade, armas e letras (Catálogo de seus prelados, e mais cousas ecclésiásticas, e politicas até o anno 1147, em que foi ganhada aos Mouros por elrey D. Affonso Henriques) (Lisboa, 1753).

NICOLAU DE OLIVEIRA, FREI 1620 (1804)

Livro das Grandezas de Lisboa (Lisboa, 1804).

V. Fontes arquivísticas (Séc. XVIII)

«ARQUEOLOGIA VÁRIA»

Colecção de «Arqueologia Vária», (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-13^d.
Documentos avulsos.

^a BPE: Biblioteca Pública de Évora.

BIBLIOGRAFIA

FREI CAETANO JOSÉ LOURENÇO DO VALE 1795

Caetano José LOURENÇO DO VALE., *Phoenicia Caldaica interpretata a P. Josepho Laurentio do Valle, Anno 1795 (Beja, 6 de Junho)*, (BPE) COD CXXVIII/ 2-13^a.

FREI CAETANO JOSÉ LOURENÇO DO VALE 1794

Caetano José LOURENÇO DO VALE., *Lapides Phoenicii (Beja, 4 de Maio de 1794)*, (BPE) COD CXXVIII/ 2-13^c.

FREI CAETANO JOSÉ LOURENÇO DO VALE 1792

Etymologia do Nome «Ossa» com que se chama a Serra de Ossa (s.l., 29 de Novembro de 1792), (BPE) COD CXXVIII/ 2-13^b, fl. 94.

CENÁCULO 1809

Ver BARATA 1887.

CENÁCULO 1800 a

Vida de Sisenando martir e Beja sua patria, (BPE) CÓDICE CXXIX/ 1-9.
Ver DELGADO 1949.

CENÁCULO 1800 b

Comentário à Vida de S. Sisenando, (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-5.

CENÁCULO 1791

Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado (Beja, 1791).

CENÁCULO (Album de Antiguidades)

Album de antiguidades lusitanas e luso-romanas (...) de D. Frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas: «Lápides do Museo Sezinando Cenaculano Pacense», (BPE) CÓDICE CXXIX/ 1-14.

CENÁCULO (Correspondência)

Ver: CENÁCULO (Correspondência dirigida a) e CENÁCULO (Correspondência enviada por).

CENÁCULO (Correspondência dirigida a)

De António Ribeiro dos Santos (Lisboa, 1796) (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fl. 113.

CENÁCULO (Correspondência dirigida a)

De Frei João de Sousa Damasceno (Lisboa, 1782) (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 1-4, doc. 34, fl.51.

CENÁCULO (Correspondência enviada por)

Ao Príncipe D. João (Beja, 1797) (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fl. 115; borrão.

CENÁCULO (Correspondência enviada por)

A António Campomany (Beja, 1797), (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fl. 124; borrão.

CENÁCULO (Correspondência enviada por)

A António Ribeiro dos Santos (Beja, 1796), (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fls. 113-114; cópia.

CENÁCULO (Correspondência enviada por)

Ao Visconde da Lourinhã (Beja, 1792), (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fls. 38-38 v.

D. FREI MANUEL DO CENÁCULO VILLAS-BOAS ^b.

LOURENÇO DO VALE

Ver FREI CAETANO JOSÉ LOURENÇO DO VALE.

^b Ver: CENÁCULO, etc.; e também DELGADO 1949; BRIGOLA 2000.

VI. Dissertações policopiadas

ARRUDA 2000

Ana Margarida ARRUDA, *Fenícios e mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (Sécs. VIII a VI a.C.). Em torno às histórias possíveis* (Lisboa, 2000). **Dissertação de Doutoramento** apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FABIÃO 1998

Carlos FABIÃO, *O Mundo indígena e sua romanização na área céltica do território hoje português* (Lisboa, 1998). **Dissertação de Doutoramento** apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FREITAS 1987

Maria Luísa Amaral Varela de FREITAS, *Bronzes figurativos pré-romanos e romanos* (Lisboa, 1987). **Dissertação de Mestrado** apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GUERRA 1998

Amílcar GUERRA, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular* (Lisboa, 1998). **Dissertação de Doutoramento** apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PATROCÍNIO 1993

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, *Horizontes sociais e culturais da arte pré-romana no espaço peninsular* (Lisboa, 1993). **Dissertação de Mestrado** apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

VII. Referências monográficas

ABAD e BENDALA 1990

Luís ABAD CASAL e Manuel BENDALA GALÁN, *História del Arte, Vol. XIII: «El Arte Iberico»* (Madrid, 1990).

ACUÑA CASTROVIEJO 1992 a

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO, «La cultura de la Galicia romana», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.

ACUÑA CASTROVIEJO 1992 b

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO, «Las formas de arte provincial romano en Galicia romana», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.

ACUÑA CASTROVIEJO 1992 c

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO, «Catalogo monumental selectivo de Galicia actual en epoca romana», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.

ACUÑA CASTROVIEJO et al 1992

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO e José Manuel VÁZQUEZ VARELA, «Pervivencia de las formas culturales indígenas», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.

AFONSO 2000

Belarmino AFONSO, «Estela funerária de Pinelo (Concelho de Vimioso)», in *Brigantia: Revista de Cultura*, Vol. XX (Bragança, 2000).

ALARCÃO 2001

Jorge de ALARCÃO, «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 4 (Lisboa, 2001).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO 1996

Ana Margarida ARRUDA, «Os círculos culturais da I Idade do Ferro no Sul de Portugal», in *La Hispania prerromana- Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica [Coimbra, 1994] (Ed.: F. Villar e J. D'Encarnação) (Salamanca, 1996).*

ALARCÃO 1988

Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, 1988).

ALARCÃO 1986

Jorge de ALARCÃO, «Arte do Bronze Final e da Idade do Ferro», in **HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL 1986**, Vol. I.

ALARCÃO 1972

Jorge de Alarcão (Ed.): Vergílio CORREIA, *Obras Completas, Vol. IV: «Estudos Arqueológicos»* (Coimbra, 1972).

ALMAGRO-GORBEA 1997

Martín ALMAGRO-GORBEA, «La religión ibérica», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

ALMAGRO-GORBEA 1993 a

Martín ALMAGRO-GORBEA, «Los Celtas en la Península Ibérica: origen y personalidad cultural», in **LOS CELTAS 1993**.

ALMAGRO-GORBEA 1993 b

Martín ALMAGRO-GORBEA, «Les stèles antropomorphes de la Péninsule Ibérique», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

ALMAGRO-GORBEA 1990

Martín ALMAGRO-GORBEA, «El periodo orientalizante en Extremadura», in **CULTURA TARTESICA 1990**.

ALMAGRO-GORBEA 1987

Martín ALMAGRO-GORBEA, «Origen y significado de la escultura ibérica», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.

ALMAGRO-GORBEA et al 1993 a

Martín ALMAGRO-GORBEA e Gonzalo RUIZ ZAPATERO. Ver: **LOS CELTAS 1993**.

ALMAGRO-GORBEA et al 1993 b

Martín ALMAGRO-GORBEA e Alberto LORRIO ALVARADO, «La tête humaine dans l'art céltique de la Péninsule Ibérique», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de

Ver BROCHADO DE ALMEIDA.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

Ver FERREIRA DE ALMEIDA.

ALMEIDA 1971

D. Fernando de ALMEIDA, «Vergílio Correia», in **CNA II**.

ALMEIDA, Justino Mendes de

Ver MENDES DE ALMEIDA.

ALVAR 1993

Jaime Alvar «El descubrimiento de la presencia fenicia en Andalucía», in **ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993**.

BIBLIOGRAFIA

ALVES PEREIRA 1915

Félix ALVES PEREIRA, «Novas figuras de guerreiros lusitanos descobertos pelo Dr. L. Figueiredo da Guerra», *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XX (Lisboa, 1915).

AMARO 1993

Clementino AMARO, «Vestígios orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa», in *Estudos Orientais*, Vol. IV: «Os Fenícios no território português» (Lisboa, 1993).

ANDREAE 1991

Bernard ANDREAE, «Image of the Celts in Etruscan, Greek and Roman art», in **THE CELTS 1991**.

APARICIO PÉREZ 1997

José APARICIO PÉREZ, «La necrópolis ibérica del Corral de Saus (Mogente, Valencia)», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

ARANEGUI GASCÓ 1997

Carmen ARANEGUI GASCÓ, «Le récit comme langage artistique», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

ARANEGUI GASCÓ et al 1997

Carmen ARANEGUI GASCÓ e Lourdes PRADOS TORREIRA, «Sanctuaires : À la rencontre du divin», in **IBÈRES 1997**.

ARRUDA 2001

Ana Margarida ARRUDA, «A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 4 (Lisboa, 2001).

ARRUDA 1997

Ana Margarida ARRUDA, *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim: No quadro das exportações gregas para a Península Ibérica* (Lisboa, 1997).

ARRUDA 1996

Ana Margarida ARRUDA, «Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: Aproximação a um modelo explicativo», in *La Hispania prerromana- Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica [Coimbra, 1994]* (Ed.: F. Villar e J. D'Encarnação) (Salamanca, 1996).

ARRUDA 1993

Ana Margarida ARRUDA, «A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular», in *Estudos Orientais*, Vol. IV: «Os Fenícios no território português» (Lisboa, 1993).

AUBET-SEMMLER 1990

Maria Eugenia AUBET SEMMLER, «El impacto fenicio en Tartessos: las esferas de interacción», in **CULTURA TARTÉSICA 1990**.

AUBET-SEMMLER 1986

Maria Eugenia AUBET SEMMLER. Ver: **LOS FENICIOS 1986**.

AUBET-SEMMLER 1971

Maria Eugenia AUBET SEMMLER, «Vasos egipcios en las necrópolis de Etruria e Cartago», in **COLONIZACIONES 1971**.

BARATA 1887

António Francisco BARATA (Ed.) : D. Frei Manuel do CENÁCULO, *Memória descritiva do assalto, entrada e saque da Cidade de Évora pelos francezes, em 1808 [1809]* (Évora, 1887).

BIBLIOGRAFIA

BARGUET 1964 (1985)

Andrée BARGUET (Ed.): HERODOTE, *L'Enquête (2 vols.)* (Paris, 1965 [1984]).
[Col. «*Folio Classique*»]

BEIRÃO 1986

Caetano de Mello BEIRÃO, *Une Civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1^{er}. Âge du Fer)* (Paris, 1986).

BEIRÃO et al 1994

Caetano de Mello BEIRÃO e Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz», in *Homenaje a José María Blázquez (Ed.: J. Mangas e J. Alvar)* (Madrid, 1994).

BEIRÃO et al 1983

Caetano de Mello BEIRÃO e Mário Varela GOMES, «A Necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes)», in *O Arqueólogo Português, IV Série, Vol. I* (Lisboa, 1983).

BELTRÁN 1993

José BELTRÁN FORTES, «Entre la erudición y el coleccionismo», in BELTRÁN e GASCÓ 1993.

BELTRÁN et al 1993

José BELTRÁN FORTES e Fernando GASCÓ. Ver: **ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993**.

BENDALA 1997

Manuel BENDALA GALÁN, «Una mirada a la Dama de Elche a la luz de la arqueología, la etnografía y la historia de las religiones», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

BENDALA 1990

Manuel BENDALA GALÁN. Ver: ABAD CASAL e BENDALA 1990.

BELTRÁN e GASCÓ 1993

Ver: **ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993**.

BERROCAL-RANGEL 1992

Luis BERROCAL-RANGEL, *Los pueblos celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica* (Madrid, 1992).

BIEL 1993

Jörg BIEL, «La Cultura de Hallstatt reciente en el Suroeste de Alemania», in **LOS CELTAS 1993**.

BLANCO FREIXEIRO 1976

António BLANCO FREIXEIRO, «Monumentos romanos da conquista de Galicia», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.

BLÁNQUEZ et al 1997

Juan BLÁNQUEZ e Pierre ROUILLARD, «Le vase grec dans les rites funéraires», in **IBÈRES 1997**.

BLÁZQUEZ 1994 a

José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «La religión tartésica y fenicia del periodo orientalizante», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.

BLÁZQUEZ 1994 b

José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «La religión del Sur de la Peninsula Ibérica», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.

BLÁZQUEZ 1994 c

José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «La religión del Levante ibérico», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.

BIBLIOGRAFIA

- BLÁZQUEZ 1994 d**
José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «La religión de los pueblos del sur de la Galia y de los Alpes», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.
- BLÁZQUEZ 1992**
José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, *Fenicios, Griegos y Cartagineses en Occidente* (Madrid, 1992).
- BLÁZQUEZ 1991 (1992)**
José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «Panorama general del desarrollo histórico de la cultura tartésica desde finales de la Edad del Bronce, siglo VIII a.C., hasta los orígenes de las culturas turdetana e ibérica», in BLÁZQUEZ 1992.
- BLÁZQUEZ 1987**
José María BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, «Historia de la historiografía del arte ibérico: Escultura y bronce», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.
- BLANCO FREIXEIRO 1987**
Antonio BLANCO FREIXEIRO, «La escultura ibérica: Una interpretación», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.
- BLANCO FREIXEIRO 1976 (1992)**
Antonio BLANCO FREIXEIRO, «Monumentos romanos de la conquista de Galicia», in **CUADERNOS DE SARGADELOS 1976 (1992)**.
- BLECH 1996**
Michael BLECH, «Los inicios de la iconografía de la escultura ibérica en piedra: Pozo Moro», in **ICONOGRAFÍA IBÉRICA 1996**.
- BOUDET et al 1993**
Richard BOUDET e Philippe GRUAT, «La statuaire antropomorphe de l'Âge du Fer (ou supposé telle) dans le Sud-Ouest de la France», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.
- BRIARD 1993**
Jacques BRIARD, «Déeses brisées, déesses armées, déesses et dieux du Néolithique à l'Âge do Bronze», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.
- BRIARD et al 1993**
Jacques BRIARD e Alain DUVAL. Ver : **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.
- BRIGOLA 2000**
João Carlos Pires BRIGOLA, «Coleccionismo e 'anticomania': a actividade museológica de Frei Manuel do Cenáculo (1750-1814)», in *A Cidade de Évora, II Série, Vol. IV* (Évora, 2000).
- BROCHADO DE ALMEIDA 1990**
Carlos Alberto BROCHADO DE ALMEIDA, *Estudos Regionais, Vol. VII-VIII: «Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima»* (Viana do Castelo, 1990).
- BRUNEAUX 1989 a**
Jean-Louis BRUNEAUX, «Les os humains dans les sanctuaires laténiens : Présentation», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).
- BRUNEAUX 1989 b**
Jean-Louis BRUNEAUX, «Les cranes humains sur les oppida: Extension de l'aire sacrée aux limites de la ville», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).
- BRUNEAUX 1989 c**
Jean-Louis BRUNEAUX, «Celtas et Scythes», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).
- BURILLO 1993**
Francisco BURILLO MOZOTA, «Aproximación a la arqueología de los Celtíberos», in **LOS CELTAS 1993**.

BIBLIOGRAFIA

- CADOUX et al 1989**
Jean-Louis CADOUX e Patrice LANCELIN, «Les découvertes de Ribemont-sur-Ancre (Somme)», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).
- CALO LOURIDO 1994**
Francisco CALO LOURIDO, *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa* (A Coruña, 1994).
- CALO LOURIDO 1993**
Francisco CALO LOURIDO, *A Cultura Castrexa* (Vigo, 1993).
- CAMPBELL 1991**
David. A. CAMPBELL (Ed.): *Greek Lyric, Vol. III: «Stesichorus, Ibycus, Simonides, and others»* (Cambridge, Mass.- Londres, 1991).
[Col. «*Loeb Classical Library*»]
- CARDOSO 1972 (1985)**
Mário CARDOSO, *Catálogo do Museu de Martins Sarmento: Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga* (Guimarães, 1985 [1972]). Reimpressão.
- CARDOSO 1971 (1981) a**
Mário CARDOSO, «Briteiros, Citânia de», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. I.
- CARDOSO 1971 (1981) b**
Mário CARDOSO, «Hübner, Emile e Portugal», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. III.
- CARDOSO 1971 (1981) c**
Mário CARDOSO, «Lusitânia», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. IV.
- CARDOSO 1971 (1981) d**
Mário CARDOSO, «Lusitanos», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. IV.
- CARDOSO 1971 (1981) e**
Mário CARDOSO, «Sabroso», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. V.
- CARDOSO 1971 (1981) f**
Mário CARDOSO, «Sarmiento, Francisco Martins de», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. V.
- CARRILERO 1992**
Manuel CARRILERO MILLÁN, «El proceso de transformación de las sociedades indígenas de la periferia tartésica», in *COLONIZACIÓN FENICIA 1992*.
- CASTELO-BRANCO 1988**
Fernando CASTELO-BRANCO, *Elogio do Professor Manuel Heleno* (Lisboa, 1988).
- CASTELO-BRANCO 1971 (1981) a**
Fernando CASTELO-BRANCO, «Baçal, Abade de», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. I.
- CASTELO-BRANCO 1971 (1981) b**
Fernando CASTELO-BRANCO, «Arqueologia Portuguesa», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. I.
- CELESTINO PÉREZ 1990**
Sebastián CELESTINO PÉREZ, «Las estelas decoradas del SW peninsular», in *CULTURA TARTESICA 1990*.
- CHAPA 1987**
Teresa CHAPA BRUNET, «Escultura zoomorfa ibérica», in *ESCULTURA IBÉRICA 1987*.

BIBLIOGRAFIA

CHAUME e FEUGÈRE 1991

B. CHAUME e M. FEUGÈRE, «L'émergence des princes celtes en Bourgogne», in *Archeologia*, Vol. 264 (Dijon, 1991).

CHAVES 1914 a

Luís CHAVES, «Os 'ex-votos' esculpturados do Museu Etnológico Português», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XIX (Lisboa, 1914).

CHAVES 1914 b

Luís CHAVES, «Aquisições do Museu Etnológico Português», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XIX (Lisboa, 1914).

COELHO 1983

Luís COELHO. Ver: DIAS et al 1983.

COFFYN 1983

André COFFYN, «La fin de l'Âge du Bronze dans le Centre-Portugal», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vol. I (Lisboa, 1983).

COLLIS 1993

John COLLIS, «Los Celtas en Europa», in **LOS CELTAS 1993**.

CORRÊA. A. A. Mendes

Ver MENDES CORRÊA.

CORREIA 1972

Ver ALARCÃO 1972.

CORREIA 1945 (1972) a

Vergílio CORREIA, «Idanha-a-Velha», in *Museu*, Vol. IV (Lisboa, 1945), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1945 (1972) b

Vergílio CORREIA, «Conimbriga», [opúsculo inédito] in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1943 (1972)

Vergílio CORREIA, «Divindades romanas de Conimbriga », in *Diário de Coimbra* (Coimbra, 24/5/1943), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1936 (1972)

Vergílio CORREIA, «Conimbriga: a mais importante cidade romana do Centro de Portugal», in *Diário de Coimbra* (Coimbra, 25/5/1936), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1930 (1972) a

Vergílio CORREIA, «Alcácer do Sal (Esboço de uma monografia)», in *Biblos*, Vol. VI (Coimbra, 1930), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1930 (1972) b

Vergílio CORREIA, «Escavações em Conimbriga», in *Arte e Arqueologia*, Vol. I (Porto, 1930), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1928 a

Vergílio CORREIA, «O domínio romano na Lusitânia», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1928**.

CORREIA 1928 (1972) b

Vergílio CORREIA, «Escavações realizadas na Necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927», in *O Instituto*, Vol. LXXV (Coimbra, 1928), in ALARCÃO 1972.

BIBLIOGRAFIA

CORREIA 1925 (1972) a

Vergílio CORREIA, «Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal», in *Biblos*, I Série, Vol. I (Coimbra, 1925), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1925 (1972) b

Vergílio CORREIA, «Um amuleto egípcio da Necrópole de Alcácer do Sal», in *Terra Portuguesa*, Vol. V (Porto, 1925), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1916 (1972) a

Vergílio CORREIA, «Conimbriga: a camada pré-romana da cidade (Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha)», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXI (Lisboa, 1916), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1916 (1972) b

Vergílio CORREIA, «O templo romano de Santana do Campo [Arraiolos]», in *Terra Portuguesa*, Vol. II (Porto, 1916), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1912 (1972) a

Vergílio CORREIA, «Moedas romanas achadas em Beja no Século XVIII», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XVII (Lisboa, 1912), in ALARCÃO 1972.

CORREIA 1912 (1972) b

Vergílio CORREIA, «O Paleolítico em Portugal», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XVII (Lisboa, 1912), in ALARCÃO 1972.

CORREIA, Virgílio Hipólito

Ver HIPÓLITO CORREIA.

COSTA 1931

A.I. Marques da COSTA, «Estudos sobre algumas estações da Época Luso-romana nos arredores de Setúbal», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vols. XXVII-XXIX (Lisboa, 1931).

COYE 1993

Noël COYE, «Humanité et anthropomorphisme : Du folklore à l'archéologie», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

CROISILLE e DAUZAT 1985 (1997)

Jean-Michel CROISILLE e Pierre-Emanuel DAUZAT (Ed.) : PLINE L'ANCIEN, *Histoire Naturelle, Livre XXXV : «La Peinture»* (Paris, 1985 [1997]).

[Col. «*Les Belles Lettres*»]

CRUZ et al 1993

Gonzalo CRUZ ANDREOTTI e Fernando WULFF ALONSO, «Tartessos en la historiografía del XVIII al XX: Creación, muerte y resurrección de un pasado utópico», in **ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993**.

CUADRADO 1971

Emeterio CUADRADO, «Penetración de las influencias colonizadoras greco-fenicias en el interior peninsular», in **COLONIZACIONES 1971**.

DARK 1993

Kenneth Rainsbury DARK, «Roman-period activity at prehistoric ritual monuments in Britain and in the Armorican peninsula», in **TRA I**.

DELGADO 1949

Manuel Joaquim DELGADO (Ed.) : FREI MANUEL DO CENÁCULO VILLAS-BOAS, «Sisenando martir e Beja sua patria», in *Arquivo de Beja*, Vols. III-VI (Beja, 1946-1949).

DESWARTE-ROSA 1995

Sylvie DESWARTE-ROSA, «Neoplatonismo e arte em Portugal», in **HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 1995**, Vol. II.

BIBLIOGRAFIA

DIAS 1990

Maria Manuela Alves DIAS, «Notas sobre os cultos orientais no território português», in *Estudos Orientais*, Vol. I: «Presenças orientalizantes no território português» (Lisboa, 1990).

DIAS et al 1983

Maria Manuela Alves DIAS e Luís COELHO, «Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da Necrópole proto-histórica da Herdade da Favela Nova (Ourique)», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vol. I (Lisboa, 1983).

DOMERGUE 1997

Claude DOMERGUE, «Les métaux ibériques dans les échanges méditerranéens», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

DUVAL 1993

Alain DUVAL. Ver BRIARD et al 1993.

DUVAL e CONSTANS 1950 (1981)

Paul-Marie DUVAL e L.-A. CONSTANS (Ed.): JULES CESAR, *Guerre des Gaules* (Paris, 1950 [1981]). [Col. «*Folio Classique*»]

ELUÈRE 1990

Christine ELUÈRE, «L'or, chercheurs d'or et orfèvres des temps anciens», in *Archeologia*, Vol. 263 (Dijon, 1990).

ENCARNAÇÃO 1994

José D' ENCARNAÇÃO: ver MACIEL et al 1994.

ENCARNAÇÃO 1987

José D' ENCARNAÇÃO, «A população romana do Nordeste alentejano», in *Actas das 1^{as}. Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano [1985]* (s.l. 1987).

ENCARNAÇÃO 1984

José D' ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conuentus Pacense: Subsídios para o estudo da Romanização* (Coimbra, 1984).

ENCARNAÇÃO 1978

José D' ENCARNAÇÃO, «Epigrafia do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia: Rectificação de leituras», in *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1978).

ENCARNAÇÃO 1975

José D' ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal: Subsídios para o seu estudo* (Lisboa, 1975).

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS 1990

Juan Javier ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, «El Bronce final extremeño y su relación con la cultura tartésica», in **CULTURA TARTÉSICA 1990**.

FABIÃO 1989

Carlos FABIÃO, «Para a História da Arqueologia em Portugal», *Penélope*, Vol. 2 (Lisboa, 1989).

FABIÃO 1992

Carlos FABIÃO, «O passado proto-histórico e romano», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1992**, Vol. I.

FARIA 2001

António Marques de FARIA, «Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 4 (Lisboa, 2001).

BIBLIOGRAFIA

FELICIDADE ALVES 1988

José da FELICIDADE ALVES (Ed.): Damião de GÓIS, *Descrição da Cidade de Lisboa* (Lisboa, 1988).

FELICIDADE ALVES 1984

José da FELICIDADE ALVES (Ed.): Francisco de HOLANDA, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa* (Lisboa, 1984).

FERNANDES 1985

João Luís Teixeira FERNANDES, *Murça: História, gentes e tradições (Ensaio monográfico)* (Murça, 1985).

FERREIRA 1914

A. Aurélio da Costa FERREIRA, «Sobre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XIX (Lisboa, 1914).

FERREIRA, José Ribeiro

Ver RIBEIRO FERREIRA.

FERREIRA DE ALMEIDA 1981

Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos do Basto)», in *Arqueologia*, Vol. III (Porto, 1981). **Separata.**

FERREIRA DE ALMEIDA 1974

Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Paganismo: sua sobrevivência no Ocidente peninsular», in *In Memoriam António Jorge Dias*, Vol. II (Lisboa, 1974).

FERREIRA DE ALMEIDA 1971

Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Uma escultura castreja de Calheiros (Ponte de Lima): duas considerações», in **CNA II**.

FERREIRA DA SILVA 1990

Armando Coelho FERREIRA DA SILVA, «Influências orientalizantes na formação da Cultura Castreja do Noroeste peninsular», in *Estudos Orientais*, Vol. I: «Presenças orientalizantes no território português» (Lisboa, 1990).

FERREIRA DA SILVA 1986 a

Armando Coelho FERREIRA DA SILVA, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* (Paços de Ferreira, 1986).

FERREIRA DA SILVA 1986 b

Armando Coelho FERREIRA DA SILVA, «A Idade dos Metais em Portugal», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1986**, Vol. I.

FERREIRA DA SILVA 1986c

Armando Coelho FERREIRA DA SILVA, «Ourivesaria pré-romana no Norte de Portugal», in **HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL 1986**, Vol. I.

FIGUEIREDO 1895

A. Mesquita de FIGUEIREDO, «Informações colhidas no *Dicionário Geográfico de Cardoso*», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

FRANÇA 1971 (1981) a

José-Augusto FRANÇA, «Silva, Joaquim Possidónio Narciso da», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. V.

FRANÇA 1971 (1981) b

José-Augusto FRANÇA, «Vasconcelos, Joaquim de», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. VI.

GAMER-WALLERT 1983

Ingrid GAMER-WALLERT. Ver: PAIXÃO et al 1983.

BIBLIOGRAFIA

- GAMITO 1996 a**
Teresa Júdice GAMITO, «O Castro de Segóvia e a componente céltica em território português», in **DE ULISSES A VIRIATO 1966**.
- GAMITO 1996 b**
Teresa Júdice GAMITO, «A cerâmica estampilhada», in **DE ULISSES A VIRIATO 1966**.
- GAMITO 1988**
Teresa Júdice GAMITO, *British Archaeological Reports- International Series, Vol. 435: «Social complexity in Southwest Iberia (800-300 BC)- The Case of Tartessos»* (Oxford, 1988).
- GAMITO 1983**
Teresa Júdice GAMITO, «A cabeça de carneiro da Coleção de António Joaquim Júdice», in *O Arqueólogo Português, IV Série, Vol. I* (Lisboa, 1983).
- GANTES et al 1993**
Lucien-François GANTES e Brigitte LESCURE, «Les collections archéologiques du site de Roquepertuse (Velaux, Bouches-du-Rhône)» Ver : **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.
- GARBINI 1996**
Giovanni GARBINI, «I Fenici nel Mediterraneo occidentale fino al V secolo a.C.», in **GRECI IN OCCIDENTE 1996**.
- GARCÍA-BELLIDO 1996**
M^a. Paz GARCÍA-BELLIDO, «La imagen de Hispania y su Prehistoria», in **ICONOGRAFÍA IBÉRICA 1996**.
- GARCÍA-GELABERT 1994**
M^a. Paz GARCÍA-GELABERT, «El mundo funerario ibérico», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.
- GASCÓ 1993 a**
Fernando GASCÓ. Ver: BELTRÁN e GASCÓ 1993.
- GASCÓ 1993 b**
Fernando GASCÓ, «Historiadores, falsarios y estudiosos de las antigüedades andaluzas», in BELTRÁN e GASCÓ 1993.
- GIL FERRÉS 1971 (1981)**
Octávio GIL FERRÉS, «Ferro, Idade do», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981), Vol. II**.
- GOMES 1995 a**
Mário Varela GOMES, «As estelas funerárias da Idade do Bronze, no Centro e Sul de Portugal» in **IDADE DO BRONZE 1995**.
- GOMES 1995 b**
Mário Varela GOMES, «As denominadas 'Estelas Alentejanas'» in **IDADE DO BRONZE 1995**.
- GOMES 1995 c**
Mário Varela GOMES, «A Idade do Bronze no Algarve » in **IDADE DO BRONZE 1995**.
- GOMES 1993**
Mário VARELA GOMES, «O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)», in *Estudos Orientais, Vol. IV: «Os Fenícios no território português»* (Lisboa, 1993).
- GOMES 1990**
Mário VARELA GOMES, «O Oriente no Ocidente: Testemunhos iconográficos na Proto-História do Sul de Portugal. *Smiting gods* ou deuses ameaçadores», in *Estudos Orientais, Vol. I: «Presenças orientalizantes no território português»* (Lisboa, 1990).

BIBLIOGRAFIA

GOMES 1983

Mário Varela GOMES: ver BEIRÃO et al 1983.

GOMES 1979 a

Mário Varela GOMES: ver BEIRÃO et al 1979.

GOMES 1979 b

Mário Varela GOMES: ver GOMES e MONTEIRO 1979.

GOMES et al 1979

Mário Varela GOMES e Jorge Pinho MONTEIRO, «Menires do Algarve», in *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología [Lugo, 1977]* (Zaragoza, 1979). **Separata.**

GÓMEZ DE SOTO 1993

José GÓMEZ DE SOTO, «'Pictogrammes', figurations anthropomorphes et zoomorphes sur les céramiques de la fin de l'Âge du Bronze : Une révision», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993.**

GÓMEZ-TABANERA 1997

José M. GÓMEZ-TABANERA, «Hermenéutica de la Dama de Elche », in **LA DAMA DE ELCHE 1997b.**

GONZÁLEZ 1988

J. GONZÁLEZ, «Divinidades prerromanas en Andalucía», in *Religio Deorum- Actas del Coloquio Internacional: «Culto e Sociedad en Occidente»* (Ed.: M. Mayer e J. Gómez Pallarès) (Barcelona [1988]).

GONZÁLES PONCE 1995

Francisco José GONZÁLES PONCE, *Avieno y el Periplo* ([Ecija] 1995).

GONÇALVES 1971

António Nogueira GONÇALVES, «Evocação da obra do Doutor Vergílio Correia», in **CNA II.**

GOUVEIA 1993

Henrique Coutinho GOUVEIA, «O Museu Etnológico Português (1893-1914): Um projecto nacional e uma tentativa de congregação disciplinar», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Vol. VI: «Homenagem a José Leite de Vasconcelos»* (Lisboa, 1993).

GRANGER 1931 (1995)

Frank GRANGER (Ed.): *VITRUVIUS, On Architecture (2 vols.)* (Cambridge, Mass.- Londres, 1931 [1995]).
[Col. «*Loeb Classical Library*»]

GRAVES 1956

Robert GRAVES (Trad.): *LUCAN, Pharsalia: Dramatic episodes of the Civil Wars* (Middlesex, 1956).
[Col. «*Penguin*»]

GREEN 1993

Miranda Jane Aldhouse GREEN, «La religión Celta», in **LOS CELTAS 1993.**

GRUAT 1993

Philippe GRUAT. Ver BOUDET et al 1993.

GUEDES 1994

Natália Correia GUEDES, «A múmia ptolomaica do Museu Nacional de Arqueologia: Memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja», in *O Arqueólogo Português, IV Série, Vols. XI-XII* (Lisboa, 1994).

GUERRA 1995

Amílcar GUERRA, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* (Lisboa, 1995).

BIBLIOGRAFIA

GUERREIRO 1971 (1981)

Manuel Viegas GUERREIRO, «Vasconcelos, José Leite de», in *HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)*, Vol. VI.

GUSMÃO 1961 (1992)

Artur Nobre de GUSMÃO, *O Românico Português do Noroeste* (Lisboa, 1992 [1961]).

HARL 1990

K. W. HARL, «Sacrifice and pagan belief in fifth- and sixth-century Byzantium», in *Past and Present*, Vol. 128 (Oxford, 1990).

HAWKES 1971

Christopher HAWKES, «North-western castors: excavation, archaeology, and History», in *CNA II*.

HELENO 1931 (1933)

Manuel HELENO, «Tampas sepulcrais insculturadas da Época do Bronze», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIX (Lisboa, 1933).

HIPÓLITO CORREIA 1996 a

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica* (Porto, 1996).

HIPÓLITO CORREIA 1996 b

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «Os povoados da 1ª. Idade do Ferro do Sul de Portugal», in *DE ULISSES A VIRIATO 1996*.

HIPÓLITO CORREIA 1996 c

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «A escrita pré-romana do Sudoeste peninsular», in *DE ULISSES A VIRIATO 1996*.

HIPÓLITO CORREIA 1996 d

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual», in *DE ULISSES A VIRIATO 1996*.

HIPÓLITO CORREIA 1994

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, ver: BEIRÃO et al 1994.

HIPÓLITO CORREIA 1993

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego», in *Estudos Orientais, Vol. IV: «Os Fenícios no território português»* (Lisboa, 1993).

HIPÓLITO CORREIA 1992

Virgílio HIPÓLITO CORREIA, «Notas sobre a torêutica orientalizante em Portugal», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vols. I (Lisboa, 1983).

HODDER 1993

Ian HODDER, «Bridging the divide: a commentary on theoretical Roman archaeology», in *TRA I*.

JACOBY 1909 (1956)

Felix JACOBY, «Über die Entwicklung der griechischen Historiographie und den Plan einer neuen Sammlung der griechischen Historikerfragmente», in *Abhandlungen zur griechischen Geschichtsschreibung* (Ed.: H. Bloch) (Leiden, 1956)

BIBLIOGRAFIA

JOFFROY 1954

René JOFFROY, *Le trésor de Vix (Côte D'Or)* (Paris, 1954).

JOHNSTON 1993

Alan JOHNSTON, «Pre-Classical Greece», in **BOARDMAN 1993**.

JORGE et al 1993

Vítor Oliveira JORGE e Susana Oliveira JORGE, «Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

JUBAINVILLE 1884 (1996)

Henri D' Arbois de JUBAINVILLE, *El Ciclo mitológico irlandés y la mitología céltica* (Barcelona, 1996).
[tit. orig.: *Le cycle mythologique Irlandais et la mythologie céltique*]

KRUTA 1993

Venceslas KRUTA, «El arte céltico», in **LOS CELTAS 1993**.

KUKAHN 1971

Erich KUKHAN, «Unas relaciones especiales entre el arte griego y el Occidente», in **COLONIZACIONES 1971**.

LAMBERT 1989

Pierre-Yves LAMBERT, «Le point de vue d'un celtisant», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).

LANCELIN 1989

Patrice LANCELIN. Ver CADOUX et al 1989.

LASSERRE 1966

François LASSERRE (Ed.): STRABON, *Géographie (Livros III-IV)* (Paris, 1966).
[Col. «*Les Belles Lettres*»].

LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) a

José LEITE DE VASCONCELOS, «Os Cónios», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIX (Lisboa, 1933).

LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) b

José LEITE DE VASCONCELOS, «Discurso inaugural [à I Sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, Coimbra, 21/09/1930]», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIX (Lisboa, 1933).

LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) c

José LEITE DE VASCONCELOS, «Castros lusitânicos», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIX (Lisboa, 1933).

LEITE DE VASCONCELOS 1931 (1933) d

José LEITE DE VASCONCELOS, «Excursão arqueológica à Extremadura transtagana», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIX (Lisboa, 1933).

LEITE DE VASCONCELOS 1920 a

José LEITE DE VASCONCELOS, «Viagem de Pérez Bayer em Portugal em 1782», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIV (Lisboa, 1919-1920).

LEITE DE VASCONCELOS 1920 b

José LEITE DE VASCONCELOS, «Hierologia lusitânica (Novos aditamentos às *Religiões da Lusitânia*, Vols. I a III)», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIV (Lisboa, 1920).

BIBLIOGRAFIA

LEITE DE VASCONCELOS 1920 c

José LEITE DE VASCONCELOS, «Estudos sobre a Época do Ferro em Portugal», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XXIV (Lisboa, 1920).

LEITE DE VASCONCELOS 1914

José LEITE DE VASCONCELOS, «Excursão arqueológica à Extremadura transtagana », in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. XIX (Lisboa, 1914).

LEITE DE VASCONCELOS 1913 (1981)

José LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia, Vol. II: «Na parte que principalmente se refere a Portugal [Tempos proto-históricos e Romanização]* (Lisboa, 1981 [1897]). **Reimpressão.**

LEITE DE VASCONCELOS 1905 (1981)

José LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia, Vol. II: «Na parte que principalmente se refere a Portugal [Tempos proto-históricos]* (Lisboa, 1981 [1897]). **Reimpressão.**

LEITE DE VASCONCELOS 1897 (1981)

José LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia, Vol. I: «Na parte que principalmente se refere a Portugal [Tempos pre-históricos]* (Lisboa, 1981 [1897]). **Reimpressão.**

LEITE DE VASCONCELOS 1895 a

José LEITE DE VASCONCELOS, «Antiguidades do Sul do Tejo (mencionadas num manuscrito de D. Frei Manuel do Cenáculo)», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 b

José LEITE DE VASCONCELOS, «Vaquinha de bronze romana», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 c

José LEITE DE VASCONCELOS, «Cabrinhas ou bodes de bronze», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 d

José LEITE DE VASCONCELOS, «Culto a Prosérpina (no Alto Alentejo, na época luso-romana)», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 e

José LEITE DE VASCONCELOS, «Cultos luso-romanos em Igaeditania», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 f

José LEITE DE VASCONCELOS, «'Castelo Velho' e 'Castelinho' do Alandroal», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 g

José LEITE DE VASCONCELOS, «Excursão arqueológica a Alcácer do Sal», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEITE DE VASCONCELOS 1895 h

José LEITE DE VASCONCELOS, «Monumento ao Deus Endovélico», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LEMOS 1996

Francisco Sande LEMOS, «Povoamento, espaço e *gentilitates* no I Milénio a.C., no Nordeste transmontano», in **DE ULISSES A VIRIATO 1966.**

BIBLIOGRAFIA

LENERZ-DE-WILDE 1993

Majolie LENERZ-DE-WILDE, «Sculptures anthropomorphes du II^{ème} Âge du Fer dans la Péninsule Ibérique», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

LEÓN 1993 a

Pilar LEÓN, «Las ruinas de Italica», in **ANTIGÜEDAD COMO ARGUMENTO 1993**.

LEÓN 1993 b

Pilar LEÓN, «La Colección de Escultura Clásica del Museo del Prado», in *Museo del Prado- Catálogo de Escultura Clásica (Ed.: S.F. Schröeder)*, Vol. I: «Los retratos» (Madrid, 1993).

LESCURE 1993

Brigitte LESCURE. Ver GANTES et al 1993.

LILLO CARPIO 1997

Pedro LILLO CARPIO, «Las divinidades femeninas mediterraneas y su incidencia en la religión y cultura ibéricas», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

LOPES 1971 (1981)

Óscar LOPES, «Academias», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. I.

LOPES DA SILVA 1993

Eduardo Jorge LOPES DA SILVA, «Représentations humaines sur deux monuments mégalitiques de la région Nord du Portugal», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

LÓPEZ CASTRO 1992

José Luis LÓPEZ CASTRO, «La colonización fenicia en la Península Ibérica : Cien años de investigación», in **COLONIZACIÓN FENICIA 1992**.

LÓPEZ CUEVILLAS 1953

Florentino LÓPEZ CUEVILLAS, *La Civilización Céltica en Galicia* (Santiago de Compostela, 1953).

LÓPEZ MONTEAGUDO 1994

Guadalupe LÓPEZ MONTEAGUDO, «La religión céltica, gala y galo-romana», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.

LÓPEZ MONTEAGUDO 1989

Guadalupe LÓPEZ MONTEAGUDO, *Anejos de Archivo Español de Archeología*, Vol. X: «Esculturas zoomorfas celtas de la Península Iberica» (Madrid, 1989).

LOPO 1895

J. de Castro LOPO, «Excursão à Torre de D. Chama», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

LORRIO 1993 a

Alberto LORRIO ALVARADO, «El armamento de los Celtas hispanos», in **LOS CELTAS 1993**.

LORRIO 1993 b

Alberto LORRIO ALVARADO. Ver: ALMAGRO-GORBEA et al 1993 b.

MAASS-LINDEMANN 1986

G. MAASS-LINDEMANN, «Vasos fenicios de los siglos VIII-VI en España: Su procedencia y posición dentro del mundo fenicio occidental», in **LOS FENICIOS 1986**.

MACHADO 1965

João Saavedra MACHADO, *Subsidios para a História do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos* (Lisboa, 1965).

BIBLIOGRAFIA

MACIEL 1996

Manuel Justino Pinheiro MACIEL, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal* (Lisboa, 1996).

MACIEL 1995

Manuel Justino Pinheiro MACIEL, «A Época Clássica e a Antiguidade Tardia», in **HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 1995**, Vol. I.

MACIEL 1989

Manuel Justino Pinheiro MACIEL, «Texto sobre credices, ontem», in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, Vol. IV [2]: «*Actas do III Encontro sobre História Dominicana*» (Porto, 1989). **Separata**.

MACIEL 1980

Manuel Justino Pinheiro MACIEL, «O 'De Re Rusticorum' de S. Martinho de Dume», *Bracara Augusta*, Vol. XXXIV [78] (Braga, 1980). **Separata**.

MACIEL et al 1994

Tarcício Daniel MACIEL, Manuel Justino MACIEL, José D' ENCARNAÇÃO, «Ara a Belona, de Santa Eulália (Elvas)», in *Ficheiro Epigráfico*, Vol. 46 (Coimbra, 1994).

MACIEL et al 1986

Tarcício Daniel MACIEL e Manuel Justino MACIEL «A propósito de uma nova ara a Endovélico», in *Gaya* [1986] (Vila Nova de Gaia, 1986). **Separata**.

MACIEL et al 1985

Tarcício Daniel MACIEL e Manuel Justino MACIEL «Fragmento de ara a Endovélico, de Juromenha», in *Ficheiro Epigráfico*, Vol. 15 (Coimbra, 1985).

MADDOLI 1996

Gianfranco MADDOLI, «Culti e dottrine religiose dei Greci d'Occidente», in **GRECI IN OCCIDENTE 1996**.

MAIA 1980

Manuel MAIA, «Povos do sul de Portugal nas fontes clássicas: *Celtici e Turduli*», *Clio-Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* (Lisboa, 1980).

MALUQUER DE MOTES 1971 (1981) a

Juan MALUQUER DE MOTES, «Dólmen», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. II.

MALUQUER DE MOTES 1970 (1975)

Juan MALUQUER DE MOTES, *Tartessos: La ciudad sin historia* (Barcelona, 1975 [1970]).

MANGAS 1997

Julio MANGAS MANJARRÉS, «Nuevas imágenes de los autores antiguos sobre el mundo ibérico», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

MANSO MARTÍN 1997

Esperanza MANSO MARTÍN, «Historia de un hallazgo», in **LA DAMA DE ELCHE 1997a**.

MARCADÉ 1997

Jean MARCADÉ, «Art grec et art ibérique», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «*Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc*» (Dijon, 1997).

MARCO 1994

Francisco MARCO SIMÓN, «La religión en la Hispania indoeuropea», in **HISTORIA DE LAS RELIGIONES 1994**.

MARCO 1993

Francisco MARCO SIMÓN, «La religiosidad en la Céltica hispana», in **LOS CELTAS 1993**.

BIBLIOGRAFIA

MARTINS 1996

Manuela MARTINS, «Povoamento e *habitat* no Noroeste português durante o I Milénio a.C.», in DE ULISSES A VIRIATO 1966.

MATOS 1996

José Luis de MATOS, «A Romanização inicial, os mares e os rios», in *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (Lisboa, 1996).

MATOS 1995

José Luis de MATOS, *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Colecção de Escultura Romana* (Lisboa, 1995).

MATOS SILVA 1988

Maria de Fátima MATOS SILVA, «Subsídios para o estudo da arte castreja: A Cultura dos Berrões (ensaio de síntese)», in *Revista de Ciências Históricas*, Vol. III (Porto, 1988).

MATOS SILVA 1986

Maria de Fátima MATOS SILVA, «Subsídios para o estudo da arte castreja: A arte decorativa arquitectónica», in *Revista de Ciências Históricas*, Vol. I (Porto, 1986).

MAYET, et al 1996

Françoise MAYET, Anna SCHMITT e Carlos TAVARES DA SILVA, *Les amphores du Sado (Portugal): Prospection des fours et analyse du matériel* (Paris, 1996).

MAYET, et al 1993

Françoise MAYET e Carlos TAVARES DA SILVA, «Presença fenícia no Baixo Sado», in *Estudos Orientais*, Vol. IV: «Os Fenícios no território português» (Lisboa, 1993).

MAZON 1928 (1996)

Paul MAZON (Ed.): HESIODE, *Théogonie, Les Travaux et les jours, Le Bouclier* (Paris, 1928 [1996]).
[Col. «*Les Belles Lettres*»]

MEANA e PIÑERO 1992

M^{ra}. José Meana y Felix Piñero (Ed.): ESTRABÓN, *Geografía (Livros III-IV)* (Madrid, 1992).
[Col. «*Gredos*»]

MEGAW et al 1993

John Vincent Stanley MEGAW e Madeline Ruth MEGAW, «Cumulative Celticity and the human face in insular pre-Roman Iron Age», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

MELLOR 1998

Ronald MELLOR (Ed.): *The Historians of Ancient Rome* (Londres, 1998).

MENDES DE ALMEIDA 1985

Justino MENDES DE ALMEIDA, «Olisipo na voz dos Autores antigos», in *Lisboa: Revista Municipal*, II Série, Vol. XI (Lisboa, 1985).

MENDES DE ALMEIDA 1983

Justino MENDES DE ALMEIDA, «A Epigrafia do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vol. I (Lisboa, 1983).

MENDES CORRÊA 1928

A. A. MENDES CORRÊA, «A Lusitânia pré-romana», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1928**.

MOITA 1971

Irisalva MOITA, «Povoados, redutos e santuários castrenses: ensaio de classificação», in **CNA II**.

BIBLIOGRAFIA

MONTEIRO 1979

Jorge Pinho MONTEIRO. Ver: GOMES et al 1979.

MOREIRA 1982

Manuel António Fernandes MOREIRA, «A Romanização do litoral do Alto Minho», *Caminiana: Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática*, [Ano IV] Vol. VI (Caminha, 1982).

MORET 1997

Pierre MORET, «L'architecture et l'urbanisme», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

MORET et al 1997

Pierre MORET et Pierre ROUILLARD, «Les Ibères», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

NAVEIRO et al 1992

J. NAVEIRO LÓPEZ e F. PÉREZ LOSADA, «Un finistère atlántico en Época Romana : La costa galaica (NW de la Península Ibérica)», in *British Archaeological Reports- International Series*, Vol. 228: «Current research on the Romanization of the Western provinces» (Ed. : M. Wood e F. Queiroga) (Oxford, 1992).

NICOLINI 1997 a

Gérard NICOLINI, «Bronzes et bijoux ibériques», in **ANTIQUITÉS DE L'ESPAGNE 1997**.

NICOLINI 1997 b

Gérard NICOLINI, «Les bronzes figurés ibériques», in **IBÈRES 1997**.

NICOLINI 1997 c

Gérard NICOLINI, «Le monde des bronzes ibériques figurés», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

NUNES RIBEIRO 1965

Fernando NUNES RIBEIRO, *O Bronze Meridional Português* (Beja, 1965).

OLEIRO 1971 (1981) a

João Manuel Bairrão OLEIRO, «Romanização», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. V.

OLEIRO 1971 (1981) b

João Manuel Bairrão OLEIRO, «Vias romanas», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. VI.

OLMO 1986

Gregorio del OLMO LETE. Ver: **LOS FENICIOS 1986**.

OLMOS 1997

Ricardo OLMOS, «La invención de la cultura ibérica», in **IBÈRES 1997**.

OLMOS 1992

Ricardo OLMOS, *Cuadernos del Arte Español [Historia 16]*, Vol. 62: «El arte griego en España» (Madrid, 1992).

PAÇO 1966

Afonso do PAÇO, «Citânia de Mósinho (Penafiel)-I: Escultura de guerreiro calaico», *Lucerna*, Vol. V (Porto, 1966). **Separata**.

PAIXÃO 1983

António Cavaleiro PAIXÃO, «Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vol. I (Lisboa, 1983).

BIBLIOGRAFIA

PAIXÃO 1971

António Cavaleiro PAIXÃO, «O recente achado de três escaravinhos na Necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal», in *CNA II*.

PAIXÃO et al 1983

António Cavaleiro PAIXÃO e Ingrid GAMER-WALLERT, «A inscrição de Psamético I da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires: Novos elementos para a sua interpretação», in *O Arqueólogo Português*, IV Série, Vol. I (Lisboa, 1983).

PATROCÍNIO 2000

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, «O relato de viagem de Pérez Bayer (1782) e uma descrição setecentista das antiguidades de Évora», in *A Cidade de Évora*, II Série, Vol. IV (Évora, 2000).

PATROCÍNIO 1998

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, «A arte, o poder e a sociedade: a Antiguidade Peninsular», in *Actas das Jornadas Interdisciplinares: Poder e Sociedade [Universidade Aberta]* (Ed.: M^a J. Ferro Tavares), Vol. I (Lisboa, 1998).

PATROCÍNIO 1996

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, «A formação da arte do Ocidente pré-romano», in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairão Oleiro* (Ed.: M. J. Pinheiro Maciel) (Lisboa, 1996).

PATROCÍNIO 1995

Manuel Francisco Soares do PATROCÍNIO, «A cabeça zoomórfica do Museu Municipal de Marvão e o estudo da 'Cultura dos Berrões' », in *Ibn Maruán*, Vol. V (Marvão, 1995).

PEREA 1997

Alicia PEREA, «La véritable histoire de l'or ibérique», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

PEREIRA, Félix Alves

Ver ALVES PEREIRA.

PEREIRA 1895

Gabriel PEREIRA, «Insignia de bronze antiga», in *O Arqueólogo Português*, I Série, Vol. I (Lisboa, 1895).

PEREIRA, Maria Helena da Rocha

Ver ROCHA PEREIRA.

PEREIRA 1995

Paulo PEREIRA, «Do Megalitismo à Idade do Ferro», in *HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 1995*, Vol. I.

PEREIRA 1993

Isabel PEREIRA, «Figueira da Foz: Santa Olaia», in *Estudos Orientais*, Vol. IV: «Os Fenícios no território português» (Lisboa, 1993).

PÉREZ LOSADA 1992

F. PÉREZ LOSADA. Ver NAVEIRO et al 1992.

PÉREZ PAREDES 1989

Castor PÉREZ PAREDES. Ver SANTOS et al 1989.

POLLITT 1993

J.J. POLLITT, «Rome: the Republic and Early Empire», in **BOARDMAN 1993**.

BIBLIOGRAFIA

PRADOS TORREIA 1997

Lourdes PRADOS TORREIRA. Ver ARANEGUI GASCÓ et al 1997.

PRADOS TORREIRA 1996

Lourdes PRADOS TORREIRA, «Los ritos de paso y su reflejo en la toréutica ibérica », in **ICONOGRAFÍA IBÉRICA 1996**.

PRADOS TORREIRA 1987

Lourdes PRADOS TORREIRA, «Escultura ibérica en bronce», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.

PRESEDO 1997

F. J. PRESEDO VELO, «La Dama de Baza reconsiderada », in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

PRONTERA 1996

Francesco PRONTERA, «Le comunicazioni maritime», in **GRECI IN OCCIDENTE 1996**.

RAFTERY 1993 a

Barry RAFTERY, «La statuaire en bois et en pierre de l'Âge du Fer irlandais», in **REPRÉSENTATIONS HUMAINES 1993**.

RAFTERY 1993 b

Barry RAFTERY, «Celtas, cultura y colonización: Reflexiones sobre la Edad del Hierro en Irlanda», in **LOS CELTAS 1993**.

RAMOS FERNÁNDEZ 1997 a

Rafael RAMOS FERNÁNDEZ, «La Dama de Elche», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

RAMOS FERNÁNDEZ 1997 b

Rafael RAMOS FERNÁNDEZ, «Iconographie méditerranéenne et céramique ibérique», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

RAMOS FERNÁNDEZ 1987

Rafael RAMOS FERNÁNDEZ, «La escultura antropomorfa de Elche», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.

RAMOS MOLINA 1997

Alejandro RAMOS MOLINA, «La Dama en el contexto arqueológico de La Alcudia: Las otras esculturas», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

RANDBORG 1992

Klaus RANDBORG, «Barbarians, Classical Antiquity and the rise of Western Europe», *Past and Present*, Vol. 137 (Oxford, 1992).

REINACH 1892

Salomon REINACH, «L'art plastique en Gaule et le druidisme», in *Révue Celtique*, Vol. XIII (Paris, 1892).

RIBEIRO 1993

Orlando RIBEIRO, «A formação inicial de Leite de Vasconcellos », in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Vol. VI: «Homenagem a José Leite de Vasconcelos» (Lisboa, 1993).

RIBEIRO 1973

Margarida RIBEIRO, *O Arqueólogo Português: Índices dos Volumes I/XXX (1895-1938)* (Lisboa, 1973).

RIBEIRO, Fernando Nunes

Ver NUNES RIBEIRO.

RIBEIRO FERREIRA 1992

José RIBEIRO FERREIRA (Ed.): AVIENO, *Orla Marítima* (Coimbra, 1992).
[Col. «INIC»]

BIBLIOGRAFIA

RIDGWAY 1996

David RIDGWAY, «Relazioni di Cipro con l'Occidente in età precoloniale», in **GRECI IN OCCIDENTE 1996**.

ROCHA PEREIRA 1962

M^a. Helena da ROCHA PEREIRA, *Greek Vases in Portugal* (Coimbra, 1962).

RODERO 1997

Alicia RODERO RIAZA, «El regreso de la Dama a España», in **LA DAMA DE ELCHE 1997a**.

RODRIGUES 2000

Paulo Alexandre Simões RODRIGUES, «Giuseppe Cinatti e o restauro do Templo Romano de Évora», in *A Cidade de Évora, II Série, Vol. IV* (Évora, 2000).

ROUILLARD 1997 a

Pierre ROUILLARD, «La Dame d'Elche au Louvre : La civilisation ibérique et son écho dans la culture européenne au début du siècle», in **LA DAMA DE ELCHE 1997b**.

ROUILLARD 1997 b

Pierre ROUILLARD, «Les Ibères et leurs partenaires méditerranéens», in *Dossiers d'Archéologie, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc»* (Dijon, 1997).

ROUILLARD 1997 c

Pierre ROUILLARD. Ver MORET et al 1997.

ROUILLARD 1997 d

Pierre ROUILLARD. Ver BLÁNQUEZ et al 1997.

ROSSI 2000

Andreola ROSSI, «The tears of Marcellus: History of a literary motif in Livy», in *Greece & Rome, Vol. XLVII* (Oxford, 2000).

RUIZ BRÉMON 1987

Mónica RUIZ BRÉMON, «Escultura votiva ibérica en piedra», in **ESCULTURA IBÉRICA 1987**.

RUIZ MATA 1993

D. RUIZ MATA, «Los Fenicios de época arcaica en la bahía de Cadiz», in *Estudos Orientais, Vol. IV: «Os Fenícios no território português»* (Lisboa, 1993).

RUIZ RODRÍGUEZ 1996

Arturo RUIZ RODRÍGUEZ, «Desarrollo y consolidación de la ideología aristocrática entre los Iberos del Sur», in **ICONOGRAFÍA IBÉRICA 1996**.

RUIZ ZAPATERO 1993 a

Gonzalo RUIZ ZAPATERO, «El concepto de Celtas en la Prehistoria europea y española», in **LOS CELTAS 1993**.

RUIZ ZAPATERO 1993 b

Gonzalo RUIZ ZAPATERO. Ver ALMAGRO-GORBEA et al 1993 a.

RUIZ ZAPATERO 1993 b

Gonzalo RUIZ ZAPATERO. Ver ALMAGRO-GORBEA et al 1993 a.

SAINERO 1988

Ramón SAINERO SÁNCHEZ (Ed.): *Leabhar Ghabhála- Libro de las invasiones* (Barcelona, 1988).

BIBLIOGRAFIA

SALVE 1997

Virginia SALVE QUEJIDO, «La Dama controvertida: Aspectos iconográficos y simbólicos», in **LA DAMA DE ELCHE 1997a**.

SÁNCHEZ 1993

Carmen SÁNCHEZ, «Las crateras áticas procedentes de Galera (Granada) en el Museo Arqueológico Nacional», in *Boletín del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)*, Vol. XI (Madrid, 1993).

SANTOS et al 1989

Manuel SANTOS ESTÉVEZ e Castor PÉREZ PAREDES, «Aportacións sobre a estatuaría de guerreiros galaicos a raíz da aparición de dúas novas estatuas en Melgaço e Quintela», in *Revista de Ciências Históricas*, Vol. IV (Porto, 1989).

SANTOS JÚNIOR 1975

Joaquim Rodrigues dos SANTOS JÚNIOR, *Berrões Proto-históricos no Nordeste de Portugal* (Lisboa, 1975).

SARMENTO 1947

Francisco Martins SARMENTO, *Correspondência Epistolar Entre Emilio Hübner e Martins Sarmiento: Arqueologia e Epigrafia (1879-1899)*.

SARMENTO 1887

Francisco Martins SARMENTO, *Os Argonautas* (Porto, 1887).

SARMENTO 1879

Francisco Martins SARMENTO (Ed.): *Ora Maritima* (Porto, 1879).

SCHEID 1989

John SCHEID, «Sanctuaires, rites et ossements», in *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Vol. XXXV (Paris, 1989).

SCOTT 1993

Eleanor SCOTT: ver TRA I.

SCHULTEN 1922 (1955)

Fontes Hispaniae Antiquae, Vol. I: «Ora Maritima- Periplo masaliota del Siglo VI a. de J.-C.» (Ed.: A. Schulten) (Barcelona, 1955).

SERRA-RAFOLS 1971

J. de SERRA-RAFFOLS, «Las relaciones comerciales entre Iberia y Grecia durante la Segunda Edad del Hierro», in **COLONIZACIONES 1971**.

SERRÃO 1971 (1981) a

Eduardo da Cunha SERRÃO, «Sefes», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. V.

SERRÃO 1971 (1981) b

Eduardo da Cunha SERRÃO, «Turdetanos», in **HISTÓRIA DE PORTUGAL 1971 (1981)**, Vol. VI.

SILVA, Armando Coelho Ferreira

Ver FERREIRA DA SILVA.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes

Ver LOPES DA SILVA.

SILVA, Maria de Fátima Matos

Ver MATOS SILVA

BIBLIOGRAFIA

SIMÕES 1878

Augusto Filipe SIMÕES, *Introdução à Arqueologia da Península Ibérica* (Lisboa, 1878).

SIMÕES 1873

Augusto Filipe SIMÕES, «O templo romano de Évora (III)», in *Artes e Letras*, Vol. (Lisboa, 1873).

SOARES 1985

Luís Ribeiro SOARES, «Considerações sobre a 'Cultura Estrimnica'», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, Vol. 30 (Lisboa, 1985).

SOUZA 1990

Vasco de SOUZA, *Corpus signorii imperi romani- Corpus der Skulpturen der Römischen Welt: «Portugal»* (Coimbra, 1990).

SOUZA 1986

Vasco de SOUZA, «Escultura romana», in *HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL 1986*.

TARRADELL 1968

Miquel TARRADELL, *Arte Ibérico* (Barcelona, 1968).

TAVARES 1993

António Augusto TAVARES, «Fenícios e Massienos (*Mesek*) no Sul da Península Ibérica», in *Estudos Orientais*, Vol. IV: «*Os Fenícios no território português*» (Lisboa, 1993).

TAVARES 1990

António Augusto TAVARES, «Primeiras migrações para Ocidente, segundo as fontes escritas», in *Estudos Orientais*, Vol. I: «*Presenças orientalizantes no território português*» (Lisboa, 1990).

TORELLI 1997

Mario TORELLI, «Ibérie et Etrurie», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «*Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc*» (Dijon, 1997).

TORRES 1976 (1992)

Casimiro TORRES, «La conquista romana de Galicia», in *CUADERNOS DE SAGRADELOS 1976 (1992)*.

TRAVERS 1891

Emile TRAVERS, «L'enseignement de l'archéologie préhistorique en Portugal (en 1890)», in *Bulletin Monumental [1890]* (Caen, 1891).

TRUSZKOWSKI 1997

Elizabeth TRUSZKOWSKI, «Les sculptures ibériques en pierre des provinces d'Albacete et d'Alicante», in *ANTIQUITÉS DE L'ESPAGNE 1997*.

TUAN 1984

Yi-Fu TUAN, «Continuity and discontinuity», in *The Geographical Review*, Vol. 74 (Nova Iorque, 1984).

UROZ SAÉZ 1997

José UROZ SAÉZ, «En torno a la necrópolis ibérica de Cabezo Lucero (Guardamar, Alicante)», in *LA DAMA DE ELCHE 1997b*.

VASCONCELOS, José Leite de

Ver LEITE DE VASCONCELOS.

VÁZQUEZ VARELA 1992

Ver: ACUÑA CASTROVIEJO et al 1992.

VIANA 1962

Abel VIANA, *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática* (Beja, 1962).

BIBLIOGRAFIA

VIVES 1997

Elisenda VIVES, «Les rituels funéraires dans la culture ibérique», in *Dossiers d'Archéologie*, Vol. 228: «Les Ibères, de l'Andalousie au Languedoc» (Dijon, 1997).

WAGNER 1992

Carlos WAGNER, «Tartessos en la historiografía: Una revisión crítica», in **COLONIZACIÓN FENICIA 1992**.

WHITTOW 1990

Mark WHITTOW, «Ruling the Late Roman and Early Byzantine city: a continuous history», in *Past and Present*; Vol. 129 (Oxford, 1990).

WULFF 1993

Fernando WULFF ALONSO. Ver CRUZ et al 1993.

